

Deutsche Bank

Análise Anual 2011

Criar valor num contexto novo

Passion to Perform

Criar valor num contexto novo

A nossa identidade corporativa caracteriza-se pelo sucesso que alcançamos, pelas metas ambiciosas que definimos e pelo valor excecional que criamos, não só para acionistas, clientes e colaboradores, mas também – como bom cidadão corporativo – para a sociedade em geral.

O Deutsche Bank desenvolve a sua atividade a nível mundial e assume a responsabilidade pelos parceiros escolhidos, tanto nos bons como nos maus momentos, e até mesmo num ambiente económico profundamente alterado. A situação que se vive atualmente é moldada por fatores tão diversos como o reforço das restrições regulamentares, as crises financeiras e económicas, a prosperidade das economias dos mercados emergentes ou a força do mercado interno alemão. E o futuro reserva-nos, seguramente, novos desafios.

Para estar à altura de tais responsabilidades, no presente e no futuro, decidimos recalibrar os fundamentos do nosso modelo de negócio. O aumento do rácio de capitais próprios, a par das reservas de liquidez reforçadas e de um perfil de risco mais depurado, são pilares sólidos que servem de base à melhoria da estabilidade e à criação de confiança - confiança essa que é essencial para criar valor a longo prazo.

O tema anual “Criar valor num contexto novo” é comentado pela acionista Dr.^a June Rin, de Singapura (pp. 20/21); pela cliente Margarethe Weidner, de Regensburg (pp. 34/35); pelo nosso colega Abdullah Aldawood, do Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, em Riade (pp. 58/59); e por Ben Hecht, Presidente e CEO do Living Cities, em Nova Iorque, (pp. 64/65).

Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2011	2010
Cotação da ação no fim do período ¹	€29,44	€39,10
Cotação máxima da ação ¹	€48,70	€55,11
Cotação mínima da ação ¹	€20,79	€35,93
Resultados por ação básicos ²	€4,45	€3,07
Resultados por ação diluídos ²	€4,30	€2,92
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas ²	928	753
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas ²	957	791
Rendibilidade dos capitais próprios médios, após impostos	8,2%	5,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios, antes de impostos	10,2%	9,5%
Rendibilidade do capital ativo médio, antes de impostos ³	10,3%	9,6%
Valor contabilístico por ação básica em circulação	€58,11	€52,38
Rácio de eficiência cost-to-income	78,2%	81,6%
Rácio da componente remuneratória	39,5%	44,4%
Rácio da componente não-remuneratória	38,7%	37,3%

em milhões de euros

	2011	2010
Total de receitas líquidas	33.228	28.567
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274
Total de gastos operacionais (excl. juros)	25.999	23.318
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	5.390	3.975
Resultado líquido	4.326	2.330

em mil milhões de euros

	31.12.2011	31.12.2011
Total do ativo	2.164	1.906
Capital próprio dos acionistas	53,4	48,8
Rácio de capital Core Tier 1 ⁴	9,5%	8,7%
Rácio de capital Tier 1 ⁴	12,9%	12,3%

Número

	31.12.2011	31.12.2011
Agências	3.078	3.083
das quais, na Alemanha	2.039	2.087
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ⁵	100.996	102.062
dos quais, na Alemanha	47.323	49.265

Rating de longo prazo

	31.12.2011	31.12.2011
Moody's Investors Service	Aa3	Aa3
Standard & Poor's	A+	A+
Fitch Ratings	A+	AA-

¹ Para efeitos de comparação, as cotações das ações foram ajustadas para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o impacto da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

² O número médio de ações em circulação, básicas e diluídas, foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

³ Calculamos este valor ajustado da nossa rendibilidade dos capitais próprios médios para facilitar a comparação com a concorrência. Designamos este valor ajustado por "Rendibilidade do capital ativo médio antes de impostos". No entanto, não se trata de uma medida de avaliação de desempenho ao abrigo das IFRS e não se deve comparar o nosso rácio baseado no capital ativo médio com os rácios de outras empresas, sem ter em conta as diferenças de cálculo do rácio. As rubricas para as quais ajustamos o capital médio dos acionistas de 50.547 milhões de euros em 2011 e de 41.712 milhões de euros em 2010 pertencem a outro rendimento integral acumulado excluindo conversão cambial (todos os elementos após impostos aplicáveis) de (519) milhões de euros em 2011 e (102) milhões de euros em 2010, assim como dividendos médios de 617 milhões de euros em 2011 e 461 milhões de euros em 2010, que são objeto de uma proposta trimestral e que são pagos após a aprovação da Assembleia Geral Anual realizada no ano a seguir. As taxas de imposto aplicadas no cálculo do capital ativo médio são as utilizadas nas rubricas individuais das demonstrações financeiras e não uma taxa de imposto geral média.

⁴ Os rácios de capital em 31 de dezembro de 2011 baseiam-se nas regras de Basileia 2.5; os períodos anteriores baseiam-se no acordo de Basileia II. Os rácios de capital estabelecem uma relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco em termos de risco de crédito, de mercado e operacional. Exclui rubricas transitórias nos termos da secção 64 (3) da Lei bancária alemã.

⁵ O Deutsche Postbank ajustou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro ao Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores no total do grupo, à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não reajustados).

A Ação Deutsche Bank

Informações úteis sobre a ação Deutsche Bank

2011

Variação da rentabilidade total ¹	(23,34)%
Quota-parte na negociação de ações (Xetra) ¹	5,48%
Volume médio diário de negociação ²	8,8 milhões de ações
Cotação máxima da ação	€48,70
Cotação mínima da ação	€20,79
Dividendo por ação (proposto para 2011)	€0,75

Em 31 de dezembro de 2011

Ações emitidas	929.499.640
Ações em circulação	904.610.641
Capital social	€2.379.519.078,40
Capitalização bolsista	€27,360 milhões
Cotação da ação ³	€29,44
Ponderação no índice DAX	5,19%
Ponderação no índice STOXX 50	1,11%

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse		New York Stock Exchange	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação global nominativa
Símbolo	DBK	Moeda	U.S. \$
WKN	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D 18190898
Reuters	DBKGn.DE	Bloomberg	DBK GR

¹ Cotação das ações baseada no sistema Xetra

² Estatísticas do registo de ordens (Xetra)

³ Xetra – cotação de fecho

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo –02
Comité de Executivos do Grupo –08
Relatório do Conselho de Supervisão – 10
Conselho de Supervisão – 18

01 –

Grupo Deutsche Bank

Perfil Societário e Enquadramento –23
Estabilidade em tempos difíceis

Governo da Sociedade –27
As bases do sucesso a longo prazo

No interesse dos nossos Parceiros –29
Empreendedores em prol de acionistas, clientes, colaboradores e da sociedade em geral

02 –

Partes Interessadas

Acionistas –37
Crise da dívida soberana penaliza mercados acionistas

Cientes – Corporate & Investment Bank –41
Desempenho sólido num ambiente difícil

Cientes: Private Clients and Asset Management –46
Aumento das receitas e dos lucros

Cientes: Corporate Investments –51
Cobertura alargada a mais ativos não estratégicos

Cientes: Infraestrutura Central –52
Braço executivo do Conselho de Administração do Grupo

Colaboradores –53
Estabilidade elevada

Sociedade –56
Assumir a responsabilidade

03 –

Demonstrações Financeiras Consolidadas: Excertos

Demonstração de Resultados –61
Balanço –62
Registo Financeiro do Grupo dos últimos 5 anos –63

04 –

Outras Informações

Glossário –67
Impressão / Publicações –71
Calendário Financeiro –72

Senhores Acionistas,

Dr. Josef Ackermann

Presidente do Conselho de Administração Executivo e do
Comitê de Executivos do Grupo

O ano de 2011 foi mais um ano muito difícil para a economia mundial. Na Europa, os encargos da dívida soberana de alguns países e a possibilidade de contágio à restante zona euro causaram uma perda de confiança generalizada dos mercados e desencadearam esforços intensos dos governos e dos bancos centrais no sentido de estabilizar a situação. A economia dos Estados Unidos foi confrontada com o ritmo fraco da recuperação e a perda da sua notação de crédito soberano AAA, a par das preocupações que surgiram quanto à capacidade de o governo norte-americano reduzir os encargos da dívida. Na Ásia, as preocupações com a emergência de bolhas de ativos na China criaram o receio de um maior abrandamento económico na região. Em face da acentuada deterioração do ambiente económico global, os mercados financeiros mundiais viveram níveis de volatilidade, de dificuldades de liquidez e de aversão ao risco inéditos desde o colapso do Lehman Brothers.

Um ambiente tão duro teve inevitavelmente impacto no desempenho do Deutsche Bank e na cotação das suas ações, embora com um saldo mais positivo comparativamente com muitos dos nossos pares. Ainda assim, o nosso desempenho em 2011 reflete igualmente a resiliência das nossas fontes de receita em condições difíceis e a força da rede de serviços ao cliente que temos construído.

O resultado líquido do Grupo foi de 4.300 milhões de euros, acima dos 2.300 milhões de 2010, e os lucros antes de impostos de 5.400 milhões de euros, acima dos 4.000 milhões do ano anterior. Nas áreas de negócio centrais – Corporate & Investment Bank (CIB) e Private Clients and Asset Management (PCAM) – os lucros antes de impostos foram de 6.600 milhões de euros, após encargos específicos com litígios e imparidade de um reembolso de IVA na Alemanha. Antes destes encargos, os lucros das referidas unidades de negócio totalizaram quase 8 mil milhões de euros. Simultaneamente, reforçámos os rácios de capital Tier 1 e Core Tier 1, não obstante um aumento dos ativos ponderados pelo risco face ao ano anterior, devido sobretudo à implementação das regras de Basileia 2.5. Elevámos as reservas de liquidez até ao nível mais elevado de sempre e reforçámos ainda mais o volume e a qualidade da nossa base de financiamento. Além disso, reequilibrámos a nossa atividade, desenvolvendo potentes fluxos de receitas como complemento da plataforma central de banca de investimento.

Na área de negócio Corporate Banking & Securities (CB&S), os lucros antes de impostos foram de 2.900 milhões de euros, após encargos específicos com litígios e uma imparidade de IVA na Alemanha de quase 1.000 milhões de euros. No segundo semestre, o abrandamento na atividade dos mercados afetou significativamente esta unidade de negócio. Ainda assim, o processo de recalibragem da atividade de banca de investimento, em curso desde 2009, rendeu benefícios consideráveis. O nosso reposicionamento nos produtos e soluções "flow" para clientes impulsionou as receitas, produzindo um ano recorde em negociação de matérias-primas e fortes desempenhos em mercados cambiais, mercados monetários e transações de taxas de juro. A solidez da nossa rede de serviços ao cliente foi igualmente decisiva: fomos distinguidos com o 1.º lugar em rendimento fixo global, com base na quota de mercado, pela Greenwich Associates, com o 1.º lugar em mercados cambiais globais, pela Euromoney, e como "Best Bond House" pela International Financing Review. Simultaneamente, atingimos os 500 milhões de euros em ganhos de eficiência, extrapolados para uma base anual, em virtude de uma integração mais estreita das plataformas de Empresas e Banca de Investimento. Além disso, a área CB&S conseguiu atenuar os requisitos de capital de risco mais rígidos de Basileia 2.5, reduzindo os ativos ponderados pelo risco.

Nas áreas de negócio PCAM (Asset and Wealth Management, Private & Business Clients) e GTB (Global Transaction Banking) obtivemos os melhores resultados de sempre. Os lucros antes de impostos nestas áreas de negócio subiram, no seu conjunto, 78% face ao ano anterior, para 3.700 milhões de euros, o que representou mais de metade dos resultados do Grupo. Isto reflete o sucesso da nossa estratégia de crescimento através de aquisições nestas áreas, aliada a uma execução disciplinada do processo de integração pós-fusão, combinada com ganhos de eficiência.

A unidade Global Transaction Banking produziu lucros de 1.100 milhões de euros, mais 16% face a 2010, atingindo níveis recorde, impulsionada pelo crescimento de quota de mercado em Cash Management e Trade Finance. Desde a eclosão da crise financeira em 2008, o montante de recursos de clientes sob gestão mais do que duplicou – um sinal claro da confiança depositada no Deutsche Bank, reforçada pelo seu reconhecimento como “Global Bank of the Year for Cash Management” pela Treasury Management International.

As unidades de negócio PCAM – Asset and Wealth Management e Private & Business Clients – também mais do que duplicaram os lucros antes de impostos, para 2.500 milhões de euros, face aos 1.100 milhões de euros de 2010. A unidade Asset and Wealth Management gerou resultados antes de impostos de 767 milhões de euros, face aos 210 milhões de euros em 2010, graças, em parte, à inversão operada na área de Private Wealth Management, de prejuízos de 57 milhões de euros em 2010 para lucros antes de impostos de 321 milhões de euros – um reflexo do desempenho positivo decorrente da aquisição do banco Sal. Oppenheim.

A unidade Private & Business Clients produziu um montante recorde de lucros antes de impostos de 1.800 milhões de euros, não obstante os encargos superiores a 400 milhões de euros com a depreciação das obrigações do Estado grego detidas pelo Postbank, e os custos com a aquisição do Postbank. Isto reflete o sucesso da cooperação com o Postbank, que está a avançar de acordo com o planeado, ou até mais rapidamente, aliado à implementação bem-sucedida de medidas de eficiência na unidade PBC e à gestão rigorosa dos custos de risco.

Os rácios de capital em finais de 2011 foram os mais elevados de sempre em data de fim de exercício. Durante o ano, o rácio de capital Tier 1 foi reforçado de 12,3% para 12,9%. O muito importante rácio Core Tier 1 foi igualmente reforçado durante o ano, de 8,7% para 9,5%, superando por uma margem confortável os requisitos da Autoridade Bancária Europeia (EBA). As reservas de liquidez cresceram, ao longo do ano, de 69 mil milhões de euros para 219 mil milhões de euros, o nível mais elevado de sempre, compostas predominantemente por caixa, equivalentes de caixa e outros valores mobiliários de elevada liquidez. O Deutsche Bank está mais bem preparado do que nunca para fazer face a um eventual período de escassez de liquidez.

Os resultados que obtivemos em 2011 são motivo de grande orgulho. Orgulho-me não só do que conseguimos alcançar mas também da forma como o alcançámos. A crise financeira veio realçar o papel dos bancos na sociedade e, no Deutsche Bank, é com grande seriedade que assumimos as nossas responsabilidades de cidadão corporativo. Estamos convictos de que a melhor forma de criar valor sustentável para os nossos acionistas é assumindo um compromisso com todas as comunidades envolventes que contribuem para o nosso sucesso. Demonstrámos este compromisso de várias maneiras durante o ano de 2011.

O processo de integração do Postbank foi um êxito, não só porque gerou retornos financeiros, mas também porque refletiu um debate atento e um acordo positivo alcançado com os representantes dos membros de pessoal envolvidos. No mercado alemão, há a registar um aumento de 7% em crédito concedido a clientes durante 2011, não obstante a pressão exercida sobre o setor bancário para conservar capital e reduzir riscos. Além disso, continuámos a exercer disciplina em matéria de remunerações. Nesse sentido, não só reduzimos os nossos bónus de 2011 em 17%, como também alinhámos mais estreitamente a compensação remuneratória com os interesses de longo prazo dos acionistas, diferindo uma proporção maior dessa compensação para anos futuros.

É frequente ouvir dizer que os bancos vivem num mundo paralelo e deixaram de acrescentar valor à economia real, à comunidade e às pessoas. No Deutsche Bank, levamos muito a sério esta crítica, porque tem um impacto negativo no sentimento geral de confiança nos bancos, sendo, por isso, muito relevante para a nossa atividade, porquanto nenhum outro setor depende tanto da confiança como a indústria financeira. Uma opinião pública deste género também comporta o risco de os legisladores aplicarem regras cada vez mais restritivas e potencialmente disfuncionais à atividade bancária. Para mim, é muito claro: só podemos alcançar e manter o sucesso a longo prazo se as pessoas confiarem em nós. Temos de conquistar essa confiança diariamente, com uma atitude e um comportamento pautados pela responsabilidade.

Quanto a 2012, as perspetivas para a economia mundial continuam marcadas pela incerteza. Nos Estados Unidos, a economia apresentou recentemente sinais de fortalecimento. A economia chinesa parece ter mais probabilidades de evitar o abrandamento acentuado que se temia em 2011. Na zona euro, governos, bancos centrais e entidades reguladoras demonstraram uma determinação considerável em resolver a crise da dívida. Os líderes europeus responderam igualmente ao importante desafio de desenvolver uma abordagem mais integrada aos problemas orçamentais que a união monetária enfrenta. No Deutsche Bank, temos acompanhado de perto estes progressos construtivos, mas também nos mantemos atentos aos riscos do meio envolvente – económicos, políticos e sociais. E estes riscos continuam a ser consideráveis.

O Deutsche Bank encontra-se muito bem equipado, não só para enfrentar desafios, mas também para aproveitar oportunidades. Em 2011, reforçámos as posições em capitais próprios, liquidez e financiamento, a fim de nos prepararmos para possíveis incertezas nos mercados e para uma regulação mais rígida. Concluimos com êxito a transição para um modelo de negócio mais equilibrado, mais diversificado e com menos riscos. Expandimos significativamente a nossa influência junto dos clientes nos segmentos de clientes particulares do mercado alemão. Simultaneamente, reforçámos a nossa sólida rede de serviços ao cliente num vasto conjunto de áreas de negócio vocacionadas para empresas e banca de investimento. Desta forma, temos excelentes perspetivas em termos de crescimento de quota de mercado e de lucros em todas as áreas de negócio estratégicas, numa conjuntura em vias de estabilização. Continuaremos a abordar os desafios e as oportunidades orientados pelo mesmo princípio fundamental: em qualquer situação e em qualquer área da nossa atividade, procuramos construir valor sustentável para os clientes, para os colaboradores, para as comunidades que servimos e para os acionistas.

Agradeço a vossa lealdade e o vosso apoio.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Dr. Josef Ackermann
Presidente do Conselho de Administração Executivo e
do Comité de Executivos do Grupo

Frankfurt am Main, março de 2012

Comité de Executivos do Grupo

- | | | | |
|---|---|----|---|
| 1 | Dr. Josef Ackermann, *1948
Membro do Conselho de Administração desde 1996. Presidente do Conselho de Administração Executivo e do Comité de Executivos do Grupo, responsável pelas áreas Asset and Wealth Management, Corporate Investments, Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa, Economia/DB Research e Auditoria. | 8 | Seth Waugh, *1958
Diretor-Geral (CEO), Deutsche Bank Americas. |
| 2 | Kevin Parker, *1959
Diretor de Gestão de Ativos. | 9 | Rainer Neske, *1964
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 2009. Diretor da área Private & Business Clients. |
| 3 | Anshuman Jain, *1963
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 2009. Diretor da área Corporate & Investment Bank. | 10 | Robert Rankin, *1963
Diretor-Geral (CEO) Deutsche Bank Asia-Pacific (ex. Japan). |
| 4 | Hermann-Josef Lamberti, *1956
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 1999. Diretor de Operações, responsável pelos departamentos Recursos Humanos, Tecnologias de Informação, Gestão de Operações e Processos, Gestão de Edifícios e Instalações, e Compras. | 11 | Pierre de Weck, *1950
Diretor da área Private Wealth Management. |
| 5 | Stefan Krause, *1962
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 2008. Diretor Financeiro, responsável pelos departamentos Financeiro, Fiscal, Seguros, Relação com Investidores e Estratégia e Planeamento do Grupo. | 12 | Dr. Hugo Bänziger, *1956
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 2006. Diretor de Risco, responsável pelos departamentos Gestão de Risco, Jurídico, Compliance, Segurança, Tesouraria e Governo da Sociedade. |
| 6 | Werner Steinmüller, *1954
Diretor da área Global Transaction Banking. | | |
| 7 | Jürgen Fitschen, *1948
Membro do Conselho de Administração Executivo desde 2009. Diretor de Gestão Regional a nível mundial. Presidente do Comité de Gestão da Alemanha. | | |

1 – 3 – 4 – 5 – 7 – 9 – 12

Membros do Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank AG.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

Relatório do Conselho de Supervisão

Dr. Clemens Börsig
Presidente do Conselho de Supervisão

O ambiente económico em 2011 foi influenciado pela crise da dívida soberana na zona euro. As tensões daí decorrentes pressionaram os mercados financeiros, conduzindo a uma clara desaceleração da economia mundial durante o segundo semestre do ano. No mercado interno alemão, a atividade económica foi robusta, embora a economia alemã tenha perdido algum ímpeto, condicionada pelo abrandamento económico sentido no fim do ano.

Em 2011, o Deutsche Bank prosseguiu a implementação da sua estratégia. Expandimos as Divisões de Negócio Private and Business Clients, Private Wealth Management e Global Transaction Banking, através da integração dos bancos Sal. Oppenheim e Postbank, assim como de algumas componentes da área de banca comercial do ABN AMRO na Holanda. Deste modo, reforçámos firmemente aquele que é o nosso segundo motor de receitas, a par da banca de investimento. A recalibragem da área de banca de investimento melhorou claramente o perfil de risco do Deutsche Bank.

O reforço da posição de capital do Deutsche Bank continua a ser uma prioridade importante para o Conselho de Administração Executivo e para o Conselho de Supervisão. Num ambiente difícil de mercado, o Deutsche Bank elevou o rácio de capital Core Tier 1 para 9,5% e aumentou as reservas de liquidez. Na proposta de distribuição de dividendos deste ano, tivemos em conta os requisitos de capital mais elevados por força de disposições regulamentares, em especial as que decorrem de Basileia 2.5 e Basileia III, bem como de regulamentos da Autoridade Bancária Europeia (EBA). Além disso, a integração das entidades adquiridas pelo Deutsche Bank continuou a criar grandes desafios. Gostaríamos de agradecer ao Conselho de Administração Executivo e aos colaboradores do Banco a grande dedicação pessoal demonstrada.

À semelhança de anos anteriores, em 2011 fomos novamente confrontados com muitas alterações legislativas e regulamentares. No ano passado, debatemos exaustivamente a evolução económica e financeira do Banco, bem como os respetivos ambiente operacional, sistema de gestão de risco e sistema de planeamento e controlo interno. Discutimos em pormenor, com o Conselho de Administração Executivo, a estratégia do Banco e respetiva implementação. O Conselho de Administração Executivo prestou-nos uma informação regular, imediata e exaustiva, sobre políticas de negócio e outras questões fundamentais relacionadas com a gestão e o planeamento societário, a evolução financeira e os resultados do Banco, a gestão de risco, liquidez e capital do Banco, além de processos judiciais relevantes e transações ou acontecimentos de significativa importância para o Banco. Aconselhámos o Conselho de Administração Executivo e monitorizámos a sua gestão da atividade. Fomos envolvidos em decisões de importância fundamental. Foram igualmente mantidas conversas regulares entre o Presidente do Conselho de Administração Executivo e o Presidente do Conselho de Supervisão, onde se debateram assuntos importantes e decisões a tomar. Entre reuniões, o Conselho de Administração Executivo manteve-nos informados, por escrito, dos acontecimentos relevantes. As resoluções foram aprovadas por procedimento de circulação, entre reuniões, sempre que tal se revelou necessário.

Reuniões do Conselho de Supervisão

Durante o exercício de 2011, realizaram-se seis reuniões do Conselho de Supervisão.

Na primeira reunião do ano, em 2 de fevereiro de 2011, debatemos a evolução da atividade no quarto trimestre de 2010 e o exercício de 2010, a par de uma comparação com os dados reais do plano. A proposta de distribuição de dividendos para o ano de 2010, assim como o planeamento societário para os anos 2011-2013, foram registados e aprovados. Rainer Neske apresentou um relatório sobre os progressos realizados na integração do Deutsche Postbank AG. Com base na proposta do Comité do Presidente, aprovámos alterações aos Termos de Referência para o Conselho de Administração Executivo, incluindo o Plano de afetação de áreas de responsabilidade (Business Allocation Plan). Expressámos o nosso consentimento à nomeação do Dr. Börsig e do Dr. Eick, no Relatório Anual, como especialistas financeiros, em conformidade com a legislação alemã e norte-americana, e confirmámos a continuação da independência de todos os membros do Comité de Auditoria. Além disso, aprovámos um ajustamento dos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração Executivo aos novos requisitos regulamentares, debatemos a base de cálculo da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo para 2010 e, subsequentemente, determinámos a remuneração do Conselho de Administração Executivo (com a participação de um conselheiro jurídico externo independente e de um consultor em remunerações), tendo em conta as recomendações do Comité do Presidente.

Na reunião sobre demonstrações financeiras, em 11 de março de 2011, com base na recomendação do Comité de Auditoria e após discussão com o auditor, aprovámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Anuais de 2010. Além disso, debatemos o Relatório de Compliance e Prevenção de Branqueamento de Capitais, e o Relatório de Remunerações em conformidade com o Regulamento sobre remunerações em instituições financeiras (InstitutsVergV), relativos ao ano de 2010. Aprovámos a operação de venda do imóvel situado em Taunusanlage 12, Frankfurt am Main, a um fundo imobiliário fechado DWS, e locação concomitante do mesmo ao Banco. Foram apresentadas as alterações à composição dos Conselhos Consultivos Regionais e dos Conselhos Consultivos na Alemanha e aprovámos as propostas de resoluções para a ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 2011.

Na reunião realizada na véspera da Assembleia Geral, debatemos os procedimentos para a Assembleia Geral e as contrapropostas anunciadas, bem como o estado dos litígios relativamente às Assembleias Gerais de 2004 – 2010. Conforme necessário, as resoluções foram aprovadas.

Numa reunião extraordinária, em 25 de julho de 2011, com base numa proposta apresentada pelo Comité do Presidente, renovámos os mandatos dos senhores Fitschen, Jain e Neske para o Conselho de Administração Executivo e deliberámos a nomeação dos senhores Fitschen e Jain para Copresidentes do Conselho de Administração Executivo, com efeitos a partir do fim da Assembleia Geral Ordinária de 2012. O termo do mandato do Dr. Ackermann produz efeito simultâneo. O Dr. Börsig notificou o Conselho de Supervisão da sua renúncia ao cargo de Presidente e membro do Conselho de Supervisão com efeitos a partir do fim da Assembleia Geral de 2012.

Na reunião realizada em 26 de julho de 2011, debatemos a evolução da atividade do Banco durante o primeiro semestre de 2011 e o perfil de risco; examinámos igualmente a recalibragem da Divisão do Grupo Corporate & Investment Bank (CIB). O Dr. Ackermann apresentou os resultados dos testes de esforço efetuados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e recebemos os relatórios de estado sobre a integração do Postbank, os casos de litígio materiais e a gestão de liquidez e capital do Banco. Com base na proposta do Comité do Presidente, aprovámos o pagamento de um prémio de reforma ao Sr. Cohrs e elegemos o Dr. Siegert para membro do Comité de Auditoria, ambas as deliberações com efeitos a partir de 1 de agosto de 2011. Além disso, revimos a lista de ações que requerem a aprovação do Conselho de Supervisão em conformidade com a Secção 13 dos Estatutos.

Na última reunião do ano, em 25 de outubro de 2011, o Conselho de Administração Executivo informou-nos sobre a evolução da atividade no terceiro trimestre e o estado atual do desenvolvimento da infraestrutura de TI do Banco. Com o Conselho de Administração Executivo, debatemos em pormenor a evolução estratégica do Banco e as correspondentes metas e medidas planeadas, a reestruturação das subsidiárias europeias do Banco e o Relatório de Recursos Humanos.

Os Comités do Conselho de Supervisão

O Comité do Presidente reuniu-se cinco vezes durante o exercício. Entre as reuniões, o Presidente do Comité do Presidente conversou regularmente com os membros do Comité sobre as questões de maior importância. O Comité examinou, em particular, os novos requisitos legislativos e regulamentares aplicáveis à remuneração do Conselho de Administração Executivo e a necessidade decorrente de ajustar os contratos de serviço dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como os preparativos para determinar a componente variável da remuneração do Conselho de Administração Executivo para o exercício de 2010. O Comité também tratou as questões da nomeação dos membros para os comités do Conselho de Supervisão e da renovação dos mandatos dos senhores Fitschen, Jain e Neske para o Conselho de Administração Executivo. O Comité debruçou-se sobre a questão da sucessão do Dr. Ackermann e elaborou a proposta correspondente para o Conselho de Supervisão. As alterações necessárias aos Termos de Referência e ao Plano de Afetação das áreas de responsabilidade (Business Allocation Plan) do Conselho de Administração Executivo foram igualmente discutidas, a par do Relatório de Remunerações. Quando necessário, foram aprovadas resoluções ou foram formuladas recomendações para aprovação do Conselho de Supervisão. O Comité do Presidente deu a sua aprovação às atividades acessórias dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como aos cargos sociais exercidos noutras empresas, organizações e instituições.

Nas suas seis reuniões, o Comité de Risco tratou, em particular, os riscos de crédito, de liquidez, de refinanciamento, de países, de mercados e operacionais, assim como os riscos legais e de reputação. O Comité discutiu, em pormenor, a posição de risco do Banco e as provisões para perdas de crédito, o financiamento de capital, os sistemas de gestão de risco e os efeitos da aquisição do Postbank, no ano passado, para o perfil de risco do Banco. Outros focos de atenção foram a evolução económica geral, a crise da dívida soberana na Europa e as mudanças políticas em vários países do Médio Oriente e do Norte de África, bem como as consequências para o Banco e respetiva posição de risco. Além da evolução dos riscos legais materiais em cada uma das divisões de negócio e regiões, foram debatidos assuntos como a minimização dos riscos de fraude e as consequências das alterações às normas regulamentares para o Banco e respetiva posição de risco. O Comité abordou, igualmente, a evolução das posições de financiamento e liquidez do Banco, a sua capacidade de absorção de riscos, o teste de esforço conduzido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e os novos requisitos de financiamento de capital aplicados ao setor. De referir ainda a discussão aprofundada das carteiras globais do setor apresentadas de acordo com um plano específico. Também discutidas em pormenor foram as exposições do Banco sujeitas a aprovação obrigatória nos termos da lei alemã e dos Estatutos. Sempre que necessário, o Comité de Risco deu a sua aprovação.

O Comité de Auditoria reuniu-se seis vezes durante 2011 e em todas essas reuniões estiveram presentes representantes do auditor do Banco. Os assuntos debatidos foram a auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes a 2010, os Relatórios Intercalares e os formulários 20F e 6K para a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission - SEC). O Comité tratou ainda da proposta de eleição do auditor para o exercício de 2011, emitiu o mandato de auditoria, deliberou sobre a remuneração do auditor e atestou a independência do auditor em conformidade com os requisitos do código alemão de governo das sociedades e as normas da autoridade pública de supervisão de auditoria dos Estados Unidos (Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB). O Comité não especificou áreas de foco para a auditoria, porquanto a autoridade federal de supervisão financeira alemã (BaFin), fazendo uso do seu direito nos termos da Secção 30 da Lei bancária alemã, fez uma especificação extensiva dessas áreas. O Comité de Auditoria está convicto de que, à semelhança de anos anteriores, não existem conflitos de interesses da parte do auditor do Banco. O Comité certificou-se da eficácia do sistema de controlo interno, de gestão de risco e de auditoria interna, e monitorizou a informação financeira reportada, o processo contabilístico e a auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais. Quando necessário, foram aprovadas resoluções ou foram formuladas recomendações para aprovação do Conselho de Supervisão. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade, incluindo o auditor, para serviços não relacionados com auditoria, o trabalho da auditoria interna, questões de conformidade, riscos legais e de reputação, bem como investigações especiais e conclusões importantes das autoridades reguladoras. O plano da Auditoria Interna para o exercício foi objeto de aprovação. O Comité de Auditoria não recebeu reclamações em matéria de contabilidade, controlos contabilísticos internos ou auditoria. Além disso, o Comité de Auditoria tratou regularmente o processamento das conclusões da auditoria, formuladas pelo auditor, em relação às Demonstrações Financeiras Anuais e Consolidadas de 2010, as medidas a tomar para dar resposta às conclusões da auditoria, os requisitos relativos à monitorização de funções nos termos da Secção 107 (3) da Lei alemã de sociedades anónimas, as medidas de preparação da auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e as áreas de foco da auditoria especificadas pela autoridade federal de supervisão financeira em conformidade com a Secção 30 da Lei bancária alemã.

O Comité de Nomeações reuniu-se duas vezes durante 2011 e tratou de questões de sucessão no seio do Comité de Supervisão.

Quanto ao Comité de Mediação, criado nos termos das disposições da Lei de Codeterminação alemã (MitbestG), não houve necessidade de se reunir em 2011.

Os presidentes de ambos os Comités informaram regularmente o Conselho de Supervisão sobre os trabalhos desenvolvidos.

Em 2011, todos os membros do Conselho de Supervisão participaram nas reuniões do mesmo e dos respetivos comités, salvo algumas raras exceções. A taxa média de assiduidade foi superior a 95%.

Governo da Sociedade

Nas reuniões de 25 de maio de 2011, o Conselho de Supervisão e o Comité do Presidente abordaram as sugestões e recomendações do Código alemão de governo das sociedades e, em cada caso, observaram que a Comissão Governamental para o Código alemão de governo das sociedades não introduziu quaisquer alterações ao Código na sua sessão plenária de 4 de maio de 2011.

Além disso, o Comité do Presidente e o Conselho de Supervisão trataram da questão da remuneração do Conselho de Administração Executivo, em diversas reuniões. Para a revisão da estrutura do sistema remuneratório do Conselho de Administração Executivo e da adequação da componente variável da remuneração no exercício de 2011, o Conselho de Supervisão deliberou contratar um consultor independente em remunerações e um conselheiro jurídico externo para examinarem a conformidade com os requisitos legais e regulamentares.

Na reunião de 1 de fevereiro de 2012, determinámos que o Conselho de Supervisão dispõe do que considerámos ser um número adequado de membros independentes. Determinámos igualmente que todos os membros do Comité de Auditoria são independentes conforme estabelecido nas normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission - SEC), emitidas tendo em vista a implementação da Secção 407 da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley de 2002. Os senhores Dr. Börsig, Dr. Eick e Dr. Siegert (membro do Comité de Auditoria desde 1 de agosto de 2011) foram designados especialistas financeiros do Comité de Auditoria, em conformidade com os regulamentos da SEC e com as Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei de sociedades anónimas.

A Declaração de Conformidade nos termos da Secção 161 da Lei de sociedades anónimas, emitida pela última vez em 27 de outubro de 2010 pelo Conselho de Supervisão e pelo Conselho de Administração Executivo, foi reemitida na reunião do Conselho de Supervisão de 25 de outubro de 2011. O Deutsche Bank cumpre as recomendações do Código alemão de governo das sociedades na sua versão de 26 de maio de 2010, com uma única exceção. Esta exceção foi incluída na Declaração como medida de precaução, devido a uma decisão não definitiva do Tribunal Superior Regional (OLG) de Frankfurt am Main, com data de 5 de julho de 2011, relativa à divulgação de conflitos de interesses no relatório do Conselho de Supervisão dirigido à Assembleia Geral. O texto da Declaração de Conformidade emitida em 25 de outubro de 2011, juntamente com uma apresentação completa do governo societário do Banco, estão disponíveis na página 411 e seguintes do Relatório Financeiro de 2011 e em http://www.deutsche-bank.de/ir/en/content/corporate_governance.htm. Os termos de referência para o Conselho de Supervisão e respetivos comités, e para o Conselho de Administração Executivo, também se encontram aí publicados, nas versões atualmente em vigor.

Formação e outras medidas educativas

Os membros do Conselho de Supervisão concluíram, à sua própria responsabilidade, a formação e outras medidas educativas necessárias ao exercício das suas funções. O Deutsche Bank disponibilizou-lhes o apoio considerado adequado nesse contexto. Os novos membros do Conselho de Supervisão em 2011, as senhoras Garrett-Cox e Voigt, receberam uma orientação especificamente adaptada aos respetivos níveis de conhecimento, bem como documentação pormenorizada. Além disso, os membros do Conselho de Supervisão participaram em cursos de formação externos. Todos os membros do Conselho de Supervisão foram informados da base legal dos trabalhos do Conselho de Supervisão no âmbito de um workshop realizado por um advogado externo, em fevereiro de 2011. Os membros do Comité de Auditoria debateram os novos regulamentos de contabilidade e informação financeira com funcionários do departamento financeiro e com o auditor. Tiveram igualmente a oportunidade de debater com um advogado externo os requisitos de monitorização do Conselho de Supervisão nos termos da Secção 107 (3), segunda frase, da Lei de sociedades anónimas. Além disso, os membros do Conselho de Supervisão foram informados dos novos desenvolvimentos em matéria de governo de sociedades. Em abril de 2012, será realizado um seminário interno por um docente universitário externo sobre matérias como demonstrações financeiras anuais, análise das contas anuais, gestão de risco, e funções e responsabilidades dos membros de conselhos de supervisão.

Conflitos de interesses e respetivo tratamento

Relativamente ao acordo anunciado em 21 de dezembro de 2010, entre o Deutsche Bank e o Departamento de Justiça norte-americano, que evitou um processo judicial por operações de favorecimento fiscal para clientes, o Banco encomendou um relatório jurídico para avaliar a possibilidade de interpor ações regressivas contra antigos membros do Conselho de Administração Executivo. Este parecer especializado foi debatido nas reuniões do Comité do Presidente e do Conselho de Supervisão em 25 de maio de 2011, e concluiu-se que não existem quaisquer pretensões contra membros antigos ou ativos do Conselho de Administração Executivo. Como esta questão se desenrolou durante o seu mandato de membro do Conselho de Administração Executivo, o Dr. Börsig não participou no debate nem na votação sobre possíveis ações regressivas.

Até finais de 2010, a senhora Ruck foi membro do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Nesse sentido, absteve-se de votar a resolução do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank AG, nos termos da Secção 32 da Lei da Codeterminação (MitbestG), sobre a ratificação de atos de gestão do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG para o exercício de 2010.

Litígios

À semelhança de anos anteriores, obtivemos regularmente informações sobre processos judiciais importantes e debatemos futuras linhas de ação, designadamente, as ações revogatórias e a obtenção de informações depositadas em relação às Assembleias Gerais de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, assim como os processos judiciais do Dr. Kirch/seu sucessor legal e KGL Pool GmbH contra o Deutsche Bank e o Dr. Breuer.

Além disso, os relatórios sobre processos judiciais importantes foram apresentados com regularidade ao Conselho de Supervisão e, em pormenor, aos Comités de Auditoria e de Risco.

Demonstrações Financeiras Anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou a contabilidade, as Demonstrações Financeiras Anuais e o Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2011, bem como as Demonstrações Financeiras Consolidadas acompanhadas pelas Notas anexas e o Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2011. A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi designada pela Assembleia Geral para auditor das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas. Depois de o Tribunal Regional de Frankfurt am Main ter declarado, em primeira instância, esta nomeação nula e sem efeito com base numa ação revogatória, o Tribunal Distrital de Frankfurt am Main nomeou, mediante petição do Banco em articulação com o Comité de Auditoria, a KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft para auditor das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas, por despacho judicial. As auditorias produziram, em cada caso, um parecer sem reservas. O Comité de Auditoria examinou os documentos relativos às Demonstrações Financeiras Anuais e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, juntamente com o relatório do auditor, e debateu estes documentos exaustivamente com o auditor. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos deste debate na reunião de hoje do Conselho de Supervisão. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após análise dos relatórios do auditor, dos documentos relativos às Demonstrações Financeiras Anuais e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, demos o nosso acordo aos resultados das auditorias após um debate exaustivo, e determinámos, também com base nos resultados das nossas análises, não haver quaisquer objeções a levantar.

Aprovámos, hoje, as Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração Executivo, ficando assim apuradas as Demonstrações Financeiras Anuais. Demos o nosso acordo à proposta do Conselho de Administração Executivo para aplicação dos resultados do exercício.

Questões de pessoal

Não se verificaram alterações de pessoal no Conselho de Administração Executivo em 2011.

Com o termo da Assembleia Geral de 26 de maio de 2011, o mandato de Sir Peter Job como membro do Conselho de Supervisão chegou ao fim. Para lhe suceder, a senhora Katherine Garrett-Cox foi eleita membro do Conselho de Supervisão pela Assembleia Geral de 26 de maio de 2011.

O Sr. Peter Kazmierczak renunciou ao seu mandato de membro do Conselho de Supervisão com efeitos a partir de 25 de outubro de 2011. A senhora Renate Voigt foi nomeada para lhe suceder, como membro do Conselho de Supervisão, durante o período de mandato remanescente, por ordem do tribunal em 30 de novembro de 2011.

Agradecemos aos membros que cessaram funções no ano passado o trabalho dedicado que desenvolveram no Conselho de Supervisão e o apoio construtivo prestado à empresa e ao Conselho de Administração Executivo ao longo dos anos.

Na nossa reunião de hoje, 16 de março, o Conselho de Supervisão nomeou o Dr. Stephan Leithner, o Sr. Stuart Wilson Lewis e o Sr. Henry Ritchotte para membros do Conselho de Administração Executivo, em cada caso por um mandato de três anos com efeitos a partir de 1 de junho de 2012. O Dr. Leithner está ao serviço do Deutsche Bank desde 2000 e exerce o cargo de Codiretor de Coverage & Advisory na área de Banca de Investimento desde 2010. O Sr. Lewis integrou o Deutsche Bank em 1996, onde tem exercido as funções de Diretor Adjunto de Risco (Deputy Chief Risk Officer) desde 2010. O Sr. Ritchotte está ao serviço do Deutsche Bank desde 1995 e exerce as funções de Diretor Operacional (Chief Operating Officer) da Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank desde 2010. O Dr. Bänziger e o Sr. Lamberti irão abandonar o Conselho de Administração Executivo e o Deutsche Bank, com efeitos a partir do fim do dia 31 de maio de 2012. O Dr. Ackermann irá abandonar o Conselho de Administração Executivo do Banco, ao qual tem presidido desde 2002, com efeitos a partir do termo da Assembleia Geral de 31 de maio de 2012.

O Conselho de Supervisão,

[assinatura]

Dr. Clemens Börsig
Presidente

Frankfurt am Main, 16 de março de 2012

Conselho de Supervisão

Dr. Clemens Börsig
Presidente,
Frankfurt am Main

Karin Ruck*
Vice-Presidente
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Wolfgang Böhr*
Deutsche Bank AG,
Dusseldorf

Dr. Karl-Gerhard Eick
KGE Asset Management Consulting Ltd.,
Londres

Katherine Garrett-Cox
Desde 26 de Maio de 2011,
Diretora-Geral (CEO) da Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Alfred Herling*
Deutsche Bank AG,
Wuppertal

Gerd Herzberg*
Vice-Presidente de ver.di
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft
até 31 de outubro 2011,
Hamburgo

Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011,
Londres

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente de acatech – Academia Alemã de
Ciência e Engenharia,
Königs Wusterhausen

Peter Kazmierczak*
até 25 de outubro de 2011,
Deutsche Bank AG,
Herne

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,
Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
Toronto

Maurice Lévy
Presidente do Conselho de Administração e da
Comissão Executiva do Publicis Groupe S.A.,
Paris

Henriette Mark*
Deutsche Bank AG,
Munique

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und
Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Dr. Theo Siegert
Sócio Gerente da de Haen
Carstanjen & Söhne,
Dusseldorf

Dr. Johannes Teysen
Presidente do Conselho de Administração de
E.ON AG,
Oberding

Marlehn Thieme*
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Tilman Todenhöfer
Sócio Gerente de Robert Bosch
Industrietreuhand KG,
Madrid

Stefan Viertel*
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Renate Voigt*
Desde 30 de novembro de 2011,
Deutsche Bank AG,
Estugarda

Werner Wenning
Presidente do Conselho de Supervisão de
E.ON AG, desde 5 de Maio de 2011,
Leverkusen

* Eleitos pelos colaboradores da Alemanha,
com exceção de Renate Voigt, que foi
nomeada representante dos colaboradores
pelo tribunal.

Comités

Comité do Presidente

- Dr. Clemens Börsig
Presidente
- Alfred Herling*
- Karin Ruck*
- Tilman Todenhöfer

Comité de Mediação

- Dr. Clemens Börsig
Presidente
- Wolfgang Böhr*
- Karin Ruck*
- Tilman Todenhöfer

Comité de Auditoria

- Dr. Karl-Gerhard Eick
Presidente
- Dr. Clemens Börsig
- Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011
- Henriette Mark*
- Karin Ruck*
- Dr. Theo Siegert
desde 1 de agosto de 2011
- Marlehn Thieme*

Comité de Risco

- Dr. Clemens Börsig
Presidente
- Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011
- Prof. Dr. Henning Kagermann
- Suzanne Labarge
até 31 de julho de 2011, membro suplente
- Dr. Theo Siegert
membro suplente

Comité de Nomeações

- Dr. Clemens Börsig
Presidente
- Tilman Todenhöfer
- Werner Wenning

* Eleitos pelos colaboradores da Alemanha.

Dr.^a June Rin Singapura

Investidora de longo prazo em ações Deutsche Bank, mantenho-me fiel, mesmo numa conjuntura difícil. Estou convicta de que, mais cedo ou mais tarde, tempos melhores virão e o valor dos meus investimentos no Deutsche Bank irá crescer.

Dr.^a June Rin,
Singapura

01 -

Grupo Deutsche Bank

Perfil Societário e Enquadramento – 23
Estabilidade em tempos difíceis

Governo da Sociedade – 27
As bases do sucesso a longo prazo

No interesse dos nossos Parceiros - 29
Empreendedores em prol de accionistas,
clientes, colaboradores e da sociedade em geral

Perfil Societário e Enquadramento

Estabilidade em tempos difíceis

O Deutsche Bank é um líder mundial em banca de investimento, com uma rede sólida e cada vez mais ampla de serviços para clientes particulares. Capitalizar ao máximo o potencial de sinergias entre estas duas áreas de negócio que se reforçam mutuamente constitui uma prioridade estratégica muito importante. Firmemente implantados numa ampla base internacional, somos líderes de mercado na Europa e dispomos de uma forte posição competitiva na América do Norte, assim como em mercados de crescimento chave, sobretudo asiáticos.

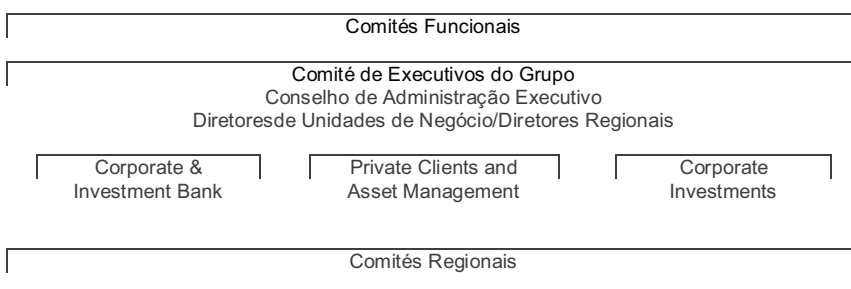
Estrutura de gestão

As responsabilidades primordiais do Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank AG incluem a gestão estratégica do Grupo, afetação de recursos, contabilidade e informação financeira, gestão de risco e controlo societário. O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções de liderança e de supervisão, conta com o apoio de unidades da infraestrutura central e outros departamentos de serviços, assim como de comités funcionais presididos pelos respetivos membros.

O Comité de Executivos do Grupo (GEC-Group Executive Committee) é composto pelos membros do Conselho de Administração Executivo, pelos diretores das unidades de negócio centrais que não fazem parte do Conselho de Administração e pelo Diretor da região Américas. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011, o Diretor da região Ásia/Pacífico (excluindo Japão) foi nomeado para o GEC, o que vem sublinhar a importância estratégica desta região como um dos nossos principais motores de crescimento. Nas suas reuniões regulares, o GEC analisa a evolução dos mercados, debate a situação das divisões de negócio, examina questões relacionadas com a estratégia do Grupo e o ambiente competitivo, e prepara recomendações para decisões do Conselho de Administração Executivo.

Josef Ackermann é o presidente do Conselho de Administração Executivo e do GEC. Com efeitos a partir do termo da Assembleia Geral de 2012, irá afastar-se destes cargos e os atuais membros do Conselho de Administração Executivo Jürgen Fitschen e Anshu Jain serão nomeados Copresidentes do Conselho de Administração Executivo e do GEC.

Estrutura de gestão



Divisões de Grupo

O Deutsche Bank é constituído pelas seguintes Divisões de Grupo: Corporate & Investment Bank (CIB), Private Clients and Asset Management (PCAM) e Corporate Investments (CI).

Corporate & Investment Bank

A Divisão Corporate & Investment Bank (Empresas e Banca de Investimento) é responsável pela área de mercados de capitais, englobando a originação, comercialização e negociação de produtos dos mercados de capitais, nomeadamente dívida, ações e outros valores mobiliários, assim como as áreas Corporate Advisory (Assessoria de empresas), Corporate Lending (Crédito a empresas) e Transaction Banking (Gestão de transações de pagamento e títulos). Os nossos clientes institucionais repartem-se pelo setor público (Estados soberanos e organizações internacionais, por exemplo) e pelo setor privado. Estamos ao serviço de todos os tipos de clientes empresariais, desde as empresas de média dimensão até aos grandes grupos multinacionais. A CIB subdivide-se em duas Divisões Corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S) e Global Transaction Banking (GTB). A Divisão Corporate Banking & Securities (Banca de empresas e Títulos) inclui as unidades de negócio Markets (Mercados) e Corporate Finance (Soluções financeiras de desenvolvimento para empresas) e engloba as atividades de originação, comercialização e negociação de valores mobiliários a nível do Grupo Deutsche Bank, as áreas de Corporate Advisory (Assessoria de empresas) e M&A (Fusões e Aquisições) a nível mundial, bem como outras atividades de Corporate Finance. A Divisão Global Transaction Banking (Gestão de transações de pagamento e títulos) abarca os serviços de Cash Management (Gestão de tesouraria) para empresas e instituições financeiras do Deutsche Bank, as soluções de Trade Finance (Financiamento de empresas nos mercados internacionais) e os serviços de Trust and Securities (Fundos fiduciários e Títulos).

Private Clients and Asset Management

A Divisão Private Clients and Asset Management-PCAM (Clientes Particulares e Gestão de Ativos) é composta por duas Divisões Corporativas: Asset and Wealth Management-AWM (Gestão de Ativos e Patrimónios) e Private & Business Clients-PBC (Clientes Particulares e Empresariais).

Por sua vez, a AWM engloba as Divisões de Negócio Asset Management-AM (Gestão de Ativos) e Private Wealth Management-PWM (Gestão de Patrimónios Privados). A Divisão Asset Management oferece produtos de fundos de investimento aos clientes do segmento retalho em todo o mundo, através da rede DWS Investments. Prestamos aos clientes institucionais, nomeadamente fundos de pensões e companhias de seguros, um vasto leque de serviços que inclui produtos de investimento tradicionais e alternativos. Em 22 de novembro de 2011, anunciámos que iríamos proceder a uma revisão estratégica da Divisão Asset Management, como parte de uma política de sucesso que consiste na otimização contínua do mix de áreas de negócio, tendo especialmente em conta o cenário de alterações no contexto regulamentar e o panorama competitivo, assim como os custos associados e as perspetivas de crescimento. A revisão abrange toda a Divisão Asset Management a nível global, com exceção da rede DWS na Alemanha, resto da Europa e Ásia, porquanto continua a ser uma parte estratégica da nossa presença no segmento de retalho desses mercados. A Divisão Private Wealth Management serve indivíduos e famílias com património financeiro elevado ou ultraelevado, assim como algumas instituições selecionadas, prestando a este conjunto de clientes extremamente exigentes e criteriosos um serviço de gestão de património totalmente integrado, incluindo serviços de planeamento sucessório e de aconselhamento filantrópico.

A Divisão Private & Business Clients presta um amplo leque de serviços bancários, nomeadamente contas correntes, depósitos, empréstimos, produtos de reforma e gestão de investimento, tanto a clientes particulares e empresários em nome individual, como as pequenas e médias empresas. Fora da Alemanha, a Divisão PBC dispõe de uma presença operacional de longa data em Itália, Espanha, Bélgica e Portugal e já há alguns anos que desenvolve atividade na Polónia. Além disso, estamos a fazer investimentos específicos nos mercados em crescimento da China e da Índia.

Corporate Investments

A Divisão de Grupo Corporate Investments-CI (Investimentos em Empresas) gere os investimentos de capital globais do Deutsche Bank, que não fazem parte da nossa atividade nuclear, nomeadamente, as restantes participações na indústria, outros investimentos de capital, e outros investimentos financeiros, sobretudo provenientes de investimentos imobiliários e exposições a crédito.

A nossa estratégia

Desde o eclodir da crise financeira em 2008, o panorama bancário alterou-se profundamente. Os requisitos regulamentares, em particular, tornaram-se consideravelmente mais rígidos. Logo no início da crise, reconhecemos a necessidade subjacente de adaptar a estratégia e o modelo de negócio de modo a refletir esta nova envolvente. A Fase 4 da nossa Agenda de Gestão, aprovada em dezembro de 2009, estabelece as linhas de ação para fazer face aos desafios de um contexto em mudança. Neste âmbito, estamos a concentrar esforços no sentido de alcançar uma rentabilidade sustentável na banca de investimento, através de uma disciplina mais rígida a nível do balanço e dos riscos, conseguir um modelo de negócio equilibrado, expandir o nosso compromisso nos mercados asiáticos e renovar a ênfase na nossa cultura de desempenho.

A crise da dívida soberana na Europa e o risco de contágio criaram um ambiente de negociação de grande nervosismo e uma elevada volatilidade nos mercados financeiros durante o ano de 2011, com a gradual deterioração das perspetivas económicas de muitos países. Em face desta situação, continuámos a executar a nossa estratégia e, mais uma vez, conseguimos depurar decisivamente os riscos das nossas contas e aumentar a qualidade dos resultados financeiros, em resultado da base mais alargada. Além disso, atribuímos a máxima prioridade ao reforço das nossas posições de capital, financiamento e liquidez.

Estamos confiantes de que temos em curso a estratégia certa para nos mantermos no caminho do sucesso, mesmo num contexto operacional mais complicado.

Presença global



-
- Importante polo regional
 - Capital do país onde estamos representados

Governo da Sociedade

As bases do sucesso a longo prazo

Um governo societário eficiente orientado pelos mais elevados padrões internacionais é algo que nos é intrínseco. O quadro de base é constituído, primordialmente, pela Lei alemã de sociedades anónimas e pelo Código alemão de governo das sociedades. Como as nossas ações também estão admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, estamos igualmente sujeitos às leis de mercado de capitais americanas aplicáveis, assim como às normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission - SEC) e da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

O nosso sistema de governo de sociedade constitui a base da gestão e controlo responsáveis do Deutsche Bank, com ênfase na criação de valor sustentável. É composto por quatro elementos-chave: boas relações com os acionistas; uma colaboração eficaz entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho de Supervisão; um sistema remuneratório baseado no desempenho numa ótica sustentável e de longo prazo; e uma prestação de informações transparente e atempada.

Acionistas

Conforme exigido por lei, os nossos acionistas participam nas decisões de importância material para o Banco, nomeadamente alterações aos Estatutos, distribuição de lucros, autorização para a emissão de novas ações e mudanças estruturais importantes. Além disso, os acionistas estão habilitados a votar, com carácter não vinculativo, o sistema remuneratório do Conselho de Administração Executivo. O Deutsche Bank dispõe apenas de uma classe de ações, em que cada ação corresponde a um direito de voto. Para facilitar o exercício dos direitos de voto pelos acionistas, permitimos a votação dos ausentes e apoiamos a utilização de meios eletrónicos na Assembleia Geral Anual. Por exemplo, os acionistas podem emitir autorizações e instruções de voto dirigidas a representantes do Deutsche Bank através da Internet.

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo é responsável pela gestão da sociedade, exercendo controlo sobre as empresas do Grupo Deutsche Bank. Assegura o cumprimento de todas as disposições legislativas e das políticas internas da empresa. Ao nomear pessoas para cargos de gestão da empresa, o Conselho de Administração Executivo tem em conta a diversidade. Os membros do Conselho de Administração Executivo, juntamente com os diretores das unidades de negócio centrais do Banco que não fazem parte do Conselho de Administração Executivo e os diretores das regiões Américas e Ásia/Pacífico (excluindo Japão), formam o Comité de Executivos do Grupo (Group Executive Committee - GEC). Este Comité analisa a evolução dos mercados, debate a situação das divisões de negócio, examina questões relacionadas com a estratégia do Grupo e o ambiente competitivo, e prepara recomendações para decisões do Conselho de Administração Executivo.

Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão supervisiona e aconselha o Conselho de Administração Executivo nas suas funções de gestão da atividade do Banco. As grandes decisões que afetam o Banco requerem a aprovação do Conselho de Supervisão. Adicionalmente, especifica as obrigações de informação e de reporte do Conselho de Administração Executivo, nomeia os membros do Conselho de Administração Executivo e elabora planos de longo prazo para a respetiva sucessão, em colaboração com o Conselho de Administração Executivo. O Conselho de Supervisão procede a uma apreciação regular da eficiência do seu próprio trabalho. Além do Comité de Mediação exigido por lei, o Conselho de Supervisão constituiu o Comité do Presidente, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco e o Comité de Nomeações.

No âmbito do exercício das suas funções, o Conselho de Supervisão toma providências no sentido de assegurar que possui uma composição equilibrada e que, no conjunto, os seus membros dispõem dos necessários conhecimentos, aptidões e competências. Além disso, o Conselho de Supervisão respeita a diversidade no seio do Banco, especialmente quando procede à nomeação dos membros do Conselho de Administração Executivo e à elaboração de propostas para a eleição do Conselho de Supervisão. À luz das atividades

globais do Banco, o Conselho de Supervisão dispõe de um número adequado de membros com uma longa experiência internacional, além de um número suficiente de membros independentes.

Remunerações

O sistema remuneratório do Conselho de Administração Executivo visa assegurar, acima de tudo, uma remuneração adequada e sustentável. A componente variável da remuneração baseia-se nos resultados globais do Deutsche Bank tendo em conta os riscos assumidos, no contributo da correspondente unidade de negócio para os resultados e no desempenho individual. Os principais fatores de determinação das componentes remuneratórias baseadas no desempenho são a consecução da meta de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e a rentabilidade total dos acionistas, em comparação com o valor correspondente de um grupo de pares selecionados, em cada caso com base numa média de vários anos. A componente variável da remuneração é atribuída maioritariamente numa base diferida e está sujeita a determinadas condições de caducidade. Pelo menos 50 % do total da remuneração variável baseia-se em ações, podendo assim refletir tanto o desempenho positivo como o desempenho negativo das ações Deutsche Bank.

A remuneração dos membros do Conselho de Supervisão é composta por componentes fixas e variáveis. De acordo com os Estatutos, a componente variável da remuneração depende da superação de metas mínimas pré-definidas relacionadas com dividendos e o valor médio dos resultados por ação de três anos. O presidente e o vice-presidente do Conselho de Supervisão, bem como o presidente e os membros dos comités do Conselho de Supervisão, com exceção do Comité de Nomeações, recebem uma remuneração complementar.

As remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Supervisão, assim como informações sobre o sistema remuneratório, são publicadas no Relatório de Remunerações. [Consultar o Relatório Financeiro 2011, p. 140 e seguintes.](#)

Informação Financeira

A publicação do Relatório Anual, incluindo as Demonstrações Financeiras Consolidadas, e dos Relatórios Intercalares mantém os acionistas e o público devidamente atualizados. A informação financeira do Grupo Deutsche Bank é preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS). Estas normas, além de conferirem um nível elevado de transparência à informação financeira publicada, facilitam a comparação com os nossos pares internacionais.

Declaração de Conformidade

Em 25 de outubro de 2011, o Conselho de Administração Executivo e o Conselho de Supervisão publicaram a Declaração de Conformidade anual nos termos da Secção 161 da Lei alemã de sociedades anónimas. Este documento declara que o Deutsche Bank AG age em conformidade com as recomendações do Código alemão de governo das sociedades na versão de 26 de maio de 2010, embora, como precaução, seja mencionada uma exceção relativamente ao n.º 5.5.3, primeira frase, que prevê a divulgação de conflitos de interesses no relatório do Conselho de Supervisão dirigido à Assembleia Geral.

O Relatório de Governo da Sociedade completo, juntamente com a Declaração de Governo da Sociedade de 2011, e outros documentos em matéria de governo societário, como os termos de referência do Conselho de Administração Executivo, do Conselho de Supervisão e respetivos comités, encontram-se disponíveis em ► www.deutsche-bank.com/corporate-governance.

Procedemos a uma verificação contínua do nosso sistema de governo de sociedade, à luz dos requisitos legais e das normas nacionais e internacionais, introduzindo os ajustamentos necessários.

No interesse dos nossos Parceiros Empreendedores em prol de accionistas, clientes, colaboradores e da sociedade em geral

01 – 1 Os nossos Parceiros

Acionistas
Clientes
Colaboradores
Sociedade

Em 2011, o Deutsche Bank demonstrou a sua força empreendedora, ao navegar com sucesso por mercados turbulentos e difíceis, graças a uma estratégia de negócio clara, à confiança dos clientes e à competência e dedicação dos colaboradores - beneficiando, assim, os acionistas, os clientes, os colaboradores e, em última análise, a sociedade em geral. [Gráfico 01 – 1](#)

Acionistas

Através de uma política societária virada para o futuro e, em particular, de uma disciplina de risco rigorosa, soubemos gerir o impacto da crise da dívida soberana na Europa melhor do que muitos dos nossos concorrentes, sem comprometer a nossa independência. Os nossos acionistas compreendem que o reforço do capital próprio e da liquidez é uma prioridade absoluta e que não existem alternativas viáveis a esta abordagem. É nossa intenção cumprir os requisitos mais exigentes dos reguladores com os nossos próprios recursos. Desta forma, continuamos a seguir o rumo que havíamos traçado.

Clientes

No interesse dos nossos clientes, velamos atentamente por que as nossas capacidades e desempenho se mantenham intactos, mesmo em fases de grande turbulência e incerteza. O nosso objetivo é ser um líder mundial em serviços financeiros, em todas as áreas de negócio onde operamos. Graças a esta abordagem, geramos um valor sustentável para os nossos clientes, evitando práticas de negócio que possam pôr em risco o bom nome do Deutsche Bank.

Colaboradores

Os colaboradores são a chave do nosso sucesso. A qualidade do seu trabalho constitui a base da performance e da confiança dos clientes. Nesse sentido, investimos continuamente na formação e desenvolvimento dos colaboradores, assim como no aumento do nosso atrativo como entidade empregadora, de modo a conquistar e reter os melhores talentos. Enquanto empresa global, consideramos que a diversidade dos colaboradores é uma vantagem competitiva, porquanto nos permite dar uma resposta personalizada aos diferentes clientes e às suas necessidades específicas. Além disso, a diversidade constitui uma fonte importante de criatividade e inovação.

Sociedade

O Deutsche Bank considera-se um "cidadão corporativo" com responsabilidade social em vários países do mundo. Por querermos estar à altura desta responsabilidade, adotámos uma abordagem de gestão que coloca uma ênfase especial na sustentabilidade. Participamos ativamente no debate crítico sobre os princípios do setor financeiro e estamos empenhados em resolver os problemas que forem sendo identificados. Através de um sistema de governo societário conforme com normas nacionais e internacionais, contribuimos para a criação de um valor duradouro para a sociedade em geral. Este amplo compromisso para com a sociedade tem o apoio de clientes, colaboradores e acionistas. Alguns exemplos excelentes de como aplicamos os objetivos de sustentabilidade na prática são os edifícios "verdes" das nossas sedes em Frankfurt am Main, Hong Kong e Bombaim, que cumprem os mais elevados padrões ecológicos.

Acionistas

Um retorno competitivo para os accionistas depende da satisfação dos clientes.

Dados estruturais

	2011	2010	2009
Número de acionistas	660.389	640.623	586.295
Acionistas por tipo, em % de capital social ¹			
Institucionais (incluindo bancos)	74	75	74
Particulares	26	25	26
Repartição regional, em % de capital social ¹			
Alemanha	52	47	46
União Europeia (excluindo Alemanha)	26	31	31
Suiça	6	6	6
Estados Unidos	13	13	16
Outros	3	3	1

Números-chave

	2011	2010	2009
Variação no retorno total da acção Deutsche Bank ²	(23,3)%	(11,7)%	79,4%
Volume médio de negociação diária (em milhões de acções) ³	8,8	8,0	8,4
Dividendo por acção para o exercício (em euros)	0,75 ⁴	0,75	0,75

Projetos Especiais

Dia do Investidor	Reunião de membros seniores da direção da Divisão de Grupo CIB (Empresas e Banca de Investimento) e da Divisão Corporativa PBC (Clientes Particulares e Empresariais) com investidores e analistas financeiros para apresentar e discutir o estado e a estratégia de cada divisão.
Votação dos ausentes	O novo sistema de votação dos ausentes disponibiliza aos acionistas uma forma fácil e adicional de exercerem os seus direitos de voto.

¹ Valores arredondados

² Cotação das acções baseada no sistema Xetra

³ Estatísticas do registo de ordens (Xetra)

⁴ Proposta para a Assembleia Geral Anual de 31 de maio de 2012

Clientes

Clientes exigentes esperam um serviço de excelência e produtos inovadores.

Dados estruturais

		2011	2010	2009
Número de clientes (arredondado)				
Corporate & Investment Bank		83.800 ¹	54.400	41.600
Private Clients and Asset Management	Private & Business Clients	28.585.000	28.787.000	14.600.000
	dos quais: Deutsche Postbank AG	14.064.000	14.150.000	–
	Asset and Wealth Management			
	Retail Asset Management (Alemanha/Luxemburgo)	2.260.000	2.225.000	2.119.000
	dos quais: em cooperação	465.000	464.000	389.000
	Institutional Asset Management	2.400	2.300	2.300
	Private Wealth Management ²	75.800	79.400	78.000

Números-chave

		2011	2010	2009
Corporate & Investment Bank	IFR Awards, número de prêmios obtidos	8	8	7
	Risk Awards, número de prêmios obtidos	3	5	2
	Euromoney Awards for Excellence, número de prêmios obtidos	20	16	15
	Euromoney FX Poll, classificação	1	1	1
	Global Custodian Prime Brokerage Survey, classificação	1	1	1
Private Clients and Asset Management	DWS Investments			
	Número de prêmios de desempenho na Europa	69	76	53
	Deutsche Insurance Asset Management Prêmio Best Global Insurance Asset Manager ³	1	1	1

Projetos Especiais

Corporate & Investment Bank	Integração continuada no seio da Divisão CIB (Empresas e Banca de Investimento), com vista a promover um crescimento mais forte através da racionalização de processos e de uma ligação mais estreita entre divisões de negócio.
Private Clients and Asset Management	Integração do Postbank na Divisão Corporativa PBC (Clientes Particulares e Empresariais) e desenvolvimento de uma plataforma comum para os processos e a infraestrutura de TI. A nossa ferramenta “Book Yield Attribution Analytics”, que ajuda os investidores a medir e analisar eficazmente o desempenho de uma carteira, foi patenteada nos Estados Unidos. Integração do Sal. Oppenheim na Divisão de Negócio PWM (Gestão de Patrimónios Privados).

¹ Incluindo 32.000 clientes oriundos das atividades de banca comercial do antigo ABN AMRO na Holanda

² Número de relações excluindo Private Client Services (EUA), 2010 e 2011 incluindo Sal. Oppenheim

³ Reactions Magazine

Colaboradores

Competência, experiência e espírito vencedor são atributos dos nossos colaboradores

Dados estruturais

		2011	2010	2009
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)¹		100.996²	102.062	77.053
Divisões	Private Clients and Asset Management	48,6%	49,8%	39,7%
	Corporate & Investment Bank	15,0%	15,3%	18,2%
	Corporate Investments	1,4%	1,5%	0,0%
	Infraestrutura/Direção Regional	35,0%	33,4%	42,1%
Regiões	Alemanha	46,9%	48,3%	35,5%
	Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África	23,9%	23,3%	28,6%
	Américas	11,0%	11,0%	14,5%
	Ásia/Pacífico	18,2%	17,4%	21,4%
Habilitações ^{3,4}	Diploma universitário	63,7%	63,9%	63,5%
	Certificado de ensino secundário	17,3%	15,5%	19,1%
	Outros níveis de escolaridade	19,0%	20,6%	17,4%
Idade ³	até 24 anos	6,9%	7,1%	8,4%
	25 – 34 anos	28,7%	28,9%	35,0%
	35 – 44 anos	30,9%	31,6%	32,2%
	45 – 54 anos	24,8%	24,0%	19,0%
	mais de 54 anos	8,7%	8,4%	5,4%

Números-chave

	2011	2010	2009
Índice de compromisso do colaborador ^{4,5}	72%	73%	76%
Colaboradores que saem do Banco para um novo emprego	5,6%	6,6%	4,8%
Formação (custos em milhões de euros)	122	100	86
Programas de estágio (custos em milhões de euros)	56	41	41

Projetos Especiais

Uma nova cultura de desempenho no Deutsche Bank	Formulámos um conjunto de princípios fundamentais, em vigor em todo o Banco: Cada pessoa sabe o que se espera dela. Cada pessoa sabe qual a sua posição. E todos sabem que qualquer distinção é feita em função do desempenho.
Compromisso voluntário das empresas do DAX 30	O Deutsche Bank subscreveu o compromisso voluntário do "DAX 30" e visa aumentar a proporção de mulheres em cargos executivos de topo, ao nível de administração ou direção, em todo o mundo, assim como a proporção de mulheres em cargos de gestão, até 2018.

¹ Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

² Um ajustamento pontual dos dados referentes aos colaboradores do Deutsche Postbank resultou numa diminuição nocial de 260 colaboradores

³ Número de colaboradores (total)

⁴ Excluindo Deutsche Postbank

⁵ 2011: alteração de método, anos anteriores ajustados

Sociedade

O Deutsche Bank está empenhado em promover a cultura, a educação, o desenvolvimento das comunidades e a sustentabilidade, à escala global.

Dados estruturais

	2011	2010	2009
Número de países onde o Deutsche Bank opera (incluindo territórios offshore)	72	74	72

Números-chave

em milhões de euros		2011	2010	2009
Gastos do Deutsche Bank com atividades de responsabilidade social		77,1	91,7	74,8
dos quais:				
	Deutsche Bank Americas Foundation	6,3	6,8	9,5
	Corporate Citizenship UK	3,9	5,1	4,7
	Deutsche Bank Asia Foundation	3,0	3,0	3,7
Gastos de fundações financiadas pelo Deutsche Bank		6,0	6,4	6,3
	Deutsche Bank Foundation	4,4	4,5	4,9
	Outras fundações	1,6	1,9	1,4
Total		83,1	98,1	81,1

Projetos Especiais

Garantir sustentabilidade	Instalação de um sistema solar fotovoltaico a 224 metros de altura no telhado da nossa sede regional Américas em Nova Iorque. Este sistema gera eletricidade para consumo próprio do Banco e diminui as emissões de carbono em 100 toneladas métricas por ano.
Potenciar talento	Iniciativas como a IntoUniversity no Reino Unido ou a FairTalent na Alemanha dão a jovens de famílias socialmente desfavorecidas a possibilidade de obter um nível de escolaridade que lhes permita realizar todo o seu potencial.
Criar oportunidades	Como parte do nosso programa de desenvolvimento das comunidades nos Estados Unidos, o projeto Living Cities estabiliza zonas urbanas desprivilegiadas, promovendo sistemas de habitação, educação e saúde a preços acessíveis, assim como projetos de revitalização da economia local.
Promover criatividade	Desde 2002, o programa educativo Zukunft@BPhil da Berliner Philharmoniker já inspirou mais de 21.000 crianças e jovens a experimentarem o mundo da música clássica.
Envolver-se pessoalmente	Em 2011, mais de 19.000 colaboradores ofereceram-se como voluntários para apoiar quase 3.000 organizações parceiras sem fins lucrativos em todo o mundo.

Margarethe Weidner Regensburg

O futuro do Postbank sairá beneficiado com a aquisição pelo Deutsche Bank. Em última análise, todos os clientes têm a ganhar, não só com uma base de capital mais ampla, mas também com a experiência e as competências combinadas dos dois bancos.

Margarethe Weidner,
Cliente particular do Postbank,
Regensburg

02 -

Partes Interessadas

Acionistas – 37

Crise da dívida soberana penaliza mercados acionistas

Clientes – Corporate & Investment Bank – 41

Desempenho sólido num ambiente difícil

Clientes: Private Clients and Asset Management – 46

Receitas e lucros mais elevados

Clientes: Corporate Investments – 51

Cobertura alargada a mais ativos não estratégicos

Clientes: Infraestrutura central – 52

Braço executivo do Conselho de Administração do Grupo

Colaboradores – 53

Estabilidade elevada

Sociedade – 56

Assumir a responsabilidade

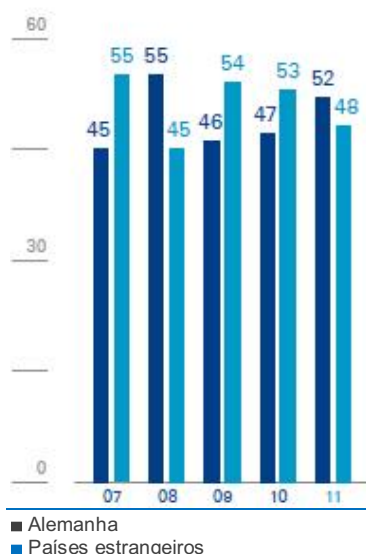
Declarações sobre a posição competitiva, a quota de mercado ou a classificação do Deutsche Bank baseiam-se fundamentalmente em fontes externas, incluindo publicações do setor (p.ex. Euromoney) e fornecedores de informação especializada (p.ex. Thomson Reuters, Dealogic).

Acionistas

Crise da dívida soberana penaliza mercados acionistas

02-1 Aumento das participações na Alemanha

Capital social em %, fim do ano



No início de 2011, a recuperação da economia mundial prosseguia, elevando as expectativas dos investidores. Num ambiente de mercado otimista, a ação Deutsche Bank atingiu o seu valor máximo do ano, em fevereiro, com 48,70 EUR. Em março, a catástrofe natural e nuclear no Japão conduziu a uma depressão do sentimento dos investidores e a uma queda generalizada dos preços das ações. As subidas dos preços de mercado no segundo trimestre revelaram-se picos temporários. No terceiro trimestre, a intensificação da crise da dívida soberana na Europa inflamou as preocupações dos investidores. Os mercados financeiros mundiais reagiram com uma volatilidade elevada, que penalizou fortemente as ações sobretudo do setor financeiro. A cotação da ação Deutsche Bank também sofreu fortes flutuações, mais de 10 % em alguns dias. Atingiu o seu valor mínimo em setembro, com 20,79 EUR.

As preocupações com as exposições dos bancos nos países periféricos da zona euro foram crescendo à medida que se chegava ao fim do ano, enquanto se levantavam cada vez mais questões sobre o financiamento de capital, a capacidade de suportar riscos e as reservas de liquidez dos bancos. Este clima de profunda incerteza impediu uma recuperação mais generalizada dos mercados. A ação Deutsche Bank conseguiu elevar-se ligeiramente acima do seu mínimo e encerrou, em 30 de dezembro de 2011, nos 29,44 EUR, quase 10 EUR, ou cerca de 25 %, abaixo do nível atingido no fim de 2010. Contudo, as cotações das ações da maioria dos nossos concorrentes internacionais equiparáveis sofreram uma descida ainda mais acentuada. O índice STOXX Europe Banks, que representa o setor bancário europeu, perdeu uns bons 37 % em 2011, enquanto o DAX, o principal índice acionista alemão, caiu quase 15 % e encerrou o ano nos 5.898 pontos.

Capitalização bolsista mais baixa

A capitalização bolsista do Deutsche Bank, no fim de 2011, desceu até aos 27.360 milhões de euros, quase menos 9.000 milhões de euros do que no ano anterior. Se bem que o volume médio de negociação diária tenha aumentado para 8,8 milhões de ações, o valor total anual da negociação Xetra diminuiu em 2011, devido aos níveis mais baixos de cotação da ação, recuando para os 133 mil milhões de euros, em comparação com os 160 mil milhões de euros em 2010. Ainda assim, mantivemos o segundo lugar entre os títulos do DAX. O nosso rácio de negociação de ações no sistema Xetra caiu ligeiramente para 5,5 % (2010: 6,8 %), embora a importância crescente de plataformas de negociação alternativas também tenha, muito provavelmente, contribuído para esta evolução. Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, onde a ação do Banco está admitida à cotação desde 2001, o volume médio de negociação cresceu quase 32 % em 2011, devido sobretudo ao crescente interesse dos investidores americanos por bancos europeus durante o segundo semestre do ano.

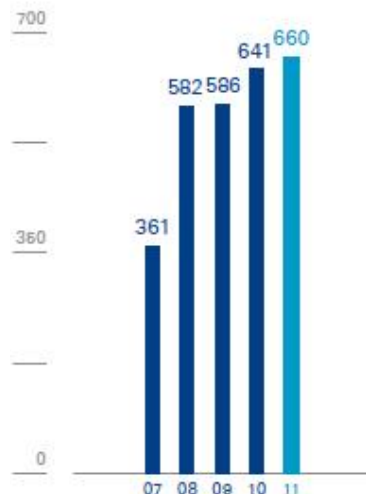
Rendibilidade a longo prazo

O manifesto declínio das cotações em 2011 reduziu o retorno total a longo prazo da ação Deutsche Bank para os acionistas. Um investidor que tivesse comprado 10.000 euros em ações Deutsche Bank no início de 1980, reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital, sem injetar fundos adicionais, teria, em finais de 2011, uma carteira que valia 60.629 euros – o que corresponde a uma rendibilidade anual média de 5,8 %, enquanto o DAX registou uma subida de 8 % ao ano durante o mesmo período.

02-2

Aumento do número de acionistas

Em milhares, fim do ano



Rácio de capital reforçado e dividendo inalterado

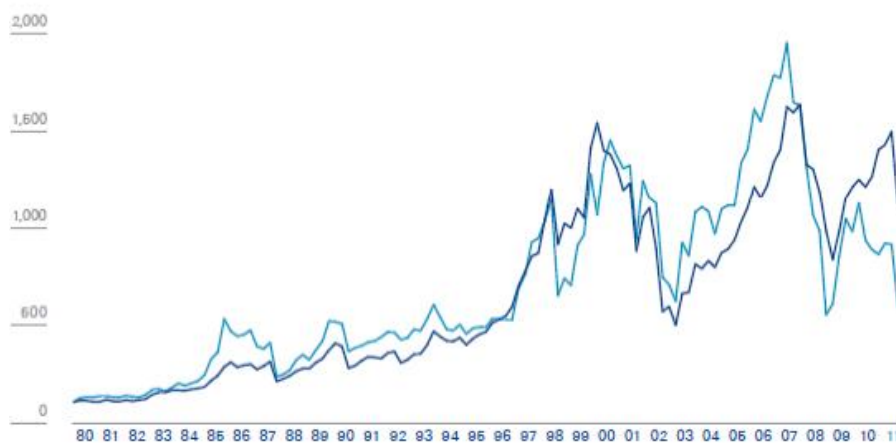
O reforço do capital era a nossa principal prioridade em 2011. Assim, ao longo do ano, melhorámos o rácio de capital Core Tier 1 de 8,7 % para 9,5 %, o que constitui o valor mais elevado de sempre, não obstante as normas de capital mais exigentes do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (“Basileia 2.5”) que tivemos de aplicar a partir de 31 de dezembro de 2011. Deste modo, o Deutsche Bank já ultrapassa os requisitos mais rígidos (9 %) da Autoridade Bancária Europeia (EBA), que entram em vigor em finais de junho de 2012, pelo que estamos plenamente preparados para os futuros requisitos de Basileia III.

Com a aprovação do Conselho de Supervisão, apresentaremos à Assembleia Geral Anual de 2012 uma proposta de distribuição de um dividendo (inalterado) de 0,75 euros por ação. Esta nossa decisão é, por um lado, uma resposta aos requisitos de adequação de capital mais exigentes que as autoridades de supervisão aplicaram aos bancos e, por outro, o cumprimento das nossas obrigações para com os acionistas.

Número recorde de accionistas

O número de acionistas atingiu um novo máximo em 2011. Entre o fim de 2010 e o fim de 2011, o número de acionistas subiu para 660.389, um aumento de 19.766 (2010: 640.623). Gráfico 02-2 Este facto também é reflexo de uma maior aceitação das participações de capital na Alemanha, pela primeira vez em seis anos. É de notar, neste contexto, o comportamento anticíclico dos investidores particulares: o número de acionistas só aumentou no segundo semestre de 2011, ou seja, no período de maior pressão sobre a cotação da ação Deutsche Bank.

Valor a longo prazo



Índice de retorno total, início de 1980 = 100, valores trimestrais

— Deutsche Bank

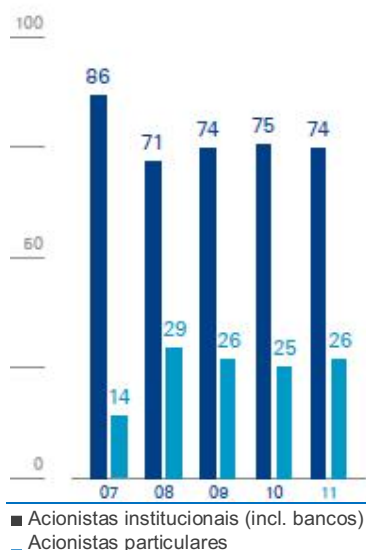
— DAX

Fonte: Datastream

02-3

Estrutura accionista estável

Em % de capital social, fm do ano



Cerca de 99 % dos nossos acionistas eram investidores particulares, detentores de 26 % (2010: 25 %) do capital social de 2.379.519.078,40 EUR. Consequentemente, o rácio de capital detido por investidores institucionais desceu para 74 % (de 75 % em 2010). Gráfico 02-3 Na Alemanha, as participações em ações Deutsche Bank cresceram cinco pontos percentuais, para um total de 52 % do capital social. Gráfico 02-1 Entre as razões apontadas para este incremento, contam-se a transferência de custódia das participações dos investidores institucionais, do estrangeiro para a Alemanha, assim como o reforço das participações dos acionistas particulares já existentes na Alemanha.

As ações Deutsche Bank mantêm-se quase na totalidade dispersas e disponíveis para negociação em bolsa (free float). A BlackRock Inc de Nova Iorque, com 5,14 %; o Grupo Credit Suisse, de Zurique, com 3,86 %; e a Capital Research and Management Company de Los Angeles, com 3,08 % eram os grandes acionistas com participações acima do limiar legal de 3 % para efeitos de dever de comunicação.

Mais presenças na Assembleia Geral Anual

A Assembleia Geral Anual de 26 de maio de 2011, em Frankfurt am Main, contou com a presença de 5.700 acionistas (2010: 5.500). A percentagem de capital representado desceu ligeiramente (1,1 pontos percentuais) para 34 %. A apresentação do relatório do Presidente do Conselho de Administração Executivo sobre o exercício anterior e as perspetivas atuais foi seguida de um animado debate entre acionistas e administração. Findo o debate, a Assembleia Geral aprovou todos os pontos da ordem de trabalhos por ampla maioria. Em 2011, pela segunda vez, a Assembleia Geral Anual decorreu num contexto de impacto neutro no clima (neutralidade carbónica) graças a medidas compensatórias.

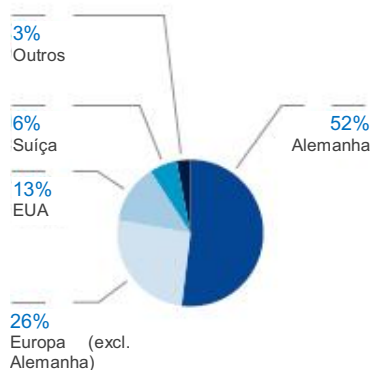
Continuação do programa de recompra de ações

Os acionistas presentes na Assembleia Geral Anual autorizaram o Banco a comprar ações próprias num volume máximo equivalente a 10 % do capital social até 30 de novembro de 2015, substituindo assim a autorização de 2010.

No total, foram recompradas 37,2 milhões de ações (2010: 29,8 milhões) durante o exercício em análise. Quase dois terços destas ações serviram para satisfazer responsabilidades decorrentes dos planos de remuneração baseados em ações. Não houve ações canceladas. Em virtude da recompra de ações, o rácio de ações em tesouraria ultrapassou temporariamente o limiar de 3 % para efeitos do dever de comunicação. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 24,1 milhões de ações em Tesouraria, o equivalente a 2,6 % do capital social.

Desde o início do primeiro programa de recompra de ações, em meados de 2002, até 31 de dezembro de 2011, recomprámos um total de 301,6 milhões de ações Deutsche Bank, no valor de 18.100 milhões de euros, revendemos 16,3 milhões de ações no mercado, no valor de 500 milhões de euros, e cancelámos 118 milhões de ações num valor aproximado de 7.200 milhões de euros.

02-4
Distribuição regional do capital social
Em %, fim de 2011



Degradação parcial da notação de risco

Em 2011, as grandes agências internacionais de notação de risco (rating) - Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings - reviram as notações de crédito de bancos de todo o mundo e alteraram as suas metodologias de classificação, em alguns casos, de forma considerável. As notações de longo prazo do Deutsche Bank segundo a Standard & Poor's (A+) e a Moody's (Aa3) permaneceram inalteradas, mas a Fitch baixou ligeiramente a notação, em dezembro, de AA- para A+. Em 2011, quase todos os bancos do mundo, com uma atividade considerável nos mercados de capitais, foram afetados por estas descidas de notação.

Diálogo ativo com participantes no mercado de capitais

A procura de informação sobre o Deutsche Bank como investimento continuou a ser bastante elevada por parte de analistas financeiros e investidores. À luz da incerteza generalizada dos mercados em 2011, as perguntas centraram-se sobretudo na base de capital do Banco, bem como na sua liquidez e refinanciamento. Há igualmente a registar um forte interesse pelas perspectivas de negócio das nossas divisões corporativas. Numa série de workshops, a equipa de Relação com Investidores distribuiu informações detalhadas sobre a evolução atual e perspectivas futuras, assim como sobre os planos de integração do Postbank. Através de conferências telefónicas, fomos prestando informações regulares sobre a evolução dos resultados trimestrais e anuais do Grupo. Promovemos mais de 400 debates individuais ou em grupo (2010: 398) com investidores em ações e dívida, sobretudo em roadshows e conferências de corretagem, que contaram também com a participação de membros do Conselho de Administração Executivo. Além disso, em 2011, por ocasião dos "Dias do Investidor" realizados em Londres e Frankfurt am Main, apresentámos as duas Divisões de Grupo - Corporate & Investment Bank (CIB) e Private Clients and Asset Management (PCAM). Nestes eventos, membros seniores da direção disponibilizaram-se para responder a perguntas, tendo essas sessões sido transmitidas na íntegra pela Internet. Intensificámos as comunicações, cada vez mais importantes, com os investidores que baseiam as suas decisões de investimento em questões ecológicas, sociais e de governo societário (ESG).

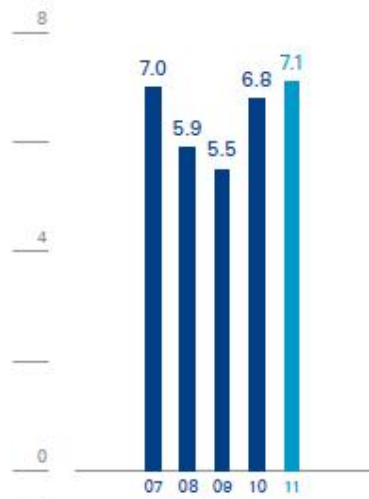
Melhoria do serviço via Internet

Através da nossa linha telefónica de apoio gratuita, os acionistas particulares dispõem de um meio prático de entrar em contacto connosco, sendo de assinalar uma utilização especialmente intensiva desta linha durante períodos de turbulência dos mercados. O website de Relação com Investidores disponibiliza várias maneiras de satisfazer os pedidos de informação, de forma rápida e completa. Há já algum tempo que procedemos à publicação imediata de todos os anúncios e relatórios financeiros da empresa na Internet. Além disso, transmitimos em direto, pela Internet, as conferências telefónicas que realizamos com analistas financeiros. Os relatórios anuais e intercalares são apresentados online, com uma série de funcionalidades interativas, desenvolvidas especialmente para a Internet. Por último, também melhorámos a presença online da secção de Relação com Investidores, de modo a disponibilizar o acesso a partir de dispositivos móveis.

02-5

Corporate Finance: reforço da liderança de mercado¹

Quota de mercado em %



* Classificação comparativa com pares

¹ Europa: Médio Oriente e África

Fonte: Dealogic, com base em comissões

Clientes – Corporate & Investment Bank Desempenho sólido um ambiente difícil

O ano de 2011 foi um ano de grandes desafios para muitas das unidades de negócio da Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank (CIB), tendo a crise da dívida soberana na Europa e a incerteza em torno do panorama económico e regulamentar global conduzido a uma redução significativa da atividade dos clientes, em especial na Europa. Embora não tivesse sido capaz de evitar uma diminuição dos lucros, a CIB conseguiu produzir um rendimento sólido antes de impostos sobre o rendimento e aumentar a quota de mercado em várias zonas geográficas e produtos, mantendo um controlo atento dos custos, riscos e balanço financeiro. Este desempenho demonstra a resiliência da rede global de serviços ao cliente da CIB e valida as medidas tomadas no passado para recalibrar a atividade e otimizar a integração das áreas de Corporate Finance, Global Transaction Banking e Markets. O grande número de prémios que o Banco conquistou em 2011 também é disso prova.

A Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank (CIB) é composta pelas Divisões Corporativas Corporate Banking & Securities e Global Transaction Banking. Por sua vez, a Corporate Banking & Securities é constituída pelas Divisões de Negócio Markets e Corporate Finance.

Excerto do relatório por segmentos (Corporate & Investment Bank¹)

A Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank (Empresas e Banca de Investimento) apresentou resultados antes de impostos de 4.000 milhões de euros em 2011. A Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities (Banca de Empresas e Títulos) registou resultados antes de impostos de 2.900 milhões de euros, em comparação com 5.000 milhões de euros em 2010. De um modo geral, as receitas líquidas em 2011 foram mais baixas do que no ano anterior. Um contexto macroeconómico incerto e as preocupações com a crise da dívida soberana na Europa tiveram um efeito especialmente marcante nos níveis de atividade dos clientes europeus, que representam uma parte substancial da nossa atividade. As receitas em Comercialização e Negociação (dívida e outros produtos) e em Comercialização e Negociação (ações) sofreram uma redução significativa em comparação com o ano anterior. Adicionalmente, os encargos específicos no valor de 1.000 milhões de euros, relacionados sobretudo com litígios e riscos operacionais, foram mais do que compensados por uma redução dos custos com remunerações baseadas no desempenho e por poupanças de eficiência. A Divisão Corporativa Global Transaction Banking (Gestão de transações de pagamento e títulos) produziu um rendimento anual antes de impostos de 1.100 milhões de euros (2010: 1.000 milhões de euros), impulsionada pelos fortes resultados em todas as áreas de negócio e pelo crescimento do rendimento de comissões e juros.

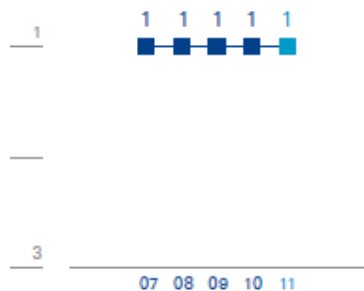
em milhões de euros	2011	2010
Receitas líquidas	18.493	20.929
Provisão total para perdas de crédito	462	488
Gastos operacionais (excl.juros)	13.977	14.422
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	4.028	5.999
Rendibilidade dos capitais próprios, antes de impostos, em %	20	28
Ativos ponderados pelo risco	255.696	211.115
Ativo	1.796.954	1.519.983

¹ Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2011 (Relatório de Gestão).

02-6

Markets: manter a posição de líder mundial em divisas

Classificação comparativa com pares



Fonte: Euromoney FX Poll

Corporate Banking & Securities

A Divisão de Negócio Markets (Mercados) agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em Bolsa e fora de Bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário, instrumentos titularizados e matérias-primas. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do Institutional Client Group (Grupo de Clientes Institucionais), enquanto a unidade de Research (Pesquisa de Mercado) fornece análises de mercados, produtos e estratégias de negociação.

As condições dos mercados deterioraram-se rapidamente durante o segundo semestre do ano, com a intensificação da crise da dívida soberana na zona euro, o aumento da incerteza e a diminuição dos volumes de negociação dos clientes em muitas áreas de produto.

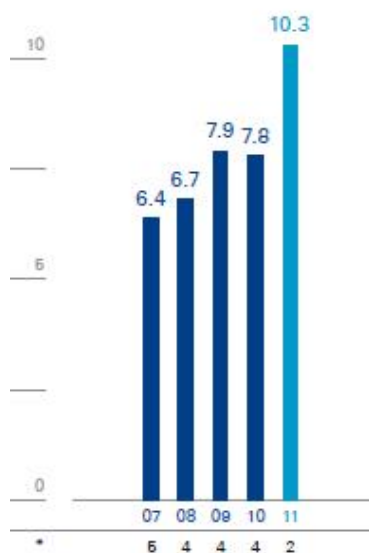
Num cenário tão difícil, a Divisão de Negócio Markets conseguiu apresentar um bom desempenho. Produziu receitas sólidas em todas as suas linhas de negócio, refletindo a amplitude geográfica e de produtos da sua rede e o equilíbrio entre atividades cíclicas e não cíclicas.

Em 2011, a Divisão Markets foi eleita "Best Bond House of the Year" pela revista IFR; obteve o primeiro lugar ex aequo em quota de mercado do segmento de rendimento fixo global (Greenwich Associates); e o primeiro lugar em "global prime broking" pelo quarto ano consecutivo (Global Custodian).

A unidade Foreign Exchange (Divisas) gerou resultados muito bons em 2011, com volumes recorde de clientes. Evidenciou um desempenho particularmente forte em períodos de excepcional volatilidade, incluindo o especialmente difícil terceiro trimestre, quando atingiu um montante recorde de receitas para aquele trimestre e os volumes de negociação de clientes mais elevados de qualquer trimestre. Com uma quota de mercado de 15,6 %, esta área de negócio posicionou-se em 1.º lugar na sondagem (FX Poll) da Euromoney pelo sétimo ano consecutivo, com uma margem considerável sobre o segundo lugar. [Gráfico 02-6](#)

A unidade Money Markets (Mercados Monetários) apresentou um aumento notável dos resultados, distribuído grosso modo pelas linhas de negócio de financiamento garantido e não garantido e de negociação de derivados. Esta área beneficiou de um forte nível de atividade dos clientes.

02-7
Markets: negociação em
"investment grade"
Quota de mercado em %



* Classificação comparativa com pares
Fonte: Greenwich Associates

A unidade Rates (Taxas) registou um declínio nas receitas face ao ano anterior, devido sobretudo a um volume mais reduzido de "flow trading" dos clientes, em resultado da incerteza dos mercados; ainda assim, foi considerada a melhor "Interest Rate Derivatives House" com base na quota de mercado global, pelo segundo ano consecutivo (Greenwich Associates), e recebeu o prémio de "Interest Rate Derivatives House of the Year", atribuído pela revista Risk. Fomos o único banco a posicionar-se entre os 3 primeiros em todas as categorias de taxas de juro na sondagem Interdealer da revista Risk. Além da atividade de "flow trading", a unidade Rates também desenvolveu inúmeras soluções para clientes, p. ex. uma cobertura do risco de longevidade (landmark longevity hedge) para um fundo de pensões de uma empresa do Reino Unido. A unidade Residential Mortgage Backed Securities-RMBS (Títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação) registou uma melhoria significativa face ao ano anterior, graças a um realinhamento bem-sucedido da atividade e à inexistência de prejuízos de anos anteriores.

A unidade Credit (Crédito) sofreu uma quebra de receitas, devido à diminuição dos volumes de clientes e às volatilidades dos spreads, em parte compensada por um forte desempenho a nível de soluções para clientes. Esta divisão expandiu as suas operações eletrónicas de negociação de swaps de crédito (CDS), tendo sido recompensada com importantes ganhos de quota de mercado e o 1.º lugar em contratos e-ittraxx, no segundo semestre de 2011, segundo a Bloomberg. A unidade Emerging Markets (Mercados Emergentes) enfrentou condições de mercado difíceis. Ainda assim, conquistou novos clientes em diversos mercados, graças a uma oferta consistente de preços e à introdução pioneira de novos produtos de investimento e de gestão de risco.

A unidade Commodities (Matérias-primas) gerou receitas recorde em 2011. Prosseguimos o investimento em áreas como a negociação de minério de ferro e aço, lançámos uma nova plataforma eletrónica de negociação de metais e continuámos a expandir a área de financiamento indexado a matérias-primas e as redes de serviços na Ásia e nos Estados Unidos.

A unidade Cash Equities registou um declínio das receitas devido às condições de mercado voláteis e à redução da atividade dos clientes, em especial na Europa. Por outro lado, aumentámos a quota de mercado nos Estados Unidos e alcançámos o 1.º lugar em "European Equity Research" (Institutional Investor). As receitas em derivados de ações foram igualmente mais baixas globalmente face ao ano anterior, mas subiram até níveis recorde nos Estados Unidos. As receitas em Prime Finance foram apenas ligeiramente inferiores.

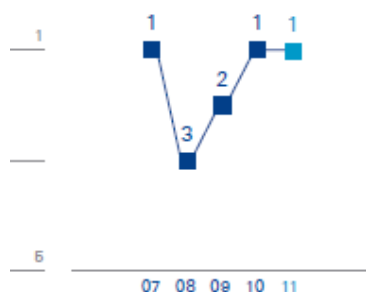
Prémios obtidos em 2011

The Banker
"Most Innovative Investment Bank"
International Financing Review
"Credit Derivatives House of the Year"
Risk
"Interest Rate Derivatives House of the Year"
"Credit Derivatives House of the Year"

Euromoney
"Best Global Debt House"
"Best Global Flow House"
"Best Global Emerging Market Debt House"

02–8
Corporate Finance:
Primeiro *arranger* de obrigações
internacionais

Classificação comparativa com pares



Fonte: Thompson Reuters, n.º de deals

A Divisão de Negócio Corporate Finance (Soluções financeiras de desenvolvimento para empresas) é responsável pela área de fusões e aquisições, incluindo assessoria, emissão de dívida e ações e cobertura de grandes e médias empresas nos mercados de capitais. As equipas regionais e setoriais asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes.

As condições dos mercados mostraram-se auspiciosas no início de 2011, mas a atividade sofreu uma quebra muito significativa no segundo semestre do ano. As comissões do setor no seu todo foram inferiores às de 2010, sendo outubro de 2011 o mês mais fraco de que há registo em termos de rendimento de comissões da região Europa, Médio Oriente e Ásia. A Divisão Corporate Finance produziu um desempenho forte, atendendo às difíceis condições do mercado, melhorando a sua posição em diversas áreas, em especial originação de obrigações "investment grade" e de alta rentabilidade, e angariando novos clientes.

A unidade Debt Capital Markets (Mercados de capitais - Dívida) foi o melhor bookrunner de obrigações internacionais em 2011, em número de deals (Thomson Reuters), montando quase um em cada cinco deals, a maior quota de mercado pertencente a uma única sociedade em mais de 20 anos. Gráfico 02–8 Este sucesso reflete a profundidade e diversidade da nossa rede de implantação, que nos permite fazer a montagem de obrigações para clientes numa grande diversidade de moedas. O Deutsche Bank ficou entre os 5 primeiros classificados em obrigações internacionais em dólares, euros, libras esterlinas e francos suíços.

A unidade Equity Capital Markets (Mercados de capitais - Ações) aumentou a quota de mercado para 4,8 % (Dealogic), o seu valor mais elevado desde o início da crise financeira, o que reflete a solidez global do Banco, que permite aumentar tanto o número de novos mandatos como o de negócios recorrentes de clientes já estabelecidos. O Deutsche Bank foi bookrunner em três das cinco maiores Ofertas Públicas Iniciais a chegar ao mercado globalmente. Terminou o ano com a classificação de 3.º *arranger* de ofertas públicas iniciais (Bloomberg).

A unidade Leveraged Debt Capital Markets (Mercados de capitais - Dívida alavancada) produziu um forte desempenho, não obstante o ambiente de mercado muito mais difícil do que no ano anterior. Montou um número recorde de deals, bem equilibrados entre setores, clientes corporativos e aquisições com recurso a endividamento (LBO-Leveraged Buy Outs), tendo ficado classificada em 1.º lugar na região EMEA - Europa, Médio Oriente e África (Dealogic).

A unidade M&A (Fusões e Aquisições) manteve o ímpeto em 2011, posicionando-se em 3.º lugar na região EMEA, em termos de volumes e comissões, e em 6.º lugar a nível global (Dealogic). Prestou assessoria no âmbito de um conjunto geograficamente diversificado de operações de grande destaque, incluindo alguns dos deals e operações mais complexos do ano, que assumiram um carácter transformacional para clientes e indústria.

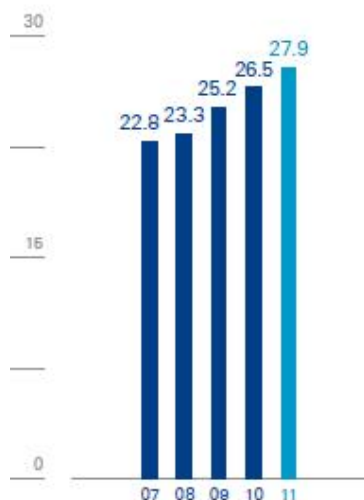
Prémios obtidos em 2011

International Financing Review
"Bond House of the Year"
"Emerging Markets Bond House of the Year"

02–9

Global Transaction Banking:
Quota de mercado crescente em
Trade Finance

Média anual em %



Fonte: SWIFT, créditos documentários de exportação, Alemanha

Global Transaction Banking

A Divisão de Grupo Global Transaction Banking (Gestão de transações de pagamento e títulos) fornece produtos e serviços de banca comercial a empresas e instituições financeiras em todo o mundo, nomeadamente pagamentos nacionais e transfronteiriços, atenuação de risco e trade finance internacional, serviços fiduciários, de agente, de depositário e de custodiante e serviços conexos. As unidades de negócio integradas são Cash Management, Trade Finance e Trust & Securities Services.

Enfrentando condições de mercado difíceis e a crescente pressão sobre instituições financeiras e empresas, em especial no segundo semestre do ano, a Divisão Global Transaction Banking produziu um forte desempenho em 2011, gerando níveis recorde de receitas e lucros. A Divisão GTB redefiniu o modelo e a estratégia seguidos, racionalizando a cobertura de clientes e realinhando as prioridades. A estratégia renovada da GTB contempla o alinhamento com as regiões mais dinâmicas do mundo, em especial Ásia/Pacífico e outros mercados de grande crescimento. Simultaneamente, a GTB fortaleceu a rede de implantação no mercado europeu, reforçada com a integração das atividades de banca comercial do ABN AMRO na Holanda, adquiridas em 2010. O reposicionamento da área GTB tomou igualmente em consideração as mudanças no panorama financeiro e regulamentar.

A nossa oferta de Cash Management (Gestão de Tesouraria) manteve, em 2011, o 1.º lugar na compensação em euros e uma posição cimeira na compensação em dólares. Ao direcionar-se para instituições financeiras e clientes empresariais prioritários, aumentar a eficiência de custos e manter o investimento em produtos com margem elevada, como a plataforma cambial FX4Cash, a Divisão GTB conseguiu gerar aumentos significativos de receitas em toda a área Cash Management. A nossa posição de liderança em Cash Management foi igualmente reconhecida através dos muitos prémios recebidos.

A unidade Trade Finance (Financiamento de empresas nos mercados internacionais) continuou, em 2011, a conquistar quota de mercado à concorrência, em especial nas operações documentárias e estruturadas, onde o Deutsche Bank foi eleito "Best Structured Trade Finance Institution" pela revista Trade Finance. No sentido de fomentar capacidades mais eficientes de distribuição de riscos, cobertura de riscos e estruturação, foi constituído um novo grupo de gestão de carteiras e riscos, o que contribuiu para melhorar a posição competitiva do Deutsche Bank. Verificou-se um forte impulso com a potencialização de relações com clientes na área Corporate & Investment Bank (Empresas e Banca de Investimento) com vista a fornecer soluções de gestão financeira da cadeia de abastecimento, tendo resultado numa série de transações históricas com grandes empresas.

A unidade de negócio Trust & Securities Services (Fundos fiduciários e Títulos), que faz parte integrante de um foco renovado em soluções de valores mobiliários para clientes, beneficiou da melhoria das condições de mercado na área de depósito e custódia. Os investimentos em novos produtos, como o serviço de agência em empréstimo de títulos, também compensaram. A unidade Trust&Securities Services manteve a sua posição de liderança de mercado enquanto trustee de títulos garantidos por ativos (ABS) norte-americanos e posicionou-se entre os maiores trustees de toda a dívida norte-americana emitida em 2011.

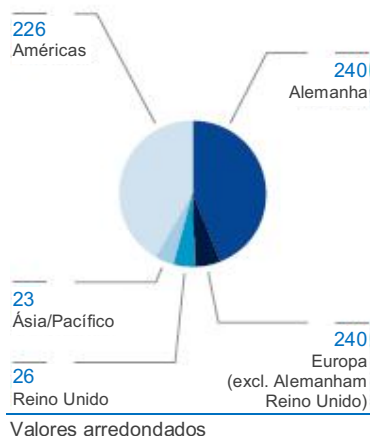
Prémios obtidos em 2011

Euromoney
"Best Cash Management House in Western Europe"
Trade Finance
"Best Structured Trade Finance Institution"
"Best Trade Bank in Europe"

Infrastructure Investor
"Global Corporate Trust Provider of the Year"

02–10
Asset Management:
Repartição de ativos investidos
por região

Total de €544 mil milhões, fim de 2011



Clientes: Private Clients and Asset Management
Aumento das receitas e dos lucros

A Divisão A Divisão de Grupo Private Clients and Asset Management – PCAM (Clientes Particulares e Gestão de Ativos) engloba a área de gestão de investimento do Deutsche Bank dirigida a clientes particulares e institucionais, além das atividades bancárias tradicionais destinadas a particulares e pequenas e médias empresas. A PCAM é composta pelas duas Divisões Corporativas Asset and Wealth Management e Private & Business Clients.

Não obstante a difícil conjuntura, 2011 foi um bom ano para a Divisão PCAM, tendo a tendência ascendente dos anos anteriores continuado a ganhar força. Ambas as divisões corporativas conseguiram reforçar a sua posição competitiva, sobretudo no mercado interno alemão, suportada em parte pela aquisição de uma participação de controlo no Deutsche Postbank AG e no Sal. Oppenheim Group em 2010. A Divisão de Grupo PCAM registou um aumento acentuado de receitas e lucros, o que significou um contributo substancialmente maior para os resultados globais do Banco em 2011. O total de ativos investidos na PCAM (excluindo BHF-BANK) diminuiu para 1.116.000 milhões de euros (fim de 2010: 1.131.000 milhões), o que se deveu sobretudo ao ambiente desfavorável dos mercados em todo o mundo.

Asset and Wealth Management

A Divisão Corporativa Asset and Wealth Management (Gestão de Ativos e de Patrimónios) é constituída pelas Divisões de Negócio Asset Management (Gestão de Ativos) e Private Wealth Management (Gestão de Patrimónios Privados). Enquanto a Private Wealth Management serve as necessidades bancárias de indivíduos e famílias com um elevado património em todo o mundo, a Asset Management oferece soluções de investimento a investidores particulares e institucionais a nível mundial. Composta por quatro linhas de negócio, a Divisão Asset Management ocupa-se dos investidores do segmento de retalho através da DWS Investments; serve os investidores institucionais, como os fundos de pensões e fundos de património soberano, através da DB Advisors; gere carteiras de investimento para companhias de seguros terceiras através da Deutsche Insurance Asset Management; e investe em veículos imobiliários e não tradicionais por via da RREEF Alternatives.

A Divisão Asset Management (AM) teve um 2011 forte não obstante o decréscimo no volume de ativos sob gestão para 544 milhões de euros (fim de 2010: 550 milhões de euros). Gráfico 02 – 10 Conseguiu capitalizar as sinergias coletivas, ao mesmo tempo que fez crescer as atividades de investimento com uma margem de lucro mais elevada. No exercício em análise, a Divisão AM aumentou a sua quota na Deutsche UFG Capital Management, uma das dez maiores sociedades gestoras de investimentos da Rússia, obtendo assim uma participação de 100 %. Foi igualmente um ano extraordinário para o nosso parceiro chinês de joint-venture, Harvest Fund Management, que conquistou diversos prémios em 2011. A Divisão AM detém uma participação de 30 % naquela que é a maior sociedade joint-venture sino-estrangeira de gestão de fundos da China.

Excerto do relatório por segmentos (Private Clients and Asset Management¹)

A Divisão de Grupo Private Clients and Asset Management registou resultados antes de impostos sobre rendimento de 2.500 milhões de euros em 2011, face aos 1.100 milhões de euros em 2010. Na Divisão Corporativa Asset and Wealth Management, os resultados antes de impostos sobre rendimento foram de 800 milhões de euros (2010: 200 milhões de euros), ou seja, mais do triplo dos resultados do ano anterior, um reflexo da integração de sucesso do Sal. Oppenheim e dos benefícios resultantes das medidas de eficiência. Na Divisão Corporativa Private & Business Clients, os resultados antes de impostos sobre rendimento aumentaram para 1.800 milhões de euros (2010: 900 milhões de euros) – um aumento que se deveu sobretudo à consolidação do Postbank.

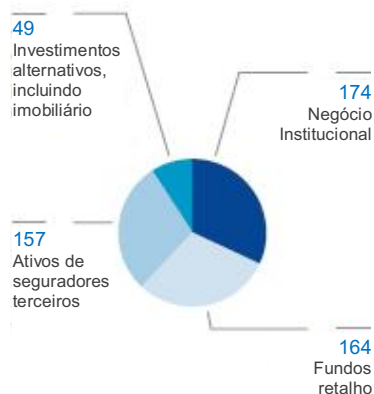
em milhões de euros	2011	2010
Receitas líquidas	14.379	9.810
Provisão total para perdas de crédito	1.364	785
Gastos operacionais (excl. juros)	10.277	7.919
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	2.549	1.100
Rendibilidade dos capitais próprios, antes de impostos, em %	15	11
Ativos ponderados pelo risco	111.816	123.613
Ativo	394.094	400.110

¹ Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2011 (Relatório de Gestão).

02–11

**Asset Management:
repartição de ativos investidos
por produto**

Total de €544 mil milhões, fim de 2011



Valores arredondados

Investidores do segmento retalho

A DWS Investments (DWS) registava um volume de ativos sob gestão no fim de 2011 de 164 mil milhões de euros, face aos 178 mil milhões do ano anterior. Este decréscimo de 14 mil milhões de euros reflete, sobretudo, as condições adversas do mercado de capitais e uma saída de capitais de 4 mil milhões de euros, maioritariamente em ações. Ainda assim, a DWS (incluindo os produtos Deutsche Bank) continuou a ser a primeira sociedade de fundos de investimento da Alemanha e a primeira escolha para novos clientes no regime alemão de pensões privadas apoiadas pelo Estado - Riester. A DWS Investments manteve a sua posição de liderança em parcerias com bancos terceiros, consultoras financeiras independentes e empresas de seguros. Com uma quota de quase 30 %, somos líderes destacados do mercado na área de seguros ligados a fundos de investimento (*unit-linked insurance*) na Alemanha. A DWS recebeu inúmeros prémios de desempenho e serviços de investimento, especialmente na Alemanha, Áustria e Suíça, mas também nos Estados Unidos, onde teve vários fundos de obrigações premiados e assegurou uma série de alocações de investimento de considerável dimensão. Em fundos de investimento fechados, o DWS ACCESS foi o fornecedor de maior sucesso na Alemanha, em 2011, com 514 milhões de euros em capital colocado.

Além disso, em 2011, a DWS alargou o âmbito das suas responsabilidades fiduciárias ao tornar públicas as suas diretrizes subjacentes, juntamente com o seu direito de voto em 184 assembleias gerais anuais.

Gestão de ativos institucionais

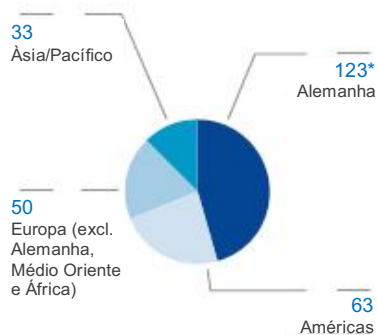
Em 2011, a DB Advisors consolidou a sua posição como sociedade inovadora em produtos de rendimento fixo, ao ganhar um mandato para dívida de mercados emergentes, utilizando um filtro de investimento ecológico, social e de governo societário (ESG). O grupo institucional foi distinguido com vários prémios importantes na Europa. Com mandatos em 50 países de todo o mundo, a DB Advisors registou um volume de ativos sob gestão, em finais de 2011, de 174 mil milhões de euros, representando um pequeno decréscimo de mil milhões de euros face a 2010, o que se deve sobretudo às circunstâncias incertas do mercado que induziram os clientes a alienar os respetivos investimentos.

Gestão de ativos para empresas de seguros

Com 157 mil milhões de euros em ativos no fim de 2011 (fim de 2010: 151 mil milhões de euros), a Deutsche Insurance Asset Management posiciona-se atualmente como a segunda maior gestora de ativos de seguros do mundo. A principal publicação do mercado mundial de seguros – Reactions – nomeou-a "Best Asset Manager" pelo quarto ano consecutivo, com base num inquérito realizado junto de empresas de seguros. Um tema importante em 2011 foi o interesse das seguradoras em soluções de investimento geradoras de uma maior rentabilidade (*yield*), o que nos fez privilegiar o fornecimento de estratégias de investimento "alternativas", para além do tradicional rendimento fixo. A nossa recém-criada ferramenta "Book Yield Attribution Analytics", que ajuda os investidores institucionais a medir e analisar eficazmente o desempenho de uma carteira, foi patenteada nos Estados Unidos em janeiro de 2011 – o que é especialmente notável, dado que as patentes de produtos financeiros são extremamente raras.

02–12
Private Wealth Management:
repartição de ativos investidos
por região

Total de €269 mil milhões, fim de 2011



* dos quais: Sal. Oppenheim €61 mil milhões

Imobiliário e outros investimentos alternativos

Em resposta à crescente apetência dos investidores por produtos alternativos, a Divisão Asset Management constituiu a RREEF Alternatives, consolidando numa única plataforma as áreas de negócio imobiliário, infraestruturas, fundos de fundos private equity, matérias-primas e public equity relacionado com tecnologias limpas e mudanças climáticas. Com 49 mil milhões de euros (fim de 2010: 46 mil milhões de euros), a RREEF Alternatives é uma das 15 maiores sociedades gestoras de ativos alternativos do mundo. As suas divisões de imobiliário, fundos de fundos private equity e infraestruturas estão posicionadas nos cinco primeiros lugares das tabelas classificativas do setor. Em 2011, a RREEF foi distinguida com uma série de prémios atribuídos por publicações proeminentes do setor em diversas categorias de investimento. A RREEF publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade Anual em 2011, assumindo assim uma posição de liderança em imobiliário "verde". Além disso, conquistou vários mandatos de grande dimensão durante o ano, incluindo um de uma importante companhia de seguros coreana.

A Divisão de Negócio **Private Wealth Management** (Gestão de Patrimónios Privados) do Deutsche Bank é uma das maiores gestoras de patrimónios e fortunas do mundo. Presta serviços a indivíduos e famílias de elevado património e investidores institucionais selecionados, assim como family offices e intermediários financeiros. O conjunto alargado de serviços da Divisão PWM abrange desde produtos de investimento personalizados, soluções de crédito inovadoras e um planeamento patrimonial de excelência, até serviços de aconselhamento filantrópico, passando pelo planeamento sucessório.

Em 2011, conseguimos atenuar o impacto das difíceis condições de mercado sobre os ativos dos nossos clientes, porque soubemos ajustar cedo a nossa estratégia de investimento aos desafios conjunturais. Consequentemente, a confiança na qualidade dos nossos serviços de assessoria saiu reforçada. No fim do ano, esta divisão de negócio geria um volume total de ativos investidos de 269 mil milhões de euros (275 mil milhões no fim de 2010) para mais de 75 mil clientes em mais de 120 locais em todo o mundo. [Gráfico 02 – 12](#) A redução de 6 mil milhões de euros em 2011, devido a condições desfavoráveis dos mercados financeiros, tem em conta uma entrada líquida de capital novo de 4 mil milhões de euros.

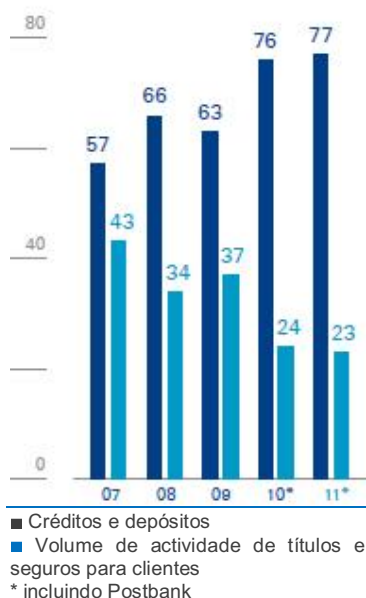
Não obstante a conjuntura cada vez mais difícil de 2011, a Divisão PWM conseguiu melhorar a rentabilidade. Quase todas as linhas de negócio e regiões da PWM participaram nesta evolução positiva. Neste âmbito, merecem uma referência especial as linhas de produtos de ações, divisas e fundos de investimento, assim como o aumento da concessão de crédito a clientes. Expandimos a oferta incluindo novos produtos (p.ex. investimentos diretos) e reforçamos a posição no mercado de clientes com património ultraelevado através de uma colaboração mais estreita com a nossa divisão de banca de investimento.

A normalização da atividade na nossa subsidiária independente Sal.Oppenheim teve igualmente um impacto positivo. Foram realizados progressos significativos no realinhamento e, em 2011, o Sal.Oppenheim voltou a funcionar de forma lucrativa, reduzindo ainda mais os custos e as posições de risco.

02–13

Private & Business Clients: forte crescimento da actividade baseada no balanço

Volume de actividade dos clientes em %, fim do ano



Em 2011, a Alemanha continuou a ser uma das principais fontes de receita desta divisão de negócio. A revista especializada Euromoney distinguiu-nos com o título de "Best Private Bank in Germany". Mantendo uma base de custos estável, a PWM Alemanha deu um contributo importante para os lucros da Divisão PWM.

No Reino Unido, o crescimento especialmente forte que o segmento de patrimónios ultraelevados registou em 2010 foi seguido de uma fase de consolidação em 2011.

Nos outros países da Europa, incluindo a Rússia, assim como no Médio Oriente e em África, a Divisão PWM conseguiu expandir a sua posição. Além disso, um modelo de negócio competitivo e um rácio de custos/rendimento decrescente foram fatores determinantes para a vaga de resultados positivos registada na PWM Américas.

Na região Ásia/Pacífico, uma zona especialmente promissora do ponto de vista estratégico, a Divisão PWM atingiu uma entrada líquida de capital novo de 5 mil milhões de euros em 2011, um progresso notório face a 2010. Na China e na Índia, a publicação Asian Private Banker elegeu-nos "Best Private Bank". Para impulsionar a sua expansão na região, a Divisão PWM centra-se sobretudo no crescimento orgânico, fomentado pelo contínuo aperfeiçoamento da nossa plataforma de TI.

O objetivo inalterado da PWM é estabelecer-se solidamente como o maior assessor mundial de clientes particulares, famílias e instituições selecionadas de elevado património. Para alcançar este objetivo, damos a máxima prioridade ao elevado nível de qualidade com que prestamos os serviços de gestão de patrimónios a clientes exigentes e criteriosos. Estamos totalmente empenhados na melhoria contínua dos nossos serviços.

Private & Business Clients

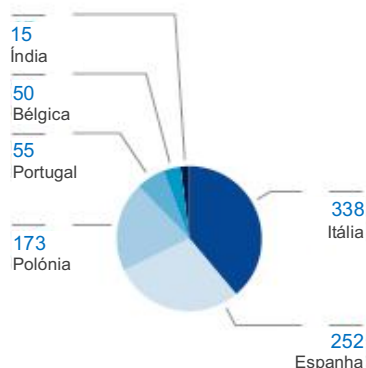
A Divisão Corporativa Private & Business Clients-PBC (Clientes Privados e Empresariais) do Deutsche Bank presta serviços financeiros e serviços de agência bancária, tanto a clientes particulares e empresários em nome individual, como as pequenas e médias empresas, a uma escala internacional. O leque de produtos da Divisão PBC inclui serviços de contas correntes e pagamentos, gestão de investimentos e planos de reforma, fundos de investimento e títulos, além da concessão de crédito a clientes particulares e empresas.

Em 2011, a Divisão PBC continuou a crescer de forma orgânica. O número de agências na Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Polónia, Índia e China aumentou para 2.869, incluindo as 1.098 agências do Postbank. Além disso, complementámos a nossa rede comercial fixa através de uma colaboração com 2.912 consultores financeiros independentes em vendas móveis (excluindo o Postbank) e mantendo acordos de cooperação com empresas conceituadas como a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG), e com os serviços postais da Alemanha, Espanha e Itália. A Divisão PBC serve cerca de 24 milhões de clientes na Alemanha, além dos cerca de 5 milhões no estrangeiro. Em 2011, vimos reafirmada a nossa liderança no mercado alemão quando a revista Euromoney nos elegeu "Best Bank Germany".

02–14

Private & Business Clients:
agências bancárias em Advisory
Banking International

Total de 867 agências, fim de 2011



A Divisão PBC apresentou um ano recorde em 2011, duplicando os resultados face ao ano anterior, não obstante a conjuntura de mercado desfavorável. Isto reflete, em particular, a integração do Postbank onde, graças a uma colaboração mais intensiva, foi possível gerar mais receitas e alcançar uma maior eficiência de custos. A forte atividade operacional no mercado alemão, em especial em produtos relacionados com taxas de juro, também contribuiu para estes resultados e permitiu-nos reorientar a estrutura de receitas para fontes remuneradas e mais estáveis. O nível elevado de confiança depositada na marca "Deutsche Bank" em todos os nossos mercados, em especial num período de incerteza generalizada, representou mais um impacto positivo na nossa atividade.

Em 2011, a Divisão PBC prosseguiu o seu realinhamento com a criação de uma estrutura de negócio assente em três pilares, suportada por uma plataforma uniforme para todas as atividades de processamento, assim como uma estrutura comum de TI, na qual temos investido recursos consideráveis. A plataforma deverá ser concluída em várias fases e irá facilitar ganhos de eficiência e sinergias de receitas importantes.

A unidade Consumer Banking da Alemanha engloba as atividades do Deutsche Postbank. Esta área registou um crescimento significativo dos resultados no exercício em análise. O número de contas à ordem ultrapassou, pela primeira vez, a marca dos cinco milhões. Paralelamente, as posições de risco existentes foram reduzidas, com a conseqüente diminuição dos requisitos de capital.

A unidade Advisory Banking da Alemanha, que constitui o segundo pilar, abarca todas as atividades de Private & Business Clients (PBC) no mercado interno alemão, excluindo o Postbank. Conseguimos melhorar os resultados equiparáveis do ano anterior graças a uma disciplina rígida de custos e riscos, e a um aumento das receitas no mercado doméstico de créditos hipotecários e depósitos. O nosso objetivo nesta área é distinguirmo-nos claramente da concorrência através de uma assessoria de investimento de elevada qualidade e uma orientação consistente para o cliente. Os prémios que, em 2011, recebemos da revista Euro am Sonntag, que nos elegeu como o banco com o melhor serviço de assessoria de investimento e o banco com o melhor serviço de assessoria a agências na Alemanha, mostram que estamos no caminho certo.

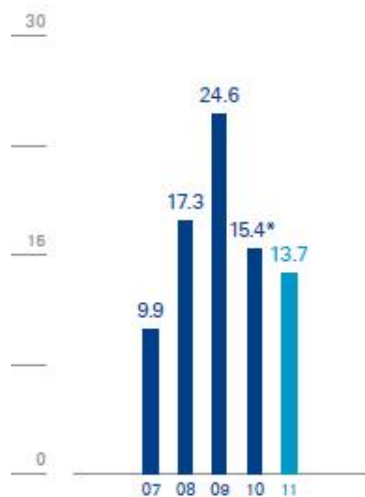
Os nossos serviços bancários tradicionais são complementados pela banca online "maxblue", que também conseguiu garantir uma posição cimeira. No teste realizado pela revista Euro am Sonntag a serviços de banca direta e corretores online, voltámos a conquistar o primeiro lugar em 2011, como vencedor global na Alemanha.

A terceira divisão de negócio - Advisory Banking International – engloba todas as atividades de Private & Business Clients (PBC) do resto da Europa e da Ásia. O ano de 2011 foi um ano de sucesso em ambas as regiões, onde assistimos à abertura de 39 novas agências, 30 das quais em Itália. Gráfico 02 – 14 A Divisão PBC intensificou a sua parceria estratégica com o Banco Hua Xia na China e participou numa colocação privada de capital (private equity placement) que reforçou a nossa participação no 13.º maior banco chinês até ao nível máximo admissível de 19,99 %. Também reforçámos com sucesso a capacidade de receitas da nossa rede de agências bancárias na Índia.

02–15

Corporate Investments: evolução do valor contabilístico dos investimentos

Em mil milhões de euros, fim do ano



* reajustado

Clientes – Corporate Investments Cobertura alargada a mais ativos não estratégicos

A Divisão de Grupo Corporate Investments (Investimentos em Empresas) gere as atividades globais de investimento de capital do Deutsche Bank, que não fazem parte das áreas de negócio nucleares, nomeadamente investimentos não estratégicos, que incluem determinados investimentos de private equity e de capital de risco, determinados investimentos imobiliários e as nossas participações industriais, para além de algumas linhas de crédito. [Gráfico 02 – 15](#)

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011, a exposição de crédito no Grupo Actavis foi transferida da Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities para a Divisão de Grupo Corporate Investments (CI). Ao mesmo tempo, o BHF-BANK foi transferido da Divisão de Negócio Private Wealth Management.

No fim de 2011, a Divisão CI geria 12.200 milhões de euros em ativos associados a investimentos não estratégicos, incluindo a exposição de crédito no Grupo Actavis, a participação no operador portuário Maher Terminals e no The Cosmopolitan of Las Vegas. Não fazendo parte da nossa atividade principal, o Grupo Actavis, o Maher Terminals e o Cosmopolitan são detidos temporariamente para fins de investimento.

No fim do ano, as linhas de crédito totalizavam 1.500 milhões de euros. Ao longo de 2011, pagámos integralmente a facilidade de liquidez de 6.400 milhões de euros para o FMS Wertmanagement Anstalt des öffentlichen Rechts, o organismo que assumiu a liquidação do Hypo Real Estate Group em que participámos em dezembro de 2010.

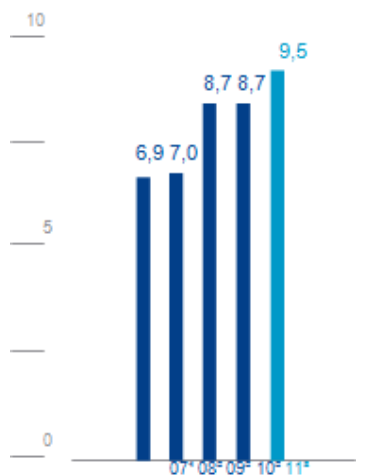
Excerto do relatório por segmentos (Corporate Investments¹)

A Divisão de Grupo Corporate Investments registou prejuízos antes de impostos sobre rendimento de 1.100 milhões de euros em 2011 (2010: prejuízo de 2.800 milhões de euros). Este resultado deveu-se sobretudo a imparidades relacionadas com o Grupo Actavis e The Cosmopolitan of Las Vegas.

em milhões de euros	2011	2010
Receitas líquidas	394	(1.796)
Provisão total para perdas de crédito	14	(0)
Gastos operacionais (excl. juros)	1.492	967
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(1.111)	(2.760)
Ativos ponderados pelo risco	11.848	8.794
Ativos	25.203	30.138

¹ Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2011 (Relatório de Gestão).

02–16
Aumento do rácio de capital Core
Tier 1
Em %, fim do ano



¹ baseado nas IFRS, Basileia I
² baseado nas IFRS, Basileia II
³ baseado nas IFRS, Basileia 2.5

Clientes: Infraestrutura Central Braço executivo do Conselho de Administração do Grupo

Os departamentos de infraestrutura central, através das respetivas funções de estratégia, gestão de risco e controlo, apoiam o Conselho de Administração Executivo no cumprimento das suas obrigações executivas. Os processos necessários ao exercício destas funções estão, na sua maioria, integrados globalmente nas divisões de negócio onde as nossas operações bancárias estão localizadas, mas obedecem a uma estrutura hierárquica independente. Este modo de funcionamento é um elemento fulcral da nossa cultura organizacional e de liderança, com muitos anos de sucesso comprovado.

A área de infraestrutura central engloba os vários departamentos do Corporate Center: Finance (Financeiro), Audit (Auditoria), Tax (Fiscal), Risk (Risco), Investor Relations (Relação com Investidores), Communications & Corporate Social Responsibility (Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa), Human Resources (Recursos Humanos), Group Strategy & Planning (Estratégia e Planeamento do Grupo), Corporate Insurance (Seguros) e DB Research (Pesquisa de Mercado).

Requisitos regulamentares cumpridos

Em 2011, os colaboradores dos departamentos Financeiro e de Risco (anteriormente: Legal, Risk & Capital) participaram ativamente na avaliação do impacto dos muitos requisitos regulamentares novos e no conseqüente alinhamento das operações do Deutsche Bank em conformidade. Nesse sentido, houve tarefas de grande complexidade que tiveram de ser completadas em períodos de tempo extremamente curtos. O departamento de Compliance (Conformidade) reviu integralmente o Código de Conduta Empresarial dos colaboradores e, com o apoio do Risk Service Center de Berlim, implementou a Lei de melhoria da proteção do investidor (Investor Protection Improvement Act). A equipa de Treasury (Tesouraria) assegurou, em finais de 2011, o aumento das reservas de liquidez do Deutsche Bank para um valor recorde de 219 mil milhões de euros. Não obstante a situação tensa vivida nos mercados, foi possível recorrer a um amplo conjunto de fontes de refinanciamento. Com um rácio de capital Core Tier 1 de 9,5 % em 31 de dezembro de 2011, ultrapassámos o valor alvo de 9 % estabelecido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) antes do prazo final de 30 de junho de 2012. [Gráfico 02 – 16](#)

O desafio das comunicações

A divisão de Comunicações tem a seu cargo a transmissão de um perfil claro do Deutsche Bank aos colaboradores, clientes e público em geral. Num momento em que Bancos como o nosso são alvo de um olhar especialmente crítico, aquela tarefa acabou por se revelar, de muitas formas, um verdadeiro desafio, o qual a área de Relação com Investidores também teve de enfrentar nas comunicações dirigidas aos mercados de capitais.

Serviço completo de aconselhamento

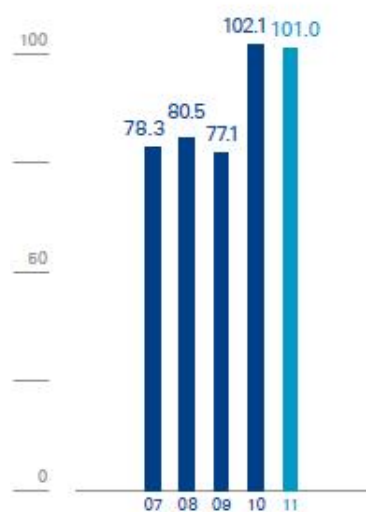
A DB Research aconselhou e apoiou a administração, as divisões de negócio e os clientes, facultando análises independentes sobre um vasto leque de temas económicos. O departamento de Estratégia e Planeamento do Grupo apoiou o Conselho de Administração Executivo na implementação da sua agenda de gestão e acompanhou de perto os processos de aquisições, vendas e integrações estratégicas.

Um dos principais objetivos da estrutura de Recursos Humanos é manter a posição do Deutsche Bank enquanto "empregador de eleição". Em 2011, consagramos especial atenção à revitalização da nossa cultura de desempenho e ao aumento do rácio de mulheres em cargos de administração e direção. O compromisso voluntário que subscrevemos no exercício em análise, juntamente com as outras empresas cotadas no DAX, constitui um importante passo no sentido de assegurar a igualdade de oportunidades para as mulheres no local de trabalho.

02-17

Nº. colaboradores

Em milhares, fim do ano*



* Equivalentes a tempo inteiro

Colaboradores Estabilidade elevada

Em 2011, o número de colaboradores (a tempo inteiro) ao serviço do Grupo Deutsche Bank sofreu uma redução de 1.066, para 100.996. Se excluirmos as empresas adquiridas e vendidas em 2011, isto significa menos 502 colaboradores no total. [Gráfico 02 – 17](#)

Na Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank, verificou-se um decréscimo de 429 colaboradores no total, em grande medida devido a ajustamentos de capacidade à luz da difícil situação do mercado no segundo semestre de 2011. Na Divisão Private Clients and Asset Management, registou-se uma redução de 1.743 colaboradores no total, o que se deveu, sobretudo, aos progressos realizados na integração do Postbank e à venda de empresas na Índia.

Nos centros de assistência localizados na Índia, Filipinas, Reino Unido e Estados Unidos há a registar um aumento de cerca de 1.255 colaboradores no total, em 2011. Nas restantes áreas de infraestruturas, os valores mantêm-se praticamente inalterados desde 2010.

Após a profunda alteração na estrutura regional de pessoal do Deutsche Bank em 2010, devido às aquisições na Alemanha, em 2011 a estrutura regional manteve-se, em larga medida, estável. A percentagem da nossa força laboral na Alemanha manteve-se nos 46,9 % (em 2011) face aos 48,3 % de 2010.

Recrutamento e retenção de talento

Garantir a próxima geração de pessoal continua a ser uma das nossas prioridades. Em 2011, contratámos 878 estagiários (incluindo Postbank) e 713 recém-licenciados. Há já alguns anos que oferecemos aos estagiários, além de lectures e workshops, um programa de desenvolvimento intensivo que lhes permite adquirir experiência prática em áreas de atividade selecionadas. Em 2011, 620 estudantes de todo o mundo participaram neste programa de estágio de verão. Em 2011, o recém-criado programa "Spring into Banking" contou com a participação de estudantes universitários do primeiro e segundo anos, em diferentes zonas geográficas. Os nossos escritórios de Londres, Frankfurt e Nova Iorque ofereceram aos participantes uma introdução ao mundo bancário. Por forma a chegar à próxima geração através dos seus canais de comunicação preferidos, disponibilizámos um vasto conjunto de conteúdos relacionados com carreiras profissionais em diversas redes sociais, tais como Facebook, Twitter, YouTube e Flickr. Desde o verão de 2011 que temos igualmente à disposição a "new@db", a nossa primeira aplicação para iPhone, especialmente direcionada aos recém-recrutados no Reino Unido.

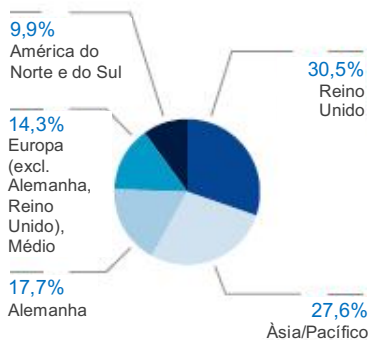
Mais ajustamentos na estrutura remuneratória

O ano de 2011 demonstrou ser mais um ano de mudança generalizada no ambiente regulamentar remuneratório da indústria de serviços financeiros. O Deutsche Bank colabora proativamente com entidades reguladoras de todo o mundo. Uma das dificuldades reside no facto de a velocidade, o âmbito de aplicação e o conteúdo da reforma regulamentar variarem em termos globais. Neste panorama regulamentar, é importante dispor de uma política remuneratória universal, que corresponda à nossa filosofia de "One Bank" e, simultaneamente, seja aceite por todos os colaboradores. Neste contexto, o Deutsche Bank enfrenta o desafio de ter de competir pelos melhores colaboradores, ao mesmo tempo que tem de cumprir requisitos políticos e regulamentares.

02–18

Empregados expatriados

Total de 10.492* (= 100%) de 131 países, fim de 2011



* múltiplas nacionalidades, equivalentes a tempo inteiro

Não obstante a evidente continuidade das disparidades globais, os reguladores começaram, em certa medida, a centrar e intensificar a sua atenção no processo de identificação dos chamados "material risk takers" (responsáveis pela assunção de riscos substanciais) na Europa e nos Estados Unidos. São colaboradores que se considera terem uma influência decisiva no perfil de risco geral do Banco. Além disso, igualmente sujeitas a um maior escrutínio foram as metodologias utilizadas para a recuperação ("clawback") de prémios em determinadas componentes variáveis da remuneração. Para esse efeito, o Deutsche Bank introduziu uma série de melhorias importantes ao longo do ano. O universo de colaboradores sujeitos ao regulamento alemão sobre remunerações em instituições financeiras (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) aumentou significativamente, em especial numa escala global. Fora deste universo, o Deutsche Bank optou por implementar, voluntariamente, uma cláusula de clawback baseada no desempenho para todos os colaboradores que recebem prémios remuneratórios diferidos.

Para mais informações sobre as melhorias introduzidas, ver o Relatório de Remunerações (Compensation Report) de 2011 do Deutsche Bank, publicado em ► www.deutsche-bank.de/ir/en/content/reports_2011.htm.

Benefícios atrativos

No intuito de melhorar a conciliação da carreira profissional com a vida familiar, ampliamos as nossas estruturas de acolhimento de crianças e abrimos uma nova creche com 20 vagas em Frankfurt. Este ano, o Deutsche Bank melhorou as condições de licença de maternidade, tendo aumentado o período de pagamento do salário completo de 18 para 26 semanas na Irlanda e de 6 para 18 semanas nas Ilhas do Canal. Além disso, foi introduzida no Reino Unido a licença de paternidade paga, num período máximo de seis semanas.

O Deutsche Bank ganhou vários prémios em reconhecimento das suas iniciativas em prol da família. Nos Estados Unidos, foi eleito "Top Employer for Working Families" e no Reino Unido recebeu o prémio "Best for Mothers Award" atribuído pela Working Families, a maior organização daquele país em matéria de conciliação de vida profissional e vida familiar.

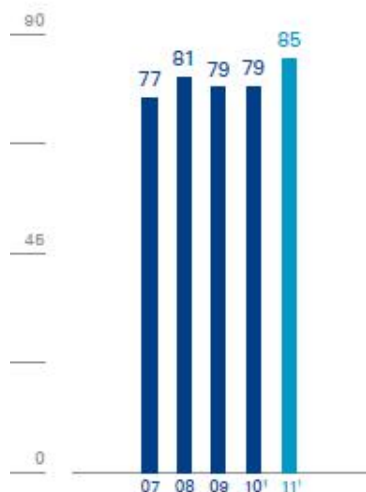
De modo a consolidar a nossa reputação como empregador de eleição e a reter colaboradores, disponibilizamos muitos serviços suplementares. Em 2011, o Conselho de Pessoal do Grupo e o Deutsche Bank adotaram um Acordo Operacional, que visa proporcionar as melhores condições possíveis de regresso ao trabalho aos colaboradores, após um período de doença prolongada, e assim evitar recaídas.

Com uma taxa de inscrição de 54 % na Alemanha (excluindo o Postbank) e de 37 % a nível mundial, o plano de compra de ações global (Global Share Purchase Plan) lançado em 2010 foi bem recebido pelos colaboradores no exercício em análise. No fim de 2011, o número de países participantes tinha aumentado para 36.

Uma cultura de responsabilidade

A crise financeira expôs fraquezas e desencadeou um apelo à mudança no setor bancário. Pese embora o desejo de ser bem-sucedido neste ambiente de mudança, o Deutsche Bank também se propôs alcançar a meta de aprofundar o desenvolvimento da sua reconhecida cultura empresarial, por forma a assumir novos desafios. Isto envolve, por exemplo, ligar de forma inextricável a perceção da marca Deutsche Bank, dentro e fora do Banco, a um comportamento responsável. Para o conseguir, o Banco e os seus colaboradores celebraram uma espécie de contrato ideal que descreve com rigor o que é exigido a ambas as partes, bem como as respetivas responsabilidades e benefícios. Além disso, comprometemo-nos na nossa Agenda de Gestão a trabalhar, mais do nunca, em prol de uma cultura de alto desempenho. Para esse efeito, formulámos um conjunto de princípios básicos fundamentais, que são aplicados em todo o Banco, tanto na área de gestão de pessoas como na formação profissional contínua: cada pessoa sabe o que se espera dela; cada pessoa sabe qual a sua posição; e todos sabem que qualquer distinção é feita em função do desempenho.

02–19
Regresso de licença de
paternidade
Em %, na Alemanha



¹ no Grupo Deutsche Bank, excluindo o Deutsche Postbank

Em 2011, tal como no ano anterior, mais de 60.000 colaboradores participaram no Inquérito de Pessoal DB a nível de todo o Grupo. O índice de compromisso – uma medida da lealdade dos colaboradores para com a empresa – atingiu os 72 %, um dos níveis mais elevados desde a criação deste inquérito em 1999.

Sucesso através da diversidade

O Deutsche Bank fomenta uma cultura inclusiva que valoriza a diversidade do universo dos colaboradores, utiliza os seus talentos e ajuda-os a realizar todo o seu potencial. Em 2011 foram feitos mais progressos na prossecução deste objetivo. Agora, cada região e a maioria das linhas de negócio têm os seus próprios conselhos de diversidade ativos, que asseguram a vivência da cultura de diversidade nas respetivas áreas de influência. A primeira Semana Global da Diversidade decorreu de 3 a 7 de outubro de 2011 e teve como objetivo aumentar a sensibilização para todos os aspetos da diversidade e informar os colaboradores sobre questões e iniciativas relacionadas com a diversidade. Além disso, o Deutsche Bank foi copatrocinador da conceituada conferência "Veterans on Wall Street", em Nova Iorque. Esta iniciativa visa dar a possibilidade a antigos militares de seguirem uma carreira no setor financeiro.

Mulheres no topo

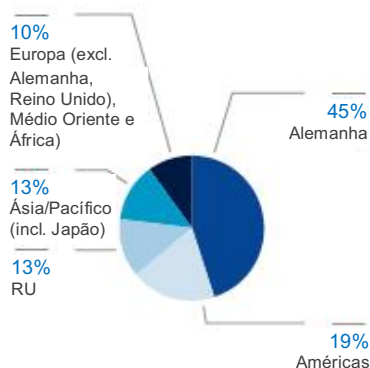
Aumentar a percentagem de mulheres em cargos de administração é uma iniciativa estratégica levada a cabo pela indústria alemã com vista a, entre outros, promover o sucesso empresarial. Para isso, todas as empresas cotadas no DAX subscreveram um acordo mútuo em março de 2001, assumindo o compromisso de definir objetivos realistas, mensuráveis e adaptados a cada empresa em termos de número de mulheres em cargos de administração ou direção, e torná-los públicos. O Grupo Deutsche Bank planeia aumentar a proporção de mulheres em cargos executivos de topo, ao nível de Direção-Geral e Direção, para 25 % em termos mundiais até finais de 2018, e a proporção de mulheres em cargos de gestão (com títulos de Diretor-Geral, Diretor, Vice-Presidente, Vice-Presidente Adjunto e Associado) para 35 % até finais de 2018, sujeito a alterações. As nossas metas de curto prazo de 17 % e 29,3 % para 2011 foram alcançadas em ambos os grupos, tendo mesmo ultrapassado a segunda meta ao atingirmos os 29,7 %.

Com o patrocínio do Dr. Josef Ackermann, o Deutsche Bank lançou, em 2009, o programa ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy), que tem por objetivo habilitar um grupo selecionado de colaboradoras para o exercício de cargos de administração ou gestão de alto nível no Banco. Até à data, metade das mulheres que participaram no ATLAS já assumiram novas funções ou funções mais alargadas.

Com a iniciativa "Women on Boards", pretendemos aumentar o rácio de mulheres nos conselhos das nossas subsidiárias e em conselhos consultivos regionais. Em 2011, há a registar mais progressos nesta área. Este ano, o Deutsche Bank levou a sua muito conceituada Conferência "Women in Business" até Singapura, onde acolhemos a primeira Conferência "Women in Asian Business".

02–20 Repartição regional do investimento global em responsabilidade social

Total de €83,1 milhões em 2011



Sociedade Assumir a responsabilidade

No Deutsche Bank, a aceitação da responsabilidade para com a sociedade é inerente à forma como exercemos a nossa atividade. Isto significa que temos de ser uma empresa internacionalmente competitiva e financeiramente bem-sucedida, porque só assim será possível implementar a nossa estratégia de sustentabilidade e criar capital social através do nosso programa de responsabilidade social corporativa. No total, disponibilizámos 83,1 milhões de euros para apoiar, não só as artes e a música, mas também iniciativas educativas e projetos de desenvolvimento das comunidades. **Gráfico 02 – 20** Mais de 296.000 crianças e jovens em todo o mundo participaram em projetos educativos concretizados graças ao apoio do Deutsche Bank.

Sustentabilidade: um princípio básico

Em todas as atividades do banco, a sustentabilidade é considerada um fator determinante de qualidade e sucesso. Apoiamos os clientes nos seus investimentos orientados para a poupança de recursos e a promoção do crescimento limpo. Financiámos diretamente, ou providenciamos o seu financiamento, e aconselhamos empresas que utilizam tecnologias ambientalmente eficientes e energias renováveis. Na América do Norte, Europa e Médio Oriente, participámos, por exemplo, em projetos de geração de quase três gigawatts de potência no setor das energias renováveis. Desenvolvemos e introduzimos novas políticas para os nossos colaboradores, incluindo diretrizes sobre como tratar riscos sociais e ambientais relacionados com os nossos parceiros de negócio e respetivas atividades, especialmente em setores controversos como a extração e produção de matérias-primas.

As questões ecológicas, sociais e de governo societário (ESG) desempenham um papel cada vez mais relevante na Divisão Asset Management (Gestão de Ativos), a par dos tradicionais objetivos financeiros. Os ativos sob gestão investidos de acordo com critérios ESG atingiram os 2.500 milhões de euros no fim de 2011. Durante o exercício em análise, por exemplo, lançámos o Fundo Europeu para a Eficiência Energética, com uma dotação de 265 milhões de euros, e o Fundo de Investimento em Agricultura e Comércio de África, com 85 milhões de euros. A DWS Investments lançou um fundo de investimento fechado "verde" para clientes particulares.

Em 2011, conseguimos reduzir ainda mais o impacto ambiental das nossas próprias operações. O objetivo é realizar as operações inerentes à nossa atividade de uma forma totalmente neutra para o clima até 2013. Em 2011, dois terços da energia utilizada já foi proveniente de fontes de energia renovável. Na prática, é possível observar a sustentabilidade, por exemplo, na modernização holística da sede do Grupo em Frankfurt am Main. As nossas famosas torres gémeas estão classificadas entre os edifícios de escritório de grande altura mais amigos do ambiente do mundo, tendo sido já distinguidas com os maiores prémios de sustentabilidade.

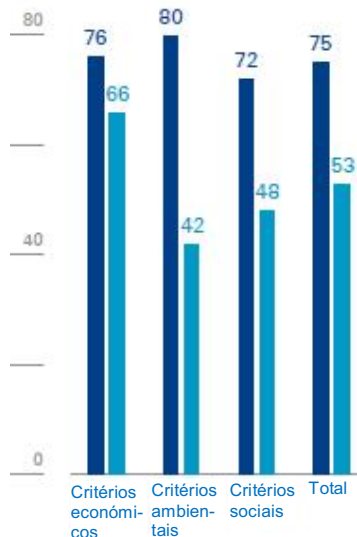
Educação: potenciar talento

O Deutsche Bank está empenhado em promover a igualdade de educação e de oportunidades em todo o mundo. Um foco fundamental do nosso apoio incide em programas que ajudam jovens com talento, oriundos de meios desfavorecidos, a preparar-se para o ingresso no ensino universitário. Em 2011, a iniciativa "IntoUniversity" no Reino Unido foi distinguida como "o melhor contributo para a melhoria do desempenho escolar". A Deutsche Bank Foundation participa na iniciativa STUDIENKOMPASS que, durante 2011, prestou apoio a cerca de 1.400 jovens na Alemanha: 90 % dos participantes decidiram frequentar um curso universitário.

02–21

Classificação de sustentabilidade SAM 2011

Empresas de serviços financeiros
Máx. do índice = 100



■ Deutsche Bank
■ Média Global
Fonte: SAM Research Inc.

Investimentos sociais: criar oportunidades

Capitalizámos a nossa presença global e desenvolvemos soluções inovadoras para criar novas oportunidades que permitam às pessoas sair do desemprego e da pobreza. Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank contribui para projetos como o Living Cities, que se dedica à estabilização social e económica de comunidades com infraestruturas subdesenvolvidas. Nos últimos 20 anos, este empenho tem sido reconhecido pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque como "Notável". No Reino Unido, lançámos o Impact Investment Fund I, que investe em empresas socialmente positivas com modelos de negócio sustentáveis. Enquanto líder pioneiro do setor, concedemos microcréditos que visam auxiliar empresários com pequenos negócios em países de mercados emergentes ou em desenvolvimento.

Arte e Música: promover a criatividade

Mais de 200.000 visitantes, em sete museus da América Latina, num período de dois anos - são números recorde da exposição "Beuys and Beyond – Teaching as Art", que apresentou obras de arte da coleção do Deutsche Bank. Há ainda a registar um outro sucesso - "Globe. For Frankfurt and the World" - uma série de eventos, com a participação de 70 artistas internacionais, realizados na primavera de 2011 para assinalar a abertura da recém-modernizada sede do Grupo, em Frankfurt am Main. O artista conceptual Roman Ondák foi eleito "Artista do Ano 2012" e terá uma exposição individual em Berlim para apresentação das suas obras.

O Deutsche Bank tem beneficiado de uma estreita relação com a Berliner Philharmoniker através de uma parceria exclusiva de mais de 20 anos. Com o Digital Concert Hall, criado em 2009, gostaríamos de tornar a música clássica acessível ao maior número possível de pessoas através da Internet. Só o concerto de abertura da temporada de 2011 teve uma audiência "virtual" de 9.000 pessoas. Desde 2002, mais de 21.000 jovens de todas as origens sociais participaram no programa educativo da Filarmónica de Berlim – "Zukunft@BPhil" – cujo objetivo é criar paixão pela música.

Voluntariado empresarial: Transmita a sua Paixão

São cada vez mais os colaboradores que optam por assumir a responsabilidade para com a sociedade a um nível muito pessoal, como mentores, como assessores de organizações sem fins lucrativos ou como voluntários nos "dias sociais". Há mais de 20 anos que o Deutsche Bank os apoia no seu trabalho de voluntariado. Em 2011, foram mais de 19.000 colaboradores a trabalhar como voluntários em cerca de 3.000 organizações sem fins lucrativos, o que representa um aumento do voluntariado empresarial, este ano, de 21 % para 24 %. Este empenho extraordinário foi distinguido com a atribuição de vários prémios em países como a Alemanha, Hong Kong e Singapura. No âmbito de uma nova iniciativa lançada em 2011, denominada "Pass on Your Passion" (Transmita a sua Paixão), queremos incentivar o envolvimento dos colaboradores em atividades de voluntariado.

Mais informações sobre a implementação da nossa estratégia de sustentabilidade e o programa de Responsabilidade Social Corporativa encontram-se disponíveis no Corporate Social Responsibility Report 2011 e em

► www.db.com/csr.

Abdullah Aldawood Riade

A Arábia Saudita é um mercado em rápido crescimento, com uma procura crescente por pontos de acesso aos mercados de capitais globais e por serviços de banca de investimento. A nossa presença alargada no terreno é prova de um forte compromisso para com esta região de elevado potencial.

Abdullah Aldawood,
Deutsche Securities Saudi Arabia LLC,
Riade

03 -

Demonstrações Financeiras Consolidadas: Excertos

Demonstração de Resultados – 61

Balanço – 62

Registo Financeiro do Grupo dos últimos 5 anos – 63

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados

em milhões de euros.

	2011	2010	2009
Juros e rendimentos similares	34.878	28.779	26.953
Juros e encargos similares	17.433	13.196	14.494
Margem financeira (margem de juros líquida)	17.445	15.583	12.459
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274	2.630
Margem financeira após provisão para perdas de crédito	15.606	14.309	9.829
Rendimentos de serviços e comissões	11.544	10.669	8.911
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.058	3.354	7.109
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	123	201	(403)
Resultados de investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(264)	(2.004)	59
Outros resultados	1.322	764	(183)
Total de rendimentos operacionais (excl. juros)	15.783	12.984	15.493
Remunerações e benefícios	13.135	12.671	11.310
Gastos gerais e administrativos	12.657	10.133	8.402
Prestações e indemnizações pagas a detentores de apólices	207	485	542
Imparidade de ativos intangíveis	-	29	(134)
Atividades de reestruturação	-	-	-
Total de gastos operacionais (excl. juros)	25.999	23.318	20.120
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	5.390	3.975	5.202
Gastos com impostos sobre o rendimento	1.064	1.645	244
Resultado líquido	4.326	2.330	4.958
Resultado atribuível a interesses não controlados	194	20	(15)
Resultado atribuível a acionistas do Deutsche Bank	4.132	2.310	4.973

Resultados por Ação Ordinária¹

em euros

	2011	2010	2009
Básicos	4,45	3,07	7,21
Diluídos ²	4,30	2,92	6,94
Número de ações em milhões: ¹			
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação	928,0	753,3	689,4
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado para incorporar conversões	957,3	790,8	716,7

¹ O número médio de ações em circulação, básicas e diluídas, foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

² Inclui efeito do numerador das conversões assumidas. Para mais informações, ver Nota 11 "Resultados por Ação Ordinária".

Balanço

Ativo

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e disponibilidades em bancos	15.928	17.157
Depósitos remunerados em bancos	162.000	92.377
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	25.773	20.365
Títulos obtidos por empréstimo	31.337	28.916
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos detidos para negociação	240.924	271.291
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	859.582	657.780
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	180.293	171.926
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
dos quais 87 mil milhões de euros e 91 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente	1.280.799	1.100.997
Ativos financeiros disponíveis para venda		
dos quais 9 mil milhões de euros e 4 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente	45.281	54.266
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	3.759	2.608
Créditos		
dos quais 3 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010	412.514	407.729
Ativos fixos tangíveis	5.509	5.802
Goodwill e outros ativos intangíveis	15.802	15.594
Outros ativos	154.794	149.229
Ativos por impostos correntes	1.870	2.249
Ativos por impostos diferidos	8.737	8.341
Total do ativo	2.164.103	1.905.630

Passivo e capital próprio

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos	601.730	533.984
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	35.311	27.922
Títulos cedidos por empréstimo	8.089	3.276
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos detidos para negociação	63.886	68.859
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	838.817	647.195
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	118.318	130.154
Passivos por contratos de investimento	7.426	7.898
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.028.447	854.106
Outros empréstimos a curto prazo	65.356	64.990
Outros passivos	187.816	181.827
Provisões	2.621	2.204
Passivos por impostos correntes	2.524	2.736
Passivos por impostos diferidos	1.789	2.307
Dívida a longo prazo	163.416	169.660
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trust	12.344	12.250
Total do passivo	2.109.443	1.855.262

Capital próprio atribuível aos acionistas

Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	2.380	2.380
Capital realizado adicional	23.695	23.515
Lucros não distribuídos ¹	30.119	25.975
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(823)	(450)
Outro rendimento integral acumulado, depois de impostos	(1.981)	(2.601)
Total do capital próprio atribuível aos acionistas	53.390	48.819
Interesses não controlados	1.270	1.549
Total do capital próprio	54.660	50.368
Total do passivo e do capital próprio	2.164.103	1.905.630

¹ A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

Registo Financeiro do Grupo dos últimos 5 anos

Balanço

em milhões de euros.	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Total do ativo	2.164.103	1.905.630	1.500.664	2.202.423	1.925.003
Créditos	412.514	407.729	258.105	269.281	198.892
Total do passivo ¹	2.109.443	1.855.262	1.462.695	2.170.509	1.885.688
Total do capital próprio atribuível a acionistas ¹	53.390	48.819	36.647	30.703	37.893
Interesses não controlados	1.270	1.549	1.322	1.211	1.422
Capital Tier 1 ²	49.047	42.565	34.406	31.094	28.320
Total de capital regulamentar ²	55.226	48.688	37.929	37.396	38.049

Demonstração dos Resultados

em milhões de euros.	2011	2010	2009	2008	2007
Margem financeira (margem de juros líquida)	17.445	15.583	12.459	12.453	8.849
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274	2.630	1.076	612
Rendimentos de serviços e comissões	11.544	10.669	8.911	9.741	12.262
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.058	3.354	7.109	(9.992)	7.175
Outros resultados	1.181	(1.039)	(527)	1.411	2.523
Total de rendimentos operacionais (excl. juros)	15.783	12.984	15.493	1.160	21.960
Remunerações e benefícios	13.135	12.671	11.310	9.606	13.122
Gastos gerais e administrativos	12.657	10.133	8.402	8.339	8.038
Prestações e indemnizações pagas a detentores de apólices	207	485	542	(252)	193
Imparidade de ativos intangíveis	-	29	(134)	585	128
Atividades de reestruturação	-	-	-	-	(13)
Total de gastos operacionais (excl. juros)	25.999	23.318	20.120	18.278	21.468
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	5.390	3.975	5.202	(5.741)	8.749
Gastos com impostos sobre o rendimento (benefício)	1.064	1.645	244	(1.845)	2.239
Resultado líquido	4.326	2.330	4.958	(3.896)	6.510
Resultado atribuível a interesses não controlados	194	20	(15)	(61)	36
Resultado atribuível a acionistas do Deutsche Bank	4.132	2.310	4.973	(3.835)	6.474

Números-chave

	2011	2010	2009	2008	2007
Resultados por ação básicos ³	€4,45	€ 3,07	€ 7,21	(€ 6,87)	€ 12,29
Resultados por ação diluídos ³	€4,30	€ 2,92	€ 6,94	(€ 6,87)	€ 11,80
Dividendos pagos por ação no período	€0,75	€ 0,75	€ 0,50	€ 4,50	€ 4,00
Rendibilidade dos capitais próprios médios (após impostos)	8,2%	5,5%	14,6%	(11,1)%	17,9%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (antes de impostos)	10,2%	9,5%	15,3%	(16,5)%	24,1%
Rácio de eficiência cost-to-income	78,2%	81,6%	72,0%	134,3%	69,6%
Rácio de capital Core Tier 1 ²	9,5%	8,7%	8,7%	7,0%	6,9%
Rácio de capital Tier 1 ²	12,9%	12,3%	12,6%	10,1%	8,6%
Total de rácio de capital ²	14,5%	14,1%	13,9%	12,2%	11,6%
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ⁴	100.996	102.062	77.053	80.456	78.291

¹ A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

² Os números apresentados para 2011 baseiam-se nos requisitos de capital para a carteira de negociação e posições de titularização corrigidos na sequência da Diretiva de Requisitos de Capital 3, também designada por "Basileia 2.5", conforme implementada na Lei bancária alemã e no Regulamento de Solvabilidade ("Solvabilitätsverordnung"). Os números apresentados para 2010, 2009 e 2008 estão de acordo com o quadro de capital revisto apresentado pelo Comité de Basileia em 2004 ("Basileia II"), conforme transposto para o direito alemão através da Lei bancária alemã e do Regulamento de Solvabilidade. Os números apresentados para 2007 baseiam-se no Acordo de Basileia I. Os rácios de capital estabelecem uma relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco em termos de risco de crédito, de mercado e operacional. Exclui rubricas transitórias nos termos da secção 64 (3) da Lei bancária alemã.

³ O número médio de ações em circulação, básicas e diluídas, foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

⁴ O Deutsche Postbank ajustou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro ao Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores no total do grupo, à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não reajustados).

Ben Hecht Nova Iorque

Mesmo em tempos de turbulência, o Deutsche Bank tem vindo consistentemente a propor ideias e a colaborar com a Living Cities no sentido de otimizar oportunidades para as cidades e populações de baixos rendimentos. O empenho e a perspetiva global do Deutsche Bank distinguem-no como um verdadeiro pioneiro em parcerias público-privadas.

Ben Hecht,
Presidente e CEO, Living Cities,
Nova Iorque

04 -

Outras Informações

Glossário – 67

Impressão / Publicações – 71

Calendário Financeiro – 72

A

Ações nominativas

Ações registadas em nome de uma pessoa. Por força da lei de sociedades anónimas, essa pessoa é inscrita no registo de ações, com a indicação de alguns dados pessoais e do número de ações por ela detidas. Apenas as pessoas inscritas no registo de ações são consideradas acionistas da empresa e estão habilitadas, por exemplo, a exercer direitos na Assembleia Geral.

American Depositary Receipts (ADR)

Certificados negociáveis emitidos por um banco americano, representativos de ações de empresas estrangeiras, as quais são depositadas nesse banco. Os ADR simplificam, reduzem os custos e aceleram a negociação nos mercados de valores mobiliários americanos.

Asset-backed securities (ABS)

Títulos garantidos por ativos: tipo específico de dívidas titularizadas sob a forma de títulos negociáveis. Estes títulos são criados através do reagrupamento de determinados ativos financeiros (titularização).

Asset Finance & Leasing

Centro de competências dedicado à oferta de soluções de financiamento de ativos estruturadas e inovadoras para ativos duradouros e de valor elevado.

Ativos/Investimentos alternativos

Investimentos diretos em private equity, capital de risco, capital mezzanine, investimentos imobiliários e investimentos em fundos LBO (leveraged buyout), fundos de capital de risco e hedge funds.

B

Banca de Investimento

Termo genérico que designa a atividade orientada para o mercado de capitais. Inclui principalmente a emissão e negociação de valores mobiliários e seus derivados, gestão de taxas de juro e divisas, corporate finance, assessoria em Fusões e Aquisições, structured finance e private equity.

Basileia II

Recomendações de normas internacionais de adequação de capital adotadas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária, geralmente designadas por Acordo de Basileia II, que estabelecem uma relação mais estreita entre requisitos de capital e

riscos subjacentes.

Basileia 2.5

Propostas do Comité de Basileia de Supervisão Bancária, originalmente com data de julho de 2009, para a reforma do acordo de Basileia, em resultado da crise financeira. Os requisitos mínimos de capital incluem a introdução de novas medidas de avaliação do risco de mercado, para além do "value-at-risk" ("valor em risco"): "value-at-risk" em situação de esforço, os requisitos de capital para riscos adicionais, a medida de risco total para a carteira de negociação de correlação composta por posições específicas de titularização e a aplicação da abordagem normalizada de risco de mercado às titularizações da carteira de negociação e derivados de crédito do tipo "nth-to-default" ("n-ésimo incumprimento"). Outros requisitos incluem normas sobre remuneração, gestão de risco e governo societário, assim como requisitos de divulgação aplicáveis a titularizações. No âmbito da União Europeia, o quadro de Basileia 2.5 foi implementado através das Diretivas de Requisitos de Capital (DRC) 2 e 3.

Basileia III

Revisão das normas internacionais de adequação de capital, adotadas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária, aprovada pela cimeira do G-20 de novembro de 2010. Esta revisão visa reforçar as regras globais de capital e liquidez, promovendo um setor bancário mais resistente. Durante o período de transição que decorre até 2019, as normas revistas não só aumentam os requisitos mínimos de capital para os bancos, como também introduzem um buffer (margem de capital) de conservação de capital e um buffer contracíclico específico para bancos. O Acordo de Basileia III introduz igualmente um quadro de liquidez internacionalmente harmonizado pela primeira vez, com rácios exigentes de curto e longo prazo. As novas normas serão transpostas para o direito alemão por via do Regulamento de Solvabilidade alemão.

BIS - Bank for International Settlements

Banco de Pagamentos Internacionais domiciliado em Basileia.

Buy-out

Aquisição (total ou parcial) de uma empresa ou de determinadas atividades de uma empresa.

C

Capital Core Tier 1

Definido como o capital Tier 1 sem instrumentos híbridos de capital. Composto apenas por capital social e reservas.

Capital próprio ativo médio

Calculamos o capital próprio ativo para facilitar a comparação com a concorrência e fazemos referência a capital próprio ativo em diversos rácios. No entanto, o capital próprio ativo não é uma medida prevista nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e não se deve comparar os nossos rácios baseados no capital ativo médio com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo. Os elementos para os quais ajustamos o capital médio dos acionistas são: ganhos líquidos não-realizados em ativos disponíveis para venda, ajustamentos médios de justo valor em coberturas de fluxos de caixa (ambos após impostos aplicáveis) e dividendos médios, que são objeto de uma proposta trimestral e que são pagos anualmente mediante aprovação da Assembleia Geral Anual.

Capital regulamentar

O capital dos bancos reconhecido para efeitos regulamentares de acordo com o Acordo de Adequação de Capital de Basileia de 2004, alterado em 2009. Segundo o acordo de Basileia 2.5, o capital é constituído por:

- Capital Tier 1: fundamentalmente, capital social, reservas e certos títulos preferenciais emitidos por trust,
- Capital Tier 2: fundamentalmente, capital secundário, ações preferenciais cumulativas, dívida subordinada de longo prazo e ganhos não realizados em valores mobiliários cotados,
- Capital Tier 3: principalmente, dívida subordinada de curto prazo e excedente de capital Tier 2.

O capital Tier 2 tem como limite 100% do capital Tier 1 e o montante de dívida subordinada de longo prazo que pode ser reconhecido como capital Tier 2 tem como limite 50 % do capital Tier 1.

Carteira

Parte ou totalidade de uma ou de todas as categorias de ativos (p. ex. títulos,

créditos, investimentos em ações ou imobiliário). As carteiras são constituídas com o objetivo primeiro de diversificar o risco.

Collateralized debt obligations (CDO)

Títulos garantidos por obrigações de dívida: veículos de investimento baseados numa carteira de ativos que pode incluir obrigações, empréstimos ou derivados.

Commercial mortgage-backed securities (CMBS)

Títulos garantidos por créditos hipotecários (MBS), neste caso créditos hipotecários para fins comerciais.

Compensação

O processo de transmissão, conciliação e, em alguns casos, confirmação de ordens de pagamento.

Conformidade (Compliance)

O conjunto completo de medidas adotadas com o intuito de assegurar a observância de leis, normas e regulamentos internos relevantes, de modo a evitar sanções legais e regulamentares, assim como danos financeiros e de reputação.

Corporate finance

Termo geral para designar serviços de financiamento inovadores e relacionados com o mercado de capitais, que visam satisfazer requisitos de consultoria especiais decorrentes da relação com clientes empresariais.

Correlação

Relação recíproca entre, pelo menos, duas variáveis (p.ex. ativos). Pode ser positiva, quando as variáveis se movimentam no mesmo sentido, ou negativa, quando se movimentam em sentido oposto. Contudo, a correlação não implica causalidade (i.e. uma relação de causa/efeito). A correlação é um instrumento importante utilizado em alocação de ativos para diversificar e/ou cobrir riscos.

Corretor/Corretagem

Os corretores aceitam ordens de compra ou de venda de valores mobiliários, de bancos e investidores particulares, e executam-nas em nome do cliente. O corretor recebe geralmente uma comissão pelo serviço prestado.

Credit default swap

Um acordo entre duas partes, mediante o qual uma parte paga à outra um

cupão fixo durante um prazo especificado. A outra parte não tem de efetuar qualquer pagamento a menos que ocorra um determinado evento de crédito, como o incumprimento, e nesse momento o pagamento é efetuado e o swap termina.

Custódia

Serviços de custódia e administração de valores mobiliários e outros serviços adicionais relacionados com títulos.

D

Derivados

Produtos cujo valor deriva em grande medida do preço, flutuações de preço e expectativas de preço de um instrumento subjacente (p.ex. ação, obrigação, divisa ou índice). Os derivativos incluem swaps, opções e futuros.

Derivados OTC

Instrumentos financeiros (derivados) não tipificados, não negociados numa bolsa de valores, mas diretamente entre os participantes do mercado (mercado de balcão – Over The Counter).

DJSI - Dow Jones Sustainability Indexes

Os índices de sustentabilidade Dow Jones são uma família de índices que seguem os progressos sociais e ecológicos das empresas que deles fazem parte. O Deutsche Bank está cotado nos índices DJSI World e DJSI STOXX desde que estes foram constituídos.

www.sustainability-index.com

E

Equity capital markets (ECM)

Mercados de capitais – Ações: trata-se maioritariamente de atividades ligadas à oferta pública inicial de uma empresa ou à colocação de novas ações. Também inclui a privatização de empresas públicas.

F

Family office

Serviços financeiros especificamente concebidos para famílias com carteiras de ativos de grande dimensão e complexidade, e que protegem os interesses dos clientes em regime de absoluta independência, através de uma gestão otimizada e uma coordenação abrangente dos vários componentes individuais do património.

Futuros

Contratos a prazo tipificados em termos

de quantidade, qualidade e data de entrega, segundo os quais um instrumento transacionado nos mercados monetários, de capitais, de metais preciosos ou cambiais deverá ser entregue ou dado como recebido, por um preço acordado, numa determinada data futura. A liquidação financeira é geralmente o meio estipulado para esses contratos (por ex. futuros sobre índices acionistas) cumprirem a obrigação (em vez de entrega ou recebimento dos valores mobiliários).

G

GAAP (Generally Accepted Accounting Principles) dos EUA

Os princípios contabilísticos geralmente aceites nos EUA, estabelecidos pelo conselho financeiro de normas de contabilidade (FASB-Financial Accounting Standards Board) e pelo instituto americano de técnicos oficiais de contas (AICPA-American Institute of Certified Public Accountants). Adicionalmente, as interpretações e explicações fornecidas pela comissão de valores mobiliários norte-americana (SEC-Securities and Exchange Commission) também são especialmente pertinentes para as empresas cotadas em bolsa de valores. À semelhança das IFRS (International Financing Reporting Standards), o objetivo principal é fornecer informações úteis para a tomada de decisões, em especial dos investidores.

Gestão de carteira

Gestão e administração de uma carteira de valores mobiliários para um cliente. Pode implicar a revisão contínua da carteira e, se acordado com o cliente, compras e vendas.

Gestão de tesouraria

Refere-se à gestão de ativos líquidos em dólares, euros e outras moedas, para empresas e instituições financeiras, de modo a otimizar as operações financeiras.

Gestão financeira da cadeia de abastecimento

Otimização dos pagamentos financeiros ao longo da cadeia de abastecimento.

H

Hedge fund

Um fundo cujos investidores são, de um modo geral, instituições e particulares detentores de um património elevado. Os hedge funds podem utilizar

estratégias que os fundos de investimentos não estão autorizados a usar, tais como, vendas a descoberto (short selling) alavancagem e derivados. As rendibilidades dos hedge funds não estão geralmente correlacionadas com as rendibilidades dos investimentos tradicionais.

I

Instrumentos híbridos de capital

Caracterizam-se por pagamentos de juros ligados a lucros. Ao abrigo de normas de supervisão bancária, fazem parte do capital Tier 1, se os pagamentos de juros não se acumularem em caso de prejuízos (títulos preferenciais emitidos por trust não cumulativos) e se os instrumentos não tiverem uma data de maturidade especificada ou se não forem reembolsáveis por opção do detentor. Caso contrário, são incluídos no capital Tier 2 (por exemplo, os títulos preferenciais emitidos por trust cumulativos).

Investimentos quantitativos

Carteiras de ações, obrigações e hedge funds. As carteiras são geridas num quadro sistemático e regulamentado e segundo princípios de investimento fundamentais. A escolha dos investimentos é determinada através do processamento de grandes volumes de dados, com a aplicação de técnicas e métodos quantitativos.

International Financial Reporting Standards (IFRS)

As Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) são regras de relato financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB-International Accounting Standards Board) para assegurar a preparação e a divulgação de informação financeira globalmente transparente e comparável. O principal objetivo é apresentar informações que sejam úteis para a tomada de decisões económicas, sobretudo no caso de investidores.

J

Justo valor

Montante pelo qual ativos ou passivos seriam transacionados entre contrapartes independentes, informadas e interessadas. O justo valor é geralmente idêntico ao preço de mercado.

L

Leveraged buy-out - LBO

Aquisição da totalidade ou de partes de uma empresa, ou de determinadas atividades de uma empresa, financiada com recurso ao crédito. Os pagamentos de juros e do capital são financiados pelas futuras receitas da empresa adquirida.

M

Mortgage-backed securities (MBS)

Títulos garantidos por créditos hipotecários. Têm como subcategorias os títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e os títulos garantidos por créditos hipotecários para fins comerciais (CMBS).

O

Opção

O direito de comprar (opção de compra) ou de vender (opção de venda) um ativo específico (p. ex. título ou divisa) a uma contraparte (o vendedor da opção) a um preço pré-determinado numa ou até uma data futura específica.

P

Private equity

Investimento de capital privado em empresas não cotadas. Alguns exemplos são capital de risco e fundos LBO.

Produtos de dívida

Instrumentos transacionáveis representativos de passivos ou responsabilidades relativamente a ativos de uma ou mais entidades do setor público ou privado. A expressão também designa uma gama mais ampla de instrumentos, incluindo contratos de divisas e de matérias-primas.

Programa de papel comercial em euros

Instrumento que permite a emissão flexível de dívida não garantida de curto prazo por uma entidade emitente. Um programa pode abranger várias emissões de obrigações durante um determinado período de tempo.

R

Rácio cost-to-income

Rácio custos/rendimento: geralmente, é um rácio de eficiência de custos de uma empresa, que estabelece uma relação entre os custos operacionais e os rendimentos operacionais.

Rating (Notação de risco)

Externa: avaliação tipificada da situação de crédito e dos instrumentos de dívida dos emitentes, realizada por agências especializadas.

Interna: avaliação detalhada dos riscos de cada exposição associada a um devedor.

Regulamento de solvabilidade alemão

Regulamento alemão que rege a adequação de capital de instituições, grupos de instituições e grupos de participações financeiras, e que transpôs para o direito alemão o acordo revisto do Comité de Basileia de 2004, alterado em 2009, comumente designado por Basileia 2.5.

Relação com Investidores

A área de Relação com Investidores diz respeito à comunicação recíproca sistemática e contínua entre empresas e fornecedores de capital atuais e potenciais. São disponibilizadas informações sobre os principais acontecimentos relacionados com a empresa, bem como os resultados financeiros, a estratégia de negócio e as expectativas sobre o mercado de capitais. Um dos objetivos da área de Relação com Investidores é assegurar que as ações da empresa são devidamente valorizadas pelo mercado.

Rendibilidade do capital próprio ativo médio, antes de impostos

Rendimento antes de encargos com impostos sobre o rendimento, atribuível aos acionistas do Deutsche Bank (anualizado), que é definido como o rendimento antes de impostos sobre o rendimento, menos os interesses minoritários, expresso em percentagem do capital próprio ativo médio.

Repo (Acordo de Recompra)

Um acordo para recomprar títulos vendidos (acordo de recompra genuíno em que os ativos continuam a ser propriedade do vendedor). Do ponto de vista do comprador, a transação é um acordo de recompra invertido (reverse repo).

Residential mortgage-backed securities (RMBS)

Títulos garantidos por créditos hipotecários (MBS), neste caso créditos hipotecários para habitação.

Resultados por Ação

Um valor fundamental determinado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), que corresponde ao rendimento líquido de uma empresa atribuível aos seus acionistas, dividido pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Além dos resultados por ação básicos, também têm de ser reportados os resultados por ação diluídos, sempre que a conversão assumida e o exercício de opções sobre ações em circulação, ações atribuídas diferidas e não vencidas e de obrigações convertíveis e determinados contratos a prazo possam fazer aumentar o número de ações.

S

Sarbanes-Oxley Act (SOX)

Lei do mercado de capitais dos Estados Unidos, aprovada em 2002, para reforçar o governo de sociedades e recuperar a confiança dos investidores, na sequência de grandes escândalos contábilísticos e empresariais. Esta lei estabeleceu um conjunto de normas, desde responsabilidades adicionais dos Conselhos das empresas até sanções penais, para todas as empresas com ações cotadas numa bolsa de valores norte-americana.

Serviços/corretagem Prime

Conjunto de produtos, incluindo compensação e liquidação, custódia, reporte e financiamento de posições, destinados a investidores institucionais.

Subprime

Termo utilizado para classificar créditos hipotecários dos Estados Unidos, representativos de empréstimos com expectativas de risco muito elevadas.

Sustentabilidade

Designa a interação entre economia, ecologia e responsabilidade social, com o objetivo de fazer progredir sustentavelmente a base da vida humana, preparando-a para o futuro.

Swaps

Troca de um fluxo monetário por outro. Swap de taxas de juro: troca de fluxos de pagamento de juros na mesma moeda com prazos e condições diferentes (p. ex. taxa fixa ou variável). Swap de divisas: troca de fluxos de pagamento de juros e montantes de capital em moedas diferentes.

T

Transação de créditos

Transação de produtos relacionados com crédito ou empréstimos.

Tier 1 (capital), Tier 2 (capital), Tier 3 (capital)

Componentes do capital regulamentar.

Titularização

Direitos comprovados por valores mobiliários (p. ex. ações ou obrigações). Geralmente substituem empréstimos ou financiamento de diversos tipos de dívida através da emissão de valores mobiliários (como obrigações ou papel comercial).

Trust & Securities Services

Ampla gama de serviços administrativos relacionados com valores mobiliários. Incluem, por exemplo, custódia de títulos, administração de fundos fiduciários (trust), serviços de emitente e de agente pagador, função de banco depositário para certificados ADR (American Depositary Receipts).

V

Valor para o acionista

Conceito de gestão que centra a tomada de decisões estratégicas e operacionais no crescimento estável do valor de uma empresa. O princípio orientador é que apenas as rendibilidades acima do custo do capital acrescentam valor para os acionistas.

Venda e locação concomitante

Transação em que uma parte vende um ativo, p. ex. um imóvel, a outra parte e, simultaneamente, celebra um contrato de locação do ativo por um período de tempo pré-determinado.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 91 00 0
deutsche.bank@db.com

Relação com investidores

Telefone: +49 69 91 03 80 80
db.ir@db.com

Fotografias

- Martin Joppen, Frankfurt p.2
- Andreas Pohlmann, Munique, p. 9
- Matthias Ziegler, Munique pp.10, 20/21, 34/35, 58/59, 64/65 e capa

Teremos todo o prazer em enviar-lhe as seguintes publicações de informação financeira

O Relatório e Contas do Grupo Deutsche Bank compõe-se de duas secções separadas: Análise Anual 2011 e Relatório Financeiro 2011.

- Análise Anual 2011 (alemão/inglês)
- Relatório Financeiro 2011 (alemão/inglês)
- Relatório Anual 2011 em Form 20-F (inglês)
- Demonstrações Financeiras Anuais e Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2011 (alemão/inglês)
- Lista de Membros do Conselho Consultivo (alemão)
- Responsabilidade Social Corporativa – Relatório 2011 (alemão/inglês)

Como encomendar

E-mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.deutsche-bank.com/11

Fax
+49 18 05 07 08 08

Telefone
+49 18 05 80 22 00

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Strasse 1
33428 Harsewinkel
Germany

Online

Todas as publicações de informação financeira estão disponíveis em:
www.deutsche-bank.com/11

Advertência sobre declarações prospetivas:

O presente relatório contém declarações prospetivas. As declarações prospetivas não constituem factos históricos; incluem afirmações sobre as nossas crenças e expectativas e os pressupostos que lhes estão subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções, tal como se encontram, nesta data, à disposição dos órgãos de direção do Deutsche Bank. Por conseguinte, as declarações prospetivas reportam-se apenas à data em que são feitas e não assumimos qualquer obrigação de as atualizar publicamente à luz de novas informações ou acontecimentos futuros.

Por natureza, as declarações prospetivas envolvem riscos e incertezas. Assim, existem vários fatores importantes que poderão fazer os resultados reais diferir substancialmente dos incluídos em qualquer declaração prospetiva. Entre esses fatores, contam-se as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em qualquer outra região de onde provenha uma parte substancial das nossas receitas de negociação, potenciais incumprimentos de devedores ou de contrapartes de transação, a implementação da nossa agenda de gestão, a fiabilidade dos nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de risco, e outros riscos referenciados na nossa documentação depositada junto da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (SEC-Securities and Exchange Commission). Esses fatores estão descritos em pormenor no formulário SEC Form 20-F de 20 de março de 2012, na secção "Fatores de Risco". É possível obter cópias deste documento mediante pedido, ou descarregá-lo a partir de www.deutsche-bank.com/ir.

Impacto neutro no clima:

O presente relatório tem um impacto neutro no clima. As emissões de gases com efeitos de estufa originadas pela produção e distribuição (equivalentes a 50 t/CO₂) foram compensadas com investimentos adicionais num projeto de proteção do clima de elevada qualidade.

Calendário Financeiro

2012

26 de abril de 2012

Relatório Intercalar de 31 de março de 2012

31 de maio de 2012

Assembleia Geral Anual em Festhalle,
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

1 de junho de 2012

Pagamento de dividendos

31 de julho de 2012

Relatório Intercalar de 30 de junho de 2012

30 de outubro de 2012

Relatório Intercalar de 30 de setembro de 2012

2013

31 de janeiro de 2013

Resultados preliminares referentes ao exercício de 2012

21 de março de 2013

Relatório Anual 2012 e Form 20-F

30 de abril de 2013

Relatório Intercalar de 31 de março de 2013

23 de maio de 2013

Assembleia Geral Anual em Festhalle,
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

24 de maio de 2013

Pagamento de dividendos

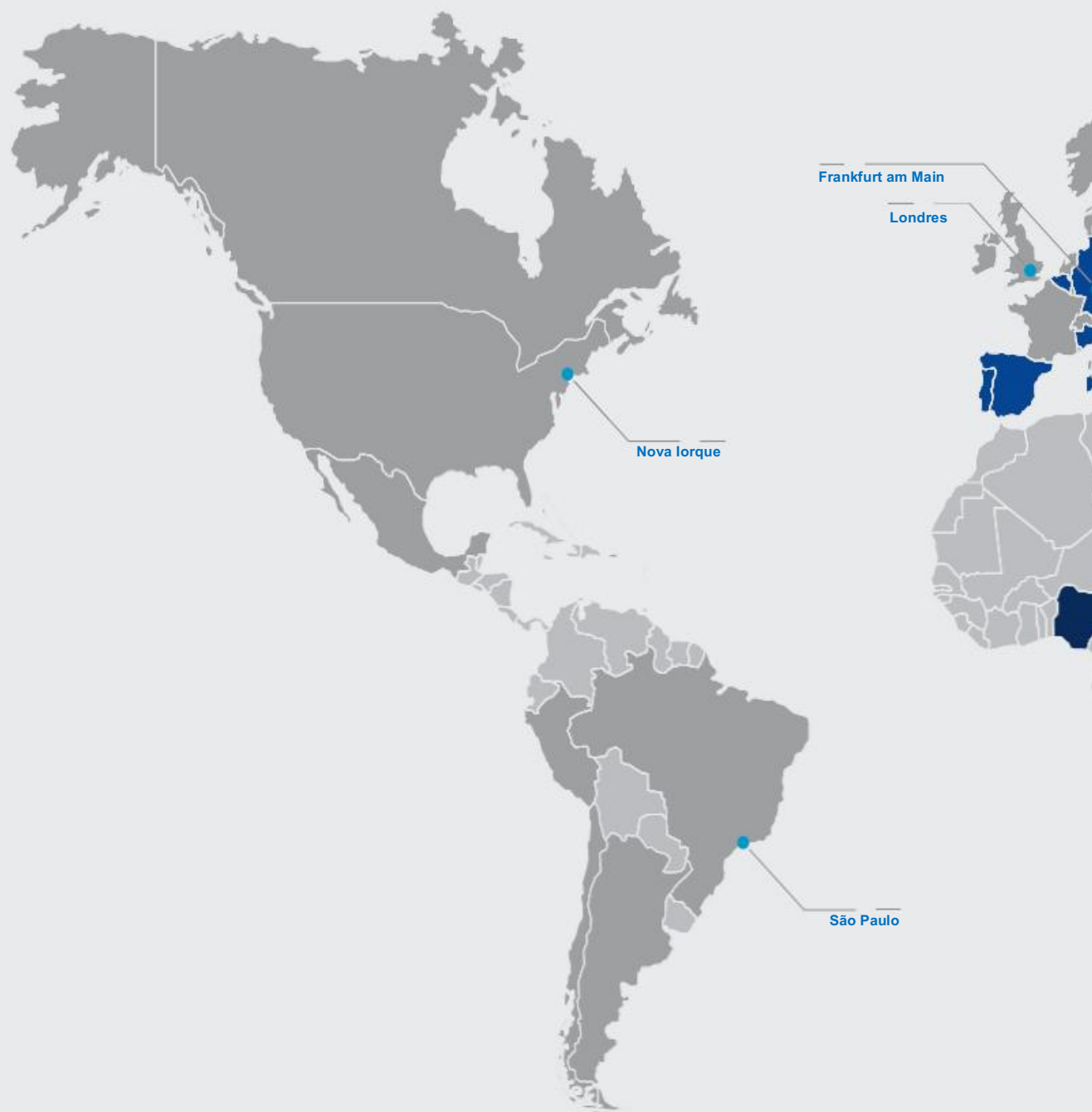
30 de julho de 2013

Relatório Intercalar de 30 de junho de 2013

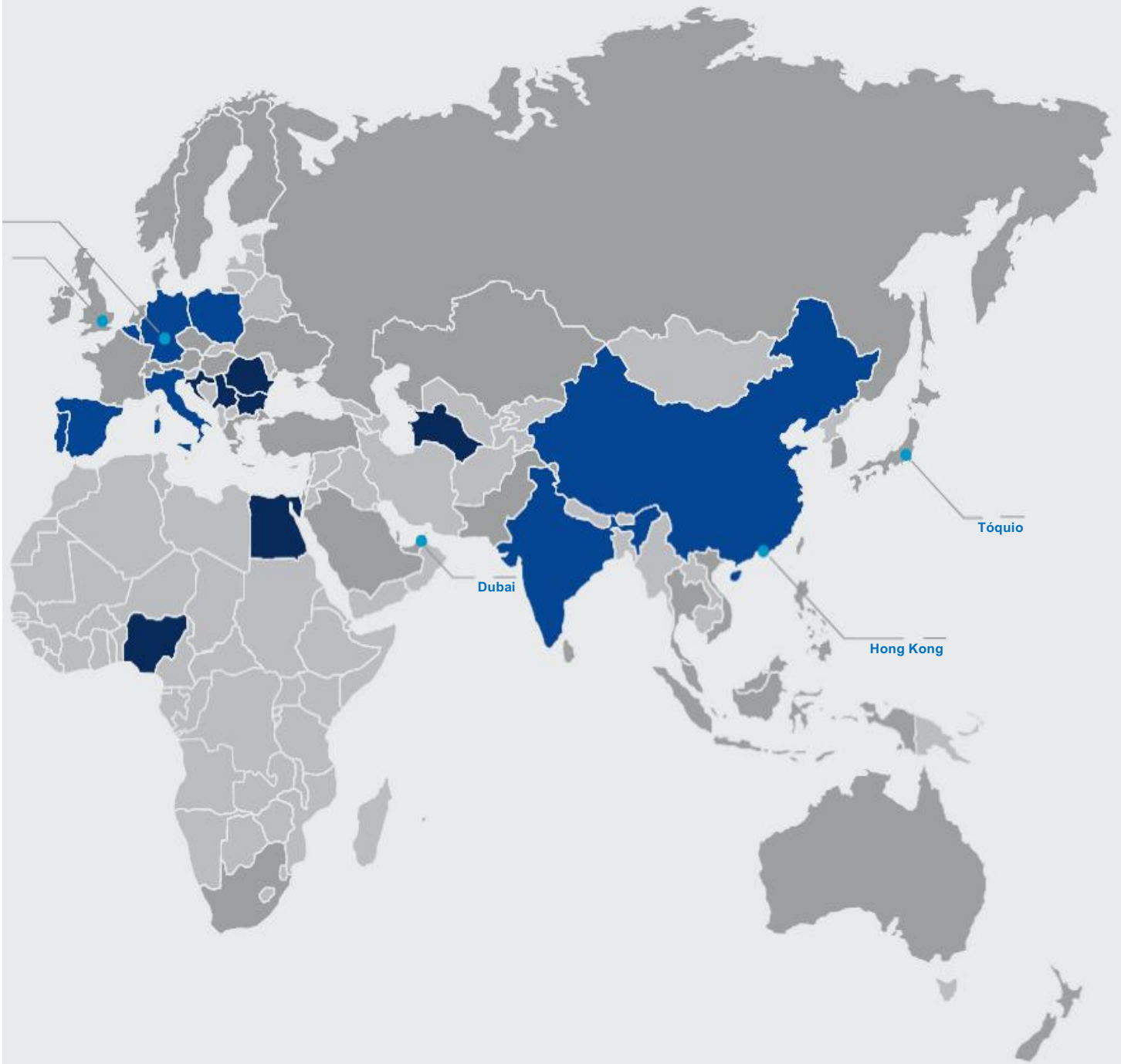
29 de outubro de 2013

Relatório Intercalar de 30 de setembro de 2013

Perto dos nossos clientes



- Agências com clientes particulares e empresariais
- Agências e/ou subsidiárias
- Escritórios de representação (apenas)
- Importantes polos regionais



Para fazer face a novos desafios, nada melhor do que agir com determinação. E foi o que fizemos em 2011: de uma forma pró-ativa, disciplinada e firmemente autoconfiante.

Ajustámos o nosso rumo às novas prioridades e definimos uma estratégia para o futuro. E com grande êxito, pois os nossos pilares financeiros nunca foram tão fortes nem tão abrangentes. O nosso objetivo é o de sempre: alcançar um sucesso sustentável enquanto instituição bancária a exercer uma atividade global – em prol dos interesses de acionistas, clientes, colaboradores e sociedade em geral.

Criar valor num contexto novo.

A nossa identidade

A nossa missão

Competimos para sermos líderes mundiais na oferta de soluções financeiras, criando um valor duradouro para clientes, acionistas, colaboradores e comunidades onde estamos presentes.

A nossa promessa

Excelência: na criação e execução de ideias, no aconselhamento, produtos e serviços, disponibilizar um Banco com todos os seus recursos e capacidades.

Soluções pertinentes para o cliente: compreender as diferentes necessidades dos clientes, acrescentar valor, criar confiança e construir compromissos que perdurem.

Responsabilidade: agir hoje, pensar no futuro, com manifesta transparência e liderança.

Governo de Sociedade: um governo societário eficaz na gestão das nossas atividades e operações.

A nossa marca

Deutsche – é claro: estamos aqui para apresentar resultados, nos negócios e não só. Agimos com um misto ímpar de paixão e rigor.

Uma abordagem equilibrada que nos dá a confiança necessária para, com a agudeza de espírito que nos caracteriza, vermos além do óbvio, beneficiando todos com quem trabalhamos.

Deutsche Bank

Relatório Financeiro 2011

Passion to Perform

Deutsche Bank

O Grupo num relance	2011	2010
Cotação da ação no fim do período ¹	€29,44	€39,10
Cotação máxima da ação ¹	€48,70	€55,11
Cotação mínima da ação ¹	€20,79	€35,93
Resultados por ação básicos ²	€4,45	€3,07
Resultados por ação diluídos ²	€4,30	€2,92
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas ²	928	753
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas ²	957	791
Rendibilidade dos capitais próprios médios, após impostos	8,2%	5,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios, antes de impostos	10,2%	9,5%
Rendibilidade do capital ativo médio, antes de impostos ³	10,3%	9,6%
Valor contabilístico por ação básica em circulação	€58,11	€52,38
Rácio de eficiência cost-to-income	78,2%	81,6%
Rácio da componente remuneratória	39,5%	44,4%
Rácio da componente não-remuneratória	38,7%	37,3%
	em milhões de euros	em milhões de euros
Total de receitas líquidas	33.228	28.567
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274
Total de gastos operacionais (excl. juros)	25.999	23.318
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	5.390	3.975
Resultado líquido	4.326	2.330
	31.12.2011	31.12.2011
	em milhões de euros	em milhões de euros
Total do ativo	2.164	1.906
Capital próprio dos acionistas	53,4	48,8
Rácio de capital Core Tier 1 ⁴	9,5%	8,7%
Rácio de capital Tier 1 ⁴	12,9%	12,3%
Número	31.12.2011	31.12.2011
Agências	3.078	3.083
das quais, na Alemanha	2.039	2.087
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ⁵	100.996	102.062
dos quais, na Alemanha	47.323	49.265
Rating de longo prazo		
Moody's Investors Service	Aa3	Aa3
Standard & Poor's	A+	A+
Fitch Ratings	A+	AA-

¹ Para efeitos de comparação, as cotações das ações foram ajustadas para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o impacto da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

² O número médio de ações em circulação, básicas e diluídas, foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

³ Calculamos este valor ajustado da nossa rendibilidade dos capitais próprios médios para facilitar a comparação com a concorrência. Designamos este valor ajustado por "Rendibilidade do capital ativo médio antes de impostos". No entanto, não se trata de uma medida de avaliação de desempenho ao abrigo das IFRS e não se deve comparar o nosso rácio baseado no capital ativo médio com os rácios de outras empresas, sem ter em conta as diferenças de cálculo do rácio. As rubricas para as quais ajustamos o capital médio dos acionistas de 50.547 milhões de euros em 2011 e de 41.712 milhões de euros em 2010 pertencem a outro rendimento integral acumulado excluindo conversão cambial (todos os elementos após impostos aplicáveis) de (519) milhões de euros em 2011 e (102) milhões de euros em 2010, assim como dividendos médios de 617 milhões de euros em 2011 e 461 milhões de euros em 2010, que são objeto de uma proposta trimestral e que são pagos após a aprovação da Assembleia Geral Anual realizada no ano a seguir. As taxas de imposto aplicadas no cálculo do capital ativo médio são as utilizadas nas rubricas individuais das demonstrações financeiras e não uma taxa de imposto geral média.

⁴ Os rácios de capital em 31 de dezembro de 2011 baseiam-se nas regras de Basileia 2.5; os períodos anteriores baseiam-se no acordo de Basileia II. Os rácios de capital estabelecem uma relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco em termos de risco de crédito, de mercado e operacional. Exclui rubricas transitórias nos termos da secção 64 (3) da Lei bancária alemã.

⁵ O Deutsche Postbank ajustou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro ao Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores no total do grupo, à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não reajustados).

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

01 –

Relatório de Gestão

Análise Operacional e Financeira – 4
Relatório de Risco – 42
Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros – 130
Informações de acordo com a Secção 315 (4) do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo – 135
Relatório de Remuneração – 140
Responsabilidade Social Empresarial – 157
Colaboradores – 162
Perspetivas – 165

02 –

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração Consolidada dos Resultados – 175
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral – 176
Balanço Consolidado – 177
Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio – 178
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa – 180
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas com Índice – 181

03 –

Confirmações

Relatório e Parecer do Fiscal Único – 400
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração – 402
Relatório do Conselho de Supervisão – 403

04 –

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

Conselho de Administração e Conselho de Supervisão – 411
Relato e Transparência – 421
Operações com partes relacionadas – 422
Auditoria e Controlo – 422
Cumprimento do Código de Governo das Sociedades Alemão –
424

05 –

Informações adicionais

Conselho de Administração – 427
Conselho de Supervisão – 428
Conselhos Consultivos – 430
Evolução do Grupo nos últimos cinco anos – 435
Declaração de Aval – 436
Glossário – 437
Impressum – Publicações – 445

01 -

Relatório de Gestão

Análise Operacional e Financeira

- O Grupo Deutsche Bank – 4
- Sumário Executivo – 5
- Resultado operacional – 10
- Posição Financeira – 27
- Liquidez e Recursos de Capital – 39
- Ocorrências após a data de relato – 41

Relatório de Risco

- Sumário Executivo de gestão de risco – 42
- Princípios de gestão de risco – 44
- Estratégia de risco e apetência pelo risco – 48
- Inventário de risco – 49
- Instrumentos de gestão de risco – 52
- Risco de Crédito – 55
- Risco de Mercado – 93
- Risco Operacional – 110
- Risco de Liquidez no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank) – 115
- Gestão de Capital – 122
- Gestão do Balanço – 125
- Posição global de risco – 127

Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros – 130

Informações acordo com a Secção 315 (4) do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo – 135

Relatório de Remuneração

- Princípios do sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração – 140
- Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 155

Responsabilidade Social empresarial

- Sustentabilidade – 157
- Cidadania Empresarial – 160

Colaboradores – 162

Perspetivas – 165

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram auditadas pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, que emitiu um parecer sem ressalvas.

O Grupo Deutsche Bank

A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: € 2,164 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. Nessa data empregávamos o equivalente a 100.996 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 72 países, com um total de 3.078 agências no mundo, das quais 66% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos, a particulares, entidades empresariais e clientes institucionais por todo o mundo.

Divisões do Grupo

O Grupo está organizado nas seguintes Divisões: Banca para Empresas e Banca de Investimento (BEI), Clientes Privados e Gestão de Ativos (CPGA) e Investimentos de Empresas (IE).

Banca para Empresas e Banca de Investimento

Na Divisão BEI realizamos o nosso negócio de mercado de capitais, incluindo as nossas atividades de geração, venda e negociação de dívidas, ações e outros valores mobiliários, bem como o nosso negócio bancário de assessoria, crédito e negociação. Os clientes institucionais da BEI são clientes do setor público, como por exemplo países soberanos e organizações multinacionais, e clientes do setor privado, como por exemplo empresas de médio porte e multinacionais.

A BEI está subdividida nas Divisões Societárias Banca para Empresas e Valores Mobiliários (BE e VM) e Banca de Transações Globais (BTG).

A BE e VM inclui as Divisões de Mercados e Finanças das Empresas (Corporate Finance), que realizam ao nível global os nossos negócios de geração, vendas e negociação de valores mobiliários, bem como os nossos negócios de assessoria em fusões e aquisições e de Finanças das Empresas.

A Divisão BTG inclui as nossas ofertas de produtos de financiamento de transações (trade finance), gestão de caixa e serviços fiduciários, bem como de Valores Mobiliários para instituições financeiras e outras sociedades.

Clientes Privados e Gestão de Ativos

A área de CPGA está subdividida nas Divisões Societárias Gestão de Ativos e de Património (GAP) e Clientes Privados e Empresariais (CPC).

A área de GAP é composta pela Divisão de Negócio de Gestão de Ativos (GA) e pela Divisão de Negócio de Gestão de Património Privado (GPP). A GA oferece aos pequenos clientes de todo o mundo fundos de investimento através da nossa franquia DWS. Também oferece aos clientes institucionais, incluindo fundos de pensões e companhias de seguros, uma ampla gama de serviços, desde os mais tradicionais a produtos de investimento alternativos. Em 22 de novembro de 2011, anunciamos que iríamos reanalisar a nossa divisão global de Gestão de Ativos. A análise estratégica faz parte dos nossos esforços contínuos para manter uma combinação de negócios ótima e estar entre os líderes de mercado em cada um dos nossos negócios. A análise estratégica concentra-se em particular no impacto de alterações regulatórias recentes na nossa divisão e nas respetivas perspectivas de crescimento. O processo também inclui análises de alterações na estrutura de custos e alterações no contexto concorrencial associadas às alterações regulatórias mencionadas. A análise abrange toda a divisão de Gestão de Ativos globalmente, exceto no que se refere à franquia DWS na Alemanha, Europa e Ásia, que já concluímos ser uma parte essencial da nossa oferta retalhista nesses mercados. A GPP oferece os seus produtos ao nível mundial a indivíduos com património elevado e património extremamente elevado, bem como aos seus agregados familiares e a instituições selectas. A GPP oferece aos seus Clientes exigentes uma abordagem integrada de gestão de património, incluindo o planeamento da sucessão e serviços de consultoria filantrópica.

A CPC oferece aos pequenos clientes, bem como a pequenas e médias empresas que sejam clientes comerciais, um leque variado de produtos, incluindo serviços relativos a contas bancárias, empréstimos e depósitos, bem como assessoria de investimento. No nosso mercado alemão de origem fortalecemos nossa posição de liderança através da aquisição do Postbank. Além da Alemanha, a CPC opera há bastante tempo em Itália, Espanha, Bélgica e Portugal, e há vários anos na Polónia. Além disso, realizamos investimentos centrados nos mercados emergentes da Ásia – por exemplo, na China e na Índia.

Investimentos de Empresas

A Divisão do Grupo de IE administra as nossas principais atividades em matéria de investimentos globais.

Sumário executivo

A economia global

A economia mundial foi afetada por vários fatores negativos em 2011: o aumento dos preços das matérias-primas, a crescente inflação, desastres naturais e nucleares no Japão, agitação política no Norte da África, debates sobre o limite máximo da dívida nos EUA e a redução da notação pelas agências de notação de crédito – mas especialmente pela crise da dívida soberana na Europa.

Em 2011, o crescimento da economia mundial desacelerou – estimativa de 3,5%, após um crescimento sólido de 5% em 2010, que se deveu aos efeitos de convergência – no seguimento da crise económica global. A desaceleração ocorreu predominantemente nos países industrializados, enquanto o crescimento continuou quase ininterruptamente nos mercados emergentes. Aparentemente, os problemas de ajustamento estrutural nos países industrializados tinham sido em muitos casos mascarados pelas medidas de enorme magnitude em termos de política monetária e fiscal introduzidas em 2008 e 2009, algumas das quais só alcançaram pleno efeito em 2010. À medida que as iniciativas de estímulo económico expiraram, os problemas estruturais regressaram.

A economia dos EUA, onde os problemas permanentes no mercado imobiliário e no mercado de trabalho desaceleraram o crescimento de 3% em 2010 para cerca de 1,75% em 2011, demonstrou isso de forma notável. No seguimento do tsunami em março passado e da catástrofe nuclear que o fenómeno desencadeou em Fukushima, a economia do Japão entrou temporariamente em recessão devido a um choque negativo na oferta e reduziu-se de cerca de 0,75% de forma anualizada. A Zona Euro entrou em recessão no final do ano devido ao aumento da incerteza sobre a futura evolução da crise da dívida e aos efeitos de retardamento dos programas de consolidação orçamental que foram lançados em diversos países. Em termos de média anualizada, o crescimento reduziu-se de 1,9% em 2010 para cerca de 1,5% em 2011. Apenas a economia alemã cresceu fortemente, mais uma vez: 3%, contra os 3,6% de 2010. No entanto, o otimismo reduziu-se ali claramente ao longo do ano, em particular devido à tendência de diminuição no comércio externo.

O setor bancário

Em 2011, o contexto económico do setor bancário foi marcado por um primeiro semestre favorável e, a partir do Verão, por uma desaceleração significativa à medida que a crise da dívida soberana europeia se agravava e a atividade económica caía mais que o esperado.

Os negócios do mercado de capitais registaram inicialmente ganhos estáveis e uma procura saudável por parte dos clientes. Essa situação alterou-se com a difusão da crise da dívida soberana na Europa a Itália, Espanha e outros países centrais durante o terceiro trimestre. A incerteza sobre a sustentabilidade da dívida, a magnitude da crise económica e as preocupações relativamente à exposição excessiva dos bancos a países afetados pela crise paralisou não apenas as atividades de emissão, de aquisições de empresas e comerciais na Europa, mas também a disposição de investidores para fornecerem financiamento de longo prazo ao setor bancário. Fora da Europa, o desempenho da banca de investimento e do financiamento de longo prazo dos bancos permaneceu em grande parte satisfatório. No ano como um todo, o volume global de emissão de ações diminuiu significativamente, enquanto a emissão de dívida se reduziu apenas moderadamente em relação a 2010; o mercado de F & A acelerou ligeiramente, e o negócio de empréstimos em consórcio bancário continuou a recuperar.

Os bancos europeus responderam à generalizada mas diferenciada redução das fontes de refinanciamento de longo prazo e do mercado interbancário acelerando a reestruturação das atividades de banca de investimento, reduzindo posições de risco, retirando-se parcialmente de mercados externos e recorrendo mais aos fundos disponibilizados pelo Banco Central Europeu. A alteração na situação de refinanciamento e de liquidez manifestou-se no final do ano, na primeira operação de licitação do Banco Central Europeu a três anos com colocação total. Além disso, a Autoridade Bancária Europeia também procurou restaurar a confiança no setor através de dois testes de esforço, do aumento dos requisitos de capital e de um aperfeiçoamento na divulgação da exposição ao risco dos países afetados pela crise.

A Gestão de Ativos beneficiou inicialmente em 2011 de um contexto de mercado favorável, até as receitas começarem a sofrer pressões devido ao declínio dos mercados de ações em agosto e à maior volatilidade nos meses subsequentes. Os investidores reduziram as suas participações em ações e instrumentos de dívida, consideradas relativamente arriscadas, em favor de, por exemplo, Títulos do Tesouro dos EUA e Bunds alemães, atendendo à reputação destes como refúgios seguros. As receitas dos bancos decorrentes de comissões e encargos beneficiaram de volumes de negociação geralmente mais elevados, efeito que foi compensado pela preferência dos investidores por produtos de margem consideravelmente reduzida.

Em sintonia com as tendências macroeconómicas, os volumes dos empréstimos a Clientes Privados e empresariais na Zona Euro aumentaram moderadamente nos dois primeiros trimestres, estabilizando no final do ano. No cômputo geral, o volume de crédito aumentou apenas ligeiramente em relação ao exercício anterior. Nos EUA, o crédito a particulares estabilizou em 2011, enquanto que o crédito a empresas regressou claramente a território positivo no decorrer do ano. O Rendimento de juros líquido foi prejudicado com a persistência de reduzidas taxas de juros em quase todos os países industrializados. Simultaneamente, as provisões para perdas com empréstimos voltaram a aumentar na Europa; pelo contrário, continuaram a diminuir nos EUA. Consequentemente, os bancos da Zona Euro (ao contrário dos bancos dos EUA) recomeçaram recentemente a tornar mais estritos os seus critérios de concessão de empréstimo.

Além disso, os bancos europeus e dos EUA apresentaram resultados díspares em termos de lucros: enquanto que os bancos nos EUA continuaram a registar ganhos consideráveis e, efetivamente, se aproximaram dos níveis máximos do período pré-crise, os bancos na Europa sofreram declínios na receita líquida relativamente a um desempenho já de si moderado na comparação com o exercício anterior. Alguns grandes bancos sofreram (mais) perdas neste contexto económico ainda relativamente favorável.

O ano transato proporcionou maior visibilidade à nova arquitetura jurídica dos mercados financeiros. Foram lançadas iniciativas na União Europeia e nos EUA para transpor as disposições de Basileia 3 para o direito nacional. Na Europa, os bancos foram pela primeira vez obrigados, em conformidade com os requisitos de Basileia 2.5, segundo estabelecido na diretiva relativa à adequação dos fundos próprios adaptada («CRD III»), e particularmente no que se refere às respetivas ponderações de risco incrementadas relativamente à retitularização e negociação de ativos. Além disso, os supervisores bancários globais elaboraram um documento preliminar detalhando a aplicação de requisitos de capital mais elevados a bancos sistemicamente relevantes, bem como a uma série de instituições envolvidas, incluindo o Deutsche Bank. Nos EUA, os vários reguladores financeiros – em especial a Reserva Federal, o FDIC, a SEC e a CFTC – introduziram regras que convertem a legislação subjacente da Lei Dodd-Frank, aprovada em 2010, em regulamentos concretos para o setor financeiro. O Reino Unido aventurou-se num novo território com as propostas do Comité Vickers sobre a separação organizacional dos negócios de concessão de empréstimos e de captação de depósitos junto de Clientes Privados, de um lado, e os restantes negócios bancários, do outro. Finalmente, a discussão sobre a introdução de um imposto sobre as transações financeiras intensificou-se ao nível europeu.

Em 2011, o legislador alemão alterou a Lei de Negociação de Valores Mobiliários com vista a reforçar a proteção dos investidores e transparência do mercado, e a Comissão Europeia propôs uma revisão da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros no sentido de reforçar a assessoria de investimentos aos pequenos clientes, a transparência do mercado e a organização dos prestadores de serviços relativos a valores mobiliários.

O Deutsche Bank

O contexto de mercado em 2011 foi muito difícil. À evolução favorável dos mercados nos primeiros seis meses seguiram-se as problemáticas circunstâncias do segundo semestre de 2011. A crise da dívida soberana na Europa gerou incerteza crescente nos mercados por todo o mundo e relutância em fazer negócios entre os clientes, sobretudo na Europa mas, mais recentemente, teve também um impacto sobre a economia de vários outros países.

Apesar deste contexto difícil, conseguimos alcançar resultados sólidos em 2011, gerando um lucro líquido de € 4,3 mil milhões (2010: € 2,3 mil milhões) e um lucro antes de impostos de € 5,4 mil milhões, em comparação com os € 4,0 mil milhões em 2010 (que incluíram um débito de € 2,3 mil milhões relacionado com a aquisição Postbank). Nos nossos segmentos de negócio no âmbito da BEI e CPGA, alcançámos um lucro antes do imposto sobre o rendimento de € 6,6 mil milhões. Este valor compara-se com o nosso objetivo original de € 10 mil milhões, que se baseou em determinadas suposições sobre o contexto operacional, algumas das quais não se concretizaram em 2011.

Embora o nosso negócio BE e VM tenha registado um forte desempenho no primeiro semestre de 2011, não alcançou o seu objetivo para o ano como um todo, pois as condições de mercado deterioraram-se claramente em resultado da continuação da crise da dívida soberana europeia e das crescentes preocupações macroeconómicas do segundo semestre de 2011. Além disso, o negócio BE e VM teve de absorver € 1,0 mil milhões de encargos específicos relacionados com litígios e riscos operacionais. Por outro lado, os negócios BTG e CPGA alcançaram resultados que constituíram máximos e, conjuntamente, superaram os seus objetivos. Este desempenho incluiu impactos positivos decorrentes de aquisições recentes, nomeadamente a consolidação do Postbank para a totalidade do ano, o que também contribuiu para uma estrutura de lucros mais equilibrada no ano corrente. Além disso, os resultados na CPC refletem o impacto negativo líquido de € 0,2 mil milhões decorrente de amortizações relativas a obrigações soberanas gregas (€ 0,5 mil milhões), o qual foi parcialmente compensado pelo impacto positivo não recorrente relacionado com o nosso investimento no Hua Xia Bank (€ 0,3 milhões).

Os nossos resultados de 2011 também foram afetados por outros fatores significativos. Em primeiro lugar, reconhecemos imparidades de aproximadamente € 0,6 mil milhões relativamente a determinados investimentos em IE. Em segundo lugar, as nossas despesas relacionadas com remuneração do desempenho foram significativamente menores em 2011, refletindo os resultados mais reduzidos, especialmente no negócio BE e VM. Em terceiro lugar, em 2011 concretizámos ganhos de eficiência incrementais de mais de € 0,5 mil milhões, graças à execução do nosso Programa de Redução de Complexidade, elevando, em comparação com o respetivo nível de custos em 2009, o total de ganhos de eficiência deste programa para € 1,1 mil milhões no final de 2011. Além disso, obtivemos reduções adicionais de custos devido a uma maior integração do negócio BEI.

No cômputo geral, fortalecemos consideravelmente a nossa posição de capital, as nossas reservas de liquidez e as nossas fontes de refinanciamento e esperamos, assim, estar bem preparados para novos desafios potenciais causados por turbulências de mercado e normas regulatórias mais rígidas. Depois de aplicar as novas regras de Basileia 2.5 pela primeira vez, o nosso rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) alcançou 12,9% e o nosso rácio de fundos próprios de base nucleares (*core Tier 1*) alcançou 9,5% em 31 de dezembro de 2011. Os ativos ponderados pelo risco no final de 2011 eram de € 381 mil milhões, contra € 346 mil milhões no final de 2010, principalmente devido a um aumento de € 54 mil milhões atribuível à implementação pela primeira vez das regras de Basileia 2.5, efeito parcialmente compensado por ações de gestão visando reduzir o risco do nosso negócio, principalmente no que se refere a BE e VM. Em 31 de dezembro de 2011 também ultrapassámos os requisitos de capitalização da Autoridade Bancária Europeia, tanto em termos de data de implementação como dos níveis de capitalização. As nossas reservas de liquidez (excluindo o Postbank) eram de € 219 mil milhões a 31 de dezembro de 2011 (valor em 31 de dezembro de 2010: € 150 mil milhões).

A tabela a seguir apresenta as nossas demonstrações de resultados consolidadas e condensadas relativamente a 2011 e 2010.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
Rendimento de juros líquido	17.445	15.583	1.862	12
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274	565	44
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	15.606	14.309	1.297	9
Rendimento de comissões e encargos	11.544	10.669	875	8
Resultado líquido com ativos / passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	3.058	3.354	(296)	(9)
Resultado com ativos financeiros disponíveis para venda	123	201	(78)	(39)
Resultado líquido de acordo com o método da equivalência patrimonial	(264)	(2.004)	1.740	(87)
Outro resultado	1.322	764	558	73
Rendimento total excluindo rendimentos de juros	15.783	12.984	2.799	22
Rendimento total líquido¹	31.389	27.293	4.096	15
Remuneração e benefícios	13.135	12.671	464	4
Despesas gerais e administrativas	12.657	10.133	2.524	25
Benefícios e compromissos para com segurados	207	485	(278)	(57)
Imparidade de ativos intangíveis	–	29	(29)	S/S
Atividades de reestruturação	–	–	–	S/S
Despesas totais excluindo juros	25.999	23.318	2.681	11
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	5.390	3.975	1.415	36
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.064	1.645	(581)	(35)
Resultado líquido	4.326	2.330	1.996	86
Resultado líquido atribuível a interesses que não controlam	194	20	174	S/S
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank	4.132	2.310	1.822	79

S/S – Sem Significado

¹ Após provisão para perdas de crédito.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimento de juros líquido

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao rendimento de juros líquido.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
Total de juros e proventos equiparados	34.878	28.779	6.099	21
Total de despesas com juros	17.433	13.196	4.237	32
Rendimento de juros líquido	17.445	15.583	1.862	12
Média dos ativos remunerados ¹	1.174.201	993.780	180.421	18
Média dos passivos remunerados ¹	1.078.721	933.537	145.184	16
Rendimento de juros bruto ²	2.97 %	2.90 %	0.21 ppt	2
Taxa de juros bruta paga ³	1.62 %	1.41 %	0.21 ppt	15
Diferencial da taxa de juros líquida ⁴	1.35 %	1.48 %	(0.08) ppt	(9)
Margem da taxa de juro líquida ⁵	1.49 %	1.57 %	(0.08) ppt	(5)

pp – pontos percentuais

¹ Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.

² O rendimento de juros bruto é a taxa média de juros dos nossos ativos remunerados.

³ A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juros paga pelos nossos passivos remunerados.

⁴ O diferencial de juros líquido é a diferença entre a taxa de juros média paga pelos ativos remunerados e a taxa de juros média paga pelos passivos remunerados.

⁵ A margem da taxa de juros líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem da média dos ativos remunerados.

O rendimento de juros líquido em 2011 foi de € 17,4 mil milhões, o que constituiu um aumento de € 1,9 mil milhões (12%) em comparação com 2010. A melhoria deveu-se principalmente à consolidação do Postbank. A consolidação do Postbank foi também o principal contributo para o aumento da média de ativos remunerados e da média de passivos remunerados, o que resultou em receitas e despesas com juros substancialmente mais elevadas. Excluindo o Postbank, o rendimento de juros líquido em 2011 em relação a 2010. O decréscimo deveu-se principalmente a BE e VM, sobretudo devido ao aumento dos custos de financiamento, a diferenciais mais elevados e menor rendimento de juros líquido em posições de negociação. Esta evolução resultou numa redução do nosso em 13 pb e do nosso diferencial de juros líquido em 8 pb.

A evolução do rendimento de juros líquido também foi influenciada pelo tratamento contabilístico de algumas das nossas operações de derivados com cobertura (*hedge*). Realizámos operações sem relação com negociação em derivados principalmente como cobertura económica, contra riscos de taxa de juros dos nossos ativos e passivos remunerados sem relação com negociação. Alguns desses derivados são classificados como cobertura para fins contabilísticos. Nos casos em que as operações de derivados são classificadas como cobertura de risco de taxa de juros para fins contabilísticos, os juros gerados pelos instrumentos financeiros derivados são registados nos resultados, compensando os fluxos de juros dos elementos cobertos. Nos casos em que os derivados não são classificados como cobertura para fins contabilísticos, os fluxos de juros gerados pelos derivados são registados como receitas de negociação.

Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados

A tabela a seguir apresenta dados relativos aos nossos resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
BEI – Vendas e Negociação (capital próprio)	412	451	(39)	(9)
BEI – Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	2.640	3.046	(406)	(13)
Outros	6	(144)	150	S/S
Total de resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	3.058	3.354	(296)	(9)

S/S – Sem significado

Os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados diminuíram € 296 mil milhões. Em Vendas e Negociação (dívida e outros produtos), os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados foram de € 2,6 mil milhões em 2011, em comparação com os € 3,0 mil milhões de 2010. Este decréscimo deveu-se principalmente a receitas em Fluxo de Crédito (Flow Credit) significativamente menores, refletindo mercados de crédito enfraquecidos e volumes mais reduzidos de clientes no setor como um todo. Em Vendas e Negociação (capital), os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados não sofreram alterações. No que se refere a outras categorias de produtos, os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados foram, em 2011, de € 6 milhões, o que compara com € 144 milhões negativos em 2010. O aumento deveu-se principalmente à ausência de perdas ao preço de mercado relativamente a novos empréstimos e compromissos de empréstimos registados ao justo valor pela área de Produtos de Crédito da BEI, que foram registadas em 2010.

Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados

As nossas áreas de negociação e gestão de risco incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juros e derivados conexos. Nos termos das NIRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro), os juros e os rendimentos similares obtidos a partir de instrumentos de negociação e instrumentos financeiros registados ao justo valor por via dos resultados (por exemplo, cupões e dividendos) e os custos de financiamento das posições de negociação líquida são parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos ao justo valor por via dos resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão de risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos com ativos/passivos ao justo valor por via dos resultados por divisão de grupo e por produto no âmbito da Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
Rendimento de juros líquido	17.445	15.583	1.862	12
Total de resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	3.058	3.354	(296)	(9)
Rendimento de juros líquido total e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	20.503	18.937	1.566	8
Repartição por Divisão de Grupo / produtos BEI:¹				
Vendas e Negociação (ações)	1.589	2.266	(676)	(30)
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	7.826	9.339	(1.513)	(16)
Total de Vendas e Negociação	9.415	11.604	(2.189)	(19)
Empréstimos ²	701	672	29	4
Serviços relacionados com negociação	1.788	1.451	337	23
Restantes produtos ³	589	353	235	67
Banca para Empresas e Banca de Investimento	12.493	14.081	(1.588)	(11)
Clientes Privados e Gestão de ativos	7.914	4.609	3.305	72
Investimentos de Empresas	137	(86)	223	S/S
Consolidação e Ajustamentos	(40)	333	(373)	S/S
Rendimento de juros líquido total e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	20.503	18.937	1.566	8

S/S – Sem significado

¹ Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados. Para uma discussão sobre as receitas totais das divisões do Grupo por produto, por favor consulte-se a secção «Resultados operacionais por segmento».

² Inclui o diferencial de juros líquido relativamente aos empréstimos, bem como as alterações de swaps de risco de incumprimento e empréstimos registados ao justo valor por via dos resultados.

³ Inclui rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos ao justo valor por via dos resultados dos produtos de geração, assessoria e outros produtos financeiros.

Banca para Empresas e Banca de Investimento (BEI). As receitas combinadas do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados de Vendas e Negociação foram de € 9,4 mil milhões em 2011, em comparação com € 11,6 mil milhões em 2010. Em Vendas e Negociação (dívida e outros produtos), os principais fatores subjacentes à diminuição das receitas foram receitas significativamente inferiores em Fluxo de Crédito (Flow Credit), refletindo mercados de crédito fragilizados e volumes mais reduzidos de clientes no setor como um todo. Em Vendas e Negociação (capital), estas receitas foram inferiores às de 2010, principalmente em Negociação de Numerário (Cash Trading), que sofreu o impacto negativo da deterioração nos mercados de ações ao longo de 2011, e em Derivados de Ações, devido a um contexto mais difícil e menor atividade por parte dos clientes. A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados gerada em Produtos de Crédito permaneceu praticamente inalterada, enquanto que em Serviços de Transação (Transaction Services), as receitas aumentaram € 337 mil milhões. O aumento foi atribuído a todos os negócios da divisão de Banca de Transações Globais, e incluiu os efeitos da aquisição de atividades de banca comercial ao ABN AMRO nos Países Baixos. O aumento de € 235 milhões nos produtos restantes deveu-se a vários fatores, incluindo os efeitos positivos de derivativos que não verificam os requisitos de contabilidade de cobertura.

Cientes Privados e Gestão de ativos (CPGA). Conjuntamente, o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados foram de € 7,9 mil milhões em 2011, um aumento de € 3,3 mil milhões (ou 72%) em relação a 2010. O aumento deveu-se principalmente à consolidação do Postbank pela primeira vez. Além disso, o aumento incluiu um rendimento de juros líquido decorrente de serviços de Depósitos e Pagamentos, devido ao aumento dos volumes de depósitos, efeito parcialmente compensado por uma diminuição no rendimento de juros líquido gerado em Produtos de Crédito.

Investimentos de Empresas (IE). Conjuntamente, o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados foram de € 137 milhões em 2011, em comparação com € 86 milhões negativos em 2010. O principal fator subjacente ao aumento foi a transferência da exposição no Actavis Group de BE e VM para IE, no início de 2011.

Consolidação e ajustamentos. Conjuntamente, o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados foram de € 40 milhões negativos em 2011, em comparação com € 333 milhões em 2010. A diminuição resultou principalmente de posições mensuradas ao justo valor para efeitos do relatório de gestão e mensuradas ao custo amortizado nos termos das NIRF. O valor mais elevado de rendimento de juros líquido relativo a ativos e passivos não atribuídos a divisões específicas, incluindo impostos, teve efeito parcialmente compensatório.

Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito foi de € 1,8 mil milhões em 2011, contra € 1,3 mil milhões em 2010. O aumento foi principalmente atribuído ao Postbank, que contribuiu com € 761 mil milhões no cômputo do ano. Este valor exclui libertações de provisões de perdas em créditos concedidos relacionadas com o Postbank registadas antes da consolidação de € 402 mil milhões. O impacto de tais registos é relatado como rendimento de juros líquido ao nível do grupo. Excluindo o Postbank, as provisões reduziram-se € 139 milhões, refletindo principalmente um melhor desempenho em Assessoria de Clientes Privados e Empresariais – Alemanha e Assessoria Bancária Internacional.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

A tabela a seguir apresenta informações sobre o nosso rendimento não decorrente de juros remanescente.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
Rendimento de comissões e taxas ¹	11.544	10.669	875	8
Resultado com ativos financeiros disponíveis para venda	123	201	(78)	(39)
Resultado líquido de acordo com o método da equivalência patrimonial	(264)	(2.004)	1.740	(87)
Outro resultado	1.322	764	558	73
Rendimento não decorrente de juros remanescente total	12.725	9.630	3.095	32
¹ inclui:				
	2011	2010	em milhões de €	em %
Comissões e encargos de atividades fiduciárias:				
Comissões de administração	491	491	–	–
Comissões de ativos geridos	2.760	2.833	(73)	(3)
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	207	205	2	1
Total	3.458	3.529	(71)	(2)
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:				
Comissões de subscrição e assessoria	1.783	2.148	(365)	(17)
Comissões de corretagem	1.882	1.725	157	9
Total	3.665	3.873	(208)	(5)
Taxas para outros serviços ao cliente ²	4.421	3.267	1.154	35
Rendimento total de comissões e outros encargos	11.544	10.669	875	8

² O aumento de 2010 para 2011 inclui as comissões relacionadas com atividades não bancárias do Postbank.

Rendimento de comissões e outros encargos. O rendimento total de comissões e outros encargos foi de € 11,5 mil milhões em 2011, um aumento de € 875 milhões (8%) em comparação com 2010. Esta evolução deveu-se principalmente à consolidação do Postbank, que teve impacto sobretudo nas comissões e em outros serviços ao cliente (aumento de € 1,2 mil milhões, ou 35%) e nas comissões de corretagem (aumento de € 157 milhões, ou 9%). As comissões de subscrição e assessoria diminuíram € 365 milhões (17%) principalmente no negócio BE e VM, devido em parte a um menor número de ofertas resultantes das condições de mercado difíceis. As comissões e taxas de atividades fiduciárias permaneceram praticamente inalteradas em relação ao ano anterior.

Resultados com ativos financeiros disponíveis para venda. Os resultados líquidos com ativos financeiros disponíveis para venda foram de € 123 milhões em 2011, contra € 201 milhões em 2010. Incluíram, em 2011, essencialmente ganhos de venda de aproximadamente € 485 milhões e um impacto positivo não recorrente de € 263 milhões referente à nossa participação no Hua Xia Bank, devido à aplicação do método de equivalência patrimonial após obtenção de todas as aprovações regulatórias substantivas quanto ao aumento da nossa participação, efeito parcialmente compensado por imparidades de € 527 milhões em obrigações soberanas gregas. Os resultados líquidos em 2010 resultaram essencialmente da venda, por parte de BE e VM, de ações da Axel Springer AG que haviam sido dados como colateral de empréstimo, e da venda de uma posição em valores mobiliários disponíveis para venda por parte de CPC.

Resultado líquido de investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado líquido de investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial foi de € 264 milhões em 2011, em contraste com uma perda líquida de € 2,0 mil milhões em 2010. A perda líquida em 2011 incluiu uma provisão para perdas por imparidade de € 457 milhões, relacionada com o Actavis Group, que foi parcialmente compensada por uma variação devido ao método de equivalência patrimonial referente à nossa participação no Hua Xia Bank. A perda líquida em 2010 incluiu um encargo de € 2,3 mil milhões relacionado com o nosso investimento no Postbank.

Outros resultados. O total de Outros resultados constituiu um ganho de € 1,3 mil milhões em 2011, em comparação com um ganho de € 764 milhões em 2010. Em Outros resultados incluíram-se em 2011 resultados significativos com derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, o aumento de receitas relacionadas com o The Cosmopolitan of Las Vegas (que iniciou as suas atividades em dezembro de 2010) e a rúbrica foi influenciada pela consolidação do Postbank. Em 2010, a rúbrica Outros resultados incluiu um ganho representativo de *goodwill* relacionado com as atividades bancárias comerciais adquiridas ao ABN AMRO nos Países Baixos, bem como com uma provisão para perdas por imparidade no The Cosmopolitan of Las Vegas.

Despesas não decorrentes de juros

A tabela a seguir apresenta informações sobre as nossas despesas excluindo juros.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010	Aumento (redução) em 2011 relativamente a 2010	
			em milhões de €	em %
Remuneração e benefícios	13.135	12.671	464	4
Despesas gerais e administrativas ¹	12.657	10.133	2.524	25
Benefícios e compromissos para com segurados	207	485	(278)	(57)
Imparidade de ativos intangíveis	-	29	(29)	S/S
Atividades de reestruturação	-	-	-	S/S
Despesas totais excluindo juros	25.999	23.318	2.681	11
S / S – Sem significado				
¹ inclui:				
	2011	2010	em milhões de €	em %
Custos de TI	2.194	2.274	(80)	(4)
Despesas de arrendamento, mobiliário e equipamentos	2.072	1.679	393	23
Taxas de serviços profissionais	1.632	1.616	16	1
Comunicação e serviços de dados	849	785	64	8
Despesas de deslocação e representação	539	554	(15)	(3)
Serviços de pagamento, compensação e custódia	504	418	86	21
Despesas de marketing	410	335	75	22
Investimentos consolidados	652	390	262	67
Outras despesas	3.805	2.082	1.723	83
Despesas gerais e administrativas totais	12.657	10.133	2.524	25

Remuneração e benefícios. Na totalidade de 2011, a rúbrica Remuneração e Benefícios incrementou-se € 464 milhões (4%) em comparação com a 2010. O aumento inclui € 1,4 mil milhões relacionados com as nossas aquisições, efeito parcialmente compensado pela significativamente menor remuneração relacionada com a compensação por desempenho e menores pagamentos de indemnizações por despedimento.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram € 2,5 mil milhões em relação a 2010, refletindo € 1,4 mil milhões decorrentes das nossas aquisições. Também contribuíram para o aumento os débitos específicos em BE e VM (€ 655 milhões em despesas de contencioso e um débito específico de € 310 milhões relativo à imparidade de uma solicitação de reembolso de IVA na Alemanha). Além disso, as despesas gerais e administrativas aumentaram devido ao aumento dos custos relacionados com os nossos investimentos consolidados, principalmente no que se refere ao The Cosmopolitan of Las Vegas (incluindo uma provisão para perdas por imparidade no património de € 135 milhões), e a consideração pela primeira de € 247 milhões de taxas bancárias, predominantemente na Alemanha e no Reino Unido. Estes aumentos foram parcialmente compensados por reduções de custos resultantes do programa de redução de complexidade e da maior integração da BEI, incluindo menores custos de TI em comparação com 2010.

Benefícios de segurados e compromissos para com segurados. Os benefícios de segurados e compromissos para com segurados em 2011 foram de € 207 milhões, uma redução de € 278 milhões em comparação com o exercício anterior, resultante principalmente do nosso negócio Abbey Life. Estes encargos relacionados com seguros compensam os resultados líquidos relacionados com ativos/passivos ao justo valor por via dos resultados financeiros.

Imparidade de ativos intangíveis. Não foi registado um encargo por imparidade de ativos intangíveis em 2011. Em 2010, foi registada uma provisão para perdas por imparidade de € 29 milhões em ativos intangíveis relacionada com a carteira de clientes de uma empresa de serviços de custódia doméstica adquirida pelo BTG.

Despesa de imposto sobre o rendimento

Em 2011, a despesa com imposto sobre o rendimento foi de € 1,1 mil milhões, o que implicou uma taxa efetiva de 20% em comparação com uma despesa com imposto sobre o rendimento de € 1,6 mil milhões e uma taxa efetiva de 41% em 2010. A taxa efetiva de imposto para o ano em curso beneficiou principalmente das alterações no reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos, de uma combinação favorável de receitas em termos geográficos e da isenção fiscal parcial dos resultados líquidos relacionada com a nossa participação no Hua Xia Bank. A taxa efetiva de imposto do exercício anterior de 41% sofreu o impacto de um débito de € 2,3 mil milhões relacionado com Postbank, que não resultou em benefício fiscal.

Resultados operacionais por segmento

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre

- a nossa estrutura organizacional;
- efeitos de aquisições e vendas significativas sobre os resultados por segmento;
- alterações no formato de divulgação por segmento;
- a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão;
- consolidação e outros ajustamentos dos resultados totais das operações das nossas unidades de negócio;
- e
- definições de medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas em relação a cada segmento.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2011. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

2011

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	Banca para Empresas e Banca de Investimento	Clientes Privados e Gestão de Ativos	Investimentos de Empresas	Total - Relatório de gestão	Consolidação e ajustamentos	Total consolidado
Receita líquida	18.493	14.379	394	33.266	(38)	33.228
Provisão para perdas de crédito	462	1.364	14	1.840	(1)	1.839
Despesas totais excluindo juros	13.977	10.277	1.492	25.746	253	25.999
com repartição da seguinte maneira:						
Benefícios e compromissos para com segurados	207	0	–	207	–	207
Imparidade de ativos intangíveis	–	–	–	–	–	–
Atividades de reestruturação	–	–	–	–	–	–
Interesses que não controlam	27	189	(2)	213	(213)	–
Resultado antes do imposto sobre o rendimento¹	4.028	2.549	(1.111)	5.466	(77)	5.390
Relação custo/rendimento	76 %	71 %	S/S	77 %	S/S	78 %
Ativos²	1.796.954	394.094	25.203	2.152.949	11.154	2.164.103
Participações de capital ativas médias³	20.561	16.563	1.130	38.254	12.195	50.449
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias⁴	20 %	15 %	(98) %	14 %	S/S	10 %

S/S – Sem significado

¹ O Grupo também utiliza um resultado antes do imposto sobre o rendimento (RAIR) ajustado no cálculo da sua rentabilidade antes de impostos sobre as participações de capital ativas médias (definição de meta). O RAIR é ajustado de modo a excluir um impacto positivo líquido de € 236 milhões relacionado com a participação no Hua Xia Bank (CPC).

² A soma das divisões societárias não iguala necessariamente o total da divisão correspondente do Grupo devido a elementos de consolidação entre as divisões societárias que devem ser eliminadas ao nível das divisões do Grupo. Aplica-se a mesma abordagem à soma das divisões do Grupo no que se refere ao «Total consolidado».

³ Para efeitos do relatório de gestão, o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida são explicitamente atribuídos às respetivas divisões. A partir de 2011, as participações de capital ativas médias do Grupo são atribuídas aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos na proporção dos respetivos requisitos regulatórios de capital, o que inclui o capital regulatório exigido para suportar ativos ponderados pelo risco e determinados elementos de dedução de capital, *goodwill* e outros ativos intangíveis não amortizados. Os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

⁴ Sobre o cálculo da rentabilidade antes dos impostos das participações de capital ativas médias, veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas». No caso do «Total consolidado», a rentabilidade antes de impostos dos capitais próprios médios é de 10%.

2010

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	Banca para Empresas e Banca de Investimento	Clientes Privados e Gestão de Ativos	Investimentos de Empresas	Total - Relatório de gestão	Consolidação e ajustamentos	Total consolidado
Receita líquida	20.929¹	9.810	(1.796)²	28.944	(377)	28.567
Provisão para perdas de crédito	488	785	(0)	1.273	0	1.274
Despesas totais excluindo juros	14.422	7.919	967	23.308	10	23.318
com repartição da seguinte maneira:						
Benefícios e compromissos para com segurados	486	0	–	486	(0)	485
Imparidade de ativos intangíveis	29	–	–	29	–	29
Atividades de reestruturação	–	–	–	–	–	–
Interesses que não controlam	20	6	(2)	24	(24)	–
Resultado antes do imposto sobre o rendimento¹	5.999	1.100	(2.760)	4.339	(363)	3.975
Relação custo/rendimento	69 %	81 %	S/S	81 %	S/S	82 %
Ativos²	1.519.983	400.110	30.138	1.894.282	11.348	1.905.630
Participações de capital ativas médias³	21.357	9.906	2.243	33.505	7.848	41.353
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias⁴	28 %	11 %	(123) %	13 %	S/S	10 %

S/S – Sem significado

¹ Inclui um ganho decorrente do reconhecimento de *goodwill* negativo referente à aquisição das atividades de banca comercial do ABN AMRO nos Países Baixos, no valor de € 208 milhões, como relatado no segundo trimestre de 2010, o qual está excluído da definição objetivo do Grupo.

² Inclui um encargo relacionado com o investimento de € 2.338 mil milhões no Deutsche Postbank AG, que está excluído da definição objetivo do Grupo.

³ A soma das divisões societárias não iguala necessariamente o total da divisão correspondente do Grupo devido a elementos de consolidação entre as divisões societárias que devem ser eliminadas ao nível das divisões do Grupo. Aplica-se a mesma abordagem à soma das divisões do Grupo no que se refere ao «Total consolidado».

⁴ Para efeitos dos relatórios de gestão, o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida são explicitamente atribuídos às respetivas divisões. A partir de 2011, as participações de capital ativas médias do Grupo são atribuídas aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos na proporção dos respetivos requisitos regulatórios de capital, o que inclui o capital regulatório exigido para suportar ativos ponderados pelo risco e determinados elementos de dedução de capital, *goodwill* e outros ativos intangíveis não amortizados. Os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

⁵ Sobre o cálculo da rentabilidade antes dos impostos das participações de capital ativas médias, veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas». No caso do «Total consolidado», a rentabilidade antes de impostos dos capitais próprios médios é de 10%.

Divisões do Grupo

Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento

A tabela a seguir apresenta os resultados da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento (BEI) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	8.579	9.925
Vendas e Negociação (ações)	2.422	3.108
Geração (dívida)	1.056	1.200
Geração (ações)	559	706
Assessoria	621	573
Produtos de crédito	1.510	1.588
Serviços relacionados com negociação	3.608	3.163
Outros produtos	138	665
Receita líquida total	18.493	20.929
com repartição da seguinte maneira: Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	12.493	14.081
Provisão para perdas de crédito	462	488
Despesas totais excluindo juros	13.977	14.422
com repartição da seguinte maneira: Benefícios e compromissos para com segurados	207	486
Imparidade de ativos intangíveis	–	29
Atividades de reestruturação	–	–
Interesses que não controlam	27	20
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	4.028	5.999
Relação custo/rendimento	76 %	69 %
Ativos	1.796.954	1.519.983
Participações de capital ativas médias ¹	20.561	21.357
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	20 %	28 %

¹ Veja-se a nota 5 – «Segmentos de negócio e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas para uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

Os parágrafos seguintes discutem a contribuição individual de cada divisão societária para os resultados globais da Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

Divisão societária de Banca para Empresas e Valores Mobiliários

A tabela a seguir apresenta os resultados da nossa Divisão societária de Banca para Empresas e Valores Mobiliários (BE e VM) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	8.579	9.925
Vendas e Negociação (ações)	2.422	3.108
Geração (dívida)	1.056	1.200
Geração (ações)	559	706
Assessoria	621	573
Produtos de crédito	1.510	1.588
Outros produtos	138	449
Receita líquida total	14.885	17.551
Provisão para perdas de crédito	304	375
Despesas totais excluindo juros	11.650	12.122
com repartição da seguinte maneira:		
Benefícios de segurados e compromissos para com segurados	207	486
Imparidade de ativos intangíveis	-	-
Atividades de reestruturação	-	-
Interesses que não controlam	27	20
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	2.905	5.033
Relação custo/rendimento	78 %	69 %
Ativos	1.727.156	1.461.495
Participações de capital ativas médias ¹	18.113	18.941
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	16 %	27 %

¹ Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócio e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas para uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

A receita líquida de Vendas e Negociação (dívida e outros produtos) foi de € 8,6 mil milhões, uma redução de € 1,3 mil milhões (14%) em comparação com 2010, que incluiu encargos relacionados com a Ocala Funding LLC de aproximadamente € 360 milhões. A Receita em Crédito foi significativamente menor do que no exercício anterior, principalmente em Fluxo de Crédito, refletindo mercados de crédito fragilizados, volumes mais reduzidos de clientes no setor como um todo e liquidez reduzida, especialmente na segunda metade do ano. No entanto, o desempenho absoluto em soluções de cliente foi sólido, refletindo procura relativamente às capacidades de reestruturação. O Deutsche Bank foi considerado, por votação, o Credit Derivatives House of the Year pelas revistas IFR e Risk. Os preços e as receitas dos Mercados Emergentes foram inferiores ao exercício anterior, principalmente devido a volumes mais reduzidos do negócio de clientes flow (transação por conta destes), em resultado da incerteza do mercado, embora tivéssemos sido classificados em primeiro lugar globalmente em termos de Derivados de Taxa de Juros pelo segundo ano consecutivo (fonte: Greenwich Associates) e nos tenha sido atribuído o prémio Interest Rate Derivatives House of the Year pela revista Risk. As receitas relativas aos valores imobiliários foram significativamente superiores às do exercício anterior, em resultado de um bem-sucedido realinhamento do negócio e da ausência de perdas de exercícios anteriores. As receitas relativas aos mercados monetários foram maiores do que no exercício anterior, o que deveu em boa parte à forte atividade dos clientes e a mercados voláteis. As receitas cambiais tiveram um desempenho muito forte, com os volumes anuais de clientes a atingirem máximos e a compensarem margens menores; além disso, fomos classificados em primeiro lugar pela Euromoney FX Survey em termos de quota de mercado pelo sétimo ano consecutivo. Apesar de um contexto difícil, as matérias-primas proporcionaram máximos em termos de receitas anuais, refletindo um bem sucedido investimento estratégico, e recebemos o prémio de Most Innovative Commodity House da revista The Banker. Em 2011 também foram classificados em primeiro lugar em Global and U.S. Fixed Income pelo segundo ano consecutivo (fonte: Greenwich Associates).

A área de Vendas e Negociação (capital) gerou receitas de € 2,4 mil milhões, um decréscimo de € 686 milhões (22%) em relação a 2010. Esta evolução reflete um contexto de mercado mais difícil, com a maior volatilidade e mercados em redução a terem impacto no otimismo e na atividade dos clientes, especialmente na Europa, que representa uma elevada parcela do nosso negócio. As receitas de Negociação de Numerário foram inferiores às de 2010, devido ao impacto da deterioração dos mercados de ações ao longo de 2011 e menores atividades dos clientes na Europa. Segundo a Greenwich Associates, aumentámos a nossa quota de mercado em títulos negociados a pronto nos EUA, resultado de investimentos estratégicos, e fomos classificados em primeiro lugar em European Research (fonte: Institutional Investor). As receitas de derivados de ações foram menores, em resultado de um contexto mais difícil e menos atividade por parte dos clientes, embora nos EUA tenhamos atingido máximos em termos de receitas. As receitas de Financiamento Especial (Prime Finance) foram ligeiramente inferiores, refletindo a redução dos níveis de alavancagem dos clientes, mas esse efeito foi parcialmente compensado pela nossa forte posição no mercado. Ainda no que se refere a 2011, fomos Global Prime Broker (fonte: Global Custodian) pelo quarto ano consecutivo.

As atividades de Geração e Assessoria geraram receitas de € 2,2 mil milhões em 2011, um decréscimo de € 244 milhões (10%) em comparação com 2010. Terminámos o ano em sexto lugar globalmente, de acordo com a Dealogic, muito próximo do quinto lugar, e alcançámos claramente o primeiro lugar na região Europa, Médio Oriente e África pelo segundo ano consecutivo. Também alcançámos o quarto lugar na Ásia, em comparação com o sexto lugar do exercício anterior. As receitas de assessoria foram de € 621 milhões, um aumento de € 48 milhões (8%) em relação a 2010, e fomos classificados em segundo lugar na região Europa, Médio Oriente e África e em quarto lugar em termos de F&A transfronteiras. As receitas de Geração de Dívida foram de € 1,1 mil milhões, uma redução de € 144 milhões (12%) em comparação com 2010. Classificámo-nos em terceiro lugar em Rentabilidade Elevada (High Yield) e fomos segundos na classificação All International Bonds (fonte: Thomson Reuters). As receitas de Geração de Capital foram de € 559 milhões, uma redução de € 147 milhões (21%) em relação a 2010, e classificámo-nos como em primeiro lugar na região Europa, Médio Oriente e África. Todas as classificações têm por fonte a Dealogic, salvo indicação em contrário.

As receitas de Produtos de Crédito foram de € 1,5 mil milhões em 2011, uma diminuição de € 78 milhões (5%) relativamente ao ano anterior. A redução deveu-se principalmente à transferência da exposição no Actavis Group para Investimentos de Empresas no início de 2011.

A receita líquida de outros produtos foi de € 138 milhões no de 2011, em comparação com os € 449 milhões em 2010. A redução deveu-se principalmente a menores ganhos ao preço de mercado no que se refere aos investimentos detidos para garantir compromissos para com segurados da Abbey Life, que são compensados pelas despesas excluindo juros.

Na provisão para perdas de crédito, a BE e VM registou um encargo líquido de € 304 milhões em 2011, em comparação com um encargo líquido de € 375 milhões em 2010.

As despesas excluindo juros foram de € 11,7 mil milhões em 2011, um decréscimo de € 472 milhões em relação a 2010. Este decréscimo deveu-se principalmente a menores despesas relacionadas com remuneração do desempenho, a aumentos de eficiência e ao impacto dos efeitos supramencionados na Abbey Life, o que foi parcialmente compensado por € 655 milhões de encargos específicos – principalmente despesas de contencioso e um débito específico de € 310 milhões relativo à imparidade de uma solicitação de reembolso de IVA na Alemanha.

Divisão Societária de Banca de Transações Globais

A tabela a seguir apresenta os resultados da Divisão Societária de Banca de Transações Globais (BTG) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Serviços relacionados com negociação	3.608	3.163
Outros produtos	-	216
Receita líquida total	3.608	3.379
Provisão para perdas de crédito	158	113
Despesas totais excluindo juros	2.327	2.300
com repartição da seguinte maneira:		
Atividades de reestruturação	-	-
Imparidade de ativos intangíveis	-	29
Interesses que não controlam		
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1.123	965
Relação custo/rendimento	64 %	68 %
Ativos	96.404	79.202
Participações de capital ativas médias ¹	2.448	2.416
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	46 %	40 %

¹ Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócio e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas para uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

A receita líquida foi de € 3,6 mil milhões, um aumento de 7%, ou € 229 milhões, em relação a 2010, que incluiu € 216 milhões relacionado com *goodwill* negativo resultante da aquisição de atividades bancárias comerciais nos Países Baixos. Este aumento deveu-se a máximos de desempenho em todos os negócios, com crescimento nas comissões e nas receitas de juros. Os Serviços Fiduciários e de Valores Mobiliários (Trust & Securities Services) lucraram com a melhoria das condições de mercado nos negócios de custódia e de certificados de depósito. A área de Financiamento de Transações (Trade Finance) continuou a tirar partido da elevada procura por produtos e financiamento ao nível do comércio internacional. Na área de Gestão de Numerário as receitas aumentaram devido a comissões mais elevadas resultantes de volumes de pagamento elevados, bem como graças ao aumento do rendimento de juros líquido, que se deveu principalmente à melhoria ligeira dos níveis de taxas de juros na Ásia e na Área do Euro em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A provisão para perdas de crédito foi de € 158 milhões. O aumento líquido de € 45 milhões em relação a 2010 deve-se principalmente às atividades bancárias comerciais adquiridas nos Países Baixos.

As despesas excluindo juros foram de € 2,3 mil milhões, um ligeiro aumento em relação a 2010. O aumento deveu-se à referida aquisição no segundo trimestre de 2010, incluindo despesas mais elevadas relacionadas com a amortização de um encargo inicial pago antecipadamente relativamente a proteção do crédito recebida e a maiores despesas relacionadas com seguros. Estes fatores foram parcialmente compensados pela não recorrência de encargos significativos com indemnizações por despedimento, facto relacionado com as medidas específicas associadas com a reorientação das áreas de infraestrutura e das unidades de vendas em 2010. No exercício anterior foi considerado o impacto de uma imparidade de ativos intangíveis.

Divisão do Grupo de Clientes Privados e Gestão de Ativos

A tabela a seguir apresenta os resultados da Divisão de Grupo de Clientes Privados e Gestão de Ativos (CPGA) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Gestão discricionária de carteiras/fundos	2.354	2.491
Assessoria/corretagem	1.735	1.717
Produtos de crédito	2.585	2.628
Serviços de depósitos e pagamentos	2.244	2.102
Outros produtos	5.460	872
Receita líquida total	14.379	9.810
com repartição da seguinte maneira:		
Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	7.914	4.609
Provisão para perdas de crédito	1.364	785
Despesas totais excluindo juros	10.277	7.919
com repartição da seguinte maneira:		
Benefícios e compromissos para com segurados	-	-
Imparidade de ativos intangíveis	-	-
Atividades de reestruturação	-	-
Interesses que não controlam	189	6
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	2.549	1.100
Relação custo/rendimento	71 %	81 %
Ativos	394.094	400.110
Participações de capital ativas médias ¹	16.563	9.906
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	15 %	11 %
Ativos investidos (em mil milhões de euros) ²	1.116	1.131

¹ Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas, que contém uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

² Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes que são geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em assessoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

Os parágrafos seguintes discutem a contribuição de cada divisão societária individual para os resultados globais da Divisão de Grupo de Clientes Privados e Gestão de Ativos.

Divisão Societária de Gestão de Ativos e de Património

A tabela a seguir apresenta os resultados da Divisão Societária de Gestão de Ativos e de Património (GAP) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Gestão discricionária de carteiras/fundos (GA)	1.686	1.733
Gestão discricionária de carteiras/fundos (DSP)	418	446
Gestão discricionária de carteiras/fundos - total	2.104	2.178
Assessoria/corretagem (DSP)	821	830
Produtos de crédito (DSP)	378	376
serviços de depósitos e pagamentos (DSP)	157	138
Outros produtos (GA)	58	(26)
Outros produtos (DSP)	244	179
Total de outros produtos	302	152
Receita líquida total	3.762	3.674
Provisão para perdas de crédito	55	39
Despesas totais excluindo juros	2.941	3.426
com repartição da seguinte maneira:		
Benefícios e compromissos para com segurados	0	0
Imparidade de ativos intangíveis	-	-
Atividades de reestruturação	-	-
Interesses que não controlam	(1)	(1)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	767	210
Relação custo/rendimento	78 %	93 %
Ativos	58.601	53.141
Participações de capital ativas médias ¹	5.289	5.314
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	15 %	4 %
Ativos investidos (em mil milhões de euros) ²	813	825

¹ Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas, que contém uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

² Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes que são geridos por nós. Gerimos os ativos investidos de forma discricionária ou com base em assessoria, ou esses ativos são depositados junto de nós.

Relativamente a 2011, a GAP registou receitas líquidas de € 3,8 mil milhões, um aumento de € 88 milhões (2%) relativamente a 2010. Em GPP as receitas aumentaram € 51 milhões. As receitas de outros produtos foram de € 244 milhões em 2011, comparadas com € 179 milhões no exercício anterior. Este aumento resultou principalmente de efeitos relacionados com a eliminação progressiva de vários negócios não estratégicos no Sal. Oppenheim em 2010. As receitas de serviços de depósitos e pagamentos aumentaram € 19 milhões em relação a 2010, principalmente devido a volumes mais elevados de depósitos dinamizados por iniciativas dedicadas a produtos específicos. As receitas da gestão discricionária de carteiras/fundos diminuíram € 28 milhões, devido a menores comissões sobre ativos e menores comissões de desempenho resultantes das condições de mercado negativas verificadas no segundo semestre de 2011. As receitas da GPP em termos de assessoria/corretagem e de produtos de crédito permaneceram essencialmente inalteradas em relação ao exercício anterior. Na área de GA, as receitas aumentaram € 37 milhões, devido principalmente aos € 83 milhões de ganhos obtidos nas vendas em 2011, sobretudo relacionados com investimentos da RREEF relatados nas receitas de outros produtos. Tiveram efeito parcialmente compensatório as receitas menores de gestão discricionária de carteiras/gestão de fundos, que se verificaram devido a condições e fluxos de mercado fracos.

A provisão para perdas de crédito foi de € 55 milhões, um incremento de € 16 milhões em relação a 2010, devido principalmente ao Sal. Oppenheim.

As despesas excluindo juros foram de € 2,9 mil milhões em 2011, um decréscimo de € 485 milhões (14%) em comparação com 2010. Em GPP, as despesas excluindo juros diminuíram € 344 milhões, devido principalmente a melhorias ocorridas em 2011 resultantes da integração bem-sucedida do Sal. Oppenheim. Em GA, as despesas não financeiras diminuíram € 141 milhões, refletindo principalmente o impacto das medidas de melhoria da eficiência da plataforma.

O valor dos ativos investidos no âmbito da GAP era de € 813 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de € 13 mil milhões, correspondendo a € 7 mil milhões em GPP e a € 6 mil milhões em GA. O declínio em GPP incluiu um impacto de € 13 mil milhões devido a depreciação de mercado, efeito parcialmente compensado por € 4,0 mil milhões de novos ativos líquidos, principalmente na Ásia e na Alemanha. A diminuição em GA incluiu € 13 mil milhões em fluxos de saída líquidos. Refletindo a incerteza dos investidores, os fluxos de saída no negócio de numerário e capital foram parcialmente compensados por fluxos de entrada em produtos com maior margem. As variações de € 7,0 mil milhões em moeda estrangeira compensaram parcialmente os fluxos de saída líquidos globais no âmbito da GA.

Divisão Societária de Clientes Privados e Comerciais

A tabela a seguir apresenta os resultados da Divisão Societária de Clientes Privados e Comerciais (CPC) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida:		
Gestão discricionária de carteiras/fundos	251	313
Assessoria/corretagem	914	887
Produtos de crédito	2.207	2.253
Serviços de depósitos e pagamentos	2.087	1.964
Outros produtos ¹	5.158	720
Receita líquida total	10.617	6.136
Provisão para perdas de crédito	1.309	746
Despesas totais excluindo juros com repartição da seguinte maneira:	7.336	4.493
Atividades de reestruturação		
Interesses que não controlam	190	8
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1.782	890
Relação custo/rendimento	69 %	73 %
Ativos	335.516	346.998
Participações de capital ativas médias ²	11.274	4.592
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	16 %	19 %
Ativos investidos (em € mil milhões) ³	304	306
Volume de empréstimos (em € mil milhões)	206	2024
Volume de depósitos (em € mil milhões)	235	229

¹ O aumento entre 2010 e 2011 inclui € 4,2 mil milhões relativos à consolidação do Postbank.

² Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócios e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas, que contém uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

³ Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes que são geridos por nós. Gerimos os ativos investidos de forma discricionária ou com base em assessoria, ou esses ativos são depositados junto de nós.

⁴ O montante do exercício anterior havia sido ajustado.

A receita líquida foi de € 10,6 mil milhões, um aumento de € 4,5 mil milhões (73%) em relação a 2010. Esta evolução é principalmente atribuível à consolidação do Postbank, que se iniciou em 3 de dezembro de 2010, e contribuiu com receitas de € 4,6 mil milhões em 2011, em comparação com € 414 milhões em 2010. As receitas da CPC em termos de outros produtos sofreram o impacto de € 527 milhões de perdas por imparidade em obrigações soberanas gregas, dos quais € 465 milhões estavam colocados no Postbank e € 62 milhões estavam colocados em Assessoria Bancária – Alemanha (Advisory Banking Germany). As receitas de CPC em termos de outros produtos também incluíram um impacto positivo não recorrente de € 263 milhões, referente à nossa participação no Hua Xia Bank, devido à aplicação do método de equivalência patrimonial, após obtenção de todas as aprovações regulatórias substantivas necessárias para aumentarmos a nossa participação. As receitas da CPC obtidas com serviços de depósitos e pagamento aumentaram € 124 milhões (6%) em grande parte devido a volumes mais elevados em Assessoria Bancária – Alemanha. As receitas de consultoria/corretagem aumentaram € 27 milhões, ou 3%. As receitas da CPC obtidas com gestão discricionária de carteiras/gestão de fundos diminuíram € 62 milhões (20%) principalmente em Assessoria Bancária – Alemanha devido ao contexto difícil. As receitas de produtos de crédito reduziram-se € 46 milhões (2%) com os efeitos negativos de margens mais reduzidas a serem superiores ao aumento de receitas associado a volumes mais elevados em Assessoria Bancária – Alemanha e em Assessoria Bancária Internacional.

A provisão para perdas de crédito foi de € 1,3 mil milhões, dos quais € 761 milhões relacionados com o Postbank. Este valor número exclui libertações de provisões para perdas de crédito relacionadas com o Postbank registadas antes da consolidação de € 402 mil milhões. O impacto dessas libertações é relatado como o rendimento de juros líquido. Excluindo o Postbank, as provisões para perdas de crédito foram de € 548 milhões, uma redução de € 142 milhões em relação a 2010. A redução deveu-se a Assessoria Bancária – Alemanha e a Assessoria Bancária Internacional, principalmente no que se refere à Polónia.

As despesas excluindo juros foram de € 7,3 mil milhões, um aumento de € 2,8 mil milhões (63%) em relação a 2010. O aumento deveu-se principalmente à consolidação do Postbank. Excluindo o aumento associado ao Postbank, as despesas excluindo juros reduziram-se € 64 milhões, principalmente em resultado de medidas destinadas a reduzir a complexidade e a melhorar a eficiência da plataforma.

Os ativos investidos permaneceram praticamente inalterados, em € 304 mil milhões. Isto deveu-se principalmente à depreciação de mercado de € 9,0 mil milhões, que foi parcialmente compensada por € 8,0 mil milhões de fluxos de entrada líquidos, principalmente em depósitos.

O número total de clientes de CPC foi 28,6 milhões, dos quais 14,1 milhões relacionados com o Postbank.

Divisão Grupo de Investimentos de Empresas

A tabela a seguir apresenta os resultados da nossa Divisão de Grupo de Investimentos de Empresas (IE) para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	2011	2010
Receita líquida	394	(1.796)
com repartição da seguinte maneira:		
rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	137	(86)
Provisão para perdas de crédito	14	(0)
Despesas totais excluindo juros	1.492	967
com repartição da seguinte maneira:		
Imparidade de ativos intangíveis	-	-
Atividades de reestruturação	-	-
Interesses que não controlam	(2)	(2)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(1.111)	(2.760)
Relação custo/rendimento	S/S	S/S
Ativos	25.203	30.138
Participações de capital ativas médias ¹	1.130	2.243
Rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias	(98) %	(123) %

S / S – Sem significado

¹ Veja-se a Nota 5 – «Segmentos de negócio e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas para uma descrição de como as participações de capital ativas médias são atribuídas às divisões.

A receita líquida foi de € 394 milhões, em contraste com € 1,8 mil milhões negativos em 2010. Em 2011, a receita líquida consistiu principalmente de receitas recorrentes relativas à nossa exposição no Actavis Group e aos nossos investimentos no BHF-BANK, na Maher Terminais e no The Cosmopolitan of Las Vegas, que foram parcialmente reduzidos por registros de imparidade de € 457 milhões relacionados com o Actavis Group. O principal impacto nas receitas líquidas em 2010 foi um custo de € 2,3 mil milhões relativo ao nosso investimento no Postbank no terceiro trimestre.

As despesas excluindo juros foram de € 1,5 mil milhões em 2011, contra € 967 milhões no exercício anterior. O aumento deveu-se essencialmente ao The Cosmopolitan of Las Vegas, estando sobretudo relacionado com o início das suas operações no final de 2010 e, em menor medida, com uma taxa de depreciação de € 135 milhões no património imobiliário. Também contribuiu para o aumento o nosso investimento no BHF-BANK, incluindo itens especiais de € 97 milhões relacionados principalmente com o pagamento de indemnizações.

Na totalidade de 2011, os resultados antes de impostos ascenderam a € 1,1 mil milhões negativos, em comparação com resultados antes de impostos de € 2,8 mil milhões negativos no exercício anterior.

Consolidação e ajustamentos

Para uma discussão da consolidação e dos ajustamentos aos nossos resultados por segmento de negócio veja-se a Nota 5 - «Segmentos de negócios e informações conexas» às demonstrações financeiras consolidadas.

Posição Financeira

A tabela abaixo apresenta informações sobre a posição financeira.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e contas correntes em bancos	15.928	17.157
Depósitos remunerados em bancos	162.000	92.377
Fundos de Banco Central vendidos, títulos adquiridos com acordo de revenda e títulos tomados a título de empréstimo	57.110	49.281
Ativos negociáveis	240.924	271.291
Valores de mercado positivos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	859.582	657.780
Ativos financeiros registrados ao justo valor por via dos resultados ¹	180.293	171.926
Empréstimos	412.514	407.729
Valores a receber relacionados com corretagem e valores mobiliários	122.810	103.423
Ativos remanescentes	112.942	134.666
Total dos ativos	2.164.103	1.905.630
Depósitos	601.730	533.984
Fundos de Banco Central adquiridos, títulos vendidos com acordo de recompra e títulos emprestados	43.401	31.198
Passivos comerciais	63.886	68.859
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	838.817	647.195
Passivos financeiros registrados ao justo valor por via dos resultados ²	118.318	130.154
Outros empréstimos de curto prazo, contraídos	65.356	64.990
Dívida de longo prazo	163.416	169.660
Valores a pagar relacionados com corretagem e valores mobiliários	139.733	116.146
Outros passivos	74.786	93.076
Passivo total	2.109.443	1.855.262
Total do capital próprio	54.660	50.368

¹ Inclui valores mobiliários adquiridos ao abrigo de acordos de revenda registrados ao justo valor por via dos resultados de € 117,284 milhões e de € 108,912 milhões e valores mobiliários contraídos a título de empréstimo ao justo valor por via dos resultados de € 27.261 milhões e € 27.887 milhões em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

² Inclui valores mobiliários vendidos com acordo de recompra registrados ao justo valor por via dos resultados de € 93.606 milhões e € 107.999 milhões em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

Variações no ativo

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos totais eram de € 2,164 mil milhões. O aumento de € 258 mil milhões (14%) em relação a 31 de dezembro de 2010 foi principalmente devido aos derivados, bem como a depósitos bancários remunerados. A alteração nas taxas de câmbio e, em particular, na relação entre o dólar dos EUA e o euro contribuiu com € 43 mil milhões para o aumento global do nosso balanço durante 2011.

O aumento dos valores de mercado positivos decorrentes de derivados de € 202 mil milhões deveu-se principalmente a alterações nas curvas de rentabilidade do dólar dos EUA, do euro e da libra esterlina, bem como a € 19 mil milhões relacionados com efeitos de conversão cambial.

Partindo de € 92 mil milhões, no final de 2010, os depósitos bancários remunerados aumentaram € 70 mil milhões, alcançando € 162 mil milhões no final de 2011, principalmente para reforçar a nossa reserva de liquidez.

A negociação de ativos não derivados diminuiu € 30 mil milhões durante 2011, com os títulos de dívida a contribuírem com mais de metade da redução.

A nossa carteira de crédito aumentou ligeiramente (€ 5,0 mil milhões) durante o ano, passando de € 408 mil milhões em 31 de dezembro de 2010 para € 413 mil milhões no final de 2011.

Variações no Passivo

O passivo total aumentou € 254 mil milhões, alcançando € 2,109 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

O aumento do passivo total ocorreu principalmente em valores de mercado negativos decorrentes de derivados, que aumentaram € 192 mil milhões, devido principalmente a alterações nas curvas de rentabilidade e a efeitos de conversão cambial semelhantes aos valores de mercado positivos decorrentes de derivados.

Além disso, os depósitos aumentaram significativamente (€ 68 mil milhões), sendo 70% relativos aos depósitos de bancos e 30% a depósitos de clientes não bancários.

Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2011, o capital próprio total era de € 54,7 mil milhões, o que constituiu um aumento de € 4,3 mil milhões (9%) em comparação com € 50,4 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. Os principais fatores que contribuíram para essa evolução foram o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank de € 4,1 mil milhões, os ganhos atuariais de € 666 milhões e os ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados de € 620 milhões, efeito parcialmente compensado pelos dividendos pagos de € 691 milhões, pelo aumento das ações do Banco próprias de € 373 milhões, que são deduzidos ao capital próprio, e pela redução nos interesses que não controlam de € 279 mil milhões. Os resultados líquidos referidos reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados deveram-se principalmente aos efeitos positivos de variações de taxa de câmbio de € 1,2 mil milhões (especialmente no que se refere ao dólar dos EUA), efeito parcialmente compensado por um aumento nas perdas em ativos financeiros não realizadas disponíveis para venda de € 504 milhões.

Capital regulamentar

Tendo por referência inicial 31 de dezembro de 2011, o cálculo do capital regulamentar do Grupo incorpora os requisitos de capital alterados relativos à carteira de negociação e às posições de titularização nos termos da diretiva 3 relativa à adequação dos fundos próprios, também conhecida como «Basileia 2.5». O capital regulamentar (*Tier 1* e *Tier 2*) relatado nos termos de Basileia 2.5 era de € 55,2 mil milhões no final de 2011, em comparação com € 48,7 mil milhões no final de 2010 relatados nos termos de Basileia 2. Os fundos próprios de base (*Tier 1*) relatados nos termos de Basileia 2.5 aumentaram para € 49,0 mil milhões no final de 2011, contra € 42,6 mil milhões no final de 2010, conforme relatado nos termos de Basileia 2, e refletindo principalmente os resultados retidos de 2011, a evolução das taxas de câmbio e menores itens de dedução de capital. Em 31 de dezembro de 2011, os fundos próprios de base nucleares (*core Tier 1*) relatados nos termos de Basileia 2.5 aumentaram para € 36,3 mil milhões, o que compara com os € 30,0 mil milhões do final de 2010, conforme relatado nos termos de Basileia 2.

Alterações à NIC (Norma Internacional de Contabilidade) 39 e à NIRF (Norma Internacional de Relatório Financeiro) 7 – «Reclassificação de ativos financeiros»

Nos termos das alterações à NIC 39 e à NIRF 7 emitidas em outubro de 2008, determinados ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, deixando de ser considerados ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados e disponíveis para venda e passando a ser considerados como empréstimos. As reclassificações foram realizadas em casos nos quais a Gestão considerou que o reembolso esperado dos ativos superava os respetivos justos valores estimados, que refletiam a liquidez significativamente reduzida dos mercados financeiros, e que os retornos sobre esses ativos seriam otimizados mantendo-os no futuro previsível. Nos casos em que essa alteração clara de intenções existiu e foi sustentada por uma capacidade de manter e financiar as posições subjacentes, concluímos que as reclassificação aproximavam mais a contabilização da intenção em termos do negócio.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o valor contábilístico dos ativos reclassificados era de € 22,9 mil milhões e € 26,7 mil milhões, respetivamente, em comparação com um valor de mercado de € 20,2 mil milhões e € 23,7 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Estes ativos são mantidos predominantemente no âmbito da BE e VM.

Consulte-se a Nota 13 – «Alterações à NIC 39 e à NIRF 7 – Reclassificação de ativos financeiros» para obter informações adicionais sobre o impacto da reclassificação.

Informação mais recente sobre as principais exposições no mercado de crédito

Segue-se uma atualização sobre a evolução de determinadas posições de crédito (incluindo a proteção adquirida a seguradoras monorramo) dos negócios BE e VM relativamente aos quais já anteriormente fornecemos divulgações de risco adicionais. Foram estas as posições que tiveram impacto significativo no desempenho de BE e VM durante a recente crise financeira. Além destas posições BE e VM, também fornecemos informações sobre as posições adquiridas ao Postbank, nos casos relevantes.

Para obter informações sobre as nossas exposições no âmbito dos Imóveis Comerciais e do Financiamento Alavancado, consulte-se o «Relatório de risco – Exposição de crédito decorrente de concessão de empréstimos» e «Exposição de crédito decorrente de ativos negociáveis não derivados».

Exposição relacionada com hipotecas: a tabela a seguir apresenta determinadas exposições relacionadas com hipotecas dos negócios de transação, aqui apresentadas líquidas de cobertura e de outras proteções adquiridas. As coberturas (*hedges*) consistem numa série de diferentes instrumentos de mercado, incluindo proteção oferecida pelas seguradoras monorramo, swaps de incumprimento de crédito de uma única entidade, contratos com contrapartes do mercado e contratos baseados em índices.

Determinada exposição relacionada com hipotecas nos nossos negócios de transação	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Exposição bruta	Coberturas e outras proteções adquiridas	Exposição líquida	Exposição bruta	Coberturas e outras proteções adquiridas	Exposição líquida
em milhões de €						
Créditos hipotecários de elevado risco (subprime) ¹ , valores imobiliários Alt-A e CDO dos EUA ²	2.421	2.567	(146)	3.848	3.228	620
Valores imobiliários (RMBS) europeus	162		162	169		169

¹ Na exposição a créditos hipotecários de elevado risco e CDO dos EUA inclui-se exposição de transação de CDO de € 169 milhões em termos brutos (€ 29 milhões líquidos de coberturas) em 31 de dezembro de 2011.

² As reservas incluídas em «Créditos hipotecários de elevado risco (subprime), valores imobiliários Alt-A e CDO dos EUA» consideram um fator de ajustamento de avaliação de risco de crédito de contraparte associado a valores imobiliários dos EUA, que se destina a refletir mais precisamente o justo valor dos instrumentos subjacentes a esta exposição. Este ajustamento resultou numa redução da exposição líquida de € 401 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de € 320 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A exposição líquida a Créditos hipotecários de elevado risco e CDO dos EUA é composta por € 457 milhões negativos de Alt-A, € 5 milhões de subprime, € 19 milhões de outros, € 29 milhões de CDO e € 258 milhões de posições líquidas relacionadas com negociação em 31 de dezembro de 2011 e € 267 milhões negativos de Alt-A, € 10 milhões de subprime, € 52 milhões de outros, € 345 milhões de CDO e € 480 milhões de posições líquidas relacionadas com negociação em 31 de dezembro de 2010. Na determinação do subprime utilizamos os critérios padronizados do setor, incluindo as classificações (de qualidade de crédito) FICO e rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia. Em circunstâncias limitadas, também classificamos exposições como subprime se 50% ou mais do colateral subjacente forem empréstimos participativos para habitação (*home equity*) com características de subprime. Os empréstimos Alt-A são empréstimos concedidos a mutuários com boa qualidade creditícia em geral, mas com índices de subscrição não-conformes ou outras características que não cumprem as normas dos empréstimos prime. Entre estes incluem-se as classificações FICO mais reduzidas, rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia mais elevados e maiores percentagens de empréstimos com documentação limitada ou inexistente.

Na tabela supramencionada, a exposição líquida representa o nosso potencial de perda em caso de incumprimento de 100% dos valores mobiliários e das coberturas associadas, assumindo inexistência de recuperação. Não se trata de uma indicação de risco negociação ajustada por delta (a medida de risco negociação delta ajustado é utilizada para garantir a comparabilidade entre diferentes exposições; para cada posição do delta, representa a alteração da posição nos valores mobiliários relacionados que teria a mesma sensibilidade a uma determinada variação no mercado).

A tabela referida exclui ativos que passaram de uma classificação como negociação ou de disponíveis para venda para uma classificação como empréstimos e valores a receber, de acordo com as alterações à NIC 39, com um valor contabilístico, em 31 de dezembro de 2011, de € 1,6 mil milhões (que inclui exposição a hipotecas residenciais europeias de € 971 milhões, outra exposição residencial hipotecária nos EUA de € 286 milhões, exposição a negociação de CDO subprime de € 323 milhões) e, em 31 de dezembro de 2010, € 1,8 mil milhões (que inclui exposição a hipotecas residenciais europeias de € 1,0 mil milhões, outra exposição residencial hipotecária nos EUA de € 339 milhões, e exposição a negociação de CDO subprime de € 402 milhões).

A tabela também exclui títulos garantidos por hipotecas das agências governamentais e empréstimos elegíveis dessas agências, que não consideramos serem produtos sensíveis ao crédito, assim como posições exclusivamente de juros e posições exclusivamente de juros inversas que estão negativamente correlacionadas com mercados em deterioração devido ao efeito sobre a posição da taxa reduzida de pré-pagamentos de hipoteca. A taxa mais lenta de pré-pagamentos prolonga a duração média destes produtos exclusivamente de juros, o que, por sua vez, gera um valor mais elevado, devido a um fluxo de juros esperado mais longo.

Os vários componentes brutos da exposição líquida global apresentada acima representam diferentes maturidades, localizações, classificações de crédito e outros fatores sensíveis ao mercado. Assim, embora os valores globais acima apresentados forneçam uma noção dos níveis absolutos da nossa exposição a uma variação extrema do mercado, os resultados futuros efetivos dependerão de variações efetivas do mercado, de variações entre as diferentes componentes das nossas posições e da nossa capacidade de ajustar as coberturas nestas circunstâncias.

Além dessas posições da BE e VM, em 31 de dezembro de 2011 o Postbank tinha exposição a títulos europeus garantidos por hipotecas comerciais de € 101 milhões, bem como a títulos garantidos por hipotecas residenciais de € 233 milhões (dos quais € 231 milhões na Europa). Em 31 de dezembro de 2010, o Postbank tinha uma exposição a títulos europeus garantidos por hipotecas comerciais de € 192 milhões, bem como a títulos garantidos por hipotecas residenciais de € 428 milhões (que incluía € 398 milhões na Europa e € 27 milhões nos EUA).

Além disso, o Postbank tem exposição a CDO não empresariais de € 35 milhões, cujos ativos subjacentes incluem títulos garantidos por hipotecas comerciais e títulos garantidos por hipotecas residenciais. Estas posições são maioritariamente classificadas como empréstimos e valores a receber, bem como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2010, o Postbank tinha uma exposição a CDO não empresariais de € 69 milhões.

Ocala Funding LLC: detemos 71,4% do papel comercial emitido pela Ocala Funding LLC (Ocala), um veículo de papel comercial patrocinado pela Taylor Bean & Whitaker Mortgage Corp (TBW), que encerrou as suas operações de empréstimos hipotecários e pediu proteção contra insolvência em agosto de 2009. Classificamos o papel comercial como um ativo de negociação e mensuramo-lo ao justo valor por via dos resultados. Em 31 de dezembro de 2011, o valor nocional total do papel comercial emitido pela Ocala detido pelo Grupo era de € 928 milhões, com um justo valor de € 132 milhões. Em 2011 e 2010 foram registadas, respetivamente, perdas de € 56 milhões e € 360 milhões ao justo valor resultantes de informações recorrentes que obtivemos relativamente à propriedade TBW.

Exposição a seguradoras monorramo: a deterioração do crédito hipotecário subprime dos EUA e dos mercados conexos gerou grandes riscos para os fiadores financeiros, tais como as seguradoras monorramo, que têm segurado ou garantido o valor de agregados de colateral denominados CDO e outros valores mobiliários negociados em bolsa. As reclamações de indemnizações contra seguradoras monorramo só se tornam devidas se ocorrerem efetivamente incumprimentos no que se refere aos ativos (ou colateral) subjacentes. Existe atualmente incerteza sobre se algumas seguradoras monorramo serão capazes de satisfazer todas as suas obrigações para com os bancos e outros titulares de proteção. Sob determinadas condições (por exemplo, liquidação), podemos acelerar reclamações de indemnizações, independentemente das perdas efetivas nos ativos subjacentes.

As tabelas a seguir resumem o justo valor das nossas exposições de contraparte relativamente a seguradoras monorramo no que se refere a atividade relacionada com hipotecas residenciais nos EUA e outras atividades, respetivamente, e em cada caso, com base no justo valor dos ativos em comparação com o valor nocional garantido ou subscrito por seguradoras monorramo. As outras exposições descritas na segunda tabela decorrem de um leque variado de atividades com clientes e de negociação, incluindo obrigações de empréstimo colateralizadas, títulos garantidos por hipotecas comerciais, títulos fiduciários preferenciais, empréstimos a estudantes e dívida do setor público ou municipal. As tabelas mostram os ajustamentos de avaliação de crédito («AAC») associados que registámos por conta das exposições. No caso de entidades monorramo com SRI negociados ativamente, o AAC é calculado utilizando um modelo de avaliação totalmente baseado em SRI. No caso de entidades monorramo sem SRI negociadas ativamente, é utilizada uma abordagem de modelação com vários fatores de partida, incluindo as probabilidades de incumprimento relevantes em função do mercado, a probabilidade de um evento (uma reestruturação ou uma insolvência), uma avaliação de qualquer acordo potencial em caso de reestruturação e as taxas de recuperação em caso de reestruturação ou falência. A metodologia AAC monorramo é revista trimestralmente pela gestão; a partir do segundo trimestre de 2011 têm sido utilizados, de forma mais abrangente, diferenciais baseados no mercado para realização da avaliação AAC.

As classificações das tabelas abaixo são as mais baixas da Standard & Poor's, da Moody's ou das nossas próprias classificações de crédito internas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Exposição monorrAMO relacionada com hipotecas residenciais nos EUA	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Valor nocional	Justo valor anterior AAC	AAC	Justo valor Após AAC	Valor nocional	Justo valor anterior AAC	AAC	Justo valor após AAC
em milhões de €								
Entidades monorrAMO AA :								
Outros subprime	124	65	(20)	45	139	60	(6)	54
Alt-A	3.662	1.608	(353)	1.255	4.069	1.539	(308)	1.231
Total Entidades monorrAMO AA	3.786	1.673	(373)	1.300	4.208	1.599	(314)	1.285

Outra exposição monorrAMO	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2010			
	Valor nocional	Justo valor anterior AAC	AAC	Justo valor Após AAC	Valor nocional	Justo valor anterior AAC	AAC	Justo valor após AAC
em milhões de €								
Entidades monorrAMO AA:								
TPS-CLO	2.721	2.721	(201)	585	2.988	837	(84)	753
CMBS	1.113	1.113	(3)	23	1.084	12	(1)	11
Sociedade individualmente nome / CDO societário	–	–	–	–	602	(1)	–	(1)
Empréstimos a estudantes	303	303	(13)	43	295	19	(2)	17
Outros	922	922	(111)	194	925	226	(23)	203
Total Entidades monorrAMO AA	5.059	5.059	(328)	845	5.894	1.093	(110)	983
Sem grau de investimento								
Monorramos:								
TPS-CLO	547	547	(89)	110	917	215	(49)	166
CMBS	3.539	3.539	(42)	169	6.024	547	(273)	274
Sociedade individualmente nome/CDO societário	2.062	2.062	–	2	2.180	12	(6)	6
Empréstimos a estudantes	1.325	1.325	(189)	398	1.308	597	(340)	257
Outros	1.076	1.076	(89)	124	1.807	226	(94)	132
Total sem grau de investimento Monorramos	8.549	8.549	(409)	803	12.236	1.597	(762)	835
Total	13.608	13.608	(737)	1.648	18.130	2.690	(872)	1.818

A tabela exclui a exposição de contraparte a seguradoras monorramo relacionadas com as obrigações embutidas (*wrapped*). Uma obrigação embutida é segurada ou garantida por um terceiro. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a exposição a obrigações embutidas relacionadas com hipotecas residenciais dos EUA foi de € 52 milhões e € 67 milhões, respetivamente, e a exposição de títulos do mesmo tipo não relacionados com hipotecas residenciais nos EUA foi de € 46 milhões e € 58 milhões, respetivamente. Em cada caso, a exposição representa uma estimativa de potenciais depreciações de ativos embutidos em caso de incumprimento de entidades monorramo.

A proporção da exposição monorramo com avaliação ao preço de mercado foi mitigada com a proteção SRI acordada com outras contrapartes de mercado e outras atividades de cobertura económica.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o ajustamento total de avaliação de crédito detido contra seguradoras monorramo era de € 1,109 milhões e € 1,186 milhões, respetivamente.

Sociedades de propósito específico

Realizámos várias atividades comerciais com determinadas entidades, conhecidas como entidades de propósito específico (EPE), que estão estruturadas para alcançar um objetivo de negócio específico. As principais utilizações das EPE são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e de risco e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As EPE podem ser constituídas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias.

Podemos não consolidar uma EPE que criámos, patrocinámos ou com a qual temos uma relação contratual. Consolidamos uma EPE nos casos em que temos a capacidade de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, geralmente em conjunto com uma participação acionista, direta ou indiretamente, de mais de metade dos direitos de voto. Se as atividades das EPE estão definidas de forma estrita ou não é evidente quem controla as políticas financeiras e operacionais da EPE, recorremos a outros fatores para determinar se suportamos a maioria dos riscos e recebemos a maioria dos benefícios. Reavaliamos o nosso tratamento das EPE em termos de consolidação nos casos em que há uma alteração do regime da EPE ou da substância da relação entre nós e uma EPE. Para mais detalhes sobre as nossas políticas contabilísticas em termos de consolidação e reavaliação da consolidação de EPE veja-se a Nota 1 – «Políticas contabilísticas significativas» nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em determinadas situações limitadas, consolidamos algumas EPE para efeitos de relato financeiro e da regulação alemã. No entanto, em todos os outros casos detemos capital regulamentar, conforme o caso, contra todas as transações relacionadas com EPE e exposições conexas, tais como operações de derivados e compromissos e garantias relacionadas com empréstimos. Até à data, as nossas exposições a EPE não consolidadas não tiveram um impacto significativo nos nossos acordos de dívida, rácios de capital, classificações de crédito ou dividendos.

As secções a seguir apresentam detalhes sobre os ativos (após eliminações de consolidação) relativamente às nossas EPE consolidadas e à nossa exposição máxima sem fundos subjacentes remanescente em relação a determinadas EPE não consolidadas.

Ativos totais em EPE consolidadas

31 de dezembro de 2010

em milhões de €						Tipo de ativo	
	Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados	Ativos financeiros disponíveis à venda	Empréstimos	Numerário e valores equiparados	Outros ativos	Total dos ativos	
Categoria:							
Veículos PCGA patrocinados pelo Grupo	–	39	10.998	1	33	11.071	
Titularizações patrocinadas pelo Grupo	2.044	191	1.169	3	48	3.455	
Titularizações de terceiros patrocinadas	–	–	493	14	156	663	
Reembalagem (<i>repackaging</i>) de produtos de investimento	5.032	971	207	606	409	7.225	
Fundos de investimento	3.973	–	–	1.934	566	6.473	
Operações estruturadas	2.425	43	3.748	22	334	6.572	
Entidades operacionais	2.116	3.879	3.228	102	3.439	12.764	
Outros	114	239	329	84	548	1.314	
Total	15.704	5.362	20.172	2.766	5.533	49.537	

¹ O justo valor das posições de derivados é de € 158 milhões.

31 de dezembro de 2010

em milhões de €						Tipo de ativo	
	Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados	Ativos financeiros disponíveis à venda	Empréstimos	Numerário e valores equiparados	Outros ativos	Total dos ativos	
Categoria:							
Veículos PCGA patrocinados pelo Grupo	–	431	15.304	–	59	15.794	
Titularizações patrocinadas pelo Grupo	3.168	369	1.250	20	23	4.830	
Titularizações de terceiros patrocinadas	189	–	507	2	18	716	
Reembalagem (<i>repackaging</i>) de produtos de investimento	5.278 ²	1.053	206	2.160 ²	664	9.361 ²	
Fundos de investimento	4.135	9	–	465	654	5.263	
Operações estruturadas	2.533	269	5.315	386	381	8.884	
Entidades operacionais	1.676	3.522	3.309	514	3.582	12.603	
Outros	199	300	556	117	304	1.476	
Total	17.178	5.953	26.447	3.664	5.685	58.927	

¹ O justo valor das posições de derivados é de € 158 milhões.

² O período anterior foi ajustado

Veículos PCGA patrocinados pelo Grupo

Constituímos, patrocinamos e administramos os nossos próprios programas de papel comercial garantido por ativos (PCGA). Estes programas oferecem aos nossos clientes acesso a liquidez no mercado de papel comercial e criam produtos de investimento para os nossos clientes. Na qualidade de agente administrativo dos programas de papel comercial, facilitamos a aquisição de empréstimos, valores mobiliários e outros valores a receber alheios ao Grupo Deutsche Bank através do veículo de papel comercial (veículo), que posteriormente emite no mercado papel comercial de curto prazo de qualidade elevada, garantido pelos ativos, subjacentes para financiar a aquisição. Os veículos requerem colateral suficiente, aumentos de crédito e apoio de liquidez para manter uma notação de grau de investimento no que se refere ao papel comercial. Fornecemos liquidez a esses veículos e, conseqüentemente, estamos expostos a alterações no valor contabilístico dos seus ativos. Consolidamos a maioria dos nossos programas de veículos patrocinados pois detemos o controlo acionista.

A nossa exposição de liquidez a esses veículos respeita a todo o papel comercial emitido, no valor de € 11,6 mil milhões e € 16,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, dos quais detemos € 2,5 mil milhões e € 2,2 mil milhões, respetivamente.

O colateral relativo aos veículos inclui vários empréstimos e títulos garantidos por ativos, incluindo locação de aeronaves, empréstimos a estudantes, títulos preferenciais fiduciários e valores mobiliários residenciais e garantidos por hipotecas. O colateral dos veículos diminuiu devido ao prazo de reembolso e à maturidade de determinadas operações durante o período.

Titularizações patrocinadas pelo Grupo

Patrocinamos EPE relativamente às quais geramos ou adquirimos bens. Esses ativos são predominantemente empréstimos comerciais e residenciais integrais ou valores mobiliários garantidos por hipotecas. A EPE financia essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos da EPE. Nos casos em que mantemos um interesse subordinado nos ativos que foram titularizados, é realizada uma avaliação dos fatores relevantes e as EPE controlados por nós são consolidadas. O justo valor da nossa exposição nestas titularizações em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de € 3,1 mil milhões e € 3,2 mil milhões, respetivamente. A diminuição dos ativos totais destas EPE foi principalmente devida a variações na avaliação ao valor de mercado durante o período.

Titularizações de terceiros patrocinadas

Em ligação com as nossas atividades de negociação de valores mobiliários e de subscrição, adquirimos valores mobiliários emitidos por veículos de titularização de terceiros que adquirem agregados diversificados de empréstimos comerciais e residenciais integrais ou títulos garantidos por hipotecas. Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos, cujo reembolso está associado ao desempenho dos ativos dos veículos. Nos casos em que temos um interesse subordinado na EPE, é realizada uma avaliação dos fatores relevantes, sendo a EPE consolidada se for controlada por nós. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o justo valor da nossa exposição nestas titularizações era de € 0,6 mil milhões e € 0,7 mil milhões, respetivamente.

Reembalagem (*repackaging*) de produtos de investimento

A reembalagem (*repackaging*) é um conceito similar à titularização. A principal diferença é que os componentes da EPE de reestruturação são geralmente valores mobiliários e derivados, em vez de ativos financeiros sem característica de valor mobiliário, que são então «reembalados» num produto diferente para satisfazer as necessidades específicas de investidores individuais. Consolidamos estas EPE nos casos em que suportamos a maioria dos riscos e somos titulares da maioria dos benefícios inerentes à entidade de reembalagem. Os riscos e benefícios inerentes à entidade de reembalagem podem incluir variações nos preços do ativo subjacente em termos de capital, crédito, taxa de juros e outros riscos e variabilidade potencial decorrentes desses riscos. A nossa avaliação de consolidação considera as exposições a que o Deutsche Bank e o(s) investidor(es) estão sujeitos em relação à entidade de reembalagem por via de derivados e outros instrumentos. A diminuição dos ativos totais é principalmente influenciada pelos prazos de maturidade e rescisão de determinadas transações durante o período. Além dos ativos de veículos de reembalagem consolidados apresentados na tabela, o valor nominal dos ativos totais em veículos de reembalagem não consolidados era de € 35 mil milhões e € 33 mil milhões de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Os produtos de investimento oferecem aos clientes a possibilidade de exposição a carteiras de ativos e riscos específicos através da aquisição das nossas notas estruturadas. Cobrimos esta exposição através da aquisição de participações em EPE que correspondem ao retorno especificado nas notas.

Fundos de investimento

Oferecemos aos clientes fundos de investimento e produtos conexos cujo retorno está associado ao desempenho dos ativos dos fundos. Prestamos garantia a determinados fundos garantindo determinados níveis de valor patrimonial líquido a ser devolvido aos investidores em determinadas datas. Na qualidade de fiadores, o nosso risco decorre da obrigação de compensar os investidores se os valores de mercado de tais produtos nas respetivas datas de garantia forem inferiores aos níveis garantidos. Pelo nosso serviço de gestão de investimentos relativamente a esses produtos cobramos comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões associadas ao desempenho. Não estamos contratualmente obrigados a suportar esses fundos e não o fizemos em 2011 e 2010. Em 2011, o montante de ativos detidos em fundos consolidados aumentou € 1,2 mil milhões. Esta variação deveu-se sobretudo a fluxos de entrada de caixa durante o período.

Operações estruturadas

Participámos em determinadas estruturas que oferecem aos clientes oportunidades de financiamento a taxas favoráveis. O financiamento é predominantemente disponibilizado com garantia. Estas estruturas são adaptadas às necessidades individuais dos nossos clientes. Consolidamos estas EPE nos casos em que detemos o controlo acionista ou suportamos a maioria dos riscos e somos titulares da maioria dos benefícios por meio de uma sociedade-mãe de interesse residual e/ou de uma facilidade de liquidez conexas. A composição da EPE que consolidamos é influenciada pela execução de novas operações e pela maturação, reestruturação e exercício de opções de rescisão antecipada relativamente a operações já existentes. Os ativos totais diminuíram € 2,3 mil milhões durante 2011, devido à anulação de algumas transações e vendas.

Entidades operacionais

Constituímos EPE para realizarmos algumas das nossas atividades operacionais nos casos em que tal nos é benéfico. Incluem-se aqui participações diretas em determinados investimentos próprios e a emissão de swaps de risco de incumprimento em que a nossa exposição se tem limitado ao nosso investimento na EPE. Consolidamos essas entidades nos casos em que detemos o interesse que controla ou em que estamos expostos à maioria dos riscos e benefícios da EPE. A quantidade total de ativos inclui € 1,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 e € 1,4 mil milhões em 31 de dezembro de 2010 devidos à consolidação do Postbank.

Exposição a EPE não consolidadas

em € mil milhões	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Exposição máxima não financiada por categoria:		
Veículos PCGA patrocinados pelo Grupo	1,2	2,5
Veículos PCGA de terceiros	1,9	2,4
Titularizações patrocinadas por terceiros		
EUA	1,6	1,5
extra EUA	1,4	1,2
Fundos mútuos garantidos ¹	9,8	10,7
Fundos de locação imobiliária	0,7	0,8

¹ Valor nominal das garantias.

Veículos PCGA patrocinados pelo Grupo

Patrocinamos e administramos quatro veículos PCGA constituídos na Austrália, os quais não são consolidados pois não suportamos a maioria dos riscos nem somos titulares da maioria dos benefícios. Estes veículos proporcionam aos nossos clientes acesso a liquidez no mercado de papel comercial australiano. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 detinham ativos totalizando € 1,0 mil milhões e € 1,9 mil milhões, respetivamente, compostos por títulos garantidos por hipotecas comerciais fora dos EUA emitidas por EPE de acolhimento (*warehouse*) constituídas pelos clientes para facilitar a aquisição dos ativos por parte dos veículos. A notação de crédito mínima para estes títulos é AA-. O aumento de crédito necessário para atingir as notações de crédito necessárias é normalmente proporcionado por seguros de hipoteca alargados às EPE por seguradoras terceiras.

A duração média ponderada dos ativos detidos nos veículos é de cinco anos. A duração média do papel comercial emitido por esses veículos fora do balanço é de um a três meses.

A nossa exposição a essas entidades é limitada às facilidades de liquidez assumidas, totalizando € 1,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 e € 2,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. Nenhuma dessas facilidades foi utilizada. A diminuição nas facilidades de liquidez tem vindo a dever-se ao vencimento e à redução de determinadas facilidades durante o período. Os adiantamentos por conta das facilidades de liquidez são garantidos pelos ativos subjacentes detidos nos veículos, pelo que uma facilidade utilizada será exposta à volatilidade do valor dos ativos subjacentes. Poderá não haver fundos suficientes para realizar o adiantamento caso os ativos diminuam em valor em determinada medida. Em 31 de dezembro de 2011 não detínhamos montantes significativos de papel comercial ou notas emitidas por esses veículos.

Veículos PCGA de terceiros

Além de patrocinarmos os nossos programas de papel comercial, também assistimos terceiros na constituição dos seus programas de papel comercial e na gestão contínua do risco dos mesmos. Não consolidamos quaisquer veículos PCGA de terceiros, já que não os controlamos.

A nossa assistência a veículos de terceiros é realizada principalmente no âmbito do financiamento e na forma de compromissos de facilidades de liquidez sem financiamento e compromissos acordos de recompra sem financiamento em caso de perturbação no mercado de papel comercial. As facilidades de liquidez e os compromissos em matéria de acordos de recompra são objeto de registo fora do balanço, a menos que um pagamento contingente seja considerado provável e estimável, caso em que a obrigação é registada. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o montante nominal de facilidades por nós disponibilizadas e não utilizadas era de € 1,9 mil milhões e € 2,4 mil milhões, respetivamente. A redução no período deve-se à utilização de determinadas facilidades. Estas facilidades são garantidas por ativos do EPE e, assim, a variação no justo valor desses ativos irá afetar a possibilidade de recuperação do montante utilizado.

Titularizações de terceiros patrocinadas

Os veículos de titularização de terceiros relativamente aos quais fornecemos financiamento – o qual é fornecido, em alguns casos, por outras partes – são veículos de investimento geridos por terceiros que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos empresariais, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente valores mobiliários garantidos por hipotecas comerciais, valores mobiliários garantidos por hipotecas residenciais e valores a receber associados a cartões de crédito) e valores a receber associados a direitos audiovisuais. Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de dívida e ações, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O valor nominal dos instrumentos de liquidez com uma componente não utilizada fornecidos por nós em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de € 8,2 mil milhões e € 7,0 mil milhões, respetivamente, dos quais € 5,2 mil milhões e € 4,3 mil milhões tinham sido utilizados e 3,0 € mil milhões e € 2,7 mil milhões ainda estavam disponíveis para serem utilizados como detalhado na tabela. O aumento do total nominal no período foi em grande parte devido à emissão de novas facilidades. Todas as facilidades estão disponíveis para utilização se os ativos cumprirem determinados critérios de elegibilidade e os ativadores de desempenho não são atingidos. Estas facilidades são garantidas por ativos no EPE e, assim, a variação do justo valor desses ativos afeta a possibilidade de recuperação do montante utilizado.

Fundos de investimento

Prestamos garantias a fundos garantindo determinados níveis do valor patrimonial líquido a ser devolvido aos investidores em determinadas datas. Estas garantias não implicam que consolidemos dos fundos, os quais são registados no balanço como derivados ao justo valor com as variações no justo valor registadas na demonstração de resultados consolidados. O justo valor das garantias era imaterial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, esses fundos não consolidados dispunham de € 10,6 mil milhões de ativos sob gestão e prestavam garantias de € 9,8 mil milhões. Em 31 de dezembro de 2010 foram relatados ativos de € 12,0 mil milhões e garantias de € 10,7 mil milhões. A diminuição nos ativos sob gestão deveu-se principalmente a fluxos de saída dos fundos durante o período.

Fundos de locação imobiliária

Prestamos garantias às EPE que detêm ativos imobiliários (terrenos e edifícios comerciais e residenciais e ativos de infraestrutura situados na Alemanha), que são financiados por terceiros e cedidos em locação aos nossos clientes. Estas garantias só são utilizadas se o ativo for destruído e a companhia de seguros não compensar a perda. Se a garantia for utilizada reclamamos uma indemnização à companhia de seguros. Também criamos opções de venda para fundos imobiliários fechados constituídos por nós, os quais adquirem ativos comerciais ou de infraestrutura localizados na Alemanha e depois são cedidos em locação a terceiros. Esta opção permite que os acionistas nos vendam o ativo a um preço fixo no final do contrato. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o valor nominal das garantias era de € 501 milhões e € 514 milhões, respetivamente, e o valor nominal das opções de venda era de € 239 milhões e € 246 milhões, respetivamente. As garantias e as opções de venda têm um justo valor imaterial. Não consolidamos estas EPE pois não suportamos a maioria dos riscos nem somos titulares da maioria dos benefícios.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma discussão detalhada sobre a nossa gestão de risco de liquidez, consulte-se o nosso Relatório de Risco e a Nota 37 – «Capital regulamentar» às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Notações de crédito de longo prazo

Consideramos que a manutenção de uma forte qualidade creditícia é um fator de fundamental de valor para os nossos clientes, credores e acionistas. 2011 foi um ano de muitas variações estruturais nos mercados de capitais. Neste contexto, inúmeros bancos de todas as regiões do mundo sofreram reduções na sua notação de crédito por parte das respetivas agências. O Deutsche Bank também sofreu o impacto desta tendência.

Em 15 de dezembro de 2011 a Fitch Ratings reduziu de AA- para A+ a notação de crédito de longo prazo do Deutsche Bank. A reclassificação ocorreu no contexto de uma redução da notação de todo o setor, refletindo a expectativa da Fitch de que o contexto difícil e incerto colocará sob pressão as transações globais e os lucros dos bancos universais.

Em 29 de novembro de 2011, a Standard & Poor's – após a aplicação da sua nova metodologia de notação bancária a 37 bancos globais principais – manteve a notação de crédito de longo prazo do Deutsche Bank em A+. No entanto, a sua perspectiva passou de estável para negativa, pois o rácio de Capital Ajustado pelo Risco (CAR) do Deutsche Bank calculado pela Standard & Poor's estava abaixo do nível requerido de 7%, um nível que a agência de notação considera como «adequado». A Standard & Poor's espera que o Deutsche Bank consiga aumentar o seu rácio de CAR para níveis acima de 7% nos próximos 18 meses. Uma vez alcançado esse nível, a perspectiva negativa poderia ser abandonada.

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Moody's Investors Service, Nova Iorque ¹	Aa3	Aa3	Aa1
Standard & Poor's, Nova Iorque ²	A+	A+	A+
Fitch Ratings, Nova Iorque ³	A+	AA-	AA-

1 A Moody's aplica a notação de crédito Aa a obrigações que são, independentemente do critério utilizado, consideradas de qualidade elevada. A Moody's classifica as obrigações Aa como inferiores às melhores obrigações (que classifica como Aaa), porque as margens de proteção podem não ser tão elevadas como as das obrigações Aaa, os elementos de proteção podem ser de maior amplitude, ou pode haver outros elementos presentes que fazem com que o risco de longo prazo pareça um pouco mais elevado do que os títulos Aaa. A qualificação numérica 3 indica que Moody's classifica a obrigação na extremidade inferior da categoria Aa.

2 A Standard and Poor's define a sua classificação A como um pouco mais suscetível aos efeitos adversos das alterações nas circunstâncias e nas condições económicas do que obrigações melhor classificadas. No entanto, a capacidade de o emissor honrar os seus compromissos financeiros relativos à obrigação ainda é sólida. O sinal + indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria A.

3 A Fitch Ratings define a sua classificação A como crédito de qualidade elevada. A Fitch Ratings utiliza a classificação A para indicar uma expectativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as classificações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições económicas que os títulos com classificações mais elevadas. O sinal + indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria A.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e os interessados devem avaliar cada classificação separadamente e procurar obter junto das agências de notação todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. Estas notações de crédito de longo prazo não devem ser consideradas recomendações para comprar, manter ou vender os nossos títulos.

Divulgação de obrigações contratuais

A tabela abaixo apresenta os requisitos de pagamento de obrigações contratuais pendentes a partir de 31 de dezembro de 2011.

Obrigações contratuais em milhões de €	Total	Pagamento devido por período			
		Inferior a 1 ano	1–3 anos	3–5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	189.326	34.845	46.389	35.521	72.571
Títulos preferenciais fiduciários ¹	15.664	3.330	2.769	3.197	6.368
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor por via dos resultados ²	15.690	4.933	4.084	2.188	4.485
Obrigações de locação financeira	53	10	35	4	4
Obrigações de locação operacional	5.709	891	1.491	1.081	2.246
Obrigações de aquisição	2.929	759	1.471	646	53
Depósitos de longo prazo ¹	37.728	–	14.716	7.014	15.998
Outros passivos de longo prazo	8.717	196	1.089	2.327	5.105
Total	275.816	44.964	72.044	51.978	106.830

1 Inclui pagamento de juros.

2 Principalmente dívida de longo prazo e depósitos de longo prazo registrados ao justo valor por via dos resultados.

Os valores acima não incluem as receitas de sublocação financeira não cancelável de € 204 milhões relativas a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, gestão de facilidades, tecnologia da informação e serviços de liquidação de valores mobiliários. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo registrados ao justo valor por via dos resultados podem ocorrer mais cedo. Consulte-se as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para maiores informações: Nota 06 - «Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados», Nota 23 - «Locações», Nota 27 - «Depósitos» e Nota 31 - «Dívida de longo prazo e títulos preferenciais fiduciários».

Ocorrências após a data de relato

Em 27 de fevereiro de 2012, convertimos a Obrigação Convertível Obrigatória (OCO) em 60 milhões de ações Postbank (27,4%) e em 28 de fevereiro de 2012 o Deutsche Post AG exerceu a sua opção de venda de 26,4 milhões de ações (12,1%). Consequentemente, somos titulares de 86,4 milhões de ações adicionais Postbank (39,5%), o que constitui uma participação total no Postbank de 204,9 milhões de ações (93,7%). A liquidação das OCO e da opção de venda não têm impacto sobre o capital regulamentar do Deutsche Bank e a respectiva posição de liquidez. Veja-se a Nota 4 - «Aquisições e vendas» para mais pormenores.

Em 28 de fevereiro de 2012 anunciamos que estamos em negociações exclusivas com a Guggenheim Partners relativamente à venda dos nossos negócios de Gestão de Ativos que estão sujeitos a uma análise estratégica previamente anunciada. Entre os negócios contam-se a DWS Americas, negócio de fundos de investimento do continente americano; a DB Advisors, negócio institucional global de gestão de ativos; o Deutsche Insurance Asset Management, negócio global de gestão de ativos de seguros; e o RREEF, negócio global de gestão de ativos alternativos. Estas negociações ainda não estão concluídas e não podemos avaliar com fiabilidade os efeitos financeiros de uma potencial venda.

Relatório de Risco

A secção seguinte sobre as divulgações quantitativas e qualitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos inclui informação que faz parte das demonstrações financeiras do Deutsche Bank e que é incorporada por referência nas demonstrações financeiras deste relatório. Tal informação é assinalada por parênteses nas margens desta secção.

As secções sobre divulgações de risco qualitativas e quantitativas proporcionam uma visão abrangente do perfil de risco do Grupo Deutsche Bank. A informação quantitativa reflete de forma geral o Grupo Deutsche Bank, incluindo o Postbank, no que se refere às datas de relato de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, ou aos respetivos períodos de relato iniciados a 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011. Nos casos limitados em que não se apresenta uma visão consolidada, apresenta-se, quando é caso disso, uma divulgação de risco separada relativa ao Postbank ou são efetuados os comentários qualitativos pertinentes.

O Postbank realiza as suas próprias atividades de gestão de risco nos termos das suas responsabilidades estatutárias. O Grupo Deutsche Bank presta serviços de consultoria ao Postbank no que diz respeito a áreas específicas de gestão de risco. Durante 2011 foram concretizados progressos substanciais na convergência dos procedimentos de avaliação, medição e controlo de risco do Postbank e do Grupo Deutsche Bank.

Sumário executivo de gestão de risco

A tônica geral da Gestão de Risco e Capital em 2011 foi a manutenção do nosso perfil de risco, em conformidade com a nossa estratégia de risco, fortalecendo nossa base de capital e contribuindo para as iniciativas estratégicas do Grupo no âmbito da fase 4 da nossa agenda de gestão. Esta abordagem reflete-se nas diferentes métricas de risco resumidas abaixo.

Risco de crédito

- Em 2011, o respeito pelos nossos princípios básicos, em matéria de crédito, relativamente à gestão proativa e prudencial do risco permitiu ao banco ultrapassar um contexto macroeconómico volátil em termos de crédito e controlar o nível de perdas com empréstimos; inclui-se aqui um encargo anual integral por conta do Postbank em 2011. Tal foi alcançado através da aplicação da nossa filosofia de gestão de risco relativamente aos padrões de subscrição, pelo enfoque ativo na gestão de risco e por estratégias de mitigação do risco, incluindo mecanismos de garantia, cobertura, neutralização e apoio ao crédito.
- A nossa provisão para perdas de crédito em 2011 foi de € 1,8 mil milhões, contra € 1,3 mil milhões em 2010. O aumento foi atribuído principalmente à consolidação anual integral do Postbank, que contribuiu com € 0,8 mil milhões para exercício. Este valor exclui libertações de provisões de perdas em créditos concedidos relacionadas com o Postbank registadas antes da consolidação de € 402 mil milhões, € 139 milhões, refletindo principalmente um melhor desempenho em Assessoria de Clientes Privados e Empresariais – Alemanha e Assessoria Bancária Internacional. Considerando as provisões integrais de 2010 do Postbank (uma vez que os dados oficiais de fim de exercício representam apenas um mês no que se refere ao Postbank), o nível geral combinado de provisões em 2011 seria menor em comparação com 2010.
- A carteira de crédito cresceu € 6,0 mil milhões (1%) principalmente devido a variações nas taxas de câmbio, simultaneamente respeitando requisitos rigorosos em termos de risco/retorno. O aumento foi atribuído principalmente a menores grupos de risco, reduzindo simultaneamente as carteiras de risco médio e elevado.

- A percentagem da nossa carteira de crédito empresarial com classificação de grau de investimento reduziu-se de 73%, em 31 de dezembro de 2010, para 72%, em 31 de dezembro de 2011, mantendo-se estável apesar do difícil contexto macroeconómico.
- Ainda que a nossa exposição de crédito bruta tenha aumentado em 2011, o nosso perfil de risco de crédito, medido pela utilização de capital económico para fins de risco de crédito, totalizou € 12,8 mil milhões no final de 2011 e manteve-se essencialmente inalterado em comparação com os € 12,8 mil milhões registados no final de 2010. O aumento de € 27 milhões reflete principalmente um efeito de compensação de redução da exposição e a recalibração de modelos resultante da integração em curso do Postbank, bem como outras atividades de redução do risco análises periódicas dos parâmetros, especialmente atendendo ao contexto de mercado atual.

Risco de mercado

- A utilização de capital económico para efeitos de risco de mercado não relacionado com negociação totalizou € 7,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, ou seja, € 0,5 mil milhões (8%) superior à nossa utilização de capital económico no final de 2010.
- A utilização de capital económico para efeitos de risco de mercado relacionado com negociação totalizou € 4,7 mil milhões no final de 2011, em comparação com € 6,4 mil milhões no final de 2010. A redução deveu-se principalmente à redução generalizada do risco, bem como ao posicionamento defensivo em todas as classes de ativos.
- O valor em risco médio da nossa divisão de Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento foi de € 71,8 milhões em 2011, em comparação com € 95,6 mil milhões em 2010. A diminuição no valor em risco médio em 2011 deveu-se principalmente à redução generalizada do risco.

Risco operacional

- A utilização de capital económico para efeitos de risco operacional aumentou € 1,2 mil milhões (32%), registando um valor de € 4,8 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento é devido principalmente à implementação de uma nova margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, destinado a cobrir riscos legais imprevistos decorrentes da atual crise financeira.

Risco de liquidez

- As reservas de liquidez (excluindo o Postbank) aumentaram € 69 mil milhões, relativamente ao exercício anterior, registando um valor de € 219 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.
- As atividades de emissão (excluindo o Postbank) totalizaram € 22,5 mil milhões em 2011, em comparação com um valor previsto de € 19 mil milhões.
- 59% do financiamento total do banco proveio das fontes de financiamento mais estáveis, incluindo emissões de longo prazo, pequenos clientes e depósitos bancários para transação.

Gestão de capital

- O rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*), que exclui instrumentos híbridos, era de 9,5% no final de 2011 (subsequentemente à introdução do Quadro de Basileia 2.5), acima do limiar de 9% exigido até 30 de junho de 2012 pela Autoridade Bancária Europeia (ABE), e era de 8,7% no final de 2010. Este último indicador foi calculado nos termos da regulação Basileia 2 e o rácio de fundos próprios de base nucleares comparável no final de 2011 teria sido de 10,8%.
- O rácio interno de adequação de capital, que indica se a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas nossas posições de risco, aumentou para 159% em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 147% em 31 de dezembro de 2010.

- Os ativos ponderados pelo risco aumentaram para € 35 mil milhões, alcançando € 381 mil milhões no final de 2011, devido principalmente a um aumento de € 54 mil milhões, resultante da introdução das regras de Basileia 2.5, e a um aumento de € 13 mil milhões em ativos ponderados pelo risco em termos de risco operacional. Estes aumentos foram parcialmente compensados por reduções em crédito e ativos ponderados pelo risco de mercado, principalmente em resultado dos nossos esforços de redução de risco.

Gestão do balanço

- Em 31 de dezembro de 2011, o nosso índice de alavancagem de acordo com a nossa definição-objetivo era de 21 anos – tendo-se reduzido de um valor de 23 anos no final de 2010 – e situava-se abaixo do nosso objetivo de 25 anos.

Princípios de gestão de risco

Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de gestão do risco no âmbito do nosso Grupo:

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco.
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito da estrutura de gestão de risco.
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado.
- O risco deve ser continuamente acompanhado e
- Uma sólida cultura de gestão de risco ajuda a reforçar a resiliência do Deutsche Bank.

Esperamos dos nossos colaboradores um comportamento que mantenha ativa uma sólida cultura de risco, seguindo uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno e gerindo de forma eficaz o risco, o capital e o perfil reputacional do Banco. A consideração do risco é, assim, inerente à nossa filosofia de remuneração e é acompanhada continuamente, conforme detalhado no nosso «Relatório de Remuneração».

Quadro de gestão do risco

A elevada diversidade dos nossos negócios obriga-nos a identificar, medir, agregar e gerir os nossos riscos de forma eficaz, e a afetar o capital de forma adequada entre os nossos negócios. Atuamos como um grupo integrado por meio das nossas divisões, unidades de negócio e funções de infraestrutura. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- O nosso Conselho de Administração supervisiona de forma global a gestão de risco e de capital do Grupo consolidado.
- Operamos um modelo de gestão de risco com três linhas de proteção, através do qual os papéis de gestão do negócio, supervisão da gestão do risco e garantia (*assurance*) são desempenhados por funções independentes entre si.
- A estratégia de risco e a apetência pelo risco são definidas com base nos planos estratégicos do Grupo, com o objetivo de harmonizar os objetivos de risco, de capital e de desempenho.
- Serão realizadas análises para verificar se se verificam em todo o Grupo práticas de gestão de risco sólidas e se existe uma noção holística do risco, assim como para contribuir para que cada negócio possa gerir o equilíbrio entre a respetiva apetência pelo risco e o retorno.

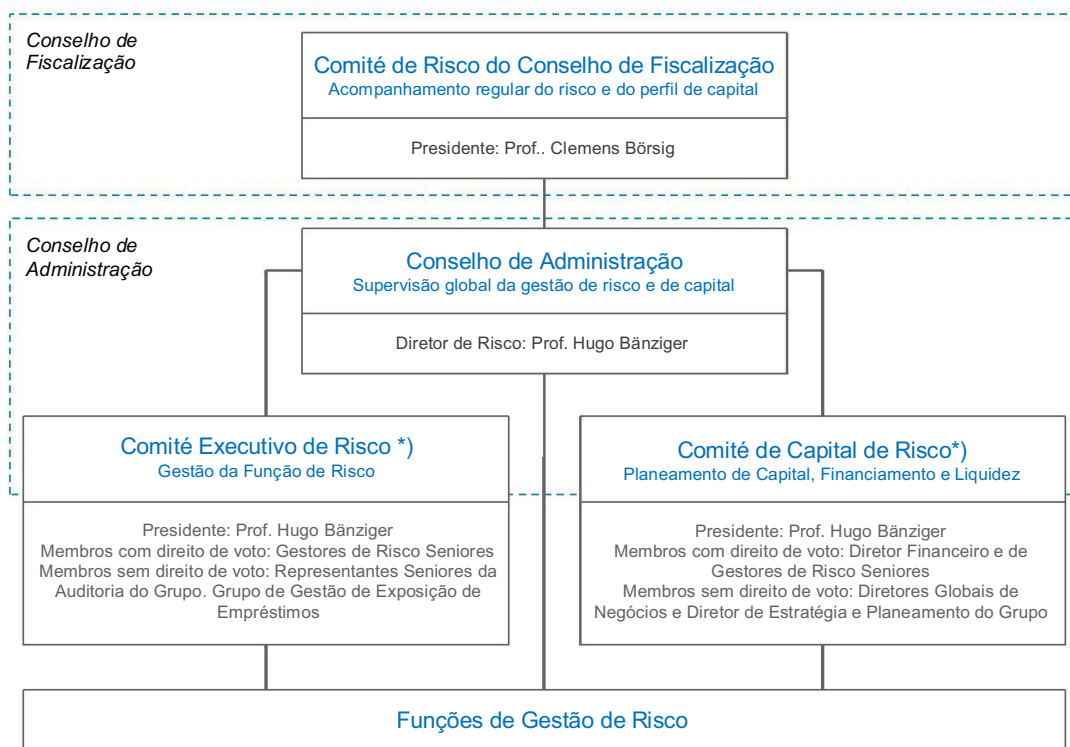
- Todas as principais classes de risco são geridas através de processos de gestão de risco, incluindo: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco do negócio, risco de reputação e concentrações de risco.
- Nos casos pertinentes, são implementadas abordagens de modelação e medição para quantificar o risco e a procura de capital nas principais classes de risco.
- Sistemas, processos e políticas eficazes são componentes fundamentais da nossa capacidade de gestão de risco.

No âmbito do Postbank vigoram princípios comparáveis de gestão de risco, os quais estão refletidos na própria estrutura organizacional.

Governança do risco

O gráfico a seguir apresenta uma visão geral da estrutura de governação de gestão de risco do Grupo Deutsche Bank.

Gestão de Risco e de Capital – Visão Esquemática da Estrutura de Governação ao nível do Grupo



*) Apoiado por vários subcomitês

O Comité de Risco do Conselho de Administração controla regularmente o perfil de risco e de capital do Grupo.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa de forma independente com o objetivo de criar valor sustentável no interesse dos seus acionistas, colaboradores e outras partes interessadas. Tem responsabilidade exclusiva pela gestão corrente do Grupo Deutsche Bank. É também responsável pela definição e implementação de estratégias de negócio e de risco globais e coerentes no Grupo, bem como por desenhar de forma apropriada funções e diretrizes de gestão de risco. O Conselho de Administração delegou algumas funções e responsabilidades nos comitês de governação relevantes, em especial o Comitê Executivo de Risco (Risk ExCo) e no Comitê de Capital e Risco (CCR), presidido pelo nosso Diretor de Risco.

O nosso Diretor de Risco (DR), que é membro do Conselho de Administração e responsável pela identificação, avaliação, gestão e comunicação de riscos decorrentes das operações de todos os negócios e tipos de risco. Os comitês funcionais referidos abaixo são fundamentais para a Função de Risco.

- O Comitê de Capital e Risco supervisiona e controla o planejamento integrado e o acompanhamento do nosso perfil de risco e da nossa capacidade em termos de capital, garantindo consistência relativamente à apetência pelo risco, aos requisitos de capitalização e às necessidades de financiamento com as estratégias de negócio ao nível do Grupo, das divisões e das subdivisões.
- O nosso Comitê Executivo de Risco identifica, controla e gere todos os riscos, incluindo concentrações de risco no âmbito do Grupo. Para cumprir este mandato, o Comitê Executivo de Riscos é assistido por subcomitês que são responsáveis por áreas específicas de gestão de risco, incluindo vários comitês de políticas e o Comitê de Risco Reputacional do Grupo.
- O Comitê de Análise de Risco Cruzado assiste o Comitê Executivo de Risco e o Comitê Capital e Risco, com especial ênfase na gestão de padrões de risco ao nível do Grupo. Nos termos de uma delegação de autoridade do Comitê de Capital e Risco, o Comitê de Análise de Risco Cruzado é responsável pela supervisão e controlo correntes do Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital do Grupo Deutsche Bank («PIAAC»), garantindo o cumprimento dos respetivos requisitos regulatórios e a definição de políticas para PIAAC locais.

Vários membros do Comitê de Capital e Risco são também membros do Comitê de Investimentos do Grupo, assegurando uma estreita ligação entre ambos os comitês, pois as propostas de Investimentos estratégicos são analisadas pelo Comitê de Investimentos do Grupo. Dependendo da dimensão do investimento estratégico, poderá exigir a aprovação do Comitê de Investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou até mesmo do Conselho de Fiscalização. A evolução dos Investimentos estratégicos é acompanhada pelo Comitê de Investimentos do Grupo de forma regular.

Foram estabelecidas unidades de Risco Específico com a missão de:

- Garantir que o negócio realizado em cada divisão é consistente com a apetência pelo risco que o Comitê de Capital e Risco definiu num enquadramento estabelecido pelo Conselho de Administração;
- Formular e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e capital apropriadas aos negócios que integram cada divisão;
- Aprovar limites de risco em termos de crédito, mercado e liquidez;
- Realizar análises periódicas da carteira para assegurar que os riscos da mesma respeitam parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Os diretores das nossas unidades de risco, que integram o nosso Comitê Executivo de Risco, são responsáveis pelo desempenho das unidades de gestão de risco e respondem diretamente perante o nosso Diretor de Risco.

Uma Unidade de Gestão de Risco Transversal ao Grupo («GRT») participa no acompanhamento da carteira de risco tendo em conta a apetência expressa no plano de capital do Grupo e gere iniciativas de risco cruzado no Grupo. Os objetivos da unidade de GRT são:

- Desenvolver uma visão abrangente dos riscos ao nível dos negócios do banco e destacar concentrações de risco cruzado e «pontos problemáticos» em termos de risco-retorno;
- Fornecer uma perspetiva estratégica e prospectiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);
- Fortalecer a cultura de risco no banco, e
- Promover a aplicação de normas de gestão de risco consistentes nas nossas entidades locais.

Os nossos departamentos de Finanças e Auditoria operam independentemente das divisões do Grupo e da Função de Risco. O papel do departamento de Finanças é ajudar a quantificar e a verificar o risco que assumimos, garantindo a qualidade e a integridade dos nossos dados em matéria de risco. O nosso Departamento de Auditoria realiza análises de risco relativamente à eficácia da concepção e funcionamento do nosso sistema de controlos internos.

Em 2011 foi criado um fórum conjunto entre o Deutsche Bank e o Postbank para tornar consistente a abordagem de ambas as entidades relativamente às decisões críticas de risco-retorno, para intercâmbio de conhecimentos relacionados com riscos e com a carteira e para tratar de temas regulatórios. Este fórum regular promove, em particular, a consistência na gestão do risco e controlo de processos ao nível do Grupo. Além disso, a entidade transversal de gestão de risco do Grupo Postbank mede e avalia de forma independente os principais riscos e os respetivos catalisadores. A função de Diretor de Risco do Postbank foi criada ao nível do respetivo Conselho de Administração a 1 de março de 2011.

Os principais comités de gestão de risco do Postbank, dos quais o Diretor de Risco do Postbank é membro com direito de voto, são:

- O Comité de Risco do Banco, que aconselha o Conselho de Administração do Postbank em relação à determinação global da apetência pelo risco e à afetação de riscos.
- O Comité de Risco de Crédito, que é responsável pela afetação de limites e pela definição de um adequado quadro de limites.
- O Comité de Risco de Mercado, que decide sobre a afetação de limites, bem como sobre o posicionamento estratégico da carteira bancária do Postbank e a gestão do risco de liquidez.
- O Comité de Risco Operacional, que define o quadro de risco adequado, bem como a afetação de capital entre as áreas de negócio.

Relatório de Risco e sistemas de medição

O Grupo dispõe de dados centralizados e sistemas de risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios internos de gestão em matéria de risco de crédito, de mercado, operacional e de liquidez. A infraestrutura de risco incorpora as pessoas jurídicas e divisões de negócio relevantes e está na base de relatórios específicos, em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas em Finanças e Risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, garantindo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas às exposições de risco do Grupo são os seguintes:

- O nosso Risk & Capital Profile (Perfil de Risco e Capital), apresentado mensalmente ao CAR e ao Conselho de Administração pelo PROF. Inclui uma visão geral da situação corrente em matéria de risco, capital e liquidez do Grupo, integrando informações sobre o capital regulamentar e a adequação do capital económico.
- Uma visão geral da nossa situação em matéria de capital, liquidez e financiamento é apresentada ao CAR pelo Tesoureiro do Grupo a cada mês. Inclui informações sobre as principais evoluções e indicadores relativamente à totalidade dos temas supramencionados.
- Trimestralmente, são realizados e relatados ao CAR testes de esforço macro ao nível do grupo. Estes testes são complementados, nos casos em que é necessário, por meio de testes de esforço pontuais ao nível do grupo.

Os relatórios acima referidos são complementados por vários outros relatórios de gestão de Riscos e Finanças, padronizados e pontuais, que são apresentados a vários comités seniores responsáveis pela gestão de risco e de capital ao nível do Grupo.

O Postbank continua a ter uma estrutura de relato própria, que segue substancialmente os princípios delineados acima.

Estratégia de risco e apetência pelo risco

A nossa estratégia de risco é a seguinte:

- desempenho equilibrado em todas as unidades de negócio;
- evolução positiva da qualidade dos lucros;
- cumprimento dos requisitos de capital regulatório;
- adequação de capital; e
- financiamento estável e liquidez estratégica, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

Definimos a nossa estratégia de risco e apetência pelo risco com base em planos estratégicos que pretendem garantir a consistência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho.

Realizamos um processo de planeamento estratégico anual, que considera o nosso futuro direcionamento estratégico, decisões sobre as principais iniciativas e a afetação de recursos aos negócios. O nosso plano inclui resultados, oferta e procura de capital, outros recursos (como o número de colaboradores) e os indicadores cruciais de desempenho de negócios específicos. Este processo é realizado ao nível da divisão de negócio e da unidade de negócio, abrangendo os três anos seguintes e sendo projetado para um período de cinco anos, para fins de teste de imparidade de *goodwill*. Além disso, o primeiro ano é apresentado detalhadamente mês a mês (plano operacional). A área de Estratégia, Planeamento e Finanças do Grupo coordena o processo de planeamento estratégico e apresenta o plano estratégico resultante ao Comité Executivo do Grupo e ao Conselho de Administração para discussão e aprovação definitiva. O plano definitivo também é apresentado ao Conselho de Administração no início de cada ano.

Os nossos planos estratégicos incluem o Plano de Risco e Capital e Apetência pelo Risco, permitindo ao Grupo:

- estabelecer objetivos de adequação de capital em relação ao risco, considerando o nosso enfoque estratégico e os nossos planos de negócio;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital regulatório e económico), e
- aplicar testes de esforço para avaliar o impacto sobre a procura de capital, a base de capital e a posição de liquidez.

A apetência pelo risco é uma expressão do nível máximo de risco que estamos dispostos a aceitar com o objetivo de realizar os nossos objetivos de negócio. A declaração de apetência pelo risco do Grupo define uma tolerância ao risco ao nível do Grupo que se traduz em objetivos financeiros relativamente às divisões de negócio e limites, objetivos ou medidas de risco no que se refere às principais categorias de risco no Grupo. A definição do apetência pelo risco garante, pois, que o risco é gerido de forma proativa, garantindo o nível desejado pelo Conselho de Administração e pelos acionista, e é congruente com a nossa declaração geral de apetência pelo risco. O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco anualmente, assegurando que a mesma é consistente com a estratégia do Grupo, o contexto do negócio e os requisitos das partes interessadas. Os níveis de tolerância apetência pelo risco são definidos em diferentes níveis de ativação, com uma hierarquização e mecanismos de ação claramente definidos. Nos casos em que os níveis de tolerância são violados, é responsabilidade da Unidade de Gestão de Risco Transversal ao Grupo chamar a atenção dos respetivos comités de risco e, em última análise, do Diretor de Risco.

As alterações à estratégia de risco e capital devem ser aprovadas pelo Diretor de Risco ou pela totalidade do Conselho de Administração, dependendo da significância.

No Postbank encontram-se em vigor princípios básicos semelhantes. O Conselho de Administração do Postbank é responsável pelo perfil de risco e pela estratégia de risco do Postbank, apresentando regularmente um relatório ao Conselho de Fiscalização do Postbank. Em 2011, a procura de capital, os processos de planeamento de capital e a estratégia de risco do Postbank foram harmonizados com os do Deutsche Bank.

Inventário de risco

No âmbito das nossas atividades enfrentamos vários de riscos, sendo os mais significativos descritos mais aprofundamento em secções específicas abaixo. Estes riscos podem ser classificadas de várias formas. Do ponto de vista da regulação, detemos capital regulamentar contra três tipos de risco: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. No âmbito do nosso Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno calculamos o montante de capital económico necessário para cobrir os riscos gerados pelas nossas atividades de negócio, não considerando o risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações relacionadas com as quais existem reclamações de indemnização atuais, contingentes ou potenciais, contra qualquer contraparte, mutuário ou devedor (a que nos referimos coletivamente como «contrapartes»), incluindo as reclamações de indemnizações que pretendemos distribuir (veja-se abaixo mais detalhadamente na secção Risco de Crédito). Estas transações são, regra geral, parte das nossas atividades tradicionais de crédito não negociado (tais como empréstimos e passivos contingentes) ou da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados do mercado de balcão, contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juros).

Podemos distinguir três tipos de risco de crédito:

- Risco de incumprimento é o risco de que as contrapartes não cumpram as obrigações contratuais de pagamento.
 - O risco de país é o risco de que possamos sofrer uma perda, em qualquer país, devido a qualquer das seguintes razões: uma possível deterioração das condições económicas, agitação política e social, nacionalização e expropriação de bens, repúdio de endividamento por parte do governo, controlos de câmbio e moeda e depreciação ou desvalorização cambial desfavoráveis. O risco de país inclui o risco de transferência que surge nos casos em que os devedores são incapazes de cumprir as suas obrigações devido a uma incapacidade de transferir ativos para não residentes em resultado de intervenção soberana direta.
- Risco de liquidação é o risco de que a liquidação ou compensação de transações não sejam bem-sucedidas. Surge sempre que a troca de dinheiro, valores mobiliários e/ou outros ativos não é simultânea.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o potencial de variação no valor de mercado da nossa transação e das nossas posições de investimento. Pode decorrer de alterações adversas nas taxas de juros, nos diferenciais de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com negociação decorre principalmente das atividades de formação de mercado da Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento. Está associado à assunção de posições em dívida, ações, moedas e outros valores mobiliários e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- Risco de incumprimento em transações decorrente de incumprimento e variações na notação de crédito.
- O risco de mercado não relacionado com negociação surge de várias formas. O risco de capital decorre principalmente de investimentos estratégicos não consolidados, investimentos em ativos alternativos e de compensação de capital. O risco de taxa de juros decorre das nossas posições em ativos e passivos não relacionados com negociação. A exposição ao risco cambial estrutural decorre de capital e resultados acumulados em moedas que não o euro em determinadas subsidiárias, e representa a maior parte do risco cambial da nossa carteira não negociada. Outros elementos de risco de mercado não relacionados com negociação são riscos decorrentes de atividades de Gestão de Ativos e atividades relacionadas com fundos, bem como os riscos de modelo em Clientes de Capital Fechado («CCF»), Banca de Transações Globais («BTG») e Gestão de Património Privado («GPP»), que são derivados intensificando hipóteses de comportamento do cliente em conjunto com variações nas taxas de juros. No Deutsche Bank – excluindo o Postbank – estes riscos são parte do risco de mercado não relacionado com negociação.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de falha ou incumprimento (inclusivamente em decorrência de risco legal) em relação a colaboradores, cadernos de encargos e documentação contratual, tecnologia, falhas e desastres relacionados com infraestrutura, influências externas e relações com clientes. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa incapacidade potencial de satisfazer todas as obrigações de pagamento nos momentos em que vencem ou de sermos capazes de cumprir essas obrigações apenas incorrendo em custos excessivos.

Risco do negócio

O risco de negócio descreve o risco que assumimos devido a potenciais alterações nas condições gerais do ambiente de negócios, tais como o nosso contexto de mercado, o comportamento dos clientes e o progresso tecnológico. Tal pode afetar os nossos resultados se não formos capazes de nos adaptarmos rapidamente a essas novas condições.

Além dos riscos acima referidos, deparamo-nos com uma série de outros tipos de riscos, como o risco de reputação, risco especificamente relacionado com seguros e risco de concentração. Estes riscos estão substancialmente relacionados com um ou mais tipos de risco referidos acima.

Risco de reputação

No âmbito dos nossos processos de gestão de risco definimos o risco de reputação como o risco de que a publicidade relativa a uma transação, uma contraparte ou uma prática de negócio que envolve um cliente tenha um impacto negativo na confiança do público na nossa organização.

O nosso quadro de gestão de risco reputacional é constituído por várias políticas e diretrizes. A principal responsabilidade pela identificação, envio para consideração superior e resolução de problemas de risco de reputação é das divisões de negócio. As unidades de gestão de risco assistem e aconselham as divisões de negócio para garantir que as questões de risco de reputação são devidamente identificadas, encaminhadas para consideração superior e tratadas de forma apropriada.

O organismo hierarquicamente mais elevado dedicado a questões de risco de reputação é o nosso Comité de Risco de Reputação do Grupo («CRRG»). Trata-se de subcomité permanente do Comité Executivo de Risco e é presidido pelo Diretor de Risco. O CRRG analisa e elabora decisões definitivas sobre todas as questões de risco de reputação nos casos em que o encaminhamento para consideração superior de tais questões é considerado necessário por responsáveis seniores ao nível dos negócios e pela gestão regional, ou prescrito por outras políticas e procedimentos do Grupo.

Risco especificamente relacionado com seguros

A nossa exposição ao risco de seguro está associada à Abbey Life Assurance Company Limited e às obrigações dos planos de pensões definidos do Grupo Deutsche Bank. A nossa estrutura de gestão de risco considera os riscos relacionados com seguros principalmente como não relacionados com transações. Acompanhamos regularmente os pressupostos subjacentes ao cálculo desses riscos e procuramos, se considerarmos adequado, implementar medidas mitigadoras dos mesmos, como sejam resseguros. Estamos principalmente expostos aos seguintes riscos relacionados com seguros.

- **Risco de longevidade.** Risco de melhorias mais rápidas ou mais lentas do que o esperado na expectativa de vida dos produtos de anuidade imediata e diferida.
- **Riscos de mortalidade e de morbilidade.** Risco de um número de reclamações de indemnização por morte ou deficiência maior ou menor do que o esperado relativamente a produtos de seguros e de ocorrência de uma ou mais reclamações de indemnizações de grande dimensão.
- **Despesas de risco.** Risco de que administrar as apólices seja mais ou menos oneroso do que o esperado.
- **Risco de persistência.** Risco de uma percentagem maior ou menor do que o esperado de apólices expiradas.

Na medida em que o ocorrido seja menos favorável do que os pressupostos subjacentes, ou que seja necessário aumentar provisões devido a suposições mais onerosas, a quantidade de capital necessário no âmbito das entidades de seguro pode aumentar.

Risco de concentração

As concentrações de risco não são um tipo de risco isolado, integrando-se na gestão dos tipos de risco individuais e ao nível do risco transversal através da gestão de risco na globalidade do Grupo. As concentrações de risco referem-se a perdas potenciais, por parte de um banco, devido a uma distribuição desequilibrada de dependências em fatores de risco específicos. As concentrações de riscos existem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, pessoas jurídicas, setor e produtos, bem como transversalmente a estas entidades, tendo impacto nos riscos supramencionados.

Estabelecemos uma abordagem abrangente para gerir as concentrações de risco que engloba principalmente os seguintes elementos cruciais:

- As análises de risco intracategoria, geralmente realizadas pelas áreas de gestão de carteiras, são utilizadas para identificar e entender os fatores de concentração no âmbito de uma categoria de risco.
- As análises das unidades de negócio e de entidades jurídicas podem identificar concentrações de risco que são discutidas e, dependendo da materialidade, encaminhadas para consideração superior até ao nível Conselho de Administração.
- Painéis de especialistas que recorrem a instrumentos qualitativos e se concentram em questões de risco intracategoria e transversal ao Grupo, tais como, entre outras coisas, interdependências entre crédito, mercados, liquidez e riscos operacionais, bem como garantir que o perfil de risco do Grupo permanece em conformidade com a estratégia de risco geral do Grupo, a respetiva apetência pelo risco e os respetivos planos de capital.
- Instrumentos quantitativos como capital regulamentar ou económico (medida de risco global) e testes de esforço, e
- Controlos e relatórios exaustivos.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco é o Comité de Análise de Risco Cruzado.

Instrumentos de gestão de risco

Utilizamos um leque abrangente de metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação e gestão de risco. Temos por política avaliar continuamente a adequação e a fiabilidade dos nossos instrumentos e métricas quantitativas à luz do nosso contexto de risco, que está constantemente em transformação. Alguns desses instrumentos são comuns a uma série de categorias de risco, enquanto que outros são adaptados às características específicas de categorias específicas de risco. Os instrumentos e as métricas internas avançadas que utilizamos atualmente para medir, gerir e relatar o nosso risco são:

- **Capital económico.** O capital económico mede a quantidade de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições. «Muito graves», neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% as perdas agregadas inesperadas num período de um ano. Calculamos o capital económico relativo a: elementos de risco de crédito – risco de incumprimento, risco de transferência e risco de liquidação; risco de mercado, incluindo risco de incumprimento em transações, risco operacional e risco do negócio em geral. Revemos e aperfeiçoamos continuamente o nosso modelo de capital económico, conforme apropriado. Utilizamos o indicador capital económico para elaborar uma visão agregada da nossa posição de risco, desde cada linha de negócio até ao nível do Grupo consolidado. Além disso, consideramos o capital económico, em particular no que se refere ao risco de crédito, ao medirmos a rentabilidade ajustada pelo risco dos nossos relacionamentos com os clientes.

Para fins de consolidação, o capital económico do Postbank foi calculado em consistência com a metodologia do Deutsche Bank. O Postbank utiliza o mesmo instrumento e metodologia para calcular o capital económico relativo ao crédito. A secção «Posição de risco global», abaixo, apresenta um resumo quantitativo da nossa utilização de capital económico.

Utilizando um conceito similar, o Postbank também quantifica a respetiva procura de capital decorrente de prejuízos inesperados graves, utilizando a expressão «capital de risco». Ao fazê-lo, utiliza parâmetros uniformes para mensuração de riscos individuais que foram classificados como materiais. Estes parâmetros são ajustados na abordagem de valor em risco, utilizando a perda (subtraindo o ganho ou a perda esperada) que não será ultrapassada com um nível de probabilidade de 99,93% durante um determinado período de carência, que normalmente é de um ano (90 dias no que se refere ao risco de mercado).

- **Perda esperada.** Utilizamos a perda esperada como uma medida do nosso risco de crédito e operacional. A perda esperada é uma medida da perda que esperamos ocorrer em decorrência desses riscos num período de um ano a partir da respetiva data de relato, com base na nossa experiência anterior em termos de perdas. Ao calcularmos as perdas esperadas devido ao risco de crédito, levamos em conta notações de risco de crédito, colateral, prazos e procedimentos de média estatística de modo a considerarmos as características de risco dos nossos diferentes tipos de exposições e facilidades. Todos os pressupostos relativamente a parâmetros baseiam-se em médias estatísticas de períodos até sete anos, com base no nosso historial interno de incumprimentos e perdas, bem como em referenciais externos. Utilizamos a perda esperada como instrumento inerente ao nosso processo de gestão de risco e como parte dos nossos sistemas de relato da gestão. Também tratamos os resultados aplicáveis dos cálculos de perdas esperadas como um componente da nossa provisão de avaliação coletiva para perdas de crédito incluída nas nossas demonstrações financeiras. Na consideração do risco operacional determinamos a perda esperada com base em médias estatísticas do nosso historial interno de perdas, em tendências recentes de risco e em estimativas futuras de especialistas. O Postbank utiliza um conceito semelhante.
- **Valor em risco.** Utilizamos a abordagem do valor em risco para calcular medidas quantitativas relativamente aos nossos riscos de mercado da carteira de negociação em condições normais de mercado. O conceito de valor em risco desempenha um papel na comunicação interna e na comunicação externa (perante os reguladores). Relativamente a uma determinada carteira, o valor em risco mede o potencial de perda futura (em termos de valor de mercado) que, em condições normais de mercado, não será ultrapassado com um nível de confiança definido num determinado período. O valor em risco relativamente a uma carteira total representa uma medida do nosso risco diversificado de mercado (agregado, utilizando correlações pré-determinadas) nessa carteira. No Postbank, a abordagem de valor em risco é utilizada na carteira de negociação e na carteira bancária.
- **Testes de esforço.** Os riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como o risco de liquidez, estão sujeitos a um programa de regular testes de esforço. O Comité de Análise de Risco Cruzado supervisiona o conjunto de testes de esforço utilizados na gestão da apetência pelo risco do Grupo, analisa os resultados e propõe medidas de gestão, se necessário. O Comité de Análise de Risco Cruzado acompanha a eficácia do processo de testes de esforço e promove a melhoria contínua da nossa estrutura de testes de esforço. É apoiado pelo Comité de Supervisão de Testes de Esforço, que se dedica exclusivamente a esta matéria e que tem a responsabilidade pela definição dos cenários dos testes de esforço ao nível do Grupo, assegurando padrões comuns e cenários consistentes relativamente a todos os tipos de risco e analisando os resultados dos testes de esforço de todo o grupo. O quadro de testes de esforço ao nível do Grupo é composto por testes de esforço regulares em todo o grupo com base num cenário consistente de crise macroeconómica global, testes de esforço relevantes relativamente a reversão anual e ao plano de capital, bem como cenários *ad-hoc*.

Também complementamos com testes de esforço a nossa análise específica de tipo de risco que considera os riscos de crédito, mercado, operacional e de liquidez. Para fins de gestão de risco de crédito são realizados testes de esforço destinados a avaliar o impacto de alterações nas condições económicas gerais ou em parâmetros específicos das nossas exposições de crédito ou partes das mesmas, bem como o impacto sobre a qualidade creditícia da carteira. Realizamos testes de esforço para fins de gestão de risco de mercado, pois os cálculos do valor em risco baseiam-se em dados relativamente recentes, apenas pretendem estimar o risco até um nível de confiança definido e assumem a boa liquidez dos ativos. Assim, apenas refletem as perdas possíveis em condições relativamente normais de mercado. Os testes de esforço ajudam-nos a determinar os efeitos de evoluções potencialmente extremas do mercado no que se refere ao valor das nossas exposições sensíveis ao risco de mercado, tanto nas nossas posições de negociação de elevada e menor liquidez, como nos nossos investimentos. As correlações entre os fatores de risco de mercado utilizadas nos nossos testes de esforço atuais são estimadas a partir de um histórico de condições de mercado voláteis e mostraram-se consistentes com aquelas observadas em períodos recentes de tensões no mercado. Utilizamos testes de esforço para determinar o montante de capital económico que é necessário afetar para cobrir a nossa exposição ao risco de mercado em determinados cenários de condições de mercado extremas que selecionamos para as nossas simulações. Para fins de gestão do risco operacional realizamos testes de esforço no nosso modelo de capital económico para avaliar a respetiva sensibilidade a alterações em componentes cruciais do modelo, os quais incluem perdas externas. Para fins de gestão de risco de liquidez realizamos testes de esforço e análises de cenários destinados a avaliar o impacto de eventos súbitos causadores de esforço à nossa posição de liquidez.

No âmbito do Postbank todas as categorias de risco materiais e com gestão ativa (crédito, mercado, liquidez e operacional) são sujeitos a testes de esforço definidos. O Postbank também integrou os testes de esforço de capital de todo o Grupo Deutsche Bank durante 2011.

- **Avaliação do risco regulatório.** Os reguladores bancários alemães avaliam a nossa capacidade de assumir risco de várias formas, as quais são descritas em maior detalhe na Nota 37 - «Capital regulamentar» às demonstrações financeiras consolidadas.

PAACI (Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno)

O PIAAC obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para garantir a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção «Adequação de Capital Interno»).

Mantemos, ao nível do Grupo, conformidade com o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia 2 e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão de Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação de risco, metodologias, processos e infraestruturas, como descrito acima. As estruturas PIAAC do Grupo na qualidade de pessoa coletiva foram concebidas para garantir conformidade com os requisitos regulatórios locais e, nos casos em que tal é possível, são consistentes com a estrutura e os princípios descritos neste documento.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e Basileia 2, os principais instrumentos para garantir a capitalização adequada contínua e prospectiva do Grupo são:

- Um processo de planeamento estratégico e um processo de acompanhamento contínuo relativamente ao risco de aprovado e aos objetivos de capital estabelecidos;
- Relatórios frequentes de risco e capital destinados à gestão;
- Um quadro de testes de esforço de capital económico.

Podem ser encontradas abaixo mais informações sobre a gestão de risco, organizadas segundo as principais categorias de risco.

Risco de crédito

Medimos e gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

- O princípio fundamental da gestão de risco de crédito é a auditoria (*due diligence*) de crédito do cliente, que é consistente com as nossas estratégias de carteira em termos setoriais e por país. Uma seleção prudente de cliente é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes do segmento de negócio, que constituem uma primeira linha de defesa. Em cada uma das nossas divisões grupo são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Temos como objetivo impedir ativamente a concentração indevida de riscos *long-tail* (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que garantimos uma carteira de crédito diversificada, protegendo de forma efetiva o capital do banco em todas as condições de mercado. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas ativamente, considerando a nossa apetência pelo risco.
- O nosso objetivo é evitar risco muito elevado de crédito direcional ao nível de uma contraparte e da carteira, através da aplicação rigorosa de normas de subscrição em combinação com um modelo proativo de cobertura e distribuição, bem como pela colateralização da nossa carteira sempre que possível. Somos seletivos na assunção de posições diretas de risco em numerário, a menos que as mesmas estejam seguradas, garantidas e/ou cobertas de forma adequada. As exceções a este princípio geral são transações com menor risco e curto prazo; facilidades para financiamento de transações (Trade Finance); solicitações específicas do negócio; e negócios de risco reduzido nos quais a margem permite uma adequada cobertura de perdas.
- Temos como objetivo garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de colateral e poderemos ainda cobrir os riscos de concentração para mitigar mais os riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente. Todas as extensões de crédito ou alterações materiais a uma linha de crédito (como sejam a respetiva duração, a estrutura de garantia ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Atribuimos autoridades de aprovação de crédito a indivíduos de acordo com a sua qualificação, experiência e formação, e revemos periodicamente estas condições.
- Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor de uma forma global que se aplica em todo o nosso grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares da Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz).

O Postbank tem implementadas normas uniformes comparáveis.

Classificação de risco de crédito

Um elemento básico e fundamental do processo de aprovação de crédito é uma avaliação detalhada do risco de crédito de cada contraparte relevante. Para classificarmos uma contraparte aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (*scorecards*) e a nossa escala de avaliação de 26 níveis destinada a avaliar a solvabilidade das nossas contrapartes. A maioria das nossas metodologias de classificação de crédito estão autorizadas pelas regras de Basileia aplicáveis para utilização no âmbito da nossa abordagem avançada baseada nas classificações de crédito internas. A nossa escala de avaliação permite-nos comparar as nossas avaliações internas com a prática comum do mercado e garante comparabilidade entre diferentes subcarteiras da nossa instituição. Várias classificações padrão ali incluídas permitem-nos incorporar a taxa de recuperação potencial de exposições não garantidas a contrapartes em incumprimento. Classificamos geralmente as nossas contrapartes individualmente, embora algumas carteiras de valores a receber adquiridos ou titularizados sejam classificadas de forma agregada.

Utilizando um dispositivo de decisão automatizada, realizamos no âmbito do nosso negócio de pequenos clientes verificações de qualidade creditícia e classificações das contraparte relativamente à carteira homogênea. O dispositivo de decisão incorpora aspetos quantitativos (por exemplo, dados financeiros), aspetos comportamentais, informações de entidades especializadas em crédito (como a SCHUFA, na Alemanha) e dados gerais do cliente. Esses fatores de partida são utilizados pelo dispositivo de decisão para determinar a qualidade creditícia do devedor e, após análise de avaliação de colateral, a perda esperada, bem como as medidas adicionais necessárias para processar a decisão de crédito definitiva. Os procedimentos de classificação estabelecidos que implementamos no nosso negócio de pequenos clientes baseiam-se em métodos estatísticos multivariados e são utilizados para apoiar as nossas decisões de crédito individuais para esta carteira, bem como a gestão da carteira global de pequenos clientes.

Os algoritmos dos procedimentos de classificação de todas as contrapartes são recalibrados frequentemente com base no historial de incumprimento, bem como considerando outros fatores internos e externos e opiniões especializadas.

O Postbank utiliza sistemas internos de notação de crédito autorizados no âmbito do método das notações internas, que se baseia em classificação de crédito nos termos de Basileia 2. À semelhança do que ocorre connosco, todas as notações e pontuações internas baseiam-se numa escala básica uniforme, que associa cada resultado em termos de notação ou pontuação a uma probabilidade de incumprimento determinada para essa classe.

Limites e aprovação de crédito

Os limites de crédito definem exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte consideramos a qualidade creditícia da contraparte tendo por referência a respetiva classificação de crédito interna. Os limites de crédito são estabelecidos pela Função de Gestão de Risco de Crédito através da execução de autoridades de crédito atribuídas. A autoridade de crédito é geralmente atribuída a indivíduos na forma de autoridade de crédito pessoal segundo a qualificação profissional do indivíduo e a respetiva experiência. Todas as autoridades de crédito atribuídas são revistas periodicamente para garantir a sua adequação com o desempenho individual do respetivo titular. Os resultados da avaliação são apresentados ao Comité de Crédito do Grupo.

Nos casos em que a autoridade pessoal de um indivíduo não é suficiente para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de autoridade de crédito mais elevada ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado, como seja o Comité de Subscrição BEI. Nos casos em que as autoridades pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado ao Conselho de Administração para aprovação.

No âmbito do Postbank vigoram normas de limite de crédito e processos de aprovação comparáveis.

Mitigação do risco de crédito

Além de determinarmos a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de mitigação do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição de crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito, descritas mais detalhadamente a seguir, são aplicadas nas seguintes formas:

- Colateral detido como garantia para reduzir as perdas, aumentando a cobrança das obrigações.
- Transferências de risco, que transfere a probabilidade de risco de incumprimento de um devedor para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso Grupo de Gestão de Exposição de Empréstimos.
- Acordos de compensação e colateral, que reduzem o risco de crédito de derivados e recompras – e operações do tipo recompra.

Colateral como garantia de empréstimos

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como colateral relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Também aceitamos com regularidade receber, dos mutuários dos nossos contratos de empréstimo, ativos a título de colateral. O colateral é constituído por valores mobiliários na forma de um ativo ou de uma obrigação de terceiros que serve para mitigar o risco de perda de crédito inerente numa exposição, substituindo o risco de incumprimento do mutuário ou melhorando as recuperações potenciais em caso de incumprimento. Embora a garantia possa ser uma fonte alternativa de reembolso, geralmente não substitui a necessidade de padrões de subscrição de qualidade elevada.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e de outros tipos, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que o mutuário é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (por exemplo, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários.
- Ativos a título de garantia, complementando a capacidade do mutuário para cumprir a sua obrigação nos termos do contrato legal, sendo, assim, fornecidos por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguros, seguros de crédito à exportação e garantias e participações de risco.

Transferências de risco

A transferência de risco para terceiros constitui uma parte essencial do nosso processo de gestão de risco global, sendo executada de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de elementos individuais e de carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de Gestão de Exposição de Empréstimos («GGEE»), em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O GGEE centra-se na gestão do risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira internacional com grau de investimento e da carteira de empresas alemãs de médio porte no âmbito da nossa Divisão de Grupo Banca para Empresas e Banca de Investimento.

Atuando como um referencial de preços, o GGEE fornece aos respetivos negócios da Divisão de Grupo Banca para Empresas e Banca de Investimento uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimo; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua sendo da exclusiva responsabilidade de Gestão de Risco de Crédito.

O GGEE está centrado em duas iniciativas principais no âmbito do risco de crédito com o objetivo de aumentar mais a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativo único ou setoriais no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito ativamente, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo garantidas, seguros de incumprimento e swaps de risco de incumprimento de título único e ao nível da carteira.

Acordos de compensação e de garantia para derivativos

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivativos do mercado de balcão nos casos em que não está disponível compensação no mercado de balcão, procuramos regularmente celebrar com os nossos clientes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivativos publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivados Association, Inc., ou ISDA, ou o Contrato-Tipo Alemão para Operações Financeiras com Derivados). Um contrato-tipo permite a compensação de direitos e obrigações decorrentes de operações com derivativos que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquida devida pela contraparte ou à contraparte («liquidação close-out»). No caso de partes do negócio de derivativos (por exemplo, operações de câmbio) também subscrevemos contratos-tipo nos termos dos quais compensamos valores a pagar no mesmo dia na mesma moeda e em relação a operações cobertas por tais contratos-tipo («compensação de pagamento»), reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco que utilizamos compensação apenas na medida em que estejamos convencidos da validade jurídica e da aplicabilidade do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos em anexos de apoio ao crédito («AAC») aos contratos-tipo com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivativos. Estes anexos proporcionam geralmente mitigação de riscos através da utilização de margem relativamente à exposição coberta, fazendo-o de forma periódica, regra geral diariamente. Os AAC também prevêm o direito de cancelamento das operações de derivativos conexas em caso de falha da contraparte em honrar uma chamada de margem. Como ocorre com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

Alguns AAC aos contratos-tipo incluem ativadores dependentes de notação de crédito para os casos em que uma garantia adicional deve ser prestada na eventualidade de a notação de uma parte ser objeto de redução. Também celebramos contratos-tipo que prevêm um evento de cancelamento suplementar à redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em AAC e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas podem aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem de testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e acompanhamos forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingente decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela «Resultados de testes de esforço» da secção «Risco de Liquidez» pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo de uma redução da notação da classificação de crédito do Grupo.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivativos no mercado de balcão, o Postbank procura regular a subscrição de contratos-tipo (como o Contrato-Tipo Alemão para Operações Financeiras com Derivados). O Postbank aplica compensação apenas na medida em que esteja convencido da validade jurídica e da possibilidade de executar o contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes. Com o objetivo de reduzir o seu risco de crédito relacionado com derivativos, o Postbank subscreveu AAC a acordos-tipo com a maioria das principais contrapartes na sua carteira de mercados financeiros. Como ocorre com a compensação, nos casos em que considera que o anexo é executável, o Postbank reflete essa consideração nos seus requisitos de capital.

Para fins de cálculo dos requisitos regulamentares das exposições de derivativos, o Postbank utiliza o método de exposição atual, ou seja, calcula a sua exposição em incumprimento como a soma do justo valor líquido positivo das suas operações de derivativos de suplementos regulamentares.

Controlo de risco de crédito

O controlo ativo permanente e a gestão de posições de risco de crédito é uma parte integrante das nossas atividades de gestão de risco de crédito. As incumbências de controlo são realizadas principalmente pelas unidades de risco de crédito ao nível de divisão, em estreita cooperação com o negócio (que atua como primeira linha de defesa), as equipas exclusivamente dedicadas à análise de notação de crédito e a nossa função de gestão de carteira.

Diferentes contrapartes de crédito são atribuídas a diferentes colaboradores de crédito no âmbito das unidades de risco específicas em cada divisão que estão organizadas por tipos de contraparte (tais como a instituição financeira ou empresarial) ou por espaço económico (por exemplo, mercados emergentes). Cada colaborador na área de crédito dessas unidades de risco ao nível das divisões dispõe da competência e da experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a essas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições de crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perda. Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais possam surgir problemas, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão de risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente o risco de crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é abordar possíveis problemas num período no qual ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

No âmbito do Postbank vigoram processos muito semelhantes.

Um dos enfoques principais da nossa abordagem de gestão de risco de crédito é evitar uma concentração excessiva na nossa carteira. Concentrações significativas de risco de crédito podem decorrer de exposições significativas a várias contrapartes com características económicas semelhantes, ou que estão envolvidos em atividades semelhantes, sendo que essas semelhanças podem implicar que a respetiva capacidade de cumprir as obrigações contratuais é afetada da mesma maneira por alterações nas condições económicas ou no setor. Também pode existir uma concentração de risco de crédito ao nível de uma contraparte individualmente considerada. A nossa estrutura de gestão de carteira suporta uma ampla avaliação das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, visando potenciais ações subsequentes de mitigação de risco.

A gestão do risco por setor e por país é uma componente essencial da nossa abordagem global de gestão do risco de concentração relativamente às carteiras externas ao Postbank. Em 2011, o Postbank reforçou a gestão das concentrações na área do crédito através da identificação sistemática da concentração de crédito ao nível de uma única contraparte, bem como ao nível setorial (por exemplo, setor de atividade, país, regiões, tipos de produto).

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupamos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas subcarteiras é preparado um «Relatório setorial comparativo», geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, analisa os riscos de concentração e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Esta análise é utilizada para definir as estratégias relativamente à nossa carteira setorial e a contrapartes individuais no âmbito da carteira, com base no respetivo perfil risco/retorno e potencial.

Os relatórios setoriais agregados são apresentados ao Comité de Crédito do Grupo, um subcomité do Comité Executivo de Risco e submetidos posteriormente ao Conselho de Administração. De acordo com um calendário acordado, alguns relatórios setoriais agregados selecionados também são submetidos ao Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. Além desses relatórios setoriais agregados, a evolução das subcarteiras setoriais é acompanhada regularmente ao longo do ano e comparada com as estratégias de subcarteira aprovadas. São preparadas análises regulares para o Comité de Crédito do Grupo com o objetivo de discutir as evoluções recentes e tomar as medidas eventualmente necessárias.

Gestão de risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão de risco de crédito. Gerimos o risco de país através de uma série de medidas e limites de risco, sendo os mais importantes os seguintes:

- **Exposição total à contraparte.** O crédito concedido e a exposição de derivados do mercado de balcão a contrapartes domiciliadas num país que consideramos estar em risco devido a eventos económicos ou políticos («evento de risco país»). Inclui subsidiárias não garantidas de entidades estrangeiras e subsidiárias no estrangeiro de clientes locais.
- **Transferência de exposição ao risco.** Risco de crédito que surge nos casos em que um devedor, genericamente solvente e disposto a cumprir as suas obrigações, não é capaz o fazer devido à imposição de controlos governamentais ou regulatórios que restringem sua capacidade de obter moeda estrangeira ou de transferir ativos para não residentes (um «evento de transferência de risco»). Inclui a totalidade do nosso crédito concedido e a exposição de derivados do mercado de balcão de uma das nossas sucursais num determinado país relativamente a uma contraparte num país diferente.
- **Cenários de risco relativamente a eventos geradores de esforço extremo.** Utilizamos testes de esforço para medir os riscos potenciais nas nossas posições negociadas e consideramo-los risco de mercado.

As nossas notações de risco de país constituem um instrumento fundamental na gestão desse risco. São definidas por uma função independente de pesquisa de risco de país no âmbito do Deutsche Bank e incluem:

- **Notação de crédito soberano.** medida da probabilidade do incumprimento, por parte de uma entidade soberana, das respetivas obrigações em moeda estrangeira ou local.
- **Notação de risco de transferência.** uma medida da probabilidade de um «evento de transferência de risco».
- **Notação de evento de classificação de risco.** Uma medida da probabilidade de perturbações de grande magnitude nos fatores de risco de mercado relacionados com um país.

Todas as notações de risco soberano e de transferência são revistas, pelo menos anualmente, pelo Comitê de Análise de Risco Cruzado, um subcomitê do Comitê Executivo de Risco e do Comitê de Risco e Capital. O grupo de pesquisa de risco de país do Deutsche Bank analisa também, pelo menos semestralmente, a nossa notação relativamente aos principais países dos mercados emergentes. Estão sujeitas a revisão contínua as notações relativas aos países que consideramos particularmente voláteis, assim como todas as notações de eventos de risco.

Também comparamos regularmente as nossas notações internas de risco com as notações das principais agências internacionais de notação de crédito.

Os limites de risco de país são revistos anualmente, em conjunto com a revisão de notação de risco de país. São definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Análise de Risco Cruzado, em conformidade com a autoridade delegada.

Em 2011 foi estabelecido um quadro suplementar de limites para determinados países europeus, em particular Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha, com o objetivo de evitar maiores concentrações indevidas.

É responsabilidade das nossas divisões de grupo gerir o risco de país, dentro dos limites aprovados. As unidades regionais no âmbito de Gestão de Risco de Crédito vigiam o nosso risco de país com base em informações fornecidas pela área de Operações de Risco e pela nossa função financeira. O Comitê de Análise de Risco Cruzado também analisa os dados relativos ao risco de transferência.

As notações de risco de país e os limites de risco de país são elementos importantes da gestão de risco de país no Postbank. Se necessário, as notações são revistas e ajustadas mensalmente por meio de um instrumento de notação. Os limites de risco de país e os limites de risco soberano para todos os países relevantes são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. Os empréstimos são imputados aos limites com os seus valores nominais brutos e afetados a cada país com base no país de domicílio do devedor.

Gestão do risco de liquidação

As nossas atividades de transação podem dar origem a risco no momento da liquidação. O risco de liquidação é o risco de perda devido à falha de uma contraparte no cumprimento das suas obrigações de entregar numerário, valores mobiliários ou outros ativos, como contratualmente previsto.

Mitigamos o risco de liquidação relativamente a muitos tipos de transações, concluindo a transação através de um agente de liquidação que atua efetivamente como uma parte interessada para ambas as partes, liquidando a transação uma vez que uma e outra parte tenham cumprido as respetivas obrigações contratuais.

Não existindo tal sistema de liquidação, é prática comum entre as partes da transação o início simultâneo das fases de pagamento e de entrega da transação (liquidação livre). Nesses casos, podemos procurar mitigar o nosso risco de liquidação por meio da assinatura de acordos bilaterais de compensação de pagamento. Participamos também em iniciativas coletivas do setor para reduzir os riscos de liquidação. A aceitação do risco de liquidação em transações de liquidação livres requer aprovação dos nossos colaboradores de risco de crédito, na forma de limites de risco de liquidação pré-aprovados ou de aprovações específicas para determinadas transações. Não agregamos limites de risco de liquidação com outros riscos de crédito para fins de aprovação de crédito, mas temos em conta a exposição total ao considerar se um determinado risco de liquidação é aceitável.

Instrumentos de risco de crédito – Capital económico para risco de crédito

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com a nossa estrutura de capital económico, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,98% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. Desde 31 de dezembro de 2010 que incluímos o Postbank no nosso cálculo da utilização de capital económico, que tem sido calculado de forma consistente com a metodologia do Deutsche Bank.

O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição de crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimentos comuns é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, determinado para utilização interna do método dos modelos de Basileia 2. Este fator alfa foi fixado no nível mínimo de 1,2 em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perda até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Para fins internos, o Postbank emprega uma abordagem semelhante e calcula um valor de crédito em risco («VceR») com 99,93% de confiança ao longo de um horizonte temporal de um ano para todas as suas exposições sujeitas a risco de crédito.

Exposições de crédito

As exposições de crédito de contraparte decorrem das atividades tradicionais de crédito não negociado, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes. A exposição de crédito de contraparte decorre também da nossa atividade de transação direta com os clientes em determinados instrumentos, que incluem derivados do mercado de balcão como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juros. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição de crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

As tabelas a seguir apresentam a nossa exposição máxima ao risco de crédito e colateral associado devido e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivativos contra o colateral em numerário comprometido. O componente de colateral do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, colateral na forma de numerário e colateral relacionado com valores mobiliários. No que se refere ao colateral, aplicamos internamente determinadas margens de avaliação (*haircuts*) e limites máximos a todo o colateral ao nível da respetiva exposição.

em milhões de € ¹	Exposição máxima ao risco de crédito ²	31 de dezembro de 2011 Aumentos de crédito			
		Compensação	Colateral	Garantias e derivativos de crédito ³	Total de aumentos de crédito
A receber de bancos	15.928	-	1	-	1
Depósitos remunerados em bancos	162.000	-	3	147	150
Fundos do Banco Central vendidos e valores imobiliários adquiridos no âmbito de acordos de recompra	25.773	-	25.232	-	25.232
Valores mobiliários tomados a título de empréstimo	31.337	-	30.107	-	30.107
Ativos financeiros disponíveis ao justo valor por via dos resultados ⁴	1.204.412	724.194	205.210	5.732	935.136
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	42.296	-	2.392	1.265	3.657
Empréstimos ⁵	416.676	-	203.364	42.535	245.899
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	88.221	65.616	9.995	2	75.613
Garantias financeiras e outras obrigações contingentes relacionadas com crédito ⁶	73.653	-	5.524	7.521	13.045
Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	127.995	-	715	6.386	7.101
Exposição máxima ao risco de crédito	2.188.291	789.810	482.543	63.588	1.335.941

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado nocional vendido e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Os depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.

³ Os derivativos de crédito são refletidos com o nocional do subjacente.

⁴ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁵ Crédito bruto menos (despesa diferida) / lucros não realizados antes de deduções para provisões relativas a perdas com empréstimos.

⁶ As garantias financeiras, outros passivos contingentes relacionados com crédito e compromissos de crédito irrevogáveis (incluindo registados nos termos da opção de justo valor) são refletidas aos valores nominais.

em milhões de € ¹	Exposição máxima ao risco de crédito ²	Compensação	Colateral	31 de dezembro de 2010	
				Aumentos de crédito	Total de aumentos de crédito
				Garantias e derivados de crédito ³	
A receber de bancos	17.157	–	–	–	–
Depósitos remunerados em bancos	92.377	–	304	13	317
Fundos do Banco Central vendidos e valores imobiliários adquiridos no âmbito de acordos de recompra	20.365	–	19.982	–	19.982
Valores mobiliários tomados a título de empréstimo	28.916	–	28.257	–	28.257
Ativos financeiros disponíveis ao justo valor por via dos resultados ⁴	1.026.494	555.121	183.379	5.355	743.855
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	48.587	–	1.736	1.113	2.849
Empréstimos ⁵	411.025	–	189.137	39.326	228.463
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	61.441	44.783	11.327	2	56.112
Garantias financeiras e outras obrigações contingentes relacionadas com crédito ⁶	68.055	–	5.681	9.368	15.049
Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	123.881	–	2.966	21.929	24.895
Exposição máxima ao risco de crédito	1.898.298	599.904	442.769	77.106	1.119.779

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado notional vendido e proteção de crédito derivado notional adquirido. OS depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.

³ Os derivados de crédito são refletidos com o notional do subjacente.

⁴ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁵ Crédito bruto menos (despesa diferida) / lucros não realizados antes de deduções para provisões relativas a perdas com empréstimos.

⁶ As garantias financeiras, outros passivos contingentes relacionados com crédito e compromissos de crédito irrevogáveis (incluindo registados nos termos da opção de justo valor) são refletidas aos valores nominais.

Foram incluídos na categoria de ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados em 31 de dezembro de 2011 € 117 mil milhões de valores mobiliários adquiridos com compromisso de revenda (€ 109 mil milhões em 31 de dezembro de 2010) e € 27 mil milhões em valores mobiliários emprestados (€ 28 mil milhões em 31 de dezembro de 2010), ambos com risco de crédito líquido limitado em resultado de elevados níveis de colateral, bem como títulos de dívida no valor de € 154 mil milhões (€ 171 mil milhões em 31 de dezembro de 2010), mais de 84% dos quais com grau de investimento (mais de 83% em 31 de dezembro de 2010). A categoria de ativos financeiros disponíveis para venda mencionada acima refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 93% dos quais com grau de investimento (mais de 83% em 31 de dezembro de 2010).

O aumento da exposição máxima ao risco de crédito de 31 de dezembro de 2011 foi predominantemente devido a valores de mercado positivos decorrentes de derivados (em ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados), que aumentaram € 202 mil milhões, alcançando € 860 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 e depósitos remunerados em bancos, que aumentaram € 70 mil milhões e foram responsáveis pela exposição de € 162 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

As tabelas a seguir apresentam a qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade nos períodos especificados, geralmente com base em avaliações internas.

em milhões de € ¹	31 de dezembro de 2011						Total
	AAA-AA	A	BBB	BB	B	CCC e inferior	
A receber de bancos	12.851	1.021	791	1.187	78	–	15.928
Depósitos remunerados em bancos	149.285	7.982	1.692	2.747	145	149	162.000
Fundos do Banco Central vendidos e valores imobiliários adquiridos no âmbito de acordos de recompra	9.010	11.604	3.994	1.097	60	8	25.773
Valores mobiliários tomados a título de empréstimo	25.323	3.697	1.613	566	138	–	31.337
Ativos financeiros disponíveis ao justo valor por via dos resultados ⁴	503.403	492.467	107.143	73.098	14.953	13.348	1.204.412
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	22.824	8.673	5.407	2.955	528	1.357	41.744
Empréstimos ⁵	66.830	59.737	97.118	119.643	37.931	19.304	400.563
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	13.980	22.998	8.100	42.200	556	387	88.221
Garantias financeiras e outras obrigações contingentes relacionadas com crédito ⁶	6.535	24.409	21.003	13.986	6.051	1.669	73.653
Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	21.152	37.895	36.659	21.066	9.152	2.071	127.995
Total	831.193	670.483	283.520	278.545	69.592	38.293	2.171.626

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contábilístico, salvo indicação em contrário.

² Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

³ Crédito bruto menos (despesa diferida)/lucros não realizados antes de deduções para provisões relativas a perdas com empréstimos.

⁴ As garantias financeiras, outros passivos contingentes relacionados com crédito e compromissos de crédito irrevogáveis (incluindo registrados nos termos da opção de justo valor) são refletidas aos valores nominais.

em milhões de € ¹	31 de dezembro de 2010						Total
	AAA-AA	A	BBB	BB	B	CCC e inferior	
A receber de bancos	13.098	1.998	702	1.319	40	–	17.157
Depósitos remunerados em bancos	78.378	10.261	1.086	2.211	101	340	92.377
Fundos do Banco Central vendidos e valores imobiliários adquiridos no âmbito de acordos de recompra	6.067	7.231	4.599	2.176	245	47	20.365
Valores mobiliários tomados a título de empréstimo	22.480	3.354	2.251	695	136	–	28.916
Ativos financeiros disponíveis ao justo valor por via dos resultados ⁴	417.675	397.714	80.282	106.238	14.252	10.333	1.026.494
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	28.306	7.626	5.544	4.733	709	1.454	48.372
Empréstimos ⁵	73.576	62.564	90.332	122.379	30.132	19.348	398.331
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	10.546	13.456	2.194	32.642	2.450	153	61.441
Garantias financeiras e outras obrigações contingentes relacionadas com crédito ⁶	7.334	21.318	20.391	11.547	5.453	2.012	68.055
Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	23.069	31.945	36.542	22.083	7.775	2.467	123.881
Total	680.529	557.467	243.923	306.023	61.293	36.154	1.885.389

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contábilístico, salvo indicação em contrário.

² Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

³ Crédito bruto menos (despesa diferida)/lucros não realizados antes de deduções para provisões relativas a perdas com empréstimos.

⁴ As garantias financeiras, outros passivos contingentes relacionados com crédito e compromissos de crédito irrevogáveis (incluindo registrados nos termos da opção de justo valor) são refletidas aos valores nominais.

As nossas notações de crédito de contraparte são acompanhadas e atualizadas continuamente por analistas com dedicação exclusiva, de modo a refletir o impacto de alterações no contexto económico e, se for caso disso, as notações internas de crédito de contraparte são alteradas imediatamente. Analisamos anualmente a eficácia das nossas metodologias de notação.

Principais categorias de exposição de crédito

As nossas atividades de concessão de crédito são regidas pelos nossos Princípios de Gestão de Risco de País e Risco de Crédito. Estes princípios definem a nossa filosofia geral de risco em matéria de risco de crédito e de país e os respetivos métodos, visando gerir ativamente esses riscos. Os princípios definem os principais requisitos, papéis e responsabilidades organizacionais, bem como os princípios dos processos de crédito no que se refere à gestão de risco de crédito e de país e são aplicáveis a todas as atividades de crédito realizadas pelo Grupo. Entre os elementos essenciais dos princípios no que se refere ao processo de subscrição incluem-se:

- Independência entre a nossa Função de Gestão de Risco de Crédito e as nossas divisões de negócio.
- A classificação interna de cada mutuário, pois a avaliação é uma parte essencial do nosso processo de subscrição e crédito e está na base da correta determinação da apetência pelo risco e de uma definição de preços adequada nas transações. As notações de crédito devem estar sempre atualizadas e suportadas por documentos.
- As aprovações de crédito baseiam-se na autoridade de crédito, que é atribuída a indivíduos com base nas respetivas qualificação e experiência pessoal e profissional. As autoridades são revistas anualmente e válidas até serem retiradas.
- As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito por parte dos titulares da respetiva autoridade de crédito e arquivadas para referência futura.

As nossas várias divisões de negócio requerem processos de crédito individuais e adaptados, sendo realizados por unidades independentes de risco de crédito com o objetivo de avaliar e determinar os riscos subjacentes de forma mais adequada. Embora esta abordagem tenha sido concebida para garantir uma gestão de risco de elevada qualidade e adaptada, a consistência da abordagem requer que todas as unidades de divisão dedicadas ao risco de crédito sigam os princípios de gestão de risco de crédito básicos descritos acima para garantir a consistência da abordagem. As normas de subscrição seguidas pelas nossas unidades de crédito são incorporados nas políticas e diretrizes de crédito, bem como nas estratégias das carteiras de crédito para cada categoria de empréstimo pertinente e são revistas pelo menos anualmente. As respetivas carteiras de crédito também estão sujeitas a acompanhamento e relato frequentes. Destaca-se a seguir o processo aplicado às principais categorias de empréstimos, juntamente com as características da carteira.

Nas tabelas a seguir apresentamos informação detalhada sobre várias das nossas principais categorias de exposição de crédito, nomeadamente: empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão e títulos de dívida disponíveis para venda:

- «Empréstimos» são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
- Os «compromissos de crédito irrevogáveis» consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
- Os «passivos contingentes» consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito *stand-by* e acordos de indemnizações.

- Os «derivados do mercado de balcão» são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de colateral em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados ou em outros ativos no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em todo o caso do recebimento de compensação e de colateral em numerário.
- Os «títulos de dívida disponíveis para venda» incluem *debentures*, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, objeto de emissão por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenhamos classificado como disponíveis para venda.

As tabelas a seguir desagregam várias das nossas principais categorias de exposição de crédito de acordo com os setores da atividade das nossas contrapartes.

31 de dezembro de 2011						
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
Bancos e seguradoras	35.308	22.553	17.668	50.657	15.887	142.073
Atividades de gestão de fundos	24.952	4.931	2.432	8.943	1.127	42.385
Indústria	22.754	31.297	19.608	3.279	697	77.635
Comércio por grosso e a retalho	15.045	8.412	5.527	610	251	29.845
Agregados familiares	174.188	10.613	2.706	1.082	–	188.589
Atividades de imobiliário comercial	46.143	2.877	2.348	2.187	53	53.608
Setor público	16.412	1.479	104	8.625	18.872	45.492
Outros	81.874 ⁴	45.833	23.260	4.241	2.494	157.702
Total	416.676	127.995	73.653	79.624	39.381	737.329

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 9,4 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 9,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ As exposições de empréstimo relativamente a Outros incluem locação financeira.

31 de dezembro de 2010						
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
Bancos e seguradoras	38.798	22.241	17.801	32.315	19.943	131.098
Atividades de gestão de fundos	27.964	6.435	2.392	9.318	–	46.109
Indústria	20.748	31.560	18.793	3.270	2.536	76.907
Comércio por grosso e a retalho	13.637	7.369	5.022	517	51	26.596
Agregados familiares	167.352	9.573	2.537	842	–	180.304
Atividades de imobiliário comercial	44.119	3.210	2.196	1.577	70	51.172
Setor público	24.113	858	57	6.510	19.115	50.653
Outros	74.294 ⁴	42.635	19.257	7.956	4.499	148.641
Total	411.025	123.881	68.055	62.305	46.214	711.480

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 6,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 4,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ As exposições de empréstimo relativamente a outros incluem locação financeira.

O nosso perfil de risco de crédito por setor de atividade manteve-se praticamente inalterado na comparação com exercício anterior.

As exposições de empréstimos aos setores da banca e dos seguros, a atividades de gestão de fundos, a indústria e o setor público incluem predominantemente empréstimos de taxa variável com grau de investimento que são mantidos até à maturidade. A carteira está sujeita aos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos Princípios de Gestão de Risco de País e Risco de crédito, incluindo vários controlos em função da concentração ao nível de cada título, de país, de setor de atividade e de produtos específicos. As operações relevantes, tais como empréstimos subscritos com fins de consórcio bancário, estão sujeitas à análise de profissionais seniores de gestão de risco de crédito e (dependendo da dimensão), de um Comité de Crédito e/ou do Conselho de Administração. Atribuimos considerável ênfase à estruturação de tais transações, visando garantir que a redução do risco é realizada de forma oportuna e rentável. As exposições no âmbito destas categorias são principalmente relativas a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a mitigação de risco adicional, conforme a descrição das atividades do Gestão de Exposição de Empréstimos, na página 79 e, assim, essas exposições são classificadas como sendo de risco reduzido.

Na categoria agregados familiares, a nossa exposição de crédito de € 174 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 (€ 167 mil milhões em dezembro de 2010) incluía € 136 mil milhões em hipotecas, dos quais € 108 mil milhões se situavam na Alemanha. Os € 39 mil milhões de empréstimos aos agregados familiares não relacionados com hipotecas respeitavam principalmente a Crédito ao Consumo, compreendendo empréstimos tradicionais, linhas de crédito e cartões de crédito, bem como empréstimos no âmbito da Gestão de Património Privado.

Os nossos empréstimos domésticos estão principalmente associados à nossa carteira de Clientes Privados e Empresariais (CPC), que é composta predominantemente por hipotecas e, em menor medida, pelo negócio de financiamento ao consumo. Dada a natureza homogénea da qualidade creditícia das contrapartes desta carteira, as notações de crédito são obtidas através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado. O dispositivo incorpora aspetos quantitativos (por exemplo, dados financeiros), aspetos comportamentais, informações de entidades especializadas em crédito (como a SCHUFA, na Alemanha) e dados gerais do cliente. Esses fatores de partida são utilizados pelo dispositivo de decisão para determinar a qualidade creditícia do devedor, sendo a decisão de crédito definitiva realizada após análise de avaliação de colateral, das regras específicas de cada negócio, da autoridade de crédito pessoal e, em determinados casos de hipotecas imobiliárias, de avaliações externas e/ou internas.

O negócio das hipoteca consiste principalmente no financiamento de habitação própria vendida através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor de liquidação (após os descontos apropriados). O financiamento ao consumo é dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (por exemplo, no caso de empréstimos ao consumidor, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família). As taxas de juros estão maioritariamente fixas ao longo de um determinado período, especialmente na Alemanha. Não procuramos de forma ativa empréstimos *second lien*.

O nível de risco de crédito da carteira de crédito imobiliário é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e do colateral subjacente. Os valores do empréstimo são geralmente superiores aos dos empréstimos de financiamento ao consumo e são concedidos por períodos mais longos. O risco de crédito de financiamento ao consumo depende da qualidade do cliente. Não sendo colateralizados, são concedidos por montantes menores e períodos mais curtos comparativamente às hipotecas. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na nossa carteira diversificada (clientes/propriedades) e em rácios reduzidos entre o valor do empréstimo e o valor da garantia, a carteira de crédito imobiliário é classificada como sendo de risco reduzido e o financiamento ao consumo é classificado como sendo de risco médio.

Os nossos empréstimos relativos a imóveis comerciais são geralmente gerados para distribuição como valores mobiliários (CMBS) ou no mercado de consórcios bancários e contabilizados como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados. Os empréstimos são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente, e respeitam os requisitos de subscrição de crédito estipulados nos Princípios de Gestão de Risco de País e Risco de Crédito mencionados acima (ou seja, notação seguida de aprovação de crédito com base na autoridade de crédito atribuída), estando sujeitos a diretrizes adicionais em matéria de subscrição e a políticas, tais como rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia geralmente inferiores a 75%. Além disso, dada a importância do colateral subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos pela nossa equipa de avaliação (que integra a Função de Gestão de Risco de Crédito, independente). A nossa equipa de avaliação é responsável por analisar de forma crítica os valores imobiliários relatados. Excluindo exposições herdadas, o Grupo de Imóveis Comerciais não detém exposições intermédias (*mezzanine*) ou outras tranches de dívida júnior; o Postbank detém uma carteira não significativa de tranches júnior, que será detida até ao vencimento. Os empréstimos gerados para operações de titularização são cuidadosamente acompanhados no âmbito de um limite global de € 3,250 mil milhões. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado, está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Os empréstimos do Postbank são geralmente detidos até ao vencimento, não sendo vendidos no mercado secundário. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto (geralmente com grau de investimento). Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são geralmente adquiridos a outras instituições financeiras com descontos substanciais no valor nominal e no valor das garantias atuais. O processo de subscrição é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de um limite de carteira separado de € 3,5 mil milhões. Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, o risco de exposição nova sem garantia do Deutsche Bank é reduzido através do GGEE. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Assim, a carteira é classificada como sendo maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de € 82 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 (€ 74 mil milhões em 31 de dezembro de 2010), relaciona-se com vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 5% do total de empréstimos. O maior desses setores de atividade menores relaciona-se com a intermediação financeira, outras atividades empresariais e transportes.

Os nossos empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes e exposição relacionada com derivados de crédito do mercado de balcão às nossas dez maiores contrapartes representava 4% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 5% em 31 de dezembro de 2010. As nossas dez principais exposições a contraparte eram principalmente relativas a contrapartes com boa notação ou relacionadas com transações estruturadas com elevados níveis de mitigação de risco, à exceção da relação com uma contraparte.

As tabelas a seguir desagregam várias das nossas principais categorias de exposição de crédito por região geográfica. Nestas tabelas atribuímos exposições a regiões com base no país de domicílio das nossas contrapartes, independentemente de quaisquer afiliações que as contrapartes possam ter com grupos empresariais com outros domiciliados noutros países.

						31 de dezembro de 2011
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
Alemanha	199.442	24.448	15.408	5.148	7.848	252.294
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	115.782	32.399	19.460	35.932	24.910	228.483
Europa de Leste	9.387	1.357	1.682	135	369	12.930
América do Norte	54.962	63.318	23.884	28.070	5.523	175.757
América Central e do Sul	4.775	852	1.803	396	79	7.905
Ásia/Pacífico	30.291	4.791	10.425	9.011	628	55.146
África	1.502	598	991	888	7	3.986
Outros	535 ⁴	232	–	44	17	828
Total	416.676	127.995	73.653	79.624	39.381	737.329

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 6,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 4,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ As exposições de empréstimo relativamente a outros incluem locação financeira.

						31 de dezembro de 2010
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de concessão de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
Alemanha	207.129	24.273	15.758	3.018	7.135	257.313
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	110.930	30.239	18.019	22.213	30.310	211.711
Europa de Leste	8.103	1.844	1.319	836	410	12.512
América do Norte	54.887	59.506	22.063	26.765	6.464	169.685
América Central e do Sul	4.121	575	1.427	1.792	61	7.976
Ásia/Pacífico	23.562	6.651	8.532	7.247	1.783	47.775
África	961	419	911	421	5	2.717
Outros	1.332 ⁴	374	26	13	46	1.791
Total	411.025	123.881	68.055	62.305	46.214	711.480

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 6,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 4,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ As exposições de empréstimo relativamente a outros incluem locação financeira.

A nossa carteira global de empréstimos encontrava-se relativamente inalterada em 31 de dezembro de 2011, registando um valor de € 417 mil milhões, contra € 411 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situavam-se na Europa Ocidental, com uma parcela significativa nos agregados familiares e na América do Norte. A concentração na Europa Ocidental situava-se principalmente no nosso mercado de origem da Alemanha, que inclui a maior parte do nosso negócio de empréstimos hipotecários. No âmbito do negócio de derivados do mercado de balcão, as nossas maiores concentrações também estavam na Europa Ocidental e na América do Norte, com uma parcela significativa em bancos e companhias de seguros com elevada notação, pelo que consideramos que o risco de crédito é limitado.

Além disso, o Postbank acompanha as concentrações de risco de crédito de países europeus específicos, bem como na carteira de crédito estruturado.

Exposição a risco de crédito em determinados países europeus

As tabelas abaixo apresentam determinados países europeus devido ao respetivo risco de incumprimento soberano elevado causado pela crise da dívida soberana europeia. Este risco acrescido deve-se a uma série de fatores que afetam a entidade soberana associada, incluindo elevados níveis de dívida pública, acesso limitado aos mercados de capitais, diferenciais elevados nos swaps de incumprimento de crédito, proximidade da data de vencimento da dívida, indicadores económicos desfavoráveis e perspectivas económicas desfavoráveis (incluindo reduzido crescimento do produto interno bruto, desemprego elevado e necessidade de implementar várias medidas de austeridade) e o facto de que alguns desses países aceitaram pacotes de «resgate». O mais recente desses pacotes é o acordo de 21 de fevereiro de 2012 relativo à Grécia, que depende da implementação de determinadas na Grécia e da ratificação pelas partes envolvidas.

As tabelas a seguir apresentam uma visão geral do nosso risco de crédito agregado bruto e líquido relativamente a contrapartes domiciliadas em determinados países europeus ou em relação a swaps de incumprimento de crédito e ativos subjacentes de referência de determinados países europeus. Deve-se notar que, seguindo este princípio, poderemos incluir os mutuários (em particular as instituições financeiras) domiciliados nesses países cuja sociedade-mãe se situa fora desses países ou exposições a entidades de propósito específico cujos ativos subjacentes dizem respeito a entidades domiciliadas em outros países. Também acompanhamos de muito perto outros países, dadas as suas exposições associados àqueles países, bem como às recentes reduções nas respetivas notações de crédito, embora os respetivos fatores de risco atualmente observados não justifiquem a inclusão neste documento.

A nossa posição bruta em determinados países europeus reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos da proteção líquida adquirida de derivados de crédito, do colateral detido e das provisões para perdas de crédito.

31 de dezembro de 2011						
em milhões de €	Títulos soberanos ¹	Instituições financeiras	Empresas	Retalho	Outros	Total ²
Grécia	448	576	1.287	8	–	2.319
Irlanda	420	3.472	8.436	61	6.484 ³	18.873
Itália	1.811	5.198	9.449	19.842	373	36.673
Portugal	165	880	1.502	2.415	36	4.998
Espanha	1.322	7.198	10.199	11.487	182	30.388
Total	4.166	17.324	30.873	33.813	7.075	93.251

¹ Inclui posições em dívida soberana em imparidade e disponíveis para venda relativas à Grécia. Não estão incluídas outras exposições em imparidade relacionadas com entidades soberanas.

² Cerca de 50% da exposição total alcançará a maturidade nos próximos 5 anos.

³ Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da sociedade-mãe está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a sociedades de propósito específico cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral da nossa exposição líquida agregada ao risco de crédito relativamente a contrapartes com domicílio em determinados países europeus. As exposições são apresentadas considerando os efeitos do colateral detido, de garantias recebidas e de mitigação adicional de risco. As exposições a empréstimo detidas ao custo amortizado são apresentadas após dedução da provisão para perdas com empréstimos.

31 de dezembro de 2011						
em milhões de €	Títulos soberanos ¹	Instituições financeiras	Empresas	Retalho	Outros	Total ²
Grécia	448	105	324	2	–	879
Irlanda	181	1.755	6.593	9	5.084 ³	13.622
Itália	1.767	2.296	6.670	8.480	173	19.386
Portugal	(45)	519	727	364	36	1.601
Espanha	1.318	5.740	7.152	2.018	93	16.321
Total	3.669	10.415	21.466	10.873	5.386	51.809

¹ Inclui posições em dívida soberana em imparidade e disponíveis para venda relativas à Grécia. Não estão incluídas outras exposições em imparidade relacionadas com entidades soberanas.

² Cerca de 50% da exposição total alcançará a maturidade nos próximos 5 anos.

³ Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da sociedade-mãe está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a sociedades de propósito específico cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

No cálculo da nossa exposição líquida, a principal causa da redução da posição bruta é a aplicação de colateral detido, particularmente no que respeita aos pequenos clientes, mas também incluindo instituições financeiras, principalmente no que se refere a acordos de margens de derivados, e empresas. Entre os outros ajustamentos usados para calcular a nossa exposição líquida incluem-se derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num dos países mencionados acima e provisões para perdas de crédito.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral da nossa exposição ao risco de crédito líquido agregado às contrapartes domiciliadas em determinados países europeus discriminada por tipo de instrumento financeiro. As exposições são apresentadas considerando os efeitos do colateral detido, de garantias recebidas e de mitigação adicional de risco, mas excluindo os valores nominais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos/(comprados). As exposições de crédito detidas ao custo amortizado são apresentadas previa e posteriormente à dedução da provisão para perdas com empréstimos.

em milhões de €	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			Ativos financeiros mensurados ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31 de dezembro de 2011
	Empréstimos antes de provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos após provisão para perdas com empréstimos	Outros ¹	Ativos financeiros disponíveis para venda ²	Derivados	Outros	
Grécia	214	200	38	211	100	255	804
Irlanda	4.601	4.592	3.022	1.250	2.693	3.242	14.799
Itália	12.834	12.275	3.712	1.243	3.414	(1.787)	18.587
Portugal	1.227	1.206	223	209	243	439	2.320
Espanha	7.346	6.910	3.052	3.371	1.936	1.201	16.470
Total	26.222	25.183	10.047	6.284	8.386	3.350	53.250

¹ Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.

² Exclui ações e outras participações de capital.

³ Depois de provisões para perdas com empréstimos.

A tabela a seguir apresenta uma visão geral da nossa exposição de derivativos de crédito com ativos subjacentes soberanos e não soberanos domiciliados nesses países europeus. A tabela apresenta os valores nominais de proteção vendida e proteção adquirida em termos brutos, bem como a posição nominal líquida resultante ao respetivo justo valor.

em milhões de €	Valores nominais			31 de dezembro de 2011
	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção líquida vendida/(comprada)	Justo valor líquido
Grécia	8.284	(8.209)	75	(75)
Irlanda	11.203	(12.380)	(1.177)	51
Itália	59.890	(59.361)	529	32
Portugal	12.744	(13.463)	(719)	36
Espanha	35.267	(35.416)	(149)	68
Total	127.388	(128.829)	(1.441)	112

Em sintonia com a prática corrente no setor, utilizamos swaps de risco de incumprimento (SRI) como um instrumento importante de gestão do risco de crédito, com o objetivo de evitar uma concentração excessiva na carteira de crédito. Os contratos de SRI são regidos pela documentação padrão ISDA, que define eventos de ativação que resultam em pagamentos de liquidação. Entre os exemplos desses ativadores incluem-se a falência da entidade de referência, a falha da entidade de referência em cumprir obrigações contratuais (por exemplo, juros ou reembolso de capital) e a reestruturação da dívida da entidade de referência. Estes ativadores também se aplicam aos contratos de proteção de incumprimento de crédito vendidos. A nossa proteção de swaps de incumprimento de crédito adquirida que atua como mitigadora de risco é predominantemente emitida por instituições financeiras com notação elevada regidas por acordos de garantia. É importante notar que também mantemos controlo sobre as posições brutas antes de SRI, constituindo cobertura contra eventuais concentrações indevidas. Embora nos concentremos claramente em risco líquido, incluindo cobertura/colateral, também analisamos muito aprofundadamente as nossas posições brutas antes de qualquer cobertura SRI, refletindo o risco potencial de um evento de ativação SRI não ocorrer como esperado. Note-se que a redução significativa do risco soberano em relação a determinados países europeus que alcançámos em 2011 não se deveu à cobertura SRI.

Para fins de proteção ao crédito tentamos evitar desfasamentos entre maturidades. No entanto, tal depende da disponibilidade dos instrumentos de cobertura necessários no mercado. Nos casos em que não é possível evitar diferenças de maturidade, estas posições são rigidamente controladas. Levamos em conta as sensibilidades do instrumento de cobertura e do ativo subjacente para neutralizar o desfasamento de maturidades.

As tabelas supramencionadas relativas às nossas exposições brutas e líquidas globais a determinados países europeus não incluem tranches de derivativos de crédito e derivativos de crédito em relação ao nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não se presta, por exemplo, a uma apresentação teórica desagregada por país, pois exposições teóricas idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral da nossa exposição agregada não utilizada a contrapartes com domicílio em determinados países europeus. Os termos e as condições relativos a quaisquer limitações potenciais que a contraparte possa ter no que se refere utilização de facilidades disponíveis estão incluídos na documentação contratual específica.

						31 de dezembro de 2011
em milhões de €	Títulos soberanos ¹	Instituições financeiras	Empresas	Retalho	Outros	Total
Grécia	–	5	121	2	–	128
Irlanda	–	4	1.130	3	340	1.477
Itália	2	637	3.581	308	–	4.528
Portugal	–	33	130	30	–	193
Espanha	–	313	3.257	593	–	4.163
Total	2	992	8.219	936	340	10.489

Em contraste com o anterior, numa perspetiva de gestão de risco consideramos o domicílio da sociedade-mãe, refletindo, assim, o princípio do devedor único. Além disso, na nossa gestão de risco classificamos a exposição a entidades de propósito especial com base no domicílio dos ativos subjacentes, e não com base no domicílio das sociedades de propósito específico. A tabela a seguir apresenta a nossa exposição líquida numa perspetiva de gestão de risco.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011
Grécia	840
Irlanda	1.570
Itália	18.064
Portugal	1.733
Espanha	12.750
Total	34.957

A nossa exposição acima refere-se principalmente a carteiras de pequenos clientes altamente diversificadas e com risco reduzido, a pequenas e médias empresas em Itália e em Espanha e a clientes empresariais mais sólidos e diversificados de média capitalização, enquanto que a nossa exposição a instituições financeiras está predominantemente orientada para fundos próprios de base (*Tier 1*) de bancos com concentração muito limitada em títulos únicos. A exposição à dívida soberana é moderada e principalmente em Itália, país no qual depende sobretudo dos nossos fluxos de derivados e atividades de formação de mercado.

As exposições associados aos países mencionados acima são geridas e acompanhadas utilizando o processo de crédito descrito na secção de risco de crédito anterior, incluindo notações de crédito detalhadas das contrapartes controlo contínuo das contrapartes, e também recorrendo à nossa estrutura de gestão de risco de concentração, conforme documentado nas secções sobre risco de país e risco setorial. Em 2011 estabelecemos um quadro de limites adicionais relativamente aos países acima destacados para evitar mais concentrações indevidas. Este quadro tem sido complementado por relatórios regulares de gestão incluindo análises específicas de carteira relativamente a esses países, iniciativas de redução do risco de carteira e testes de esforço.

Além dos riscos associados à exposição direta a esses países, o risco de contágio potencial também existe indiretamente (por exemplo, impacto sobre o setor bancário da Europa Ocidental e contração económica mais ampla no setor empresarial). Para gerir as implicações destas exposições indiretas, a gestão de risco de crédito da carteira realiza análises específicas e realiza testes de esforço específicos relativamente a estes países, alimentando o nosso quadro mais abrangente de testes ao nível do Grupo. Os resultados destes exercícios são relatados aos gestores seniores para determinar ações de mitigação apropriadas. Os testes de esforço realizados na nossa carteira global proporcionam-nos a capacidade de simular o impacto de alterações nas nossas perdas potenciais de crédito, nas notação de crédito e nos requisitos de capital.

Exposição a risco de crédito em determinados países europeus

A tabela a seguir apresenta uma visão geral da nossa exposição ao risco de crédito soberano de determinados países europeus.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Exposição soberana direta ¹	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a SRI	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria: justo valor líquido de dívida soberana com referência a SRI ²	Exposição soberana direta ¹	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a SRI	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria: justo valor líquido de dívida soberana com referência a SRI ²
Grécia	433	15	448	(50)	1,510	91	1,601	(69)
Irlanda	208	(27)	181	(21)	353	(116)	237	(53)
Itália	176	1,591	1,767	1	3,482	4,529	8,011	(12)
Portugal	116	(161)	(45)	16	111	(123)	(12)	(32)
Espanha	1,026	292	1,318	(13)	2,109	174	2,283	(75)
Total	1,959	1,710	3,669	(67)	7,565	4,555	12,120	(241)

¹ Inclui dívida classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado.

² Os valores refletem o justo valor líquido (ou seja, o risco de crédito de contraparte) em relação aos swaps de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo.

Os valores apresentados acima refletem uma «visão contabilística» líquida da nossa exposição a dívida soberana. As reduções comparativamente ao final de 2010 refletem reduções específicas de risco, reduções antecipadas de dívida (*paydowns*) e variações ao justo valor decorrentes variações nos preços de mercado em 2011.

A supramencionada exposição soberana direta incluiu o valor contabilístico das posições detidas ao custo amortizado, o qual totalizou, em 31 de dezembro de 2011, € 0 milhões no caso da Grécia, € 546 milhões no caso de Itália e € 752 milhões no caso de Espanha; sendo os montantes respetivos em 31 de dezembro de 2010 de € 162 milhões no caso da Grécia, € 864 milhões no caso de Itália e € 969 milhões no caso de Espanha.

A tabela a seguir apresenta uma visão geral do justo valor da nossa exposição ao risco de crédito soberano de determinados países europeus classificados como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida) ¹	Justo valor total das exposições soberanas	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida) ¹	Justo valor total das exposições soberanas
Grécia	197	25	222	233	–	233
Irlanda	(32)	7	(25)	135	–	135
Itália	(3.325)	2.332	(993)	(3.415) ²	1.970	(1.445)
Portugal	81	4	85	(52)	113	61
Espanha	52	28	80	136	24	160
Total	(3.027)	2.396	(631)	2.963	2.107	(856)

¹ Inclui o impacto de acordos-tipo de compensação e colateral.

² Posição da dívida soberana curta em Itália predominantemente relacionada com transações estruturadas com correspondente compensação de derivados de crédito.

A tabela a seguir apresenta uma visão geral da nossa exposição ao risco de crédito soberano de determinados países europeus classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Justo valor da dívida soberana	Valor contábilístico original	Perdas por imparidade e acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)	Justo valor da dívida soberana	Valor contábilístico original	Perdas por imparidade e acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)
Grécia	211	494	(368)	1.115	1.114	–
Irlanda	232	213	–	218	218	–
Itália	625	724	–	4.063	4.074	–
Portugal	31	46	–	51	51	–
Espanha	193	194	–	979	937	–
Total	1.292	1.671	(368)	6.426	6.394	–

¹ Relativamente às posições adquiridas como parte da aquisição do Postbank em 3 de dezembro de 2010, o valor contábilístico original reflete o justo valor dessas posições nessa data.

Exposição de crédito decorrente de empréstimos

Os nossos negócios de crédito estão sujeitos a processos de gestão de risco de crédito na geração e continuamente. Para uma visão geral desses processos, consultem-se as páginas 55-62, na secção de risco de crédito deste relatório.

A tabela a seguir apresenta uma visão geral das categorias da nossa carteira de crédito e da respetiva separação em agregados com risco menor, médio e mais elevado.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010 ¹
Grupo de menor risco		
Hipotecas CPC	146.253	140.727
Grau de Investimento / Capitalização média alemã	48.412	57.002
BTG	57.876	45.977
GPP	28.813	24.468
Pequenas empresas CPC	18.553	17.550
Transações com garantia estatal/estruturadas	5.117	9.074
Investimentos de Empresas	6.707 ²	7.966
Subtotal do grupo de menor risco	311.731	302.764
Grupo de risco moderado		
Financiamento ao consumo CPC	18.815	18.902
Financiamento de ativos (veículos patrocinados pelo Deutsche Bank)	17.282	18.465
Operações estruturadas cobertas garantidas	16.949	17.724
Financiamento de ativos em <i>pipeline</i> ³	6.619	8.050
Subtotal do grupo de risco moderado	59.665	63.141
Grupo de risco mais elevado		
Imóveis Comerciais ⁴	28.398	29.024
Financiamento Alavancado	4.888 ⁵	6.472
Outros ⁶	11.994	9.624
Subtotal do grupo de risco mais elevado	11.994	45.120
Total da carteira de empréstimos	416.676	411.025

1 Valores a 31 de dezembro de 2010, refletindo a nova estrutura de divisão de negócios estabelecida em 2011.

2 Inclui empréstimos no valor de € 3,8 mil milhões em relação a um relacionamento com uma contraparte sem grau de investimento.

3 Correspondente financiamento de fornecedores em empréstimos vendidos pela área de Financiamento Alavancado no valor de € 5,0 mil milhões e em imóveis comerciais no valor de € 1,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 (€ 5,9 mil milhões e € 2,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2010, respetivamente).

4 Inclui empréstimos de titularizações CMBS.

5 Inclui empréstimos do GGEE no valor de € 3,7 mil milhões e de Finanças das Empresas no valor de € 1,2 mil milhões.

6 Inclui ativos financeiros que foram, de acordo com a NIC 39, reclassificados na categoria de empréstimos, bem como outros empréstimos menores predominantemente no âmbito da nossa divisão Banca para Empresas e Valores mobiliários.

A maioria das nossas exposições de risco reduzido estão associadas às nossas atividades bancárias retalhistas de clientes Privados e Empresariais. 75% da nossa carteira de crédito em 31 de dezembro de 2011 encontravam-se na categoria de risco reduzido, em conformidade com o final do exercício anterior.

O nosso maior grupo de risco era dominado pelas nossas exposições a imóveis comerciais. A nossa abordagem de gestão de risco de crédito centra-se fortemente e de forma específica nas carteiras que consideramos serem de maior risco. Temos em vigor estratégias de carteira e controlos de crédito relativamente às nossas carteiras. As exposições globais a Imóveis Comerciais apresentaram-se consistentes com os níveis relatados em 31 de dezembro de 2010.

A tabela a seguir resume o nível de empréstimos em imparidade e a provisão constituída para perdas com empréstimos relativamente ao grupo de empréstimos com risco mais elevado.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Créditos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Créditos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos
Imóveis comerciais	2.086	354	421	297
Financiamento Alavancado	158	149	336	180
Outros	887	626	798	466
Total	3.131	1.129	1.555	943

O supracitado aumento dos empréstimos em imparidade no grupo de empréstimo com risco mais elevado deveu-se sobretudo a empréstimos associados a imóveis comerciais relativos ao Postbank, bem como a duas contrapartes com pequenas provisões por imparidade. O aumento relativamente moderado da provisão para perdas com empréstimos, em particular em relação aos imóveis comerciais, é reflexo dos efeitos mencionados abaixo sobre os empréstimos consolidados relativos ao Postbank, bem como a níveis relativamente elevados de colateral.

Na consolidação, todos os empréstimos classificados como estando em imparidade pelo Postbank foram classificados como em cumprimento pelo Deutsche Bank e também contabilizados ao justo valor. Os aumentos subsequentes nas provisões ao nível do Postbank resultaram numa imparidade do total do empréstimo na perspetiva consolidada do Deutsche Bank, mas sendo efetuado um registo apenas relativamente à provisão incremental.

Classificação da exposição de crédito

Também classificamos a nossa exposição de crédito em duas grandes categorias: exposição de crédito ao consumo e exposição de crédito empresarial.

A nossa exposição de crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de pequenos clientes.

— A nossa exposição de crédito empresarial é composta por todas as exposições não definidas como exposições de crédito ao consumo.

Exposição de crédito empresarial

As tabelas a seguir desagregam várias das nossas principais categorias de exposição de crédito de acordo com os setores da atividade das nossas contrapartes.

31 de dezembro de 2011						
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de empréstimo irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
AAA-AA	51.321	21.152	6.535	37.569	22.753	139.330
A	45.085	37.894	24.410	17.039	8.581	133.009
BBB	59.496	36.659	21.002	12.899	5.109	135.165
BB	50.236	21.067	13.986	7.478	2.303	95.070
B	17.650	9.152	6.051	3.007	263	36.123
CCC e inferior	18.148	2.071	1.669	1.632	371	23.891
Total	241.936	127.995	73.653	79.624	39.380	562.588

¹ Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria CCC e inferior no valor de € 6,0 mil milhões em partir de 31 de dezembro de 2011.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 9,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

31 de dezembro de 2010						
em milhões de €	Empréstimos ¹	Compromissos de empréstimo irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
AAA-AA	62.603	23.068	7.334	23.967	28.881	145.853
A	48.467	31.945	21.318	16.724	7.789	126.243
BBB	56.096	36.542	20.391	8.408	5.128	126.565
BB	44.809	22.084	11.546	7.905	2.390	88.734
B	12.594	7.775	5.454	2.960	632	29.415
CCC e inferior	17.425	2.467	2.012	2.341	1.394	25.639
Total	241.994	123.881	68.055	62.305	46.214	542.449

¹ Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria CCC e inferior no valor de € 3,6 mil milhões em partir de 31 de dezembro de 2010.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis associados à exposição ao crédito ao consumo no montante de € 4,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

A dimensão da carteira de crédito empresarial e o nível de compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes permaneceram materialmente consistentes relativamente a 31 de dezembro de 2010. A parte da nossa exposição de crédito empresarial com classificação de grau de investimento diminuiu de 73% em 31 de dezembro de 2010 para 72% em 31 de dezembro de 2011, mantendo-se estável apesar do difícil contexto macroeconómico. A exposição de empréstimos apresentada na tabela acima não leva em consideração qualquer colateral, outro aumento de crédito ou transações de mitigação de risco de crédito. Considerando tais mitigadores de crédito, consideramos que a nossa carteira de crédito está devidamente diversificada. O aumento na nossa exposição aos derivados do mercado de balcão ocorreu principalmente em relação a contrapartes com grau de investimento. A exposição aos derivados do mercado de balcão não inclui mitigadores de risco de crédito (à exceção de acordos-tipo de compensação) nem colateral (à exceção de numerário). Considerando estes mitigadores, consideramos que a exposição de crédito corrente remanescente era significativamente menor e que estava adequadamente estruturada, aumentada ou devidamente diversificada e orientada para contrapartes com grau de investimento. Os nossos títulos de dívida disponíveis para venda diminuíram em relação a 31 de dezembro de 2010, refletindo a redução do risco, em particular no que diz respeito a exposições soberanas.

Mitigação de risco relativamente à exposição de crédito empresarial

O nosso Grupo de Gestão de Exposição de Empréstimos («GGEE») contribuiu para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nominal das atividades de redução de riscos do GGEE aumentou 1%, passando de € 54,9 mil milhões em 31 de dezembro de 2010 para € 55,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.

No final do exercício de 2011, o GGEE detinha derivados de crédito com um valor nocional subjacente de € 37,6 mil milhões. A posição totalizava € 34,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O GGEE também mitigou o risco de crédito de € 17,7 mil milhões de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2011 através de obrigações sintéticas garantidas suportadas principalmente por garantias financeiras e, em menor medida, por derivados de crédito relativamente aos quais a primeira tranche de perda foi vendida. Esta posição era de € 20,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

O GGEE optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da NIC 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nocional dos empréstimos e compromissos do GGEE registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando € 48,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, contra € 53,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2010. Ao relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, o GGEE tem reduzido significativamente a volatilidade dos lucros e das perdas resultante da divergência contabilística que existia quando todos os empréstimos e compromissos eram relatados ao custo histórico e as coberturas com derivados eram relatadas ao respetivo justo valor.

Exposição de crédito ao consumo

A tabela a seguir apresenta a nossa exposição total de crédito ao consumo, os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos com incumprimento de 90 dias ou superior e os custos de crédito líquidos, que são constituídos pelas provisões líquidas debitadas durante o período, após recuperações. Os empréstimos com incumprimento de 90 dias ou superior e os custos de crédito de crédito líquidos são expressos em termos de percentagem da exposição total. Independentemente do estatuto de incumprimento dos empréstimos individuais, em termos de qualidade creditícia os empréstimos hipotecários e os empréstimos a pequenas empresas no âmbito da exposição de crédito ao consumo são atribuídos ao nosso grupo de menor risco, enquanto que o negócio de financiamento ao consumo é atribuído ao grupo de risco moderado. Este aspeto da qualidade de risco de crédito é também refletido pelos nossos custos de crédito líquidos, expressos em percentagem da exposição que os suporta, que é o principal instrumento de gestão de risco de crédito destas exposições.

	Exposição total em milhões de €		Incumprimento de 90 dias ou superior em % do total da exposição ¹		Custos de crédito líquidos em % do total da exposição ²	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	135.069	130.317	0,95 %	0,83 %	0,49 %	0,56 %
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	19.805	19.055	1,88 %	2,11 %	1,55 %	1,92 %
Crédito à habitação	115.264	111.262	0,79 %	0,61 %	0,31 %	0,20 %
Exposição de crédito ao consumo fora da Alemanha	39.672	38.713	3,93 %	3,27 %	0,61 %	0,86 %
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	13.878	13.361	7,22 %	6,39 %	1,31 %	1,96 %
Crédito à habitação	25.794	25.352	2,15 %	1,63 %	0,23 %	0,13 %
Exposição total de crédito ao consumo³	174.741	169.030	1,63 %	1,39 %	0,52 %	0,66 %

¹ Como os empréstimos Postbank adquiridos foram inicialmente consolidados ao seu justo valor com uma nova expectativa de fluxo de caixa, o estatuto contratual de incumprimento dos empréstimos adquiridos não é considerado para fins de divulgação. Assim, o rácio total de incumprimento de 90 dias ou superior reduziu-se quando calculado relativamente à carteira combinada conforme divulgado em 2010, em comparação com os rácios correspondentes do Deutsche Bank excluindo o Postbank. Em resultado desta prática de divulgação, os rácios combinados de incumprimento em 2011 aumentaram em relação a 2010, principalmente porque os empréstimos Postbank com incumprimento de 90 dias ou superior desde a aquisição não são compensados pelos empréstimos em incumprimento Postbank adquiridos que têm melhor estatuto de incumprimento. No que se refere ao Deutsche Bank excluindo o Postbank, o rácio de incumprimento de 90 dias ou superior para a exposição total de crédito ao consumo permaneceu estável.

² Os rácios em 31 de dezembro de 2010 referem-se ao Grupo Deutsche Bank, excluídas as provisões imateriais no Postbank desde a consolidação, enquanto que os rácios em 31 de dezembro de 2011 referem-se ao Grupo Deutsche Bank incluindo o Postbank. Os aumentos no valor presente dos créditos adquiridos, representando libertações de provisões para perdas de crédito constituídas antes da respetiva consolidação nas entidades consolidadas, não estão incluídos, sendo registados por via do Rendimento de juros líquido (para uma descrição detalhada, veja-se a próxima secção - «NIRF – Empréstimos em imparidade»). Considerando tais valores, os custos de crédito líquidos em percentagem da exposição total equivaleriam a 0,42% em 31 de dezembro de 2011.

³ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 6,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

O volume da nossa exposição total de crédito ao consumo aumentou € 5,7 mil milhões (3,4%) entre o final do exercício de 2010 e 31 de dezembro de 2011. Este aumento incluiu aumentos de exposição líquida de € 2,1 mil milhões no Postbank, no âmbito do qual os aumentos de € 3,2 mil milhões na Alemanha foram parcialmente compensados por uma redução de € 1,1 mil milhões fora da Alemanha, que se deveu principalmente a uma venda de carteira. O aumento na Alemanha reflete principalmente uma alteração na afetação de exposições, que passaram de exposições empresariais para exposições de crédito ao consumo no Postbank. O aumento dos incumprimentos de 90 dias ou superiores no que se refere à Alemanha deveu-se à consolidação do Postbank. Em 2010, os empréstimos Postbank adquiridos foram consolidados sem exposição em incumprimento, refletindo o seu estatuto de ativos com bom desempenho em consolidação, o que reduziu significativamente o rácio de incumprimento de 90 dias ou superior das carteiras combinadas naquele ano. No presente ano, o rácio aumentou em relação a 2010, pois os empréstimos Postbank que passaram a estatuto de incumprimento de 90 dias ou superior desde a aquisição não são compensadas por empréstimos Postbank adquiridos com uma melhor situação de incumprimento. No cômputo geral, a qualidade da carteira na Alemanha melhorou ainda mais, como também evidencia a melhoria no rácio de incumprimento de 90 dias ou superior excluindo o efeito Postbank supramencionado, rácio esse que passou de 1,77% em 2010 para 1,58% este ano.

O aumento deste rácio na nossa exposição de crédito ao consumo fora da Alemanha é também devido ao efeito da consolidação referido acima, além do efeito de alterações nos critérios de reconhecimento de perdas (*charge-off*) em 2009, as quais aumentaram o período para reconhecimento total de perdas relativamente a algumas carteiras. Este efeito continuará a aumentar o rácio de incumprimento de 90 dias ou superior até a carteira atingir novamente o seu estado de equilíbrio, cerca de 5 anos após a alteração nos critérios de reconhecimento de perdas.

O volume da nossa exposição de crédito ao consumo excluindo o Postbank aumentou € 3,6 mil milhões (3,9%) entre o final de 2010 e 31 de dezembro de 2011, devido principalmente às nossas atividades de empréstimos hipotecários. O aumento é resultado do crescimento de volume na nossa carteira na Alemanha (aumento de € 1,6 mil milhões), bem como fora da Alemanha (aumento de € 2,0 mil milhões), com um forte crescimento em Itália (aumento de € 981 milhões), Portugal (aumento de € 491 milhões) e Polónia (aumento de € 420 milhões). Apesar do crescimento do volume, as medidas anteriormente iniciadas (por exemplo, convergência dos parâmetros de aprovação de crédito e reestruturação das atividades de cobrança) levaram a uma redução dos custos de crédito líquidos em todas as regiões, especialmente na Alemanha e na Polónia. Além disso, a Alemanha sofreu o impacto positivo de uma venda de carteira no primeiro trimestre de 2011. Essa melhoria na qualidade da carteira é refletida na redução dos custos de crédito líquidos em percentagem do total da exposição excluindo o Postbank, indicador que passou de 0,66% no final de 2010 para 0,45% em 31 de dezembro de 2011.

Exposição de crédito decorrente de derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores nocionais e os valores de mercado brutos dos contratos de derivativos do mercado de balcão e negociados em bolsa detidos para negociação e outros fins em 31 de dezembro de 2011. A tabela abaixo inclui, relativamente ao Postbank, contratos de derivativos do mercado de balcão e negociados em bolsa, que têm um impacto negligenciável sobre os totais globais.

31 de dezembro de 2011	Distribuição de maturidades do valor nocional				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	em milhões de €	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos			
Transações relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	17.946.681	17.288.349	12.014.092	47.249.122	595.127	574.791	20.336
Produtos negociados em bolsa	635.771	179.024	6.282	821.077	101	50	51
Subtotal	18.582.452	17.467.373	12.020.374	48.070.199	595.228	574.841	20.387
Transações relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.357.876	1.201.265	415.234	5.974.375	112.784	116.134	(3.350)
Produtos negociados em bolsa	7.521	663	7	8.191	140	24	116
Subtotal	4.365.397	1.201.928	415.241	5.982.566	112.924	116.158	(3.234)
Transações relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	294.563	334.739	88.739	718.041	29.682	35.686	(6.004)
Produtos negociados em bolsa	206.953	71.092	2.310	280.355	5.764	2.000	3.764
Subtotal	501.516	405.831	91.049	998.396	35.446	37.686	(2.240)
Derivados de crédito	673.814	2.473.620	537.723	3.685.157	101.115	92.988	8.127
Outras transações:							
Produtos do mercado de balcão	162.255	151.375	7.643	321.273	19.465	18.972	493
Produtos negociados em bolsa	92.025	45.134	695	137.854	2.965	2.959	6
Subtotal	254.280	196.509	8.338	459.127	22.430	21.931	499
Total do negócio do mercado de balcão	23.435.189	21.449.348	13.063.431	57.947.968	858.173	838.571	19.602
Total do negócio de bolsa	942.270	295.913	9.294	1.247.477	8.970	5.033	3.937
Total	24.377.459	21.745.261	13.072.725	59.195.445	867.143	843.604	23.539
Valores de mercado positivos, incluindo o efeito de compensação e de garantias em numerário recebidas					84.272		

As transações com derivativos negociados em bolsa (por exemplo, futuros e opções) são regularmente liquidadas através de uma contraparte central (por exemplo, LCH. Clearnet Ltd. Ou Eurex Clearing AG), cujas regras e regulamentos prevêm margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços de compensação de contraparte central para operações com derivativos de balcão («compensação do mercado de balcão»); beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação de contraparte central.

Como os valores de substituição das carteiras de derivativos flutuam em função de variações nas taxas de mercado e de alterações nas transações nas carteiras, também estimamos os potenciais custos futuros de substituição das carteiras ao longo da suas vidas ou, no caso de carteiras com garantia real, relativamente aos períodos apropriados de dissolução. Medimos a potencial exposição futura por contraste com limites separados. Complementamos a análise de risco futuro potencial com testes de esforço para estimar o impacto imediato de eventos de mercado extremos sobre as nossas exposições (como seja o risco de evento na nossa Carteira de Mercados Emergentes).

A medida de risco futuro potencial que utilizamos é geralmente fornecida por um perfil temporal dos valores de mercado positivos simulados da carteira de derivativos de cada contraparte, cuja compensação e colateralização são consideradas. No acompanhamento dos limites empregamos o percentil 95 da distribuição de valores de mercado resultante, internamente designada como exposição potencial futura («EPF»). Os perfis médios de exposição gerados pelo mesmo processo de cálculo são utilizados para obter a denominada medida de exposição média esperada («EME»), a que recorremos de modo a refletir custos de substituição esperados futuros no âmbito do nosso capital económico de risco de crédito, e para obter a medida exposição positiva esperada («EPE»), que contribui para gerir os nossos requisitos de capital regulamentar. Enquanto que a EME e a EPE são geralmente calculadas em relação a um horizonte temporal de um ano, a EPF é medida ao longo de todo o período de uma transação ou compensação, definida para carteiras sem garantias e através de um período de dissolução adequado para as carteiras garantidas, respetivamente. Também empregamos o processo de cálculo referido para obter resultados de exposição em situação de esforço para alimentar os testes de esforço da nossa carteira de crédito.

Exposição de crédito decorrente de ativos negociáveis não derivados

A tabela a seguir apresenta detalhes sobre a composição dos nossos ativos negociáveis não derivados nas datas especificadas.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Papel de governos e agências públicas	95.336	92.866
Instituições financeiras e empresas	56.442	73.711
Ações	59.754	66.868
Empréstimos negociados	18.039	23.080
Outros	11.353	14.766
Total de ativos negociáveis não derivados	240.924	271.291

Os produtos de crédito negociados, tais como obrigações da nossa carteira de negociação (excluindo o Postbank), são geridos por uma unidade de gestão de risco com dedicação exclusiva, que combina os nossos conhecimentos especializados de risco de crédito e de risco de mercado. Utilizamos limites apropriados de carteira e limiares dependentes de notações relativamente a emittentes únicos, em combinação com os nossos instrumentos de gestão de risco de mercado, para gerir tais posições no que se refere ao risco.

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos negociados incluíam empréstimos integrais relativos a imóveis comerciais de € 2,3 mil milhões e empréstimos de financiamento alavancado de € 967 milhões (€ 3,0 mil milhões e € 1,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2010, respetivamente). Além dessas exposições, o Grupo detinha exposições relacionadas com compromissos de empréstimos irrevogáveis no negócio de Financiamento Alavancado no valor de € 633 milhões em 31 de dezembro de 2011 (€ 755 milhões em 31 de dezembro de 2010).

Gestão do risco de distribuição

Frequentemente subscrevemos compromissos com a intenção de vender ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de financiar empréstimos bancários e disponibilizar financiamentos intercalares (*bridge loans*) para emissão de obrigações negociadas. O risco consiste na possibilidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição das facilidades de crédito. Nesta eventualidade teríamos de deter mais do risco subjacente do que o pretendido, e por períodos mais longos do que originalmente pretendido.

Para fins de gestão de risco, tratamos o valor total de todos os compromissos como exposição de crédito que requer aprovação de crédito. Esta aprovação também inclui o nosso período de carência pretendido definitivamente. Os montantes que pretendemos vender são classificados como ativos negociáveis e estão sujeitos a contabilidade ao justo valor. A volatilidade dos preços é acompanhada pelo nosso processo de risco de mercado. Protegemos o valor desses ativos contra variações adversas do mercado de crédito através da adequada documentação de crédito dessas operações e de coberturas de risco de mercado (habitualmente utilizando índices relacionados), que também são captadas no nosso processo de risco de mercado.

Crédito em incumprimento

A tabela a seguir divide a exposição de crédito em incumprimento mas não considerado em imparidade contabilizado ao custo amortizado de acordo com o seu estatuto de incumprimento, incluindo empréstimos não considerados em imparidade mas em incumprimento há mais de 90 dias relativamente aos quais não há preocupação com a qualidade creditícia da contraparte.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos com menos de 30 dias de incumprimento	4.394	4.092
Empréstimos com incumprimento entre 30 e 60 dias	958	973
Empréstimos com incumprimento entre 60 e 90 dias	420	384
Empréstimos com incumprimento de 90 dias ou superior	907	981
Total de empréstimos em incumprimento mas não em imparidade	6.678	6.430

A tabela a seguir apresenta o valor agregado do colateral – com os valores de mercado do colateral cobertos pelos empréstimos a serem reembolsados – detido por nós em comparação com os nossos empréstimos em incumprimento mas não em imparidade.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Garantias financeiras e outro colateral	3.973	3.484
Garantias recebidas	158	244
Colateral total detido por conta de empréstimos em incumprimento mas não em imparidade	4.131	3.728

Créditos em imparidade

A Gestão de Risco de Crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

- há evidência objetiva de imparidade em resultado de um evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um «evento de perda»), o evento de perda teve um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e
- é possível calcular uma estimativa fiável do valor da perda.

As avaliações de perda da Gestão de Risco de Crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área de Finanças do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados a um comité de supervisão composto por gestores seniores das áreas de Finanças do Grupo e Gestão de Risco, sendo aprovados pelo mesmo comité.

No âmbito das consolidações adquirimos determinados empréstimos relativamente aos quais tinha sido estabelecida previamente uma imparidade pelas entidades consolidadas. Estes empréstimos foram considerados no nosso balanço ao seu justo valor, conforme determinado pelos respetivos fluxos de caixa esperados, que refletem a qualidade creditícia destes empréstimos no momento da aquisição. Enquanto as nossas expectativas de fluxo de caixa em relação a estes empréstimos não se deteriorarem desde a aquisição, não se consideram empréstimos em imparidade.

Perda por imparidade e provisão para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é mensurada utilizando a taxa efetiva de juros original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada do resultado na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas com empréstimos na nossa demonstração dos resultados. Os reconhecimentos de perdas (*charge-off*) reduzem a nossa provisão, enquanto que as recuperações, se existirem, são creditados na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos provisões que tenhamos registado previamente, diminuímos a nossa provisão e registamos o montante como uma redução da provisão para perdas com empréstimos na nossa demonstração dos resultados.

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições de crédito empresarial individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo.

A metodologia de registo de provisões para perdas com empréstimos relativamente à maioria da nossa carteira de clientes Privados e Empresariais baseia-se em modelos estatísticos. A nossa carteira de crédito é dividida em ações homogêneas e não homogêneas. Estas ações são ainda diferenciadas em subcarteiras com base na natureza da exposição e do tipo de cliente. Utilizando dados históricos, o nível de provisão para perdas de crédito no que se refere à carteira homogênea é automaticamente calculado utilizando modelos estatísticos, com base em taxas de provisionamento para cada classe de créditos em incumprimento (dias de atraso). A carteira não homogênea é caracterizada por grandes linhas de crédito ou determinadas categorias de empréstimo que não são comparáveis devido à sua dimensão, complexidade ou qualidade. Essas linhas de crédito são analisadas caso a caso regularmente e, uma vez que tenha sido concluído que incorremos numa perda por imparidade, é determinada uma provisão para perdas de crédito de acordo com uma metodologia de perda esperada.

A metodologia do Postbank no que se refere à constituição de provisões para riscos de crédito é semelhante à nossa. As exceções incluem o facto de que Postbank realiza reconhecimentos diretos de perdas sem previamente constituir uma provisão para perdas com empréstimos e o facto de que as provisões para perdas com empréstimos na carteira de crédito imobiliário de retalho são avaliadas individualmente no caso de empréstimos em incumprimento há 180 dias ou mais. Ao refletir o Postbank nos nossos resultados consolidados, os efeitos das diferenças supramencionadas foram harmonizados com as nossas políticas para fins de relato.

As provisões para perdas de crédito constituídas para empréstimos adquiridos antes da respetiva consolidação não foram consolidadas no nosso inventário de provisões para perdas com empréstimos. Em vez disso, considerámos essas provisões para riscos de crédito na determinação do justo valor que representa a base de custos dos empréstimos recém-consolidados. Refletimos subsequentes melhorias na qualidade creditícia destes empréstimos como uma valorização no seu valor contabilístico, com um ganho correspondente reconhecido no rendimento de juros líquido. No entanto, as provisões para perdas de crédito que constituímos por conta de empréstimos adquiridos após a respetiva consolidação não estão incluídas na nossa provisão para perdas de crédito e nas nossas provisões para perdas com empréstimos.

Nos casos em que se considera que não há uma perspectiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço). Os empréstimos individualmente significativos relativamente aos quais foi constituída uma provisão específica para perdas com empréstimos são avaliados caso a caso, pelo menos trimestralmente. Para esta categoria de empréstimos, o número de dias em atraso é um indicador para um reconhecimento de perdas, mas não constitui um fator determinante. Um reconhecimento de perdas apenas ocorrerá depois de serem consideradas todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na situação financeira do mutuário que o impede de continuar a cumprir a obrigação, ou a eventualidade de as receitas da garantia serem insuficientes para satisfazer completamente o valor contabilístico atual do empréstimo.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, que são principalmente hipotecas e empréstimos de financiamento ao consumo, o momento de um reconhecimento de perdas depende da existência de algum colateral subjacente e da nossa estimativa do valor recuperável. No caso de empréstimos hipotecários, a parcela do empréstimo que não está colateralizada é reconhecida como perda o mais tardar quando a hipoteca estiver em incumprimento há mais de 840 dias. No caso de empréstimos de financiamento ao consumo, registamos perdas em qualquer parte do balanço que não esperamos receber com 180 dias de incumprimento (relativamente a valores a receber de cartões de crédito) e com 270 dias de incumprimento (relativamente a outros empréstimos de ao consumo).

As tabelas a seguir apresentam uma desagregação dos nossos empréstimos em imparidade, os componentes da nossa provisão para perdas com empréstimos e os respetivos rácios de cobertura por região com base no país de domicílio das nossas contrapartes, nas datas especificadas.

31 de dezembro de 2011		Créditos em imparidade			Provisão para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (%)
em milhões de €	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total		
Alemanha	1.750	1.474	3.224	832	821	1.653	51	
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	2.910	1.675	4.585	841	955	1.796	39	
Europa de Leste	52	189	241	36	182	218	90	
América do Norte	999	75	1.074	193	153	345	32	
América Central e do Sul	40	0	40	28	6	35	86	
Ásia/Pacífico	267	3	270	81	25	106	39	
África	0	0	0	0	3	3	-	
Outros	-	0	0	-	6	6	-	
Total	6.018	3.416	9.434	2.011	2.150	4.162	44	

31 de dezembro de 2010		Créditos em imparidade			Provisão para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (%)
em milhões de €	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total		
Alemanha	996	1.010	2.006	559	453	1.012	50	
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	1.153	1.441	2.594	640	997	1.637	63	
Europa de Leste	22	245	267	6	186	192	72	
América do Norte	1.146	4	1.150	339	4	343	30	
América Central e do Sul	43	-	43	27	-	27	63	
Ásia/Pacífico	169	13	182	68	13	81	45	
África	23	-	23	4	-	4	17	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
Total	3.552	2.713	6.265	1.643	1.653	3.296	53	

As tabelas a seguir apresentam uma desagregação dos nossos empréstimos em imparidade, os componentes da nossa provisão para perdas com empréstimos e os respectivos raios de cobertura por setor de atividade das nossas contrapartes, nas datas especificadas.

31 de dezembro de 2011	Créditos em imparidade			Provisão para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (%)
	em milhões de €	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	
Bancos e seguradoras	91	0	91	98	16	114	126
Atividades de gestão de fundos	917	0	917	322	211	533	58
Indústria	616	12	778	364	158	522	67
Comércio por grosso e a retalho	324	138	462	164	108	272	59
Agregados familiares	394	2.616	3.010	155	1.409	1.565	52
Atividades de imobiliário comercial	2.582	224	2.806	424	68	492	18
Setor público	–	0	0	–	1	1	–
Outros	1.094	276	1.370	484	179	663	48
Total	6.018	3.416	9.434	2.011	2.150	4.162	44

31 de dezembro de 2010	Créditos em imparidade			Provisão para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (%)
	em milhões de €	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	Total	Avaliados individualmente	Avaliados coletivamente	
Bancos e seguradoras	81	–	81	82	–	82	100
Atividades de gestão de fundos	841	–	841	298	97	395	41
Indústria	603	139	742	332	125	457	62
Comércio por grosso e a retalho	199	113	312	147	111	258	83
Agregados familiares	163	1.810	1.973	105	965	1.070	54
Atividades de imobiliário comercial	740	229	969	259	83	342	35
Setor público	–	–	–	–	–	–	–
Outros	925	422	1.347	420	272	692	56
Total	3.552	2.713	6.265	1.643	1.643	3.296	53

O total de empréstimos em imparidade aumentou € 3,2 mil milhões (51%) em 2011, principalmente devido a € 1,8 mil milhões de novas empréstimos em imparidade do Postbank e dois casos de imóveis comerciais na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) relativamente aos quais tivemos de registar apenas pequenas perdas por imparidade.

Estas variações levaram a um aumento bruto de € 3,0 mil milhões em empréstimos em imparidade avaliados individualmente, principalmente no setor do imobiliário comercial, efeito parcialmente compensado pelo reconhecimento de perdas de € 553 mil milhões. Os nossos empréstimos em imparidade avaliados coletivamente apresentaram aumentos brutos de € 1,2 mil milhões devidos principalmente às carteiras de pequenos clientes no Postbank, bem como ao aumento das nossas carteiras na Europa Ocidental e nos EUA, efeito parcialmente compensado por € 512 milhões reconhecidos como perdas.

Os nossos empréstimos em imparidade incluíram € 1,5 mil milhões entre os empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber de acordo com a NIC 39. Relativamente a estes empréstimos foram registados € 467 milhões de aumentos ilíquidos em empréstimos em imparidade, efeito parcialmente compensado por € 224 milhões reconhecidos como perdas.

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com crédito com imparidade era de € 168 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de € 123 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A tabela a seguir apresenta o valor agregado de colateral que mantemos por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados a pendentes transacionais.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Garantias financeiras e outro colateral	3,714	1,502
Garantias recebidas	349	77
Colateral total detido por conta de empréstimos em imparidade	4,063	1,579

O aumento de € 2,5 mil milhões no nosso colateral total detido por conta de empréstimos em imparidade em 2011 deveu-se principalmente ao Postbank e a um caso no âmbito dos imóveis comerciais, conduzindo a uma maior cobertura de empréstimos em imparidade por colateral e uma provisão para perdas com empréstimos de 87% em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 78% em 31 de dezembro de 2010.

Garantias obtidas

A tabela a seguir apresenta o valor agregado do colateral que obtivemos no balanço durante os períodos de relato, tomando posse do colateral detido na forma de valor mobiliário ou solicitando outros aumentos de crédito.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imóveis comerciais	89	32
Imóveis residenciais	40	47
Outros	0	1
Colateral total obtido durante o período de relato	129	80

O colateral obtido é disponibilizado para venda de forma sequencial ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas para nossa utilização comercial.

O colateral de imóveis comerciais obtido em 2011 refere-se às nossas exposições aos EUA e a Espanha.

O colateral de imóveis comerciais obtido, apresentado na tabela acima, exclui o colateral registado em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da SIC-12 e da NIC 27. Os valores de final de exercício em relação ao colateral obtido por esses fundos fiduciários eram de € 20 milhões em 31 de dezembro de 2011 e € 25 milhões em 31 de dezembro de 2010.

As variações da provisão para perdas com empréstimos

A tabela a seguir apresenta uma análise das variações na nossa provisão para perdas com empréstimos no que se refere aos períodos especificados.

em milhões de €	2011			2010		
	Avaliação individual	Avaliação coletiva	Total	Avaliação individual	Avaliação coletiva	Total
Saldo no início do ano	1.643	1.653	3.296	2.029	1.313	3.343
Provisão para perdas com empréstimos	907	925	1.832	562	751	1.313
Reconhecimentos de perdas líquidos:	(512)	(385)	(897)	(896)	(404)	(1.300)
Reconhecimentos de perdas	(553)	(512)	(1.065)	(934)	(509)	(1.443)
Recuperações	41	127	168	38	104	143
Alterações no grupo de empresas consolidadas	–	(0)	(0)	–	–	–
Variações de taxa de câmbio/outros	(26)	(43)	(69)	(53)	(6)	(60)
Saldo no final do ano	2.011	2.150	4.162	1.643	1.653	3.296

A tabela a seguir apresenta uma desagregação das variações na nossa provisão para perdas com empréstimos especificamente para reconhecimentos de perdas e recuperações, incluindo, no que se refere à nossa carteira de crédito alemão, desagregação por classificação setorial relativamente aos períodos especificados. A repartição entre os mutuários alemães e não alemães baseia-se no país de domicílio dos nossos mutuários.

em milhões de € (exceto se indicado o contrário)	2011	2010
Saldo no início do ano	3.296	3.343
Reconhecimentos de perdas (charge-offs):		
Alemanha:		
Bancos e seguradoras	(2)	(5)
Atividades de gestão de fundos	–	–
Indústria	(93)	(43)
Comércio por grosso e a retalho	(26)	(32)
Agregados familiares (excluindo hipotecas)	(273)	(338)
Agregados familiares – hipotecas	(26)	(26)
Atividades com imóveis comerciais	(13)	(22)
Setor público	(0)	–
Outros	(112)	(49)
Total - Alemanha	(546)	(515)
Total – fora da Alemanha	(519)	(928)
Total de reconhecimentos de perdas (charge-offs)	(1.065)	(1.443)
Recuperações:		
Alemanha:		
Bancos e seguradoras	1	1
Atividades de gestão de fundos	–	–
Indústria	18	14
Comércio por grosso e a retalho	8	6
Agregados familiares (excluindo hipotecas)	93	63
Agregados familiares – hipotecas	1	4
Atividades com imóveis comerciais	3	4
Setor público	0	–
Outros	17	20
Total - Alemanha	142	112
Total – fora da Alemanha	26	31
Total de recuperações	168	143
Reconhecimentos de perdas líquidos	(897)	(1.300)
Provisão para perdas com empréstimos	1.832	1.313
Outras alterações (por exemplo, variações cambiais, alterações no grupo de empresas consolidadas)	(69)	(60)
Saldo no final do ano	4.162	3.296
Percentagem do total de reconhecimentos de perdas líquidos relativamente aos empréstimos médios no exercício	0,22 %	0,45 %

Num contexto económico em enfraquecimento, os nossos padrões de crédito mantiveram sob controlo a nova provisão para perdas com empréstimos. Tal incluiu uma gestão proactiva das carteiras homogéneas de pequenos clientes, bem como os rigorosos padrões de subscrição de Banca para Empresas e Valores Mobiliários, evitando concentrações de risco adversas. Ao mesmo tempo que nos concentramos na sólida qualidade da nossa carteira de crédito, continuamos a reduzir o risco dos ativos de maior risco.

A nossa provisão para perdas com empréstimos era em 31 de dezembro de 2011 de € 4,2 mil milhões, um aumento de 26% relativamente ao final do exercício anterior. O aumento da nossa provisão deveu-se principalmente ao aumento de novas provisões no seguimento do primeiro exercício completo de consolidação do Postbank e a menores reconhecimentos de perdas líquidos em relação ao exercício anterior.

Os nossos reconhecimentos de perdas líquidos totalizaram € 897 milhões em 2011. Do reconhecimento de perdas relativos a 2011, € 512 milhões estiveram relacionados com a nossa exposição de crédito empresarial, dos quais € 224 milhões estiveram relacionados com ativos que foram reclassificados de acordo com a NIC 39 nas nossas carteiras da América do Norte e do Reino Unido, e € 385 milhões relativos à nossa exposição de crédito ao consumo, devido principalmente às nossas carteiras alemãs.

A nossa provisão para perdas com empréstimos em 2011 foi de € 1,8 mil milhões, devido principalmente a € 907 milhões relativos à nossa exposição de crédito empresarial, dos quais € 188 milhões de novas provisões foram constituídos relativamente aos ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 em Mercados e Financiamento às Empresas. O aumento remanescente refletiu débitos por imparidade por conta de várias exposições no continente americano e na Europa, num difícil contexto económico global em termos de crédito. As provisões para perdas com empréstimos na nossa exposição avaliada coletivamente totalizaram € 925 milhões, um aumento de 23% relativamente ao final do exercício anterior. Este aumento na nossa provisão para perdas com empréstimos deveu-se sobretudo ao Postbank, cujo custo de risco refletiu pela primeira vez um exercício na totalidade nas nossas contas de Grupo. Excluindo o Postbank, as provisões para perdas de crédito na nossa exposição avaliada coletivamente foram reduzidas devido ao nosso negócio de pequenos clientes Alemanha, que contribuiu com provisões mais reduzidas apesar do contexto económico difícil.

A nossa provisão para perdas com empréstimos avaliados individualmente era de € 2,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de € 368 milhões em 2011 compreende provisões líquidas de € 907 milhões (incluindo o impacto das referidas reclassificações ao abrigo da NIC 39), reconhecimentos de perdas líquidos de € 512 milhões e € 26 milhões da conversão cambial e efeitos de dissolução.

A nossa provisão para perdas com empréstimos avaliados coletivamente totalizou € 1,7 mil milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de € 339 milhões em comparação com o nível relatado no final de 2009 (€ 1,3 mil milhões). As variações neste componente compreenderam uma provisão de € 925 milhões, sendo parcialmente compensada por € 385 milhões de reconhecimentos de perdas líquidos e € 43 milhões de diminuição líquida da conversão cambial e de efeitos de dissolução.

A nossa provisão para perdas com empréstimos em 31 de dezembro de 2010 era de € 3,3 mil milhões, uma diminuição de 1% relativamente ao final do exercício anterior. A diminuição da nossa provisão deveu-se principalmente a reconhecimentos de perdas, reduções resultantes de conversão cambial e de efeitos de dissolução que excederam as nossas provisões.

Os nossos reconhecimentos de perdas líquidos totalizaram € 1,3 mil milhões em 2010. Dos reconhecimentos de perdas em 2010, € 896 milhões estiveram relacionados com a nossa exposição de crédito empresarial, dos quais € 607 milhões estiveram relacionados com ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 nas nossas carteiras do Reino Unido e da região Ásia-Pacífico, e € 404 milhões relativos à nossa exposição de crédito ao consumo, devido principalmente às nossas carteiras alemãs.

A nossa provisão para perdas com empréstimos em 2010 foi de € 1,3 mil milhões, devido principalmente a € 562 milhões relativos à nossa exposição de crédito empresarial, dos quais € 278 milhões se referiram a novas provisões constituídas por conta de ativos reclassificados de acordo com a NIC 39, e relativos principalmente a exposições em Banca para Empresas e Valores Mobiliários. O aumento restante reflete imparidades por conta de várias exposições no continente americano e na Europa, num contexto económico global favorável em termos de crédito. As provisões para perdas com empréstimos na nossa exposição avaliada coletivamente totalizaram € 751 milhões (refletindo uma redução significativa dos custos de crédito líquidos em Espanha e na Índia, efeito parcialmente compensado por aumentos na Polónia), montante inferior aos € 808 milhões registados no exercício anterior, facto que se deveu principalmente ao contexto de crédito difícil em Espanha e na Polónia em 2009.

A nossa provisão para perdas com empréstimos avaliados individualmente era de € 1,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. A diminuição de € 386 milhões em 2010 compreende provisões líquidas de € 562 milhões (incluindo o impacto das referidas reclassificações da NIC 39), reconhecimentos de perdas líquidos de € 896 milhões e € 53 milhões de conversão cambial e efeitos de dissolução.

A nossa provisão para perdas com empréstimos avaliados coletivamente totalizou € 1,7 mil milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de € 339 milhões em comparação com o nível relatado no final de 2009 (€ 1,3 mil milhões). As variações neste componente compreenderam uma provisão € 751 milhões, que foi parcialmente compensada por € 404 milhões relativos reconhecimentos de perdas líquidos e € 6 milhões relativos a diminuição líquida de conversão cambial e de efeitos de dissolução.

Componente não alemã da provisão para perdas com empréstimos

A tabela a seguir apresenta uma análise das alterações na componente não alemã da provisão para perdas com empréstimos. Em 31 de dezembro de 2011, 60% do nosso saldo total era atribuível a clientes não alemães, em comparação com 69% em 31 de dezembro de 2010.

em milhões de €	2011	2010
Saldo no início do ano	2.284	2.391
Provisão para perdas com empréstimos	751	820
Reconhecimentos de perdas líquidos:	(493)	(897)
Reconhecimentos de perdas	(519)	(928)
Recuperações	26	31
Outras alterações (por exemplo, variações cambiais, alterações no grupo de empresas consolidadas)	(33)	(30)
Saldo no final do ano	2.509	2.284

Provisão para posições fora do balanço

A tabela a seguir apresenta a atividade na nossa provisão para posições fora do balanço, que inclui passivos contingentes e compromissos relacionados com empréstimos.

em milhões de €	2011			2010		
	Avaliação individual	Avaliação coletiva	Total	Avaliação individual	Avaliação coletiva	Total
Saldo no início do ano	108	110	218	83	124	207
Provisão para posições fora do balanço	19	(12)	7	(18)	(21)	(39)
Utilização	—	—	—	—	—	—
Alterações no grupo de empresas consolidadas	(0)	0	0	42	—	42
Alterações nas taxas de câmbio	(0)	0	0	1	7	8
Saldo no final do ano	127	98	225	108	110	218

A nossa provisão para posições fora do balanço aumentou ligeiramente (€ 7 milhões), alcançando € 225 milhões em 31 de Dezembro de 2011. Em 2010 registámos alterações nas provisões fora do balanço do grupo de empresas consolidadas após a consolidação de aquisições no valor de € 34 milhões no caso do Postbank e de € 8 milhões no caso do Sal. Oppenheim/BHF-BANK.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito dos nossos derivados de balcão nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição das transações e o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco de as obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, somos frequentemente capazes, ao abrigo de contratos vigentes e rapidamente, de obter colateral adicional ou encerrar as transações ou o contrato-tipo conexo com pouca antecedência.

Derivados – Ajustamentos de avaliação de crédito

Definimos um ajustamento de avaliação de crédito de contraparte para transações de derivados do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado em cada data de balanço por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer colateral detido, o efeito de qualquer acordo-tipo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito de cada contraparte com base nos valores de mercado, que podem incluir níveis de incumprimento implícitos em informação histórica, análise fundamental de informações financeiras e diferenciais de SRI.

Os ajustamentos de avaliação de crédito são importantes no que se refere a determinadas contrapartes monorramo. No caso de entidades monorramo com SRI negociados ativamente, o AAC é calculado utilizando um modelo de avaliação totalmente baseado em SRI. No caso de entidades monorramo sem SRI negociadas é utilizada uma abordagem de modelação com vários fatores, incluindo probabilidades de incumprimento relevantes dependentes do mercado, a probabilidade de um evento (uma reestruturação ou uma insolvência), uma avaliação de qualquer acordo potencial em caso de uma reestruturação e as taxas de recuperação em caso de reestruturação ou falência. A metodologia AAC monorramo é revista trimestralmente pela gestão; a partir do segundo trimestre de 2011 têm sido utilizados, na avaliação AAC, diferenciais baseados no mercado de forma mais abrangente.

Registámos € 1,1 mil milhões em ajustamentos de avaliação de crédito por conta das nossas exposições monorramo agregadas em 31 de dezembro de 2011, em comparação com € 1,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2010.

Os acordos-tipo celebrados com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados ou os acordos-tipo conexos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a numa reivindicação não derivada e gerimo-la através do nosso processo de cálculo regular. Consequentemente, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

Risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações adversas nas taxas de juros, nos diferenciais de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

O risco de mercado gerado pelo Postbank foi incluído nos nossos relatos a partir de 2010. O Postbank realiza sua própria gestão corrente de risco. Possuímos uma compreensão detalhada das atividades do Postbank e recebemos informações sobre os tipos e os montantes relativos a riscos de mercado.

O principal objetivo da Gestão de Risco de Mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que as nossas unidades de negócio otimizam a relação risco-retorno e não nos expõem a perdas inaceitáveis que ultrapassem a nossa apetência pelo risco. Para atingir este objetivo, a Gestão de Risco de Mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as «unidades de negócio») e outros grupos de apoio ao controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com negociação surge principalmente por meio das atividades de formação de mercado da Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento. Trata-se de tomar posições em dívida, ações, moedas e outros valores mobiliários e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
 - Risco de incumprimento em transações decorrente de incumprimento e variações na notação de crédito.
 - O risco de mercado não relacionado com negociação surge de várias formas. O risco de capital decorre principalmente de investimentos estratégicos não consolidados, investimentos em ativos alternativos e de compensação de capital. O risco de taxa de juros decorre das nossas posições em ativos e passivos não relacionados com negociação. A exposição ao risco cambial estrutural decorre de capital e resultados acumulados em moedas que não o euro em determinadas subsidiárias, e representa a maior parte do risco cambial da nossa carteira não negociada. Outros elementos de risco de mercado não relacionados com negociação são riscos decorrentes de atividades de Gestão de Ativos e atividades relacionadas com fundos, bem como os riscos de modelo em Clientes de Capital Fechado («CCF»), Banca de Transações Globais («BTG») e Gestão de Património Privado («GPP»), que são derivados intensificando hipóteses de comportamento do cliente em conjunto com variações nas taxas de juros.

Quadro de Gestão de risco de mercado relacionado com negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

O nosso principal instrumento para gerir o risco de mercado relacionado com negociação é o processo de definição de limites. Assistido pela Gestão de Risco de Mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites em termos de valor em risco e de capital económico em termos de risco de mercado na carteira de negociação. A Gestão de Risco de Mercado subafeta este limite global às nossas divisões de grupo e a cada unidade de negócio no âmbito da Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento (por exemplo, Taxas Globais, Ações, etc.) com base nos planos de negócios esperados e na apetência pelo risco. No âmbito de cada das unidades de negócio, os responsáveis máximos estabelecem limites de negócio subafetando o limite global em cada carteira ou região.

Na prática, a Gestão de Risco de Mercado estabelece limites básicos (que tendem a ser de natureza global) necessários para captar uma exposição relativamente a um fator de risco particular. Os limites dos negócios são específicos em função de vários fatores, incluindo uma região particular ou uma carteira específica.

Os limites em termos de capital económico e valor em risco são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Sendo um instrumento adicional e complementar no que se refere à gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão de Risco de Mercado define limites em termos de sensibilidade e concentração/liquidez.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites, que servem de referência ao acompanhamento e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão de Risco de Mercado são acompanhados de forma diária, semanal e mensal. Se os limites forem ultrapassados, a Gestão de Risco de Mercado é responsável por identificar e encaminhar a questão para apreciação superior, em tempo útil. O Conselho de Administração recebe relatórios diários de risco de mercado sobre o valor em risco e limites em termos de utilização e capital económico.

Para gerir as exposições respeitando os limites, as unidades de negócio aplicam várias medidas de mitigação de risco, principalmente utilizando:

- **Gestão da carteira:** A diversificação do risco ocorre em carteiras compostas por várias posições. Uma vez que alguns investimentos tendem a aumentar em valor quando outros diminuem em valor, a diversificação pode ajudar a diminuir o nível global do perfil de risco de uma carteira.
- **Cobertura (*hedging*):** A cobertura consiste em assumir posições em ativos financeiros relacionados, incluindo produtos derivados, tais como futuros, swaps e opções. As atividades de cobertura podem não garantir uma mitigação eficaz contra perdas decorrentes de diferenças entre as condições, as características específicas ou outros riscos de base que possam existir entre o instrumento de cobertura e a exposição a ser protegida.

Estrutura de Gestão de risco de mercado relacionado com negociação no Postbank

O risco de mercado relacionado com negociação do Postbank é gerido centralizadamente pela divisão de Mercados Financeiros, com base em limites de risco definidos. O Conselho de Administração do Postbank define limites agregados, os quais são afetados pelo Comité de Risco de Mercado a cada unidade operacional de negócio na qualidade de sublimites. O mecanismo de afetação de limites de risco de mercado do Postbank é semelhante à nossa abordagem de capital económico. Os limites de risco em termos de capital económico afetados a atividades de negócio específicas definem o nível de risco de mercado considerado razoável e desejável para o Postbank na perspetiva do lucro.

O risco de mercado do Postbank é acompanhado diariamente através de um sistema de limites com base no valor em risco. Além disso, o Comité de Risco de Mercado do Postbank definiu limites de sensibilidade para as carteiras de negociação e bancária, bem como para as principais subcarteiras.

Instrumentos quantitativos de gestão de risco

Risco de Liquidez no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

O valor em risco é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) nas posições de negociação devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente do nosso negócio de transação baseia-se no nosso próprio modelo interno de valor em risco. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno de valor em risco para cálculo da capital regulamentar no que se refere ao risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo foi aperfeiçoado periodicamente, tendo-se mantido a aprovação.

Calculamos o valor em risco utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao valor em risco reportado. Para fins de relatos regulamentares, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados históricos de mercado para calcular o valor em risco. O cálculo utiliza uma técnica de simulação Monte Carlo, e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal, lognormal, ou não-normal (T, skew-T, Skew-Normal). Para determinar o valor agregado em risco, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de valor em risco foi concebido para ter em conta os seguintes fatores de risco: taxas de juros, diferenciais de crédito, preços de ações, taxas de câmbio e preços de matérias-primas, bem como as respetivas volatilidades implícitas e risco de base comum. O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivativos, os efeitos não lineares desses fatores sobre o valor da carteira.

O cálculo do valor em risco permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todo o nosso negócio e aos produtos de transação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre as diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado – ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados diários de negociação.

Ao utilizar estimativas de valor em risco calculamos há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação «retrospectiva» pode fazer com que o valor em risco subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também pode sobrestimá-lo.
 - As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O valor em risco não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não é captado.
- Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do valor em risco.

Analizamos continuamente potenciais fragilidades no nosso modelo de valor em risco utilizando técnicas estatísticas, tais como testes *a posteriori* e também contamos com a nossa experiência de gestão de risco. Comparamos as perdas e ganhos diários hipotéticos com base no pressuposto «comprar e manter» (*buy-and-hold*) (em conformidade com os requisitos regulamentares alemães) com as estimativas do nosso modelo de valor em risco.

O Comitê de Testes Globais a Posteriori, com a participação das áreas de Gestão de Risco de Mercado, Operações de Risco de Mercado, Análise de Risco e Instrumentos e Finanças, reúne-se regularmente para rever os resultados dos testes a posteriori do Grupo como um todo e de negócios individualmente considerados. O Comitê analisa variações no desempenho e avalia a capacidade preditiva do nosso modelo de valor em risco, o que nos permite melhorar e ajustar conseqüentemente o processo de estimação de risco.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos próprios de risco, e dedicamos recursos substanciais às respectivas reapreciação e aperfeiçoamento. Em 2011 foram realizados aperfeiçoamentos no cálculo do valor em risco, incluindo:

- Risco de base índice-constituente para swaps de risco de incumprimento (SRI);
- Risco de evento para ações; e
- Distorção de volatilidade inclinação para moedas e matérias-primas.

Temos também desenvolvido e melhorado o nosso processo de captação sistemática e avaliação dos riscos atualmente não captados no nosso modelo de valor em risco.

A Gestão de Risco de Mercado valida modelos de *front office* de modo a auxiliar a gestão de risco de posições. Os modelos de risco quantitativos *front office* estão sujeitos a risco de modelo. A Gestão de Risco de Mercado desenvolveu um processo de revisão de modelo para compreender, analisar e melhorar os modelos quantitativos. Avalia, também, a precisão e a transparência do risco de modelo nos modelos quantitativos de cálculo de preços utilizados nas atividades de risco de mercado, incluindo a avaliação de tipos de instrumentos.

A aprovação do modelo e do processo de revisão é realizada anualmente e passa por:

- Garantir que modelos recentes ou recentemente aperfeiçoados são consistentes com os objetivos que presidiram à sua concepção e estão aptos para os fins de negócio a que se destinam;
Verificar a integridade matemática dos modelos e da respetiva implementação;
Analisar o desempenho de todos os modelos existentes, discutindo as alterações na utilização do modelo;
Analisar os resultados dos processos correntes de calibração e teste, e aprovar quaisquer alterações propostas ao processo de calibração, a instrumentos ou a intervalos de valores de parâmetros;
- Discutir a utilização inconsistente de modelos para produtos similares/idênticos em todos os negócios e estabelecer medidas consistentes; e
- Estabelecer controlos rigorosos de governação com base em controlos de modelos e reencaminhamento em tempo útil à gestão sénior de questões materialmente relacionadas com o modelo de risco relevante.

Novos requisitos regulatórios de risco de mercado relacionado com negociação – Basileia 2.5

Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin aprovações de modelo relativamente aos modelos de medição de risco em termos de valor em risco em situação de esforço, montante incremental por risco e modelos abrangentes de medição de risco. Trata-se de métodos suplementares que utilizamos para medir a exposição ao risco de mercado.

- **Valor em risco em situação de esforço:** calcula um valor em risco em situação de esforço com base num período de 1 ano de tensão de mercado significativa.
- **Montante incremental por risco:** capta riscos de incumprimento e migração além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.
- **Medida de risco global:** Capta risco incremental no que se refere à correlação de crédito da carteira de negociação, calculado utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço.
- **Abordagem Padronizada ao Risco de Mercado (APRM):** calcula o capital regulamentar para efeitos de titularização e derivados de crédito de incumprimento de «n-ésimo».

O valor em risco em situação de esforço, o montante incremental por risco e a medida de risco global são calculados para todas as carteiras relevantes. Os resultados dos modelos utilizados na gestão de risco corrente do banco, bem como relativamente à definição de capital regulamentar.

Valor em risco em situação de esforço

Calculamos o valor em risco em situação de esforço utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Para fins de relatos regulamentares, o período de carência é de dez dias. O cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos utilizados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizada por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação Monte Carlo.

Montante incremental por risco (“MIR”)

O montante incremental por risco baseia-se no nosso próprio modelo interno e destina-se a complementar o quadro de modelos de valor em risco. Representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração de produtos de crédito não titularizados num horizonte de capital de um ano com um nível de confiança de 99,9%, tendo em conta os horizontes de liquidez de posições individuais ou de conjuntos de posições. Utilizamos a Simulação Monte Carlo no cálculo do montante incremental por risco como o quantil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de um ano e para afetar o montante incremental por risco contributivo para as posições individuais. O modelo capta o risco de incumprimento e migração seguindo uma abordagem quantitativa precisa e consistente para todas as carteiras.

Calculamos semanalmente o montante incremental por risco. O montante é determinado como sendo o maior valor entre a mais recente média de 12 semanas do montante incremental por risco e o mais recente montante incremental por risco. Os dados de mercado e posição são recolhidos a partir de sistemas de *front office* e estão sujeitos a um rigoroso controlo de qualidade. Os valores de montante incremental por risco são acompanhados de perto e desempenham um papel significativo na gestão das carteiras abrangidas pelo cálculo do montante incremental por risco. Além disso, o montante incremental por risco fornece informações sobre a eficácia das posições de cobertura, que é analisada pelos gestores de risco.

O montante incremental por risco contributivo das posições individuais, que é calculado por afetação, constitui a base de identificação de concentrações de risco na carteira e de elaboração de estratégias para reduzir o risco global da carteira.

Utilizamos o nosso modelo de carteira de crédito, instrumento central da nossa metodologia de capital económico, para calcular o montante incremental por risco. Os parâmetros importantes para o cálculo do montante incremental por risco são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, as migrações nas notações, a maturidade e os horizontes de liquidez de posições individuais.

Os parâmetros de horizonte de liquidez são definidos em conformidade com o tempo necessário para vender a posição ou cobrir todos os riscos de preços relevantes num mercado sob tensão. Os horizontes de liquidez refletem a nossa prática e experiência reais em períodos de tensão sistemática e idiossincrática. Definimos os conjuntos de posições utilizadas na aplicação dos horizontes de liquidez de forma a refletirmos adequadamente as diferenças de liquidez para cada conjunto. Os gestores de risco especializados em cada área de produto determinaram valores de liquidez com base nas condições de mercado para cada área – em termos correntes e relativamente a períodos de tensão.

Para quantificar a perda devida à migração de notação é realizada uma reavaliação da posição considerando a notação. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de migração e notação do modelo de montante incremental por risco. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam regiões e setores. O processo de simulação inclui uma estratégia de continuidade, que se baseia na suposição de um nível de risco constante. Esta hipótese implica que as posições que têm registado incumprimento ou migração de notação no respetivo horizonte de liquidez são reequilibradas no final do seu horizonte de liquidez de modo a alcançarem o nível inicial de risco. As correlações entre posições com diferentes horizontes de liquidez são implicitamente especificadas pela estrutura de dependência dos fatores de risco sistemático e idiossincrático subjacentes, assegurando que as concentrações de carteira são identificadas nos horizontes de liquidez. Em particular, são reconhecidas as diferenças entre horizontes de liquidez e maturidades de coberturas e posições cobertas.

A validação direta do montante incremental por risco através de métodos de testes *a posteriori* não é possível. O montante incremental por risco é sujeito a princípios de validação, tais como a avaliação da solidez conceptual, acompanhamento contínuo, verificação de processos e análise comparativa e de resultados. A validação da metodologia do montante incremental por risco é incorporada no processo de validação do nosso modelo de carteira de crédito, com particular incidência nos aspetos específicos de montante incremental por risco. A validação do modelo de montante incremental por risco baseia-se mais em métodos indiretos, incluindo testes de esforço e análises de sensibilidade. Os parâmetros relevantes de montante incremental por risco estão incluídos no ciclo de validação anual estabelecido no quadro regulamentar atual. O montante incremental por risco é parte dos Testes de Esforço Transversais ao Grupo (TETG), utilizando a funcionalidade de testes de esforço no âmbito do nosso mecanismo de crédito. Os valores do montante incremental por risco em situação de esforço são relatados ao nível do Grupo e apresentados ao Comité de Supervisão de Testes de Esforço (CSTE) e ao Comité de Análise de Risco Cruzado (CARC).

Medida de risco global (“MRG”)

A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O cálculo também assume determinados pressupostos de distribuição relativamente aos fatores subjacentes de risco utilizados. O nosso modelo de medição de risco global é aplicado às correlações pertinentes das posições de negociação e respetivas coberturas, tendo sido concebido para ter em conta os seguintes fatores de risco: taxas de juros, diferenciais de crédito, taxas de recuperação, incumprimentos de contrapartes, correlações de taxas de câmbio e de base, índice-constituente e riscos de base de correlações de base. Os produtos mais comuns são as obrigações com garantia de dívida, swaps de risco de incumprimento («SRI») de “n-ésimo e SRI de índice e de título único. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

A medida de risco global é calculada semanalmente. Corresponde ao valor mais elevado entre a mais recente medida semanal de risco global do modelo, a média de 12 semanas da medida de risco global e 8% da medida de abordagem padronizada relativamente à carteira de correlação de crédito (mínimo da medida de risco global).

Os dados de mercado e posição são recolhidos a partir de sistemas de *front office* e estão sujeitos a um rigoroso controlo de qualidade. Os valores da medida de risco global são acompanhados de perto e desempenham um papel significativo na gestão da carteira de negociação correlacionada. Utilizamos dados históricos de mercado para estimar os fatores de risco da medida de risco global, com um historial de dias de negociação com ponderação equitativa até 3 anos, dependendo do fator de risco.

Os parâmetros de horizonte de liquidez são definidos em conformidade com o tempo necessário para vender a posição ou cobrir todos os riscos de preços relevantes num mercado sob tensão. Os horizontes de liquidez refletem nossa prática e experiência reais em períodos de tensão sistemática e idiossincrática.

Definimos os conjuntos de posições utilizadas na aplicação dos horizontes de liquidez de forma a refletirmos adequadamente as diferenças de liquidez para cada conjunto. Os gestores de risco especializados em cada área de produto determinaram valores de liquidez com base nas condições de mercado para cada área – em termos correntes e relativamente a períodos de tensão.

Analisamos continuamente as fragilidades potenciais do nosso modelo de medida de risco global utilizando técnicas estatísticas, como sejam um processo de testes *a posteriori* mensal e a recalibração trimestral dos dados do mercado. Contamos também com experiência em gestão de risco e com a opinião de especialistas. A título de validação adicional, foi definida uma série de testes de esforço relativamente à carteira de negociação de correlação na qual a magnitude dos choques está ligada a condições históricas de tensão de mercado.

Abordagem Padronizada ao Risco de Mercado (APRM)

A abordagem específica padronizada de risco de mercado é utilizada para determinar os requisitos de capital regulatório para os produtos de titularização da carteira de negociação extra-correlação e swaps de incumprimento de «n-ésimo». A Gestão de Risco de Mercado acompanha as exposições e aborda problemas e concentrações de risco.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. O capital regulamentar para risco de longevidade é determinado utilizando o Método Padrão de Risco de Mercado, tal como estabelecido nos regulamentos SolvV. Para fins de gestão de risco, são também testes de esforço e afetações de capital económico para acompanhar e gerir o risco de longevidade.

Valor em risco no Postbank

O Postbank também utiliza o conceito de valor em risco para quantificar e acompanhar o risco de mercado que assume. O valor em risco é calculado utilizando uma Simulação Monte Carlo. Entre os fatores de risco tidos em conta no cálculo do valor em risco incluem-se taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio e volatilidades, bem como os riscos decorrentes de alterações nos diferenciais de crédito. Os efeitos de correlação entre os fatores de risco são derivados a partir de dados históricos com ponderação equitativa.

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank não está atualmente consolidado no valor em risco do restante do Grupo. No entanto, é apresentado separadamente no relatório de valor em risco interno do Grupo.

O Postbank também realiza análises de cenários e testes de esforço, além dos cálculos do valor em risco. Os pressupostos subjacentes aos testes de esforço são analisados e validados de forma contínua.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para risco de mercado mede a quantidade de capital necessário para absorver perdas muito graves e inesperadas decorrentes das nossas exposições ao longo do período de um ano. «Muito graves», neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% as perdas agregadas inesperadas num período de um ano. Os riscos de mercado do Postbank foram incluídos nos resultados de capital económico do Grupo.

Calculamos o capital económico por meio de testes de esforço e análises de cenários. Os testes de esforço são derivados do historial de choques de mercado graves. As perdas decorrentes desses cenários de tensão são então agregadas utilizando correlações observadas durante os períodos de crises de mercado, de modo a refletir o aumento da correlação que ocorre durante recessões graves.

Caso apenas estejam disponíveis dados históricos limitados ou se as evoluções do mercado nos levarem a concluir que os dados históricos podem ser um indicador não apropriado de possíveis cenários futuros do mercado, os testes de esforço são complementados por avaliações de especialistas.

O cálculo do capital económico para risco de mercado das unidades de negociação é realizado semanalmente. O modelo incorpora os seguintes fatores de risco: taxas de juros, diferenciais de crédito, preços de ações, taxas de câmbio e preços de matérias-primas. Também são captados a volatilidade, a correlação de crédito e o risco de base comum.

Igualmente avaliamos e aperfeiçoamos continuamente os nossos testes de esforço, procurando assegurar que captam riscos materiais e que refletem possíveis variações extremas de mercado. Além disso, os gestores de risco usam a sua capacidade de análise para definir os piores cenários com base no historial das variações de mercado extremas. É possível, no entanto, as nossas posições de risco de mercado perderem mais valor do que a nossa estimativa de capital económico, pois nem todos os cenários negativos podem ser previstos e simulados.

Valor em risco das Unidades de Negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento (excluindo o Postbank)

A tabela a seguir apresenta o valor em risco das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento, calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. O nosso risco de mercado relacionado com negociação fora dessas unidades é imaterial.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Risco de taxa de juros	53,8	77,4
Risco de preço de ações	13,6	21,3
Risco cambial	25,7	29,0
Risco de preços de matérias-primas	21,0	13,3
Efeito de diversificação	(64,1)	(70,1)
Valor total em risco de unidades de negociação	50,0	70,9

O «efeito de diversificação» reflete o facto de que o valor em risco total num determinado dia será menor do que a soma do valor em risco relativo às classes de risco individuais. Se nos limitássemos a somar os montantes do valor em risco das classes de risco individuais para calcular um valor em risco agregado, estaríamos a supor que as perdas em todas as categorias de risco ocorrem simultaneamente.

A tabela a seguir apresenta a média, o máximo e mínimo do valor em risco (com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia) das unidades de negociação da nossa Divisão Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento nos períodos especificados.

em milhões de €	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de preço de ações		Risco cambial		Risco de preços de matérias-primas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Media	71,8	95,6	(66,3)	(48,6)	70,8	86,8	20,5	21,9	32,5	22,9	14,2	12,7
Máximo	94,3	126,4	(88,6)	(88,5)	109,0	113,0	37,6	33,6	64,9	46,4	24,3	21,2
Mínimo	44,9	67,5	(41,9)	(26,4)	45,6	65,8	12,7	13,6	14,3	10,8	7,0	6,2

A diminuição de € 23,8 milhões (25%) no valor em risco médio observado em 2011, em comparação com o exercício anterior, deveu-se principalmente à redução generalizada do risco, particularmente em classes de ativos de taxa de juros e de crédito.

Novos requisitos regulatórios de risco de mercado relacionado com negociação – Basileia 2.5

Conforme discutido em «Novos requisitos regulatórios de Basileia 2.5 em matéria de risco de negociação no mercado», a tabela a seguir apresenta o valor em risco em situação de esforço (com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011
Risco de taxa de juros	117,3
Risco de preço de ações	23,0
Risco cambial	51,8
Risco de preços de matérias-primas	34,2
Efeito de diversificação	(114,5)
Total do valor em risco em situação de esforço das unidades de negociação	111,7

A tabela a seguir apresenta a média, o máximo e o mínimo do valor em risco (com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento nos períodos especificados.

em milhões de €	2011		
	Média ¹	Máximo ¹	Mínimo ¹
Risco de taxa de juros	130,8	163,5	106,2
Risco de preço de ações	22,5	64,7	15,2
Risco cambial	51,3	105,4	23,0
Risco de preços de matérias-primas	29,2	35,8	19,6
Efeito de diversificação	(109,4)	(152,3)	(77,8)
Total do valor em risco em situação de esforço das unidades de negociação	124,4	169,5	103,8

¹ Foram calculados uma média, um máximo e um mínimo para o período de 1 de Outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

A tabela a seguir apresenta o montante incremental por risco (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011
Financiamento global e câmbios	83,8
Taxas globais	292,7
Negociação global de crédito	222,0
Mercados emergentes – dívida	140,9
Outros	(1,4)
Total de montante incremental por risco das unidades de negociação	738,0

A tabela a seguir apresenta a média, o máximo e o mínimo dos requisitos relativos ao risco incremental (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de €	Horizonte de liquidez da media ponderada no mês	2011		
		Média ¹	Máximo ¹	Mínimo ¹
Financiamento global e câmbios	6,0	48,0	83,8	6,5
Taxas globais	6,0	318,6	358,4	284,7
Negociação global de crédito	6,0	302,7	423,3	221,9
Mercados emergentes – dívida	6,0	90,0	140,9	23,9
Outros	6,0	(1,3)	2,2	(5,5)
Total de montante incremental por risco das unidades de negociação	6,0	758,0	846,3	697,1

¹ Foram calculados uma média, um máximo e um mínimo para o período de 1 de Outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

A tabela a seguir apresenta a medida de risco global (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011
Negociação de correlação	855,7

A tabela a seguir apresenta o máximo, mínimo e a média da medida de risco global (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano) das unidades de negociação da nossa Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento.

em milhões de €	2011			
	Horizonte de liquidez da média ponderada no mês	Média ¹	Máximo ¹	Mínimo ¹
Negociação de correlação	6,0	937,9	1.007,5	848,3

¹ Foram calculados uma média, um máximo e um mínimo para o período de 1 de Outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, as posições de titularização que utilizam a abordagem padronizada ao risco de mercado geravam ativos ponderados pelo risco de € 5,0 mil milhões e elementos de dedução de capital de € 2,2 mil milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, os requisitos de capital para risco de longevidade eram de € 32,1 milhões, correspondentes a ativos ponderados pelo risco no valor de € 400,9 milhões.

Valor em risco no Postbank

A tabela a seguir apresenta o valor em risco da carteira de negociação do Postbank (calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia).

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Risco de taxa de juros	3,9	1,8
Risco de preço de ações	–	0,2
Risco cambial	0,0	0,2
Risco de preços de matérias-primas	–	–
Efeito de diversificação	(0,0)	(0,0)
Valor total em risco de carteira de negociação do Postbank	3,9	2,0

O aumento do valor em risco do Postbank de, € 2,0 milhões no final de 2010 para € 3,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 deve-se em grande parte ao aumento de uma posição longa no extremo curto da curva de rentabilidades no âmbito da carteira de recompras. O «efeito de diversificação» reflete o facto de que o valor em risco total num determinado dia será menor do que a soma do valor em risco relativo às classes de risco individuais. Se nos limitássemos a somar os montantes do valor em risco das classes de risco individuais para calcular um valor em risco agregado, estaríamos a supor que as perdas em todas as categorias de risco ocorrem simultaneamente.

A tabela a seguir apresenta a média, o máximo e o mínimo do valor em risco (com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia) da carteira de negociação do Postbank.

em milhões de €	Total	Efeito de diversificação	Risco de taxa de juro	Risco de preço de ações	Risco cambial	Risco de preços de matérias-primas
			2011	2011	2011	2011
Média ¹	3,2	(0,2)	3,2	0,1	0,1	–
Máximo ¹	8,2	(0,0)	8,1	0,4	0,5	–
Mínimo ¹	1,1	(0,8)	1,1	0,0	0,0	–

¹ Em 2010, os valores em risco médio, máximo e mínimo não sofreram variações materiais no período desde a consolidação do Postbank.

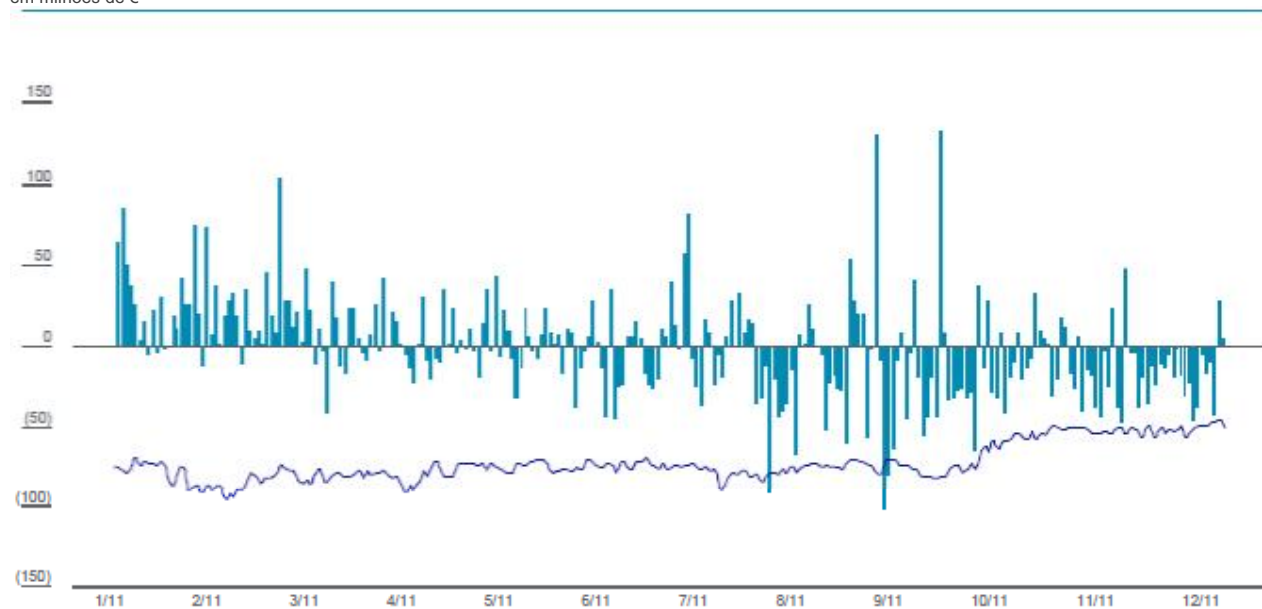
Testes a posteriori regulamentares relativamente a risco de mercado relacionado com negociação

Os testes a posteriori são um procedimento utilizado para verificar a capacidade preditiva dos cálculos do valor em risco, e passam pela comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos com base no pressuposto «comprar e manter» com as estimativas do nosso modelo de valor em risco. Um discrepante (*outlier*) é uma perda hipotética de negociação do tipo «comprar e manter» que excede a nossa estimativa de valor em risco. Em média, é de esperar que um nível de confiança de 99 por cento gere um ou dois discrepantes. Nos nossos testes a posteriori regulamentares de 2011 observámos três discrepantes globais, em comparação com os dois de 2010. Os discrepantes ocorreram entre agosto e setembro, na sequência do aumento da volatilidade do mercado. Mantemos a convicção de que o nosso modelo de valor em risco continuará a ser uma medida adequada do nosso risco de mercado relacionado com negociação em condições normais de mercado.

O gráfico seguinte apresenta os resultados diários da negociação «comprar e manter», em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. Os valores são apresentados em milhões de euros e excluem contribuições da carteira de negociação do Postbank, que é calculada separadamente.

Receitas da negociação «comprar e manter» e valor em risco das unidades de negociação em 2011

em milhões de €



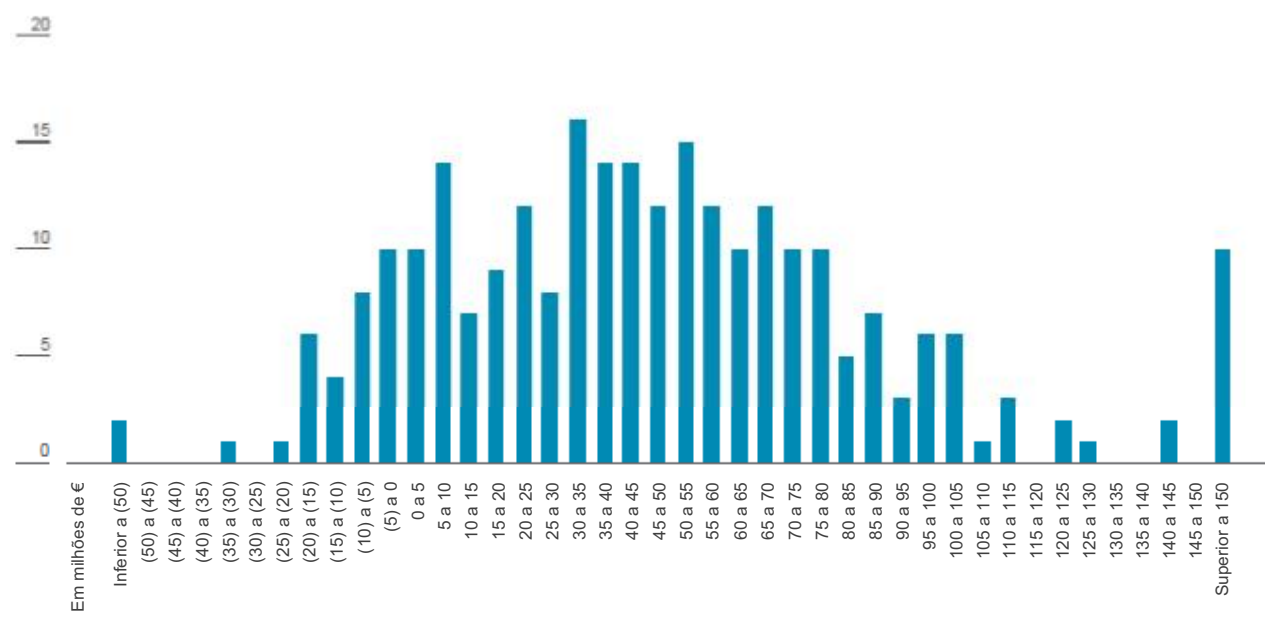
— Receitas da negociação «comprar e manter» das unidades de negociação
— Valor em risco

Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O seguinte histograma apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2011 (excluindo o Postbank). O histograma apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de receitas de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Receitas das unidades de negociação em 2011

Dias



As nossas unidades de negociação alcançaram receitas positivas efetivas em 88% dos dias de negociação em 2011 (contra 92% em 2010).

Utilização de capital económico relativamente ao risco de mercado relacionado com negociação

A utilização de capital económico relativamente ao risco de mercado decorrente das unidades de negociação totalizou € 4,7 mil milhões no final de 2011, em comparação € 6,4 mil milhões no final de 2010.

O risco de mercado negociado diminuiu € 0,7 mil milhões e o risco de incumprimento negociado diminuiu € 1,0 mil milhões. Ambos os riscos foram influenciados por uma redução generalizada do risco, bem como pelo posicionamento defensivo em todas as classes de ativos à medida que a crise soberana europeia se agravava. A contribuição do Postbank para a nossa utilização de capital económico relativamente ao nosso risco de negociação de mercado foi mínima.

O capital económico para risco de incumprimento negociado representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração de produtos de crédito com nível de confiança de 99,98%, tendo em conta os horizontes das respetivas subcarteiras de liquidez. Abrange as seguintes posições:

- Ativos da carteira bancária ao justo valor;
- Produtos de crédito não titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação;
- Produtos titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação;
- Carteira de negociação de correlação.

O capital económico para risco de incumprimento negociado no que se refere à carteira de negociação de correlação é obtido através da expansão do respetivo capital regulamentar, no âmbito da medida de risco global, para o nível de confiança do capital económico. A expansão é realizada por recurso à Teoria do Valor Extremo.

Relativamente a todas as outras posições negociadas é calculado o capital económico para risco de incumprimento negociado através do nosso modelo de carteira de crédito. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto relativamente ao capital económico para risco de incumprimento negociado e relativamente ao capital económico para risco de crédito. Os parâmetros importantes no que se refere ao risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. As exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento derivam de informações de mercado e de notações de crédito externas relativamente à carteira de negociação e a avaliações internas relativamente à carteira bancária no que se refere ao capital económico para risco de crédito. As migrações de notação são regidas por matrizes de migração, as quais são obtidas a partir de séries temporais históricas de classificações de agências de notação e de observações internas. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Gestão de risco de mercado sem relação com negociação

A Gestão de risco de mercado sem relação com negociação acompanha uma série de exposições a riscos resultantes de várias atividades e iniciativas no âmbito do negócio. Devido à variedade de características de risco, a Gestão de risco de mercado sem relação com negociação está dividida em três áreas:

- Equipa principal de risco de mercado sem relação com negociação, responsável por riscos de mercado em Clientes Privados e Empresariais, Banca de Transações Globais, Gestão de Património Privado e Investimentos de Empresas, bem como por riscos estruturais cambiais, riscos de compensação de capital e riscos de pensões.
- Investimentos por conta própria – equipa especializada em aspetos relacionados com o risco das nossas atividades sem relação com negociação em atividades relacionadas com ativos alternativos, que realiza análises periódicas do perfil de risco das carteiras de ativos alternativos sem relação com negociação.
Risco de Gestão de Ativos e fundos. Os principais riscos nesta área decorrem de risco de desempenho e/ou garantias principais e de risco reputacional relacionado com a gestão de fundos de clientes.

A maioria dos riscos cambiais e de taxa de juros decorrentes de ativos sem relação com negociação e de posições de passivo do Deutsche Bank, excluindo o Postbank, foram transferidos por meio de coberturas internas para carteiras de negociação no âmbito da Banca para Empresas e Banca de Investimento e, assim, são refletidos e geridos através dos montantes de valor em risco. De entre os riscos remanescentes que não tenham sido transferidos através dessas coberturas, o risco cambial é mitigado através do financiamento correspondente do investimento na mesma moeda, pelo que apenas permanece risco residual nas carteiras. Relativamente a estas posições residuais permanece um risco imaterial de taxa de juros resultante do desfaseamento entre o prazo de financiamento e o prazo esperado do investimento.

A exposição ao risco cambial estrutural decorre de capital e resultados acumulados em moedas que não o euro em determinadas subsidiárias, e representa a maior parte do risco cambial da nossa carteira não negociada.

Além dos riscos supramencionados, a equipa de Gestão de risco de mercado sem relação com negociação tem a incumbência de acompanhar e gerir os riscos decorrentes dos nossos planos de remuneração em capital e de responsabilidades com pensões. A equipa também gere os riscos relacionados com as atividades de gestão de ativos, que resultam principalmente de fundos garantidos. Além disso, os nossos negócios de Clientes Privados e Empresariais, Banca de Transações Globais e Gestão de Património Privado estão sujeitas a risco de modelo no que diz respeito aos depósitos dos clientes, bem como relativamente a produtos de poupança e empréstimos. Este risco materializa-se se o comportamento do cliente em resposta às variações das taxas de juros se desviar substancialmente de valores históricos observados.

O Comité Executivo de Risco e o Comité de Capital e Risco supervisionam as exposições de risco de mercado sem relação com negociação. As propostas de investimento em investimentos estratégicos são analisadas pelo Comité de Investimentos do Grupo. Dependendo da magnitude, um investimento estratégico requer a aprovação do Comité de Investimento do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização. A evolução dos investimentos estratégicos é acompanhada pelo Comité de Investimentos do Grupo de forma regular. Vários membros do Comité de Capital e Risco são também membros do Comité de Investimentos do Grupo, assegurando uma estreita ligação entre ambos os comités, pois as propostas de investimentos estratégicos são analisadas pelo Comité de Investimentos do Grupo.

Avaliação do risco de mercado de carteiras sem relação com negociação (excluindo o Postbank)

O risco de mercado é quantificado através da utilização de procedimentos de testes de esforço. Utilizamos testes de esforço específicos de cada classe de risco que consideram, entre outros fatores, variações de grande magnitude historicamente observadas no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e alterações no comportamento do cliente em relação a produtos de depósito. Essa avaliação constitui a base dos cálculos de capital económico que nos permitem acompanhar e gerir ativamente o nosso risco de mercado sem relação com negociação.

Avaliação do risco de mercado das carteiras sem relação com negociação do Postbank

O Postbank utiliza o conceito de valor em risco para quantificar e acompanhar o risco de mercado que assume na carteira bancária. O valor em risco é calculado através de um método de simulação Monte Carlo. Os fatores de risco tidos em conta no valor em risco incluem taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio e volatilidades, juntamente com os riscos decorrentes de alterações nos diferenciais de crédito. Os efeitos de correlação entre os fatores de risco são derivados de dados históricos com ponderação equitativa.

O Deutsche Bank não utiliza a medida do valor em risco do Postbank nos seus riscos de mercado sem relação com negociação. No entanto, os riscos do Postbank integram os resultados de capital económico do Grupo.

Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado sem relação com negociação por divisão de negócio

A tabela abaixo apresenta a utilização de capital económico nas nossas carteiras sem relação com negociação por divisão de negócio e inclui a utilização do capital económico do Postbank, calculada utilizando a nossa metodologia.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
BEI	972	1.351
CPGA	3.376	3.524
Investimentos de Empresas	1.418	1.051
Consolidação e ajustamentos	1.512	814
Total	7.278	6.740

A utilização de capital económico para efeitos de risco de mercado não relacionado com negociação totalizou € 7,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um valor € 0,5 mil milhões (ou 8%) superior à nossa utilização de capital económico no final de 2010.

A diminuição do capital económico para risco de mercado sem relação com negociação da área de Banca para Empresas e Banca de Investimento («BEI»), que montou a € 379 milhões, deveu-se principalmente à transferência de um empréstimo subordinado para Investimentos de Empresas e a várias vendas no âmbito da carteira de investimentos da Banca para Empresas e Banca de Investimento.

A utilização de capital económico para Clientes Privados e Gestão de Ativos («CPGA») diminuiu € 148 milhões em 2011. A redução foi causada principalmente por uma utilização menor de capital económico na carteira de Gestão de Ativos de Fundos Garantidos (redução de € 504 milhões), que se deveu a alterações nos elementos do fundo, na composição da carteira e nos perfis de maturidade otimizados. As vendas de ativos no âmbito da carteira Sal. Oppenheim reduziram adicionalmente o capital económico em € 150 milhões. Estas reduções de exposição foram parcialmente compensadas pela utilização adicional de capital económico para efeitos do nosso aumento de participação no Hua Xia Bank Company Limited (€ 619 milhões).

O aumento de € 367 milhões no capital económico de Investimentos de Empresas («IE») deveu-se principalmente à supramencionada transferência de um empréstimo subordinado e ao aumento da exposição a outros ativos, com um aumento de capital económico de € 194 mil milhões. A principal alteração em Consolidação e Ajustamentos deveu-se a um aumento do risco cambial estrutural de € 533 milhões.

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado sem relação com negociação

Em 2011, a classificação das principais categorias foi redefinida no que se refere às nossas carteiras sem relação com negociação, harmonizando-as totalmente com o processo de gestão e governação do risco interno.

A tabela abaixo apresenta os valores contabilísticos e a utilização de capital económico em separado relativamente às nossas carteiras sem relação com negociação no que se refere a 2011 e os respetivos valores em 2010 utilizando a mesma categorização.

	Valor contabilístico		Utilização de capital económico	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
m mil milhões de €				
Investimentos estratégicos	2,9	2,1	1,2	0,6
Ativos alternativos ¹	6,9	8,7	2,2	2,5
Investimentos por conta própria	2,6	3,7	0,9	1,0
Outros ativos de investimento não estratégico	4,3	5,0	1,3	1,5
Outros riscos de Mercado sem relação com negociação ²	N/A	N/A	3,9	3,6
Total	9,8	10,8	7,3	6,7

¹ Inclui participações detidas pelo Postbank com um valor contabilístico de € 1,5 mil milhões (2010: € 1,9 mil milhões) e CE de € 0,0 mil milhões (2010: € 0,1 mil milhões).

² N/A indica que o risco está relacionado principalmente com elementos fora do balanço e passivos; inclui CE de € 0,9 mil milhões (2010: € 0,9 mil milhões) referente ao Postbank.

Os valores totais de capital económico para risco de mercado sem relação com negociação não levam atualmente em conta os benefícios da diversificação entre as categorias de ativos, exceto no que se refere aos benefícios associados a remuneração em capital próprio, ao risco cambial estrutural e ao risco de pensões.

- **Investimentos estratégicos.** A utilização de capital económico, no valor de € 1,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, devia-se principalmente às nossas participações no Hua Xia Bank Company Limited e na Abbey Life Assurance Company.
- **Ativos alternativos.** A carteira de ativos alternativos inclui investimentos por conta própria, investimentos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e pequenos investimentos em fundos de cobertura. Os investimentos por conta própria são compostos de investimentos diretos em capital fechado, dívida *mezzanine*, investimentos de curto prazo em fundos de aquisição através de financiamento por contração de empréstimos (*buy-out*), capital de continuidade para fundos alavancados *buy-out* e transações lideradas por capital fechado. A carteira de ativos alternativos apresenta alguma concentração em infraestrutura e ativos imobiliários. A utilização total de capital económico no caso desta carteira era de € 2,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011.
- **Outros riscos de mercado sem relação com negociação:**
 - Risco de taxa de juros. Além da afetação de capital económico para risco direto de taxa de juros na carteira de riscos de mercado não relacionados com negociação, uma componente principal desta categoria é a transformação dos prazos de depósitos de curto prazo contratualmente curtos. A duração efetiva dos depósitos de curto prazo contratualmente curtos baseia-se no comportamento observável do cliente, na elasticidade das taxas dos depósitos relativamente às taxas de juros de mercado (ETD), na volatilidade dos saldos de depósitos e no próprio diferencial de crédito do Deutsche Bank. O capital económico é derivado pela intensificação dos pressupostos de modelação, em particular a ETD, relativamente à duração efetiva dos depósitos *overnight*. No cálculo da duração efetiva e das exposições opcionais do nosso negócio de hipotecas são tidas em conta características comportamentais e económicas. No total, a utilização de capital económico era de € 1,5 mil milhões para risco de taxa de juros em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente a Clientes de Capital Fechado incluindo o Postbank, a BHW e o DB Bauspar.
 - Risco de remuneração em capital. Risco decorrente de posição estrutural curta no preço das nossas próprias ações, devido a ações restritas. A utilização do capital económico era de € 101 milhões negativos em 31 de dezembro de 2011, apresentando-se diversificada. A contribuição negativa para o nosso capital económico diversificado decorreu do facto de que uma redução do preço das ações do Banco num cenário de recessão, tal como expresso pela metodologia de cálculo de capital económico, reduziria o impacto negativo sobre a nossa posição de capital decorrente de passivos em matéria de remuneração em capital.

- Risco de pensões. Risco decorrente das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo risco de taxa de juros e risco de inflação, risco de diferencial de crédito, risco de capital e risco de longevidade. A utilização de capital económico, à exceção Postbank, era de € 141 milhões em 31 de dezembro de 2011. Os requisitos de capital económico afetados ao nível do Grupo Deutsche Bank para os respetivos riscos de pensões do Postbank totalizaram € 50 milhões.
- Risco cambial estrutural. Exposição cambial decorrente de capital não coberto e de resultados retidos em moedas que não o euro em determinadas subsidiárias. A utilização do capital económico era de € 1,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando-se diversificada.
- Fundos garantidos. A utilização de capital económico era de € 931 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Valor em risco na carteira bancária do Postbank

A tabela a seguir apresenta o valor em risco da carteira bancária do Postbank (calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia). O cálculo inclui todas as posições substanciais sujeitas a risco de mercado na carteira bancária, com a maioria da exposição a decorrer de riscos de taxa de juros e de diferenciais de crédito.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Média ¹	109,1	—
Máximo ¹	139,7	—
Mínimo ¹	77,7	—
Final do período	139,7	121,6
Limite no final do período	165,0	152,3

¹ Em 2010, o valor em risco médio, máximo e mínimo não sofreu variação material no período desde a consolidação do Postbank.

Risco operacional

Definição de risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de falha ou incumprimento (inclusivamente em decorrência de risco legal) em relação a colaboradores, cadernos de encargos e documentação contratual, tecnologia, falhas e desastres relacionados com infraestrutura, influências externas e relações com clientes.

O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

Estrutura organizacional

O Diretor de Risco Operacional e de Gestão da Continuidade do Negócio preside ao Comité de Gestão do Risco Operacional, um subcomité permanente do Comité Executivo de Risco composto por colaboradores operacionais da área de risco das nossas divisões de negócio e das nossas funções de infraestrutura. É o principal comité de decisão relativamente a todas as questões operacionais de gestão de risco.

Embora a gestão corrente do risco operacional resida nas nossas divisões de negócio e funções de infraestrutura, a função de Risco Operacional e de Gestão da Continuidade do Negócio gere o risco cruzado entre divisões e o risco cruzado operacional regional, bem como as concentrações de risco, garantindo uma aplicação coerente da nossa estratégia de gestão do risco operacional de todo o Banco. Com base neste Modelo de Parceria de Negócios asseguramos um controlo estrito e uma elevada vigilância do risco operacional.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos o risco operacional com base numa estrutura consistente que abrange todo o Grupo, e que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa apetência pelo risco, bem como identificar sistematicamente questões de risco operacional e concentração de modo a definirmos medidas e prioridades de mitigação de risco.

Aplicamos um conjunto de técnicas para gerir com eficiência o risco operacional do nosso negócio – por exemplo:

Realizamos análises de riscos sistemáticos, análises de causas e atividades de recolha de ensinamentos relativamente aos eventos supramencionados superiores a € 1 milhão para identificar as áreas inerentes de risco e definir ações apropriadas de mitigação de risco, as quais são acompanhados até à resolução. A recolha contínua de todas as perdas acima de € 10 mil decorrentes de eventos de risco operacional no nosso sistema de relato de incidentes («db-Incident Reporting System») é pré-requisito destas análises detalhadas e da informação atempada da gestão sénior relativamente à evolução dos eventos de risco operacional e de eventos de únicos de maior magnitude.

— Utilizamos sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco.

São utilizados indicadores cruciais de risco («ICR») para acompanhar o perfil de risco operacional e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Esses indicadores permitem, através do nosso instrumento «dbScore», o acompanhamento da cultura de controlo do banco e do contexto de negócios e ativar ações mitigadoras de risco. Os ICR facilitam a gestão prospetiva do risco operacional com base em sinais de alerta precoce e, assim, uma afetação de capital através de uma adaptação qualitativa.

— No âmbito do nosso processo ascendente de avaliação, realizado pelo menos anualmente, são destacadas áreas com elevado risco potencial e identificadas medidas de mitigação de risco para resolver os problemas surgidos. Em geral, isto é realizado no nosso instrumento «dbSAT». Realizamos regularmente seminários sobre risco com o objetivo de avaliar os riscos específicos de países em que operamos e entidades locais através das quais operamos e de tomar medidas adequadas de mitigação de risco.

— Para além da informação relativa a perdas internas e externas, são utilizados cenários a partir dos quais elaboramos medidas a serem implementadas. O conjunto de cenários consiste em cenários externos relevantes decorrentes de uma base de dados pública e em cenários internos. Os últimos são montados de forma a alcançarmos uma cobertura completa dos riscos.

Os relatórios regulares do perfil de risco operacional ao nível do Grupo no que se refere às nossas divisões de negócio, aos países em que operamos e às nossas funções de infraestrutura são revistos e discutidos com a gestão sénior de departamento. O desempenho regular das análises do perfil de risco permitem-nos detetar precocemente alterações no perfil de risco das unidades, bem como concentrações de risco ao nível de todo o grupo, e tomar medidas corretivas.

- Avaliamos e aprovamos o impacto de alterações no perfil de risco do Grupo em resultado de novos produtos, subcontratações, iniciativas estratégicas e aquisições e desinvestimentos.
- Uma vez que os riscos operacionais são identificados, torna-se necessária mitigação em conformidade com o princípio «tão reduzido quanto razoavelmente praticável» (TRQRP), equilibrando o custo de mitigação com os benefícios da mesma e aceitando formalmente o risco residual. Os riscos que infrinjam regulamentos e legislação nacionais ou internacionais aplicáveis não podem ser aceites; uma vez identificados, esses riscos devem ser sempre mitigados.
- No âmbito do nosso instrumento «dbTrack», acompanhamos as medidas mitigadoras de risco identificadas através de técnicas de gestão do risco operacional até à resolução. Os riscos com estatuto superior aos riscos operacionais residuais importantes têm de ser aceites pelo CGRO.
- Realizamos análises de risco de hierarquia superior nas quais são considerados os resultados das atividades supramencionadas. As análises de risco de hierarquia superior contribuem sobretudo para a estratégia de gestão do risco operacional e o processo de planeamento anuais. Além do planeamento estratégico e tático da gestão do risco operacional, definimos o capital e os objetivos de perdas esperadas, que são acompanhados regularmente no âmbito do processo de previsão trimestral.
- Aplicamos um processo padronizado de garantia de qualidade para rever decisões de gestão de risco e de qualidade e os dados de partida do modelo.

Medição dos nossos riscos operacionais

O aumento do capital económico deveu-se principalmente à implementação de uma nova margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, destinado a cobrir riscos legais imprevistos decorrentes da atual crise financeira.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
BEI	3.873	2.735
CPGA	917	939
IE	56	8
Utilização total de capital económico para risco operacional	4.846	3.682

Calculamos e medimos o capital económico e regulatório para risco operacional utilizando a metodologia interna AMA. O capital económico, derivado da percentagem de 99,98%, é afetado aos negócios e utilizado na medição de desempenho na afetação de recursos, constituindo um incentivo relativamente à gestão do risco operacional e otimizando a utilização de capital económico. O risco operacional de capital regulamentar aplica-se ao percentil 99,9%. O nosso cálculo interno do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. As perdas brutas ajustadas para ter em conta recuperações diretas a partir de dados históricos de perda internos e externos (dados da ORX – Operational Riskdata eXchange Association, ou Associação de Intercâmbio de Informação sobre Risco relativos a consórcio e cenários externos derivados de uma base de dados pública), bem como dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (isto é, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). Posteriormente, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas ao longo de um período de um ano. Finalmente, os benefícios de mitigação de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na Simulação Monte Carlo. Os benefícios de correlação e diversificação são aplicados às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é, então, afetado a cada uma das divisões de negócio, sendo efetuados um ajustamento qualitativo («AQ») e uma dedução de perdas esperadas.

O AQ reflete a eficácia e o desempenho das atividades de gestão do risco operacional correntes através dos ICR e de classificações de autoavaliação, com enfoque no contexto de negócios e em fatores internos de controlo. O AQ é aplicado como percentagem de ajustamento ao valor final de capital. Essa abordagem faz com que o Ajustamento qualitativo seja transparente do ponto de vista da gestão dos negócios e dê indicações sobre os perfis de risco, bem como sobre o grau de sucesso das respetivas gestões do risco operacional. Assim, prevê incentivos para que os negócios melhorem continuamente gestão do risco operacional nas suas áreas.

A perda esperada por risco operacional baseia-se na experiência histórica de perdas e nos pareceres de especialistas, considerando alterações nos negócios que denotam o custo esperado das perdas operacionais do funcionamento dos mesmos. Na medida em que é considerado nos planos de negócio das divisões, é deduzido ao valor de capital AMA. As perdas inesperadas das divisões de negócio (após AQ e perda esperada) são agregadas para calcular o valor de capital AMA do Grupo.

Desde 2008 que temos aprovação por parte da BaFin quanto à utilização de AMA. Aguardamos aprovação regulatória para integrar o Postbank no nosso cálculo de capital regulamentar.

Conceito de testes de esforço em matéria de gestão do risco operacional

Realizamos testes de esforço de forma regular e separada relativamente à nossa metodologia AMA para analisar o impacto de situações extremas no nosso capital e na conta de resultados. Em 2011 iniciámos testes de esforço trimestrais com base em estudos de impacto relativos a três diferentes cenários de esforço, com aumento gradual da intensidade. Além disso, realizamos análises de sensibilidade complementares e contribuimos para testes de esforço ao nível de todo o Grupo, incluindo testes de esforço invertidos.

Modelo de Validação AMA e Conceito de Garantia de Qualidade

Validamos de forma independente todos os nossos componentes do modelo AMA, tais como, entre outros, análise de cenários, ICR e avaliações de risco, perda esperada e perda de dados internos individualmente. Os resultados do exercício de validação são resumidos nos relatórios de validação e os problemas identificados são acompanhados até à resolução. Assegura-se, assim, um permanente aperfeiçoamento das metodologias. São realizadas análises de Garantia de Qualidade relativamente aos componentes do modelo AMA que necessitam de introdução de dados fornecidos pela divisão de negócios e resultam em impacto no capital. Os dados e as informações são confirmados e comparados entre divisões de negócio para garantir a consistência e a adequação de qualquer redução ou aumento de capital.

Papel dos Seguros Empresariais/Deukona

A definição da nossa estratégia de seguros e da política e diretrizes que a orientam é responsabilidade da nossa unidade especializada Seguros Empresariais/Deukona («SE/D»). A área de SE/D é responsável pela nossa política global de seguros empresariais, a qual é aprovada pelo nosso Conselho de Administração.

A SE/D é responsável pela aquisição de coberturas de seguro e por negociar as condições contratuais e prémios. A SE/D também tem um papel importante na afetação do prémios de seguro aos negócios. Os especialistas da SE/D contribuem para a elaboração de um método que reflita os seguros nos cálculos de capital e são responsáveis por calcular parâmetros que reflitam requisitos regulamentares. Esses cálculos validam as definições dos parâmetros em matéria de seguros utilizados no modelo AMA e fornecem as respectivas atualizações. A SE/D está ativamente envolvida nos esforços do setor no sentido de refletir o efeito dos seguros nos resultados dos cálculos de capital.

Adquirimos seguros com o objetivo de nos protegermos contra substanciais perdas inesperadas e imprevisíveis. Os procedimentos de identificação, definição de magnitude e estimação utilizados baseiam-se nos conceitos, reconhecidos em matéria de seguros, de «senso comum», «produtos mais recentes» (*state-of-the-art*) e/ou «análise comparativa». O limite máximo por risco segurado tem em conta a fiabilidade da seguradora e uma relação custo/benefício, especialmente nos casos em que o mercado de seguros tenta reduzir a cobertura por meio de apólices de acesso restrito/limitadas e exclusões específicas.

Trabalhamos com várias companhias de seguros cativas, quer primárias quer resseguradoras. No entanto, os contratos de seguros fornecidos apenas são considerados em termos de modelação/cálculo das reduções relacionadas com seguros de requisitos de capital para risco operacional nos casos em que o risco é ressegurado no mercado de seguros externo.

O valor do capital regulamentar inclui uma dedução para cobertura de seguros no valor de € 491 mil milhões. Atualmente não são reconhecidas no modelo AMA técnicas de transferência de risco além de seguros.

A SE/D seleciona parceiros em matéria de seguros em estrita conformidade com os requisitos regulamentares especificados nos Regulamentos de Solvência e na recomendação do Grupo de Especialistas em Riscos Operacionais sobre o reconhecimento de seguros em abordagens de medição avançada. A carteira de seguros, bem como as atividades de SE/D, são auditadas pela Auditoria do Grupo de forma periódica.

Risco Operacional no Postbank

A abordagem do Postbank à gestão do risco operacional é, grosso modo, comparável à abordagem do Deutsche Bank. O Conselho de Administração do Postbank é o único responsável pela gestão, controlo e acompanhamento do risco operacional. Por delegação do Conselho de Administração do Postbank, o Comité de Risco Operacional (CRO) define a estratégia e a estrutura de controlo do risco operacional. A gestão corrente do risco operacional é da responsabilidade de cada unidade no âmbito do Postbank. Os parâmetros estratégicos de gestão do risco operacional, tanto qualitativos como quantitativos, integram a estratégia global.

No âmbito do Postbank, os requisitos de capital económico para risco operacional, para o Postbank como e para cada uma das quatro divisões de negócio, foram determinados por meio de um modelo de capital interno independente para cálculo dos requisitos de capital para risco operacional. O Postbank recebeu a aprovação da BaFin relativamente ao seu AMA em dezembro de 2010.

No âmbito da consolidação do Postbank, os resultados dos requisitos de capital económico para risco operacional foram recalculados utilizando a metodologia de capital económico do Deutsche Bank para o risco operacional com base em dados agregados referentes ao Grupo Deutsche Bank e ao Postbank e são relatados de forma agregada na secção «Posição de Risco Global» deste relatório.

Risco de Liquidez no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

A gestão de risco de liquidez salvaguarda a nossa capacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento à medida que vencem. A nossa estrutura de gestão de risco de liquidez tem sido um fator importante na manutenção de uma liquidez adequada e na gestão do nosso perfil de financiamento durante 2011.

Quadro de gestão do risco

O Conselho de Administração define a nossa estratégia de risco de liquidez, e em particular a nossa tolerância ao risco de liquidez com base em recomendações realizadas pela Tesouraria e pelo Comitê de Risco e de Capital. Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicadas ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A nossa função de Tesouraria é responsável pela gestão de liquidez e do risco de financiamento do Deutsche Bank a nível mundial, conforme definido na estratégia de risco de liquidez. A nossa estrutura de gestão de risco de liquidez foi concebida para identificar, medir e gerir a posição de risco de liquidez do Grupo. A Tesouraria informa o Conselho de Administração da situação global de liquidez e financiamento do Banco pelo menos semanalmente, através de um Quadro de Pontuações de Liquidez. A nossa abordagem de gestão do risco de liquidez começa no nível intradiário (liquidez operacional), com a gestão da sequência de pagamentos diários, a previsão dos fluxos de caixa e a consideração do nosso acesso aos bancos centrais. Em segundo lugar, cobre a gestão tática do risco de liquidez, tratando do acesso a fontes de financiamento garantidas e não garantidas. Finalmente, a perspectiva estratégica compreende o perfil de maturidade de todos os ativos e passivos (Matriz de Financiamento) e a nossa estratégia de emissão.

O nosso sistema de relato de fluxos de caixas fornece informações diárias sobre o risco de liquidez aos gestores globais e regionais.

Os testes de esforço e análise de cenários desempenham um papel central na nossa estrutura de gestão de risco de liquidez. O processo também passa por uma avaliação da liquidez dos ativos, ou seja, as características do nosso inventário de ativos, em diferentes cenários de esforço, bem das necessidades de financiamento contingentes de compromissos fora do balanço. Os resultados dos testes de esforço mensais são utilizados na definição dos nossos limites de financiamento por grosso a curto prazo (garantido e não garantido), assegurando, assim, que continuamos a respeitar globalmente a tolerância de risco de liquidez do Conselho de Administração.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O nosso sistema de comunicação no âmbito do Grupo controla de forma diária todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um horizonte de 12 meses. O sistema capta todos os fluxos de caixa gerados por operações de financiamento garantidas e não garantidas. Os limites de financiamento por grosso, que são calibrados tendo em conta os nossos resultados de testes de esforço e aprovados pelo Conselho de Administração de acordo com os princípios de governação interna, expressam a nossa tolerância máxima em termos de risco de liquidez. Estes limites aplicam-se aos respetivos fluxos de caixa globais acumulados, bem como ao volume total de financiamento por grosso não garantido, sendo acompanhados diariamente. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos de mitigação contra tensões nos mercados de financiamento por grosso a curto prazo. Ao nível de cada entidade, poderemos definir os limites de saída de liquidez relativamente a um leque mais alargado de fluxos de caixa, quando tal for considerado significativo ou apropriado.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão de risco de liquidez. Os nossos principais recursos de financiamento provêm de pequenos clientes, investidores dos mercados de capital de longo prazo e de clientes de transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e empréstimos obtidos de clientes grossistas. Utilizamos os depósitos por grosso principalmente para financiar ativos líquidos. Para garantir a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos de uma licença Pfandbrief que nos permite emitir hipotecas Pfandbrief.

Em 2011 continuámos centrados no aumento dos nossos componentes estáveis de financiamento de base, mantendo o acesso aos mercados de financiamento por grosso a curto prazo, embora com um nível relativamente reduzido. O financiamento discricionário por grosso compreende vários produtos – por exemplo CD, CP, bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com prazos até um ano. A aquisição do Postbank aumentou significativamente o volume das nossas principais fontes de financiamento. No entanto, o estatuto de banco regulado e de sociedade de capital aberto do Postbank limita o nosso acesso à sua liquidez.

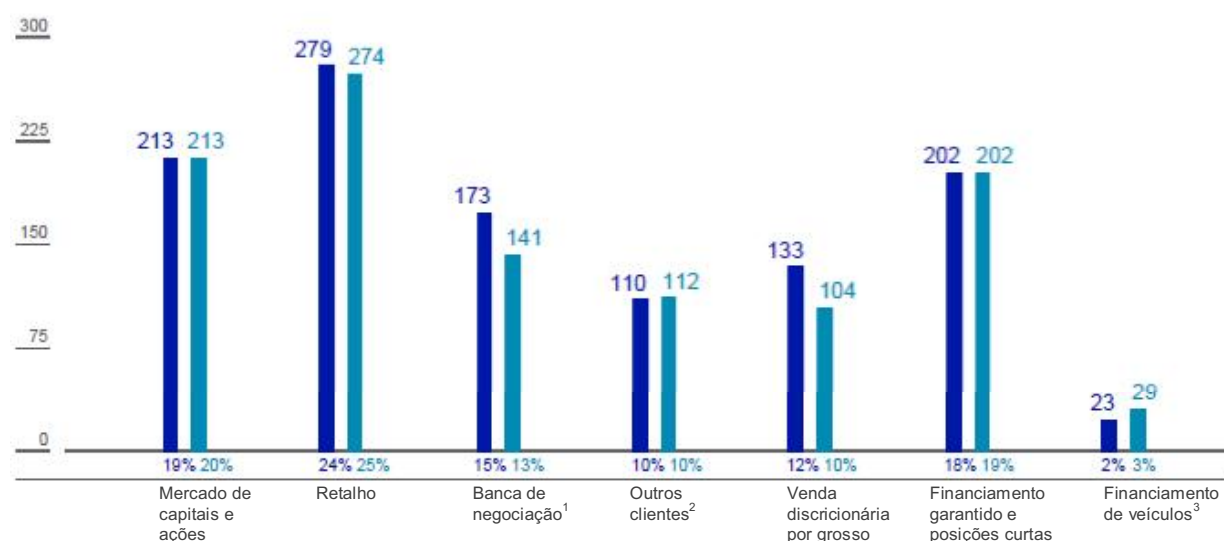
O volume global de financiamento discricionário por grosso e de financiamento garantido oscilou entre as datas de relato, em função das nossas atividades comerciais subjacentes. Os volumes mais elevados, principalmente em operações de financiamento garantido, devem-se em grande parte ao aumento das atividades relacionadas com o financiamento de valores mobiliários dos clientes, bem como a crescimento intratrimestral nas existências líquidas para transação. O crescimento no financiamento discricionário por grosso durante 2011 é principalmente reflexo do crescimento em ativos negociáveis em numerário e líquidos no âmbito da nossa Divisão Societária de Banca para Empresas e Valores Mobiliários.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo, e para garantir um sólido perfil de captação no extremo curta, o que está em conformidade com a tolerância ao risco definida, implementámos estruturas de limites (abrangendo diferentes maturidades) relativamente a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise de testes de esforço.

O gráfico a seguir apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas (de forma consolidada, incluindo a contribuição do Postbank) que contribuem para a posição de risco de liquidez em 31 de dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, em mil milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Composição das fontes de financiamento externas

Em mil milhões de €



■ 31 de dezembro de 2011: total de € 1,133 mil milhões

■ 31 de dezembro de 2010: total de € 1,075 mil milhões

¹ Os empréstimos subsidiados (por exemplo, do Kreditanstalt für Wiederaufbau e do Banco Europeu de Investimento) no valor de € 4 mil milhões, que foram incluídos em Mercado de Capitais e Ações em 31 de dezembro de 2010, foram refletidos em Outros Clientes. Após uma revisão da afetação dos passivos do Postbank em termos de financiamento durante o segundo trimestre de 2011, foram reafetados € 5 mil milhões e € 6,0 mil milhões de Mercados de Capitais e Ações e Pequenos Clientes, respetivamente, para Banca de Negociação. Os valores relativos a 31 de dezembro de 2010 apresentados acima foram ajustados em conformidade.

² Outros inclui estruturas fiduciárias de autofinanciamento (por exemplo, X-markets), saldos de caixa de margem/Corretagem Principal (Prime Brokerage) (apresentados de forma líquida)

³ Inclui veículos PCGA.

Referência: Reconciliação relativamente ao total do balanço: Derivados e saldos de liquidação de € 899 mil milhões (€ 706 mil milhões), inclusão (add-back) relativamente a efeito de compensação de saldos de caixa de Margem e de Corretagem Principal (apresentados de forma líquida) de € 73 mil milhões (€ 61 mil milhões), outros passivos não relacionados com financiamento de € 59 mil milhões (€ 63 mil milhões) em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respetivamente; os valores podem não corresponder devido a arredondamentos.

Matriz de financiamento

Identificamos todos os ativos relevantes em termos de financiamento e todos os passivos em agregados correspondentes às respetivas maturidades económicas de forma a compilar um perfil de maturidades (matriz de financiamento). Dado que os ativos negociáveis são habitualmente mais líquidos do que o que as suas maturidades contratuais indicam, determinamos perfis individuais de liquidez que refletem os respetivos valores de liquidez relativa. Tomamos ativos e passivos do negócio bancário de pequenos clientes (empréstimos hipotecários e depósitos de pequenos clientes) que apresentam um comportamento que indica estarem a ser renovados ou prorrogados, independentemente das condições do mercado de capitais, e afetamo-los a agregados temporais refletindo o prolongamento esperado. Os produtos bancários por grosso são incluídos com as respetivas maturidades contratuais.

A matriz de financiamento identifica o excesso ou a insuficiência de ativos relativamente aos passivos em cada agregado temporal, facilitando a gestão das exposições de liquidez abertas. A análise da matriz de financiamento, juntamente com o processo de planeamento estratégico de liquidez, que prevê a oferta e procura de financiamento das unidades de negócio, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão no mercado de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão no mercado de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. A partir do final de 2011 passámos a deter financiamento longo em cada um dos agregados temporais da matriz de financiamento (2 – 10 anos).

Financiamento e emissão

2011 pode ser dividido em duas metades, que foram dominadas pela evolução da crise soberana da Zona do Euro: seis primeiros meses bastante estáveis, durante os quais os nossos SRI a 5 anos negociaram num intervalo estreito de 82-132 pb, com uma média de 98 pb e, em contraste, um segundo semestre volátil durante o qual os nossos SRI negociaram no intervalo 99-316 pb, com uma média de 184 pb no período. Embora os diferenciais das nossas obrigações não apresentem o mesmo nível de volatilidade, observou-se um contraste semelhante entre os primeiros seis meses e a segunda metade do ano.

No entanto, emitimos no formato de referencial em ambos os períodos de seis meses. Até ao final do primeiro semestre de 2011 obtivemos € 13,3 mil milhões da nossa necessidade anual de € 19 mil milhões. Ao longo do segundo semestre de 2011 obtivemos mais € 9,2 mil milhões, registando um total de € 22,5 mil milhões no cômputo do ano, € 3,5 mil milhões acima do valor originalmente planeado. Particularmente notável foi uma nota de € 1,5 mil milhões a 2 anos, emitida em setembro de 2011. Com a nossa segunda emissão Pfandbrief de € 1 mil milhões em março de 2011, demonstrámos novamente o nosso acesso ao mercado relativamente a uma fonte eficiente de financiamento alternativo.

O diferencial médio da nossa emissão relativamente ao índice flutuante relevante (por exemplo, a Libor) foi de 65 pb para o ano como um todo, sem diferenças significativas entre o primeiro e o segundo semestres. Em resposta à fragilização do mercado no segundo semestre, no entanto, encurtámos o prazo médio da nossa emissão, passando de aproximadamente 5 anos no primeiro semestre para cerca de 4 anos no segundo semestre, o que resultou numa média de 4,3 anos relativamente à nossa emissão para o ano como um todo.

Em 2012 temos necessidades reduzidas de refinanciamento entre € 15 mil milhões e € 20 mil milhões. Continuamos confiantes na nossa capacidade de obter recursos no mercado privado através de vários canais, incluindo emissões de referência, colocações privadas e obrigações garantidas, bem como através de redes de pequenos clientes, e consideramos que não estamos excessivamente dependentes de qualquer segmento de mercado.

Para obter informações sobre o perfil de maturidade da nossa dívida de longo, consulte-se a Nota 31 - «Dívida de longo prazo e os títulos preferenciais» das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Preços de transferência

Operamos um quadro de preços de transferência que se aplica a todos os negócios e assegura a definição de preços de (i) ativos de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com a sua maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

No âmbito deste quadro de preços de transferência afetamos custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez às unidades de negócio da sociedade e criamos incentivos financeiros em conformidade com as diretrizes de risco de liquidez da sociedade. Os preços de transferência estão sujeitos a prêmios de liquidez (em termos de prazo), dependendo das condições de mercado. Os prêmios de liquidez são definidos pela Tesouraria e assumidos por uma conta de liquidez segregada. A conta de liquidez da Tesouraria é o agregador de custos de liquidez de longo prazo. A gestão e a afetação de custos da conta de liquidez é a variável fundamental em termos dos preços de transferência dos custos de financiamento no Deutsche Bank.

Testes de esforço e análise de cenários

Utilizamos testes de esforço e análise de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, como o *crash* da bolsa em 1987, a crise de liquidez nos EUA, em 1990, e os ataques terroristas de setembro de 2001, bem como em estudos de caso de crises de liquidez e eventos hipotéticos.

Também consideramos os ensinamentos da mais recente crise dos mercados financeiros. Incluem-se aqui o congelamento prolongado no mercado monetário e no financiamento garantido, repúdio de colateral, reduzida fungibilidade de moedas, consórcios imobilizados (*stranded syndications*), bem como outros efeitos sistêmicos de contágio. Os vários tipos de cenário cobrem eventos específicos de instituições (por exemplo, redução da notação de crédito), eventos relacionadas com o mercado (por exemplo, o risco de mercado sistêmico), bem como uma combinação de ambos, associando um choque sistêmico de mercado a uma redução da notação de crédito de vários níveis. Estes cenários são sujeitos a análises e reavaliação periódicas.

No âmbito de cada um destes cenários assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas; simultaneamente, o prolongamento do passivo estará parcialmente em imparidade, resultando em défice de financiamento. Além disso, analisamos os requisitos potenciais de financiamento de compromissos fora do balanço (por exemplo, utilização de linhas de crédito e aumento das necessidades de colateral) que poderão materializar-se em situação de tensão. Posteriormente modelamos as etapas do processo que seguiremos para contrabalançar o conseqüente défice líquido de financiamento. As contramedidas incluem o numerário e valores equivalentes disponíveis no Grupo (para além dos saldos de caixa, que são parte integrante das nossas atividades atuais de compensação e liquidação), bem como a liquidez dos ativos de títulos não onerados.

A análise da liquidez de ativos é assim, parte integral dos testes de esforço, acompanhando o volume e a localização em termos de reserva no âmbito da nossa carteira comercial consolidada de ativos não onerados líquidos, os quais podem ser utilizados para aumentar a liquidez através de operações de financiamento com garantia. O inventário de valores mobiliários inclui uma ampla variedade de diferentes títulos. Numa primeira etapa, separamos valores mobiliários ilíquidos de valores mobiliários líquidos em cada inventário. Posteriormente, atribuímos valores de liquidez (*haircuts*) a diferentes classes de valores mobiliários líquidos. A liquidez desses ativos é um elemento importante de proteção contra restrições de liquidez de curto prazo.

Os elementos mais imediatamente líquidos e de qualidade mais elevada no âmbito das categorias supramencionadas são agregados e designados separadamente como reservas de liquidez próprias. Essas reservas compreendem numerário e valores equivalentes disponíveis e títulos altamente líquidos, bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais. O volume das reservas de liquidez é uma função do resultado esperado dos testes de esforço. Essas reservas são detidas através em várias das principais dívidas e localizações em que o Banco atua. A magnitude e a composição são objeto de revisão periódica pela gestão sénior.

A tabela a seguir apresenta a composição das nossas reservas de liquidez nas datas especificadas.

Em mil milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Numerário e valores equivalentes disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	136	66
Títulos de elevada liquidez (inclui valores mobiliários soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	65	52
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais	18	32
Total de reservas de liquidez	219	150

Os testes de esforço estão totalmente integrados no nosso quadro de gestão do risco de liquidez. Para tal, usamos os fluxos de caixa grossistas contratuais por moeda e por produto ao longo de um horizonte de 8 semanas (que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez) e aplicamos o caso de esforço relevante a todos os potenciais fatores de risco relativos a produtos dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas analisamos trimestralmente o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses, em conjunto com ações de mitigação que poderão incluir alguma alteração de modelo de negócio. Os testes de esforço de liquidez servem de base aos planos de financiamento de contingência do banco que são aprovados pelo Conselho de Administração.

A análise de testes de esforço avalia a nossa capacidade de gerar liquidez suficiente em condições extremas, e é um elemento fundamental na definição do nosso objetivo em termos de posição de risco de liquidez, sendo realizada mensalmente. A tabela a seguir apresenta os resultados dos testes de esforço em 31 de dezembro de 2011. Para cada cenário, a tabela apresenta o que seria o nosso défice de financiamento acumulado num horizonte de oito semanas após a ocorrência do facto gerador, a quantidade de liquidez de contrapeso que conseguiríamos gerar através de fontes diferentes e a consequente posição de liquidez líquida.

Em mil milhões de €	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Risco de Mercado sistémico	45	226	181
Mercados emergentes	18	232	215
Redução de notação em 1 nível (específico do DB)	45	233	188
Redução de notação para A-2/P-2 (específico do DB)	168	246	78
Conjugação ³	190	241	51

¹ Déficit de financiamento causado por imparidades em prolongamento de passivos e outros fluxos de saída projetados.

² Com base na geração de liquidez por meio de contramedidas preventivas.

³ Impacto combinado de risco de mercado sistémico e redução de notação para A-2/P-2.

Atendendo à crescente importância da gestão de liquidez no setor financeiro, mantemos um diálogo ativo com os bancos centrais, os supervisores, as agências de notação e os participantes no mercado relativamente a questões relacionadas com risco de liquidez. Participamos em vários grupos de trabalho sobre liquidez e apoiamos esforços no sentido da criação de normas setoriais para avaliar e gerir o risco de liquidez nas instituições financeiras. Além dos nossos sistemas internos de gestão de liquidez, a exposição de liquidez dos bancos alemães é regulada pela Lei Bancária e pelos regulamentos emitidos pelo BaFin.

Risco de Liquidez no Postbank

Em geral, a divisão de Mercados Financeiros do Postbank é responsável pela gestão operacional centralizada do risco de liquidez. O BHW Bausparkasse AG e as suas subsidiárias estrangeiras em Nova Iorque e no Luxemburgo gerem os seus riscos de forma independente através de procedimentos e processos uniformes no âmbito do grupo Postbank. No caso de um choque de liquidez, o Comité da Crise de Liquidez tem responsabilidade e autoridade claras sobre todas as unidades do Postbank responsáveis por carteiras, bem como por todas as unidades da carteira nas suas filiais e sucursais estrangeiras.

A estratégia de risco global do Postbank engloba a sua estratégia de gestão de risco de liquidez. O objetivo da gestão de liquidez é assegurar que o Postbank é sempre solvente – não apenas sob condições normais, mas também em situações de crise. Devido ao seu enfoque estratégico como banco retalhista, o Postbank goza de uma base de refinanciamento robusta no seu negócio de pequenos clientes e, assim, é relativamente independente dos mercados monetário e de capitais. Para se proteger contra saídas de caixa inesperadas, mantém uma extensa carteira composta por títulos não onerados de elevada liquidez e elegíveis nos termos do BCE, carteira essa que pode ser utilizada para obtenção rápida de liquidez através de mercados privados ou de operações regulares do banco central. Para garantir a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos de uma licença Pfandbrief que nos permite emitir hipotecas Pfandbrief.

A área de Controlo de Risco de Liquidez do Postbank (até 30 de setembro de 2011, Controlo de Risco de Mercado) avalia a situação de liquidez do Postbank a cada dia útil, com base em análises de défice de liquidez e previsões de fluxos de caixa, sendo a gestão do risco operacional realizada com base na situação de liquidez. A gestão de risco baseia-se também numa série de análises mais abrangentes de gestão de liquidez além do planeamento regular de liquidez e emissão ao nível de todo o Grupo Postbank, e inclui também testes de esforço regulares. Os resultados dos testes de esforço no encerramento de 2011 confirmam a posição confortável do Postbank Group em termos de liquidez. Foi observado um confortável excedente de liquidez inclusivamente sob o impacto do cenário combinado de esforço extremo. Desempenham aqui papel importante a estabilidade dos depósitos de clientes e a extensa carteira de títulos do Postbank que verificam os critérios do BCE.

Análise de maturidade de passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta uma análise dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados relativamente aos passivos financeiros com vencimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31 de dezembro de 2011

em milhões de €	Em solicitação	Devidos dentro de 3 meses	Devidos entre 3 e 12 meses	Devidos entre 1 e 5 anos	Devidos depois de 5 anos
Depósitos não remunerados	99.047	–	–	–	–
Depósitos remunerados	163.620	277.462	30.600	21.736	16.008
Passivos para negociação ¹	63.886	–	–	–	–
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados ¹	838.817	–	–	–	–
Passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	99.182	45.211	6.204	6.695	9.189
Passivos por conta de contratos de investimento ²	–	604	840	1.338	4.643
Valores de Mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	452	135	11	1.018	3.170
Fundos do Banco Central adquiridos	2.866	2.050	–	–	–
Títulos vendidos com acordo de recompra	24.781	4.975	1.022	–	19
Títulos emprestados	7.643	38	–	–	451
Outros empréstimos de curto prazo contraídos	48.879	15.471	1.330	–	–
Dívida a longo prazo	3.608	9.691	26.100	83.610	68.256
Títulos fiduciários preferenciais	–	167	3.163	5.966	6.359
Outros passivos financeiros	143.375	3.788	345	660	47
Compromissos de empréstimo fora do balanço	87.433	–	–	–	–
Garantias financeiras	23.684	–	–	–	–
Total⁴	1.607.273	359.592	69.615	121.025	108.142

¹ Os saldos dos passivos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. Consideramos que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados em termos «on demand» (em solicitação), que a administração considera refletirem com mais precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos mais longos de forma significativa.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Veja-se a Nota 40 - «Contratos de Seguros e Investimentos» para obtenção de mais detalhes sobre esses contratos.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as dívidas antes do esperado. Consideramos que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

31 de dezembro de 2010

em milhões de €	Em solicitação	Devidos dentro de 3 meses	Devidos entre 3 e 12 meses	Devidos entre 1 e 5 anos	Devidos depois de 5 anos
Depósitos não remunerados	89.068	–	–	–	–
Depósitos remunerados ¹	120.154	253.772	31.725	26.178	13.087
Passivos para negociação ²	68.859	–	–	–	–
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados ^{2,3}	647.195	–	–	–	–
Passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	94.948 ^{4,5}	65.093 ⁵	8.348 ⁵	8.057	3.736
Passivos por conta de contratos de investimento ⁶	–	572	888	1.367	5.071
Valores de Mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ⁷	852	141	256	1.113	4.257
Fundos do Banco Central adquiridos	4.456	1.848	–	–	–
Títulos vendidos com acordo de recompra	2.384	14.570	3.056	1.585	23
Títulos emprestados	3.024	54	–	–	198
Outros empréstimos de curto prazo contraídos	49.904	13.439	1.495	–	–
Dívida a longo prazo	1.695	11.647	16.879	80.713	58.153
Títulos fiduciários preferenciais	–	–	2.434	4.481	5.335
Outros passivos financeiros	119.693	6.160	268	516	22
Compromissos de empréstimo fora do balanço	79.522 ⁸	–	–	–	–
Garantias financeiras	23.272 ⁸	–	–	–	–
Total⁹	1.305.026	367.298	65.351	124.011	89.881

¹ A divisão de maturidade para acumulação de depósitos de poupança incluídos em depósitos remunerados foi ajustada de modo a refletir a primeira maturidade contratual ou primeira chamada. Anteriormente, divisão de maturidade baseava-se em maturidades esperadas.

² Os saldos dos passivos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. Consideramos que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados em termos «on demand» (em solicitação), que a administração considera refletirem com mais precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos mais longos de forma significativa.

³ A contabilização da aquisição inicial relativamente ao ABN AMRO, que foi concluída em 31 de março de 2011, resultou numa redução retrospectiva de € 24 milhões no justo valor dos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição. Para mais informações, consulte-se a Nota 4 - «Aquisições e alienações».

⁴ Os valores do exercício anterior foram corrigidos em € 20,8 mil milhões devido ao valor nocional de alguns compromissos de empréstimo FVO que foram incluídos em compromissos de empréstimo fora do balanço. Foram ainda ajustados em € 5,7 mil milhões devido ao montante nocional de algumas garantias financeiras FVO que foram incluídas em garantias financeiras. Encontram-se agora corretamente incluídos no passivo financeiro designado ao justo valor por via dos resultados.

⁵ Os valores do exercício anterior foram corrigidos. Os valores de determinados títulos FVO vendidos com acordo de recompra foram transferidos dos agregados temporais «devidos em 3 meses» e «devido entre 3 e 12 meses» para «em solicitação».

⁶ Trata-se de contratos de investimento em que os termos e condições da apólice implicam que o seu valor de resgate seja igual ao justo valor. Veja-se a Nota 40 - «Contratos de Seguros e Investimentos» para obtenção de mais detalhes sobre esses contratos.

⁷ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁸ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as dívidas antes do esperado. Consideramos que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota. Os fluxos de caixa decorrentes de juros foram excluídos da tabela.

Gestão de capital

A nossa função de Tesouraria gere o nosso capital ao nível do Grupo e localmente em cada região, com a exceção de que o Postbank gere por conta própria o seu capital ao nível do grupo e localmente. A afetação de recursos financeiros, em geral, e de capitais, em particular, favorece carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Consequentemente, a Tesouraria reafeta periodicamente o capital entre carteiras de negócio.

A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Risco e de Capital e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de ações. Estamos empenhados em manter a nossa sólida capitalização. Os requisitos globais de procura e oferta de capital são constantemente acompanhados e ajustados, se necessário, para satisfazer a necessidade de capital, considerada a partir de várias perspetivas. Entre estas incluem-se o património líquido contabilístico (*book equity*), calculado com base na normas contabilísticas NIRF, o capital regulamentar e o capital económico.

A afetação de capital, a elaboração do nosso plano de financiamento e outras questões relativas a recursos são coordenadas pelo Comité de Risco e de Capital.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas filiais e subsidiárias, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Os Comités de Ativos e Passivos Locais satisfazem essas necessidades, sob coordenação das equipas de Tesouraria regionais. Além disso, garantem o cumprimento de requisitos tais como restrições relativamente a dividendos suscetíveis de transferências para o Deutsche Bank AG ou relativamente à capacidade das nossas subsidiárias concederem empréstimos ou adiantamentos ao banco que é a sociedade-mãe. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta esses requisitos legais e regulamentares.

As nossas principais moedas são o euro, o dólar dos EUA e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais moedas. O capital investido nas nossas subsidiárias e filiais estrangeiras em moedas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio, com exceção do yuan chinês, relativamente ao qual não estamos atualmente cobertos. A Tesouraria determina as moedas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas e, por fim, executa essas coberturas.

A Tesouraria está representada no Comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença garante que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de responsabilidade. Tais operações representam uma oportunidade anticíclica para criar fundos próprios de base nucleares (*core Tier 1*), recomprando emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O rácio de fundos próprios de base nucleares (*core Tier 1*) era de 9,5% no final de 2011. Encontra-se já acima do nível de 9% proposto pela Autoridade Bancária Europeia (ABE) e aprovado pelo Conselho Europeu para o Teste de Capital na EU, antes do fim do respetivo prazo (30 de junho de 2012). Cobre também o défice de € 388 milhões em relação à exposição soberana ao Espaço Económico Europeu, que foi objeto de determinação a 30 de setembro de 2011 exclusivamente para os fins do Teste de Capital na EU. Faremos o possível por respeitar o limite de 9% em 30 de junho de 2012.

No primeiro trimestre de 2011 alterámos a metodologia utilizada na afetação do capital ativo médio aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos na proporção das respetivos requisitos regulatórios. Nos termos da nova metodologia, o capital económico como base para afetação é substituído por ativos ponderados pelo risco e determinados elementos de dedução do capital regulamentar. Todos os outros elementos da estrutura de afetação de capital permanecem inalterados. O montante total atribuído continua a ser determinado com base no valor mais elevado entre a nossa exposição ao risco económico global e os requisitos de capital regulamentar. Em 2011 derivámos a nossa procura interna de capital regulamentar assumindo um rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) de 10,0%. Se a nossa participação ativa média exceder o valor mais elevado entre a exposição ao risco económico global e a procura de capital regulamentar, esse excedente é atribuído a Consolidação e Ajustamentos.

Entre a data da Assembleia Geral Anual de 2010 (27 de maio de 2010) e a data da Assembleia Geral Anual de 2011 (26 de maio de 2011), foram adquiridas 28,5 milhões de ações, das quais 0,5 milhões foram adquiridas por meio de opções de venda vendidas que foram executadas pela contraparte na data de vencimento. 22,0 milhões de ações adquiridas foram utilizadas para remuneração do capital e 6,5 milhões de ações foram utilizadas no aumento da posição de Tesouraria do Grupo para futura remuneração do capital. 9,8 milhões de ações foram

adquiridas entre 1 de janeiro de 2011 e 26 de maio de 2011, nenhuma das quais vendidas através de opções de venda. Além disso, no primeiro trimestre de 2011 foram adquiridas 10,0 milhões de opções de compra fisicamente liquidadas para cobrir remunerações de capital existentes. Estas opções de compra têm uma maturidade remanescente de mais de 18 meses e foram adquiridas no âmbito da autorização supramencionada dada pela Assembleia Geral Anual para recomprar ações através de derivados. No segundo trimestre de 2011, o grupo reestruturou 15,3 milhões de opções de compra já existentes, com o objetivo de permitir a liquidação física de acordo com a autorização supramencionada. Estas opções de compra têm um vencimento remanescente inferior a 18 meses. À data da Assembleia Geral Anual de 2011, o número de recompras de ações próprias detidas em Tesouraria era de 7,6 milhões.

A Assembleia Geral Anual de 2011 outorgou ao Conselho de Administração do Grupo autoridade para realizar recompras num máximo de 92,9 milhões ações até ao final de novembro de 2015. Desse total, 46,5 milhões de ações poderão ser adquiridas através de derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações da Assembleia Geral Anual de 2010. Entre a data da Assembleia Geral Anual de 2011 e 31 de dezembro de 2011 foram adquiridas 27,4 milhões de ações, das quais 10,9 milhões foram utilizadas para fins de remuneração em capital e 16,5 milhões foram utilizadas para aumentar a posição de Tesouraria do Grupo para remuneração de capital futura. Em 31 de dezembro de 2011, o número de ações recompradas detidas em Tesouraria totalizava 24,1 milhões.

Para tirar proveito do reduzido preço das ações do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2011, a Tesouraria ativou 10,0 milhões de opções de compra fisicamente liquidadas adquiridas no primeiro trimestre de 2011 e assumiu 10,0 milhões de opções de compra fisicamente liquidadas com preços de exercício significativamente inferiores. Estas opções de compra foram adquiridas no âmbito da autorização dada pela Assembleia Geral Anual de 2011. Dos 10,0 milhões de opções de compra, 6,0 milhões têm uma maturidade remanescente de mais de 18 meses. Além desses 10 milhões de opções de compra, a Tesouraria reestruturou opções de compra adicionais para proteger ainda mais a obrigação que o Grupo tem relativamente à entrega de ações para fins de remuneração de capital.

O total remanescente de fundos próprios de base híbridos (*hybrid Tier 1*) (substancialmente todos os títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a € 12,7 mil milhões, em comparação com € 12,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento deveu-se principalmente aos efeitos cambiais de um dólar dos EUA fortalecido sobre os fundos próprios de base híbridos denominados nessa moeda. Em 2011, o Grupo não obteve nem resgatou quaisquer fundos próprios de base híbridos.

Em 2011 o Grupo não emitiu quaisquer fundos próprios complementares inferiores (*lower Tier 2*) (passivos subordinados qualificados). Os direitos de participação nos lucros eram de € 1,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, tendo-se mantido inalterados relativamente em 31 de dezembro de 2010. Os fundos próprios complementares inferiores em 31 de dezembro de 2011 totalizavam € 9,4 mil milhões, em comparação com € 10,7 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. Os títulos preferenciais cumulativos totalizavam € 0,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011, tendo-se mantido inalterados relativamente a 31 de dezembro de 2010.

Gestão de capital no Postbank

O Postbank administra o respetivo capital acompanhando continuamente a oferta e a procura de capital. A gestão de capital tem como objetivo a adequação de capital regulamentar e económico, tendo em conta a noção de capacidade de assunção de risco. Em geral, a afetação de capital requer um retorno adequado sobre a procura de capital regulamentar. A afetação de capital é aprovada pelo Conselho de Administração do Postbank, com base num plano plurianual.

Os requisitos de capital regulatório e económico são continuamente acompanhados para permitir ajustar o capital disponível, se necessário. As previsões de procura de capital são determinadas regularmente e transportadas com base no desenvolvimento planeado do volume de negócios e dos resultados, bem como em alterações esperadas nos parâmetros de risco. Os rácios de capital são geridos em conformidade com as orientações estatutárias aprovadas pelo Conselho de Administração do Postbank, influenciando o volume de transações existentes e novas através da emissão de instrumentos de fundos próprios de base e fundos próprios complementares ou pela execução de transações de mitigação de risco no mercado de capitais.

Gestão do balanço

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. A nossa função de gestão de balanço tem a incumbência de acompanhar e analisar a evolução do balanço, incluindo determinados índices de balanço observáveis no mercado. Esta informação promove discussões e ações de gestão por parte do Comité de Risco e de Capital. Embora acompanhem as evoluções do balanço em termos das NIRF, a nossa gestão do balanço centra-se principalmente nos valores ajustados utilizados na nossa definição de objetivo de alavancagem, que é calculada utilizando ativos totais ajustados e valores de capital próprio totais ajustados.

Da mesma forma, o Postbank segue uma abordagem de gestão financeira orientada para o valor que inclui a gestão do balanço.

Grau de alavancagem (definição objetivo): Calculamos o nosso índice de alavancagem como uma medida financeira não-GAAP, dividindo os ativos totais pelo capital próprio total. Divulgamos um índice de alavancagem ajustado, que é calculado utilizando uma definição objetivo, e que é objeto dos seguintes ajustamentos no que se refere aos ativos e ao capital próprio relatados nos termos das NIRF:

- O total de ativos nos termos das NIRF é ajustado de modo a refletir as provisões de compensação adicionais para cálculo dos ativos totais ajustados. Segundo as NIRF, a compensação de ativos e passivos financeiros é necessária se (1) uma entidade tem presentemente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos; e (2) tem intenção de liquidar de forma líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A NIRF incide especificamente sobre a intenção de liquidar de forma líquida no decurso normal dos negócios, independentemente dos direitos em incumprimento. Como a maioria dos contratos de derivados abrangidos por um acordo-quadro de compensação não líquida de forma líquida no decurso normal dos negócios, têm, segundo as NIRF, de ser apresentados em termos brutos. Os acordos de recompra e de revenda são também apresentados em termos brutos, pois também não liquidam de forma líquida no decurso normal dos negócios, mesmo quando cobertos por um acordo-quadro de compensação. Tem sido prática do setor nos EUA compensar os valores a receber e os valores a pagar em transações não liquidadas *regular way*. Tal não é permitido pelas NIRF. Realizamos os ajustamentos de compensação descritos acima no cálculo da definição do objetivo do rácio de alavancagem.

— O total do capital próprio nos termos das NIRF é ajustado de modo a refletir segundo um procedimento pro forma ganhos e perdas ao justo valor relativamente à nossa própria dívida (após impostos, cuja estimativa assume que uma parte substancial da nossa própria dívida foi designada ao valor justo), obtendo-se o capital próprio total ajustado. A taxa aplicada neste cálculo é a taxa de imposto uniforme combinada de 35%.

Aplicamos estes ajustamentos ao cálculo do índice de alavancagem de acordo com a definição do objetivo com o objetivo de melhorar a comparabilidade com os concorrentes. Na gestão do negócio, a definição do objetivo do rácio de alavancagem é utilizada de forma consistente em todo o Grupo. Em comparação com a nossa definição do objetivo do rácio de alavancagem, ainda existiram diferenças na forma como os concorrentes calculam os seus índices de alavancagem. Assim, o nosso índice de alavancagem ajustado não deve ser comparado com índices de alavancagem de outras sociedades sem considerar as diferenças no cálculo. Não é provável que o nosso índice de alavancagem de acordo com a nossa definição objetivo seja idêntico, ou sequer necessariamente indicativo, relativamente ao que seria o nosso índice de alavancagem em qualquer requisito de rácio de alavancagem bancária regulamentar, atual ou futuro.

A tabela a seguir apresenta os ajustamentos efetuados ao cálculo do nosso índice de alavancagem, de acordo com a definição do objetivo.

Em mil milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Total de ativos (NIRF)	2.164	1.906
Ajustamento para compensação adicional de derivados	(782)	(601)
Ajustamento para compensação adicional de liquidações pendentes	(105)	(86)
Ajustamento para compensação adicional de acordos de revenda	(10)	(8)
Total de ativos (ajustado)	1.267	1.211
Total do capital próprio (NIRF)	54,7	50,4
Ajustamento para ganhos ou perdas pró-forma ao justo valor sobre a própria dívida do Grupo (depois de impostos) ¹	4,5	2,0
Total do capital próprio (ajustado)	59,2	52,4
Índice de alavancagem com base no capital próprio total		
De acordo com o NIRF	40	38
De acordo com a definição objetivo	21	23

¹ O efeito fiscal cumulativo em ganhos ou perdas pró-forma ao justo valor em tal dívida própria era de € 2,4 mil milhões negativos e de € 1,1 milhões negativos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, em termos consolidados, o nosso índice de alavancagem de acordo com a nossa definição objetivo de 21 reduziu-se ainda mais em comparação com o final do exercício anterior, e está claramente abaixo do nosso objetivo de alavancagem de 25. O nosso índice de alavancagem calculado como a proporção de ativos totais nos termos das NIRF relativamente ao capital próprio total nos termos das NIRF era de 40 em 31 de Dezembro de 2011, um ligeiro aumento em comparação com o valor de 38 no final de 2010.

Posição global de risco

Capital económico

Para determinar a nossa posição de risco global (não regulamentar) consideramos geralmente os benefícios da diversificação entre todos os tipos de risco, exceto no que se refere ao risco do negócio, que agregamos por adição simples.

A tabela abaixo apresenta a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado relativamente a risco de crédito, de mercado, operacional e de negócio nas datas especificadas.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Utilização de capital económico		
Risco de crédito	12.812	12.785
Risco de mercado	12.003	13.160
Risco de mercado relacionado com negociação	4.724	6.420
Risco de mercado sem relação com negociação	7.278	6.740
Risco operacional	4.846	3.682
Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado e operacional	(4.264)	(3.534)
Risco subtotal de crédito, de mercado e operacional	25.397	26.093
Risco do negócio	980	1.085
Utilização de capital económico	26.377	27.178

Em 31 de dezembro de 2011, a utilização de capital económico totalizava € 26,4 mil milhões, € 801 milhões (3%) abaixo da utilização de capital económico de € 27,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2010. A posição inferior em termos de risco global deveu-se principalmente à diminuição do capital económico para risco de mercado relacionado com negociação, refletindo reduções de risco, bem como um posicionamento defensivo, diminuição essa que foi compensada pelo maior capital económico para risco operacional (refletindo principalmente uma nova margem de segurança destinada a cobrir riscos legais imprevistas decorrentes da atual crise financeira).

Em 31 de dezembro de 2011, a utilização de capital económico incluía € 4,3 mil milhões relativos ao Postbank, valor € 259 milhões (6%) inferior aos € 4,6 mil milhões de capital económico em 31 de dezembro de 2010. Esta redução reflete efeitos de redução do risco, que resultaram numa redução de capital económico para risco de crédito de € 1,3 mil milhões, a qual foi parcialmente compensada por aumentos relacionados com recalibrações de parâmetros e modelos, também em risco de crédito relacionado com capital económico, no valor de € 947 milhões.

A nossa utilização de capital económico para risco de crédito totalizava € 12,8 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de € 27 milhões (variação inferior a 1%) reflete principalmente os efeitos das nossas iniciativas de redução de risco, compensadas pelo impacto de recalibrações regulares dos parâmetros de risco de crédito e outros ajustes ao modelo de risco de crédito, principalmente em relação ao Postbank.

A nossa utilização de capital económico para risco de mercado diminuiu € 1,2 mil milhões (9%) para € 12,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução foi motivada por risco de mercado relacionado com negociação, que diminuiu € 1,7 mil milhões (26%) principalmente em resultado das reduções de risco supramencionadas e de um posicionamento defensivo resultante de um menor perfil de risco de mercado. A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com negociação aumentou € 538 milhões (8%), refletindo principalmente os aumentos em investimento estratégico e posições cambiais estruturais, que foram parcialmente compensados pelo menor capital económico na nossa carteira Fundos Garantidos, bem como pela venda de ativos.

A utilização de capital económico para efeitos de risco operacional aumentou € 1,2 mil milhões (32%), registando um valor de € 4,8 mil milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento é devido principalmente à implementação de uma nova margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, destinada a cobrir riscos legais imprevistos decorrentes da atual crise financeira.

A utilização de capital económico para risco de negócio, que consiste numa componente de risco estratégico e numa componente de risco fiscal, totalizou € 980 milhões em 31 de dezembro de 2011, refletindo uma redução moderada de € 105 milhões (10%) em comparação com uma utilização de capital económico de 1,1 mil milhões em dezembro de 2010.

O efeito de diversificação da utilização de capital económico para riscos de crédito, mercado e operacional aumentou € 729 milhões (21%) considerando a data de 31 de dezembro de 2011, refletindo principalmente alterações em classes de risco, conforme descrito acima, e a correlação relativamente reduzida do capital económico para risco operacional com o capital económico para crédito e o capital económico para risco de mercado.

A tabela abaixo apresenta a utilização de capital económico no que se refere aos nossos segmentos de negócio nas datas especificadas.

em milhões de €	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Banca para Empresas e Banca de Investimento	14.469	16.119
Banca para Empresas e Valores mobiliários	13.175	14.828
Banca de Transações Globais	1.294	1.291
Cientes Privados e Gestão de Ativos	8.897	9.394
Ativos e Gestão de Património	1.703	2.717
Cientes Privados e Empresariais	7.193	6.677
Investimentos de Empresas	1.618	902
Consolidação e Ajustamentos	1.393	762
Requisitos totais de capital económico	26.377	27.178

A afetação futura de capital económico pode alterar-se para refletir melhorias na nossa metodologia de medição do risco.

Adequação do capital interno

A principal medida do nosso Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (PIAAC) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de «negócio liquidado» (gone concern), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Durante 2011 reforçámos a nossa definição de oferta de capital para ativos fiscais diferidos, ajustamentos ao justo valor e interesses que não controlam, de acordo com as diretrizes regulamentares. A informação comparativa relativa ao exercício anterior foi ajustada em conformidade.

em milhões de € (Exceto se indicado em contrário)	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Oferta de capital		
Património líquido contabilístico ativo ajustado ¹	52,818	48,304
Ativos por impostos diferidos	(8,737)	(8,341)
Ajustamentos de justo valor ²	(3,323)	(3,612)
Acréscimos de dividendos	697	697
Interesses que não controlam ³	694	590
Instrumentos de fundos próprios de base híbridos (<i>hybrid Tier 1</i>)	12,734	12,593
Instrumentos de fundos próprios complementares ⁴	12,044	12,610
Oferta de capital	66,927	62,841
Procura de capital		
Requisitos de capital económico	26,377	27,178
Intangíveis	15,802	15,594
Procura de capital	42,179	42,772
Índice de Adequação de Capital Interno	159 %	147 %

¹ Património líquido contabilístico ativo ajustado pelos ganhos ou perdas líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos do imposto sobre o rendimento, e efeito de ganhos ao justo valor em crédito próprio sobre obrigações próprias.

² Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento compensado.

³ Inclui interesses que não controlam até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

⁴ Instrumentos de fundos próprios complementares (Tier 2) excluindo elementos a serem parcialmente deduzidos dos fundos próprios complementares em conformidade com a Secção 10 (6) e (6) KWG, ganhos não realizados em valores mobiliários cotados (45% elegíveis) e determinados montantes de determinadas margens de avaliação (*haircuts*) que se aplicam apenas na avaliação de capital regulamentar.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Esse índice era de 159% em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 147% em 31 de dezembro de 2010. O aumento deveu-se a um mais elevado património líquido contabilístico ativo ajustado e à diminuição da procura de capital, conforme explicado acima na secção «Posição de risco global», tendo ambos os indicadores evoluído favoravelmente ao índice.

Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros

Generalidades

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatórios financeiros («CIRF»). O nosso controlo interno sobre os relatórios financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatórios financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O processo CIRF inclui os nossos controlos e procedimentos para evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos em relatórios financeiros

Os principais riscos inerentes aos relatórios financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulatórias no âmbito da banca. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) materiais. As distorções poderão ser consideradas materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para lidar com esses riscos de relatórios financeiros, o Conselho de Administração do Grupo estabeleceu o CIRF com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros. A conceção do CIRF baseia-se na estrutura de controlo interno estabelecida em Internal control – Integrated Framework (Controlo Interno – Estrutura Integrada) publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission («COSO») (Comité de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o CIRF, o Conselho de Administração adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- **Existência** – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- **Integridade** – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- **Avaliação** – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- **Direitos, obrigações e propriedade** – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- **Apresentação e divulgações** – a classificação, a divulgação e a apresentação das demonstrações financeiras são adequadas.
- **Salvaguarda dos ativos** – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detectadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o CIRF, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do CIRF não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de Controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno dos relatórios financeiros

Os controlos no âmbito do sistema de CIRF são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas nos processos de garantia da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do CIRF envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finanças, Tecnologia e Operações ao nível do Grupo, Risco e Fiscal.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios. No âmbito da função de Finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo global de preparação geral das demonstrações financeiras:

- **Especialistas em Finanças no âmbito de negócios ou entidades** – são responsáveis por garantir a qualidade dos dados financeiros através de validação e controlo. Estão em contato com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades legais, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões associadas a relatórios financeiros decorrentes de produtos e operações, validando reservas e outros ajustamentos relacionados com juízos de valor. Os especialistas no âmbito das entidades e dos negócios acrescentam a perspetiva das entidades legais à visão comercial e subscrevem as demonstrações financeiras das respetivas entidades.
- **A área de Finanças – Relato ao nível do Grupo (Finance – Group Reporting)** – é responsável pelas atividades de todo o Grupo, o que inclui, ao nível do Grupo, a preparação de informações financeiras e de gestão, previsão e planeamento, e relatórios de risco. A área de Finanças – Relato ao nível do Grupo define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos gestores seniores e por consultores externos.
- **Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria («PCGA»)** – responsável pela interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro do Grupo e pela respetiva aplicação coerente no âmbito do Grupo. O GPCA presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, garantindo a resolução atempada de incidentes contabilísticos dos negócios e ocorrência específicas relacionadas com transação.
- **Grupo de Supervisão da Avaliação Global (Global Valuation Oversight Group) («SAG»)** e especialistas de avaliação com orientação para os negócios – responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contato único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).

A execução do processo CIRF também recebe o importante apoio das áreas de Tecnologia e Operações ao nível do Grupo e de Risco e de Fiscalidade ao nível do Grupo. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções a seguir contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

- **Tecnologia e Operações ao nível do Grupo («TOG»)** – responsável por confirmar as transações com contrapartes e pela realização, interna e externamente, de reconciliações de informações financeiras entre os sistemas, registos e bolsas. A área de TOG também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.
- **Risco** – responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. Identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.
- **Fiscalidade ao nível do Grupo** – responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos de rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A Fiscalidade ao nível do Grupo acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

Controlos para minimização do risco de distorções na informação financeira

O sistema CIRF é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

- em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
 - que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
 - que são preventivos ou têm propósitos de deteção.
 - que têm um impacto direto ou indirecto sobre as próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indirecto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rúbrica do balanço.
- incluem componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba a totalidade dos seguintes aspetos do sistema de CIRF:

- **Política contabilística** – concepção e implementação. Controlos para garantir o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e transações fora do balanço, incluindo dados de referência do produto.
- **Aprovação, captação e confirmação de transações.** Controlos para garantir a integridade e a exatidão das operações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de garantir que os detalhes da transação são corroborados.
- **Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente.** São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
- **Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços («VIP»).** A área de Finanças realiza controlos de VIP pelo menos mensalmente, com o objetivo de obter garantias quanto à razoabilidade da avaliação do *front office*. Os resultados dos processos de VIP são avaliados mensalmente pelo Comité de Supervisão de Controlo de Avaliação. Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam VIP no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.
- **Fiscalidade.** Controlos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.
- **Ajustamentos para reservas e de juízos de valor.** São autorizados controlos para garantir reservas e outros ajustes baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para garantir a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
- **Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício.** No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
- **Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras.** Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte dos gestores seniores de Finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de CIRF. A avaliação a 31 de dezembro de 2011 inclui, pela primeira vez, o CIRF do Deutsche Postbank AG, que foi inicialmente consolidado a 3 de dezembro de 2010. Esta avaliação incorporou uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de CIRF, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a susceptibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A susceptibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade, o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema de CIRF é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação CIRF. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas
- Relatórios externos de auditoria
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros

Além disso, o Grupo de Auditoria presta garantias quanto à conceção e a eficácia operacional do CIRF realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Estes relatórios, em conjunto com a evidência gerada por outros procedimentos específicos que o Grupo de Auditoria realiza para esse fim, também fornecem evidência para justificar a avaliação anual por parte da Gestão quanto à eficácia operacional global do CIRF.

Em resultado da avaliação, a Gestão concluiu que o CIRF está adequadamente concebido e tem operado com eficácia desde de 31 de dezembro de 2011.

Informações de acordo com a Secção 315 (4) do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social emitido do Deutsche Bank era de € 2.379.519.078,40, sendo composto de 929.499.640 de ações ordinárias, sem valor nominal. As ações estão integralmente realizadas e são nominativas. Cada ação confere direito a um voto.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136 da Lei Alemã das Sociedades por Ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o Banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2010 na sua carteira de acordo com a Secção 71b da Lei Alemã das Sociedades por Ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A Lei Alemã de Transação de valores mobiliários (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, vendas ou de outra forma, notifique do facto a Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira (BaFin). O limite mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um Sistema de Participação dos Colaboradores no Capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os colaboradores que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os demais acionistas, em conformidade com a legislação aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Respeitando a Lei Alemã das Sociedades por Ações (Secção 84) e os Estatutos do Deutsche Bank (Secção 6), os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um membro do Conselho de Administração como Presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei Alemã de Codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, Secção 31) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o Presidente do Conselho de Administração disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o Tribunal Local (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) deverá ser apresentada à Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank evidência de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas relativamente aos negócios do Banco, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (Secções 24 (1), n.º 1 e n.º 33 (2) da Lei Bancária).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

A BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Se os membros do Conselho de Administração não são de confiança, não têm os conhecimentos necessários, se ignoraram uma violação material dos princípios da boa gestão ou se não tiverem atuado perante as violações identificadas, a BaFin pode transferir para o representante especial a responsabilidade e os poderes do Conselho de Administração na totalidade. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (Secção 45C (1) a (3) da Lei Bancária).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (Secção 46 (1) da Lei Bancária). Nesse caso, o Tribunal local de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (Secção 46 (2) da Lei Bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia Geral (Secção 179 da Lei das Sociedades por Ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (Artigo 20 (3)). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (Secção 20 (1)). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (Secção 181 (3) da Lei das Sociedades por Ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social por emissão de novas ações em troca de montantes em numerário e, em determinadas circunstâncias, montantes assumindo outras formas. Em 31 de dezembro de 2011, o Deutsche Bank AG tinha capital autorizado, mas não emitido, de € 1.152.000.000, que pode ser emitido no todo ou em parte até 30 de abril de 2016. Os pormenores adicionais são regidos pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Montante	Direitos de preferência	Data de validade
€ 230.400.000	Numerário	Pode ser excluído de acordo com a Secção 186 (3) da Lei das Sociedades Anónimas	30 de abril de 2016
€ 230.400.000	Numerário ou não	Pode ser excluído se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade	30 de abril de 2016
€ 691.200.000	Numerário	Não pode ser excluído	30 de abril de 2016

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais, notas de participação relacionadas com direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com cupões de subscrição (*warrants*). As notas de participação, as obrigações convertíveis ou as obrigações com cupões de subscrição também podem ser emitidas por empresas afiliadas do Deutsche Bank AG. Para este propósito, o capital social foi aumentado condicionalmente aquando do exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou aquando de conversão obrigatória.

Capital contingente		Data de validade para a emissão de direitos de conversão e/ou opção
€ 230.400.000		30 de abril de 2015
€ 230.400.000		30 de abril de 2016

A Assembleia Geral Anual de 26 de maio de 2011 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do Artigo 71 (1) N.º 7 da Lei das Sociedades por Ações a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de novembro de 2014, inclusive, a preços que não ultrapassem ou fiquem aquém em 10% ou mais relativamente à média dos preços das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, corresponderem a mais de 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia Geral Anual de 26 de maio de 2011 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do Artigo 71 (1) N.º 8 da Lei das Sociedades por Ações a comprar, até 30 de novembro de 2015, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social atual. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade nos termos das Secções 71ª et seq. Da Lei das Sociedades por Ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento corresponder a mais de 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ultrapassar ou ficar aquém em 10% ou mais relativamente à média dos preços das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ultrapassar ou ficar aquém em 10% ou mais relativamente à média dos preços das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com a Secção 71 (1) N.º 8 da Lei das Sociedades por Ações, de uma forma que não através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas, desde que tal seja realizado por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. A utilização desta autorização só pode ser efetuada se se tiver assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização é exercida. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia da Secção 186 (3).4 da Lei das Sociedades por Ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente da Secção 186 (3).4 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Anual de 26 de maio de 2011 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do Artigo 71 (1) N.º 8 da Lei das Sociedades por Ações para executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de aquisição a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia Geral sobre esta autorização. Os vencimentos das opções devem ocorrer o mais tardar em 30 de novembro de 2015.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode exceder ou ficar aquém em 10% ou mais relativamente à média dos preços das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação de opção, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido ou pago. A opção só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não exceder ou ficar aquém em 10% ou mais relativamente à média dos preços das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia Geral.

[Acordos significativos que entram em vigor, são alterados ou cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição](#)

Não foram celebrados acordos significativos que entram em vigor, são alterados ou cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

[Acordos para compensação em caso de uma oferta pública de aquisição](#)

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe um pagamento único de compensação descrito com maior detalhe no Relatório de Remuneração seguinte.

Se a relação laboral com determinados executivos com responsabilidade global ou estrategicamente importante for rescindida dentro de um período definido no âmbito de uma alteração de controlo, sem que exista uma razão pela qual os executivos são responsáveis, ou se esses executivos rescindirem a sua relação laboral porque a sociedade tomou determinadas medidas conducentes à redução de responsabilidades, os executivos têm direito a uma indemnização. O cálculo da indemnização é, em princípio, baseado em 1,5 vezes a 2,5 vezes a remuneração total anual (salário-base e salário variável – numerário e compensação em ações) atribuída antes da alteração de controlo. Para este efeito é tida em consideração a evolução da remuneração total nos três anos anteriores à alteração de controlo.

Relatório de Remuneração

O Relatório de Remuneração fornece informações sobre os princípios e o valor da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Está conforme os requisitos da Secção 314 (1) N.º 6 do Código Comercial Alemão (HGB), a Norma Contabilística Alemã N.º 17 – «Relatório sobre a remuneração do órgão executivo», o Regulamento Alemão sobre os requisitos de supervisão dos sistemas de remuneração dos bancos (Institut-Vergütungsverordnung), bem como as recomendações do Código Alemão de Governança empresarial.

Princípios do sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Há cerca de dez anos foi criado um sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração que incluía, além do pagamento de um salário-base, componentes de remuneração variável, incluindo alguns concedidos na forma prémios baseados em ações. Temos, desde então, continuado a desenvolver o sistema de remuneração.

Em maio de 2010, a Assembleia Geral Anual aprovou o sistema de remuneração em função do Relatório de Remuneração então aplicável. O sistema de remuneração, que tem vindo a ser reforçado desde então, será apresentado novamente à Assembleia Geral Anual de Maio de 2012, para aprovação.

Responsabilidade

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo sistema de remuneração e pela determinação dos valores individuais da remuneração dos membros do Conselho de Administração. O Comité do Presidente auxilia o Conselho de Fiscalização neste processo. O Comité aconselha o Conselho de Fiscalização no que se refere a todas as questões relacionadas com a remuneração dos membros do Conselho de Administração e prepara todas as resoluções relativas ao sistema de remuneração e à determinação da remuneração individual de cada um dos membros do Conselho de Administração.

O Comité do Presidente no âmbito do Conselho de Fiscalização dispõe de um total de quatro membros. Dois deles são representantes dos colaboradores do Banco. O Comité do Presidente realizou reuniões regulares em 2011 e já no início de 2012. Mais recentemente, também preparou a decisão sobre a forma como o montante da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2011 está a ser avaliado.

Princípios

O sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração toma inicialmente em conta os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Como foram estabelecidos requisitos divergentes – nas várias regiões do mundo – vários aspetos devem ser considerados e, assim, os requisitos a serem aplicados a um sistema deste tipo são extensos e complexos. A apresentação que se segue centra-se nos critérios materiais e mais importantes do sistema de remuneração e no processo de determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Ao conceber a estrutura do sistema de remuneração, a determinação da remuneração e estruturação dos respetivos pagamentos, iremos concentrar-nos em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. O processo desenrola-se, por um lado, com base em valores financeiros fundamentais específicos, que têm uma ligação com o desempenho das ações do Deutsche Bank e, por outro lado, atribuindo componentes de remuneração que se baseiam em ações. Os componentes de remuneração baseados em ações estão diretamente ligados com o desempenho das ações do Deutsche Bank e o respetivo pagamento torna-se válido ao longo de um período de vários anos. As opções de compra de ações não são atribuídas na qualidade de componente de remuneração.

A competitividade em comparação com outras sociedades no mercado é o critério mais importante na estruturação e determinação da remuneração.

Além disso, o sistema de remuneração está harmonizado com objetivos de desempenho e sucesso. Atribui-se especial importância à respetiva abordagem de longo prazo, bem como a critérios de adequação e sustentabilidade. A estrutura do sistema de remuneração incentiva os membros do Conselho de Administração a evitarem incorrer em riscos excessivos, a atingirem os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco e promoverem continuamente o desenvolvimento positivo do Banco.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada com base no sistema de remuneração, por meio de vários critérios. Incluem-se aqui os resultados globais do Deutsche Bank, bem como o desempenho relativo das ações do Deutsche Bank face a instituições semelhantes selecionadas. No quadro do seu âmbito discricionário, o Conselho de Fiscalização leva devidamente em conta, nomeadamente, os aspetos de risco e as contribuições para os resultados do Banco da unidade organizacional respetiva, bem como de cada um dos próprios membros do Conselho de Administração, com base em parâmetros financeiros e não financeiros. Este procedimento também cumpre os requisitos regulamentares, indo, assim, além de uma avaliação puramente baseada em fórmulas. A maioria dos componentes de compensação variável são determinados com base numa avaliação de vários anos, com o objetivo de evitar avaliar o desempenho do negócio com base num único ano.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração no que diz respeito a tendências de mercado e a alterações nos requisitos legais e regulamentares. Se considerar ser necessária uma alteração, o Conselho de Fiscalização ajustará a estrutura em conformidade. No contexto desta reapreciação e na determinação da remuneração variável, o Conselho de Administração recorre a especialistas externos independentes em matéria de remuneração e, se necessário, a consultores jurídicos.

Estrutura de remuneração

A estrutura de remuneração aprovada pelo Conselho de Fiscalização relativamente aos membros do Conselho de Administração reflete-se nos respetivos contratos. A remuneração é dividida em dois tipos de componentes: um relacionado com o desempenho e o outro não relacionado com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho

Os componentes não relacionados com o desempenho compreendem principalmente o salário-base. Este é pago em doze parcelas mensais iguais. O último reajustamento dos salários-base entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010.

Além disso, os componentes não relacionados com o desempenho incluem outros benefícios, que compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e motoristas, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (Remuneração Variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho. Consiste, em princípio, de dois componentes, um bônus e um prémio de desempenho de longo prazo. Em conformidade com a prática geral de remuneração no setor da banca de investimento, um membro do Conselho de Administração responsável pela Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento (BEI) também recebe um componente adicional de compensação relacionada com a divisão (Incentivo de Divisão).

Bónus

O bónus total é determinado com base em dois componentes (Bónus 1 e 2). Os respetivos níveis dependem da evolução do retorno sobre o capital próprio (antes de impostos), fator fundamental na evolução da cotação das ações. O primeiro componente do bónus é determinado através de uma comparação entre o retorno planeado e o retorno efetivamente alcançado sobre o capital próprio. O segundo componente do bónus baseia-se no retorno efetivamente alcançado em termos de das ações. Cada um dos componentes é avaliado ao longo de um período de dois anos: o ano em que o bónus é determinado e o exercício anterior respetivo. Tal garante que a avaliação não se baseia apenas numa evolução a curto prazo do retorno sobre o capital próprio.

O bónus total a ser atribuído é calculado com base num valor-objetivo total, o qual é dividido igualmente nas duas componentes especificadas acima (valores de objetivo 1 e 2). O valor de objetivo individual total é de € 1.150.000 para um membro regular do Conselho de Administração e de € 4.000.000 para o Presidente do Conselho de Administração. Isso significa que os valores de objetivo 1 e 2 são, cada um, de € 575.000 para um membro de Conselho de Administração regular e, cada um, de € 2 milhões para o Presidente do Conselho de Administração.

Os valores-objetivo 1 e 2 são, cada, multiplicados por um fator calculado anualmente (fatores 1 e 2), para se chegar aos respetivos componentes de bónus 1 e 2.

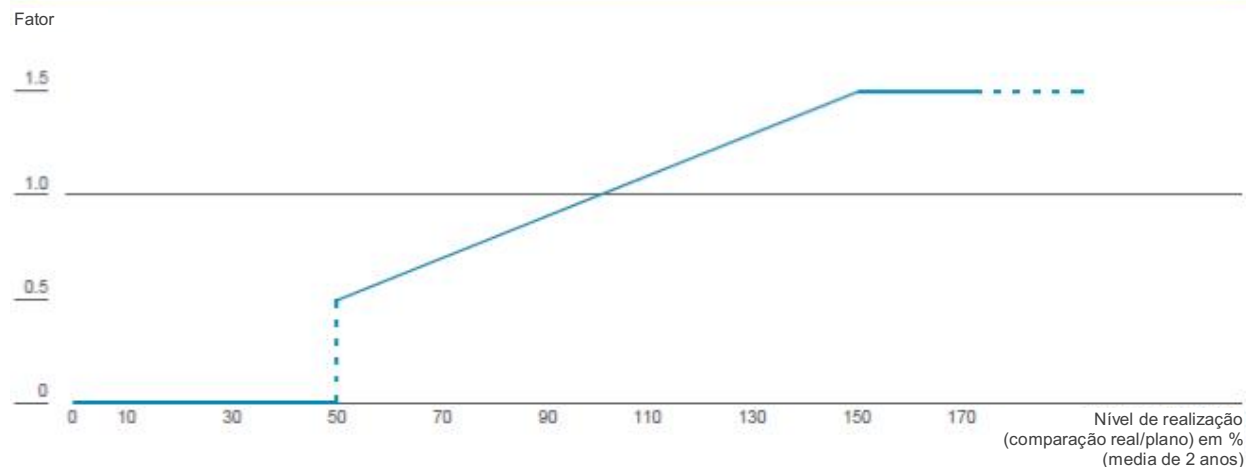
O bónus total calculado é determinada como se segue.

Bónus Total =	Componente de Bónus 1	+	Componente de Bónus 2
	Valor-objetivo 1 x fator 1		Valor-objetivo 2 x fator 2

O nível do fator 1, utilizado no cálculo do componente de bónus 1, é determinado com base na rentabilidade efetivamente obtida sobre o capital próprio de um determinado ano em percentagem do valor definido no plano para esse ano. O rácio resultante é o nível de realização, o qual é calculado conforme descrito acima, durante dois anos consecutivos. Se o retorno efetivamente alcançado sobre o capital próprio for negativo num determinado ano, o nível de realização desse ano será zero. O fator 1 representa a média dos níveis de desempenho calculados para os dois anos. A média dos níveis de realização para os dois anos em avaliação tem de ser pelo menos 50%. Se for inferior a esse nível mínimo, o fator será zero, não sendo atribuído um componente de bónus 1. O componente de bónus 1 depende do nível do fator de 1, resultando num aumento ou diminuição linear correspondente relativamente ao objetivo. Existe um limite superior, fixado em 150% do valor-objetivo. Uma média de nível de realização superior a 150% não implica, assim, maior remuneração.

O quadro seguinte apresenta o nível do fator 1 de acordo com o nível de realização calculado de acordo com o método descrito acima.

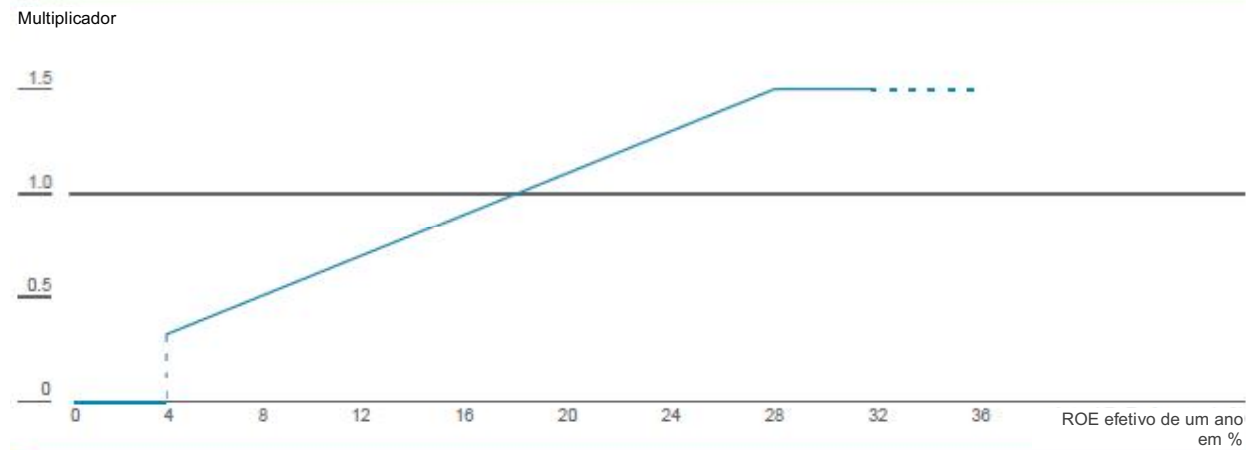
Bónus: Componente 1



O fator 2 é determinado com base no retorno efetivamente alcançado sobre o capital ao longo de um período de dois anos. A base inicial é um retorno anual sobre o capital próprio de 18%. Se este número for alcançado, é associado a um multiplicador de 1,0. Por cada ponto percentual de desvio, de aumento ou de diminuição, o multiplicador é aumentado ou reduzido em variações de 0,05; simultaneamente, são calculados também valores intermédios. O multiplicador pode aumentar até um máximo de 1,5, o que corresponde a um retorno sobre o capital próprio de 28% ou superior. Em contrapartida, se o retorno sobre o capital for inferior a um nível mínimo de 4%, o multiplicador é zero. Para determinar o fator 2, a média é calculada a partir dos multiplicadores dos dois anos de avaliação e tem ser no mínimo de 0,5.

O gráfico a seguir apresenta o nível do multiplicador, dependendo do retorno efetivamente alcançado sobre o capital para um determinado ano.

Bónus: Componente 2



Efeitos extraordinários específicos (por exemplo, os ganhos com a venda de investimentos de legado) não são considerados para determinar o retorno sobre o capital próprio, que constitui a base de cálculo dos fatores.

Os dois componentes de bônus são adicionados em conjunto, resultando num bônus total. Se, por exemplo, os fatores relativos aos dois componentes de bônus são 1,0 cada, o bônus total tem como valor o respetivo valor-objetivo total. O bônus total calculado é limitado a 1,5 vezes o valor objetivo total. Se os níveis mínimos definidos não forem alcançados por ambos os componentes do bônus, nenhum bônus é pago.

Além disso, o Conselho de Fiscalização procede a uma avaliação adicional que pode resultar num aumento ou numa redução até 50% do valor do bônus total calculado. O objetivo, neste contexto, é considerar adequadamente outros aspetos – por exemplo, as contribuições individuais para o desempenho ou fatores relacionados com riscos à luz de requisitos regulamentares. Consequentemente, nas condições mais favoráveis, o prémio total pode ascender a um máximo de 2,25 vezes o valor-objetivo total.

Prémio de Desempenho de Longo Prazo

O nível do Prémio de Desempenho de Longo Prazo (PDLP) está vinculado ao retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo selecionado de 6 bancos importantes comparáveis (em euros). O resultado é o Retorno Total Relativo dos Acionistas (RTRA). O PDLP é calculado a partir da média do RTRA anual dos últimos três exercícios (o exercício do relato e os dois exercícios anteriores). Os critérios utilizados para selecionar o grupo de homólogos são a realização de atividades comerciais genericamente comparáveis, a dimensão e a presença internacional.

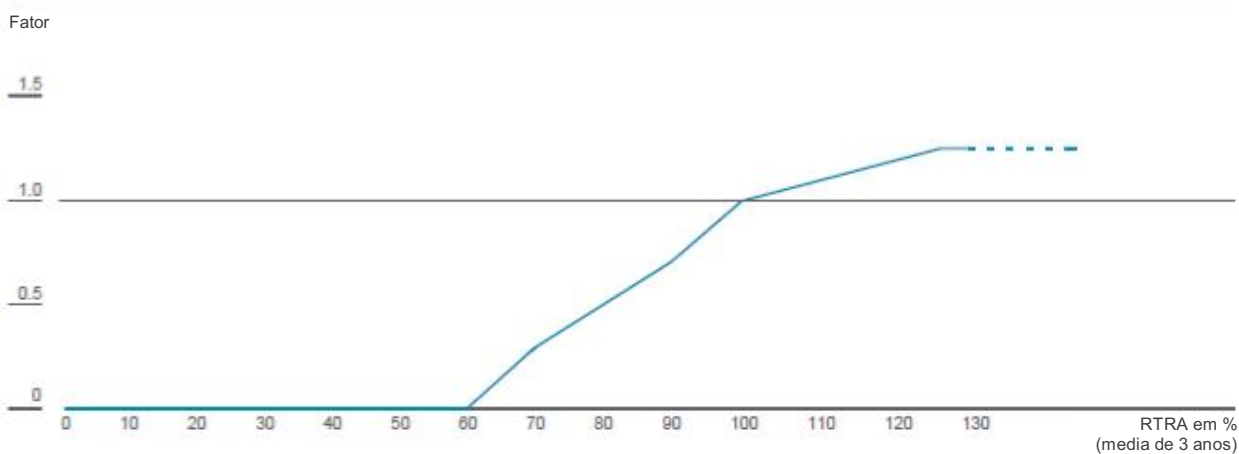
Os seis principais bancos são:

- Banco Santander e BNP Paribas (ambos da Zona Euro),
- Barclays e Credit Suisse (ambos da Europa, fora da Zona Euro)
- JPMorgan Chase e o Goldman Sachs (ambos dos EUA).

O PDLP dos membros do Conselho de Administração é, por sua vez, determinado com base num valor pré-definido multiplicado por uma percentagem baseada no RTRA alcançado. O objetivo é € 2.175.000 para um membro regular do Conselho de Administração e € 4.800.000 para o Presidente do Conselho de Administração. Como o bônus, o PDLP também tem um limite superior (teto). Se a média dos três anos do RTRA for superior a 100%, o valor do PDLP aumenta proporcionalmente até um limite superior de 125% do valor-objetivo. Se a média dos três anos do RTRA for inferior a 100%, no entanto, o valor diminui de forma não proporcional, como se segue. Se o RTRA calculado estiver entre 90% e 100%, o valor é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. O valor é reduzido em 2 pontos percentuais adicionais por cada ponto percentual a menos para um valor entre 70% e 90%, e em mais de 3 pontos percentuais por cada ponto percentual para um valor inferior a 70%. Se a média de três anos não exceder 60%, não é concedido qualquer PDLP.

Esta relação pode ser observada no gráfico seguinte.

Prêmio de Desempenho de Longo Prazo



Incentivo de Divisão

O Incentivo de Divisão descrito anteriormente que os membros do Conselho de Administração com responsabilidade pela Divisão de Grupo BEI recebem tem como objetivo garantir a competitividade da nossa remuneração. Na determinação do Incentivo de Divisão, o resultado da Divisão de Grupo BEI é avaliado com base no lucro antes de impostos e nas receitas líquidas totais, bem como na evolução da Divisão, inclusivamente em relação aos nossos concorrentes e aos objetivos definidos. Além disso, entre os fatores decisivos incluem-se também a evolução e a gestão de custos, bem como aspetos de risco relevantes (por exemplo, ativos ponderados pelo risco, valor em risco, capital económico). As contribuições individuais para o resultado dos membros do Conselho de Administração responsáveis são devidamente tidas em conta.

Incentivo de Longo Prazo/Sustentabilidade

O valor total do bónus, do PDLP e, se for caso disso, do Incentivo de Divisão é maioritariamente concedido de forma diferida ou faseadamente ao longo de vários anos. Tal garante um incentivo a longo prazo durante um período plurianual.

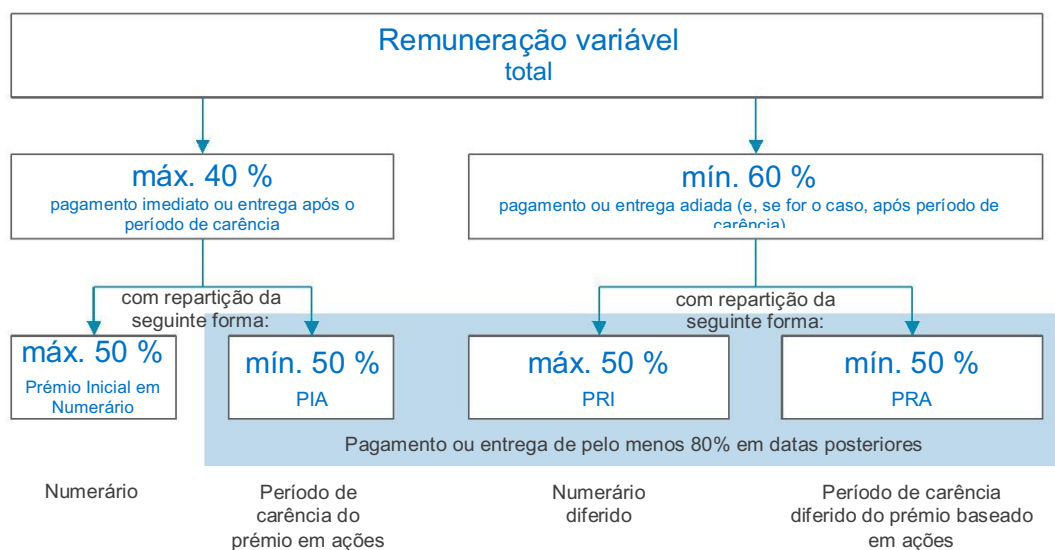
Pelo menos 60% da remuneração variável total é concedida de forma diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida compreende componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parte restante é concedida na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes de remuneração são diferidos ao longo de um período de vários anos, imediatamente seguidos por períodos de detenção relativamente aos componentes de remuneração baseados em ações. Durante o período até ao pagamento ou à entrega, as parcelas de compensação concedidas em diferido podem ser perdidas.

Um máximo de 40% da remuneração variável total serão concedidos de forma não diferida. No entanto, pelo menos metade desta consiste em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante é pago diretamente em numerário. Há um período de carência de três anos para a parcela atribuída na forma de ações, que está sujeita a condições específicas de perda de direitos.

Um máximo de 20% de toda a remuneração variável poderá ser pago em numerário imediatamente, enquanto que pelo menos 80% será pago ou entregue numa data posterior.

O gráfico a seguir apresenta a forma segundo a qual os componentes de remuneração variável estão divididos e estruturados.

Repartição/estrutura da remuneração variável



PIA = Prêmios Iniciais em Ações
PRI = Prêmios Restritos de Incentivo
PRA = Prêmios Restritos em Ações

Prêmios Restritos em Ações

A parcela da remuneração variável baseada em ações e diferida é concedida na forma de direitos condicionais à entrega futura de ações a título de Prêmios Restritos em Ações. Pelo menos 50% da remuneração variável diferida será composta de Prêmios Restritos em Ações. Estes são regidos pelo Plano de Ações do Deutsche Bank, que concede o direito a receber ações do Deutsche Bank após um período especificado. A titularidade do Prêmios Restritos em Ações é obtida em quatro parcelas iguais. A titularidade da primeira tranche é obtida cerca de um ano e meio após a concessão dos prêmios. A titularidade das restantes tranches é obtida posteriormente, em intervalos regulares de um ano adicional.

Após ser obtida a titularidade, as parcelas individuais do Prêmios Restritos em Ações são sujeitas a um período de carência adicional, e apenas após este período de carência expirar podem as ações da respetiva tranche ser alienadas. O período de carência adicional é de três anos para a primeira parcela, de dois anos para a segunda parcela e de um ano para a terceira e quarta parcelas. Assim, os membros do Conselho de Administração são inicialmente autorizados a alienar as três primeiras parcelas do Prêmios Restritos em Ações cerca de quatro anos e meio depois de terem sido concedidos, sendo o período correspondente à quarta tranche de cerca de cinco anos e meio.

O valor do Prêmios Restritos em Ações está sujeito ao desempenho do preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período até ao final dos períodos de detenção, estando, assim, vinculado à evolução sustentada do valor a longo prazo. Os participantes no Plano de Ações do Deutsche Bank não têm direito a receber dividendos até as ações lhes serem entregues.

Prémio Restrito de Incentivos

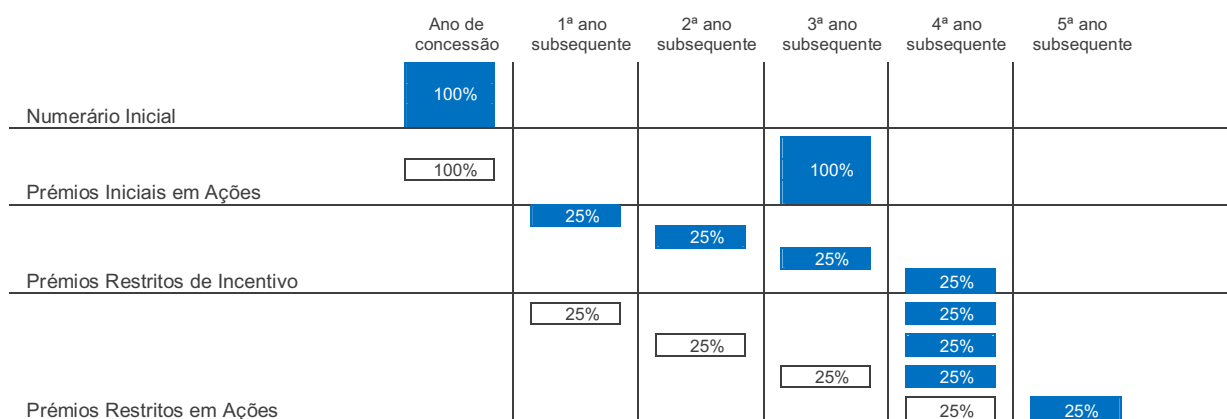
A parcela da remuneração diferida que não se baseia em ações é concedida na forma de remuneração em numerário diferida (Prémio Restrito de Incentivo). Inclui um máximo de 50% da remuneração variável diferida. Os Prêmios Restritos de Incentivo são concedidos com base no Plano de Incentivo Restrito do Deutsche Bank. Como os Prêmios Restritos em Ações, a titularidade dos Prêmios Restritos de Incentivo também é obtida em quatro tranches iguais. A titularidade da primeira tranche é obtida aproximadamente um ano e meio após ser concedida. A titularidade das restantes tranches é obtida, posteriormente, a intervalos de um ano. O pagamento é efetuado após a obtenção do direito ao mesmo. A remuneração diferida em numerário é assim estendida por um período de aproximadamente quatro anos e meio.

Prémios Iniciais

Os Prémios Iniciais, como descrito acima, correspondem a um máximo de 40% da remuneração variável total. No entanto, não mais do que metade será paga em numerário imediatamente (numerário inicial). A parte restante é concedida como uma compensação baseada em ações na forma de Prémios Iniciais em Ações. Tal como no caso dos Prêmios Restritos em Ações, os Prémios Iniciais em Ações são concedidos com base no Plano de Ações do Deutsche Bank. Assim, os Prémios Iniciais em Ações são direitos condicionais à entrega futura de ações. Têm um período de carência de três anos, e só após este período de carência expirar podem ser alienados. Durante este período, o seu valor estará sujeito à evolução do valor a longo prazo, uma vez que estes prémios também estão vinculados ao desempenho das ações do Deutsche Bank.

O gráfico seguinte apresenta a data de pagamento da remuneração em numerário e o faseamento ao longo do tempo do pagamento ou da entrega dos outros componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da concessão.

Prazo para pagamento ou entrega e inexistência de perda de direitos



■ Desembolso ou entrega (aquisição simultânea de direito a PRI)

□ Aquisição de direito seguida por um período de carência até ao pagamento ou entrega, em sujeição às condições individuais de perda de direito durante o período de carência

Como os prêmios apresentados na tabela acima não vencem juros e não constituem direito a dividendos até ao respetivo pagamento ou entrega, é adicionado um prémio não recorrente após a concessão (2011: 5 %).

Condições de perda de direitos

Visto que alguns dos componentes da remuneração são diferidos ou são faseados ao longo de vários anos (Prêmios Restritos em Ações, Prêmios Restritos de Incentivo e Prêmios Iniciais em Ações), assegura-se um efeito de incentivo de longo prazo, pois esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição ou ao final dos períodos de carência. Os prêmios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, devido a má conduta individual (incluindo violação dos regulamentos) ou rescisão extraordinária e, no que diz respeito aos Prêmios Restritos em Ações e aos Prêmios Restritos de Incentivo, também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições individuais negativas para os resultados. As condições de perda de direito constituem um elemento essencial da natureza de longo prazo da compensação.

Limitações no caso de acontecimentos excepcionais

No caso de acontecimentos excepcionais (por exemplo, venda de grandes investimentos), a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pela Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira, de acordo com requisitos legais existentes.

Cobertura de risco

Os membros do Conselho de Administração não estão autorizados a limitar ou a anular o risco relativo à remuneração através de cobertura ou outras contramedidas.

Remuneração do Conselho de Administração

Salário-base

Em 2011, os salários-base anuais dos membros do Conselho de Administração mantiveram-se inalterados relativamente ao exercício anterior. O salário-base anual dos membros regulares do Conselho de Administração era de € 1.150.000 brutos, para cada membro, sendo o salário-base anual do Presidente do Conselho de Administração de € 1.650.000 brutos.

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Presidente do Comité, determinou a compensação variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2011. Os valores dos bónus e dos PDLP (e, se for caso disso, do Incentivo de Divisão) foram determinados para todos os membros do Conselho de Administração com base no sistema de remuneração existente.

Devido à evolução do retorno sobre o capital próprio no período de avaliação relevante de dois anos, o fator relativo à componente de bónus 1 foi de cerca de 0,61, enquanto que o fator relativo à componente de bónus 2 foi de cerca de 0,64.

O Retorno Total Relativo dos Acionistas, que serve de base ao cálculo do PDLP, foi de cerca de 111% em 2011 (2010: 93%; 2009: 99%). Assim, a média dos três últimos anos (2009-2011) foi cerca de 101%. Portanto, o valor de PDLP a pagar foi ligeiramente superior aos respetivos valores-alvo.

No exercício da sua margem discricionária relativamente à determinação do bônus (e, correspondentemente, ao Incentivo de Divisão), o Conselho de Fiscalização levou em conta o desempenho do Banco e de cada uma das divisões individuais em termos de receitas, rentabilidade, risco, solidez do capital e liquidez, em termos absolutos e com base no contexto concorrencial. Além disso, entre os fatores considerados também se incluem o desenvolvimento estratégico do Banco, a expansão da sua posição no mercado, o progresso na integração do Grupo e a notoriedade adquirida no mercado através de prêmios nacionais e internacionais. A decisão também foi tomada considerando o difícil contexto económico global. Nas secções relevantes da Análise Operacional e Financeira (página 4) são disponibilizados mais detalhes.

Remuneração (coletiva e individualmente)

Em conformidade com as disposições da Norma Contabilística Alemã N.º 17, os membros do Conselho de Administração receberam, em 2011, compensação financeira pelo seu serviço no Conselho de Administração num total de € 26.444.081 (2010: € 32.434.836). Deste montante, € 8.550.000 (2010: € 9.412.500) referiu-se a salários-base, € 17.194.081 (2010: € 17.816.227) foram componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo e € 700.000 (2010: € 5.206.109) foram componentes relacionados com o desempenho sem incentivos de longo prazo. Além disso, foram concedidos outros benefícios no valor de € 879.591 (2010: € 795.338), pelo que a remuneração total dos membros do Conselho de Administração foi de € 27.323.672 (2010: € 33.230.174).

Individualmente, os membros do Conselho de Administração receberam os seguintes componentes de remuneração pelos seus serviços no Conselho de Administração relativos aos anos 2011 e 2010 ou nesses anos.

Membros do Conselho de Administração	em €	Componentes não relacionados com o desempenho			Componentes relacionados com o desempenho			Total
		salário-base	pagos imediatamente	sem incentivos de longo prazo		com incentivos de longo prazo		
				Prêmios Restritos de Incentivo	não baseados em ações	baseados em ações		
					Prêmios Iniciais em Ações (com período de carência)	Prêmios Restritos em Ações (diferidos com período adicional de carência)		
Prof. Josef Ackermann	2011	1.650.000	100.000	693.139	105.000	3.750.075	6.298.214	
	2010	1.650.000	1.034.322	-	1.086.038	2.534.089	6.304.449	
Prof. Hugo Bänziger	2011	1.150.000	100.000	96.706	105.000	1.424.884	2.876.590	
	2010	1.150.000	523.428	-	549.599	824.399	3.047.426	
Michael Cohrs ¹	2010	862.500	577.533	-	606.410	1.350.943	3.397.386	
Jürgen Fitschen	2011	1.150.000	100.000	72.530	105.000	1.424.884	2.852.414	
	2010	1.150.000	507.790	-	533.180	799.770	2.990.740	
Anshuman Jain	2011	1.150.000	100.000	248.885	105.000	4.207.384	5.811.269	
	2010	1.150.000	992.752	-	1.042.390	4.367.413	7.552.555	
Stefan Krause	2011	1.150.000	100.000	96.706	105.000	1.424.884	2.876.590	
	2010	1.150.000	539.066	-	566.019	849.029	3.104.114	
Hermann-Josef Lamberti	2011	1.150.000	100.000	96.706	105.000	1.424.884	2.876.590	
	2010	1.150.000	507.790	-	533.180	799.770	2.990.740	
Rainer Neske	2011	1.150.000	100.000	72.530	105.000	1.424.884	2.852.414	
	2010	1.150.000	523.428	-	549.599	824.399	3.047.426	
Total	2011	8.550.000	700.000	1.377.202	735.000	15.081.879	26.444.081	
Total	2010	9.412.500	5.206.109	-	5.466.415	12.349.812	32.434.836	

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de setembro de 2010. Devido a regras fiscais em vigor nos EUA aplicáveis ao Sr. Cohrs, a aquisição dos prêmios que lhe foram concedidos relativamente ao exercício de 2010 foi antecipada relativamente ao vencimento previsto e os prêmios foram imediatamente tributados. O montante em euros líquido no que se refere aos prêmios em numerário foi reservado numa conta em euros e o valor líquido das ações foi reservado numa conta de valores mobiliários – ficando ambas as contas bloqueadas em favor do Banco. Estão sujeitos às condições de pagamento e de perda de direito que se aplicavam a estes prêmios antes da respetiva aquisição prematura.

O número de ações a título de prémio na forma de Prémios Iniciais em Ações (PIA) e Prémios Restritos em Ações (PRA) concedidos em 2012 relativamente ao ano de 2011 a cada membro do Conselho de Administração foi determinado dividindo os respetivos valores em euros por € 34,04, o preço de fecho das ações do Deutsche Bank na XETRA em 1 de fevereiro de 2012 (ano anterior: € 44,42 em 2 de Fevereiro de 2011).

Consequentemente, o número de ações a título de prémio atribuído foi o seguinte (com arredondamento):

Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémios Iniciais em Ações (com período de carência)	Prémios Restritos em Ações (diferidos com período adicional de carência)
Prof. Josef Ackermann	2011	3.084	110.166
	2010	24.449	57.048
Prof. Hugo Bänziger	2011	3.084	41.859
	2010	12.372	18.559
Michael Cohrs ¹	2010	13.651	30.412
	2011	3.084	41.859
Jürgen Fitschen	2010	12.003	18.004
	2011	3.084	123.601
Anshuman Jain	2010	23.466	98.320
	2011	3.084	41.859
Stefan Krause	2010	12.742	19.113
	2011	3.084	41.859
Hermann-Josef Lamberti	2010	12.003	18.004
	2011	3.084	41.859
Rainer Neske	2010	12.372	18.559
	2011	3.084	41.859

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de setembro de 2010.

Na apresentação dos valores de remuneração, deve observar-se o seguinte em relação aos Prémios Restritos de Incentivo.

De acordo com a Norma Contabilística Alemã N.º 17, os Prémios Restritos de Incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (perda de direito), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente concedidos. Tal significa que o total dos montantes de remuneração apresentados acima não inclui os Prémios Restritos de Incentivo concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração relativamente a 2011 no valor de € 15.081.873, mas que incluem a primeira parcela dos Prémios Restritos em Ações (incluindo um ajustamento ligado ao nosso retorno sobre o capital) concedidos no ano anterior (em 2010 relativamente ao exercício de 2009), totalizando € 1.377.202.

A tabela a seguir apresenta informação detalhada sobre os Prêmios Restritos de Incentivo individuais concedidos aos membros em serviço ativo no Conselho de Administração em 2011. As informações apresentam os valores pagos no exercício, bem como os valores inicialmente concedidos, juntamente com o respetivo exercício em que as quantias foram concedidas.

Membros do Conselho de Administração

Valores em €	Ano ¹	Afetação ao longo de períodos/tranches ²	Montante concedido	Montante concedido (ou seja, pago em 2013) ³
Prof. Josef Ackermann	2011	2013 to 2016 / 4	3.750.075	–
	2010	2012 to 2015 / 4	2.534.089	–
	2009	2011 to 2013 / 3	1.925.000	693.139
Prof. Hugo Bänziger	2011	2013 to 2016 / 4	1.424.883	–
	2010	2012 to 2015 / 4	824.399	–
	2009	2011 to 2013 / 3	268.575	96.706
Jürgen Fitschen	2011	2013 to 2016 / 4	1.424.883	–
	2010	2012 to 2015 / 4	799.770	–
	2009	2011 to 2013 / 3	201.431	72.530
Anshuman Jain	2011	2013 to 2016 / 4	4.207.383	–
	2010	2012 to 2015 / 4	4.367.413	–
	2009	2011 to 2013 / 3	691.210	248.885
Stefan Krause	2011	2013 to 2016 / 4	1.424.883	–
	2010	2012 to 2015 / 4	849.029	–
	2009	2011 to 2013 / 3	268.575	96.706
Hermann-Josef Lamberti	2011	2013 to 2016 / 4	1.424.883	–
	2010	2012 to 2015 / 4	799.770	–
	2009	2011 to 2013 / 3	268.575	96.706
Rainer Neske	2011	2013 to 2016 / 4	1.424.883	–
	2010	2012 to 2015 / 4	824.399	–
	2009	2011 to 2013 / 3	201.431	72.530
Total	2011		15.081.873	–
	2010		10.998.869	–
	2009		3.824.797	1.377.202

¹ Exercício no qual foi inicialmente atribuído (no que diz respeito ao serviço no Conselho de Administração).

² Número de tranches iguais.

³ Os Prêmios Restritos de Incentivo concedidos relativamente ao exercício de 2009 contêm uma componente variável (Ajustamento vinculado ao ROE), pelo que o desembolso, ou seja, o montante pago, no contexto da primeira tranche difere do valor inicialmente concedido.

A tabela a seguir apresenta os outros benefícios não relacionados com o desempenho relativamente aos exercícios de 2011 e 2010.

Membros do Conselho de Administração em €	2011	Outros benefícios 2010
Prof. Josef Ackermann	176.256	148.723
Prof. Hugo Bänziger	50.535	54.833
Michael Cohrs ¹	–	56.218
Jürgen Fitschen	151.700	130.171
Anshuman Jain	63.214	77.671
Stefan Krause	228.878	136.953
Hermann-Josef Lamberti	103.485	91.505
Rainer Neske	105.523	99.264
Total	879.591	795.338

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de setembro de 2010.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias.

Pensões e benefícios transitórios

Geralmente, o Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Apenas os membros do Conselho de Administração com responsabilidade funcional na Divisão de Grupo BEI que recebem um Incentivo de Divisão não recebem tal direito. Estes direitos envolvem um plano de pensões em regime de contribuição. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta pessoal de pensão para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. A contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão. Esta contribuição anual é calculada utilizando uma taxa de contribuição individual, com base no salário-base de cada membro e no bônus total, tendo um limite máximo definido e acumulando juros creditados antecipadamente, com determinação por meio de um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 6% ao ano até à idade de 60 anos. Dos 61 anos de idade em diante, a conta de pensão é creditada na forma de pagamento de juros anual de 6% até à data da aposentadoria. Conjuntamente, os pagamentos anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em sujeição a condições definidas, a pensão pode também tornar-se devida para pagamento antes de ocorrer um evento regular em matéria de pensões (limite de idade, invalidez ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

Com base em anteriores compromissos contratuais, o Prof. Ackermann e o Sr. Lamberti têm sobretudo direito a um pagamento de pensão mensal adicional de € 29.400 cada depois de deixarem o Conselho de Administração.

Além disso, o Prof. Ackermann, o Prof. Bänziger e o Sr. Lamberti têm, em princípio, direito a um pagamento de transição durante um período de seis meses após deixarem o cargo. Existem exceções a estas regras – caso, por exemplo, um membro do Conselho de Administração seja sujeito a demissão sumária. O pagamento de transição que um membro do Conselho de Administração teria recebido durante este período de seis meses, se tivesse deixado o cargo em 31 de dezembro de 2011, ou em 31 de Dezembro de 2010, seria de € 2.825.000 no caso do Prof. Ackermann e de € 1.150.000 nos casos do Prof. Bänziger e do Sr. Lamberti.

Além disso, em princípio, se o Prof. Ackermann e o Sr. Lamberti deixarem o cargo depois de atingir a idade de 60 anos, terão, cada, imediatamente após o fim do período de transição de seis meses, direito a um pagamento inicial de 75% e depois a um pagamento de 50% do montante do salário e do bônus total (último valor-objetivo total), durante um período de 24 meses. Este pagamento termina o mais tardar seis meses após o final da Assembleia Geral Anual, no ano em que o membro do Conselho de Administração cumpre o seu 65º aniversário.

A tabela a seguir apresenta os custos anuais de cumprimento dos benefícios de pensões e dos pagamentos de transição relativamente aos anos de 2011 e 2010 e as correspondentes obrigações de benefício definido, cada uma a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, para cada um dos membros do Conselho de Administração. Os diferentes montantes dos saldos devem-se às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de compensação de aposentadoria individuais e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração¹

em €		Custo do cumprimento dos benefícios de aposentadoria e pagamentos de transição no ano	Valor atualizado da obrigação de pensão de benefício definido e pagamentos de transição, fim do ano
Prof. Josef Ackermann ²	2011	876.760	18.753.007
	2010	608.720	13.236.187
Prof. Hugo Bänziger	2011	508.011	2.786.879
	2010	573.444	2.161.491
Jürgen Fitschen	2011	222.585	565.984
	2010	226.196	307.348
Stefan Krause	2011	470.827	1.345.800
	2010	500.183	825.181
Hermann-Josef Lamberti	2011	486.920	12.463.973
	2010	532.496	11.177.275
Rainer Neske	2011	462.655	1.066.022
	2010	420.559	575.398

¹ Os outros membros do Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios após a sua nomeação para o mesmo.

² Devido à saída prevista do Prof. Ackermann do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG após a conclusão da Assembleia Geral Anual em 2012, em vez de o fazer, como inicialmente previsto, após a conclusão da Assembleia Geral Anual de 2013, o prazo para recebimento do pagamento de transição é prorrogado por mais um ano. Assim, este alargamento do período de recebimento de pagamentos implica essencialmente um aumento das obrigações, como indicado na tabela anterior.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização em caso de cessação prematura da sua nomeação por iniciativa do Banco se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. A indemnização, em regra, não poderá exceder o menor valor entre a remuneração anual e os pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Se deixar o cargo em ligação com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização. A indemnização não poderá, em regra, exceder o menor valor entre três montantes de remuneração anual e os pedidos de indemnização de remuneração relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização baseia-se, mais uma vez, na remuneração anual do exercício anterior.

A indemnização supramencionada é determinada pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Em princípio, o pagamento da indemnização ocorre em duas parcelas; a segunda parcela está sujeita a determinadas condições de perda de direito até ser objeto de aquisição.

Despesa com Componentes de Incentivo de Longo Prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respectivos anos relativamente às componentes de compensação de incentivo de longo prazo não imediatamente adquiridas e concedidas por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração ¹	Montante despendido relativamente a			
	componentes de remuneração baseados em ações		componentes de remuneração não baseados em ações	
	2011	2010	2011	2010
em €				
Prof. Josef Ackermann	2.020.850	1.743.667	2.152.404	1.078.425
Prof. Hugo Bänziger	440.182	559.896	386.704	150.461
Michael Cohrs ¹	–	1.480.333	–	130.210
Jürgen Fitschen	309.459	286.314	359.601	112.839
Anshuman Jain	1.471.955	1.840.641	1.818.626	387.205
Stefan Krause	364.503	379.403	395.591	150.461
Hermann-Josef Lamberti	434.736	578.987	377.816	150.461
Rainer Neske	314.911	286.314	368.488	112.839

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de setembro de 2010.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 17 de fevereiro de 2012 e 18 fevereiro de 2011, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham as seguintes quantidades de ações do Banco e ações do Banco a título de prêmios.

Membros do Conselho de Administração ¹		Número de ações	Número de ações
			ações a título de prêmio ¹
Prof. Josef Ackermann	2012	600.534	296.784
	2011	560.589	259.596
Prof. Hugo Bänziger	2012	69.849	115.383
	2011	55.531	100.520
Jürgen Fitschen	2012	181.907	110.978
	2011	169.008	92.671
Anshuman Jain	2012	552.697	346.703
	2011	457.192	414.906
Stefan Krause	2012	–	116.307
	2011	–	71.363
Hermann-Josef Lamberti	2012	139.402	114.459
	2011	125.291	98.626
Rainer Neske	2012	51.088	111.902
	2011	60.509	90.875
Total	2012	1.595.477	1.212.516
Total	2011	1.428.120	1.128.557

¹ Incluindo as ações a título de prêmio que o Sr. Fitschen, o Sr. Jain e o Sr. Neske receberam em relação aos respetivos empregos antes das respetivas nomeações para o Conselho de Administração. As ações a título de prêmio apresentadas na tabela têm diferentes datas de aquisição e de atribuição. As últimas ações a título de prêmio serão atribuídas em agosto de 2017.

Para compensar as desvantagens económicas sofridas pelos detentores de ações a título de prémio resultantes do aumento de capital ocorrido em setembro de 2010, foram concedidas ações a título de prémio adicionais. Cada membro do Conselho de Administração que já estava nomeado em setembro de 2010 recebeu ações a título de prémio adicionais de aproximadamente 9,59% das suas ações a título de prémio pendentes em 21 de setembro de 2010 da mesma categoria (no total, 76.767 ações a título de prémio para o conjunto dos membros do Conselho de Administração). As respetivas ações a título de prémio estão incluídas nos números de ações a título de prémio apresentados na tabela acima.

Os membros atuais do nosso Conselho de Administração detinham um total de 1.595.477 de ações do Banco em 17 de fevereiro de 2012, correspondendo a cerca de 0,17% das ações emitidas à data. Detinham um total de 1.428.120 das ações do Banco em 18 de fevereiro de 2011, no valor de aproximadamente 0,16% das ações emitidas à data.

O número de ações entregues em 2011 aos membros do Conselho de Administração ativos em 2011 por conta de compensação diferida concedida em anos anteriores totalizou 295.902.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia Geral Anual. Tais disposições de compensação foram alteradas na nossa Assembleia Geral Anual em 24 de maio de 2007.

Aplicam-se ao exercício de 2011 as seguintes disposições: a compensação consiste numa remuneração fixa de € 60.000 por ano e um bónus vinculado aos dividendos, que consiste em € 100 por ano por cada € 0,01, total ou fracionado, do excesso do dividendo que distribuímos aos nossos acionistas relativamente a € 1,00 por ação. Cada membro do Conselho de Fiscalização também recebe uma remuneração anual, vinculada aos nossos lucros de longo prazo, de € 100 por cada 0,01 € de excesso dos resultados médios por ação (diluídos), registados nas nossas demonstrações financeiras de acordo com os princípios a serem aplicados em cada caso, com base nos valores dos resultados líquidos dos três exercícios anteriores, relativamente ao montante de € 4,00.

Esses valores são aumentados em 100% para cada membro de um comité do Conselho de Fiscalização. Os presidentes de Comité receberão um aumento de 200%. Estas disposições não se aplicam ao Comité de Mediação constituído em conformidade com o Artigo 27 (3) da Lei de Codeterminação. O presidente do Conselho de Fiscalização recebe quatro vezes a remuneração base de um membro regular, e não recebe aumentos incrementais por serviços de Comité. O vice-presidente do Conselho de Fiscalização recebe uma vez e meia a remuneração base de um membro regular. Além disso, os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma comissão de reunião de € 1.000 por cada reunião do Conselho de Fiscalização e por cada reunião do Comité em que estejam presentes. Igualmente, e no nosso interesse, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos com um montante considerado adequado por nós, sendo os prémios correspondentes pagos por nós.

Também reembolsamos os membros do Conselho de Fiscalização relativamente a todas as despesas em numerário e com imposto sobre o valor acrescentado (Umsatzsteuer, atualmente 19%) em que incorram em ligação com as suas funções de membros do Conselho de Fiscalização. Os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização também continuam a receber os seus benefícios enquanto colaboradores. Aos membros do Conselho de Fiscalização que prestaram serviço apenas durante uma parte do ano pagamos uma parcela da remuneração total em função do número de meses em que prestaram serviço, com arredondamento para meses inteiros.

Os membros do Comitê de Nomeação, constituído pela primeira vez após a Assembleia Geral Anual em 2008, dispensaram todas as remunerações, incluindo a comissão de reunião, pelos seus serviços no Comitê de Nomeação de 2009 e nos anos seguintes, assim como nos anos anteriores.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao Ano Fiscal de 2011

Remuneramos os membros do Conselho de Fiscalização após o término de cada ano fiscal. Em janeiro de 2012 pagámos a cada membro do Conselho de Fiscalização a parte fixa da respetiva remuneração e comissões de reunião em 2011. Além disso, pagamos geralmente uma remuneração a cada membro do Conselho de Fiscalização vinculada ao nosso desempenho de longo prazo, bem como um bónus com base em dividendos, conforme definido nos Estatutos, e esperamos fazê-lo novamente como contrapartida pelos seus serviços em 2011. Admitindo que a Assembleia Geral Anual de maio 2012 aprova o dividendo proposto de € 0,75 por ação, o Conselho de Fiscalização receberá uma remuneração total de € 2.608.600 (2010: € 2.453.000).

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2011 (excluindo imposto valor acrescentado, obrigação legal).

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração relativamente ao ano fiscal de 2011				Remuneração relativamente ao ano fiscal de 2010			
	Ajustada	Variável ⁷	Comissão de reunião	Total	Ajustada	Variável	Comissão de reunião	Total
em €								
Prof. Clemens Börsig	240.000	28.800	23.000	291.800	240.000	–	31.000	271.000
Karin Ruck	210.000	25.200	17.000	252.200	210.000	–	25.000	235.000
Wolfgang Böhr	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	9.000	69.000
Prof. Karl-Gerhard Eick	180.000	21.600	12.000	213.600	180.000	–	13.000	193.000
Heidrun Förster ¹	–	–	–	–	70.000	–	14.000	84.000
Katherine Garrett-Cox ²	40.000	4.800	3.000	47.800	–	–	–	–
Alfred Herling	120.000	14.400	11.000	145.400	85.000	–	12.000	97.000
Gerd Herzberg	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	9.000	69.000
Sir Peter Job ³	75.000	12.600	8.000	95.600	180.000	–	14.000	194.000
Prof. Dr. Henning Kagermann	120.000	14.400	12.000	146.400	120.000	–	13.000	133.000
Peter Kazmierczak ⁴	50.000	6.000	6.000	62.000	30.000	–	3.000	33.000
Martina Klee	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	9.000	69.000
Suzanne Labarge	120.000	14.400	11.000	145.400	120.000	–	13.000	133.000
Maurice Lévy	60.000	7.200	5.000	72.200	60.000	–	7.000	67.000
Henriette Mark	120.000	14.400	12.000	146.400	120.000	–	15.000	135.000
Gabriele Platscher	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	9.000	69.000
Prof. Theo Siegert	145.000	17.400	13.000	175.400	120.000	–	12.000	132.000
Prof. Johannes Teyssen	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	8.000	68.000
Marlehn Thieme	120.000	14.400	11.000	145.400	120.000	–	13.000	133.000
Tilman Todenhöfer	120.000	14.400	11.000	145.400	120.000	–	18.000	138.000
Stefan Viertel	60.000	7.200	6.000	73.200	25.000	–	2.000	27.000
Renate Voigt ⁵	10.000	1.200	–	11.200	–	–	–	–
Werner Wenning	60.000	7.200	6.000	73.200	60.000	–	8.000	68.000
Leo Wunderlich ⁶	–	–	–	–	30.000	–	6.000	36.000
Total	2.150.000	261.600	197.000	2.608.600	2.190.000	–	263.000	2.453.000

¹ Membro até 31 de julho de 2010.

² Membro desde 26 de maio de 2011.

³ Membro até 26 de maio de 2011.

⁴ Membro até 25 de outubro de 2011.

⁵ Membro desde 30 de novembro de 2011.

⁶ Membro até 30 de junho de 2010.

⁷ A remuneração variável de um membro regular (€ 7.200) é composta por valor baseado num dividendo de € 0 e um valor de 7.200 € vinculado ao desempenho de longo prazo da sociedade.

Responsabilidade social empresarial

O Deutsche Bank deve ser competitivo e bem-sucedido financeiramente de modo a criar valor para todas as partes interessadas e as nossas atividades de sustentabilidade e cidadania empresarial visam garantir que criamos valor duradouro. É, portanto, de suma importância integrar a sustentabilidade nos nossos negócios centrais e investir na sociedade.

Sustentabilidade

É essencial aumentar a produtividade dos recursos e identificar fontes limpas de crescimento face à crescente procura de energia e escassez de recursos, bem como devido ao impacto das emissões de gases com efeito estufa. Em 2011, o nosso Comité Diretor Ambiental, com o apoio do Conselho Consultivo sobre Alterações Climáticas, continuou a trabalhar com os responsáveis dos negócios no sentido de harmonizar a nossa estratégia de negócios com essas tendências económicas de longo prazo. Fazê-lo irá assegurar que o Deutsche Bank contribuiu para atender as necessidades emergentes dos clientes na transição para uma economia global com emissões de carbono reduzidas e que é capaz de utilizar eficientemente os recursos.

Estamos a construir uma estratégia para fazer face às alterações climáticas, identificando três funções que se reforçam mutuamente: os nossos negócios centrais estão a apoiar investimentos em eficiência energética e na utilização dos recursos em geral; estamos a utilizar a nossa influência para incentivar iniciativas em matéria de segurança energética e ambiental, e estamos a reduzir os nossos impactos ambientais. O nosso Sistema de Gestão da Sustentabilidade certificado comprova a nossa abordagem em termos de atividades nestas áreas.

A nossa abordagem de gestão de riscos ambientais e sociais foi reforçada em 2011, ano em que criámos a Estrutura de Risco de Reputação Ambiental e Social. É parte do nosso processo de controlo (*due diligence*) e concentra-se em atividades em setores sensíveis, tais os como metais e a mineração, o petróleo e o gás, ou a agricultura.

A Estrutura fornece orientações sobre a avaliação dos riscos de transações, contrapartes e práticas de negócio, e sobre como esses riscos devem ser geridos e mitigados no âmbito dos negócios. Além disso, a nossa nova política sobre munções de fragmentação exige que terminemos relações existentes e não nos envolvamos em novos negócios com fabricantes e distribuidores de munções de fragmentação, assim como com empresas que produzem componentes essenciais das munções de fragmentação.

Atividades dos negócios centrais

A sustentabilidade gera oportunidades em áreas como o comércio de emissões, a gestão sustentável de fundos e o financiamento e os serviços de consultoria a negócios tecnologicamente limpos.

Banca para Empresas e Banca de Investimento

A Divisão de Banca para Empresas e Banca de Investimento está a estabelecer-se como líder em créditos de carbono e comércio de emissões, bem como relativamente a financiamentos e assessoria a empresas de energia limpa e com infraestrutura energética reduzida em carbono.

Mantivemos o nosso papel de liderança no mercado internacional de comércio de emissões, tendo estado envolvidos em mais de 85 Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Projetos de Implementação Conjunta. Estes projetos deverão gerar 215 milhões de créditos de emissão até ao final de 2012. Um projeto importante era a aquisição de Reduções de Emissões Certificadas à província de Henan, na China, que irá contribuir para financiar tecnologia geotérmica de bomba de calor num total que poderá chegar a 40 milhões de metros quadrados em imóveis ao longo de cinco anos. A revista Energy Risk reconheceu o Deutsche Bank como «European Emissions House of the Year».

Apesar do contexto de mercado e regulamentar difícil, durante o ano realizámos diversas atividades de assessoria, estruturação e financiamento de cerca de 3 gigawatts em projetos de energia renovável na América do Norte, na Europa e no Médio Oriente. Entre os exemplos da nossa abordagem inovadora ao financiamento esteve um mecanismo de financiamento de construção, sem recurso e renovável, que permitirá à sociedade norte-americana SunEdison expandir a sua atividade para 1,1 gigawatts em projetos de energia solar na América do Norte. Também desempenhámos papéis essenciais na primeira de uma série de grandes operações no âmbito dos parques eólicos no Québec, Canadá, financiando 373 megawatts de capacidade de geração – o projeto SeigneurIE de Beaupré foi nomeado «PFI 2011 Americas Renewables Deal of the Year». O Deutsche Bank também foi nomeado «Best Renewable Energy Finance House – Europe» pelas revistas Environmental Finance e Carbon Finance, pelo segundo ano consecutivo.

A nossa capacidade para auxiliar sociedades de tecnologia limpa a obter capital traduziu-se em várias ofertas marcantes ao longo do ano transato. Entre essas ofertas incluíram-se o papel de coconsultor na venda, por 2,3 mil milhões de dólares dos EUA, da empresa de medidores inteligentes Landis + Gyr à Toshiba, e na venda de 60% da Sunpower à Total por 1,3 mil milhões de dólares dos EUA. A nossa joint venture no âmbito dos valores mobiliários na China, a Zhong De, concluiu o maior IPO na Bolsa de Valores de Xangai, uma operação de 1,430 mil milhões de dólares dos PIA realizada para a Sinovel, um dos principais produtores de equipamento de energia eólica.

Clientes Privados e Gestão de ativos

Estamos a integrar as questões sociais, ambientais e de governação (SAG) no nosso negócio de gestão de ativos. Em dezembro de 2011 geríamos € 2,520 mil milhões em fundos relacionados com SAG e fundos centrados em alterações climáticas, reforçámos a implementação da política SAG nos fundos europeus e adotámos a política SAG na votação por procuração na Alemanha.

Através destes fundos ajudamos a financiar investimentos em energia sustentável, com o objetivo de enfrentar as alterações climáticas globais. Alguns destes recursos também são direcionados para melhorar as condições de vida nos países em desenvolvimento. Também investimos diretamente em negócios sustentáveis através da RREEF Capital Partners e da RREEF Sustainable Advisors – que integram a plataforma de investimentos alternativos da Gestão de Ativos. Estas duas sociedades irão, ao nível global, realizar investimentos em valores mobiliários públicos ou em capital fechado relativamente a projetos e sociedades no âmbito das alterações climáticas e da sustentabilidade. Entre os lançamentos de 2011 estiveram o European Energy Efficiency Fund, de € 265 milhões, promovido pelo Banco Europeu de Investimento, e o Africa Agriculture and Trade Investment Fund, que dispõe de € 85 milhões para investir na melhoria da competitividade de produtores e fabricantes exportadores africanos, e é patrocinado pelo Governo Alemão e pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Esses recursos complementam o Global Climate Partnership, lançado em 2010, e que em 2011 realizou investimentos na Europa, na Ásia e na América Latina.

O DB Advisors foi nomeado «Best ESG [SAG] Asset Manager in Germany» pela revista World Finance, reconhecendo a sua liderança na integração de estratégias SAG na tomada de decisões de investimento. Entre os novos lançamentos de produtos institucionais incluíram-se o SAG Emerging Markets External Debt e o SAG Total Return AAA High Grade Fixed Income.

A DWS Investments lançou vários novos produtos de retalho, incluindo dois fundos fechados «verdes». Além disso, está a incrementar a consideração de riscos SAG no processo de investimento, incluindo vários seminários de capacitação em matéria de SAG e seminários para colaboradores da área de Gestão de Ativos em 2011.

As nossas mais de 2.800 agências de retalho por todo o mundo também distribuem produtos de crédito verdes e oferecem oportunidades no que se refere a investimentos sustentáveis. Vários empréstimos e linhas de crédito permitem a clientes particulares e a sociedades o financiamento de tecnologias promotoras da eficiência energética e da energia renovável, bem como a aquisição de veículos com baixas emissões.

Para mais informações sobre a sustentabilidade dos nossos negócios centrais, aceda a www.banking-on-green.com/business.

Ecoeficiência

A minimização dos impactos ambientais diretos contribui para os nossos objetivos de negócio através do aumento da eficiência energética e da redução de custos. Também beneficiamos da aplicação às nossas atividades de investimento imobiliário do conhecimento adquirido na gestão das nossas próprias propriedades de forma eficiente.

Continuamos o processo de redução da nossa pegada de carbono em 20% ao ano. Esta política está em vigor desde 2008 e irá alcançar a neutralidade em termos de carbono no que se refere às nossas operações a partir de 2013. Dois terços da energia utilizada nas nossas operações provieram de fontes renováveis em 2011, e adquirimos 295 mil toneladas de créditos de carbono para completar a redução de emissões em 20%.

A melhoria da eficiência energética dos nossos edifícios é a principal forma de reduzir custos e emissões. O nosso progresso nesta área é simbolizado pelas Torres Deutsche Bank, em Frankfurt. Concluímos o regresso da sede do Grupo às torres remodeladas, cujo elevado desempenho ambiental foi confirmado pela certificação Platinum segundo a norma internacional LEED. O consumo de energia do edifício será 55% inferior ao que era anteriormente, sendo um terço da energia proveniente de fontes renováveis. O US Green Building Council concedeu ao Deutsche Bank o seu primeiro International Leadership Award, reconhecendo o nosso trabalho de liderança setorial na utilização de instalações LEED em todo o mundo, os nossos progressos no sentido da neutralidade em termos de carbono e o nosso investimento em energias alternativas e tecnologias com baixas emissões de carbono.

Para mais informações sobre ecoeficiência, aceda a www.banking-on-green.com/greendata.

Cidadania empresarial

As empresas devem investir nas sociedades em que operam. O capital social que daqui advém gera benefícios para todos. Em 2011 dedicámos € 83,1 milhões a iniciativas educacionais e a projetos sociais, às artes e à música, assim como a atividades de voluntariado empresarial.

Educação: dar asas ao talento

O Deutsche Bank está empenhado em promover a igualdade de oportunidades em todo o mundo. O nosso apoio centrou-se sobretudo em programas que ajudam jovens talentosos oriundos de meios desfavorecidos prepararem-se para uma educação universitária. Em 2011, a iniciativa «IntoUniversity», no Reino Unido, teve a honra de ser considerada «a melhor contribuição para melhoria do desempenho educacional.» A Fundação Deutsche Bank apoia a iniciativa STUDieNKOMPASS, que em 2011 prestou apoio a cerca de 1.400 jovens na Alemanha: 90% dos participantes pretendem obter um diploma universitário. 15 colaboradores do Deutsche Bank disponibilizaram-se para serem mentores voluntários na «Feira de Talentos», um programa educacional abrangente de longo prazo que se inicia logo no ensino básico e médio.

Investimentos sociais: geração de oportunidades

Tiramos partido da nossa presença global e desenvolvemos soluções inovadoras que criam novas oportunidades para ajudar as pessoas a superarem o desemprego e a pobreza. Nos EUA, o Deutsche Bank apoia projetos como o «Living Cities», dedicado à estabilização social e económica de comunidades com infraestruturas subdesenvolvidas. Este compromisso tem sido constantemente homenageado e considerado «excelente» pelo Reserva Federal Bank nos últimos 20 anos. No Reino Unido foi lançado o Impact Investment Fund I, que investe em sociedades socialmente benéficas com modelos de negócios comercialmente viáveis. Como líder em microcrédito, ajudamos as pessoas a criarem os seus pequenos negócios em países com mercados emergentes e em desenvolvimento. E, no ano em análise, demos a 20 mil crianças sul-africanas uma nova possibilidade de vida.

Artes e Música: promoção da criatividade

Mais de 200 mil visitantes em sete museus latino-americanos ao longo de um período de dois anos – são estes os valores recorde da exposição «Beuys and Beyond – Teaching as Art», que apresentou obras de arte da coleção do Deutsche Bank. Outro êxito foi «Globe. For Frankfurt and the World», uma série de eventos que contou com 70 artistas internacionais na primavera de 2011 para marcar a abertura da nossa sede de Grupo renovada, em Frankfurt am Main. O artista conceptual Roman Ondák foi escolhido para ser o «Artista do Ano 2012» – as suas obras serão apresentadas numa exposição individual no Deutsche Guggenheim em Berlim.

A parceria de longa data entre o Deutsche Bank e a Berliner Philharmoniker tornou possível a Sala de Concertos Digitais da orquestra, que permite o acesso à música clássica a pessoas de todo o mundo. Só a abertura da temporada de concertos em 2011 contou com um público de 9.000 pessoas em db.com. E, desde 2002, mais de 21 mil jovens de todas as áreas da sociedade participaram do programa de educação da Berliner Philharmoniker.

Envolvimento dos colaboradores: transmita a sua paixão

Há mais de 20 anos que o Deutsche Bank incentiva os seus colaboradores a realizarem trabalho voluntário. Como mentores, como consultores de organizações sem fins lucrativos ou como voluntários em desafios da equipa, eles aceitam responsabilidade na sociedade a um nível muito pessoal. 19.000 colaboradores foram voluntários empresariais e apoiaram quase 3.000 parceiros comunitários em 2011 – o que representa um aumento de 21% para 24% em apenas um ano. Na Alemanha, em Hong Kong e em Singapura este compromisso notável foi homenageado através de vários prémios. O objetivo da iniciativa «Pass on your Passion» («Transmita a sua paixão»), lançada em 2011, é inspirar outras pessoas a fazer a diferença através do voluntariado e, assim, gerar capital social.

O nosso «Relatório de Responsabilidade Social Empresarial 2011» fornece informações adicionais sobre como iremos implementar a nossa estratégia de sustentabilidade, bem como sobre o nosso programa de cidadania empresarial.

Colaboradores

Em 31 de dezembro de 2011 tínhamos um total de 100.996 colaboradores, em comparação com 102.062 em 31 de dezembro de 2010. Calculamos o nosso número de colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta os nossos números de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Colaboradores ¹	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Alemanha	47.323	49.265	27.321
Europa (exceto Alemanha), Médio Oriente e África	24.187	23.806	22.031
Ásia/Pacífico	18.351	17.779	16.518
América do Norte ^{2,3}	10.700	10.811	10.815
América Central e do Sul	435	401	368
Total de colaboradores³	100.996	102.062	77.053

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro; o Deutsche Postbank harmonizou a sua definição CTI com a do Deutsche Bank, o que reduziu o número de colaboradores do Grupo em 31 de dezembro de 2011 em 260 (os períodos anteriores não foram atualizados); em 2010, os colaboradores do Cazaquistão, anteriormente integrados na região Ásia/Pacífico, foram afetados à região Europa (exceto Alemanha), Médio Oriente e África; os números de 2009 (6 colaboradores) foram reclassificados de modo a refletir o facto. Em 2011, 257 CTI do Sal Oppenheim na Alemanha foram afetados diretamente à Áustria, Luxemburgo e Suíça (Europa exceto Alemanha).

² Principalmente Estados Unidos.

³ O número nominal de colaboradores da The Cosmopolitan of Las Vegas é 4.256 em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 4.147 em 31 de dezembro de 2010. O número de colaboradores é composto de colaboradores a tempo inteiro e de colaboradores a tempo parcial, não integrando dos valores totais de colaboradores equivalentes a tempo inteiro.

O número de colaboradores diminuiu 1.066 em 2011 (1,0%), devido aos seguintes fatores:

- Na Divisão de Grupo de Banca para Empresas e Banca de Investimento o número de colaboradores diminuiu em 429 devido a mercados excepcionalmente difíceis, especialmente no que se refere à área de Banca para Empresas e Valores Mobiliários.
- O número de colaboradores da CPGA diminuiu em 1.743. Tal deveu-se principalmente aos progressos realizados em Clientes Privados e Empresariais com a integração do Deutsche Postbank e a venda de negócios não centrais na Índia.
- Nas nossas operações de infraestrutura, o número de colaboradores nos nossos centros de serviços na Índia, nas Filipinas, no Reino Unido e EUA continuou a crescer. O número de colaboradores nestes centros de serviços aumentou cerca de 1.255 em 2011. O número de colaboradores nas outras áreas de infraestrutura manteve-se praticamente inalterado relativamente ao final de 2010.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocínamos uma série de planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos de benefícios definidos com uma obrigação de benefício definido superior a € 2 milhões, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos são imparciais e mutuamente compatíveis e que consideram a melhor estimativa e os melhores princípios do plano em curso.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios para colaboradores, veja-se a Nota 34 - «Benefícios para colaboradores» nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Uma nova cultura de desempenho no Deutsche Bank

O Deutsche Bank está empenhado em garantir uma cultura de elevado desempenho que promove os resultados dos nossos negócios. Estamos a construir e a reforçar a nossa cultura com base num conjunto de princípios muito claros:

todos sabem o que se espera deles
diferenciamos o desempenho
e todos sabem em que posição se encontram

Conforme estabelecido na nossa Agenda de Gestão, temos vindo a reorientar os nossos gestores para estes princípios e a atualizar os processos que lidam com pessoas e o apoio à formação.

Esperamos que seja um processo de longo prazo, envolvendo todo o Banco, e que nos ajude a atingir um marco importante no sentido de uma nova cultura de desempenho no Deutsche Bank.

Diversidade: a igualdade de oportunidades promove o êxito

Tem-se demonstrado que num mundo globalizado as equipas mistas são mais bem-sucedidas, pois é só através da integração de diferentes perspetivas e experiências que se podem garantir soluções orientadas para o cliente. Uma gestão sistematicamente diversificada é, assim, de importância crucial na nossa estratégia de recursos humanos. A orientação a este respeito é fornecida pela nossa Declaração de Missão em Matéria de Diversidade, que é parte das políticas operacionais do Deutsche Bank e que todas as nossas medidas de RH devem cumprir.

[Declaração de Missão do Deutsche Bank em matéria de diversidade Global](#)

O nosso objetivo é promover uma cultura de inclusão que valoriza a diversificação dos nossos colaboradores, utiliza os seus talentos e os ajuda a realizar o seu pleno potencial.

Prioridades globais

- **Responsabilidade e liderança:** integrar plenamente a diversidade e a inclusão na mentalidade de todos os colaboradores de toda a sociedade;
- **Género:** aumentar a mobilidade feminina e a sua representação em cargos seniores em todos os níveis do Deutsche Bank;
- **Geracional:** Criar um contexto onde todas as gerações sintam que podem progredir, ser bem-sucedidas e inovadoras, assim como criar valor/lucro para a sociedade (à sua própria maneira).

Declaração do DAX 30

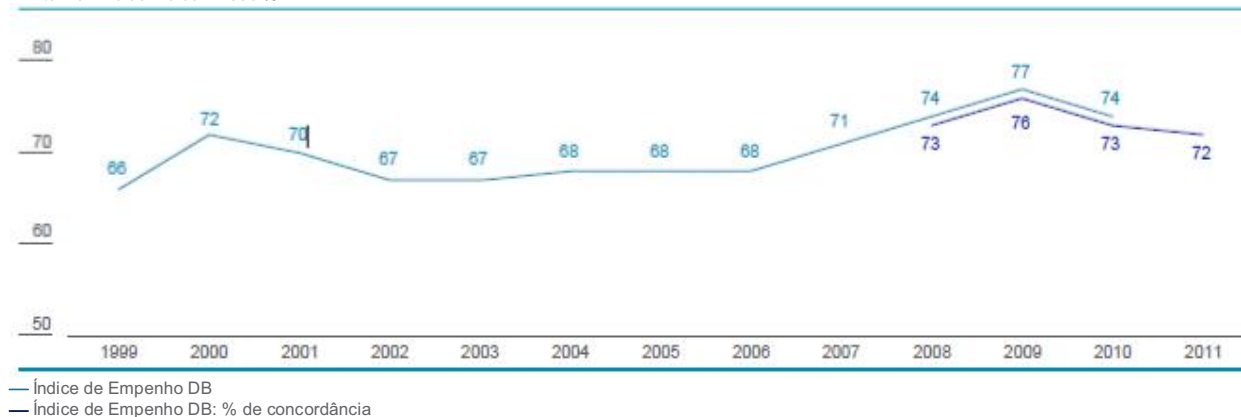
Aumentar a percentagem de mulheres em cargos de gestão sénior é uma iniciativa estratégica para promover o sucesso do negócio. Juntamente com outras sociedades alemãs que integram o DAX 30, o Deutsche Bank assinou o compromisso «Dax 30». Nos termos deste compromisso voluntário, o Grupo Deutsche Bank tem planos para aumentar a proporção mundial dos seus executivos seniores femininos ao nível de Diretora Geral e Diretora para 25% até ao final de 2018 e a proporção de pessoas com cargos de coordenação do género feminino (com títulos de Diretora Executiva, Diretora, Diretora Adjunta e Associada) para 35% até ao final de 2018, em sujeição às leis aplicáveis. O Deutsche Bank cumpriu a meta em termos de gestoras seniores de 17% em 2011 e superou o objetivo oficial de 29,3%, alcançando 29,7%.

Inquérito aos recursos humanos do DB em 2011: resultados

Em 2011, como no exercício anterior, 74% dos colaboradores do Banco – mais de 60 mil colaboradores – participaram num inquérito aos recursos humanos de todo o Grupo DB. Desde há doze anos que o Deutsche Bank tem vindo a realizar inquéritos regulares aos colaboradores para avaliar o empenho dos colaboradores para com o Banco e as suas opiniões sobre outros aspetos do trabalho no mesmo, como cultura empresarial, liderança e estratégia. O nível de participação dos trabalhadores no inquérito aumentou desde que o mesmo foi lançado e permanece elevado – claro sinal de que a equipa valoriza esse instrumento de manifestação de opiniões.

Índice de Empenho

Limite máximo do índice = 100 / %



Nota: Em 2011, o Deutsche Bank deixou de analisar os valores do índice, passando a analisar os valores de percentagem de concordância.

O índice de empenho (72%) mostra que a equipa tem, de forma consistente, elevados níveis de lealdade para com a empresa. O Banco acompanha várias outras medidas obtidas em inquéritos, as quais mostram níveis muito positivos, particularmente em termos de enfoque e estratégia relativamente ao cliente.

Perspetivas

A economia global

Esperamos que a economia global desacelere ligeiramente em 2012; no entanto, deverá recomeçar lentamente a retoma na segunda metade do ano. Para 2012 prevemos uma taxa anualizada de aumento do PIB global de 3,25%. Considerando o excesso de capacidade nas nações industriais e os efeitos de base positivos dos preços da energia, a taxa de inflação global irá diminuir, passando de quase 4,5% em 2011 para cerca de 3,5% em 2012. Apesar de prevermos uma recuperação do crescimento económico global para 4% em 2013, a taxa de inflação mundial deverá permanecer abaixo de 3,5%.

A presente desaceleração do crescimento económico tem origem nos países industrializados, particularmente na Zona Euro. Esperamos que, uma vez que as regras orçamentais mais rígidas sejam implementadas e a sua observância passe a ter uma base mais estrita e institucional, e uma vez que os programas de consolidação e de reforma dos países afetados alcancem melhor os seus objetivos, a crise da dívida soberana na Zona Euro venha gradualmente tornar-se menos grave. Além disso, a liquidez cedida aos bancos através do leilão a três anos do Banco Central Europeu deverá mitigar a situação dos próprios bancos e proporcionar flexibilização face ao enorme volume de refinanciamento de obrigações de que os países do sul da Europa irão necessitar esta Primavera. No entanto, a economia da Zona Euro pode ter entrado numa recessão técnica durante o período do Inverno 2011/2012, de modo que, mesmo com uma recuperação ao longo do ano, o PIB deverá diminuir 0,5%. Numa base anual, a Alemanha será provavelmente o único país de grande dimensão da Zona Euro a não sofrer recessão, embora a economia possa estagnar. Pelo contrário, consideramos que haverá um declínio significativo no PIB em determinados países do sul da Europa. Devido à procura externa e a um menor impacto da consolidação fiscal, o crescimento na Zona Euro deverá recuperar novamente em 2013 e alcançar 1%, a mesma taxa de crescimento que na Alemanha.

Para os EUA prevemos um crescimento crescente ao longo do ano. O valor anualizado de 2,5% deverá ser um pouco superior ao do ano passado. As sociedades do setor não financeiro continuam a apresentar uma situação financeira muito robusta. Além disso, houve no início do ano um aumento dos sinais de que o mercado imobiliário começou a atingir valores mínimos, depois de um declínio de cinco anos. No que se refere à taxa de desemprego dos EUA, tornou-se recentemente evidente uma inflexão, o que poderá pelo menos estabilizar o consumo à atual taxa de expansão relativamente moderada. A economia dos EUA continuará provavelmente sua expansão em 2013 com uma taxa de crescimento anual de 3%.

Ao longo de 2011, à medida que os efeitos da convergência no comércio mundial se diluíram, a taxa de crescimento nos países emergentes diminuiu ligeiramente. Com o risco de inflação a recuar, alguns países latinoamericanos e, mais recentemente, a China e Israel, reagiram com uma flexibilização da política monetária. A procura doméstica dos mercados emergentes (mais robusta em comparação com a dos países industrializados), juntamente com a flexibilização que provavelmente continuarão a aplicar em matéria de políticas monetária e fiscal, deverá limitar o impacto das debilidades dos países industrializados sobre os mercados emergentes. Na região da Ásia (excluindo o Japão), o crescimento do PIB em 2012 deverá alcançar cerca de 7%, apenas ligeiramente abaixo dos 7,25% observados em 2011. Com a recuperação gradual da economia global e os investimentos de reconstrução no Japão para sanar os danos causados pela catástrofe de março passado, a economia japonesa deverá estabilizar e expandir-se 0,75% em termos anualizados. A região da Ásia (excluindo o Japão) e o Japão irão provavelmente contribuir para um crescimento mais rápido do PIB global em 2013. As taxas de crescimento poderão aumentar para 7,4% e 1,1%, respetivamente. Relativamente à América Latina, esperamos que o crescimento do PIB se reduza de 4,25% para 3,75% em 2012 e aumente novamente para 4,2% em 2013.

As incertezas relativamente às perspetivas económicas devem-se principalmente à evolução política na Europa. A reprogramação da dívida grega e o segundo pacote de resgate à Grécia são fatores cruciais. No entanto, os mercados podem perder a confiança nos esforços de reforma de outros países, especialmente se as tendências económicas continuarem a ser de baixa. As decisões pendentes relativamente às condições específicas dos mecanismos de resgate da Zona Euro implicam um potencial significativo de conflito, o que poderá gerar perturbações de grande magnitude nos mercados financeiros. Simultaneamente, o nível da dívida nacional nos EUA atingiu 100% do PIB. Considerando-se o impasse político no país, parece-nos possível uma renovação da escalada, com necessidade de um novo aumento do limite máximo da dívida durante a campanha eleitoral. Além disso, a aceleração atual da economia americana poderá vir a ser insustentável. No Médio Oriente, o conflito relacionado com o programa nuclear iraniano poderá tornar-se muito mais grave.

O setor bancário

O negócio bancário tenderá de ser mais uma vez fortemente influenciado pelos desenvolvimentos macroeconómicos e pelas alterações regulatórias dos próximos dois anos. Na Europa, o setor continuará provavelmente a enfrentar um declínio nas receitas e nos lucros se a crise soberana europeia se prolongar, enquanto que nos EUA um abrandamento do crescimento afetaria a rentabilidade.

As receitas da banca de investimento poderão declinar em 2012, especialmente em áreas fortemente afetadas por alterações regulatórias. A retirada estratégica de vários prestadores – que se deveu principalmente a medidas regulatórias que tornam determinadas atividades substancialmente mais dispendiosas e menos lucrativas – deverá, pelo contrário, permitir que bancos bem posicionados e bem capitalizados ganhem quota de mercado. Simultaneamente, isso poderá permitir que esses bancos compensem, através de economias de escala, pelo menos parte do menor potencial de ganhos. No que se refere ao setor da banca de investimento como um todo, menores receitas e requisitos de capital mais elevados tenderão a reduzir permanentemente os índices de rentabilidade e os níveis de remuneração dos colaboradores.

O desempenho da Gestão de Ativos irá, provavelmente, depender mais uma vez da direção tomada pelos mercados globais de investimento e da apetência pelo risco dos investidores. É provável que tal dependa, em primeiro lugar, da possibilidade de se chegar mais próximo de uma solução para a crise da dívida soberana na Europa, e da forma de a alcançar. Num cenário positivo, as forças de crescimento nos países sob pressão seriam libertadas, esforços credíveis e bem-sucedidos seriam utilizados para reduzir os défices orçamentais e o apoio externo seria fornecido na medida apropriada. Assim, os principais riscos que os bancos enfrentam são uma nova escalada da crise da dívida, particularmente na Europa, mas também nos EUA.

A recessão técnica na Zona Euro esperada para o Inverno irá provavelmente ter um impacto negativo nos volumes de empréstimos e depósitos no que se refere aos mercados tradicionais empresarial e de pequenos clientes na Europa. A procura de crédito por parte dos clientes deverá diminuir. No entanto, a oferta de crédito por parte dos bancos também irá recuar devido ao aumento esperado dos incumprimentos e a custos de refinanciamento persistentemente elevados. Além disso, os depósitos dos agregados familiares juntos dos bancos poderão aumentar muito lentamente, existindo inclusivamente a possibilidade de diminuírem. Os países afetados pela crise sofrerão provavelmente com mais impacto estes desenvolvimentos, enquanto que as economias mais robustas, como as da Alemanha e da Escandinávia, poderão facilmente assistir a maior crescimento. O prolongamento das taxas de juros reduzidas poderá causar dificuldades adicionais ao setor bancário, ao gerar mais pressão sobre as receitas de transformação dos prazos e, assim, sobre as margens. Isto sugere que o rendimento de juros líquido irá provavelmente diminuir.

Outras incertezas que pairam sobre o setor bancário respeitam à implementação de regulamentos já adotados e à introdução de nova legislação que já está em discussão em alguns casos. Embora a maioria das medidas para aumentar a estabilidade financeira envolva alterações sensatas à estrutura do setor, o seu efeito cumulativo é muitas vezes subestimado. O mesmo aplica-se aos riscos que decorrem de variações substanciais no âmbito e na implementação de novas regulamentações, do potencial de arbitragem regulatória e de fragmentação do mercado. Algumas das propostas atualmente em debate – por exemplo, a introdução unilateral de um imposto sobre as transações financeiras apenas na Zona Euro – não são favoráveis ao objetivo de um sistema financeiro mais robusto e resistente. Os bancos são confrontados com a tarefa de reduzir significativamente os seus ativos ponderados pelo risco, que devem gerir sem prejudicar as relações com os seus clientes privados empresariais.

Em suma, os bancos enfrentarão imensos desafios nos próximos dois anos. O processo de desintermediação dos anos pré-crise poderá, em grande parte sem que tal seja pretendido pelos responsáveis políticos, acabar por ser retomado, com as atividades de financiamento a saírem ainda mais dos balanços dos bancos para os mercados de capitais e a migração de outros negócios para o sistema bancário «sombra», menos regulamentado. Os bancos terão de acumular maiores reservas de capital e ajustar-se a um contexto regulatório muito mais estrito, o que exigirá em alguns casos que redefinam os seus modelos de negócio e os obrigará a adaptar-se a um nível de rentabilidade permanentemente inferior. Tendo em conta os ventos contrários externos (e, presumivelmente, duradouros), muitos bancos estão cada vez mais propensos a concentrar-se mais nos seus pontos fortes em determinados segmentos de mercado e determinadas regiões, intensificando o controlo de custos. Estas evoluções serão exacerbadas por uma potencial desaceleração no crescimento do PIB e pela crise da dívida soberana, que ensombra particularmente os bancos europeus.

O Grupo Deutsche Bank

Como todas as outras instituições financeiras, o Deutsche Bank continuará a ser afetado por um contexto concorrencial em mudança e um contexto regulatório mais rigoroso, continuando a operar num contexto que o expõe a riscos significativos de litígio. A gestão de risco, a adequação de capital e a eficiência do balanço serão diferenciadores competitivos cada vez importantes. A gestão do Deutsche Bank tem vindo a melhorar as estruturas de capital, de liquidez e de refinanciamento, que são cruciais para o sucesso futuro da instituição. Ao longo de 2011 aumentámos significativamente o rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*). Cumprimos os requisitos da Autoridade Bancária Europeia e de Basileia 2.5, e estamos bem preparados para os requisitos de Basileia 3. Neste contexto, o Deutsche Bank irá manter uma política equilibrada de dividendos, que considera as necessidades de capital e o retorno total para o acionista.

O nosso modelo de negócio, global compreendendo Banca para Empresas e Valores Mobiliários, Banca de Transações Globais, Gestão de Ativos e Património e Clientes Privados e Empresariais, conta com uma sólida rede de distribuição, especialmente no nosso mercado de origem alemão, e deverá proporcionar-nos oportunidades rentáveis de longo prazo. O reajuste no âmbito da Banca para Empresas e Valores Mobiliários melhorou significativamente o perfil de risco do Deutsche Bank. Além disso, reforçámos os nossos lucros, expandindo as nossas atividades nos negócios BTG e CPGA. Em 2012 e nos anos seguintes esperamos ser capazes de continuar a beneficiar da nossa condição reforçada de banco de investimento global e líder do mercado de origem, alcançando uma maior estabilidade nas receitas e uma combinação de ganhos mais equilibrada. Além disso, continuamos a centrar-nos no nosso desempenho e a melhorar a eficiência.

A nossa divisão de grupo de Investimentos de Sociedades reforça as competências de gestão de carteiras do Banco e a sua capacidade de gestão de risco. Esta divisão tem responsabilidade pela gestão de determinados ativos e, assim, está exposta às oportunidades e aos riscos decorrentes das participações que constituem a sua carteira. Os riscos implícitos são acompanhados e geridos de forma estrita.

No cômputo geral, o Deutsche Bank está fortemente posicionado para explorar as oportunidades competitivas no contexto atual.

Banca para Empresas e Valores mobiliários

O contexto de banca de investimento em 2012 e 2013 será afetado pela nova regulação e pelas preocupações macro correntes relativamente à crise da dívida soberana na Europa, à potencial desaceleração nos mercados emergentes e à sustentabilidade da recuperação nos EUA. Isto significa que a volatilidade continuará a ser um tema constante, mas consideramos que a atividade dos mercados de capitais será sólida. Os totais de comissões em Finanças das Empresas deverão aumentar em 2012, dependendo da normalização das condições de mercado, pois os balanços das empresas permanecem saudáveis e as instituições financeiras tenderão a aumentar ainda mais os níveis de financiamento e de capital. Os volumes de negociação poderão aumentar se o otimismo dos investidores melhorar. No entanto, as margens poderão enfrentar pressões de redução em produtos com menores requisitos de capital (por exemplo, câmbios e títulos negociados a pronto) à medida que a concorrência crescer, ao mesmo tempo que poderá vir a haver mais produtos estruturados intensivos em capital com crescimento nas margens, devido ao recuo de escala por parte de alguns participantes no setor em função dos impactos de nova regulação.

A Banca para Empresas e Valores Mobiliários deverá continuar a beneficiar de uma maior integração da banca de investimento. Esta integração, iniciada em 2010, permite-nos prestar um melhor serviço aos clientes empresariais através de uma ampla gama de produtos, eliminando a duplicação no *front office* e em funções de suporte, e aumentando a colaboração entre todas as áreas do negócio. Continuaremos a concentrar-nos nos fluxos de clientes e nas soluções para clientes, mantendo simultaneamente uma sólida eficiência em termos dos ativos (especialmente tendo em conta as futuras alterações regulatórias) e minimizando a exposição ao risco.

Em Vendas e Negociação esperamos que as receitas dos produtos de fluxo, como o câmbio, os mercados monetários, as taxas de juros e os títulos negociados a pronto venham a ser afetadas por uma volatilidade contínua, mas a área deverá continuar a apresentar-se robusta, atendendo à nossa liderança em termos de quotas de mercado em termos de clientes, não obstante as condições do mercado. Além disso, esperamos beneficiar dos nossos investimentos contínuos na negociação eletrónica e em plataformas de acesso direto ao mercado. Iremos continuar a centrar-nos na nossa área de Financiamento Especial (Prime Finance), na qual temos vindo a construir uma posição de liderança no mercado. A negociação e as matérias-primas no que se refere aos mercados emergentes também continuarão a estar entre as principais áreas de crescimento, à medida que a procura aumentar.

Para 2012 e 2013, assumindo que as condições de mercado estabilizem, esperamos o aumento do total das comissões de financiamento às empresas (*corporate finance*). A emissão de dívida deverá aumentar devido as atividades relacionadas com F&A e com a desintermediação financeira e à medida que as instituições financeiras procurarem mais financiamento e capital de longo prazo, embora possa haver pressão sobre os indicadores fundamentais das empresas se o crescimento global desacelerar. Dada a grande acumulação de operações advinda do segundo semestre de 2011, prevemos que a emissão de ações aumente à medida que as ofertas de recapitalização e privatização forem chegando ao mercado. Prevemos que a atividade de F&A seja robusta devido à continuação da recuperação cíclica, mas com base nos pressupostos da diminuição da volatilidade e do retorno da estabilidade. O Deutsche Bank está bem posicionado para tirar partido de todas estas tendências e para criar uma nova dinâmica na nossa área de finanças das sociedades (*corporate finance*).

Banca de Transações Globais

As perspetivas da área de Banca de Transações Globais para os próximos dois anos serão provavelmente influenciadas por uma série de fatores fundamentais. Os níveis comparativamente reduzidos de taxas de juros registados na maioria dos mercados em 2010 e 2011 irão persistir. Além disso, a desaceleração no crescimento global, a possibilidade de uma recessão na Europa e a continuação da crise da dívida soberana poderão ter impactos negativos sobre as receitas. Finalmente, a regulação continuará a representar um desafio para a globalidade do setor bancário.

O negócio da Banca de Transações Globais (BTG) do Deutsche Bank sofrerá o impacto destes desafios de contexto. A dinâmica sustentada de crescimento rentável e de aquisição de clientes dos últimos anos, juntamente com uma posição de liderança nos principais mercados, posiciona adequadamente a Banca de Transações Globais para atrair novos clientes, mesmo em condições difíceis. O negócio está a concentrar-se no aprofundamento das suas relações de cliente com Entidades Empresariais Complexas e Clientes Institucionais em regiões onde já estamos presentes, ao mesmo tempo que promove crescimento adicional em determinados mercados emergentes. Além disso, continuam a ser promovidas outras iniciativas visando reequilibrar o nosso leque de fontes de receita, no sentido de reduzir a dependência face às taxas de juros. A integração bem-sucedida de parte das atividades bancárias empresariais e comerciais do ABN AMRO adquiridas nos Países Baixos, em 2010, reforça ainda mais a presença da Banca de Transações Globais na Europa através da criação de um mercado de segunda residência para clientes empresariais e de um aprofundamento da abrangência em termos de clientes e das ofertas de produtos complementares. O negócio deverá continuar a tirar partido das sinergias resultantes da integração das atividades de Banca para Empresas e Banca de Investimento. Uma cooperação mais estreita com outras áreas da Divisão de Banca para Empresas e Banca de Investimento, no âmbito da nossa integração em curso, irá proporcionar a uma ampla gama de clientes a possibilidade de beneficiarem dos serviços de Banca de Transações Globais.

Ativos e Gestão de Património

As perspetivas do negócio de Gestão de Ativos e de Património serão influenciadas por vários fatores contrários, em 2012 e nos anos seguintes. A assumida recuperação nos mercados relativamente a 2012 deverá resultar num aumento nas receitas de comissões, em geral, e nas comissões de desempenho, em particular. As tendências de longo prazo, incluindo a passagem, em curso, da dependência das pensões estatais para o financiamento privado da aposentadoria, o envelhecimento da população em mercados maduros e a riqueza crescente das economias emergentes, também terão impactos positivos nas receitas e em novas oportunidades em termos de ativos investidos, ao longo dos próximos anos. Por outro lado, as receitas podem vir a estar sob pressão no curto prazo se ocorrer novamente volatilidade no mercado e os investidores continuarem a retirar-se para o numerário ou para produtos mais simples, com menores comissões.

No segundo semestre de 2011, os mercados financeiros globais sofreram com o aumento da volatilidade, o que reduziu a confiança dos investidores e gerou saídas de capital em todos os produtos de capital e monetários, afetando especialmente os gestores ativos de ativos, como foi o caso da Gestão de Ativos (GA) do Deutsche Bank. Apesar de os mercados terem mostrado sinais de estabilização no fim do ano, as questões macroeconómicas por resolver continuam a ser um fator importante no setor da gestão de ativos.

A adoção e a implementação de várias reformas inéditas permanece um importante desafio para os gestores de ativos, especialmente nos casos em que existe incerteza quanto aos respetivos impactos. A nova regulação e a regulação pendente de aprovação poderão aumentar os custos e as restrições dos gestores de ativos e ter um impacto sobre o contexto concorrencial, implicando a alteração de modelos de negócio, especialmente no caso de atores de maior dimensão e de gestores de ativos integrados em bancos. Como parte do nosso esforço contínuo para manter uma combinação de negócios equilibrada e estar entre os líderes de mercado em cada um dos nossos negócios, anunciamos em 22 de novembro de 2011 que estamos a realizar uma análise estratégica da nossa divisão global de Gestão de Ativos. A iniciativa concentra-se, em particular, no impacto que as recentes alterações regulatórias e nos custos associados, bem como no contexto concorrencial, estão a ter sobre os negócios e as respetivas perspetivas de crescimento ao nível do Banco. A análise abrange toda a divisão de Gestão de Ativos globalmente, exceto no que se refere à marca DWS na Alemanha, Europa e Ásia, que consideramos ser uma parte essencial da nossa oferta retalhista nesses mercados. Os resultados da análise estratégica poderão levar à reorganização e reorientação das operações de GA.

No entanto, a alavancagem operacional obtida em GA através da reestruturação da plataforma e de esforços de aumento da eficiência em termos de custos – que se prolongou ao longo de 2011 e foi complementada pelo Programa de Redução de Complexidade – capacita os negócios para beneficiarem de mercados de capitais em melhor situação e de crescimento na economia, bem como para absorverem o modesto potencial de volatilidade do mercado ou a procura de segurança, por parte dos investidores, no rendimento fixo e em produtos com menores comissões. Além disso, a GA está bem posicionada para beneficiar das supramencionadas tendências de longo prazo do setor.

Com resultados operacionais hoje solidamente positivos, os custos sob controlo e os benefícios contínuos em termos de eficiência que se espera advirem da redução da complexidade em todo o Banco e de outras iniciativas, as perspetivas para a GA em 2012 e 2013 são positivas. O negócio deverá beneficiar significativamente da estabilização e do crescimento contínuo dos mercados de ações, aumentando o interesse dos investidores relativamente a produtos alternativos, incluindo o imobiliário, bem como da aplicação de capital de investidores (que tem estado até agora marginalizado) em produtos de maior crescimento e maiores comissões, compensando as perdas dos últimos anos.

Eventuais novos choques no mercado, períodos prolongados de incerteza ou tendências recessivas poderão comprometer a capacidade da Gestão de Ativos relativamente ao cumprimento dos objetivos de lucro.

A Gestão de Património Privado (GPP) espera beneficiar de mercados de património em crescimento e manter ou aumentar a quota de mercado num contexto competitivo fragmentado em 2012 e nos anos seguintes. A ênfase clara em Indivíduos de Rendimento (Ultra) Elevado e em segmentos essenciais de clientes gerará resultados significativos devido à forte alavancagem da plataforma do Grupo Deutsche Bank e à estreita cooperação com as áreas de Banca para Empresas e Banca de Investimento. O modelo de negócio da GPP, com forte cobertura dos mercados emergentes, permitirá compensar os desafios de mercados maduros, da intensificação do quadro regulamentar e do contexto político. Em geral, a GPP está menos exposta aos impactos da política fiscal, visto que o seu modelo de negócio se concentra em oportunidades *onshore* em mercados já existentes de grande dimensão e em mercados *onshore* desenvolvidos.

A inversão fundamental em queda da economia nos últimos meses mostrou, todavia, uma divergência considerável entre regiões e mercados. Na Zona Euro, a GPP procurará reforçar a sua liderança no mercado de origem, com as suas duas fortes marcas Deutsche Bank e Sal. Oppenheim/BHF-BANK. A estratégia de crescimento da GPP Ásia/Pacífico é consistente com a agenda da administração do Deutsche Bank, que consiste num crescimento orgânico através da contratação da área de BEI e da intensificação da cooperação com a mesma. Na região Ásia/Pacífico, bem como na região América, temos intenção de tirar ainda mais partido da dinâmica de crescimento orgânico e, assim, estar nas três primeiras posições no mercado Ásia/Pacífico e nas cinco primeiras posições no continente americano. Na Europa (exceto no mercado de origem) esperamos que a produtividade melhore ainda mais, e temos como objetivo as cinco primeiras posições nos mercados da Europa de Leste, Médio Oriente e Rússia (ELMOR). A integração do Sal. Oppenheim e o seu posicionamento no Grupo Deutsche Bank geraram resultados positivos em 2011 e esperamos que a instituição tenha um bom desempenho em 2012 e nos anos seguintes. Em várias regiões planeamos melhorias no âmbito das TI e dos processos, visando possibilitar iniciativas de crescimento e melhorar a eficiência em termos de custos.

A área de Gestão de Ativos e de Património (GAP) do Deutsche Bank continua a ser uma prestadora global de serviços líder e diversificada, estando fortemente posicionada para beneficiar dos indicadores de mercado descritos acima.

Clientes Privados e Comerciais

Nos países em que a área de Clientes Privados e Empresariais (CPC) opera, as perspetivas macroeconómicas gerais são díspares. O crescimento do PIB no mercado de origem da Alemanha apresenta uma perspetiva ligeiramente positiva para 2012 e ainda melhor perspetiva para 2013, enquanto que a evolução esperada do PIB no que se refere à maioria dos países europeus em que a CPC tem presença é bastante neutral ou ligeiramente negativa. A Ásia, no entanto, continua a sua trajetória de crescimento resiliente. Um declínio significativo adicional no crescimento económico poderá resultar em maiores taxas de desemprego, aumentando as provisões para perdas de crédito e reduzindo o crescimento do negócio.

A CPC enfrenta atualmente novas incertezas no seu contexto operacional relativamente ao desenvolvimento dos mercados de produtos de investimento, especialmente em função da evolução da crise da dívida soberana europeia. A continuação de taxas de juros reduzidas em 2012 também poderá afetar negativamente as receitas da CPC.

O êxito da área de Clientes Privados e Empresariais baseia-se num modelo de negócio sólido: com a combinação da assessoria bancária e da banca de consumo, a CPC alcançou uma posição de liderança no seu mercado de origem, a Alemanha, resultado que foi acompanhado de posições sólidas noutros mercados europeus importantes e por investimentos de crescimento em países asiáticos de importância fundamental.

Na área de Assessoria Bancária - Alemanha esperamos ser capazes de reforçar a nossa posição no mercado, continuando a registar bons resultados na angariação de depósitos e na geração de hipotecas de risco reduzido, bem como fortalecendo o nosso negócio de produtos de investimento e seguros. Procuraremos, com a reestruturação organizacional em curso, melhorar ainda mais a nossa proposta de valor e a nossa prestação face às preferências dos clientes.

O Postbank irá prosseguir a sua senda de crescimento na Banca de Consumo na Alemanha, reduzindo ainda mais as posições de risco não essenciais. Esperamos que o Deutsche Bank e o Postbank continuem conjuntamente a bem-sucedida realização de sinergias em termos de receitas e de custos. Os efeitos do exercício das obrigações convertíveis obrigatórias, da opção de venda/compra e de um potencial acordo de obtenção de controlo poderão promover a geração de sinergias em 2012.

No entanto, os riscos económicos supracitados também são relevantes para a intensificação da cooperação Deutsche Bank/Postbank. Do lado dos custos, existe o risco de que as sinergias não se concretizem ou se concretizem mais tarde do que o previsto. Adicionalmente, existe um risco de que os custos de concretização das sinergias sejam mais elevados do que o esperado. Estes riscos são mitigados na medida do possível por uma revalidação *bottom up* de medidas de sinergia, com um controlo contínuo e informação à gestão sénior.

Tirando partido da nossa força em assessoria na Europa, pretendemos desenvolver ainda mais a rentável área de CPC, apresentando-a como uma proposta afluente com enfoque em regiões afluentes. A opção de crescimento asiático da CPC será alavancada pela participação de 19,99% no Hua Xia Bank na China, juntamente com a intensificação da cooperação, bem como por crescimento orgânico na Índia.

A CPC deverá continuar na sua senda de crescimento para alcançar a ambição de € 3,0 mil milhões de lucros antes de imposto sobre o rendimento, que prevemos concretizar após a conclusão da plena integração do Postbank.

02 -

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração Consolidada dos Resultados – 175

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral – 176

Balanço Consolidado – 177

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio – 178

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa – 180

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas com Índice – 181

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Demonstração Consolidada dos Resultados

em milhões de euros	Notas	2011	2010	2009
Juros e rendimentos similares	6	34.878	28.779	26.953
Juros e encargos similares	6	17.433	13.196	14.494
Margem financeira (margem de juros líquida)	6	17.445	15.583	12.459
Provisão para perdas de crédito	19	1.839	1.274	2.630
Margem financeira após provisão para perdas de crédito		15.606	14.309	9.829
Rendimentos de serviços e comissões	7	11.544	10.669	8.911
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6	3.058	3.354	7.109
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	123	201	(403)
Resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	(264)	(2.004)	59
Outros resultados	9	1.322	764	(183)
Total de rendimentos operacionais (excl. juros)		15.783	12.984	15.493
Remunerações e benefícios	33, 34	13.135	12.671	11.310
Gastos gerais e administrativos	10	12.657	10.133	8.402
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		207	485	542
Imparidade de ativos intangíveis	24	-	29	(134)
Atividades de reestruturação		-	-	-
Total de gastos operacionais (excl. juros)		25.999	23.318	20.120
Resultados antes de impostos sobre o rendimento		5.390	3.975	5.202
Gastos com impostos sobre o rendimento	35	1.064	1.645	244
Resultado líquido		4.326	2.330	4.958
Resultado atribuível a interesses que não controlam		194	20	(15)
Resultado atribuível a acionistas do Deutsche Bank		4.132	2.310	4.973

Resultados por Ação Ordinária

em euros	Notas	2011	2010	2009
Resultados por ação ordinária: ¹	11			
Básicos		€ 4,45	€ 3,07	€ 7,21
Diluídos ²		€ 4,30	€ 2,92	€ 6,94
Número de ações em milhões: 1				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		928,0	753,3	689,4
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		957,3	790,8	716,7

¹ O número médio de ações em circulação, básicas e diluídas, foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010, por forma a refletir o efeito do prêmio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

² Inclui efeito das conversões assumidas no numerador. Para mais informações, ver Nota 11 "Resultados por ação ordinária".

As notas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultado líquido reconhecido na demonstração de resultados	4.326	2.330	4.958
Outro rendimento integral			
Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos ¹	707	135	(792)
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados em ativos financeiros disponíveis para venda: ²			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(697)	83	523
Ganhos (perdas) líquidos reclassificados em resultados, antes de impostos	(11)	39	556
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados em derivados de cobertura da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa: ²			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(141)	(78)	118
Ganhos (perdas) líquidos reclassificados em resultados, antes de impostos	3	4	6
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados em ativos classificados como detidos para venda, antes de impostos ³	25	(25)	
Conversão cambial: ²			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	1.291	920	40
Ganhos (perdas) líquidos reclassificados em resultados, antes de impostos		(6)	11
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(5)	(26)	85
Impostos sobre ganhos (perdas) líquidos de outro rendimento integral	75	211	(141)
Outro rendimento integral, após impostos	1.247	1.257	406
Total do rendimento integral, após impostos	5.573	3.587	5.364
Atribuível a:			
Interesses que não controlam	155	4	(1)
Acionistas do Deutsche Bank	5.418	3.583	5.365

¹ Na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, os ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos, são incluídos em Outro rendimento (perda) integral a partir de 2011. Os impostos diferidos correspondentes são incluídos na rubrica Impostos sobre ganhos (perdas) líquidos de outro rendimento integral. Os exercícios anteriores foram ajustados em conformidade. No Balanço Consolidado, os ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos, são reconhecidos em lucros não distribuídos.

² Excluindo ganhos (perdas) líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

³ Para mais informações, consultar Nota 25 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

As notas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Balço Consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Ativo:			
Caixa e disponibilidades em bancos		15.928	17.157
Depósitos remunerados em bancos		162.000	92.377
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20, 21	25.773	20.365
Títulos obtidos por empréstimo	20, 21	31.337	28.916
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		240.924	271.291
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		859.582	657.780
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		180.293	171.926
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 87 mil milhões de euros e 91 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente	12, 14, 21, 36	1.280.799	1.100.997
Total de ativos financeiros disponíveis para venda dos quais 9 mil milhões de euros e 4 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente	16, 20, 21	45.281	54.266
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	3.759	2.608
Créditos			
dos quais 3 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010	18, 19	412.514	407.729
Ativos fixos tangíveis	22	5.509	5.802
Goodwill e outros ativos intangíveis	24	15.802	15.594
Outros ativos	25, 26	154.794	149.229
Ativos por impostos correntes	35	1.870	2.249
Ativos por impostos diferidos	35	8.737	8.341
Total do ativo		2.164.103	1.905.630
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	27	601.730	533.984
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20, 21	35.311	27.922
Títulos cedidos por empréstimo	20, 21	8.089	3.276
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 14, 36		
Passivos detidos para negociação		63.886	68.859
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹		838.817	647.195
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		118.318	130.154
Passivos por contratos de investimento		7.426	7.898
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		1.028.447	854.106
Outros empréstimos a curto prazo	30	65.356	64.990
Outros passivos	25, 26	187.816	181.827
Provisões	19, 28	2.621	2.204
Passivos por impostos correntes	35	2.524	2.736
Passivos por impostos diferidos	35	1.789	2.307
Dívida a longo prazo	31	163.416	169.660
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	31	12.344	12.250
Total do passivo		2.109.443	1.855.262
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	32	2.380	2.380
Capital realizado adicional		23.695	23.515
Lucros não distribuídos ¹			
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(823)	(450)
Outro rendimento integral acumulado, após impostos		(1.981)	(2.601)
Total do capital próprio atribuível aos acionistas		53.390	48.819
Interesses que não controlam		1.270	1.549
Total do capital próprio		54.660	50.368
Total do passivo e do capital próprio		2.164.103	1.905.630

¹ A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

As notas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros retidos ¹	Ações ordinárias (tesouraria) treasury, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.461	14.961	20.074	(939)	(3)
Total do rendimento integral, após impostos ²	-	-	4.973	-	-
Ações ordinárias emitidas	128	830	-	-	-
Dividendos pagos em numerário	-	-	(309)	-	-
Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	-	-	(679)	-	-
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	-	(688)	-	-	-
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	-	-	-	1.313	-
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	-	35	-	-	-
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	(5)
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	8
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	-	(149)	-	-	-
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	(19.238)	-
Venda de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	18.816	-
Ganhos (perdas) líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	-	(177)	-	-	-
Outros	-	18	(3)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.589	14.830	24.056	(48)	-
Total do rendimento integral, após impostos ²	-	-	2.286	-	-
Ações ordinárias emitidas	791	9.413	-	-	-
Dividendos pagos em numerário	-	-	(465)	-	-
Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	-	-	94	-	-
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	-	(296)	-	-	-
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	-	-	-	1.439	-
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	-	(11)	-	-	-
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	(93)
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	93
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	-	(115)	-	-	-
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	(15.366)	-
Venda de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	13.525	-
Ganhos (perdas) líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	-	-	-	-	-
Outros	-	(306)	4	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.380	23.515	25.975	(450)	-
Total do rendimento integral, após impostos ²	-	-	4.132	-	-
Ações ordinárias emitidas	-	-	-	-	-
Dividendos pagos em numerário	-	-	(691)	-	-
Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	-	-	666	-	-
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	-	153	-	-	-
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	-	-	-	1.108	-
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	-	(76)	-	-	-
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	-
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	-	-	-	-	-
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	-	(131)	-	-	-
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	(13.781)	-
Venda de ações próprias (tesouraria)	-	-	-	12.300	-
Ganhos (perdas) líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	-	(32)	-	-	-
Outros	-	266	37	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.380	23.695	30.119	(823)	-

¹ A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

² Excluindo ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos

Ganhos(perdas) líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros ³	Ganhos (perdas) não realizados em derivados de exposição à variabilidade dos fluxos de caixa após impostos ³	Ganhos (perdas) líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos	Conversão cambial, após impostos ³	Ganhos(perdas) líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado após impostos ²	Total do capital próprio atribuível a acionistas ¹	Interesses não controlados	Total do capital próprio
(855)	(346)	–	(3.628)	(22)	(4.851)	30.703	1.211	31.914
669	212	–	107	83	1.071	6.044	(1)	6.043
–	–	–	–	–	–	958	–	958
–	–	–	–	–	–	(309)	–	(309)
–	–	–	–	–	–	(679)	–	(679)
–	–	–	–	–	–	(688)	–	(688)
–	–	–	–	–	–	1.313	–	1.313
–	–	–	–	–	–	35	–	35
–	–	–	–	–	–	(5)	–	(5)
–	–	–	–	–	–	8	–	8
–	–	–	–	–	–	(149)	–	(149)
–	–	–	–	–	–	(19.238)	–	(19.238)
–	–	–	–	–	–	18.816	–	18.816
–	–	–	–	–	–	(177)	–	(177)
–	–	–	–	–	–	15	112	127
(186)	(134)	–	(3.521)	61	(3.780)	36.647	1.322	37.969
73	(45)	(11)	1.188	(26)	1.179	3.465	(8)	3.457
–	–	–	–	–	–	10.204	–	10.204
–	–	–	–	–	–	(465)	–	(465)
–	–	–	–	–	–	94	12	106
–	–	–	–	–	–	(296)	–	(296)
–	–	–	–	–	–	1.439	–	1.439
–	–	–	–	–	–	(11)	–	(11)
–	–	–	–	–	–	(93)	–	(93)
–	–	–	–	–	–	93	–	93
–	–	–	–	–	–	(115)	–	(115)
–	–	–	–	–	–	(15.366)	–	(15.366)
–	–	–	–	–	–	13.525	–	13.525
–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	(302)	223	(79)
(113)	(179)	(11)	(2.333)	35	(2.601)	48.819	1.549	50.368
(504)	(47)	11	1.167	(7)	620	4.752	162	4.914
–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	(691)	–	(691)
–	–	–	–	–	–	666	(7)	659
–	–	–	–	–	–	153	–	153
–	–	–	–	–	–	1.108	–	1.108
–	–	–	–	–	–	(76)	–	(76)
–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	(131)	–	(131)
–	–	–	–	–	–	(13.781)	–	(13.781)
–	–	–	–	–	–	12.300	–	12.300
–	–	–	–	–	–	(32)	–	(32)
–	–	–	–	–	–	303	(434)	(131)
(617)	(226)	–	(1.166)	28	(1.981)	53.390	1.270	54.660

¹ Excluindo ganhos (perdas) líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As notas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultado líquido	4.326	2.330	4.958
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.839	1.274	2.630
Atividades de reestruturação	-	-	-
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(841)	(363)	(656)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(387)	315	(296)
Imparidades, depreciações e outras amortizações, e acréscimos	3.697	4.255	1.782
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(222)	(457)	(189)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	8.412	7.354	8.229
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos	(53.427)	(34.806)	4.583
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(8.202)	26.368	(4.203)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(11.582)	(24.502)	24.890
Créditos	(7.092)	(2.823)	17.213
Outros ativos	(17.962)	(5.894)	21.960
Depósitos	66.168	22.656	(57.330)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	(8.389)	53.450	(7.061)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	12.622	(40.709)	(40.644)
Outros empréstimos a curto prazo	1.689	18.509	2.592
Outros passivos	21.476	2.851	(15.645)
Dívida sénior a longo prazo	(5.991)	(3.457)	(7.150)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos,			
líquido ¹	10.558	(17.664)	40.023
Outros, líquido	(478)	(5.009)	(1.243)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	7.802	(3.676)	(13.786)
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	21.948	10.652	9.023
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	10.635	4.181	8.938
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	336	250	574
Venda de ativos fixos tangíveis	101	108	39
Aquisição de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(19.606)	(14.087)	(12.082)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(602)	(145)	(3.730)
Ativos fixos tangíveis	(794)	(873)	(592)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	348	8.580	(20)
Outros, líquido	(451)	(1.189)	(1.749)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	11.915	7.477	401
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	76	1.341	457
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(715)	(229)	(1.448)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	37	90	1.303
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(45)	(51)	-
Aumento de capital	-	10.060	-
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(13.781)	(15.366)	(19.238)
Venda de ações próprias (tesouraria)	12.229	13.519	18.111
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(4)	(7)	(5)
Variação líquida em interesses que não controlam	(266)	200	109
Dividendos pagos em numerário	(691)	(465)	(309)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	(3.160)	9.092	(1.020)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	(964)	1.911	690
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	15.593	14.804	(13.715)
Caixa e seus equivalentes no início do período	66.353	51.549	65.264
Caixa e seus equivalentes no fim do período	81.946	66.353	51.549
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1.327	784	(520)
Juros pagos	17.743	13.740	15.878
Juros e dividendos recebidos	35.216	29.456	28.211
Caixa e seus equivalentes engloba			
Caixa e disponibilidades em bancos	15.928	17.157	9.346
Depósitos à ordem remunerados em bancos (não inclui: depósitos a prazo de 95.982 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e de 43.181 milhões de euros e 5.030 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009)	66.018	49.196	42.203
Total	81.946	66.353	51.549

¹ A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

As notas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 01 – Principais políticas contabilísticas – 182
- 02 – Estimativas contabilísticas críticas – 214
- 03 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 222
- 04 – Aquisições e alienações – 226
- 05 – Segmentos de negócio e informação relacionada – 243

Notas à Demonstração Consolidada dos Resultados

- 06 – Margem financeira e Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 254
- 07 – Rendimentos de serviços e comissões – 256
- 08 – Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda – 257
- 09 – Outros resultados – 258
- 10 – Gastos gerais e administrativos – 258
- 11 – Resultados por ação ordinária – 259

Notas ao Balanço Consolidado

- 12 – Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 261
- 13 – Emendas à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 263
- 14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 265
- 15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 280
- 16 – Ativos financeiros disponíveis para venda – 283
- 17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 284
- 18 – Créditos – 286
- 19 – Dedução para perdas de crédito – 287
- 20 – Desreconhecimento de ativos financeiros – 288
- 21 – Ativos penhorados e recebidos como garantia – 289
- 22 – Ativos fixos tangíveis – 290
- 23 – Locações – 291
- 24 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis – 293
- 25 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 304
- 26 – Outros ativos e outros passivos – 307
- 27 – Depósitos – 308
- 28 – Provisões – 308
- 29 – Compromissos de crédito e passivos contingentes – 315
- 30 – Outros empréstimos a curto prazo – 316
- 31 – Dívida a longo prazo e títulos preferenciais emitidos por *trusts* – 317

Notas adicionais

- 32 – Ações ordinárias – 318
- 33 – Planos de remuneração baseados em ações – 319
- 34 – Benefícios dos empregados – 323
- 35 – Impostos sobre o rendimento – 330
- 36 – Derivados – 334
- 37 – Capital regulamentar - 336
- 38 – Transações com partes relacionadas – 343
- 39 – Informação sobre subsidiárias – 347
- 40 – Contratos de seguro e de investimento – 348
- 41 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 352
- 42 – Acontecimentos após a data do relatório – 354
- 43 – Informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com a Secção 315a do código comercial alemão – 354
- 44 – Participações acionistas – 356

01 – Principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "Sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank juntamente com todas as entidades em que o Deutsche Bank detém uma participação financeira de controlo (o "Grupo") é fornecedor global de um conjunto completo de produtos e serviços de banca de investimento, clientes empresariais, clientes particulares e gestão de ativos. A Nota 05 "Segmentos de negócio e Informação relacionada" contém mais informações sobre a informação por segmento de negócio do Grupo.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia ("UE"). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como emitidas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

As divulgações de riscos ao abrigo da IFRS 7 "Instrumentos financeiros: Divulgações" acerca da natureza e extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros são incorporadas por remissão às partes assinaladas na margem do Relatório de Riscos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Administração utilize estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. As áreas onde isso é aplicável incluem o justo valor de certos ativos e passivos financeiros, a reclassificação de ativos financeiros, a imparidade de créditos e a provisão para posições extrapatrimoniais, a imparidade de outros ativos financeiros e ativos não financeiros, o reconhecimento e mensuração de ativos por impostos diferidos e a ponderação de contingências legais e regulamentares e de posições fiscais incertas. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas da Administração. A Nota 02 "Estimativas contabilísticas críticas" inclui a descrição de juízos de valor e estimativas contabilísticas considerados críticos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras.

Abordagem à valorização de contratos de derivados colateralizados

No segundo trimestre de 2011, a abordagem valorativa do Grupo a substancialmente todos os seus contratos de derivados colateralizados passou a utilizar a curva de *swaps* indexados à taxa *overnight* (*overnight indexed swap* - OIS) para uma gestão mais consistente dos riscos de taxa de juro e de financiamento associados aos derivados colateralizados, em linha com os seus preços. Esta mudança de abordagem dos OIS não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 2011.

Atribuição de componentes de receitas na Divisão CIB

A apresentação das receitas do exercício anterior da Divisão CIB foi ajustada durante o primeiro semestre de 2010 no seguimento de uma análise da atribuição de componentes de receitas específicos às categorias de produtos. A análise resultou numa transferência de receitas negativas de 325 milhões de euros de Produtos de Crédito para Vendas e Negociação (dívida e outros produtos) em 2009. Adicionalmente, as receitas de Vendas e Negociação (ações) sofreram uma redução de 83 milhões de euros em 2009, com os correspondentes efeitos de compensação em Vendas e Negociação (dívida e outros produtos). Estes ajustamentos não tiveram qualquer impacto no total de receitas da Divisão CIB.

Atribuição de componentes de receitas na Divisão PCAM

A apresentação das receitas da Divisão PCAM foi modificada no primeiro trimestre de 2011 no seguimento de uma análise da atribuição de componentes de receitas específicos às categorias de produtos. Para facilitar a comparabilidade, foram transferidas receitas de 73 milhões de euros e de 70 milhões de euros de Produtos de crédito para Depósitos e serviços de pagamento referentes a 2010 e 2009, respetivamente. Este ajustamento não teve qualquer impacto no total de receitas da Divisão PCAM.

Seguros

No segundo trimestre de 2010, o Grupo alterou a apresentação das comissões e liquidações líquidas associadas a seguros de longevidade e contratos de resseguro. Determinou-se que a apresentação líquida de fluxos de caixa no âmbito de contratos de resseguro e de seguros de longevidade reflete a liquidação real daqueles fluxos de caixa e, portanto, reflete melhor a natureza desses contratos. Esta alteração de apresentação resultou numa transferência de 102 milhões de euros de custos da rubrica Outros resultados para a rubrica Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros em 2011, e de 117 milhões de euros em 2010.

Períodos de amortização de *software*

A partir do segundo trimestre de 2010, o Grupo tem aplicado períodos de amortização de cinco ou dez anos para custos capitalizados relacionados com determinado *software* adquirido ou desenvolvido internamente, que anteriormente tinha um período de amortização de três anos. A alteração não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nos períodos indicados e não terá um impacto significativo em períodos futuros.

Dedução para perdas de crédito

O Grupo utiliza estimativas para determinar a dedução de perdas de crédito na sua carteira de créditos homogênea, as quais utilizam modelos estatísticos baseados na experiência passada. O Grupo realiza regularmente procedimentos destinados a alinhar parâmetros introduzidos e pressupostos de modelos com níveis de perda historicamente comprovados. O alinhamento de parâmetros introduzidos e pressupostos de modelos em 2010 e 2009 conduziu a um nível mais baixo de provisões para perdas de crédito de 28 milhões de euros e de 145,8 milhões de euros em 2010 e 2009, respetivamente. Não foram efetuados alinhamentos dessa natureza em 2011.

Alteração da moeda funcional de uma operação significativa

Em 1 de janeiro de 2010, a moeda funcional do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, London Branch ("Sucursal de Londres") e de determinadas subsidiárias sedeadas em Londres foi alterada de libra esterlina para euro.

A libra esterlina tinha sido anteriormente definida como moeda funcional destas entidades pelo facto de ser essa a moeda de base do respetivo ambiente económico principal. No entanto, em 2009, determinou-se que o ambiente operacional, as áreas de atividade e a composição do balanço da Sucursal de Londres tinham gradualmente mudado. De forma a melhor refletir essa modificação, a administração da Sucursal de Londres comprometeu-se a gerir as respetivas operações em euros a partir de 1 de janeiro de 2010. Com vista a implementar essa decisão, a Sucursal de Londres aplicou procedimentos para cobrir o risco de todas as exposições não-euro, converter lucros em euros e reportar internamente em euros.

O efeito da alteração da moeda funcional para o euro foi aplicado prospectivamente nas presentes demonstrações consolidadas. O Grupo converteu todas as rubricas para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio de 1 de janeiro de 2010. As diferenças cambiais decorrentes da conversão da operação noutra divisa anteriormente inscritas em Outro rendimento integral não foram reclassificadas em resultados e permanecem em Outro rendimento integral até as entidades serem alienadas ou vendidas.

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem a informação financeira da sociedade-mãe, Deutsche Bank AG, e das suas subsidiárias, incluindo algumas entidades com finalidade especial ("EPE"), apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo. O Grupo controla entidades quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade, ao mesmo tempo que detém geralmente uma participação, direta ou indireta, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos são tidos em consideração quando se avalia se o Grupo controla uma entidade.

O Grupo patrocina a formação de EPE e interage com EPE não patrocinadas por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito. Quando determina a consolidação ou não de uma EPE, o Grupo avalia um conjunto de fatores, nomeadamente se (1) as atividades da EPE são conduzidas em nome do Grupo de acordo com as suas necessidades específicas de negócio para que este obtenha benefícios dessas atividades da EPE, (2) o Grupo detém poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios, (3) o Grupo obtém a maioria dos benefícios das atividades da EPE, ou (4) o Grupo retém a maioria dos riscos da propriedade residual relacionados com os ativos com o objetivo de obter os benefícios decorrentes das suas atividades.

A avaliação da consolidação toma em consideração as exposições que o Deutsche Bank e terceiros têm em relação às EPE através de instrumentos derivados, de dívida, de capital e outros. O Grupo consolida uma EPE se a avaliação dos fatores relevantes indicar que o Grupo detém o controlo da EPE.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, as alterações de estrutura são tomadas em consideração quando ocorrem. Podem incluir alterações a acordos contratuais do Grupo, nomeadamente os recém-executados com a entidade, e não se limitam apenas a alterações de propriedade.

O Grupo reavalia o tratamento das EPE para efeitos de consolidação quando se verifica uma mudança geral na estrutura da EPE ou quando ocorreu uma alteração significativa na relação entre o Grupo e a EPE. As circunstâncias indicativas da necessidade de uma reavaliação para efeitos de consolidação incluem, sem carácter limitativo, as seguintes:

- alterações substantivas na propriedade da EPE, tais como a aquisição de mais do que uma participação adicional insignificante ou a alienação de mais do que uma participação insignificante na EPE;
- alterações em acordos contratuais ou de governação da EPE;
- atividades adicionais empreendidas na estrutura, tais como providenciar uma facilidade de liquidez que ultrapassa os termos definidos originalmente ou participar numa transação com uma EPE que não foi contemplada originalmente; e
- alterações na estrutura de financiamento da entidade.

Além disso, o Grupo reavalia a necessidade de consolidação da EPE, quando o Grupo conclui que a EPE poderá necessitar de apoio adicional para a continuidade do negócio, e esse apoio não tinha sido originalmente contemplado e, se necessário, o Grupo prestar esse apoio por razões de reputação ou outras.

A reavaliação do controlo sobre as EPE existentes não conduz automaticamente à consolidação ou desconsolidação. Ao fazer essa reavaliação, o Grupo pode ter de alterar os seus pressupostos relativamente às probabilidades de perdas, à probabilidade de facilidades de liquidez adicionais serem retiradas no futuro e à probabilidade de futuras medidas serem tomadas por razões de reputação ou outras. Todas as informações atualmente disponíveis, incluindo expectativas e parâmetros de mercado correntes (tais como expectativas de perdas em ativos), que poderiam fazer parte de alterações de mercado desde a constituição da EPE, são utilizadas nas conclusões da reavaliação para efeitos de consolidação.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como interesses não controlados.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados, b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer interesses não controlados na antiga subsidiária (incluindo componentes em Outro rendimento integral acumulado atribuível à subsidiária), c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária, d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em Outro rendimento integral relativamente àquela subsidiária seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de perda do controlo.

Os ativos detidos na qualidade de agente ou fiduciário não são ativos do Grupo e não são incluídos no balanço consolidado do Grupo.

Concentrações de atividades empresariais e interesses que não controlam

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controle da subsidiária, o custo de uma aquisição é mensurado ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer interesse que não controla (participação minoritária) na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo interesses que não controlam for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em Outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

A contabilização à data de aquisição pode basear-se em montantes provisionais. O Grupo procede a ajustamentos aos montantes provisionais se for obtida, no prazo de um ano (designado por período de mensuração), nova informação sobre factos e circunstâncias existentes à data de aquisição que, se fosse conhecida, teria afetado os montantes inicialmente reconhecidos. Sempre que for identificado um ajustamento do período de mensuração, o Grupo ajusta os justos valores de ativos, passivos e *goodwill* identificáveis no período de mensuração como se a contabilização da concentração de atividades empresariais tivesse sido realizada na data de aquisição. As informações comparativas referentes a períodos anteriores incluídas nas demonstrações financeiras são revistas em conformidade, se a data de aquisição se reportar a exercícios anteriores. Os efeitos dos ajustamentos do período de mensuração podem igualmente implicar alterações em depreciações e amortizações reconhecidas em períodos anteriores.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em Outro rendimento integral associados à participação anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de obtenção do controle, como se o Grupo tivesse alienado a participação acionista anteriormente detida.

Os interesses que não controlam são apresentados no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a interesses que não controlam é divulgado separadamente na face da demonstração consolidada dos resultados. As alterações aos interesses detidos em subsidiárias que não resultem numa alteração de controle são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional.

Associadas e entidades conjuntamente controladas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação de controle. Normalmente presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém entre 20 % e 50 % dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa, contam-se a representação no conselho de administração (conselho de supervisão no caso de sociedades anônimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20 % dos direitos de voto.

A entidade conjuntamente controlada existe quando o Grupo dispõe de um acordo contratual com uma ou mais partes para empreender atividades através de entidades sujeitas a controle conjunto.

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas e entidades conjuntamente controladas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados em Resultados de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em Outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Segundo o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associados e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registados a custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados incorridos na aquisição da associada e, posteriormente, acrescidos (ou decrescidos) de modo a refletir a quota proporcional do Grupo nos resultados pós-aquisição da associada ou entidade conjuntamente controlada e outros movimentos incluídos diretamente no capital próprio da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* decorrente da aquisição de uma associada ou entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é o investimento pelo método de equivalência patrimonial na sua globalidade que é objeto de teste de imparidade.

À data de cada balanço, o Grupo avalia se existem evidências objetivas de imparidade de um investimento em associadas ou entidades conjuntamente controladas. Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. Este aumento corresponde à reversão da perda por imparidade.

As perdas por método de equivalência patrimonial que excedam a quantia escriturada do investimento do Grupo na entidade são imputadas por contrapartida de outros ativos detidos pelo Grupo relacionados com a entidade investida. Se aqueles ativos depreciarem até ao valor zero, determina-se se são reportadas as perdas adicionais baseadas na obrigação do Grupo de reconhecer essas perdas.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data.

Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em Outro rendimento integral relativamente àquela associada ou entidade conjuntamente controlada seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados.

Qualquer investimento retido é contabilizado como instrumento financeiro conforme se descreve na secção intitulada "Ativos e passivos financeiros".

Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a Administração tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa de a venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas Outros ativos e Outros passivos do Balanço. Os valores comparáveis não são reexpressos quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

As operações descontinuadas são apresentadas separadamente na demonstração dos resultados sempre que a entidade ou uma componente da entidade for alienada ou for classificada como detida para venda e (a) represente uma importante linha de negócio ou área geográfica de operações separada, (b) for parte de um plano coordenado único para alienar uma importante linha de negócio ou área geográfica de operações separada, ou (c) for uma subsidiária adquirida exclusivamente para fins de revenda. Os resultados de operações descontinuadas incluem o total líquido do resultado antes de impostos de operações descontinuadas e os gastos com impostos das operações descontinuadas. Do mesmo modo, os fluxos de caixa líquidos atribuíveis a atividades operacionais, de investimento e de financiamento de operações descontinuadas têm de ser apresentados separadamente. A informação comparativa da demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa é reexpressa para operações descontinuadas.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da conversão e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, por forma a alinhar os valores da conversão com os reconhecidos em transações (derivados) relacionadas com moeda estrangeira que cobrem o risco destes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças cambiais em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em Outro rendimento integral. Quando o item não monetário disponível para venda é vendido, a diferença cambial cumulativa relacionada é transferida para a demonstração consolidada dos resultados como parte integrante do ganho ou perda global da venda desse item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo, passivo e capital de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em Outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a qualquer interesse que não controla é reconhecido em Interesses que não controlam.

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em Outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de Outro rendimento integral para Interesses que não controlam, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de Outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e serviços

As receitas são reconhecidas quando a quantia de receitas e custos associados possa ser mensurada com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Margem líquida de juros – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como rendimento de juros ou gasto de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem aqueles que foram determinados segundo os termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, os custos de transação diretos e incrementais e todos os restantes prémios e descontos relacionados.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito ou ativo financeiro ou título de dívida disponível para venda, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de mensuração da perda por imparidade. Num crédito, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um título de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

Quando os ativos financeiros são reclassificados das rubricas de negociação ou disponíveis para venda para créditos, é estabelecida uma nova taxa de juro efetiva com base no justo valor à data da reclassificação e na melhor estimativa de fluxos de caixa futuros esperados.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*). No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que não são contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de performance são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissões são predominantemente provenientes de serviços que são prestados ao longo de um período de tempo: comissões de gestão de fundos de investimento, comissões fiduciárias, comissões de custódia, comissões de aconselhamento e de gestão de carteira ou outros, comissões relativas a crédito e honorários. As comissões predominantemente provenientes da prestação de serviços transacionais incluem comissões de tomada firme, comissões de *corporate finance* e comissões de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões.

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. As operações estruturadas executadas pelo Grupo são o exemplo primordial desses acordos e essas transações são avaliadas caso a caso. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo noutros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhecido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, créditos, ativos financeiros disponíveis para venda (DPV) e outros passivos financeiros. O Grupo não classifica instrumentos financeiros na categoria de detidos até à maturidade. A classificação apropriada de ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no balanço consolidado.

Os instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (DPV) são reconhecidos na data da transação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo, ou a emitir ou recomprar o passivo financeiro. Todos os restantes instrumentos financeiros são reconhecidos à data de liquidação.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os ganhos e perdas realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Também se inclui nesta categoria as matérias-primas físicas detidas pela área do Grupo dedicada à negociação de matérias-primas, ao justo valor deduzido dos custos de venda.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros têm de satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento; (2) um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento ou de gestão de risco documentada; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados embutidos, a menos que: (a) o derivado embutido não modifique significativamente os fluxos de caixa o que, de outro modo, seria exigido pelo contrato, ou (b) seja evidente, com pouca ou nenhuma análise, que a separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

Compromissos de crédito

Alguns compromissos de crédito são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Como é referido em "Derivados e contabilidade de cobertura", alguns compromissos de crédito são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais", estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Créditos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou como ativos financeiros disponíveis para venda (DPV). Considera-se que existe um mercado ativo quando os preços cotados são imediata e regularmente disponibilizados por uma bolsa, dealer, corretor, grupo do setor, serviços de cotações ou organismo regulamentar e esses preços representam transações reais que ocorrem no mercado com regularidade e em condições normais.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos incluindo perdas incorridas. Os rendimentos de juros são reconhecidos com base no método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se existe uma evidência objetiva de imparidade de acordo com as políticas descritas na secção intitulada "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais". Caso seja identificada uma imparidade nos créditos, é reconhecida uma dedução de perda de crédito com a correspondente imputação à rubrica de provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos são reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não são classificados ao justo valor através de resultados ou como créditos são classificados como disponíveis para venda (DPV). Um ativo financeiro classificado como DPV é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados nas rubricas de margem financeira (margem líquida de juros). Os ativos financeiros classificados como DPV são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em Outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em Outros resultados. Para ativos financeiros monetários classificados como DPV (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em Outro rendimento integral, como referido *supra*. Para ativos financeiros classificados como DPV que são itens não monetários (instrumentos de capital), o ganho ou a perda que é reconhecido em Outro rendimento integral inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

Os ativos financeiros classificados como DPV são objeto de um teste de imparidade conforme referido na secção intitulada "Imparidade de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda". Os ganhos e perdas realizados são reportados em Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda. De um modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os ganhos e perdas não realizados registados em Outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente mensurada ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos. Para os ativos serem reclassificados, a intenção da Administração para com os ativos teve de se alterar claramente desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito à data da reclassificação. Adicionalmente, tem de existir, à data da reclassificação, intenção e capacidade de manter o ativo num futuro previsível. Não existe um período específico que defina futuro previsível. É uma questão que requer um juízo de valor da Administração. Ao exercer este juízo de valor, o Grupo estabelece os seguintes requisitos mínimos para o que constitui futuro previsível. No momento da reclassificação,

— não pode existir intenção de alienar o ativo através de venda ou titularização no prazo de um ano, nem requisito interno ou externo que possa restringir a capacidade de o Grupo manter, ou requerer a venda; e o plano de negócio para o futuro não deverá consistir na obtenção de lucros com movimentos de preços no curto prazo.

Os ativos financeiros propostos para reclassificação que preencham estes critérios são apreciados com base nos factos e circunstâncias de cada ativo financeiro em apreciação. É necessária uma asserção positiva da Administração, depois de ter em conta a capacidade e plausibilidade de execução da estratégia de manter o ativo.

Além dos critérios anteriores, o Grupo também requer a existência de provas convincentes a atestar que o esperado reembolso do ativo excederá o justo valor estimado e os retornos sobre o ativo serão otimizados com a detenção do ativo durante o futuro previsível.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais". Qualquer alteração do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados com imparidade é registada como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Para instrumentos reclassificados de DPV em créditos, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em Outro rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida em Outro rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como provisão para perdas de crédito.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido for inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da Provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em Outros resultados, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço a que um ativo ou passivo poderia ser negociado numa transação em condições normais de mercado entre partes informadas e interessadas, que não seja uma venda forçada ou liquidação. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo utiliza técnicas de valorização para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Por conseguinte, sempre que possível, os parâmetros introduzidos para as técnicas de valorização são baseados em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados num mercado ativo. Estas técnicas de valorização envolvem um certo nível de estimativas e juízos de valor da parte da Administração, num grau que dependerá da transparência de preços do instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento. A secção "Estimativas do justo valor - Métodos de determinação do justo valor" na Nota 02 "Estimativas contabilísticas críticas" contém mais informações sobre juízos de valor e estimativas contabilísticas, utilizados na determinação do justo valor.

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de valorização, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de valorização à data da operação (*trade date*) é diferido. Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que existe perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda. A secção "Estimativas do justo valor - Métodos de determinação do justo valor" na Nota 02 "Estimativas contabilísticas críticas" contém mais informações sobre estimativas e juízos de valor utilizados na avaliação da observabilidade de dados introduzidos e mitigação de risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivativos são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivativos para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivativos detidos para negociação são incluídos na rubrica Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O Grupo assume compromissos para originar créditos com intenção de os vender. Essas posições são classificadas como ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados e os ganhos e perdas relacionados são incluídos em Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os compromissos de crédito que podem ser liquidados numa base líquida em numerário ou mediante entrega ou emissão de outro instrumento financeiro são classificados como derivativos. As garantias ao valor de mercado prestadas sobre produtos de fundos de investimento específicos oferecidos pelo Grupo são igualmente contabilizadas como derivativos e escrituradas ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na rubrica Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Alguns derivativos contratados para fins diferentes da negociação, que não se qualificam como contabilidade de cobertura embora sejam eficazes na compensação do efeito de transações nos gastos e rendimentos operacionais (excl. juros), são registados em Outros ativos ou em Outros passivos, sendo as variações de justo valor realizadas e não realizadas reconhecidas nas mesmas rubricas de gastos e rendimentos operacionais a que pertencem os elementos afetados pela transação que está a ser compensada. As variações de justo valor de todos os outros derivativos que não se qualificam como contabilidade de cobertura são registadas na rubrica Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*). Quando as características económicas e os riscos dos derivativos embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contabilidade de cobertura

Existem três tipos possíveis de cobertura para efeitos contabilísticos: (1) cobertura de variações do justo valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas de justo valor); (2) cobertura de variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações previstas com uma elevada probabilidade e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e (3) cobertura de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional para a moeda de apresentação da sociedade-mãe (cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão de risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como Outros ativos e Outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. As variações subsequentes do justo valor são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares, enquanto os ganhos ou perdas não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em Outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em Outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em Outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados nas rubricas Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em Outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em Outro rendimento integral são subseqüentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados nas rubricas Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em Outros resultados e é mensurada como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em Outro rendimento integral acumulado são amortizados nas rubricas Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em Outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os montantes relacionados em Outro rendimento integral acumulado são reclassificados, ou na mesma rubrica e período da demonstração consolidada dos resultados, como resultados da transação prevista, ou na rubrica Outros resultados quando deixou de haver probabilidades de ocorrência da transação prevista.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da sociedade-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em Outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada na rubrica Outros resultados da demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subseqüentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de ativos financeiros

À data de cada balanço, o Grupo avalia se existem evidências objetivas da existência de imparidade de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros encontra-se em imparidade e incorre-se em perdas por imparidade sempre que:

- existam evidências objetivas de imparidade resultante de um evento gerador de perdas ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e até à data do balanço ("um evento de perda");
- o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e
- o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a Administração possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve principalmente para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogêneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogêneos de menor valor. Os créditos que não foram considerados em imparidade quando avaliados individualmente são incluídos no âmbito deste componente da dedução.

Quando se identifica um crédito em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais seja descontinuada, o acréscimo do valor presente líquido do montante de depreciação do crédito devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do crédito.

À data de cada balanço, todos os créditos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspectivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões de perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o abatimento. O abatimento só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na situação financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do abatimento depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo. Nos créditos hipotecários, a parte do crédito que não está garantida por colateral é abatida quando o crédito hipotecário atinge os 840 dias de mora, no máximo. Em créditos de financiamento do consumo, qualquer parte do saldo que o Banco não espere recuperar é abatida aos 180 dias de mora no caso de cartões de crédito e 270 dias de mora no caso de outros créditos ao consumo.

As recuperações subsequentes, se existirem, resultam numa redução da conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão de posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Imparidade de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Relativamente aos ativos financeiros classificados como DPV, a Administração avalia, à data de cada balanço, se existem evidências objetivas de imparidade de cada ativo individual.

No caso de investimentos de capital classificados como DPV, as evidências objetivas incluem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como DPV, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em Outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda. Este montante corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida DPV em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. As eventuais diminuições subsequentes são igualmente reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados até o ativo deixar de estar em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida DPV recupera, pelo menos, o custo amortizado, deixa de estar em imparidade e as subsequentes variações do justo valor são reportadas em Outro rendimento integral.

As reversões de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como DPV não são revertidas através de resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em Outro rendimento integral.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos financeiros anteriormente reconhecidos mas retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados àqueles ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e as obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente for substituído por outro ativo da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro forem substancialmente modificados, o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, através da venda destes ativos a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE) que, por sua vez, emite títulos para investidores. Os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção "Derivados e contabilidade de cobertura". As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por "interesses retidos"). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma EFE, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a valorização de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subseqüentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a Administração tem de utilizar juízos de valor, conforme descrito na secção intitulada "Estimativas do justo valor", para determinar o justo valor.

Os ganhos ou perdas na titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, afetado entre os ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos baseados nos respetivos justos valores relativos à data de transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com acordos de recompra ("acordos de recompra") são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia (colateral) do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, a menos que os riscos e os benefícios da sua detenção sejam obtidos ou cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos como tal na face do balanço consolidado.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

O Grupo compensa os acordos de recompra inversos e os acordos de recompra com a mesma contraparte, maturidade, moeda e depositário de títulos central (CSD) com transações regidas por acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*) com força jurídica, quando está prevista a liquidação simultânea.

Os juros obtidos em acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados nas rubricas Juros e rendimentos similares e Juros e encargos similares, respetivamente.

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

A quantia em dinheiro adiantada ou recebida é registada nas rubricas de Títulos obtidos por empréstimo e Títulos cedidos por empréstimo, respetivamente. Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada dos resultados em Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos na demonstração consolidada dos resultados.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas Juros e rendimentos similares e Juros e encargos similares, respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos como tal na face do balanço consolidado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, benéficiações em propriedades arrendadas, mobiliário, equipamentos e *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos. As benéficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da benéficiação (que geralmente varia entre 3 a 10 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em Gastos gerais e administrativos. As manutenções e reparações são igualmente imputadas aos Gastos gerais e administrativos. Os ganhos e perdas em alienações são incluídos em Outros resultados

O teste de imparidade dos ativos fixos tangíveis é realizado, no mínimo, uma vez por ano e as imparidades são registadas sempre que o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospectivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Propriedades de investimento

O Grupo utiliza geralmente o modelo do custo para a valorização das propriedades de investimento, sendo o valor escriturado incluído na rubrica Outros ativos do balanço consolidado. Quando emite obrigações que são garantidas por propriedades de investimento, que pagam um retorno diretamente ligado ao justo valor ou aos retornos dos ativos de propriedade de investimento especificados, o Grupo opta por aplicar o modelo do justo valor àqueles ativos de propriedade de investimento específicos. O Grupo contrata, se necessário, os serviços de peritos imobiliários externos para determinarem o justo valor da propriedade de investimento utilizando técnicas de valorização reconhecidas. Nos casos em que estejam disponíveis preços de transações de mercado recentes de propriedades comparáveis, o justo valor é determinado por referência a essas transações.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, representa a diferença entre o custo total da aquisição incluindo qualquer interesse que não controla (participação minoritária) na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição. Para cada concentração de atividades empresariais, o interesse que não controla (participação minoritária) na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional do interesse que não controla nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco.

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram fluxos de caixa largamente independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a Administração monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade. Nesta base, as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são Corporate Banking & Securities, Global Transaction Banking, Asset Management and Private Wealth Management dentro do segmento Asset and Wealth Management, Private & Business Clients e Corporate Investments.

No caso de certos investimentos não integrados que não estão afetados às unidades geradoras de caixa dos respetivos segmentos, o teste de imparidade ao *goodwill* é efetuado individualmente em cada um destes investimentos não integrados.

O *goodwill* na aquisição de associadas e entidades conjuntamente controladas é incluído no custo dos investimentos e o valor total escriturado pelo método de equivalência patrimonial é revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os direitos de serviço de hipotecas são escriturados ao custo e amortizados proporcionalmente às, e durante o período estimado das, receitas líquidas do serviço. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida são, sobretudo, acordos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho. Estes ativos intangíveis de vida indefinida não são amortizados mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser mensurado com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os custos elegíveis incluem custos externos diretos com materiais e serviços, assim como salários e custos relacionados com salários dos colaboradores diretamente associados a um projeto de *software* para uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante fase de investigação ou depois de o *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou quando existirem indícios de imparidade depois de o *software* estar em uso.

Na aquisição de atividades de seguros, a diferença entre o preço de compra e a quota-parte do adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é contabilizada como ativo intangível. Este ativo intangível representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo reportado à data da aquisição, o que é designado por valor da empresa adquirida (*value of business acquired* – VOBA).

O VOBA é amortizado a uma taxa determinada tendo em conta o perfil da atividade adquirida e a degradação esperada do seu valor. O VOBA adquirido é revisto anualmente através de um teste de imparidade ao valor e quaisquer reduções são imputadas como custo na demonstração consolidada dos resultados.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor. Essas garantias financeiras são dadas a bancos, instituições financeiras e outras partes, em nome dos clientes, para garantir créditos, descobertos bancários e outras facilidades bancárias.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são mensuradas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela Administração.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na demonstração consolidada dos resultados em Provisão para perdas de crédito.

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Contratos de venda/locação

Se uma transação de venda/locação originar uma locação financeira, qualquer diferença entre os proveitos da venda e o valor escriturado do ativo não é imediatamente reconhecida como rendimento pelo vendedor/locador, sendo antes diferida e amortizada durante o período da locação.

Se a transação de venda/locação originar uma locação operacional, o momento do reconhecimento dos lucros depende da diferença entre o preço de venda e o justo valor. Se for claro que o preço de venda corresponde ao justo valor, o lucro (a diferença entre o preço de venda e o valor escriturado) é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for inferior ao justo valor, qualquer lucro ou prejuízo é reconhecido imediatamente, com a seguinte exceção: se o prejuízo for compensado pelo pagamento futuro de rendas abaixo do preço de mercado, é diferido e amortizado proporcionalmente ao pagamento de rendas durante o período em que se espera que o ativo seja utilizado. Se o preço de venda for superior ao justo valor, o excedente é diferido e amortizado durante o período em que se espera que o ativo seja utilizado.

Benefícios dos empregados

Pensões

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefício definido. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no capital próprio dos acionistas e apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na totalidade no período em que ocorrem, na rubrica de capital próprio dos acionistas, e apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral.

A Nota 34 – "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação de emprego

Os benefícios por cessação de emprego decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação de emprego como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação de emprego são mensurados com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova mensuração e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração adicional.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em Capital realizado adicional. O custo de remuneração é registado numa base linear ao longo do período em que os colaboradores prestam os serviços a que respeitam os prémios ou ao longo do período das tranches em relação aos prémios entregues por tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo, da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecidos ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em Outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo (*forward*) das ações Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção.

As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas a capitais próprios dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os gastos de juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como Juros e encargos similares. Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções de venda e de compra com ações Deutsche Bank como subjacente em que é fixado o número de ações e é requerida a liquidação física não são classificados como derivados. São transações de capital próprio do Grupo. Todos os restantes contratos derivados em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são debitados ou creditados em Outro rendimento integral se estiverem relacionados com itens debitados ou creditados diretamente em Outro rendimento integral.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando (1) dizem respeito à mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis, (2) existe o direito legalmente executável de compensar e (3) existe a intenção de os liquidar numa base líquida ou de os realizar e liquidar simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis provenientes de investimentos em subsidiárias, sucursais, associadas e interesses em empreendimentos conjuntos exceto quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos com impostos sobre o rendimento diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias provenientes desses investimentos apenas na medida que seja provável que as diferenças se revertam no futuro previsível e que estarão disponíveis lucros tributáveis suficientes para absorver aquelas diferenças temporárias.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda (DPV), coberturas de fluxos de caixa e outros itens, que são debitados ou creditados diretamente em Outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente em Outro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que for realizado o ganho ou perda subjacente relacionado com o imposto diferido.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base no preço corrente da ação. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais for inferior ao custo de remuneração cumulativo, a diferença é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados do Grupo referente ao exercício.

A atividade de seguros do Grupo no Reino Unido (Abbey Life Assurance Company Limited) está sujeita a impostos sobre o rendimento aplicáveis aos retornos de investimento dos tomadores de seguros (imposto sobre os tomadores de seguros). Este imposto é incluído nos gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do Grupo ainda que economicamente se trate de gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do tomador do seguro, o que reduz/aumenta a responsabilidade do Grupo para com o tomador do seguro.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e mensuradas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como Juros e encargos similares.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacionais, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio ("abordagem de gestão"). Para o Grupo, a atividade operacional principal é a gestão dos ativos e dos passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário de uma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio CIB e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pelo Tesouro, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionadas com dívida subordinada a longo prazo e títulos preferenciais emitidos por *trusts* são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sênior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado, o que inclui os efeitos dos movimentos de mercado e dos fluxos de entrada e saída de dinheiro. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

Seguros

A atividade de seguros do Grupo emite dois tipos de contratos:

Contratos de seguro – São contratos de anuidade ou renda vitalícia e de seguro de vida universal ao abrigo dos quais o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador do seguro), concordando em compensar o tomador do seguro no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar adversamente. Esses contratos mantêm-se como contratos de seguro até todos os direitos e obrigações se extinguirem ou expirarem. Conforme permitido pelas IFRS, o Grupo manteve as políticas contabilísticas de contratos de seguro que aplicava antes da adoção das IFRS (ou GAAP nos Estados Unidos). Estas políticas contabilísticas são descritas mais à frente.

Contratos de investimento não participativos ("Contratos de investimento") – Estes contratos não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. São mensurados e reportados em consonância com outros passivos financeiros, que são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros detidos para garantir contratos de renda vitalícia são classificados como instrumentos financeiros detidos para venda (DPV). Os ativos financeiros detidos para outros contratos de seguro ou de investimento são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contratos de seguro

Os prémios de produtos de prémio único são reconhecidos como rendimento quando recebidos. Esse momento corresponde à data a partir da qual a apólice entra em vigor. No caso de contratos de prémios periódicos, os recebimentos são reconhecidos à data em que os pagamentos são devidos. Os prémios são apresentados antes de dedução de comissões. Quando as apólices são anuladas por não recebimento dos prémios, todos os rendimentos relacionados com prémios acumulados mas não recebidos a partir da data em que são considerados como anulados, líquidos de custos relacionados, são compensados contra os prémios.

Os sinistros são registados como custo à data em que são incorridos, e refletem o custo de todos os sinistros reclamados durante o ano, incluindo participações nos resultados dos tomadores de seguros afetadas em antecipação de uma declaração de participação.

As reservas de apólices agregadas para contratos de seguro de vida universal são iguais ao saldo da conta, que representa os prémios recebidos e os retornos de investimento creditados na apólice, menos deduções por custos de mortalidade e encargos. Relativamente a outros contratos de seguro *unit-linked*, a reserva de apólices representa o justo valor dos ativos subjacentes.

Relativamente aos contratos de renda vitalícia, o passivo é calculado através da estimativa dos fluxos de caixa futuros ao longo da duração dos contratos em vigor e descontando-os à data de valorização dando conta da probabilidade de ocorrência. Os pressupostos são fixados à data de aquisição com provisões adequadas para desvios adversos (PAD). Este valor de passivo calculado é testado face a um valor calculado utilizando as melhores estimativas de pressupostos e taxas de juro com base na taxa de rentabilidade (*yield*) sobre o custo amortizado dos ativos subjacentes. Se este teste gerar um valor mais elevado, o montante do passivo será reajustado.

As reservas de apólices agregadas incluem passivos por certas opções associadas aos produtos de pensões *unit-linked* do Grupo. Estes passivos são calculados com base em obrigações contratuais utilizando pressupostos atuariais.

Os testes de adequação das responsabilidades são realizados às carteiras de seguros com base em sinistros futuros estimados, custos, prémios obtidos e rendimentos de investimento proporcionais.

No caso de contratos de longa duração, se a experiência real relativa a taxas de rentabilidade de investimento, mortalidade, morbidade, cessação ou encargos indicar que as responsabilidades contratuais existentes, juntamente com o valor presente dos prémios brutos futuros, não serão suficientes para cobrir o valor presente de benefícios futuros e para recuperar custos de aquisição de apólices diferidos, então é reconhecida uma deficiência de prémios.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de seguros incrementais e investimentos são diferidos na medida em que se espera que sejam recuperáveis a partir das futuras margens de lucro nestes contratos. Estes custos serão amortizados sistematicamente ao longo de um período não superior ao período em que se espera que sejam recuperados a partir destas margens futuras.

Contratos de investimento

Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento (*unit-linked*). Estes passivos com contratos são determinados utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço.

Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos com contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimento, resgates ou outros serviços do contrato.

Os ativos financeiros por contratos de investimento são registados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor, e compensação de alterações do justo valor dos passivos financeiros correspondentes, registadas em resultados.

Resseguros

Os prêmios cedidos a resseguros e recuperações de resseguros sobre benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros são reportados em gastos e rendimentos, consoante o caso. Os ativos e passivo relacionados com resseguros são reportados numa base bruta quando significativos. Os montantes cedidos aos resseguradores a partir de reservas para contratos de seguro são estimados em consonância com o risco ressegurado. Nesse sentido, as receitas e despesas relacionadas com contratos de resseguro são reconhecidas em consonância com o risco subjacente da atividade ressegurada.

Todos os novos contratos de resseguro importantes estão sujeitos à aprovação do Conselho local. Depois de transacionados, são sujeitos a uma revisão regular de risco de crédito incluindo uma avaliação da exposição total e eventual provisão de crédito e colateral. A imparidade é determinada em conformidade com a política contábilística do Grupo "Imparidade de ativos financeiros".

02 – Estimativas contábilísticas críticas

Algumas das políticas contábilísticas descritas na Nota 01 "Principais políticas contábilísticas" requerem a realização de estimativas contábilísticas críticas que envolvem juízos de valor complexos e subjetivos e a utilização de pressupostos, alguns dos quais podem dizer respeito a questões que são, por natureza, incertas e suscetíveis a alterações. Essas estimativas contábilísticas críticas podem mudar de período para período e têm um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contábilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a Administração poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contábilísticas principais que envolvem estimativas contábilísticas críticas.

Estimativas do justo valor

Alguns dos instrumentos financeiros do Grupo são escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados. Estão aqui incluídos ativos e passivos para detidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados. Adicionalmente, os ativos financeiros que são classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reportadas em Outro rendimento integral. Os derivados detidos para fins diferentes da negociação são escriturados ao justo valor, sendo as variações de valor reconhecidas através da demonstração consolidada dos resultados, exceto quando são designados em relações de contabilidade de cobertura de investimento líquido ou fluxos de caixa, em que as variações do justo valor da parcela eficaz da cobertura são diretamente refletidas em Outro rendimento integral.

Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas. Os investimentos de *private equity* em que o Grupo não detém um interesse financeiro de controlo ou influência significativa são igualmente escriturados ao justo valor, seja como instrumentos para negociação, designados ao justo valor através de resultados, ou instrumentos disponíveis para venda.

O justo valor é definido como o preço a que um ativo ou passivo poderia ser negociado numa transação em condições normais de mercado entre partes informadas e interessadas, que não seja uma venda forçada ou liquidação.

Para realizar as estimativas do justo valor, a Administração tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da Administração são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de valorização e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas de valorização e validação dos modelos do Grupo centram a sua atenção nas áreas de subjetividade e julgamento.

O nível de juízo de valor exercido pela Administração para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na valorização de instrumentos através de modelos de valorização padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da Administração são mais significativos na valorização de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos não são observáveis. A Administração tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação adequados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Além disso, quando não existem dados de mercado disponíveis, os parâmetros introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados passados, análise fundamental da economia da transação e informação de transações semelhantes com ajustamentos adequados de modo a refletir os termos do instrumento a valorizar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de valorização indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a Administração tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que melhor representa o justo valor. Mais, alguns ajustamentos de valorização podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da Administração para alcançar o justo valor.

Métodos de determinação do justo valor

Uma percentagem substancial dos ativos e passivos financeiros do Grupo escriturados ao justo valor baseia-se ou deriva de preços ou dados observáveis. A disponibilidade de preços ou dados observáveis varia consoante o produto e o mercado e pode alterar-se com o tempo. Por exemplo, os preços ou dados observáveis estão geralmente disponíveis para: títulos líquidos; derivados negociados em Bolsa; derivados OTC (mercado de balcão) transacionados em mercados de negociação líquidos, tais como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em moedas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices. Se estiverem disponíveis, os preços ou dados observáveis são utilizados na determinação do justo valor e, dessa forma, é possível determinar o justo valor sem exercer um juízo de valor significativo. Isto inclui instrumentos para os quais o justo valor deriva de um modelo de valorização padronizado em toda a indústria e os dados são diretamente observáveis. É o caso de muitos contratos *swap* e de opções genéricos.

Relativamente a outros mercados ou a determinados instrumentos, podem não estar disponíveis preços ou dados observáveis e, nesse caso, o justo valor é determinado através de técnicas de valorização adequadas ao instrumento em particular. Por exemplo, os instrumentos sujeitos a técnicas de valorização incluem: créditos para negociação e outros créditos ou compromissos de crédito designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor; derivados OTC novos, complexos e de longa duração; transações em mercados imaturos ou limitados; créditos e títulos de dívida em incumprimento (*distressed*); títulos de *private equity* e interesses retidos em titularizações de ativos financeiros. A aplicação de técnicas de valorização para determinar o justo valor envolve estimativas e juízos de valor da parte da Administração, numa medida que varia consoante o grau de complexidade e de liquidez do mercado. As técnicas de valorização incluem modelos padronizados baseados na análise de fluxos de caixa descontados, que dependem de fluxos de caixa futuros estimados e da taxa de desconto utilizada. No caso de produtos mais complexos, os modelos de valorização incluem técnicas de modelação, parâmetros e pressupostos mais complexos, como volatilidade, correlação, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda. A Administração tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação adequados. Como o objetivo de utilizar uma técnica de valorização é determinar o preço a que os participantes do mercado iriam transacionar à data corrente, as técnicas de valorização integram todos os fatores que o Grupo acredita que os participantes do mercado iriam ponderar ao definir um preço de transação.

Os ajustamentos de valorização são uma parte integrante do processo de justo valor que requer o exercício de juízos de valor. Para fazer os ajustamentos de valorização adequados, o Grupo segue metodologias que têm em conta fatores como os ajustamentos de valorização do diferencial entre compra e venda (*bid-offer spread*), liquidez e risco de crédito (risco de crédito da contraparte em relação aos ativos financeiros e o próprio risco de crédito do Grupo em relação aos passivos financeiros ao justo valor através de resultados).

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra a alteração do próprio risco de crédito do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura das contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agréments*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default-LGD*) e o próprio risco de crédito do Grupo com base nos níveis históricos de incumprimento. A alteração do risco de crédito do Grupo associado a passivos por obrigações estruturadas é calculada através do desconto dos fluxos de caixa contratuais do instrumento, utilizando a taxa a que seriam emitidos instrumentos semelhantes à data de mensuração. O justo valor resultante é uma estimativa do preço a que o passivo específico seria transacionado à data de mensuração com outro participante do mercado.

Nos termos das IFRS, se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de valorização à data da operação (*trade date*), o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro gerado à data da operação é diferido. A Administração tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de valorização. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente o lucro à data de operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

O Grupo definiu procedimentos de controlo internos para o processo de valorização de modo a dar garantias quanto à adequabilidade dos justos valores aplicados. Se o justo valor for determinado por modelos de valorização, os pressupostos e técnicas integrados nos modelos são objeto de uma validação independente por um grupo de especialistas. Os preços e parâmetros introduzidos, os pressupostos e os ajustamentos de valorização são sujeitos a processos de verificação e revisão. Se os preços e parâmetros introduzidos forem observáveis, são verificados junto de fontes independentes.

Se os preços e parâmetros introduzidos ou os pressupostos não forem observáveis, a adequabilidade do justo valor é sujeita a procedimentos adicionais para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de reavaliações utilizando modelos gerados de forma independente, a apreciação das valorizações face a instrumentos representativos adequados, a execução de análises de sensibilidade e técnicas de extrapolação, e a ponderação de outros parâmetros de referência (*benchmarks*). É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de valorização produzem estimativas do justo valor que reflitam a forma como o mercado opera, aferindo os resultados dos modelos de valorização por referência a transações de mercado. Estes procedimentos requerem o exercício de juízos de valor da parte da Administração.

Outros controlos da valorização incluem a revisão e análise dos lucros e perdas diários, a validação da valorização através do encerramento de posições de lucro e perda e testes ao histórico de Value-at-Risk.

Estimativas do justo valor utilizadas nas divulgações

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com o método de valorização utilizado para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são valorizados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de valorização baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de valorização que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). Esta divulgação é efetuada na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor". Os ativos financeiros detidos ao justo valor classificados no nível 3 ascendiam a 47.600 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 46.700 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Os passivos financeiros detidos ao justo valor classificados no nível 3 totalizavam 13.400 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e 13.000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. A Administração tem de exercer um juízo de valor para determinar a categoria em que certos instrumentos financeiros devem ser inseridos, o que acontece especificamente quando a valorização é determinada por uma série de parâmetros, uns observáveis e outros não. Mais, a classificação de um instrumento pode alterar-se com o tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, consequentemente, na transparência dos preços.

Além da divulgação da hierarquia de justo valor na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor", o Grupo procede a uma análise de sensibilidade do impacto, sobre os instrumentos financeiros do nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela Administração.

Relativamente aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. Esta divulgação é efetuada na Nota 15 "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor". De um modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela Administração.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos para venda (DPV) e créditos. A classificação adequada dos ativos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial. Adicionalmente, de acordo com as emendas à IAS 39 e à IFRS 7 "Reclassificação de ativos financeiros" que foram aprovadas pelo IASB e adotadas pela UE em outubro de 2008, é permitido reclassificar certos ativos financeiros, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros DPV, para a categoria de créditos. Para os ativos serem reclassificados, tem de existir uma alteração clara da intenção da Administração para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito à data da reclassificação. Adicionalmente, tem de existir, à data da reclassificação, intenção e capacidade de manter o ativo num futuro previsível. Não há possibilidade de efetuar uma reclassificação subsequente para reingresso nas categorias de negociação ou DPV. A Nota 13 "Emendas à IAS 39 e à IFRS 7 "Reclassificação de ativos financeiros" contém mais informações sobre ativos reclassificados pelo Grupo.

A identificação de ativos elegíveis nos termos das emendas para os quais o reembolso esperado excede o justo valor estimado requer juízos de valor e pressupostos significativos da parte da Administração. Juízos de valor e pressupostos significativos da parte da Administração são igualmente necessários para estimar o justo valor dos ativos identificados (conforme se descreve em "Estimativas do justo valor") à data da reclassificação, que passa a ser a base de custo amortizado no âmbito da categoria de crédito. A tarefa da Administração em ambas as matérias pode ser especialmente difícil em condições de mercado financeiras e económicas marcadas pela incerteza e extrema volatilidade, como as que se viveram no terceiro e quarto trimestres de 2008. A alteração da intenção de manter num futuro previsível é outra questão que requer o exercício de juízos de valor significativos pela Administração. A alteração da intenção não é simplesmente determinada devido a uma ausência de preços atrativos nem é o futuro previsível definido como o período que decorre até ao regresso dos preços atrativos. A secção "Reclassificação de ativos financeiros" na Nota 01 "Principais políticas contábilísticas" explica os requisitos mínimos do Grupo para o que constitui um futuro previsível.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os juízos de valor e estimativas contábilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contábilística crítica para as divisões corporativas Corporate Banking & Securities e Private & Business Clients, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da Administração, especialmente em circunstâncias de incerteza econômica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis.

A provisão para perdas de crédito totalizavam 1.839 milhões de euros, 1.274 milhões de euros e 2.630 milhões de euros nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009.

A determinação da dedução para imparidade necessária para os créditos que são considerados individualmente significativos requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável pela Administração no que respeita a matérias como as condições econômicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível. Em certas situações, como no caso de alguns créditos alavancados, o Grupo pode apreciar o valor empresarial do devedor para avaliar a imparidade, o que requer o exercício de um juízo de valor considerável pela Administração no que respeita ao momento de saída e ao valor de mercado da entidade devedora. O montante real dos fluxos de caixa futuros e o respetivo momento podem diferir das estimativas utilizadas pela Administração e, conseqüentemente, podem implicar perdas reais diferentes das deduções reportadas.

A dedução para imparidade relativa a carteiras de créditos homogêneos de menor valor, como os concedidos a pessoas singulares e pequenas empresas dos segmentos de clientes particulares e retalho, e relativa a créditos que são individualmente significativos mas sem evidências objetivas de imparidade é determinada numa base coletiva. A dedução para imparidade numa base coletiva é calculada a partir de uma carteira utilizando modelos estatísticos que integram muitos juízos de valor e estimativas. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. Durante esta revisão são tidos em conta fatores como a probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade de os devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros. A Nota 01 "Principais políticas contábilísticas" contém mais informações sobre metodologias utilizadas para determinar a provisão para perdas de crédito do Grupo.

Imparidade de outros ativos financeiros

Os investimentos pelo método de equivalência patrimonial e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (DPV) são objeto de um teste de imparidade trimestralmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade. Se existirem evidências objetivas de imparidade de uma associada ou entidade conjuntamente controlada, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. No caso de investimentos de capital classificados como DPV, as evidências objetivas de imparidade incluiriam um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. Poderia igualmente incluir condições específicas de um setor de atividade ou área geográfica ou informações específicas relativas à situação financeira da empresa, como uma degradação da notação de risco. No caso de títulos de dívida classificados como DPV, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos. Se a informação for disponibilizada depois de o Grupo fazer a sua avaliação, o Grupo pode ter de reconhecer a imparidade no futuro.

Porque a estimativa de imparidade pode variar de período para período em função de acontecimentos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que se trata de uma estimativa contábilística crítica. As revisões de imparidade em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ativos financeiros DPV resultaram numa imputação de imparidade líquida de 1.140 milhões de euros em 2011, 2.588 milhões de euros em 2010 e 1.125 milhões de euros em 2009. A Nota 08 "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" e a Nota 17 "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial" contêm mais informações.

Imparidade de ativos não financeiros

Alguns ativos não financeiros, incluindo o *goodwill* e outros ativos intangíveis, são objeto de uma revisão de imparidade. O Grupo regista perdas por imparidade em ativos desta categoria quando considera que o seu valor escriturado pode não ser recuperável. A reversão de uma perda por imparidade (excluindo *goodwill*) é reconhecida imediatamente.

O *goodwill* e os outros ativos intangíveis são objeto de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias, como uma alteração adversa no ambiente empresarial, indicarem a existência de imparidade nesses ativos. A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de valorização, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da Administração. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores escriturados do *goodwill* eram, respetivamente, 11.000 milhões de euros e 10.800 milhões de euros e os valores escriturados de outros ativos intangíveis eram, para ambos os exercícios, 4.800 milhões de euros. A avaliação da imparidade destes ativos é uma estimativa significativa para muitas áreas de atividade.

Em 2011, as imparidades de ativos intangíveis incluíam uma imputação de 2 milhões de euros relativa à depreciação de autorizações de um investimento em energias renováveis na área de CB&S. Em 2010, foram registadas perdas por imparidade de outros ativos intangíveis de 41 milhões de euros, dos quais 29 milhões de euros referentes a ativos intangíveis relacionados com clientes foram registados na área GTB e uma perda de 12 milhões de euros foi registada na depreciação de *software* adquirido na área de AWM. Em 2009, foram registadas perdas por imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis de 157 milhões de euros, dos quais 151 milhões de euros referentes a investimentos na área de Corporate Investments. Além disso, foram registados 291 milhões de euros como reversões de perdas por imparidade de outros ativos intangíveis na área de Asset and Wealth Management (AWM), que tinham sido apuradas no quarto trimestre de 2008. A Nota 24 "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém mais informações sobre *goodwill* e outros ativos intangíveis.

Ativos por impostos diferidos

O Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis, no futuro, lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis. Esta avaliação requer pressupostos e juízos de valor significativos da parte da Administração. Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa de ativos por impostos diferidos, incluindo os pressupostos sobre rendibilidade futura. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor de ativos por impostos diferidos não reconhecidos era, respetivamente, 2.400 milhões de euros e 2.600 milhões de euros, e o valor de ativos por impostos diferidos reconhecidos era, respetivamente, 8.700 milhões de euros e 8.300 milhões de euros.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos por impostos diferidos líquidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a gastos com impostos sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a gastos com impostos sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 35 "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo.

Contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas

O Grupo exerce a sua atividade em muitos ambientes legais, regulamentares e fiscais diferentes e, nessa conformidade, podem surgir ações judiciais, processos regulamentares ou posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento.

A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" ou a IAS 12 "Impostos sobre o rendimento", respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indenizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 28 "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

03 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2011 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 24

Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma versão revista da IAS 24 "Divulgações de partes relacionadas" ("IAS 24 R"). A IAS 24 R prevê uma isenção parcial dos requisitos de divulgação no caso de entidades governamentais. Adicionalmente, a definição de parte relacionada é emendada de modo a clarificar que uma associada inclui subsidiárias de uma associada e um empreendimento comum inclui subsidiárias de um empreendimento comum. No seguimento desta clarificação, o número de partes relacionadas aumentou significativamente e os números dos anos anteriores foram ajustados em resultado da adoção da IAS 24 R. A norma revista tornou-se efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2011. A adoção da norma revista não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Melhoramentos às IFRS de 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu um documento com emendas às IFRS no âmbito do projeto anual de melhoramentos do IASB. Este documento inclui emendas que resultam em alterações contábilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração, assim como terminologia ou emendas editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. A maior parte das emendas é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2011. A adoção das emendas não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

IFRS 7

Em maio de 2010, o IASB emitiu emendas à IFRS 7 "Divulgações – Transferências de ativos financeiros". Estas emendas englobam divulgações adicionais sobre transações de transferência de ativos financeiros (por exemplo, titularizações), incluindo possíveis efeitos sobre riscos que possam manter-se com o cedente dos ativos. São igualmente necessárias divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de transferência for empreendida perto do fim de um período de reporte. As emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2011, sendo permitida a aplicação antecipada. A adoção das emendas não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 1

Em junho de 2011, o IASB emitiu emendas à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras" que exigem que as empresas agrupem rubricas na demonstração de Outro Rendimento Integral ("ORI") que possam vir a ser reclassificadas na demonstração dos resultados. As emendas também reconfirmam os requisitos existentes que estabelecem as rubricas em ORI e em resultados que devem ser apresentadas numa demonstração única ou em duas demonstrações separadas. As emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2012, sendo permitida a aplicação antecipada. Embora já tenham sido aprovadas pelo IASB, as emendas ainda têm de ser adotadas pela UE. A adoção das emendas não deverá ter um impacto significativo na apresentação de Outro rendimento integral nas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 e IAS 28

Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 "Demonstrações financeiras consolidadas", a IFRS 11 "Acordos conjuntos", a IFRS 12 "Divulgação de interesses noutras entidades", uma versão revista da IAS 27 "Demonstrações financeiras separadas" e uma versão revista da IAS 28 "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos", as quais foram emendadas para ficarem em conformidade com alterações decorrentes da emissão da IFRS 10 e da IFRS 11.

A IFRS 10 substitui a IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a SIC-12 "Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais" e estabelece um modelo de controlo único que se aplica a todas as entidades, incluindo as que anteriormente eram consideradas entidades de finalidades especiais nos termos da SIC-12. A parte investidora controla a parte investida quando está exposta a rendibilidades variáveis da parte investida e tem a capacidade de influenciar estas rendibilidades através do poder que exerce sobre a parte investida. A avaliação de controlo assenta em todos os factos e circunstâncias e a conclusão é reavaliada sempre que existirem indícios de alterações aos factos e circunstâncias.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC-13 "Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não-monetárias por empreendedores". A IFRS 11 classifica acordos conjuntos como operações conjuntas ou como empreendimentos conjuntos e centra-se na natureza dos direitos e obrigações do acordo. A IFRS 11 requer a aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de acordos conjuntos e elimina a opção de utilizar o método de consolidação proporcional, que não é aplicado pelo Grupo.

A IFRS 12 requer que uma entidade divulgue a natureza, riscos associados e impactos financeiros de interesses em subsidiárias, acordos conjuntos associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 requer uma divulgação mais completa em comparação com a IAS 27 ou a SIC-12.

Cada uma destas normas é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua aplicação antecipada desde que todas as outras normas também sejam aplicadas. No entanto, as entidades estão autorizadas a incluir qualquer um dos requisitos de divulgação da IFRS 12 nas demonstrações financeiras consolidadas sem uma adoção antecipada da IFRS 12. Embora aprovadas pelo IASB, estas normas ainda não foram adotadas pela UE. O Grupo está a avaliar o potencial impacto da adoção das normas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 19

Em junho de 2011, o IASB emitiu emendas à IAS 19 "Benefícios dos empregados" ("IAS 19 R"). A IAS 19 R elimina a opção de reconhecimento diferido de todas as alterações ao valor presente das obrigações com planos de benefícios definidos e ao justo valor dos ativos do plano (incluindo o método do "corredor" que não é aplicado pelo Grupo). Além disso, a IAS 19 R requer uma abordagem de juros líquidos que vem substituir o rendimento esperado dos ativos do plano e melhorar os requisitos de divulgação dos planos de benefícios definidos. As emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a aplicação antecipada. Embora já tenham sido aprovadas pelo IASB, as emendas ainda têm de ser adotadas pela UE. O Grupo está a avaliar o potencial impacto da adoção das emendas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 13

Em maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 "Mensuração do justo valor", que estabelece uma única fonte de orientação para a mensuração do justo valor a aplicar no âmbito de todas as IFRS. A IFRS 13 inclui uma definição revista de justo valor e presta orientação sobre como deve ser aplicada, onde a sua utilização já é exigida ou permitida segundo outras normas IFRS e introduz requisitos de divulgação mais completos sobre a mensuração do justo valor. A IFRS 13 é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a aplicação antecipada. Embora já tenha sido aprovada pelo IASB, a norma ainda tem de ser adotada pela UE. O Grupo está a avaliar o potencial impacto da adoção da norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 32 e IFRS 7

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu emendas à IAS 32 "Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros" ("IAS 32 R") para clarificar os requisitos de compensação de instrumentos financeiros. A IAS 32 R vem clarificar (a) o significado de uma entidade ter o direito legalmente executável de compensar e (b) quando os sistemas de liquidação pelos valores brutos podem ser considerados equivalentes à liquidação pelos valores líquidos. As emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2014, sendo permitida a aplicação antecipada.

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu igualmente emendas à IFRS 7 "Divulgações – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros" ("IFRS 7 R") com requisitos alargados de divulgação para que os investidores possam comparar melhor demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as IFRS e os GAAP dos Estados Unidos. As emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida uma aplicação antecipada.

Embora já tenham sido aprovadas pelo IASB, as emendas ainda têm de ser adotadas pela UE. O Grupo está a avaliar o potencial impacto da adoção das emendas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 9 e IFRS 9 R

IFRS 9 – Em novembro de 2009, o IASB emitiu a IFRS 9 "Instrumentos financeiros", que corresponde à primeira fase do seu projeto de substituição integral da IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". A IFRS 9 introduz novos requisitos para o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros abrangidos pela IAS 39. A norma requer que todos os ativos financeiros sejam classificados com base no modelo de negócio da entidade relativo à gestão de ativos financeiros, e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando preenche os dois critérios seguintes: (a) o objetivo do modelo de negócio é deter o ativo financeiro para receber os fluxos de caixa contratuais e (b) os fluxos de caixa contratuais no âmbito do instrumento representam unicamente pagamentos de capital nominal e de juros. Se um ativo financeiro não preencher os critérios de modelo de negócio e de termos contratuais para ser mensurado ao custo amortizado, é subsequentemente mensurado ao justo valor. A IFRS 9 suprime igualmente o requisito de separar derivados embutidos dos ativos financeiros de "acolhimento" (*host*). Requer que um contrato híbrido com um ativo financeiro de "acolhimento" seja classificado na sua totalidade, ao custo amortizado ou ao justo valor. A IFRS 9 requer reclassificações quando o modelo de negócio da entidade se modifica, o que deverá ocorrer com muito pouca frequência; nessa eventualidade, a entidade tem de reclassificar os ativos financeiros afetados prospectivamente. Inclui diretrizes específicas para instrumentos contratualmente ligados que criam concentrações de risco de crédito, o que é geralmente o caso das tranches de investimento numa titularização. Além de avaliar o instrumento segundo os critérios de classificação da IFRS 9, a Administração também deverá "examinar" o grupo de instrumentos subjacentes que geram fluxos de caixa e avaliar as respetivas características. Para se qualificar para a mensuração ao custo amortizado, o investimento tem de ter um risco de crédito igual ou inferior ao risco de crédito médio ponderado do grupo de instrumentos subjacentes, e esses instrumentos têm de preencher determinados critérios. Se um "exame" não for viável, a tranche tem de ser classificada ao justo valor através de resultados. Segundo a IFRS 9, todos os investimentos de capital devem ser mensurados ao justo valor. No entanto, a Administração tem a opção de apresentar em Outro rendimento integral os ganhos e perdas de justo valor realizados e não realizados em investimentos de capital que não são detidos para negociação. Essa designação está disponível no momento do reconhecimento inicial do instrumento, sendo apreciada caso a caso, e é irrevogável. Não há reclassificação subsequente dos ganhos e perdas de justo valor em resultados; no entanto, os dividendos desses instrumentos continuarão a ser reconhecidos em resultados.

IFRS 9 R – Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revista da IFRS 9 "Instrumentos financeiros" ("IFRS 9 R"). A norma revista inclui mais diretrizes sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A IFRS 9 R requer que as entidades com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados reconheçam as alterações do justo valor decorrentes de alterações do risco de crédito do passivo em Outro rendimento integral. No entanto, se o reconhecimento destas alterações em Outro rendimento integral criar uma inconsistência contábilística (*mismatch*), a entidade terá de apresentar a totalidade da alteração do justo valor em resultados. Não há reclassificação subsequente dos montantes registados em Outro rendimento integral para resultados, mas os ganhos e perdas acumulados podem ser transferidos dentro do capital.

Com base nas emendas à IFRS 9, IFRS 9 R e IFRS 7, o "Guia de transição e data de eficácia obrigatória" emitido pelo IASB em dezembro de 2011, a IFRS 9 e a IFRS 9 R são efetivos para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015, sendo permitida a aplicação antecipada. Depois de adotada, a IFRS 9 deverá ser aplicada a todos os instrumentos financeiros em circulação à data efetiva, como se a classificação e mensuração estabelecidas pela IFRS 9 tivessem sido sempre aplicadas, embora os períodos comparativos não tenham de ser reexpressos.

Para os períodos anuais com início antes de 1 de janeiro de 2015, a entidade pode optar por aplicar a IFRS 9 ou a IFRS 9 R. Embora aprovadas pelo IASB, as normas IFRS 9 e IFRS 9 R ainda não foram adotadas pela UE.

Em novembro de 2011, o IASB decidiu, com algumas reservas, ponderar a introdução de modificações limitadas à IFRS 9 e à IFRS 9 R. Neste momento, ainda não se sabe quais as modificações que serão efetivamente adotadas ou qual o impacto que podem ter na data efetiva de aplicação e na adoção pela UE.

04 – Aquisições e alienações

As seguintes concentrações de atividades empresariais, efetivas desde 2010, são contabilizadas em conformidade com a IFRS 3 R "Concentrações de atividades empresariais", que o Grupo adotou a partir de 1 de janeiro de 2010. Nessa conformidade, as divulgações relativas a estas transações são efetuadas com base na IFRS 3 R. No entanto, tanto a contabilidade aplicada como as divulgações relativas às concentrações de atividades empresariais, efetivas antes de 1 de janeiro de 2010, continuam a reger-se pela norma antecessora IFRS 3 (2004).

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2011

Em 2011, o Grupo realizou várias aquisições que foram contabilizadas como concentrações de atividades empresariais. Destas transações, nenhuma foi individualmente significativa e, como tal, todas são apresentadas no agregado. O quadro seguinte resume os montantes agregados de justo valor relativos a estas concentrações de atividades empresariais.

Justo valor preliminar dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	
Contrapartida em dinheiro transferida	13
Justo valor da opção de compra detida para adquirir ações em circulação	10
Justo valor da contrapartida contingente	3
Justo valor das participações de capital pré-existent	12
Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	38
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:¹	
Caixa e seus equivalentes	1
Depósitos a prazo remunerados em bancos	2
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2
Todos os outros ativos	21
Dívida a longo prazo	10
Todos os outros passivos	2
Total de ativos líquidos identificáveis	14
<i>Goodwill</i>	25
<i>Goodwill</i> negativo	1
Total de ativos líquidos identificáveis e <i>goodwill</i> adquiridos, deduzido do <i>goodwill</i> negativo	38

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Uma destas transações é a aquisição por etapas das ações (interesses) em circulação da Deutsche UFG Capital Management ("DUCM"), uma das maiores sociedades de gestão de ativos independentes da Rússia. A transação foi encerrada em 11 de novembro de 2011, após o exercício de uma opção de compra sobre a participação remanescente de 60 %. A DUCM foi afetada à Divisão Corporativa Asset and Wealth Management.

Desde a aquisição, a contribuição agregada em 2011 para os proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo referentes a estas unidades de negócio ascendeu a 2 milhões de euros e menos de (1) milhão de euros, respetivamente. Se a data efetiva destas aquisições tivesse sido 1 de janeiro de 2011, o impacto nos proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2011, teria ascendido a 4 milhões de euros e menos de (1) milhão de euros, respetivamente.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2010

Deutsche Postbank

Após o desfecho positivo da oferta pública de aquisição voluntária ("OPA") do Deutsche Bank aos acionistas do Deutsche Postbank AG ("Postbank"), a OPA foi liquidada em 3 de dezembro de 2010 ("data de encerramento"). A juntar às ações Postbank já detidas antes da OPA, o Grupo adquiriu o controlo passando a deter 113,7 milhões de ações Postbank, o equivalente a 51,98 % de todos os direitos de voto no Postbank. Nessa conformidade, o Grupo iniciou a consolidação do Grupo Postbank em 3 de dezembro de 2010. Tendo em conta determinados instrumentos financeiros sobre as ações Postbank detidos pelo Grupo antes do encerramento em 3 de dezembro de 2010, a consolidação do Postbank baseou-se numa participação de capital total de 79,40 %.

Seguem-se divulgações pormenorizadas sobre a aquisição do Postbank, nomeadamente: descrição das atividades do Postbank e do impacto esperado da sua integração no Grupo; a oferta pública de aquisição; o aumento de capital do Deutsche Bank; o tratamento do investimento de capital do Grupo e outros instrumentos financeiros sobre as ações detidas à data de encerramento; o acordo proposto de domínio e transferência de resultados com o Postbank; a afetação do preço de compra e outras informações relacionadas com a aquisição.

Descrição das atividades do Postbank e do impacto esperado da sua integração no Grupo. O Grupo Postbank é um dos principais prestadores de serviços bancários e outros serviços financeiros da Alemanha. As suas atividades englobam banca de retalho, atividades dirigidas a clientes empresariais, atividades do mercado de capitais assim como créditos hipotecários (através do Grupo BHW que faz parte do Grupo Postbank). Através da sua divisão Transaction Banking, o Postbank presta serviços de *back office* a outros fornecedores de serviços financeiros. A atividade centra-se na Alemanha, sendo complementada por contratos selecionados, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte.

A Fase 4 da Agenda da Administração do Grupo prevê um foco nas atividades estratégicas da Divisão de Grupo Private Clients and Asset Management (PCAM) e na liderança do mercado doméstico alemão. Neste contexto, a participação maioritária no Postbank reforça ainda mais a Divisão de Grupo PCAM, em especial a Divisão Corporativa Private & Business Clients (PBC), e permite ao Grupo reforçar e expandir a sua posição de liderança no mercado doméstico alemão. A concentração do Deutsche Bank e do Postbank oferece potenciais sinergias significativas de custos e proveitos e oportunidades de crescimento. Além disso, a inclusão das atividades do Postbank nos resultados consolidados do Grupo aumentou o nível de proveitos na banca de retalho e reforçou e diversificou a base de refinanciamento do Grupo em virtude do acréscimo no volume de depósitos dos clientes do segmento de retalho.

Oferta Pública de Aquisição. O preço por ação Postbank oferecido na OPA foi 25 euros. O período de aceitação da OPA teve início com a publicação do prospeto em 7 de outubro de 2010 e terminou com a expiração do período de aceitação adicional em 24 de novembro de 2010. A oferta foi aceite por 48,2 milhões de ações Postbank, correspondentes a 22,03 % do capital social e dos direitos de voto do Postbank. Por conseguinte, a contrapartida total em dinheiro paga em 3 de dezembro de 2010 pelas ações Postbank adquiridas na OPA ascendeu a 1.205 milhões de euros.

O Deutsche Bank anunciou em 30 de novembro de 2010 que tinha vendido 0,5 milhões de ações Postbank e, em 3 de dezembro de 2010, que tinha vendido mais 3,9 milhões de ações Postbank, em ambos os casos a terceiros por uma contrapartida de 23,96 euros e 21,75 euros por ação Postbank, respetivamente. Com o propósito de evitar atrasos na conclusão da OPA que teriam decorrido dos processos de controlo de fusões dos EUA, a venda originou uma participação legal intermédia de menos de 50 % no Postbank. A par da venda, o Deutsche Bank celebrou contratos de compra a prazo correspondentes ao número acima mencionado de ações Postbank com a outra parte, por uma contrapartida monetária de 23,96 euros e de 21,75 euros por ação Postbank, respetivamente, acrescida de uma comissão de transação de cerca de 0,03 euros e de 0,015 euros por ação, respetivamente. Os contratos de compra a prazo foram liquidados em 10 de dezembro de 2010, após satisfação dos requisitos de apreciação *antitrust* e de aprovação regulamentar bancária dos Estados Unidos. Consequentemente, o Grupo aumentou a sua participação no Postbank para 51,98 % (equivalente a 113,7 milhões de ações Postbank), o derradeiro nível alcançado através da OPA. Embora as ações tenham sido vendidas legalmente a terceiros, o Grupo reteve os riscos e benefícios daquelas ações. Tomou-se praticamente como certa a obtenção da aprovação *antitrust* nos Estados Unidos pelo que os potenciais direitos de votação daquelas ações foram incluídos na análise da consolidação para efeitos do relatório financeiro. Nessa conformidade, determinou-se que a data de aquisição do Grupo Postbank seria 3 de dezembro de 2010.

Aumento de capital do Deutsche Bank. Em estreita coordenação com a OPA, o Deutsche Bank também implementou um aumento de capital em relação ao capital autorizado mediante entregas em numerário. O aumento de capital foi concluído em 6 de outubro de 2010. No total, 308,6 milhões de novas ações (ações ordinárias) nominativas sem valor nominal foram emitidas, com um encaixe bruto de 10.200 milhões de euros. O encaixe líquido de 10.100 milhões de euros captados através da emissão (depois de encargos de cerca de 100 milhões de euros após impostos) serviu, em primeiro lugar, para cobrir o consumo de capital decorrente da consolidação do Grupo Postbank e, adicionalmente, para suportar a base de capital existente.

Tratamento do investimento de capital do Grupo e outros instrumentos financeiros sobre ações Postbank detidos à data de encerramento. Antes de obter o controlo, o Grupo detinha diretamente 29,95 % das ações e dos direitos de voto do Postbank, dispondo assim da capacidade de influenciar significativamente as políticas financeira e operacional do Postbank. Nessa conformidade, este investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Adicionalmente, o Grupo tinha subscrito uma obrigação obrigatoriamente convertível em ações (*mandatory exchangeable bond* – "MEB") emitida pelo Deutsche Post. A obrigação MEB foi adquirida pelo Deutsche Bank em fevereiro de 2009 como parte de um acordo de aquisição mais amplo com o Deutsche Post relativamente às ações Postbank. Segundo o acordo de aquisição, em 2012 a obrigação MEB devia ser integralmente trocada por 60 milhões de ações Postbank, ou seja, uma participação de 27,42 %. Para efeitos contabilísticos, a obrigação MEB constituiu um investimento de capital com características de riscos e benefícios substancialmente semelhantes a uma participação no capital do Postbank e, por conseguinte, foi incluída em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. No reconhecimento da obrigação MEB, o investimento pelo método de equivalência patrimonial também continha um derivado embutido relacionado com um acordo de partilha de lucros com o Deutsche Post referente a ações Deutsche Bank emitidas e recebidas pelo Deutsche Post como contrapartida. O derivado embutido foi separado porque os riscos e benefícios da partilha de lucros não estavam manifesta e estreitamente relacionados com o contrato de base ou de "acolhimento" (*host*). O justo valor inicial do derivado embutido era 201 milhões de euros, o que reduziu o custo do investimento pelo método de equivalência patrimonial no Postbank. As alterações subsequentes no justo valor das opções foram refletidas em resultados. O valor final dos montantes a receber decorrentes do derivado embutido, que já não era reavaliado desde que o Deutsche Post vendeu todas as ações Deutsche Bank recebidas como contrapartida pela aquisição inicial de 50 milhões de ações Postbank, ascendeu a 677 milhões de euros. Os montantes a receber foram reportados separadamente em Outros ativos e, na maturidade da obrigação MEB em fevereiro de 2012, foram compensados contra o correspondente colateral recebido (passivo).

Durante o terceiro trimestre de 2010, o valor escriturado do investimento pelo método de equivalência patrimonial tinha sido ajustado a um encargo de cerca de 2.300 milhões de euros, reconhecido na demonstração de resultados do Grupo na rubrica "Resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial". Como o Grupo tinha a intenção claramente documentada de adquirir o controlo do Postbank e de iniciar a consolidação no quarto trimestre de 2010, esse facto teve de se refletir na determinação do valor de uso do investimento pelo método de equivalência patrimonial. Por conseguinte, o encargo foi determinado com base no valor escriturado do investimento pelo método de equivalência patrimonial do Grupo no Postbank à data de 30 de setembro de 2010 e no justo valor assumido das ações Postbank equivalente ao preço de 25 euros oferecido pelo Deutsche Bank na OPA. Este encargo foi afetado à Divisão de Grupo Corporate Investments.

Em 3 de dezembro de 2010, a data de obtenção do controlo do Postbank, o Grupo remensurou ao justo valor o existente investimento pelo método de equivalência patrimonial no Postbank, em conformidade com a IFRS 3 R. O justo valor do investimento pelo método de equivalência patrimonial foi determinado com base no preço de oferta de 25 euros, perfazendo um justo valor à data de aquisição de 3.139 milhões de euros. Considerando a quota líquida dos lucros atribuível ao investimento existente no Postbank no quarto trimestre de 2010, o saldo do investimento pelo método de equivalência patrimonial tinha aumentado cerca de 22 milhões de euros. Nessa conformidade, à data de encerramento a remensuração resultou na correspondente perda de 22 milhões de euros, reconhecida na demonstração de resultados do Grupo do quarto trimestre de 2010, na rubrica "Resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial". De acordo com a IFRS 3 R, as perdas líquidas reconhecidas em Outro rendimento integral de 6 milhões de euros atribuíveis ao investimento pelo método de equivalência do Grupo no Postbank até à data de encerramento tinham sido reclassificadas na demonstração de resultados do Grupo do quarto trimestre de 2010. Estes efeitos foram afetados à Divisão de Grupo Corporate Investments.

A par da obrigação MEB, o Deutsche Bank e o Deutsche Post tinham igualmente celebrado opções de venda e de compra sobre mais 26,4 milhões de ações Postbank detidas pelo Deutsche Post (uma participação de 12,07 %), suscetíveis de serem exercidas entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013. As opções de venda e de compra foram reportadas como um instrumento financeiro derivado mensurado ao justo valor através de resultados.

Na consolidação, a estrutura de opções de venda e de compra com o Deutsche Post sobre ações Postbank foi reclassificada em instrumentos de capital devido ao facto de ser um derivado sobre ações de liquidação física numa subsidiária consolidada, liquidado por um montante fixo de numerário. Por conseguinte, o seu justo valor de 560 milhões de euros (responsabilidade com o derivado) foi reclassificado em capital (capital realizado adicional). Correspondentemente, pelas respetivas ações integradas na estrutura de opções de venda e de compra foi reconhecido um passivo ao valor presente do preço de compra esperado, devido à obrigação de comprar estas ações nos termos do contrato de opção de venda. A obrigação de comprar equivalente a 1.286 milhões de euros foi reconhecida com o correspondente débito em capital (capital realizado adicional).

O quadro seguinte resume as participações acionistas diretas e a obrigação MEB detidas pelo Grupo no Postbank, assim como os interesses que não controlam, à data de aquisição.

	Número de ações Postbank (em milhões)	Quota em %
Participação direta no capital do Postbank antes da OPA	65,5	29,95
Ações adquiridas na OPA	48,2	22,03
Participação direta total	113,7	51,98
Obrigação MEB	60,0	27,42
Total de interesses de capital do Grupo	173,7	79,40
Interesses que não controlam no Postbank	45,1	20,60
Total de ações Postbank	218,8	100,00

Após a aquisição, o Grupo reforçou a sua participação acionista direta no Postbank mediante compras adicionais de ações no mercado até atingir os 53,14 % no fim de 2011. A subsecção "Aquisições e alienações de interesses que não controlam com retenção do controlo", na presente Nota, contém mais informações sobre alterações conexas nas participações acionistas do Grupo.

Com a subsequente conversão da obrigação MEB em 27 de fevereiro de 2012, o Grupo aumentou a sua participação direta no Postbank em 60 milhões de ações ou 27,42 ppm. Como a MEB já tinha sido considerada inicialmente um investimento de capital, a sua conversão não resultou em nenhuma alteração à participação consolidada do Grupo no Postbank e, portanto, não teve impacto no total do capital ou nos resultados do Grupo. Com o exercício da opção de venda do Deutsche Post em 28 de Fevereiro de 2012, a participação direta do Grupo e a participação consolidada do Grupo no Postbank aumentou 26,4 milhões de ações ou 12,07 ppm. No exercício, a obrigação reconhecida de comprar ações Postbank foi liquidada. O exercício da opção não teve um impacto significativo no total de capital do Grupo. À data de 28 de fevereiro de 2012 e a par das ações adicionais adquiridas após a data do exercício, o Deutsche Bank aumentou a sua participação direta total no Postbank para 93,7 %.

Acordo de domínio e transferência de resultados. Na sequência da aquisição, em janeiro de 2012, o Grupo anunciou o início das negociações com o Postbank sobre um acordo de domínio e transferência de resultados de acordo com a Secção 291 da Lei de sociedades anónimas alemã. Esses acordos são habitualmente utilizados na prática societária alemã para, entre outros, melhorar o controlo e permitir o agrupamento fiscal. As partes deste acordo são a DB Finanzholding GmbH (uma subsidiária integralmente detida pelo Deutsche Bank) como sociedade que controla e o Postbank como sociedade dependente. Espera-se que o acordo seja finalizado em finais de março de 2012. Para entrar em vigor, o acordo de domínio e transferência de resultados requer a aprovação da Assembleia Geral Anual do Postbank de 5 de junho de 2012 e a inscrição do Postbank no registo comercial. Depois de celebrado e em vigor, os acionistas minoritários do Postbank receberão pagamentos de compensação ou, à sua escolha, um pagamento de liquidação determinado no acordo de domínio e transferência de resultados.

Afetação do preço de compra e outras informações relacionadas com a aquisição. Dado o encerramento da aquisição muito próximo do fim do ano de 2010 e atendendo à sua complexidade, a contabilização inicial da aquisição no Postbank ainda não tinha sido finalizada em 31 de dezembro de 2010. Ao completar a contabilização da aquisição no quarto trimestre de 2011, a "Afetação do preço de compra e outras informações relacionadas com a aquisição" à data de encerramento, que tinham sido anteriormente divulgadas para o Postbank, foram atualizadas de modo a refletir ajustamentos existentes à data de aquisição e identificados durante o período de mensuração nos termos da IFRS 3 R.

O quadro seguinte resume o estado final à data de aquisição da contrapartida transferida e do justo valor do investimento pelo método de equivalência no Postbank detido antes da concentração das atividades empresariais. Ao considerar certos ajustamentos efetuados durante o período de mensuração, também se especifica, à data de 3 de dezembro de 2010, os montantes finais do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos para o Grupo Postbank, um interesse que não controla e o *goodwill* adquiridos na concentração das atividades empresariais. Os ajustamentos no período de mensuração refletiram pequenos acertos do justo valor inicial de determinados ativos adquiridos e passivos assumidos. Assentam em factos e circunstâncias existentes à data de aquisição e não decorrem de acontecimentos intercalares subsequentes à data de aquisição. Os ajustamentos decorreram principalmente de informações atualizadas consideradas sobre fluxos de caixa esperados e parâmetros utilizados na valorização da carteira de créditos adquirida, assim como na dívida a longo prazo assumida, parâmetros refinados aplicados na valorização de ativos intangíveis e a finalização do justo valor da carteira de derivados, em que esta última resultou num aumento quase proporcional dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	Montantes provisionais ¹	Ajustamentos do período de mensuração	Montantes finais
Contrapartida transferida			
Contrapartida em dinheiro transferida por liquidação da OPA	1.205	.	1.205
Dedução por liquidação de relação pré-existente	176	(73)	103
Contrapartida líquida transferida	1.029	73	1.102
Justo valor dos interesses de capital do Grupo no Postbank detidos antes da concentração de atividades empresariais			
Investimento pelo método de equivalência patrimonial (excluindo derivado embutido) ²	3.139	.	3.139
Contrapartida total da compra	4.168	73	4.241
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos ³			
Caixa e seus equivalentes	8.752	.	8.752
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	36.961	850	37.811
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.716	16	33.732
Créditos	129.300	577	129.877
Ativos intangíveis	1.557	(200)	1.357
Todos os outros ativos	27.840	(52)	27.788
Depósitos	139.859	.	139.859
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	31.983	857	32.840
Dívida a longo prazo	38.577	754	39.331
Todos os outros passivos	24.813	(363)	24.450
Total de ativos líquidos identificáveis	2.894	(57)	2.837
Interesse que não controla no Postbank	599	(12)	587
Dedução por liquidação de relação pré-existente	176	(73)	103
Total de ativos líquidos identificáveis atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank	2.119	28	2.147
<i>Goodwill</i> adquirido pelo Grupo	2.049	45	2.094
Total de ativos líquidos identificáveis e <i>goodwill</i> adquiridos, atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank	4.168	73	4.241

¹ Montantes provisionais conforme anteriormente reportado na Nota 04 "Aquisições e alienação" do relatório de 2010 do Deutsche Bank.

² Incluiu uma participação direta de 29,95 % e a obrigação MEB, ambas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

³ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Ao finalizar a afetação do preço de compra durante o período de mensuração, o Grupo reduziu os justos valores à data de aquisição iniciais dos ativos líquidos do Postbank em 57 milhões de euros. A diminuição líquida deveu-se sobretudo a ajustamentos do período de mensuração efetuados nos justos valores à data de aquisição dos instrumentos financeiros derivados classificados como ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, alguns passivos classificados como dívida de longo prazo, a carteira de créditos e títulos adquirida e ativos intangíveis identificados separadamente. Nessa conformidade, o montante inicial do *goodwill* reconhecido em 31 de dezembro de 2010 de 2.049 milhões de euros teve um aumento de 45 milhões de euros, para 2.094 milhões de euros, e o interesse que não controla no Postbank foi reduzido em 12 milhões de euros. Em 2011 e no que diz respeito a estes ajustamentos, o Grupo registou um resultado antes de impostos de 6 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta informações sobre as principais classes de valores a receber que foram adquiridos ao Postbank em 3 de dezembro de 2010 e que o Grupo classificou como créditos à data de aquisição.

em milhões de euros

Fluxos de caixa contratualmente exigidos incluindo juros (não descontados)	153.499
Menos: Melhor estimativa à data de aquisição dos fluxos de caixa contratuais que não se espera receber	3.370
Fluxos de caixa que se espera receber¹	150.129

¹ Representa fluxos de caixa de capital e juros esperados não descontados, na aquisição.

O justo valor à data de aquisição correspondente a estes valores a receber adquiridos conforme calculado pelo Grupo ascendeu a 129.900 milhões de euros, englobando créditos e adiantamentos a clientes e a bancos. Este montante também inclui títulos de investimento que o Grupo classifica como créditos com um justo valor de 22.500 milhões de euros.

Como parte da afetação do preço de compra final, o Grupo reconheceu ativos intangíveis de cerca de 1.400 milhões de euros incluídos no justo valor de ativos líquidos identificáveis adquiridos. Estes montantes representavam os ativos intangíveis incluídos no balanço do Postbank e os ativos intangíveis que foram depois identificados na afetação do preço de compra. Os ativos intangíveis englobam principalmente relações com clientes (588 milhões de euros), a marca Postbank (411 milhões de euros) e *software* (282 milhões de euros).

O *goodwill* decorrente da aquisição do Postbank foi determinado através de uma abordagem de interesses proporcionais ("método do *goodwill* parcial") nos termos da IFRS 3 R. O *goodwill* reflete, em grande medida, o valor das sinergias de proveitos e custos esperadas com a aquisição do Postbank. O *goodwill*, integralmente atribuído à divisão PBC, não é dedutível para efeitos fiscais.

Incluído em todos os outros passivos do balanço inicial está o justo valor à data de aquisição dos passivos contingentes reconhecidos para certas obrigações identificadas na afetação do preço de compra. O montante agregado final ascendeu a 109 milhões de euros, face ao montante inicial de 110 milhões de euros registado no fim de 2010. O momento e o montante real do fluxo de saída são incertos. A expectativa é que a maioria dos passivos seja liquidada ao longo dos próximos quatro anos. Em 2011 e em relação a uma liquidação, a respetiva obrigação foi reduzida e, por conseguinte, foi revertido um montante de 66 milhões de euros destes passivos contingentes na demonstração de resultados. O Grupo continua a analisar a evolução destas obrigações e o potencial momento dos fluxos de saída.

Os interesses que não controlam de 587 milhões de euros apresentados no quadro *supra* do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram determinados pela sua quota proporcional nos ativos líquidos identificáveis do Postbank ("método do *goodwill* parcial") mensurados ao justo valor à data de encerramento.

Antes da concentração de atividades empresariais, o Deutsche Bank e o Postbank foram partes em determinadas transações consideradas como relações pré-existentes. Entre estas transações estavam vários instrumentos financeiros incluídos no decurso das atividades interbancárias e de cobertura regulares das partes, algumas obrigações emitidas pelo Grupo ou pelo Postbank que eram detidas pela outra parte e serviços de pagamento específicos prestados ao Grupo pelo Postbank. Todos estes instrumentos foram eliminados na consolidação do Postbank. O justo valor à data de aquisição agregado dos instrumentos financeiros totalizou 103 milhões de euros, o que foi considerado como dedução na determinação da contrapartida transferida e sua afetação aos ativos líquidos adquiridos do Postbank. A liquidação de alguns destes instrumentos financeiros emitidos pelo Deutsche Bank e detidos pelo Postbank resultou numa perda por extinção de 1 milhão de euros, que foi incluída em Outros resultados na demonstração consolidada dos resultados do Grupo do quarto trimestre de 2010.

Adicionalmente, o Grupo e o Postbank são partes num acordo de cooperação abrangente e mutuamente benéfico. Este acordo foi celebrado em 2008 no contexto da aquisição de um interesse que não controla no Postbank e englobou produtos de financiamento e de investimento, serviços bancários para empresas, créditos comerciais e serviços orientados para o cliente. O acordo também abrangeu outras áreas como *sourcing* e infraestrutura de Tecnologias de Informação (TI).

Os custos relacionados com a aquisição suportados pelo Grupo enquanto adquirente ascenderam a 12 milhões de euros, os quais foram reconhecidos em gastos gerais e administrativos na demonstração de resultados do Grupo de 2010.

No ano de 2011, o Postbank contribuiu com proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos (incluindo amortização dos ajustamentos de justo valor decorrentes da afetação do preço de compra final) de 4.800 milhões de euros e 798 milhões de euros, respetivamente, para a demonstração de resultados do Grupo. Os pequenos acertos relacionados com a amortização dos ajustamentos do justo valor inicial decorrentes da afetação do preço de compra originaram um resultado antes de impostos sobre o rendimento de 166 milhões de euros registados em 2011. Os proveitos líquidos contribuídos em 2011 incluíram encargos por imparidade de 465 milhões de euros relativos a obrigações do Estado grego, o que resultou num impacto negativo de 326 milhões de euros no resultado líquido após impostos.

Após a consolidação iniciada em 3 de dezembro de 2010, o Postbank contribuiu com proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos (incluindo amortização dos ajustamentos de justo valor decorrentes da afetação do preço de compra) de 423 milhões de euros e 62 milhões de euros, respetivamente, para a demonstração de resultados do Grupo referente ao exercício de 2010. Tendo em conta os custos de integração e transação de 48 milhões de euros registados a nível do Grupo, o impacto da consolidação do Postbank no resultado antes de impostos da divisão PBC atribuível aos acionistas do DB em 2010 ascendeu a 30 milhões de euros.

Se a data efetiva da consolidação tivesse sido 1 de janeiro de 2010, a contribuição pró-forma do Postbank para os proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2010, teria sido de 3.800 milhões de euros e 138 milhões de euros, respetivamente. Esta informação de desempenho pró-forma foi determinada com base nos resultados individuais do Postbank para o exercício de 2010 e não incluiu qualquer amortização nocional dos ajustamentos de justo valor decorrentes da afetação do preço de compra para o período de 1 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, quaisquer ajustamentos de consolidação nem o encargo de reavaliação que o Grupo tenha efetivamente registado no terceiro e quarto trimestres de 2010 sobre o seu anterior investimento pelo método de equivalência patrimonial no Postbank.

ABN AMRO

Em 1 de abril de 2010, o Deutsche Bank concluiu a aquisição de partes das atividades empresariais de banca comercial do ABN AMRO Bank N.V. ("ABN AMRO") na Holanda, por uma contrapartida inicial de 700 milhões de euros paga em dinheiro, no segundo trimestre de 2010. O montante da contrapartida foi reduzido no quarto trimestre de 2010 em 13 milhões de euros, para 687 milhões de euros, após ajustamentos preliminares efetuados ao balanço final das atividades empresariais adquiridas. O encerramento da aquisição seguiu-se à aprovação da Comissão Europeia (CE) e de outras entidades reguladoras. À data de encerramento, o Deutsche Bank obteve o controlo sobre as atividades empresariais adquiridas e, em conformidade, iniciou a consolidação no segundo trimestre de 2010. A aquisição é um elemento fulcral da estratégia do Deutsche Bank para uma maior expansão das suas áreas de negócio GTB e PCAM.

A aquisição incluiu a totalidade das participações de capital com direito de voto nas atividades empresariais adquiridas e englobou as seguintes atividades:

- duas unidades de clientes *corporate* em Amesterdão e Eindhoven, ao serviço de grandes empresas,
- treze sucursais comerciais que servem pequenas e médias empresas,
- Hollandsche Bank Unie N.V. ("HBU"), um banco sediado em Roterdão, e
- IFN Finance B.V., a parte holandesa da unidade de factoring IFN Group do ABN AMRO.

As duas unidades de clientes *corporate*, as treze sucursais e o HBU foram incluídos numa entidade jurídica separada antes da aquisição, redenominada Deutsche Bank Nederland N.V. imediatamente após a aquisição. A Deutsche Bank Nederland N.V. e a IFN Finance B.V. tornaram-se subsidiárias diretas do Deutsche Bank. As atividades empresariais adquiridas utilizam a marca Deutsche Bank e fazem parte integrante da Divisão Corporativa Global Transaction Banking do Grupo.

No fim do exercício de 2010, a contabilização inicial da aquisição referente a esta concentração de atividades empresariais ainda não tinha sido finalizada, estando pendente a finalização dos ajustamentos de justo valor de certas partes do balanço de abertura das atividades empresariais adquiridas. A afetação da contrapartida transferida para o justo valor à data de aquisição dos ativos líquidos adquiridos originou um *goodwill* negativo preliminar de 216 milhões de euros, que foi reconhecido na demonstração de resultados do Grupo de 2010. A principal razão para o reconhecimento do *goodwill* negativo foi a cessão (alienação) de partes da atividade de banca comercial holandesa e serviços de factoring do ABN AMRO, conforme exigido pela CE, após a aquisição da ABN AMRO Holding N.V. por um consórcio composto pelo The Royal Bank of Scotland, Fortis Bank e Banco Santander em outubro de 2007. O ganho reconhecido beneficiou de isenção fiscal.

A finalização da contabilização inicial da aquisição relativa à concentração de atividades empresariais no primeiro trimestre de 2011 resultou numa redução de 24 milhões de euros no justo valor à data de aquisição dos ativos líquidos adquiridos. Nessa conformidade, o *goodwill* negativo preliminar de 216 milhões de euros foi reduzido para 192 milhões de euros. Nos termos da IFRS 3, a finalização da afetação do preço de compra teve de ser aplicada retrospectivamente à data de aquisição. Por conseguinte, houve lugar a uma redução de 24 milhões de euros nos resultados não distribuídos à data de 31 de dezembro de 2010.

Segue-se um quadro com o resumo do cálculo final da contrapartida transferida e da sua afetação aos ativos líquidos adquiridos à data de aquisição.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros

Contrapartida transferida	
Contrapartida em dinheiro transferida	700
Ajustamento do preço de compra	(13)
Contrapartida total da compra	687
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos¹	
Caixa e seus equivalentes	113
Depósitos a prazo remunerados em bancos	71
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	779
Créditos	9,802
Ativos intangíveis	168
Todos os outros ativos	810
Depósitos	8,211
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	895
Todos os outros passivos	1,758
Total de ativos líquidos identificáveis	879
<i>Goodwill negativo</i>	192
Total de ativos líquidos identificáveis adquiridos, deduzido do goodwill negativo	687

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Como parte da afetação do preço de compra, foram identificadas relações com clientes no valor de 168 milhões de euros como ativos intangíveis amortizáveis. Além disso, ao abrigo dos termos e condições da aquisição, o ABN AMRO fornece uma cobertura inicial de risco de crédito para 75 % das derradeiras perdas de crédito da carteira de créditos adquiridos (excluindo a IFN Finance B.V.). A cobertura máxima do risco de crédito tem como limite o equivalente a 10 % do volume da carteira. À data de aquisição, o justo valor da garantia totalizou 544 milhões de euros, amortizados ao longo da vida média esperada da carteira subjacente.

O quadro seguinte apresenta informações sobre ativos financeiros que foram adquiridos ao ABN AMRO em 1 de Abril de 2010 e que o Grupo classificou como créditos à data de aquisição.

em milhões de euros

Fluxos de caixa contratualmente exigidos incluindo juros (não descontados)	11,503
Menos: Melhor estimativa à data de aquisição dos fluxos de caixa contratuais que não se espera receber	245
Fluxos de caixa que se espera receber¹	11,258

¹ Representa fluxos de caixa de capital e juros esperados não descontados, na aquisição.

Relativamente aos custos relacionados com a aquisição, foram reconhecidos 15 milhões de euros em Gastos gerais e administrativos na demonstração de resultados do Grupo referente a 2010 e foram incorridos e reconhecidos 8 milhões de euros nos exercícios de 2009 e 2008.

No exercício de 2011, o ABN AMRO contabilizou proveitos líquidos e um prejuízo líquido após impostos de 554 milhões de euros e 153 milhões de euros, respetivamente, na demonstração de resultados do Grupo, onde se incluíram a amortização dos ajustamentos de justo valor decorrentes da afetação do preço de compra e um ajustamento na amortização do prémio inicial incluído na contrapartida de compra representativo da proteção de crédito a ser fornecida pelo vendedor. Este último ajustamento refletiu-se em custos operacionais (excl. juros) e incluiu encargos de 53 milhões de euros relativos ao exercício de 2010 (no reporte por segmentos atribuídos a C&A) e 34 milhões de euros relativos ao primeiro semestre de 2011 (no reporte por segmentos registados em GTB). O respetivo custo de amortização para o segundo semestre de 2011 ascendeu a 88 milhões de euros.

Desde a aquisição e excluindo o supramencionado ganho reconhecido no *goodwill* negativo, no exercício de 2010, as atividades empresariais adquiridas contribuíram com proveitos líquidos e resultados líquido após impostos de 405 milhões de euros e 35 milhões de euros, respetivamente, para a demonstração de resultados do Grupo. Se a data efetiva da aquisição tivesse sido 1 de janeiro de 2010, o efeito nos proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2010, (excluindo o supramencionado ganho no *goodwill* negativo) teria sido de 501 milhões de euros e 77 milhões de euros, respetivamente.

Sal. Oppenheim

Em 15 de março de 2010, o Deutsche Bank encerrou a aquisição da totalidade das participações de capital com direito de voto na Sal. Oppenheim jr. & Cie. S.C.A. ("Sal. Oppenheim S.C.A."), a sociedade *holding* do Grupo Sal. Oppenheim, sediada no Luxemburgo, por um preço de compra total de 1.261 milhões de euros, pagos em dinheiro. Do preço de compra, 275 milhões de euros foram pagos pelo BHF Asset Servicing GmbH ("BAS") que, à data de aquisição, já tinha sido classificado como ativo detido para venda e, por conseguinte, foi tratado como uma transação separada e distinta do restante Grupo Sal. Oppenheim. Como em 29 de janeiro de 2010 já tinham sido obtidas todas as aprovações legais e regulamentares importantes, determinou-se aquele dia como data de aquisição e, nessa conformidade, o Grupo iniciou a consolidação do Sal. Oppenheim no primeiro trimestre de 2010. À data deste exercício, o justo valor à data de aquisição da contrapartida total transferida pelo Grupo Sal. Oppenheim e BAS era 1.261 milhões de euros. Segundo o acordo-quadro alcançado no quarto trimestre de 2009, os antigos acionistas do Sal. Oppenheim S.C.A. têm a opção de adquirir uma participação de longo prazo máxima de 20 % na subsidiária alemã Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA. À data deste exercício, o justo valor à data de aquisição da opção é zero.

A aquisição permite ao Grupo reforçar as suas atividades de Gestão de Ativos e Patrimónios junto de clientes particulares de elevado património, *family offices* e *trusts* da Europa, especialmente na Alemanha. As atividades de gestão de patrimónios independentes do Grupo Sal. Oppenheim estão a ser objeto de uma expansão sob a marca reconhecida deste banco privado tradicional, ao mesmo tempo que se preserva o seu carácter de banco privado. O conceito integrado de gestão de ativos para clientes particulares e institucionais deverá manter-se.

Em resultado da aquisição, o Grupo obteve o controlo sobre o Sal. Oppenheim S.C.A., que subsequentemente se tornou uma subsidiária integralmente detida pelo Deutsche Bank. Todas as operações do Grupo Sal. Oppenheim, incluindo todas as suas atividades de gestão de ativos e patrimónios, o banco de investimento, o Grupo BHF-BANK ("BHF-BANK"), o BAS e a área de fundos de fundos *private equity* gerida separadamente através da *holding* Sal. Oppenheim Private Equity Partners S.A. foram transferidos para o Deutsche Bank. Com a aquisição, todas as atividades do Grupo Sal. Oppenheim foram integradas na Divisão Corporativa Asset and Wealth Management do Grupo, salvo o BHF-BANK e o BAS que inicialmente foram incorporados na Divisão de Grupo Corporate Investments. No segundo trimestre de 2010, o BHF-BANK e o BAS foram igualmente transferidos para a Divisão Corporativa Asset and Wealth Management. A Nota 05 "Segmentos de negócio e Informação relacionada" contém mais informações sobre a subsequente designação do BHF-BANK em 2011.

A venda do BAS ao Bank of New York Mellon consumou-se em agosto de 2010. Além disso, como parte do Grupo Sal. Oppenheim, o Grupo tinha adquirido a Services Généraux de Gestion S.A. e as suas subsidiárias, que foram vendidas no primeiro trimestre de 2010. Ao longo do ano de 2010, o Grupo Sal. Oppenheim descontinuou a maior parte das atividades de banca de investimento através de venda ou de liquidação. As unidades Equity Trading & Derivatives, Capital Markets Sales e Research foram adquiridas pelo Grupo Macquarie da Austrália no segundo trimestre de 2010. Em dezembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou negociações exclusivas com o Grupo LGT do Liechtenstein relativamente à possível venda do BHF-BANK. Nesse sentido, o Grupo classificou o BHF-BANK como grupo para alienação detido para venda à data de 31 de dezembro de 2010. A Nota 25 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" contém informações sobre a evolução desta situação em 2011.

À data deste exercício, o justo valor à data de aquisição da contrapartida total transferida para o Grupo Sal. Oppenheim e BAS era 1.261 milhões de euros. Segundo o acordo-quadro alcançado com os anteriores acionistas do Sal. Oppenheim S.C.A., o preço de compra poderá sofrer um aumento máximo de 476 milhões de euros líquidos a pagar em 2015, desde que algumas posições de risco (em especial risco legal e de crédito) não se materializem em 2015. À data deste exercício, a estimativa do justo valor da contrapartida contingente é zero.

Os montantes do justo valor final reconhecidos para o Grupo Sal. Oppenheim (excluindo BAS) à data de aquisição foram os seguintes:

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros

Contrapartida transferida	
Contrapartida em dinheiro transferida	986
Justo valor da contrapartida contingente	-
Contrapartida total da compra	986
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos¹	
Caixa e seus equivalentes	2.638
Depósitos a prazo remunerados em bancos	3.298
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	889
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6.626
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.174
Créditos	5.609
Ativos intangíveis	162
Ativos classificados como detidos para venda	1.884
Todos os outros ativos	2.677
Depósitos	18.461
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	796
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.443
Dívida a longo prazo	1.737
Passivos classificados como detidos para venda	1.836
Todos os outros passivos	1.534
Total de ativos líquidos identificáveis	150
Interesses que não controlam no Grupo Sal. Oppenheim	8
Total de ativos líquidos identificáveis atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank	142
<i>Goodwill</i>	844
Total de ativos líquidos identificáveis e <i>goodwill</i> adquiridos, atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank	986

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

A aquisição originou um reconhecimento de *goodwill* de 844 milhões de euros, o qual corresponde, em grande medida, às sinergias esperadas da combinação de determinadas operações nas áreas de gestão de ativos e de patrimónios, assim como a uma presença de mercado crescente destas áreas de negócio na Alemanha, Luxemburgo, Suíça e Áustria. O *goodwill* não é dedutível para fins fiscais. Os ativos intangíveis incluídos nos ativos líquidos identificáveis adquiridos representam, principalmente, *software*, relações com clientes e a marca Sal. Oppenheim. Como parte da afetação do preço de compra, o Deutsche Bank reconheceu um passivo contingente de 251 milhões de euros por um vasto conjunto de itens relacionados com determinadas atividades empresariais adquiridas ao Grupo Sal. Oppenheim. O momento de ocorrência e o montante real do fluxo de saída são incertos. A expectativa é que estas obrigações sejam liquidadas ao longo dos próximos quatro anos. O Grupo continua a analisar os riscos e o potencial momento de ocorrência dos fluxos de saída.

O quadro seguinte apresenta informações sobre ativos financeiros que foram adquiridos ao Sal. Oppenheim e que o Grupo classificou como créditos à data de aquisição.

em milhões de euros

Fluxos de caixa contratualmente exigidos incluindo juros (não descontados)	6,940
Menos: Melhor estimativa à data de aquisição dos fluxos de caixa contratuais que não se espera receber	1,187
Fluxos de caixa que se espera receber¹	5,753

¹ Representa fluxos de caixa de capital e juros esperados não descontados, na aquisição.

Após a aquisição e à data de encerramento, o Deutsche Bank realizou uma injeção de capital de 195 milhões de euros na nova subsidiária Sal. Oppenheim S.C.A. Este montante não faz parte da contrapartida de compra e, como tal, não está incluído no cálculo de *goodwill* supramencionado.

Relativamente aos custos relacionados com a aquisição, foram reconhecidos 2 milhões de euros em Gastos gerais e administrativos na demonstração de resultados do Grupo referente a 2010, e foram incorridos e reconhecidos 11 milhões de euros em 2009.

Após a aquisição, o Grupo Sal. Oppenheim (excluindo o BAS) contribuiu com proveitos líquidos e um prejuízo líquido após impostos de 568 milhões de euros e 308 milhões de euros, respetivamente, para a demonstração de resultados do Grupo referente ao exercício de 2010. Se a data efetiva da aquisição tivesse sido 1 de janeiro de 2010, a contribuição para os proveitos líquidos e resultados líquidos do Grupo, em 2010, teria sido de 599 milhões de euros e uma perda de 336 milhões de euros, respetivamente.

Outras concentrações de atividades empresariais concluídas em 2010

As outras concentrações de atividades empresariais que, individualmente, não são significativas e que foram finalizadas em 2010 incluem a aquisição por etapas de uma participação adicional de 47,5 % numa associada existente domiciliada nas Filipinas. A aquisição originou uma participação de controlo de 95 % e a consolidação do investimento no primeiro trimestre de 2010. A contrapartida total de 6 milhões de euros paga em dinheiro foi afetada aos ativos líquidos adquiridos (incluindo passivos assumidos) de 10 milhões de euros, resultando num *goodwill* negativo de 4 milhões de euros, o qual foi reconhecido em Outros resultados na demonstração de resultados do Grupo do primeiro trimestre de 2010. O investimento foi integrado na divisão CB&S.

Também em 2010, o Grupo adquiriu a totalidade dos direitos de voto de uma sociedade de assessoria de investimento sediada nos Estados Unidos, por uma contrapartida total de 2 milhões de euros, a qual foi integralmente afetada ao *goodwill*. A consolidação dessa sociedade teve início no quarto trimestre de 2010. O investimento foi integrado na divisão CB&S.

Os montantes do justo valor final reconhecidos para estas concentrações de atividades empresariais à data de aquisição foram os seguintes:

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros

Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	8
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos: ¹	
Caixa e seus equivalentes	3
Ativos financeiros disponíveis para venda	14
Todos os outros ativos	1
Dívida a longo prazo	7
Todos os outros passivos	1
Total de ativos líquidos identificáveis	10
Interesses que não controlam	.
Total de ativos líquidos identificáveis atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank	10
Goodwill	2
Goodwill negativo	4
Total de ativos líquidos identificáveis e goodwill adquiridos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank, deduzido do goodwill negativo	8

¹Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Desde a aquisição, estas atividades empresariais, coletivamente, contribuíram com proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos de 2 milhões de euros cada, para a demonstração de resultados do Grupo referente ao exercício de 2010. Se a data efetiva das aquisições tivesse sido 1 de janeiro de 2010, o efeito nos proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2010, também teria sido de 2 milhões de euros cada.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2009

Em 2009, o Grupo finalizou várias aquisições que foram contabilizadas como concentrações de atividades empresariais. Destas transações, nenhuma foi individualmente significativa e, como tal, todas são apresentadas no agregado. Estas transações envolveram a aquisição de participações de 100 %, respetivamente, por uma contrapartida total de 22 milhões de euros, incluindo 20 milhões de euros em pagamentos em dinheiro e 2 milhões de euros em custos diretamente relacionados com estas aquisições. Os preços de compra agregados foram inicialmente afetados como Outros ativos intangíveis de 21 milhões de euros, refletindo relações com clientes e um goodwill de 1 milhão de euros. Entre estas transações conta-se a aquisição da unidade de negócio Global Agency Securities Lending do Dresdner Bank, concluída em 30 de novembro de 2009. Esta unidade passou a operar a partir de escritórios de Londres, Nova Iorque e Frankfurt e foi integrada na divisão Global Transaction Banking. A conclusão desta transação adicionou um dos maiores fornecedores terceiros de serviços de agência de empréstimos de títulos à plataforma de custódia do Grupo, colmatando uma lacuna de um produto estratégico na área de serviços de títulos.

O impacto agregado destas aquisições no balanço de 2009 do Grupo foi o seguinte:

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	Valor escriturado antes da aquisição	Ajustamentos do justo valor	Justo valor
Ativo:			
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-
Goodwill	-	1	1
Outros ativos intangíveis	-	21	21
Todos os restantes ativos	-	-	-
Total do ativo	-	22	22
Passivo:			
Dívida a longo prazo	-	-	-
Todos os restantes passivos	-	3	3
Total do passivo	-	3	3
Ativos líquidos	-	19	19
Total do passivo e do capital próprio	-	22	22

Ao finalizar estas concentrações de atividades empresariais em 2010, os preços de compra agregados foram afetados como Outros ativos intangíveis de 16 milhões de euros, refletindo relações com clientes e um *goodwill* de 6 milhões de euros.

O correspondente efeito em proveitos líquidos e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2009, foi de 1 milhão de euros e de (1) milhão de euros, respetivamente.

Potencial impacto nos resultados das concentrações de atividades empresariais finalizadas em 2009

Se a data efetiva das concentrações de atividades empresariais acima descritas, finalizadas em 2009, tivesse sido 1 de janeiro de 2009, o efeito nas receitas líquidas e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2009, teria sido de 22 milhões de euros e menos de 1 milhão de euros, respetivamente.

Aquisições e alienações de interesses que não controlam com retenção do controlo

Durante os anos de 2011 e 2010, o Grupo concluiu aquisições e alienações de interesses que não controlam relacionados com os seus investimentos em subsidiárias em que o Grupo não é o único proprietário e que não resultaram na perda de controlo sobre as respetivas subsidiárias. Em conformidade com a IAS 27 R, foram contabilizadas como transações de capital entre o Grupo e acionistas externos sem reconhecimento de ganhos ou perdas na demonstração de resultados do Grupo. A contrapartida líquida paga em dinheiro nestas transações em 2011 e 2010 ascendeu a 77 milhões de euros e 13 milhões de euros, respetivamente. Os montantes escriturados das participações de controlo e dos interesses que não controlam foram ajustados de modo a refletir as alterações dos interesses do Grupo nestas subsidiárias. Qualquer diferença entre os justos valores da contrapartida transferida ou recebida e os montantes pelos quais os interesses que não controlam foram ajustados é reconhecida diretamente em capital próprio dos acionistas.

O quadro seguinte resume para os exercícios de 2011 e 2010 o efeito agregado de alterações nas participações de capital do Grupo registadas nestas subsidiárias durante os respetivos períodos. As alterações de participação de capital para 2011 referem-se sobretudo à participação consolidada no Postbank. Após a aquisição por etapas em dezembro de 2010, o Grupo aumentou as suas participações diretas no Postbank de 51,98 % para 53,14 % no fim de 2011, mediante a compra de ações adicionais no mercado.

em milhões de euros	2011	2010
Participações de capital do Deutsche Bank no início do período	6.363	136
Aumento líquido das participações de capital do Deutsche Bank	56	76
Quota do Deutsche Bank em Resultados líquidos	822	(11)
Quota do Deutsche Bank em Outro rendimento integral	(427)	29
Quota do Deutsche Bank em Outras alterações de capital	375	(49)
Participações de capital do Deutsche Bank no fim do período	7.189	181

Alienações

Em 2011, 2010 e 2009, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações incluíram principalmente várias atividades empresariais que o Grupo tinha previamente classificado como detidas para venda, entre elas a venda da Deutsche Postbank Home Finance Ltd., subsidiária indiana do Postbank, no primeiro trimestre de 2011, e o BHF Asset Servicing GmbH no terceiro trimestre de 2010, uma unidade de negócio já classificada como detida para venda no âmbito da aquisição do Grupo Sal. Oppenheim no primeiro trimestre de 2010. A contrapartida total em dinheiro, recebida por estas alienações em 2011, 2010 e 2009, foi de 368 milhões de euros, 281 milhões de euros e 51 milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Caixa e seus equivalentes	21	45	49
Todos os restantes ativos	1.383	2.180	15
Total dos ativos alienados	1.404	2.225	64
Total dos passivos alienados	1.039	1.932	73

Estas alienações concluídas em 2011 e 2010 também incluíram várias diminuições de participação de capital mediante as quais o Grupo reteve interesses que não controlam em anteriores subsidiárias. Nenhuma destas transações de alienação foi individualmente significativa. Os interesses retidos em antigas subsidiárias foram reconhecidos inicialmente ao justo valor à data em que o controlo foi perdido, data em que estes interesses foram subsequentemente contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Embora não houvesse ganhos ou perdas a registar nestas alienações em 2011, o resultante ganho líquido reconhecido nestas diminuições de participação de capital em 2010 totalizou 15 milhões de euros, tendo sido incluído em Outros resultados. Daquele ganho líquido reconhecido em 2010, 5 milhões de euros dizem respeito à remensuração ao justo valor dos interesses retidos em antigas subsidiárias.

05 – Segmentos de negócio e informação relacionada

As seguintes informações sobre os segmentos de negócio foram preparadas de acordo com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base em relatórios internos sobre componentes da entidade, que são regularmente revistos pelo responsável pela tomada de decisões operacionais com vista a afetar recursos a um segmento e avaliar o seu desempenho.

Segmentos de negócio

Os seguintes segmentos de negócio representam a estrutura organizacional do Grupo tal como se encontra refletida nos sistemas de reporte interno de gestão.

O Grupo está organizado em três divisões de grupo, subdivididas em divisões corporativas. Em 31 de Dezembro de 2011, as divisões de grupo e as divisões corporativas eram as seguintes:

A **Corporate & Investment Bank (CIB)** congrega as atividades de banca para empresas e de títulos do Grupo (*corporate banking and securities*), incluindo atividades de venda e negociação e de *corporate finance*, e as atividades de gestão de transações de pagamento e títulos do Grupo (*transaction banking*).

A CIB serve clientes empresariais e institucionais, desde as empresas de média dimensão até aos grandes grupos multinacionais, bancos e organismos governamentais. No âmbito da CIB, o Grupo gere estas atividades através de duas divisões corporativas globais: Corporate Banking & Securities (CB&S) e Global Transaction Banking (GTB).

- a CB&S é constituída pelas divisões de negócio Markets (Mercados) e Corporate Finance (Soluções financeiras de desenvolvimento para empresas). Estas unidades de negócio oferecem produtos financeiros em todo o mundo, desde a tomada firme de ações e obrigações até à construção de soluções estruturadas à medida de requisitos financeiros complexos.
- a GTB dedica-se principalmente à captação, transferência, guarda e controlo de ativos para os seus clientes em todo o mundo. Oferece serviços de processamento, fiduciários e de *trusts* a grandes empresas, instituições financeiras e governos e respetivos organismos.

A **Private Clients and Asset Management (PCAM)** congrega a gestão de ativos e a gestão de patrimónios privados (*Asset and Wealth Management*) e atividades dedicadas a clientes particulares e empresariais (*Private & Business Clients*). No âmbito da PCAM, o Grupo gere estas atividades através de duas divisões corporativas globais: Asset and Wealth Management (AWM) e Private & Business Clients (PBC).

- a AWM é constituída pelas divisões de negócio Asset Management (Gestão de Ativos), centrada na gestão de ativos em nome de clientes institucionais e no fornecimento de fundos de investimentos e outros veículos de investimento de retalho, e Private Wealth Management (Gestão de Patrimónios Privados), dedicada às necessidades específicas de clientes de elevado património, respetivas famílias e algumas instituições selecionadas.
- a PBC serve clientes do segmento de retalho e *private*, assim como pequenas empresas, oferecendo um conjunto completo de produtos bancários de retalho.

A **Corporate Investments (CI)** gere determinados ativos alternativos do Grupo e outras posições de capital e dívida.

A composição dos segmentos pode sofrer alterações decorrentes de modificações nas responsabilidades de gestão ou de aquisições e diminuições de participação de capital.

Segue-se a descrição de alterações nas responsabilidades de gestão com impacto significativo no reporte por segmentos:

- Com efeitos em 1 de janeiro de 2011, a exposição no Grupo Actavis foi transferida da Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities para a Divisão de Grupo Corporate Investments.
- Com efeitos em 1 de janeiro de 2011, o BHF-BANK foi transferido da Divisão de Negócio Private Wealth Management integrada na Divisão Corporativa Asset and Wealth Management para a Divisão de Grupo Corporate Investments.
- Com efeitos em 1 de julho de 2010, foi implementada uma estrutura de gestão integrada para a totalidade da Divisão de Grupo Corporate & Investment Bank, após alterações no Conselho de Administração Executivo e nas responsabilidades pelas divisões Corporate Finance e Global Transaction Banking. A nova estrutura pretende acelerar o crescimento como Banco de Investimento e *Corporate* de primeira linha e contribuir para a consecução das metas do Grupo. No terceiro trimestre de 2011, a antiga unidade de negócio Capital Markets Sales, integrada na Divisão Corporativa Global Transaction Banking, foi transferida para a Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities.
Além disso, foi transferida uma carteira de transações de créditos de curto prazo com clientes *mid-cap* alemães, da Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities para a Divisão Corporativa Global Transaction Banking, por forma a melhor capitalizar as similaridades entre as atividades de *cash management*, *trade financing* e créditos de curto prazo para estes clientes.
- Com efeitos em 1 de abril de 2009, a responsabilidade de gestão da propriedade The Cosmopolitan of Las Vegas transitou da Divisão Corporativa CB&S para a Divisão de Grupo CI.
- No primeiro trimestre 2009, a responsabilidade de gestão de determinados ativos transitou da Divisão Corporativa AWM para a Divisão de Grupo CI. Esses ativos incluíam o Maher Terminals, um investimento de infraestrutura consolidado, e o RREEF Global Opportunity Fund III, um fundo de investimento imobiliário consolidado.

Segue-se a descrição de aquisições e diminuições de participação de capital com impacto significativo nas operações dos segmentos do Grupo:

- Em 11 novembro de 2011, o Grupo concluiu a aquisição por etapas da Deutsche UFG Capital Management ("DUCM"), uma das maiores sociedades gestoras de ativos independentes da Rússia. A transação seguiu-se ao exercício pelo Deutsche Bank de uma opção de compra sobre a participação de capital remanescente de 60 %. O Deutsche Bank detém agora o pleno controlo da entidade adquirida, que anteriormente era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A DUCM foi afetada à Divisão Corporativa AWM.
- Em 3 de dezembro de 2010, o Grupo consolidou o Deutsche Postbank AG pela primeira vez, após o desfecho positivo e a liquidação de uma oferta pública de aquisição voluntária. A partir dessa data, o investimento no Postbank foi incluído na Divisão Corporativa PBC.
- Em 1 de abril de 2010, o Grupo concluiu a aquisição de partes das atividades de banca comercial do ABN AMRO Bank N.V. ("ABN AMRO") na Holanda, as quais foram incluídas na Divisão Corporativa GTB.
- Em 15 de março de 2010, o Grupo adquiriu o Grupo Sal. Oppenheim, que passou a integrar a Divisão Corporativa AWM, com exceção das operações do BHF-BANK que foram incluídas na Divisão de Grupo CI. No segundo trimestre de 2010, as operações do BHF-BANK foram transferidas para a Divisão de Negócio PWM integrada na Divisão Corporativa AWM. Esta alteração está refletida na apresentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.
- Em novembro de 2009, o Grupo concluiu a aquisição da unidade de negócio Global Agency Securities Lending do Dresdner Bank ao Commerzbank AG, a qual passou a fazer parte da Divisão Corporativa GTB.

- Em 25 de fevereiro de 2009, o Grupo concluiu a aquisição de uma participação minoritária no Deutsche Postbank AG, um dos principais fornecedores de serviços financeiros da Alemanha. Com efeitos naquela data, o Grupo também adquiriu uma obrigação obrigatoriamente convertível em ações, assim como opções para aumentar a sua participação de capital no futuro. Todos os componentes da transação foram incluídos na Divisão de Grupo CI até à primeira consolidação do Postbank em 3 de dezembro de 2010.
- Em junho de 2008, o Grupo consolidou a Maher Terminals LLC e a Maher Terminals of Canada Corp, coletivamente e adiante designadas por Maher Terminals, um operador privado de terminais portuários da América do Norte. A RREEF Infrastructure adquiriu todas as participações de investidores terceiros no America Infrastructure Fund, cujo único ativo subjacente era a Maher Terminals. O investimento integra a Divisão de Grupo CI desde o primeiro trimestre de 2009.

Mensuração dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção da presente nota intitulada "Conciliação dos resultados de operações dos segmentos com os resultados de operações consolidados". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios internos sobre prejuízos, lucros e ativos do segmento e outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais.

A produção de informação interna para o Grupo baseia-se, de uma forma geral, nas IFRS. Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados e representam diferenças de valorização ou de classificação. As maiores diferenças de valorização dizem respeito à mensuração ao justo valor nos relatórios de gestão face à mensuração ao custo amortizado nos termos das IFRS (por exemplo, no caso de determinados instrumentos financeiros nos registos contabilísticos do Grupo referentes às divisões CB&S e PBC) e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo na CB&S) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito ao interesse que não controla, representativo da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e gastos com impostos sobre o rendimento. O interesse que não controla é reportado como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em Consolidação e Ajustamentos - C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os proveitos de transações entre segmentos de negócio são afetados numa base de comum acordo. Os prestadores de serviços internos, que operam sem fins lucrativos, afetam os respetivos gastos operacionais (excl. juros) ao beneficiário do serviço. Os critérios de afetação são geralmente baseados em acordos de serviço, sendo determinados numa base de "preço unitário", "preço fixo" ou "percentagens acordadas". Uma vez que as atividades empresariais do Grupo são diversificadas em natureza e as suas operações se encontram integradas, foi necessário fazer alguns juízos de valor e estimativas para distribuir as rubricas de proveitos e custos pelos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão seguem um "conceito de preços de transferência simétricos" em que a margem líquida de juros externa do Grupo é afetada aos segmentos de negócio com base no pressuposto de que todas as posições são financiadas ou investidas através dos mercados de capitais e de monetários grossistas (*wholesale*). Por conseguinte, para permitir a comparabilidade com aqueles concorrentes que têm unidades legalmente independentes com financiamento de capital próprio, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado (após dedução de certos encargos relacionados como a cobertura de risco de investimentos líquidos em determinadas operações estrangeiras) aos segmentos de negócio, proporcionalmente ao capital ativo médio afetado a cada segmento de negócio.

A Administração utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a Administração conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Essas medidas de avaliação incluem:

- **Capital próprio ativo médio:** O Grupo utiliza o capital próprio ativo médio no cálculo de vários rácios. No entanto, o capital próprio ativo não é uma medida prevista nas IFRS e, por conseguinte, não se deve comparar os rácios do Grupo baseados no capital ativo médio com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo. As rubricas para as quais ajustámos o capital médio dos acionistas são Outro rendimento integral acumulado médio excluindo conversão cambial (todos os elementos após impostos aplicáveis) e dividendos médios, que são objeto de propostas trimestrais e que são pagos anualmente mediante aprovação da Assembleia Geral Anual. No primeiro trimestre de 2011, o Grupo alterou a metodologia utilizada para afetar o capital ativo médio aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos proporcionalmente aos respetivos requisitos regulamentares. Segundo a nova metodologia, o capital económico como base de afetação é substituído pelos ativos ponderados pelo risco e alguns itens de dedução de capital regulamentar. Todos os restantes itens do quadro de afetação de capital mantêm-se inalterados. O montante total afetado continua a ser determinado com base no valor que for mais elevado entre a exposição geral ao risco económico e o requisito de capital regulamentar. Em 2011, o Grupo obtém o requisito interno de capital regulamentar assumindo um rácio Tier 1 de 10 %. Se o capital ativo médio do Grupo exceder o valor que for mais elevado entre a exposição geral ao risco económico e o requisito de capital regulamentar, o excedente é atribuído à Consolidação e Ajustamentos.
- **Rendibilidade do Capital Próprio Ativo Médio em %:** é definida como o Resultado antes de impostos sobre o rendimento deduzido de interesses que não controlam como percentagem de capital próprio ativo médio. Estas rendibilidades, baseadas no capital ativo médio, não devem ser comparadas com as de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo destes rácios.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio, incluindo a conciliação com os resultados consolidados de acordo com as IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

2011 Management	Corporate & Investment Bank			Private Clients and Asset			Corporate Investments	Total do reporte de gestão
	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Total	Asset and Wealth Management	Private & Business Clients	Total		
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)								
Proveitos líquidos¹	14.885	3.608	18.493	3.762	10.617	14.379	394	33.266
Provisão para perdas de crédito	304	158	462	55	1.309	1.364	14	1.840
Total de gastos operacionais (excl. juros)	11.650	2.327	13.977	2.941	7.336	10.277	1.492	25.746
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	43	6	49	25	167	192	262	504
Pagamentos por cessação de funções	81	14	95	27	221	248	60	403
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	207	.	207	0	.	0	.	207
Imparidade de ativos intangíveis
Atividades de reestruturação
Interesses que não controlam	27	-	27	(1)	190	189	(2)	213
Resultados antes de impostos sobre o rendimento⁴	2.905	1.123	4.028	767	1.782	2.549	(1.111)	5.466
Rácio de eficiência <i>cost-to-income</i>	78 %	64 %	76 %	78 %	69 %	71 %	N/S	77 %
Ativos ^{2,3}	1.727.156	96.404	1.796.954	58.601	335.516	394.094	25.203	2.152.949
Despesas por adições de ativos de longa duração	44	7	51	37	181	218	97	367
Ativos ponderados pelo risco	228.711	26.986	255.698	16.344	95.472	111.816	11.848	379.362
Capital próprio ativo médio ⁵	18.113	2.448	20.561	5.289	11.274	16.563	1.130	38.254
Rendibilidade do capital ativo médio,	16 %	46 %	20 %	15 %	16 %	15 %	(98) %	14 %
1 Inclui:								
Margem financeira (margem de juros)	7.787	1.690	9.478	620	6.983	7.603	161	17.242
Proveitos líquidos de clientes externos	15.773	3.374	19.146	3.776	9.930	13.705	364	33.215
Proveitos líquidos intersegmentos	(887)	234	(653)	(14)	687	674	30	51
Resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	23	2	25	41	140	182	(473)	(266)
2 Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	1.005	43	1.047	193	2.043	2.236	438	3.722

N/S – Não significativo

³ A soma das divisões corporativas não equivale necessariamente ao total da correspondente divisão de grupo, devido aos itens de consolidação entre divisões corporativas que são eliminados a nível da divisão de grupo. Aplica-se o mesmo princípio à soma de divisões de grupo comparada com o total reportado pela gestão.

⁴ O Grupo também utiliza um Resultado antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) ajustado no cálculo da sua rendibilidade do capital próprio ativo médio antes de impostos (definição alvo). O IBIT é ajustado de modo a excluir um impacto positivo líquido de 236 milhões de euros relativo à participação no Hua Xia Bank (PBC).

⁵ Para efeitos de reporte de gestão, o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são atribuídos explicitamente às respetivas divisões. A partir de 2011, o capital próprio ativo médio do Grupo é afetado aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos proporcionalmente aos requisitos de capital regulamentar dos mesmos, o que engloba capital regulamentar requerido para suportar ativos ponderados pelo risco e determinados itens de dedução de capital, *goodwill* e outros ativos intangíveis não amortizados. Os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

2010 Management	Corporate & Investment Bank			Private Clients and Asset			Corporate Investments	Total do reporte de gestão
	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Total	Asset and Wealth Management	Private & Business Clients	Total		
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)								
Proveitos líquidos¹	17.551	3.3795	20.929	3.674	6.136	9.810	(1.796)6	28.944
Provisão para perdas de crédito	375	113	488	39	746	785	(0)	1.273
Total de gastos operacionais (excl. juros)	12.122	2.300	14.422	3.426	4.493	7.919	967	23.308
dos quais:								
Depreciações, deprecimento e amortizações	70	6	76	65	74	139	23	239
Pagamentos por cessação de funções	213	71	284	91	33	123	8	415
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	486	.	486	0	.	0	.	486
Imparidade de ativos intangíveis	.	29	29	29
Atividades de reestruturação
Interesses que não controlam	20	-	20	(1)	8	6	(2)	24
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	5.033	965	5.999	210	890	1.100	(2.760)	4.339
Rácio de eficiência <i>cost-to-income</i>	69 %	68 %	69 %	93 %	73 %	81 %	N/D	81 %
Ativos ^{2,3}	1.461.495	79.202	1.519.983	53.141	346.998	400.110	30.138	1.894.282
Despesas por adições de ativos de longa duração	52	1	53	11	67	78	776	907
Ativos ponderados pelo risco	184.119	26.996	211.115	19.124	104.488	123.613	8.794	343.522
Capital próprio ativo médio ⁴	18.941	2.416	21.357	5.314	4.592	9.906	2.243	33.505
Rendibilidade do capital ativo médio,	27 %	40 %	28 %	4 %	19 %	11 %	(123) %	13 %
1 Inclui:								
Margem financeira (margem de juros)	9.741	1.387	11.128	516	3.850	4.365	32	15.526
Proveitos líquidos de clientes externos	18.115	3.176	21.290	3.712	5.707	9.419	(1.809)	28.901
Proveitos líquidos intersegmentos	(564)	203	(361)	(38)	429	391	13	43
Resultados de investimentos avaliados	(57)	1	(56)	6	(12)	(6)	(1.947)	(2.010)
2 Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	2.108	41	2.149	259	34	292	116	2.558

N/S – Não significativo

³ A soma das divisões corporativas não equivale necessariamente ao total da correspondente divisão de grupo, devido aos itens de consolidação entre divisões corporativas que são eliminados a nível da divisão de grupo. Aplica-se o mesmo princípio à soma de divisões de grupo comparada com o total reportado pela gestão.

⁴ Para efeitos de reporte de gestão, o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são atribuídos explicitamente às respetivas divisões. A partir de 2011, o capital próprio ativo médio do Grupo é afetado aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos proporcionalmente aos requisitos de capital regulamentar dos mesmos, o que engloba capital regulamentar requerido para suportar ativos ponderados pelo risco e determinados itens de dedução de capital, *goodwill* e outros ativos intangíveis não amortizados. Os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

⁵ Inclui um ganho no reconhecimento de *goodwill* negativo relativo à aquisição de parte das atividades de banca comercial do ABN AMRO na Holanda por 208 milhões de euros, conforme reportado no segundo trimestre de 2010, que foi excluído da definição alvo do Grupo.

⁶ Inclui um encargo relativo ao investimento no Deutsche Postbank AG de 2.338 milhões de euros, que foi excluído da definição alvo do Grupo.

2009 Management	Corporate & Investment Bank			Private Clients and Asset			Corporate Investments	Total do reporte de gestões
	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Total	Asset and Wealth Management	Private & Business Clients	Total		
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)								
Proveitos líquidos¹	16.164	2.643	18.807	2.685	5.576	8.261	1.044	28.112
Provisão para perdas de crédito	1.791	25	1.816	17	790	806	8	2.630
Total de gastos operacionais (excl. juros)	10.982	1.697	12.679	2.475	4.328	6.803	581	20.063
dos quais:								
Depreciações, deprecimento e amortizações	70	5	75	18	69	87	8	170
Pagamentos por cessação de funções	138	7	144	105	192	297	0	442
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	541	.	541	0	.	0	.	541
Imparidade de ativos intangíveis	5	.	5	(291)	.	(291)	151	(134)
Atividades de reestruturação
Interesses que não controlam	(2)	-	(2)	(7)	0	(7)	(1)	(10)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3.393	921	4.314	200	458	658	456	5.428
Rácio de eficiência <i>cost-to-income</i>	68 %	64 %	67 %	92 %	78 %	82 %	56 %	71 %
Ativos ^{2,3}	1.300.705	54.889	1.343.824	43.761	131.014	174.739	28.456	1.491.108
Despesas por adições de ativos de longa duração	73	17	89	56	42	98	395	583
Ativos ponderados pelo risco	185.206	18.756	203.962	12.201	36.872	49.073	16.935	269.969
Capital próprio ativo médio ⁴	19.606	1.798	21.403	4.223	4.000	8.224	1.917	31.544
Rendibilidade do capital ativo médio,	17 %	51 %	20 %	5 %	11 %	8 %	24 %	17 %
1 Inclui:								
Margem financeira (margem de juros)	7.351	1.168	8.519	379	3.493	3.871	(108)	12.283
Proveitos líquidos de clientes externos	16.990	2.140	19.130	2.525	5.372	7.897	1.053	28.079
Proveitos líquidos intersegmentos	(826)	503	(323)	160	204	364	(9)	33
Resultados de investimentos avaliados	(77)	1	(76)	(14)	1	(12)	155	67
2 Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	1.543	40	1.584	202	42	244	5.911	7.739

³ A soma das divisões corporativas não equivale necessariamente ao total da correspondente divisão de grupo, devido aos itens de consolidação entre divisões corporativas que são eliminados a nível da divisão de grupo. Aplica-se o mesmo princípio à soma de divisões de grupo comparada com o total reportado pela gestão.

⁴ Para efeitos de reporte de gestão, o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são atribuídos explicitamente às respetivas divisões. A partir de 2011, o capital próprio ativo médio do Grupo é afetado aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos proporcionalmente aos requisitos de capital regulamentar dos mesmos, o que engloba capital regulamentar requerido para suportar ativos ponderados pelo risco e determinados itens de dedução de capital, *goodwill* e outros ativos intangíveis não amortizados. Os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

⁵ Inclui um ganho na venda de participações industriais (Daimler AG) de 236 milhões de euros, uma reversão de imparidade de ativos intangíveis (Asset Management) de 291 milhões de euros (a imparidade relacionada tinha sido registada em 2008), um encargo de imparidade de 278 milhões de euros em participações industriais e uma imparidade de ativos intangíveis (Corporate Investments) de 151 milhões de euros, que foram excluídos da definição alvo do Grupo.

Conciliação dos resultados de operações dos segmentos com os resultados de operações consolidados

O quadro seguinte apresenta uma conciliação dos resultados totais de operações e dos ativos totais dos segmentos de negócio do Grupo, ao abrigo dos sistemas de reporte de gestão, com as demonstrações financeiras consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

em milhões de euros	2011			2010			2009		
	Total do reporte de gestão	Consolidação e Ajustamentos	Total consolidado	Total do reporte de gestão	Consolidação e Ajustamentos	Total consolidado	Total do reporte de gestão	Consolidação e Ajustamentos	Total consolidado
Proveitos líquidos ¹	33.266	(38)	33.228	28.944	(377)	28.567	28.112	(159)	27.952
Provisão para perdas de crédito	1.840	(1)	1.839	1.273	0	1.274	2.630	(0)	2.630
Gastos operacionais (excl. juros)	25.746	253	25.999	23.308	10	23.318	20.063	57	20.120
Interesses que não controlam	213	(213)		24	(24)		(10)	10	
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	5.466	(77)	5.390	4.339	(363)	3.975	5.428	(226)	5.202
Ativos	2.152.949	11.154	2.164.103	1.894.282	11.348	1.905.630	1.491.108	9.556	1.500.664
Ativos ponderados pelo risco	379.362	1.884	381.246	343.522	2.683	346.204	269.969	3.507	273.476
Capital próprio ativo médio ²	38.254	12.195	50.449	33.505	7.848	41.353	31.544	3.069	34.613

¹ Margem financeira e rendimentos operacionais (excl. juros)

² O aumento de Capital próprio ativo médio em Consolidação e Ajustamentos reflete o reforço de capital que o Banco está a implementar à luz dos requisitos de capital externos mais exigentes no âmbito do quadro revisto Basileia 2.5 e Basileia III. A expectativa é que o capital seja afetado de novo às nossas divisões de negócio, em especial as mais afetadas pelas supramencionadas alterações regulamentares, à medida que ajustamos aos requisitos internos e não aos desenvolvimentos externos.

Em 2011, o prejuízo antes de impostos sobre o rendimento em Consolidação e Ajustamentos (C&A) foi de 77 milhões de euros. Os gastos operacionais (excl. juros) deveram-se a taxas bancárias de 247 milhões de euros, sobretudo da Alemanha e do Reino Unido. Em 2011, os principais ajustamentos a proveitos líquidos em C&A foram os seguintes:

- Ajustamentos relativos a posições que foram mensuradas ao justo valor para efeitos de reporte de gestão e mensuradas ao custo amortizado segundo as IFRS. Estes ajustamentos, que aumentaram os proveitos líquidos em cerca de 25 milhões de euros, estão fundamentalmente relacionados com dois efeitos parcialmente compensatórios. O alargamento do *spread* de crédito da dívida própria do Grupo originou um ganho. Posições de curto prazo economicamente cobertas assim como operações de emissão de dívida economicamente cobertas originaram uma perda líquida, sobretudo devido a movimentos das taxas de juro em euros e dólares americanos.
- A cobertura de investimentos líquidos em certas operações estrangeiras diminuiu os proveitos líquidos em cerca de 215 milhões de euros.
- O remanescente dos proveitos líquidos deveu-se a rendimentos de juros líquidos que não foram afetados aos segmentos de negócio e a itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Esses itens incluem despesas líquidas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados, por ex. ativos/passivos por impostos diferidos, e rendimentos de juros líquidos relativos a acréscimos e reembolsos fiscais.

Os interesses que não controlam são deduzidos do resultado antes de impostos das divisões e revertidos em C&A. O aumento em relação ao ano anterior deveu-se principalmente à consolidação do Postbank.

Em 2010, o prejuízo antes de impostos sobre o rendimento em C&A foi 363 milhões de euros. Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram o recebimento de pagamentos de seguros que foram parcialmente compensados por encargos com provisões para litígios assim como outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Em 2010, os principais ajustamentos a proveitos líquidos em C&A foram os seguintes:

- Ajustamentos relativos a posições que foram mensuradas ao justo valor para efeitos de reporte de gestão e mensuradas ao custo amortizado segundo as IFRS. Estes ajustamentos, que diminuíram os proveitos líquidos em cerca de 210 milhões de euros, estavam relacionados com posições de curto prazo economicamente cobertas e com operações de emissão de dívida economicamente cobertas e deveram-se sobretudo a movimentos das taxas de juro em euros e dólares americanos.
- A cobertura de investimentos líquidos em certas operações estrangeiras diminuiu os proveitos líquidos em cerca de 245 milhões de euros.
- O remanescente dos proveitos líquidos deveu-se a rendimentos de juros líquidos que não foram afetados aos segmentos de negócio e a itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Esses itens incluem despesas líquidas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados, por ex. ativos/passivos por impostos diferidos, e encargos de juros líquidos relativos a acréscimos e reembolsos fiscais.

Em 2009, o prejuízo antes de impostos sobre o rendimento em C&A foi 226 milhões de euros. Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Os benefícios do Imposto sobre o Valor Acrescentado foram parcialmente compensados. Em 2009, os principais ajustamentos a proveitos líquidos em C&A foram os seguintes:

- Ajustamentos relativos a posições que foram mensuradas ao justo valor para efeitos de reporte de gestão e mensuradas ao custo amortizado segundo as IFRS. Estes ajustamentos, que diminuíram os proveitos líquidos em cerca de 535 milhões de euros, estavam relacionados com posições de curto prazo economicamente cobertas e com operações de emissão de dívida economicamente cobertas e deveram-se sobretudo a movimentos das taxas de juro a curto prazo em euros e dólares americanos.
- A cobertura de investimentos líquidos em certas operações estrangeiras diminuiu os proveitos líquidos em cerca de 225 milhões de euros.
- Os contratos derivados utilizados para cobrir efeitos no capital próprio dos acionistas, que originaram obrigações em planos de remuneração baseados com ações, resultaram num aumento de cerca de 460 milhões de euros.
- O remanescente dos proveitos líquidos deveu-se a rendimentos de juros líquidos que não foram afetados aos segmentos de negócio e a itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Esses itens incluem despesas líquidas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados, por ex. ativos/passivos por impostos diferidos, e encargos de juros líquidos relativos a acréscimos e reembolsos fiscais.

Os ativos e os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem ativos a nível do Grupo, tais como ativos por impostos diferidos e contas de compensação central, fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

O capital próprio ativo médio atribuído a C&A reflete o montante residual de capital próprio que não é afetado aos segmentos conforme se descreve na secção "Mensuração de resultados dos segmentos" da presente Nota.

Divulgações a nível de entidade

Os quadros seguintes apresentam os componentes dos proventos líquidos das Divisões de Grupo CIB e PCAM para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

em milhões de euros	Corporate & Investment Bank		
	2011	2010	2009
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	8.579	9.925	9.684
Vendas e Negociação (ações)	2.422	3.108	2.650
Total de Vendas e Negociação	11.001	13.033	12.335
Originação (dívida)	1.056	1.200	1.129
Originação (capital)	559	706	663
Total de originação	1.615	1.906	1.792
Assessoria	621	573	402
Produtos de crédito	1.510	1.588	1.772
Serviços de transações	3.608	3.163	2.643
Outros produtos	138	665	(136)
Total¹	18.493	20.929	18.807

¹ O total de proventos líquidos atrás indicado inclui margem financeira, resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados e outros proventos como rendimento de comissões e serviços.

em milhões de euros	Private Clients and Asset Management		
	2011	2010	2009
Gestão discricionária de carteiras/de fundos	2.354	2.491	2.083
Assessoria/corretagem	1.735	1.717	1.531
Produtos de crédito	2.585	2.628	2.535
Depósitos e serviços de pagamento	2.244	2.102	1.945
Outros produtos ¹	5.460	872	167
Total²	14.379	9.810	8.261

¹ O aumento de 2010 para 2011 inclui 4.200 milhões de euros da consolidação do Postbank.

² O total de proventos líquidos atrás indicado inclui margem financeira, resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados e outros proventos como rendimento de comissões e serviços.

O quadro seguinte apresenta os proveitos líquidos totais (antes de provisões para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CIB e PCAM foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde os proveitos são registados. A informação relativa a CI e C&A é apresentada apenas a nível global, porque a responsabilidade de gestão destas áreas está centralizada.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Alemanha:			
CIB	2,600	2,864	2,353
PCAM	9,983	5,699	4,769
Total da Alemanha	12,583	8,563	7,122
Europa, Médio Oriente e África:			
CIB	7,775	8,258	8,485
PCAM	3,007	2,693	2,479
Total de Europa, Médio Oriente e África ¹	10,782	10,951	10,964
Américas (principalmente Estados Unidos):			
CIB	4,908	6,420	5,295
PCAM	981	1,032	724
Total de Américas	5,889	7,452	6,020
Ásia/Pacífico:			
CIB	3,210	3,387	2,672
PCAM	408	387	289
Total de Ásia/Pacífico	3,618	3,774	2,961
CI	394	(1,796)	1,044
Consolidação e Ajustamentos	(38)	(377)	(159)
Proveitos líquidos consolidados ²	33,228	28,567	27,952

¹ Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o Reino Unido representou cerca de 60 % destes proveitos.

² Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e total de rendimentos operacionais excl. juros (incluindo rendimentos de comissões e serviços). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da transação, questões regulamentares e questões de processamento da transação.

Notas à Demonstração Consolidada dos Resultados

06 – Margem financeira e Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Margem financeira (margem de juros)

Segue-se a apresentação dos componentes das rubricas Juros e rendimentos similares e Juros e encargos similares.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Juros e rendimentos similares:			
Depósitos remunerados em bancos	794	691	633
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	977	446	320
Títulos obtidos por empréstimo	155	133	67
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15.376	15.589	13.634
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	935	700	496
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	148	137	91
Créditos	14.914	10.222	10.555
Outros	1.579	861	1.157
Total de juros e rendimentos similares	34.878	28.779	26.953
Juros e encargos similares:			
Depósitos remunerados	6.779	3.800	5.119
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	426	301	280
Títulos cedidos por empréstimo	343	278	269
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.515	6.019	4.503
Outros empréstimos a curto prazo	479	375	798
Dívida a longo prazo	1.835	1.490	2.612
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	813	781	680
Outros	243	152	233
Total de juros e encargos similares	17.433	13.196	14.494
Margem financeira (margem de juros)	17.445	15.583	12.459

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 83 milhões de euros, 146 milhões de euros e 133 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, respetivamente.

Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2011	2010	2009
Rendimentos de negociação:			
Vendas e Negociação (ações)	(1.293)	198	1.125
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	3.356	3.564	4.223
Total de Vendas e Negociação	2.063	3.762	5.348
Outros rendimentos de negociação	686	(104)	286
Total de rendimentos de negociação	2.749	3.658	5.634
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	(20)	35	(73)
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	(0)	.	(2)
Créditos e compromissos de crédito	(894)	(331)	3.929
Depósitos	(368)	(13)	(162)
Dívida a longo prazo ¹	1.772	83	(2.550)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(181)	(78)	333
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	309	(304)	1.475
Total de resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.058	3.354	7.109

¹ Inclui (20) milhões de euros, 39 milhões de euros e (176) milhões de euros decorrentes de estruturas de titularização nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, respetivamente. Os movimentos de justo valor em instrumentos relacionados de (108) milhões de euros, 163 milhões de euros e (49) milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, respetivamente, são reportados em Rendimentos de negociação. Ambos são reportados em Vendas e Negociação (dívida e outros produtos). O total destes ganhos e perdas representa a quota do Grupo nos prejuízos destas estruturas de titularização consolidadas.

Visão agregada

As áreas de gestão de risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os Juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas, fazem parte da margem financeira (margem de juros). As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre a margem financeira e os resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão de risco. Para uma apresentação mais centrada no segmento de negócio, o Grupo agrega a margem financeira e os resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão de grupo e por produto dentro da divisão Corporate & Investment Bank.

O quadro seguinte apresenta os dados agregados da margem financeira e dos resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão de grupo e, no caso da divisão Corporate & Investment Bank, por produto, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Margem financeira (margem de juros)	17.445	15.583	12.459
Resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.058	3.354	7.109
Total de margem financeira e resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor	20.503	18.937	19.568
Margem financeira e resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por Divisão de Grupo/Produto CIB:			
Vendas e Negociação (ações)	1.589	2.266	2.047
Vendas e Negociação (dívida e outros produtos)	7.826	9.339	9.818
Total de Vendas e Negociação	9.415	11.604	11.865
Produtos de crédito ¹	701	672	649
Serviços de transações	1.788	1.451	1.203
Restantes produtos ²	589	353	251
Total de Corporate & Investment Bank	12.493	14.081	13.969
Private Clients and Asset Management	7.914	4.609	4.157
Corporate Investments	137	(86)	793
Consolidação e Ajustamentos	(40)	333	649
Total de margem financeira e resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20.503	18.937	19.568

¹ Inclui o *spread* de juros líquidos de créditos e as variações de justo de valor de *swaps* de crédito (*credit default swaps*) e créditos designados ao justo valor através de resultados.

² Inclui a margem financeira e resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, assessoria e outros produtos.

7 – Rendimentos de serviços e comissões

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Rendimentos de serviços e comissões.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	14.409	13.652	11.377
Encargos com serviços e comissões	2.865	2.983	2.466
Resultado líquido de serviços e comissões	11.544	10.669	8.911

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	3.458	3.529	2.925
Comissões líquidas de serviços, de corretagem, margens de lucro (<i>mark-ups</i>) em tomadas firmes de títulos e outras atividades de títulos	3.665	3.873	3.449
Comissões líquidas por outros serviços de clientes ¹	4.421	3.267	2.537
Resultado líquido de serviços e comissões	11.544	10.669	8.911

O aumento entre 2010 e 2011 inclui comissões relativas a atividades não bancárias do Postbank.

8 – Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Ganhos (perdas) líquidos em títulos de dívida:	(223)	58	37
Ganhos (perdas) líquidos na alienação	285	74	119
Imparidades	(508) ¹	(16)	(82)
Ganhos (perdas) líquidos em títulos de capital:	289	120	(295)
Ganhos (perdas) líquidos na alienação/remensuração	383	164	443
Imparidades	(94)	(44)	(738)
Ganhos (perdas) líquidos em créditos:	17	18	(56)
Ganhos (perdas) líquidos na alienação	24	36	9
Imparidades	(7)	(18)	(81)
Reversão de imparidades	.	0	16
Ganhos (perdas) líquidos em outros interesses de capital:	39	5	(89)
Ganhos (perdas) líquidos na alienação	56	40	.
Imparidades	(17)	(35)	(89)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	123	201	(403)

¹ Inclui imparidades de (527) milhões de euros em obrigações do Estado grego, parcialmente compensadas por reversões de imparidades em títulos de dívida registados em períodos anteriores.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem as obrigações do Estado grego que foram substancialmente adquiridas pelo Deutsche Bank no âmbito da sua aquisição do Postbank em 3 de dezembro de 2010. Com base na evolução da situação no segundo trimestre de 2011, o Deutsche Bank determinou à data de 30 de junho de 2011 que existiam evidências objetivas de imparidade em todas as obrigações do Estado grego classificadas como disponíveis para venda. Àquela data todas as perdas não realizadas reportadas em Outro rendimento integral acumulado atribuíveis a essas obrigações foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Após 30 de junho de 2011, as perdas de justo valor atribuíveis às obrigações gregas em imparidade foram igualmente reconhecidas em resultados. Em resultado desta imparidade, o Deutsche Bank reconheceu em 2011 um prejuízo antes de impostos sobre o rendimento de 527 milhões de euros, o que teve um impacto negativo de 368 milhões de euros no Resultado líquido. À data de 31 de dezembro de 2011, o justo valor médio das obrigações gregas equivalia a cerca de 30% do nominal.

Ver também a Nota 16 "Ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório. A página 76 do presente relatório (não auditado) contém mais informações sobre ativos e passivos financeiros relacionados com determinados países europeus.

09 – Outros resultados

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Outros

em milhões de euros	2011	2010	2009
Outros resultados:			
Rendimento líquido de propriedades de investimento	33	(3)	(117)
Ganhos (perdas) líquidos na alienação de propriedades de investimento	14	5	(2)
Ganhos (perdas) líquidos na alienação de subsidiárias consolidadas	39	18	61
Ganhos (perdas) líquidos na alienação de créditos	(22)	(87)	2
Prémios de seguros ¹	214	252	129
Rendimento líquido de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	336	34	(237)
Investimentos consolidados ²	570	247	212
Outros resultados restantes ³	138	298	(231)
Total de outros resultados	1,322	764	(183)

¹ Líquidos de prémios de resseguros pagos. A evolução deve-se sobretudo à Abbey Life Assurance Company Limited. Inclui em 2010 o impacto de uma alteração na apresentação dos contratos de resseguros e seguros de longevidade. Esta alteração de apresentação resultou numa transferência de 102 milhões de euros de custos da rubrica Outros resultados para a rubrica Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros em 2011, e de 117 milhões de euros em 2010.

² O aumento em investimentos consolidados em 2011, comparativamente com 2010, deve-se essencialmente a The Cosmopolitan of Las Vegas, dado o início das suas operações em finais de 2010.

³ O aumento de 2009 para 2010 em Outros resultados restantes deve-se sobretudo à imparidade significativamente mais reduzida na propriedade The Cosmopolitan of Las Vegas em 2010 e a um ganho representativo de *goodwill* negativo relacionado com as atividades de banca comercial adquiridas ao ABN AMRO na Holanda.

10 – Gastos gerais e administrativos

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Gastos gerais e administrativos.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Gastos gerais e administrativos:			
Despesas de TI	2.194	2.274	1.759
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	2.072	1.679	1.457
Comissões por serviços de profissionais independentes	1.632	1.616	1.088
Comunicações e serviços de dados	849	785	672
Deslocações e despesas de representação	539	554	408
Serviços de pagamento, compensação e custódia	504	418	406
Despesas de marketing	410	335	278
Investimentos consolidados ¹	652	390	248
Outros gastos ²	3.805	2.082	2.086
Total de gastos gerais e administrativos	12.657	10.133	8.402

¹ O aumento em investimentos consolidados de 2010 para 2011 deve-se essencialmente a The Cosmopolitan of Las Vegas, dado o início das suas operações em finais de 2010.

² O aumento em Outros gastos de 2010 para 2011 deve-se essencialmente a encargos específicos na CB&S (655 milhões de euros em custos com litígios e um encargo específico de 310 milhões de euros relativo à imparidade de um reembolso de IVA alemão) e a contrapartida paga pela primeira vez de 247 milhões de euros por taxas bancárias da Alemanha e do Reino Unido.

11 – Resultados por Ação Ordinária

Os montantes dos resultados por ação ordinária básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação durante o ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações que serão adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

O quadro seguinte apresenta o cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultado atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em Resultados por ação básicos	4.132	2.310	4.973
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções			
Dívida convertível	(13)	3	2
Resultado atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em Resultados por ação diluídos	4.119	2.313	4.975
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em Resultados por ação básicos	928,0	753,3	689,4
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,0	0,0	0,1
Dívida convertível	1,5	2,1	0,7
Ações diferidas	27,8	35,4	26,4
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,1
Ações ordinárias potenciais diluidoras	29,3	37,5	27,3
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em Resultados por ação diluídos	957,3	790,8	716,7
em euros	2011	2010	2009
Resultados por ação básicos	4,45	3,07	7,21
Resultados por ação diluídos	4,30	2,92	6,94

Em 6 de outubro de 2010, o Deutsche Bank AG concluiu um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um prêmio. De acordo com a IAS 33, o prêmio é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Consequentemente, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado retrospectivamente para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, os seguintes instrumentos estavam em circulação mas não foram incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Número de ações em milhões	2011	2010	2009
Contratos de compra a prazo	-	-	-
Dívida convertível	0,2	-	-
Opções de venda vendidas	-	-	-
Opções de compra vendidas	-	-	-
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,3	0,4	0,3
Ações diferidas	-	-	-

Notas ao Balanço Consolidado

12 – Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	214.087	238.283
Outros ativos para negociação ¹	26.837	33.008
Total de ativos para negociação	240.924	271.291
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	859.582	657.780
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	117.284	108.912
Títulos obtidos por empréstimo	27.261	27.887
Créditos	24.220	23.254
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	11.528	11.873
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	180.293	171.926
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.280.799	1.100.997

¹ Inclui créditos negociados de 18.039 milhões de euros e de 23.080 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	60.005	65.183
Outros passivos para negociação	3.881	3.676
Total de passivos para negociação	63.886	68.859
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	838.817	647.195
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	93.606	107.999
Compromissos de crédito	1.192	572
Dívida a longo prazo	13.889	15.280
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	9.631	6.303
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	118.318	130.154
Passivos por contratos de investimento ¹	7.426	7.898
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.028.447	854.106

¹ São contratos de investimento cujos termos e condições de apólice proporcionam um valor de reembolso igual ao justo valor. A Nota 40 "Contratos de seguro e de investimento" contém mais informações sobre estes contratos.

Créditos e compromissos de crédito designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 169 mil milhões de euros e de 160 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe em compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados, sendo predominantemente risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito em títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados pela opção de justo valor é mitigado através da obtenção de uma garantia (colateral). A valorização destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

O quadro seguinte apresenta as variações de justo valor atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte em créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício. Foram utilizados modelos de valorização que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.

em milhões de euros	31.12.2011		31.12.2010	
	Créditos ¹	Compromissos de crédito	Créditos ¹	Compromissos de crédito
Justo valor de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	24.220	1.192 ²	23.254	572 ²
Variações do justo valor de créditos e compromissos de crédito devido ao risco de crédito				
Variação cumulativa do justo valor ³	(84)	(236)	3	387 ⁴
Variação anual do justo valor em 2011/2010	(88)	(611)	–	349 ⁴
Valor nominal de créditos e compromissos de crédito cobertos por derivativos de crédito	5.477	46.185	6.024	50.667
Valor nominal de derivativos de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	4.055	37.289	3.799	34.223
Variações do justo valor de derivativos de crédito especificamente utilizados para mitigar risco de crédito				
Variação cumulativa do justo valor ³	55	425	(9)	(151)
Variação anual do justo valor em 2011/2010	62	576	(27)	(230)

¹ Quando os créditos estão sobre-colateralizados não existe qualquer movimento significativo na valorização durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.

² Representa um passivo financeiro.

³ As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

⁴ Montantes do ano anterior foram corrigidos.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. O quadro seguinte apresenta as variações de justo valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados em emissão à data de fim do exercício, atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo. As variações de justo valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, emitidos por EPE consolidadas, foram excluídas porque não se referem ao risco de crédito do Grupo mas ao das EPE legalmente autónomas, o qual depende da garantia detida.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Variação cumulativa do justo valor	197	76
Variação anual do justo valor em 2011/2010	141	43

Relativamente a todos os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, o montante que o Grupo seria contratualmente obrigado a pagar na maturidade, ou na utilização dos fundos no caso de um compromisso de crédito, era 45.600 milhões de euros e 50.700 milhões de euros acima do valor escriturado, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente. O montante que teria contratualmente de pagar na maturidade presume que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

A maior parte da diferença entre o justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e os fluxos de caixa contratuais que ocorrerão na maturidade é atribuível a compromissos de crédito não utilizados em que o fluxo de caixa na maturidade presume a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito. A diferença entre o justo valor e o montante contratual a reembolsar na maturidade excluindo o montante de compromissos de crédito não utilizados designados ao justo valor através de resultados era de 600 milhões de euros e de 600 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente.

13 – Emendas à IAS 39 e à IFRS 7 "Reclassificação de ativos financeiros"

De acordo com as emendas à IAS 39 e à IFRS 7, emitidas em outubro de 2008, alguns ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda para a categoria de créditos. Desde o primeiro trimestre de 2009 não foram efetuadas reclassificações.

O Grupo identificou ativos, elegíveis de acordo com as emendas, para os quais à data de reclassificação existia uma mudança clara de intenção e capacidade de detenção num futuro previsível, diferente da saída ou da negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas ao justo valor dos ativos à data de reclassificação.

O quadro seguinte apresenta os valores escriturados, as perdas de justo valor não realizadas em Outro rendimento integral acumulado, os intervalos de taxas de juro efetivas com base em taxas médias ponderadas por negócio e fluxos de caixa recuperáveis esperados, estimados à data de reclassificação.

em milhares de milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos
Valor escriturado à data de reclassificação	26,6	11,4
Perdas de justo valor não realizadas em Outro rendimento integral acumulado	-	(1,1)
Taxas de juro efetivas à data de reclassificação:		
intervalo superior	13,1 %	9,9 %
intervalo inferior	2,8 %	3,9 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados à data de reclassificação	39,6	17,6

O Quadro seguinte apresenta os valores escriturados e os justos valores por tipo de ativo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 relativamente aos ativos reclassificados em 2008 e 2009.

em milhões de euros	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor escriturado	Justo valor	Valor escriturado	Justo valor
Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:				
Ativos titularizados ¹	6.733	5.501	8.438	7.035
Títulos de dívida	859	823	1.016	923
Créditos	7.754	7.117	8.544	7.945
Total de ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	15.346	13.441	17.998	15.903
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:				
Ativos titularizados ¹	6.220	5.359	7.378	6.521
Créditos	1.337	1.427	1.306	1.284
Total de ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos	7.557	6.786	8.684	7.805
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	22.903	20.227	26.682	23.708

¹ Ativos titularizados compostos por títulos hipotecários e títulos garantidos por ativos

As vendas de ativos reclassificados são sujeitas individualmente a um processo de governação e aprovação para determinar se a venda é a melhor escolha tendo em conta a rentabilidade global, a posição de capital e a conformidade regulamentar do Grupo. Durante o ano de 2011, o Grupo vendeu ativos reclassificados com um valor escriturado de 1.100 milhões de euros. Das vendas realizadas em 2011, todos os ativos tinham sido anteriormente reclassificados para negociação, incluindo 600 milhões de euros em títulos garantidos por ativos (ABS). Estas vendas originaram ganhos líquidos de 34 milhões de euros. O supramencionado processo de governação e aprovação determinou que a venda dos ativos se deveu a circunstâncias que não eram previsíveis no momento da reclassificação, nomeadamente alterações às normas de capital que conduziram a requisitos de capital significativamente mais exigentes para o Grupo no seu todo.

Além das vendas, a diminuição do valor escriturado dos ativos reclassificados anteriormente classificados para negociação inclui 622 milhões de euros atribuíveis à reestruturação de títulos garantidos por créditos hipotecários (MBS) e 587 milhões de euros atribuíveis ao vencimento de créditos. A diminuição inclui também 1.200 milhões de euros em reembolsos e vencimentos de títulos garantidos por ativos (ABS) anteriormente classificados como disponíveis para venda. As provisões para perdas de crédito durante o período foram sobretudo relativas a créditos anteriormente classificados para negociação nas áreas de imobiliário comercial e crédito alavancado.

O quadro seguinte apresenta os ganhos (perdas) de justo valor não realizados que teriam sido reconhecidos em resultados e os ganhos (perdas) líquidos que teriam sido reconhecidos em Outro rendimento integral, se as reclassificações não tivessem sido feitas.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Ganhos (perdas) de justo valor não realizados em ativos para negociação reclassificados, antes de provisões para perdas de crédito	(11)	120	(884)
Perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados com imparidade	(16)	(7)	(9)
Ganhos (perdas) líquidos reconhecidos em Outro rendimento integral representativos de ganhos (perdas) de justo valor não realizados adicionais em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados que não estavam em imparidade	133	251	1.147

Após a reclassificação, a contribuição antes de impostos de todos os ativos reclassificados para a demonstração de resultados é como se segue:

em milhões de euros	2011	2010	2009
Juros e rendimentos similares	691 ¹	1,154	1,368
Provisão para perdas de crédito	(186)	(278)	(1,047)
Outros resultados ²	34	1	.
Resultados antes de impostos sobre o rendimento em ativos para negociação reclassificados	539	877	321
Juros e rendimentos similares	153	146	227
Provisão para perdas de crédito	(1)	.	(205)
Outros resultados ²	.	(1)	.
Resultados antes de impostos sobre o rendimento em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados	152	145	22

¹ A diminuição significativa em Juros e rendimentos similares em 2011 deve-se sobretudo à reestruturação de créditos ao Grupo Actavis efetuados em 2010 e que já não fazem parte dos ativos reclassificados.

² Diz respeito predominantemente a ganhos e perdas na venda de ativos reclassificados

Antes da reclassificação, os ativos reclassificados em 2009 contribuíram com perdas de justo valor de 252 milhões de euros para a demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e com perdas de justo valor de 48 milhões de euros para a demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Antes da reclassificação, os ativos reclassificados da categoria de negociação em 2008 contribuíram com perdas de justo valor de 1.800 milhões de euros para a demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Os ativos reclassificados da categoria de disponíveis para venda durante 2008 contribuíram, antes da reclassificação, com perdas por imparidade de 174 milhões de euros para a demonstração de resultados e perdas não realizadas adicionais de 736 milhões de euros para a demonstração consolidada de rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Métodos e controlo da valorização

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da valorização que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de valorização.

Preços cotados em mercados ativos: O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de valorização: O Grupo utiliza técnicas de valorização para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de valorização utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (*proxy*), cotações de transações menos recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros, é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de valorização para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

É frequente os modelos de valorização requererem a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a valorizar e as condições de mercado correntes.

Ajustamentos de valorização: Os ajustamentos de valorização fazem parte integrante do processo de valorização. Ao efetuar os ajustamentos de valorização apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), liquidez e risco de crédito da contraparte. Os ajustamentos de valorização com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a valorização de cotações intermédias de mercado à valorização de compra ou venda apropriada. A valorização pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de valorização *bid/offer* são determinados por preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações de outros corretores/intermediários financeiros ou outras contrapartes informadas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de valorização. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*mid-market*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e os ajustamentos de valorização servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a cada um dos parâmetros introduzidos. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações de outros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de valorização complexos, ou estejam a ser valorizadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de valorização associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos de valorização do crédito da contraparte são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de valorização não inclua já um fator de perda de crédito esperada. Por exemplo, é necessário um ajustamento de valorização para cobrir perdas de crédito esperadas em derivados do mercado de balcão (OTC) que normalmente não estão refletidas em cotações intermédias do mercado ou preços *bid/offer*. O montante do ajustamento é determinado à data de cada exercício avaliando a potencial exposição de crédito a todas as contrapartes, tendo em conta garantias (colaterais) detidas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default-LGD*) e o risco de crédito de cada contraparte com base em evidências do mercado, que podem incluir níveis de incumprimento implícitos de dados históricos, análise fundamental de informação financeira e *spreads* de *swaps* de crédito (*Credit Default Swaps - CDS*).

Do mesmo modo, ao definir o justo valor de responsabilidades com derivativos, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia nos derivativos avaliando a potencial exposição futura das contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) detidas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agréments*), a perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default-LGD*) e o risco de crédito do Grupo com base em níveis históricos de incumprimento de entidades com a mesma qualidade creditícia.

Sempre que existir incerteza nos pressupostos utilizados no âmbito de uma técnica de modelo, são efetuados ajustamentos adicionais para regular o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prêmio de risco associado à transação. Quando um instrumento financeiro faz parte de um grupo de transações de risco geridas no âmbito de uma carteira, e a operação só por si tem uma tal complexidade que o custo de a encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Validação e controlo: O Grupo dispõe de um grupo independente especialista em valorização, integrado no departamento Financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da valorização e gere os processos de controlo da valorização. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo de controlo da valorização nas áreas de derivativos complexos, assim como o desenvolvimento continuado das metodologias de controlo da valorização e do quadro da política de valorização. Os resultados do processo de controlo da valorização são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações das diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas tanto no departamento Financeiro como para membros de direção seniores para análise, deliberação e, se necessário, ajustamento.

No caso de instrumentos em que o justo valor é determinado por modelos de valorização, os pressupostos e as técnicas utilizados nos modelos são objeto de uma validação independente por um grupo independente especialista em validação de modelos, integrado no departamento de Gestão de Risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da valorização. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as valorizações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de valorização são verificados junto de fontes independentes. Sempre que não possam ser verificados junto de fontes independentes, por falta de dados observáveis, a estimativa do justo valor é sujeita a procedimentos de avaliação da sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de reavaliações utilizando modelos gerados de forma independente (nomeadamente quando os modelos existentes são recalibrados de forma independente), a apreciação das valorizações face a instrumentos representativos adequados e outros parâmetros de referência (*benchmarks*) e a execução de técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de valorização produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de valorização por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Juízos de valor da Administração: Para produzir estimativas do justo valor, a Administração tem de exercer juízos de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da Administração são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de valorização e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em valorização e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela Administração para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na valorização de instrumentos através de modelos de valorização padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da Administração são mais significativos na valorização de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos não são observáveis. A Administração tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação adequados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Além disso, quando não existem dados de mercado disponíveis, os parâmetros introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados passados, análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes, fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a valorizar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de valorização indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a Administração tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que melhor representa o justo valor. Mais, alguns ajustamentos de valorização podem exigir o exercício de juízos de valor da parte da Administração para se determinar o justo valor.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos valorizados utilizando preços cotados em mercados ativos: São instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser valorizado no inventário do Grupo.

Estes instrumentos incluem: títulos do tesouro com grande liquidez e produtos derivados, de ações e tesouraria transacionados em bolsas com elevada liquidez.

Nível 2 – Instrumentos valorizados através de técnicas de valorização que utilizam dados de mercado observáveis: São instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes transacionados em mercados ativos, ou em que se utiliza uma técnica para determinar a valorização e todos os dados introduzidos nessa técnica são observáveis.

Estes instrumentos incluem: muitos derivados do mercado de balcão (OTC); muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de crédito (CDS); muitos títulos garantidos por obrigações de dívida (CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos valorizados através de técnicas de valorização que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis: São instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes instrumentos incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monolinha; colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais; créditos ilíquidos e algumas obrigações municipais.

O quadro seguinte apresenta o valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor, classificados nos três níveis da hierarquia de justo valor. Os montantes deste quadro são, de um modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 01 "Principais políticas contabilísticas".

em milhões de euros	31.12.2011			31.12.2010		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis técnica de valorização (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis técnica de valorização (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis técnica de valorização (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis técnica de valorização (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Títulos para negociação	99.487	103.327	11.272	96.828	126.594	14.861
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	15.947	822.009	21.626	14.976	624.961	17.843
Outros ativos detidos para negociação	847	20.773	5.218	692	26.249	6.067
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6.907	168.224	5.162	7.674	160.966	3.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.960	37.026	4.295	17.186	32.481 ¹	4.599 ¹
Outros ativos financeiros ao justo valor ²	-	7.511 ²	- ³	-	8.504 ²	- ^{1,3}
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	127.148	1.158.870	47.573	137.356	979.755	46.656
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Títulos para negociação	35.033	24.625	347	43.967	20.966	251
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	12.815	814.696	11.306	12.379	623.900	10.916
Outros passivos para negociação	22	3.845	14	1	3.669	5
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	116	116.198	2.004	348	127.736	2.070
Passivos por contratos de investimento ⁴	-	7.426	-	-	7.898	-
Outros passivos financeiros ao justo valor ²	-	4.159 ²	(250) ³	-	6.526 ²	(239) ³
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	47.986	970.949	13.421	56.695	790.695	13.003

¹ Os montantes de anos anteriores foram ajustados para se classificar corretamente (623) milhões de euros de derivados embutidos relacionados com ativos financeiros disponíveis para venda de nível 3. Este montante devia ter sido registado na rubrica de disponíveis para venda, em vez de Outros ativos financeiros ao justo valor.

² Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

³ Refere-se a derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de base (*host*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de base (*host*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

⁴ São contratos de investimento cujos termos e condições de apólice proporcionam um valor de reembolso igual ao justo valor. A Nota 40 "Contratos de seguro e de investimento" contém mais informações sobre estes contratos.

Não se verificaram transferências significativas de instrumentos entre o nível 1 e o nível 2 da hierarquia de justo valor.

Técnicas de valorização

Segue-se uma explicação das técnicas de valorização utilizadas na determinação do justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo transaciona.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital: Em face da inexistência de transações recentes, o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado a alterações de risco e informações desde aquela data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos (ABS) Estes instrumentos englobam títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, bem como outros títulos garantidos por ativos (ABS), incluindo CDO (títulos garantidos por obrigações de dívida). Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os ABS são valorizados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de valorização padronizados do setor que integram os dados observáveis disponíveis. Os modelos externos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juros para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread*, *yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado (*research*) externos e índices do mercado, consoante o caso.

Créditos: No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de valorização de fluxos de caixa descontados, com *spreads* de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão (OTC) As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em moedas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são valorizadas através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicos de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de valorização ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Sempre que não estejam disponíveis dados ou preços observáveis, a Administração exerce juízos de valor para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados passados, análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor: O justo valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor, integra todos os riscos de mercado incluindo uma medida do risco de crédito do Grupo relevante para aquele passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são valorizados consistentemente de acordo com instrumentos semelhantes detidos como ativos, por exemplo, derivados embutidos em obrigações estruturadas são valorizados utilizando a metodologia abordada na secção *supra* "Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão (OTC)".

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor, são colateralizados, como é o caso de títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, o fator de melhoria do crédito é incorporado no cálculo do justo valor do passivo.

Passivos por contratos de investimento: Os ativos ligados a passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de valorização que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros classificados no nível 3, seguindo-se a análise e explicação dos instrumentos financeiros assim classificados. Alguns dos instrumentos do nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições compensatórias idênticas ou semelhantes a um dado inobservável. No entanto, de acordo com as IFRS, têm de ser apresentados no quadro seguinte como ativos e passivos pelos valores brutos.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos detidos para negociação:		
Obrigações soberanas e quase soberanas	1.045	576
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	3.724	6.302
Títulos de dívida de empresas e outras obrigações de dívida	5.979	7.406
Títulos de capital	524	577
Total de títulos detidos para negociação	11.272	14.861
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	21.626	17.843
Outros ativos detidos para negociação	5.218	6.067
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Créditos	4.496	2.740
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	666	546
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	5.162	3.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.295	4.599 ¹
Outros ativos financeiros ao justo valor	-	- ¹
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	47.573	46.656
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	347	251
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	11.306	10.916
Outros passivos para negociação	14	5
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Compromissos de crédito	1.194	572
Dívida a longo prazo	801	1.481
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	9	17
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.004	2.070
Outros passivos financeiros ao justo valor	(250)	(239)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	13.421	13.003

¹ Os montantes de anos anteriores foram ajustados para se classificar corretamente (623) milhões de euros de derivados embutidos relacionados com ativos financeiros disponíveis para venda de nível 3. Este montante devia ter sido registado na rubrica de disponíveis para venda, em vez de Outros ativos financeiros ao justo valor.

Títulos detidos para negociação: Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, títulos garantidos por obrigações de dívida e outros títulos garantidos por ativos. O decréscimo do saldo durante o período deve-se, sobretudo, a transferências de ativos do nível 3 para o nível 2, dado o maior grau de observabilidade dos parâmetros introduzidos para a valorização destes instrumentos.

Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos ou negativos: Os derivados classificados neste nível da hierarquia de justo valor são valorizados com base em um ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, *spreads* de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Neste nível da hierarquia estão incluídos os seguintes derivados: derivados CDO personalizados em que o conjunto subjacente de referência de ativos de empresas não é estreitamente comparável com índices transacionados regularmente no mercado; alguns derivados de crédito sobre índices em tranches, algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multividuais; e certos *swaps* de crédito (*credit default swaps*) para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

Durante o período, o valor de mercado dos derivados aumentou. Este aumento deveu-se a ganhos ajustados ao mercado (*mark-to-market*) nos instrumentos e à transferência de ativos derivados do nível 2 para o nível 3 da hierarquia devido à inobservabilidade dos parâmetros introduzidos para a valorização desses instrumentos.

Outros instrumentos detidos para negociação: Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados valorizados através de modelos de valorização baseados em um ou vários parâmetros inobserváveis significativos. O saldo de créditos reportado neste nível da hierarquia de justo valor inclui créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. A redução do saldo neste exercício deveu-se sobretudo ao impacto líquido de compras e vendas de ativos do nível 3 transversais a várias áreas de negócio.

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados: Alguns créditos de empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os créditos de empresas são valorizados através de técnicas de valorização que integram *spreads* de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros de utilização de crédito inobserváveis. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia, porque o parâmetro de utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são valorizadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. O aumento do saldo durante o exercício deveu-se principalmente à emissão de novos créditos.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os instrumentos de capital não cotados são reportados neste nível da hierarquia de justo valor sempre que não exista um instrumento representativo (*proxy*) próximo e o mercado seja muito ilíquido.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no nível 3

O quadro seguinte apresenta uma conciliação de instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor. Alguns dos instrumentos do nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições compensatórias idênticas ou semelhantes a um dado inobservável, mas, ainda assim, têm de ser apresentados como ativos e passivos pelos valores brutos no quadro seguinte. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os ganhos ou perdas nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os ganhos e as perdas apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

No quadro seguinte, as transferências de entrada e de saída do nível 3 durante o exercício são registadas ao respetivo justo valor no início do ano. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do ano. Do mesmo modo, no caso de instrumentos transferidos a partir do nível 3, o quadro não apresenta quaisquer ganhos ou perdas nem fluxos de caixa nos instrumentos durante o ano, uma vez que segundo o quadro é como se tivessem sido transferidos no início do ano.

31.12.2011	Saldo, início do ano	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total ganhos/ perdas ¹	Compras	Vendas	Emissões	Liqui- dações ⁶	Transferên- cias para Nível 3	Transferên- cias do Nível 3	Saldo fim do ano
em milhões de euros.										
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	14.861	-	(280)	3.716	(3.533)	-	(1.405)	2.298	(4.385)	11.272
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	17.843	-	3.620	-	-	-	(1.225)	4.207	(2.819)	21.626
Outros ativos detidos para negociação	6.067	-	191	1.998	(3.256)	712	(341)	382	(535)	5.218
Ativos financeiros designados ao justo valor através de perdas	3.286	-	(104)	174	(232)	2.532	(1.541)	1.076	(29)	5.162
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.599	-	385 ²	1.328	(1.226)	-	(991)	814	(614)	4.295
Outros ativos financeiros ao justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	46.656	-	3.812^{3,4}	7.216	(8.247)	3.244	(5.503)	8.777	(8.382)	47.573
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos detidos para negociação	251	-	(12)	-	-	-	121	1	(14)	347
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	10.916	-	1.702	-	-	-	(1.428)	3.546	(3.430)	11.306
Outros passivos detidos para negociação	5	-	9	-	-	-	-	-	-	14
Passivos financeiros designados ao justo valor através de perdas	2.070	-	622	-	-	209	(422)	59	(534)	2.004
Outros passivos financeiros ao justo valor	(239)	-	(95)	-	-	-	(76)	2	158	(250)
Total de passivos financeiro detidos ao justo valor	13.003	-	2.226^{3,4}	-	-	209	(1.805)	3.608	(3.820)	13.421

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda e alterações de taxas de câmbio reportados em Outro rendimento integral, após impostos.

² Os ganhos e perdas totais em disponíveis para venda incluem uma perda de 76 milhões de euros reconhecida em Outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 213 milhões de euros reconhecido na demonstração de resultados, apresentado em resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.

³ Este montante inclui o efeito das alterações de taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, é um efeito positivo de 266 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, é um efeito negativo de 57 milhões de euros. Refere-se predominantemente a derivados. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em Outro rendimento integral, após impostos.

⁴ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

⁵ Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

⁶ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

31.12.2010	Saldo, início do ano	Alterações no grupo de sociedades consolidadas ¹	Total ganhos/perdas ²	Compras	Vendas	Emissões ⁶	Liquidações ⁷	Transferências para o Nível 3	Transferências do Nível 3	Saldo, fim do ano
em milhões de euros										
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	15.609	6	1.437	5.479	(6.292)		(1.412)	4.299	(4.265)	14.861
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	25.211	74	589	32	(71)		(2.997)	1.111	(6.106)	17.843
Outros ativos detidos para negociação	10.782		(1)	1.439	(1.427)	173	(1.511)	424	(3.812)	6.067
Ativos financeiros designados ao justo valor através de perdas	3.410		(97)	294	(23)	1.627	(1.909)	54	(70)	3.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.167	717 ⁸	151 ³	1.648	(491)		(351)	881	(1.123)	4.599 ⁸
Outros ativos financeiros ao justo valor	41	⁸					(41)			⁸
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	58.220	797	2.079^{4,5}	8.892	(8.304)	1.800	(8.221)	6.769	(15.376)	46.656
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos detidos para negociação	431		119				(182)	3	(120)	251
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	15.591	11	2.092				(1.952)	1.531	(6.357)	10.916
Outros passivos detidos para negociação	283	17	(271)						(24)	5
Passivos financeiros designados ao justo valor através de perdas	2.621		258			448	(977)	180	(460)	2.070
Outros passivos financeiros ao justo valor	(757)		40				32	446		(239)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	18.169	28	2.238^{4,5}	-	-	448	(3.079)	2.160	(6.961)	13.003

¹ Os montantes registados nas alterações do grupo de sociedades consolidadas referem-se predominantemente à consolidação do Postbank em 3 de dezembro de 2010.

² Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda e alterações de taxas de câmbio reportados em Outro rendimento integral, após impostos.

³ Os ganhos e perdas totais em disponíveis para venda incluem um ganho de 21 milhões de euros reconhecido em Outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 38 milhões de euros reconhecido na demonstração de resultados, apresentado em resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.

⁴ Este montante inclui o efeito das alterações de taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, é um efeito positivo de 1.300 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, é um efeito negativo de 184 milhões de euros. Refere-se predominantemente a derivados. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em Outro rendimento integral, após impostos.

⁵ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

⁶ Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

⁷ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁸ Os montantes de anos anteriores foram ajustados para se classificar corretamente (623) milhões de euros de derivados embutidos relacionados com ativos financeiros disponíveis para venda de nível 3. Este montante devia ter sido registado na rubrica de disponíveis para venda, em vez de Outros ativos financeiros ao justo valor.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. Ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da valorização do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2011, poderia ter aumentado o justo valor em 3.500 milhões de euros ou diminuído o justo valor em 4.200 milhões de euros. À data de 31 de dezembro de 2010, poderia ter aumentado o justo valor em 3.600 milhões de euros ou diminuído em 3.900 milhões de euros. Ao estimar estes impactos, o Grupo revalorizou certos instrumentos financeiros utilizando parâmetros com valores alternativos razoavelmente possíveis, ou utilizou uma abordagem baseada na metodologia de ajustamento de valorização para ajustamentos de valores baseados no *bid/offer spread*. Os ajustamentos de valorização baseados no *bid/offer spread* refletem o montante que tem de ser pago para encerrar uma posição num instrumento ou risco de componente e, como tal, refletem fatores como a iliquidez e a incerteza do mercado.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja valorização depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para valorizar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Noutros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de valorização ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

O quadro seguinte apresenta a decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento. Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

em milhões de euros	31.12.2011		31.12.2010	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Derivados:				
Crédito	1.971	2.957	2.065	2.724
Ações	238	137	185	103
Relacionados com juros	94	114	143	157
Híbridos	415	293	321	121
Outros	189	170	117	69
Títulos:				
Títulos de dívida	217	217	303	282
Títulos de capital	9	9	91	60
Garantidos por créditos hipotecários e por	5	5	77	59
Créditos:				
Créditos alavancados	.	.	3	3
Créditos comerciais	.	.	51	9
Créditos transacionados	343	342	278	287
Total	3.481	4.244	3.634	3.874

Total de ganhos ou perdas nos instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data do exercício

Os ganhos e perdas totais não são apurados somente com base em parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a valorização de instrumentos deste nível da hierarquia são observáveis e os ganhos ou perdas devem-se, em parte, a movimentos registados nestes parâmetros observáveis durante o exercício. Muitas posições neste nível da hierarquia estão economicamente cobertas por instrumentos classificados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os ganhos e perdas da compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos no quadro seguinte, que apenas apresenta os ganhos e perdas relativos a instrumentos classificados no nível 3 detidos à data do exercício.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	113	943
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	4.627	2.755
Outros ativos detidos para negociação	238	150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	12	(61)
Ativos financeiros disponíveis para venda	334	(30)
Outros ativos financeiros ao justo valor	.	(31)
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	5.324	3.726
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(3)	(109)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(2.775)	(75)
Outros passivos para negociação	14	(4)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(765)	(194)
Outros passivos financeiros ao justo valor	106	29
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(3.423)	(353)
Total	1.901	3.373

Reconhecimento de lucros à data da operação

De acordo com a política contábilística do Grupo, descrita na Nota 01 "Principais políticas contábilísticas" se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de valorização, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data de operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo refere-se predominantemente a instrumentos derivados.

em milhões de euros	2011	2010
Saldo, início do ano	622	822
Novas operações durante o período	418	268
Amortização	(235)	(243)
Operações vencidas	(142)	(135)
Transição subsequente para observabilidade	(28)	(117)
Alterações das taxas de câmbio	10	27
Saldo, fim do ano	645	622

15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de valorização utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço são compatíveis com as descritas na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tal como se descreve na Nota 13 "Emendas à IAS 39 e à IFRS 7 'Reclassificação de ativos financeiros'", o Grupo reclassificou certos ativos elegíveis das categorias de negociação e disponíveis para venda para créditos. O Grupo continua a aplicar as técnicas de valorização relevantes estabelecidas na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" aos ativos reclassificados.

Outro instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, como os instrumentos geralmente não são transacionados, a determinação destes justos valores requer o exercício de juízos de valor significativos por parte da Administração.

As técnicas de valorização aplicadas pelo Grupo são as seguintes:

Instrumentos financeiros de curto prazo: O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor no caso dos seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativo	Passivo
Caixa e disponibilidades em bancos	Depósitos
Depósitos remunerados em bancos	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos	Outros passivos

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e riscos de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Créditos: O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS (*credit default swap*), quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de créditos homogêneos (p. ex. créditos hipotecários para habitação alemães), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation - CLO*), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo: O justo valor é apurado através de técnicas de valorização que descontam fluxos de caixa futuros utilizando a taxa de desconto ajustada ao risco de crédito apropriada. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a ponderação do colateral recebido ou dado em garantia na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos preferenciais emitidos por trusts: O justo valor é determinado a partir de preços de mercado cotados, quando disponíveis. Sempre que os preços de mercado não estejam disponíveis, o justo valor é estimado utilizando uma técnica de valorização que desconta os fluxos de caixa contratuais remanescentes a uma taxa a que um instrumento com características semelhantes poderia ser emitido à data de balanço.

O quadro seguinte apresenta o justo valor estimado dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço.

em milhões de euros	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor escriturado	Justo valor	Valor escriturado	Justo valor
Ativos financeiros:				
Caixa e disponibilidades em bancos	15.928	15.928	17.157	17.157
Depósitos remunerados em bancos	162.000	161.905	92.377	92.378
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	25.773	25.767	20.365	20.310
Títulos obtidos por empréstimo	31.337	31.337	28.916	28.916
Créditos	412.514	408.295	407.729	401.813
Outros ativos ¹	134.699	134.660	116.589	116.565
Passivos financeiros:				
Depósitos	601.730	602.585	533.984	534.442
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	35.311	35.311	27.922	27.954
Títulos cedidos por empréstimo	8.089	8.089	3.276	3.276
Outros empréstimos a curto prazo	65.356	65.348	64.990	64.912
Outros passivos ¹	154.647	154.647	135.389	135.386
Dívida a longo prazo	163.416	158.245	169.660	168.211
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	12.344	9.986	12.250	11.462

¹ Só inclui ativos financeiros ou passivos financeiros.

Os montantes deste quadro são, de um modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 01 "Principais políticas contabilísticas".

Créditos: A diferença entre o justo valor e o valor escriturado não reflete os benefícios económicos e os custos que o Grupo espera receber destes instrumentos. A diferença decorre predominantemente do aumento nas taxas de incumprimento esperadas e redução da liquidez inferida dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos preferenciais emitidos por trusts: A diferença entre o justo valor e o valor escriturado deve-se ao efeito de alterações das taxas a que o Grupo poderia emitir dívida com maturidade e subordinação semelhantes à data do balanço, em comparação com o momento em que o instrumento foi emitido.

16 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda:

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Títulos de dívida:		
Governo alemão	5.207	4.053
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	1.015	1.633
Governos locais (municipais) dos EUA	605	563
Outros governos estrangeiros	10.919	17.688
Empresas	18.856	19.901
Outros títulos garantidos por ativos	1.273	1.780
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	731	154
Outros títulos de dívida	775	442
Total de títulos de dívida	39.381	46.214
Títulos de capital:		
Ações de capital	1.632	3.296
Certificados de investimento e fundos de investimento	236	132
Total de títulos de capital	1.868	3.428
Outros interesses de capital	1.116	2.251
Créditos	2.916	2.373
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	45.281	54.266

O decréscimo em títulos de dívida disponíveis para venda em 2011 deveu-se sobretudo ao vencimento e alienação de títulos, em parte compensado por aumentos decorrentes da alteração de classificação de ativos relacionados com o grupo para alienação BHF-BANK, classificado como detido para venda até abril de 2011. O declínio em títulos de capital disponíveis para venda deveu-se principalmente à aplicação do método de equivalência patrimonial à contabilização da participação do Grupo no Hua Xia Bank a partir de fevereiro de 2011.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram as obrigações do Estado grego com um justo valor de 211 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e 1.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Todas estas obrigações foram adquiridas pelo Deutsche Bank no âmbito da aquisição do Postbank em 3 de dezembro de 2010. O Grupo classificou as obrigações do Estado grego no nível 2 da hierarquia de justo valor segundo as IFRS. Os justos valores em 31 de dezembro de 2011 foram determinados a partir de dados do mercado obtidos junto de fontes de preços independentes.

Ver também a Nota 08 "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório. A página 76 do presente relatório (não auditado) contém mais informações sobre ativos e passivos financeiros relacionados com determinados países europeus.

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2011, as entidades investidas significativas, representando 75 % do valor escriturado de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eram as seguintes:

Investimento ¹	% da participação
Actavis Equity S.à r.l., Munsbach ²	0,00 %
BrisConnections Investment Trust, Kedron	35,59 %
Huamao Property Holdings Ltd., George Town ³	0,00 %
Hua Xia Bank Company Limited, Pequim ³	19,99 %
Rongde Asset Management Company Limited, Pequim	40,70 %
Station Holdco LLC, Wilmington	25,00 %

¹ Todos os investimentos pelo método de equivalência patrimonial significativos são investimentos em associadas.

² Contabilização pelo método de equivalência patrimonial baseada em acordos de financiamento subordinados.

³ O Grupo exerce influência significativa sobre a entidade investida através de lugares no conselho de administração ou outras medidas.

Segue-se uma síntese da informação financeira agregada das entidades investidas significativas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Total do ativo	147.793	131.002
Total do passivo	137.862	128.745
Proveitos	5.478	4.988
Resultado líquido	696	(709)

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Resultados de investimentos pelo método de equivalência patrimonial:			
Quota proporcional no resultado líquido das investidas	222	457	189
Ganhos (perdas) líquidos na alienação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial	29	14	21
Imparidades	(515)	(2.475)	(151)
Total de resultados de investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(264)	(2.004)	59

O exercício de 2011 incluiu uma imparidade de 457 milhões de euros relativa ao Grupo Actavis, um grupo farmacêutico de produtos genéricos.

Em 2010 foi incluído um encargo de cerca de 2.300 milhões de euros atribuível ao investimento pelo método de equivalência patrimonial no Deutsche Postbank AG antes da consolidação. Em 3 de dezembro de 2010, o Deutsche Bank adquiriu uma participação maioritária de controlo em ações Postbank e iniciou a consolidação do Grupo Postbank a contar dessa data. Consequentemente, o Grupo deixou de contabilizar o investimento no Postbank pelo método de equivalência patrimonial. A Nota 04 "Aquisições e alienação" contém mais informações.

Não existiu qualquer quota-parte não reconhecida em perdas de entidades investidas, nem no exercício nem cumulativamente.

Os investimentos pelo método de equivalência patrimonial com cotações de preços publicadas apresentaram um valor escriturado de 2.200 milhões de euros e um justo valor de 2.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e um valor escriturado de 280 milhões de euros e um justo valor de 561 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Em 2011 o Hua Xia Bank foi incluído pela primeira vez.

As entidades investidas não têm passivos contingentes significativos a que o Grupo esteja exposto.

Em 2011 e 2010, nenhuma das entidades investidas do Grupo esteve sujeita a restrições significativas à transferência de fundos sob a forma de dividendos em numerário ou reembolso de créditos e adiantamentos.

Hua Xia Bank. Em 6 de maio de 2010, o Deutsche Bank anunciou que tinha assinado um acordo vinculativo para a subscrição de ações recentemente emitidas no Hua Xia Bank Co. Ltd. ("Hua Xia Bank") por um valor total de subscrição de 5.600 milhões de yuan renminbi (587 milhões de euros). A subscrição do Deutsche Bank fez parte de uma colocação privada de ações do Hua Xia Bank dirigida aos seus três maiores acionistas com um valor global de emissão de 20.800 milhões de yuan renminbi (2.200 milhões de euros). Com a liquidação final da transação, que se tornou efetiva com o registo das novas ações em 26 de abril de 2011, este investimento aumentou a participação acionista do Deutsche Bank no Hua Xia Bank de 17,12 % para 19,99 % do capital emitido.

A aquisição das ações recém-emitidas foi objeto de um número substancial de aprovações regulamentares concedidas por diversas agências reguladoras chinesas. A última aprovação regulamentar significativa, que resultou num pedido do Deutsche Bank para receber ações adicionais e os direitos de voto associados, foi recebida em 11 de fevereiro de 2011.

Nesta data, as novas ações a serem emitidas foram tidas em conta para a avaliação do nível de influência do Deutsche Bank de acordo com a IAS 28 "Investimento em associadas", porque representam direitos de voto potenciais.

Em 11 de fevereiro de 2011, a influência do Deutsche Bank estava representada pelos direitos de voto existentes de 17,12 % e pelos direitos de voto potenciais de 2,87 %. O poder de voto resultante de 19,99 % foi considerado como evidência de uma influência significativa porque é materialmente equivalente a um poder de voto de 20 % que, geralmente, é indicativo da presumida existência de uma influência significativa. A influência significativa do Deutsche Bank é igualmente evidenciada pelo facto de o Deutsche Bank ter negociado com êxito um aumento da sua participação com a Administração do Hua Xia Bank e as restantes partes interessadas, estando representado em quatro dos seis comitês do Conselho do Hua Xia Bank.

A contabilização pelo método de equivalência patrimonial é aplicada desde 11 de fevereiro de 2011.

Com a reclassificação do investimento de Ativos financeiros disponíveis para venda para Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no primeiro trimestre de 2011, o Deutsche Bank utilizou a abordagem de remensuração por analogia com a IFRS 3 R "Concentrações de atividades empresariais". Em consequência, os ganhos líquidos não realizados de 263 milhões de euros anteriormente registados em Outro rendimento integral foram reclassificados em Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda na demonstração de resultados.

A reclassificação do investimento e o aumento da participação de capital resultaram num aumento de 2 mil milhões de euros na rubrica Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do balanço, em 31 de dezembro de 2011.

Station Holdco LLC. Em 17 de junho de 2011, o operador de casinos e hotéis de Las Vegas, Station Casinos, concluiu o seu plano de reorganização e saiu de uma situação de falência. Em resultado da reestruturação, o Deutsche Bank detém 25 % de capital sem direito de voto na entidade reestruturada Station Holdco LLC e tem o direito de nomear um ou dois administradores para ocuparem dois dos oito lugares no Conselho de Administração. Por conseguinte, a contabilização pelo método de equivalência patrimonial é aplicada desde 17 de Junho de 2011.

18 – Créditos

O quadro seguinte apresenta os créditos do Grupo por classificação do setor de atividade.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Bancos e seguros	35.308	38.798
Indústria	22.754	20.748
Famílias (excluindo hipotecas)	38.657	35.115
Famílias – hipotecas	135.531	132.235
Setor público	16.412	24.113
Comércio grossista e retalho	15.045	13.637
Atividades em imobiliário comercial	46.143	44.120
Financiamento por locação	1.679	2.321
Atividades de gestão de fundos	24.952	27.964
Outros	80.576	72.841
Créditos brutos	417.057	411.892
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	381	867
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	416.676	411.025
Menos: Provisão para perdas de crédito	4.162	3.296
Total de créditos	412.514	407.729

19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

O quadro seguinte discrimina os movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo nos períodos especificados.

em milhões de euros	2011			2010			2009		
	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total
Provisão, início do ano	1.643	1.653	3.296	2.029	1.313	3.343	977	961	1.938
Provisão para perdas de crédito	907	925	1.832	562	751	1.313	1.789	808	2.597
Débitos líquidos	(512)	(385)	(897)	(896)	(404)	(1.300)	(637)	(419)	(1.056)
Débitos	(553)	(512)	(1.065)	(934)	(509)	(1.443)	(670)	(552)	(1.222)
Recuperações	41	127	168	38	104	143	33	133	166
Alterações no grupo de sociedades consolidadas		(0)	(0)						
Alterações das taxas de câmbio/outras	(26)	(43)	(69)	(53)	(6)	(60)	(101)	(37)	(137)
Provisão, fim do ano	2.011	2.150	4.162	1.643	1.653	3.296	2.029	1.313	3.343

O quadro seguinte apresenta a atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo, que se compõe de passivos contingentes e compromissos de crédito.

em milhões de euros	2011			2010			2009		
	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total	Individual- mente avaliado	Coletiva- mente avaliado	Total
Provisão, início do ano	108	110	218	83	124	207	98	112	210
Provisão para posições extrapatrimoniais	19	(12)	7	(18)	(21)	(39)	21	12	33
Utilização	–	–	–	–	–	–	(45)	–	(45)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas		0	0	42		42			
Alterações das taxas de câmbio/outras	(0)	0	0	1	7	8	10		10
Provisão, fim do ano	127	98	225	108	110	218	83	124	207

Em 2010, o Grupo registou alterações no grupo de sociedades consolidadas no que respeita a provisões para posições extrapatrimoniais, na sequência da consolidação das aquisições do Grupo Postbank no total de 34 milhões de euros e do Sal. Oppenheim/BHF-BANK no total de 8 milhões de euros.

20 – Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros anteriormente reconhecidos, como títulos de dívida, títulos de capital e créditos transacionados, mas retém em substância todos os riscos e benefícios daqueles ativos. Em virtude desta retenção, os ativos financeiros transferidos não são desreconhecidos e as transferências são contabilizadas como transações de financiamento garantidas. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *total return swaps* (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

O quadro seguinte contém mais informações sobre os tipos de ativos e as transações associadas que não foram elegíveis para desreconhecimento, e os passivos que lhes estão associados.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	49.401	54.022
Acordos para empréstimo de títulos	31.245	39.454
<i>Total return swaps</i>	9.857	8.854
Total de títulos detidos para negociação	90.503	102.330
Outros ativos detidos para negociação	1.984	2.455
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.034	4.391
Créditos	3.292	3.700
Total	105.813	112.876
Montante escriturado de passivos associados	86.472	99.957

A contabilização baseada no envolvimento continuado é geralmente aplicada quando o Grupo retém os direitos a fluxos de caixa futuros de um ativo, continua exposto a um certo grau de risco de incumprimento nos ativos transferidos ou mantém um interesse residual em, ou celebra contratos de derivados com, entidades de titularização ou entidades de finalidades especiais.

O quadro seguinte contém mais informações sobre o valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda mantém um envolvimento continuado.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Títulos para negociação	1.383	2.197
Outros ativos detidos para negociação	7.302	6.011
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Títulos para negociação	1.367	2.186
Outros ativos detidos para negociação	2.078	1.713
Montante escriturado de passivos associados	3.467	3.910

21 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo dá ativos em garantia principalmente em acordos de recompra e acordos de pedidos de empréstimo de títulos, os quais, em geral, são realizados nos termos usuais e habituais dos contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados. Além disso, o Grupo dá garantias em contrapartida por outros acordos de pedido de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. O valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes é o seguinte:

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos remunerados em bancos	71	930
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	83.862	101.109
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.886	3.362
Créditos	17.619	15.867
Outros	330	181
Total	113.768	121.449

Os ativos transferidos em que o beneficiário da transferência tem o direito de vender ou repenhorar são divulgados na face do balanço. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estes montantes eram de 99 mil milhões de euros e 98 mil milhões de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Grupo tinha recebido garantias com um justo valor de 304 mil milhões de euros e 269 mil milhões de euros, respetivamente, decorrentes de títulos comprados com acordos de recompra inversa, títulos obtidos por empréstimos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações.

Estas transações foram, em geral, realizadas nos termos usuais e habituais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Grupo tinha revendido ou repenhorado 262 mil milhões de euros e 249 mil milhões de euros, respetivamente, com o intuito, sobretudo, de cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

22 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo de aquisição:					
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	1.469	2.741	1.592	466	6.268
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	1.045	200	(8)	4	1.241
Adições	115	417	156	185	873
Transferências	2.208	398	60	(361)	2.305
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(161)	(21)	(4)	.	(186)
Alienações	33	247	55	.	335
Alterações das taxas de câmbio	3	133	72	4	212
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	4.646	3.621	1.813	298	10.378
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(18)	(2)	.	.	(20)
Adições	31	309	111	343	794
Transferências	1	263	127	(209)	182
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(354)	(108)	.	(4)	(466)
Alienações	57	179	95	.	331
Alterações das taxas de câmbio	53	29	17	1	100
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.302	3.933	1.973	429	10.637
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	589	1.926	971	5	3.491
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	.	(1)	(13)	.	(14)
Depreciação	47	293	154	.	494
Perdas por imparidade	6	22	.	.	28
Reversão de perdas por imparidade
Transferências	704	(13)	(4)	(5)	682
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(2)	.	.	.	(2)
Alienações	16	187	39	.	242
Alterações das taxas de câmbio	2	92	45	.	139
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.330	2.132	1.114	-	4.576
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	1	.	.	.
Depreciação	86	389	138	.	613
Perdas por imparidade	137	5	1	.	143
Reversão de perdas por imparidade
Transferências	(4)	76	(7)	.	65
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(94)	3	(2)	.	(93)
Alienações	19	149	74	.	242
Alterações das taxas de câmbio	22	28	16	.	66
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.457	2.485	1.186	-	5.128
Montante escriturado:					
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.316	1.489	699	298	5.802
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.845	1.448	787	429	5.509

Em 2010, o Grupo mudou o tratamento contabilístico do The Cosmopolitan of Las Vegas anteriormente contabilizado como propriedade de investimento em Outros ativos, e reclassificou-o em Ativos fixos tangíveis devido ao início das suas operações no fim de 2010. Em 2011, um encargo de imparidade de 135 milhões de euros em imóvel de uso próprio pelo proprietário foi imputado ao The Cosmopolitan of Las Vegas para refletir as expectativas mais baixas de proveitos.

As perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis são registadas em Gastos gerais e administrativos na demonstração de resultados.

No primeiro trimestre de 2011, a sede do Grupo em Frankfurt am Main anteriormente contabilizada em ativos fixos tangíveis foi classificada em detidos para venda. A Nota 25 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" contém mais informações sobre os ativos detidos para venda.

O valor escriturado de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 191 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 21 de milhões de euros no fim de 2011.

23 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que inclui uma opção de compra a preço baixo para adquirir o edifício no termo do contrato de locação.

O quadro seguinte apresenta o valor escriturado líquido para cada classe de ativos de locação abrangidos por locações financeiras.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Terrenos e edifícios	86	87
Mobiliário e equipamento	1	2
Outros	1	3
Valor escriturado líquido	88	92

O Grupo subarrendou ativos locados classificados como locações financeiras com um valor escriturado líquido de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011 não existiam ativos locados subarrendados.

Os futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo são os seguintes:

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
até um ano	10	17
entre um ano e cinco anos	39	65
após cinco anos	4	73
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	53	155
Menos: Futuros encargos com juros	7	111
Valor presente dos compromissos de locação financeira	46	44

Em 31 de dezembro de 2011, os futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber no âmbito de sublocações não canceláveis ascendem a 14 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2010, esperava-se futuros pagamentos mínimos de sublocação de 105 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de rendas contingentes reconhecido na demonstração de resultados era de 0,7 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2010, as rendas contingentes totalizavam 1 milhão de euros. A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo recebe um estorno.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos a longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade de o Grupo pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Os futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo são os seguintes:

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Futuros pagamentos mínimos de rendas:		
até um ano	891	831
entre um ano e cinco anos	2.572	2.316
após cinco anos	2.246	2.074
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	5.709	5.221
menos: Futuras rendas mínimas a receber	204	248
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	5.505	4.973

O total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluiu 484 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2011, os pagamentos de rendas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 859 milhões de euros, incluindo encargos de 899 milhões de euros por pagamentos mínimos de locação e 0,2 milhões de euros por rendas contingentes, assim como 41 milhões de euros relativos a rendas de sublocação recebidas.

24 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor escriturado de *goodwill*, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de *goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC). As principais UGC do Grupo são Corporate Banking & Securities (CB&S), Global Transaction Banking (GTB), Asset Management (AM) e Private Wealth Management (PMW) dentro do segmento Asset and Wealth Management (AWM), Private & Business Clients (PBC) e Corporate Investments (CI).

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Corporate Banking &	Global Transaction Banking	Asset Management	Private Wealth Management	Private & Business Clients	Corporate Investments	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	3.104	453	1.788	927	974	-	174	7.420
<i>Goodwill</i> adquirido durante o exercício	2		67	765	2.049		13	2.896
Ajustamentos de contabilização da compra		5		(4)				1
Transferências		3	12	(15)				
Reclassificação de/(para) "detidos para venda"			(7)				(13)	(20)
<i>Goodwill</i> relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"								
Perdas por imparidade ¹								
Alterações das taxas de câmbio/outras	226	26	128	63	2		20	465
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.332	487	1.988	1.736	3.025	-	194	10.762
Montante bruto do <i>goodwill</i>	3.332	487	1.988	1.736	3.025	230	678	11.476
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	(230)	(484)	(714)
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	3.332	487	1.988	1.736	3.025	-	194	10.762
<i>Goodwill</i> adquirido durante o exercício			25					25
Ajustamentos de contabilização da compra		(11)	8	(8)	45			34
Transferências	44	(44)						
Reclassificação de/(para) "detidos para venda"	(4)				(5)			(9)
<i>Goodwill</i> relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"								
Perdas por imparidade ¹								
Alterações das taxas de câmbio/outras	81	8	42	26	1		3	161
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.453	440	2.063	1.754	3.066	-	197	10.973
Montante bruto do <i>goodwill</i>	3.453	440	2.063	1.754	3.066	230	692	11.698
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	(230)	(495)	(725)

¹ As perdas por imparidade de *goodwill* são registradas como imparidade de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das principais UGC, os segmentos CB&S e CI têm um *goodwill* resultante da aquisição de investimentos não integrados que não estão afetados às principais UGC dos respectivos segmentos. Esse *goodwill* é sintetizado em "Outros" no quadro *supra*. O investimento não integrado em CI é constituído por Maher Terminals LLC e Maher Terminals of Canada Corp, coletivamente e adiante designadas por Maher Terminals, que foi transferido de AM para CI com efeitos em 1 de janeiro de 2009.

Em 2011, o acréscimo de 25 milhões de euros ao *goodwill* deveu-se à aquisição por etapas das ações em circulação da Deutsche UFG Capital Management em novembro de 2011. Com a afetação do preço de compra deste investimento ainda por finalizar, o montante inicial de *goodwill*, que foi afetado a AM, pode variar durante o período de mensuração de 2012. Os ajustamentos de contabilização da compra registados em *goodwill* em 2011 ascenderam a um valor líquido de 34 milhões de euros, incluindo principalmente acertos de 45 milhões de euros em relação à finalização da contabilização da aquisição do Deutsche Postbank AG ("Postbank"; PBC) e (11) milhões de euros da conclusão de um pagamento contingente de contrapartida de compra relacionado com a aquisição total da DB HedgeWorks (GTB) em 2008. Dada a alteração das responsabilidades de gestão na antiga unidade de negócio Capital Markets Sales no terceiro trimestre de 2011 (ver Nota 05 "Segmentos de negócio e informação relacionada"), o *goodwill* de 44 milhões de euros relativo ao respetivo negócio foi transferido de GTB para CB&S.

Não se registou qualquer imparidade de *goodwill* em 2011.

Em 2010, os acréscimos ao *goodwill* totalizaram cerca de 2.900 milhões de euros, nomeadamente um montante de 2.049 milhões de euros relativo à aquisição de uma participação de controlo no Postbank em dezembro de 2010, que foi afetada à PBC. A aquisição do Grupo Sal. Oppenheim (incluindo a sua subsidiária BHF-BANK AG ("BHF-BANK"), excluindo o BHF Asset Servicing GmbH ("BAS")) no primeiro trimestre de 2010 resultou no reconhecimento de *goodwill* de 844 milhões de euros, dos quais 832 milhões de euros foram atribuídos à PWM (765 milhões de euros) e à AM (67 milhões de euros). Na sequência da ponderada venda do BHF-BANK e da sua classificação como grupo para alienação detido para venda, o respetivo *goodwill* de 13 milhões de euros associado à aquisição daquela unidade foi reclassificado em grupo para alienação no quarto trimestre de 2010. Além disso, a aquisição de uma sociedade de assessoria de investimento sediada nos EUA contribuiu com 2 milhões de euros de *goodwill* para a CB&S. Devido à venda designada de uma subsidiária na Divisão de Negócio AM, foi atribuído um montante de 7 milhões de euros ao respetivo grupo para alienação detido para venda.

Não se registou qualquer imparidade de *goodwill* em 2010.

Em 2009, foi registada uma perda por imparidade de *goodwill* de 151 milhões de euros em CI, em relação ao investimento não integrado em Maher Terminals, dada a continuação das perspetivas negativas para os volumes de negócio de contentores. O justo valor deduzido dos custos da venda do investimento foi determinado com base num modelo de fluxos de caixa descontados.

Teste de imparidade ao *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram fluxos de caixa largamente independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a Administração monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade. Nesta base, as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as descritas *supra*. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados.

O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. O valor escriturado de uma unidade geradora de caixa é determinado com base no valor de capital afetado a uma unidade geradora de caixa. O valor escriturado também considera o valor de *goodwill* e os ativos intangíveis não amortizados de uma unidade geradora de caixa. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de vender e o seu valor de uso. Os testes anuais de imparidade do *goodwill* em 2011, 2010 e 2009 não resultaram numa perda por imparidade de *goodwill* das principais unidades geradoras de caixa do Grupo, visto que o valor recuperável destas unidades geradoras de caixa era superior ao respetivo valor escriturado.

As secções seguintes descrevem como o Grupo determina o valor recuperável das suas principais unidades geradoras de caixa com *goodwill* e contém informações sobre alguns pressupostos-chave sobre os quais a Administração assenta a determinação do valor recuperável.

Valor recuperável

O Grupo determina o valor recuperável das suas principais unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e utiliza um modelo de valorização baseado em fluxos de caixa descontados ("FCD") O modelo FCD utilizado pelo Grupo reflete as especificidades da atividade bancária e o seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar.

O modelo FCD utiliza projeções de lucros e respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros da Administração que, para efeitos do teste de imparidade do *goodwill*, são extrapolados para um período de cinco anos e são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor, a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no ambiente macroeconómico e regulamentar global. As projeções de lucros para além do período de cinco anos são, se aplicável, ajustadas de modo a inferir um nível sustentável e presumem-se aumentar ou convergir para uma taxa de crescimento constante a longo prazo de 3,6 % (2010: 3,7 %), a qual se baseia em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor de uso de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros (CAPM), composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar o cálculo das taxas de desconto.

Segue-se a apresentação das taxas de desconto antes de impostos, que são determinadas implicitamente com base em taxas após impostos, aplicadas para determinar o valor de uso das principais unidades geradoras de caixa em 2011 e 2010.

Principais unidades geradoras de caixa

	Taxa de desconto (antes de impostos)	
	2011	2010
Corporate & Investment Bank		
Corporate Banking & Securities	14,3 %	13,9 %
Global Transaction Banking	12,1 %	11,7 %
Private Clients and Asset Management		
Asset Management	12,5 %	12,5 %
Private Wealth Management:		
Private & Business Clients	13,5 %	13,1 %

O quadro seguinte resume as descrições dos pressupostos-chave subjacentes à projeção dos lucros futuros, a abordagem da Administração à determinação dos valores atribuídos aos pressupostos-chave, assim como a incerteza associada a pressupostos e potenciais acontecimentos e circunstâncias que podem ter um efeito negativo nas principais unidades geradoras de caixa do Grupo.

Principal unidade geradora de caixa	Descrição de pressupostos-chave	Abordagem da Administração para determinar valores atribuídos aos pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e a potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Corporate Banking & Securities	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de sucesso continuada da CIB com ganhos de eficiência associados e benefícios sustentados resultantes do aumento da eficiência da infraestrutura a nível de todo o Grupo - Foco nos fluxos e soluções do cliente, beneficiando da liderança em quotas de mercado e maior penetração de mercado - Foco acrescido em matérias-primas e plataformas seletivas de investimento (p.ex. negociação eletrónica, acesso direto ao mercado) 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de estudos internos e externos (firmas de consultoria, research) - Estimativas da Administração relativas ao programa de redução de custos e integração da CIB baseadas nos progressos realizados até à data através de várias iniciativas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente económico potencialmente mais fraco devido a crise prolongada da dívida soberana e potencial risco de contágio conduzindo a um abrandamento da atividade e menor apetência dos investidores - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto
	<ul style="list-style-type: none"> - Volumes de comissões de <i>Corporate Finance</i> e volumes de proveitos de Vendas e Negociação aumentam lentamente enquanto a volatilidade retrocede e o crescimento económico estabiliza - Eficiência sustentada de ativos num novo quadro regulamentar e exposição ao risco rigorosamente gerida - Redução de risco como meta e execução de medidas da Administração para mitigar o impacto de alterações regulamentares 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de fontes internas e externas - As tendências macroeconómicas são suportadas por estudos enquanto os planos internos e impacto das iniciativas de eficiência se baseiam em pressupostos da Administração 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial compressão de margens e concorrência crescente em produtos com requisitos de capital mais reduzidos além dos níveis esperados - Desfecho de casos de litígio - Poupança de custos e benefícios esperados da integração da CIB não são realizados como previsto - Atraso na execução de estratégias de mitigação de risco
Global Transaction Banking	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança de custos à luz do aumento de eficiência da infraestrutura de todo o Grupo - Capitalizar as sinergias resultantes da integração da CIB - Ambiente macroeconómico estável - Taxas de juro baixas persistem no curto prazo recuperando ligeiramente a médio prazo - Desenvolvimento positivo do volume de comércio internacional, pagamentos transfronteiras e ações de empresas - Aprofundamento da relação com clientes empresariais complexos e clientes institucionais em regiões existentes e novos impulsos ao crescimento na Ásia - Reequilibrar a composição dos lucros para reduzir a dependência das taxas de juro - Integração concluída com sucesso de partes das atividades de banca comercial e <i>corporate</i> do ABN AMRO na Holanda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de fontes internas e externas - As tendências macroeconómicas são suportadas por estudos enquanto os planos internos e impacto das iniciativas de eficiência se baseiam em pressupostos da Administração 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrandamento da economia mundial e continuação da crise da dívida soberana e respetivo impacto nos volumes de operações, taxas de juro e taxas de câmbio - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas - Benefícios da integração de partes das atividades de banca comercial e <i>corporate</i> do ABN AMRO na Holanda não são realizados como esperado

Principal unidade geradora de caixa	Descrição de pressupostos-chave	Abordagem da Administração para determinar valores atribuídos aos pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e a potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança de custos à luz do aumento de eficiência da infraestrutura de todo o Grupo e otimização da plataforma de AM - Recuperação contínua dos mercados de ações e imobiliário - Apetência do mercado para recuperar perdas anteriores a estimular investimentos em ativos alternativos e desenvolvimento de novos produtos - Estratégia interna global de Gestão de Ativos (AM) continuamente estimulada por 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de fontes internas e externas - Dados macroeconómicos e dados de mercado baseados em previsões de DB Research 	<ul style="list-style-type: none"> - Re-ocorrência de volatilidade no mercado ou choques no mercado - Continuação da agitação geopolítica e instabilidade orçamental - Períodos prolongados de incerteza - Tendências recessivas - Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas
Asset Management	<ul style="list-style-type: none"> - criação e ativação de riqueza, crescimento do mercado de reforma, <i>outsourcing</i> em seguros, inovação em novos produtos, institucionalização de alternativas, separação de alfa e beta, e investimento sustentável e mudanças climáticas - Plano pressupõe atividade contínua para toda a divisão AM 		<ul style="list-style-type: none"> - Poupanças de custos não são alcançadas na medida prevista - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas - Potencial impacto da revisão estratégica de certas partes da atividade anunciada em novembro de 2011
Private Wealth Management:	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança de custos à luz do aumento de eficiência da infraestrutura de todo o Grupo - Mercados de patrimónios a crescer - Quota de mercado igual ou maior no ambiente competitivo fragmentado - Foco claro em indivíduos de património (ultra-) elevado e clientes-chave - Forte cobertura de mercados emergentes - Foco em oportunidades <i>onshore</i> em mercados grandes e desenvolvidos já existentes - Liderança no mercado doméstico da Alemanha com duas marcas fortes (Deutsche Bank e Sal. Oppenheim) - Estratégia de crescimento orgânico na Ásia/Pacífico e Américas assim como cooperação intensificada com a CIB - Continuação da contribuição positiva do Sal. Oppenheim - Aumento de produtividade na Europa - Melhorias de processos e TI para permitir iniciativas de crescimento e melhorar a eficiência de custos 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de fontes internas e externas - Dados macroeconómicos e dados de mercado baseados em previsões de DB Research - Potencial de crescimento em todos os mercados com base em fontes externas (consultorias em estratégia) e histórico de desempenhos - Metas de Sal. Oppenheim baseadas em estratégia e análises separadas de integração 	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes ameaças do setor, ou seja, volatilidade do mercado, crise europeia da dívida soberana, aumento de custos com as alterações regulamentares - Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido para 2012 se a crise europeia da dívida soberana afetar a estabilidade do DB, perda de gestores de clientes de elevada qualidade - Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes - Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto
Private & Business Clients	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança de custos à luz do aumento de eficiência da infraestrutura de todo o Grupo - Posição de liderança no mercado doméstico da Alemanha, forte posição noutros mercados europeus e opções de crescimento em países-chave da Ásia - Realização de sinergias entre o Deutsche Bank e o Postbank no lado da receita e da despesa - Ganhos de quota de mercado na Alemanha através de ganhos em volumes e clientes utilizando uma forte proposta de assessoria - Reforçar a participação no e a cooperação com o Hua Xia Bank na China e continuação do crescimento orgânico na Índia 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pressupostos-chave baseiam-se numa combinação de fontes internas e externas - Todos os pressupostos sobre evolução futura da PBC são suportados por projetos e iniciativas respetivos - Todas as iniciativas foram baseadas num caso de negócio desenvolvido pela Administração e validado por dados internos e externos 	<ul style="list-style-type: none"> - Declínio económico significativo, resultando potencialmente em taxas de desemprego mais altas, aumento de provisões para perdas de crédito e crescimento mais fraco do negócio - Continuação de taxas de juro baixas - Risco de as sinergias relacionadas com a aquisição do Postbank não serem realizadas ou serem realizadas mais tarde do que o previsto - Custos para alcançar as sinergias são mais elevados do que o previsto

Sensibilidades: No âmbito da validação do valor de uso determinado para as unidades geradoras de caixa, alguns fatores externos assim como os principais motores de valor de cada unidade geradora de caixa são revistos regularmente. Em especial no segundo semestre de 2011, as cotações das ações bancárias mostraram-se voláteis, penalizadas pela incerteza acentuada vivida pelos participantes do mercado. Neste contexto, a capitalização bolsista do Deutsche Bank manteve-se abaixo do valor contabilístico. Para testar a resistência do valor de uso, torna-se os pressupostos-chave utilizados no modelo FCD (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros) sensíveis. A Administração considera que as únicas circunstâncias em que alterações possíveis razoáveis nos pressupostos-chave poderiam causar uma imparidade dizem respeito às divisões Corporate Banking & Securities e Private & Business Clients. Para a CB&S, o valor recuperável era de 129 % do valor escriturado. Um aumento de 14 % na taxa de desconto após impostos ou uma diminuição de 14 % nos lucros projetados em cada ano do período inicial de cinco anos, presumindo valores inalterados para os outros pressupostos, poderia resultar num valor recuperável igual ao valor escriturado. Para a PBC, o valor recuperável era de 137 % do valor escriturado. O respetivo aumento na taxa de desconto após impostos seria de 23 %, enquanto a respetiva diminuição nos lucros projetados seria de 21 %.

Os valores recuperáveis das restantes unidades geradoras de caixa principais foram, essencialmente, superiores aos respetivos valores escriturados. À luz da revisão estratégica de certas partes da atividade de Gestão de Ativos (AM), anunciada no quarto trimestre de 2011, o Grupo realizou uma revisão da UGC AM. Tendo em conta factos e circunstâncias à data de 31 de dezembro de 2011, concluiu-se que não existiam indícios de imparidade no *goodwill* afetado à AM.

No entanto, alguns riscos políticos ou globais para a indústria bancária, como um agravamento da crise da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento prospetivo do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis são divididos entre ativos intangíveis adquiridos e gerados internamente. Enquanto os ativos intangíveis adquiridos ainda são divididos em outros ativos intangíveis amortizados e não amortizados, os ativos intangíveis gerados internamente compõem-se apenas de *software* internamente desenvolvido amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor escriturado de outros ativos intangíveis de 4.800 milhões de euros permaneceu praticamente inalterado, em comparação com o ano anterior. O decréscimo líquido de 4 milhões de euros durante 2011 deveu-se, principalmente, a adições em *software* desenvolvido internamente (476 milhões de euros), efeitos da finalização da afetação do preço de compra do Postbank (200) milhões de euros) e a custos de amortização (386) milhões de euros) relacionados com estes ativos intangíveis.

O valor escriturado de outros ativos intangíveis de 4.800 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2010, refletiu aumentos líquidos durante o exercício de 2.100 milhões de euros, incluindo principalmente adições relativas às aquisições do Postbank, Sal. Oppenheim e atividade de banca comercial holandesa do ABN AMRO (1.900 milhões de euros), custos de amortização (262) milhões de euros) e efeitos positivos de alterações das taxas de câmbio (175 milhões de euros).

Segue-se a apresentação das alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos:								Ativos intangíveis gerados internamente:	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizados				Amortizado				Amortizado	
	Contratos de gestão investimento de retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor do negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	808	9	817	609	743	690	551	2.593	507	3.917
Adições	-	2	2	29	11	13	68	121	316	439
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	-	413	413	1.055	-	14	251	1.320	163	1.896
Alienações	-	10	10	-	-	6	16	22	52	84
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	-	3	3	(27)	-	-	(30)	(57)	(7)	(61)
Transferências	-	-	-	(10)	-	-	3	(7)	(2)	(9)
Alterações das taxas de câmbio	62	1	63	33	26	52	30	141	30	234
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	870	418	1.288	1.689	780	763	857	4.089	955	6.332
Adições	-	4	4	30	10	37	28	105	476	585
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	-	29	29	(247)	-	32	-	(215)	(26)	(212)
Alienações	-	1	1	-	-	1	11	12	11	24
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	-	-	-	26	-	(165)	33	(106)	6	(100)
Transferências	-	(3)	(3)	-	-	12	(3)	9	13	19
Alterações das taxas de câmbio	24	(1)	23	(2)	24	20	5	47	12	82
Saldo em 31 de dezembro de 2011	894	446	1.340	1.496	814	698	909	3.917	1.425	6.682
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	89	-	89	279	73	114	282	748	331	1.168
Amortização do exercício	-	-	-	80	28	41	77	226	36	262 ¹
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	-	-	-	-	-	-	36	36	-	36
Alienações	-	-	-	(1)	-	5	13	17	49	66
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	-	-	-	(2)	-	-	(2)	(4)	(1)	(5)
Perdas por imparidade	-	-	-	29	-	-	12	41	-	41 ²
Reversão de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	(1)	-	-	3	2	2	4
Alterações das taxas de câmbio	7	1	8	15	3	7	11	36	15	59
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	96	1	97	401	104	157	406	1.068	334	1.499
Amortização do exercício	-	-	-	117	22	40	122	301	85	386 ³
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)	(6)	(13)
Alienações	-	-	-	-	-	-	9	9	7	16
Reclassificações de/(para)detidos para venda	-	-	-	22	-	(97)	27	(48)	5	(43)
Perdas por imparidade	-	2	2	-	-	-	-	-	-	2 ⁴
Reversão de perdas por imparidad	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	(36)	(36)	41	5
Alterações das taxas de câmbio	3	(1)	2	2	4	6	7	19	12	33
Saldo em 31 de dezembro de 2011	99	2	101	541	130	107	510	1.288	464	1.853
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2010	774	417	1.191	1.288	676	606	451	3.021	621	4.833
Em 31 de dezembro de 2011	795	444	1.239	955	684	591	399	2.629	961	4.829

¹ Dos quais, 249 milhões de euros foram incluídos em Gastos gerais e administrativos e 13 milhões de euros foram registados em Rendimentos de serviços e comissões. Estes últimos referem-se à amortização de direitos de serviço de hipotecas.

² Dos quais 29 milhões de euros foram registados como imparidade de ativos intangíveis.

³ Dos quais, 380 milhões de euros foram incluídos em Gastos gerais e administrativos e 6 milhões de euros foram registados em Rendimentos de serviços e comissões. Estes últimos referem-se à amortização de direitos de serviço de hipotecas.

⁴ Em 2011, as imparidades em ativos intangíveis não amortizados refletiam um encargo de 2 milhões de euros registados em CB&S. A imparidade referia-se à depreciação de autorizações de um investimento em energias renováveis.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2011, as adições a ativos intangíveis adquiridos amortizados de 105 milhões de euros incluíram, sobretudo, pagamentos capitalizados referentes a novos acordos de serviço relacionados com programas de certificados de depositário do Grupo (ativos intangíveis relacionados com clientes de 30 milhões de euros), custos capitalizados com *software* adquirido (28 milhões de euros) e custos de aquisição de apólices diferidos (CAD; 10 milhões de euros) relativos a custos incrementais de aquisição de contratos de gestão de investimento, correspondentes a comissões a pagar a intermediários e contrapartes de negócio da atividade seguradora do Grupo (ver Nota 40 "Contratos de seguro e de investimento"). Além disso, a capitalização de custos incorridos em relação a atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de *software* gerado internamente (476 milhões de euros) contribuiu para o aumento desta categoria de ativos intangíveis.

As alterações no grupo de sociedades consolidadas em 2011 referem-se sobretudo à finalização da afetação do preço de compra relativa à aquisição do Postbank, que resultou em acertos líquidos de (200) milhões de euros refletidos em várias classes de outros ativos intangíveis, incluindo ajustamentos aos ativos intangíveis amortizados relacionados com clientes de (247) milhões de euros, representativos sobretudo de acertos em relações com clientes. Outros ajustamentos referem-se a *software* desenvolvido internamente (20 milhões de euros), contratos de benefício (32 milhões de euros) e marcas registradas (35 milhões de euros líquidos, dos quais 29 milhões de euros dizem respeito à marca Postbank, classificada como outro ativo intangível não amortizado).

As reclassificações líquidas na categoria de detidos para venda de (58) milhões de euros (englobando o custo de aquisição de (106) milhões de euros e amortização e imparidade acumuladas de (48) milhões de euros) representam sobretudo o impacto na classificação de um grupo para alienação afetado à CB&S no terceiro trimestre de 2011 (ver Nota 25 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda").

Em 2010, a afetação dos preços de compra disse respeito às aquisições do Postbank, Sal. Oppenheim (incluindo BHF-BANK, mas excluindo BAS) e atividades de banca comercial holandesas do ABN AMRO, que originou a identificação e o reconhecimento inicial de ativos intangíveis amortizados de cerca de 1.300 milhões de euros capitalizados no balanço consolidado do Grupo. O montante incluiu, principalmente, ativos intangíveis relacionados com clientes de cerca de 1.100 milhões de euros (Postbank, 836 milhões de euros; ABN AMRO, 168 milhões de euros; Sal. Oppenheim 66 milhões de euros) e *software* adquirido de 214 milhões de euros (Postbank, 142 milhões de euros; Sal. Oppenheim, 72 milhões de euros). Além disso, estas aquisições envolveram a capitalização de 163 milhões de euros em *software* desenvolvido internamente no balanço consolidado do Grupo, dos quais 156 milhões de euros eram atribuíveis ao Postbank.

Mais, em 2010, o Grupo registou adições a ativos intangíveis amortizados de 121 milhões de euros, representativos sobretudo de custos capitalizados com *software* adquirido de 68 milhões de euros, ativos intangíveis relacionados com clientes de 29 milhões de euros e a capitalização de 11 milhões de euros de custos de aquisição diferidos relativos a custos incrementais com a aquisição de contratos de gestão de investimento.

Dada a classificação da subsidiária BHF-BANK como grupo para alienação detido para venda, os valores escriturados conexos com a amortização de ativos intangíveis de 55 milhões de euros foram reclassificados em Outros ativos.

Em 2010, as imparidades registadas em outros ativos intangíveis de 41 milhões de euros incluíram um encargo de 29 milhões de euros relativo à carteira de clientes de uma unidade de serviços de custódia domésticos adquirida, registada em GTB, e uma perda de 12 milhões de euros registada na retirada de *software* adquirido incluído em AWM.

Em 2009, a imparidade de ativos intangíveis na demonstração de resultados incluiu uma perda por imparidade de 4 milhões de euros relativa a ativos intangíveis baseados em contratos, assim como uma reversão de uma perda por imparidade de 4 milhões de euros relativa a ativos intangíveis relacionados com clientes, a qual foi registada no quarto trimestre de 2008. A perda por imparidade foi incluída em CB&S, enquanto a reversão da imparidade foi registada em AWM.

Os outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear (exceto o VOBA, conforme se explica na Nota 01 "Principais políticas contabilísticas" e na Nota 40 "Contratos de seguro e de investimento").

Segue-se a apresentação das vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos.

	Vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
<i>Software</i>	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 25
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 23
Valor de negócio adquirido (VOBA)	até 30
Outros	até 20

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

A classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Este ativo, totalizando 795 milhões de euros, refere-se à atividade do Grupo em fundos de investimento do segmento retalho dos EUA e é afetado à unidade geradora de caixa Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi valorizado ao justo valor com base numa valorização de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

Em 2011, em que se ponderou igualmente a anunciada revisão estratégica de certas partes da atividade de AM, e em 2010, não se verificou qualquer imparidade visto que o valor recuperável dos contratos de gestão de investimento do segmento retalho, calculado como o justo valor deduzido dos custos de vender, foi superior ao seu valor escriturado. O justo valor foi determinado através do método de excedente de lucros em múltiplos períodos.

Em 2009, foi reconhecida uma reversão de uma perda por imparidade de 287 milhões de euros e registada na rubrica de imparidade dos ativos intangíveis na demonstração de resultados. Uma perda por imparidade relacionada foi assumida no quarto trimestre de 2008. A reversão da imparidade, relacionada com contratos de gestão de investimento do segmento retalho por certos fundos abertos, foi registada em AWM. A reversão da imparidade deveu-se a um aumento do justo valor, em resultado de subidas dos valores de mercado dos ativos investidos assim como dos resultados operacionais correntes e projetados e fluxos de caixa dos contratos de gestão de investimento. O valor recuperável do ativo foi calculado como justo valor deduzido dos custos de vender, através do método de excedente de lucros em múltiplos períodos.

Marca Postbank: Em resultado da afetação preliminar do preço de compra, o Grupo identificou e reconheceu em dezembro de 2010, a marca Postbank por um valor inicial de 382 milhões de euros (ver Nota 04 "Aquisições e alienações"). Com a finalização da afetação do preço de compra, em 2011, o justo valor da marca Postbank aumentou para 411 milhões de euros. O ativo intangível é afetado à unidade geradora de caixa Private & Business Clients (PBC). Como se espera que a marca gere fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado, classifica-se como ativo intangível não amortizado. A marca foi valorizada ao justo valor baseado numa valorização de terceiros à data de aquisição.

Em 2011 e 2010, não se verificou qualquer imparidade porque o valor recuperável da marca Postbank, calculado como o justo valor deduzido dos custos de vender, era superior ao valor escriturado. O justo valor da marca foi determinado com base na abordagem de rendimento, através do método de "relief-from-royalty".

Marca Sal. Oppenheim: A afetação do preço de compra relativamente ao Grupo Sal. Oppenheim, em 2010, resultou na identificação e reconhecimento da marca Sal. Oppenheim pelo valor de 27 milhões de euros. O ativo é afetado à unidade geradora de caixa Private Wealth Management. A vida útil da marca é presumida indeterminada e daí não ser sujeita a amortização. O valor intangível foi valorizado ao justo valor baseado numa valorização de terceiros executada à data de aquisição.

Em 2011 e 2010, não se verificou qualquer imparidade porque o valor recuperável da marca Sal. Oppenheim, calculado como o justo valor deduzido dos custos de vender, era superior ao valor escriturado. O justo valor da marca Sal. Oppenheim foi determinado com base no método "relief-from-royalty".

25

—

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em Outros ativos e outros passivos. Esta nota oferece uma explicação sobre a natureza e o impacto financeiro dos ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda à data de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2011

À data do balanço, o total de ativos e de passivos detidos para venda ascendia a 2.400 milhões de euros (2010: 13.500 milhões de euros) e 1.700 milhões de euros (2010: 12.600 milhões de euros).

O quadro seguinte resume as principais classes.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Caixa, disponibilidades e depósitos em bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	.	1.124
Ativos para negociação. Derivados. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.012	3.653
Ativos financeiros disponíveis para venda	115	4.489
Créditos	.	2.630
Ativos fixos tangíveis	41	230
Outros ativos	198	1.342
Total de ativos classificados como detidos para venda	2.366	13.468
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	.	7.538
Passivos para negociação. Derivados. Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	.	2.651
Dívida a longo prazo	.	1.796
Outros passivos	1.669	613
Total de passivos classificados como detidos para venda	1.669	12.598

Em 2011, o Grupo classificou um grupo para alienação da Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities como detido para venda. O grupo para alienação é constituído por 2.100 milhões de euros em ativos e 1.700 milhões de euros em passivos à data de 31 de dezembro de 2011. Os ativos incluem sobretudo créditos transacionados, direitos de serviço de hipotecas e garantias financeiras. O grupo para alienação deverá ser vendido em 2012. A classificação de detido para venda originou uma perda por imparidade de 22 milhões de euros, reconhecida em Outros resultados em 2011.

Além disso, o Grupo classificou um investimento numa associada e vários grupos para alienação da Divisão Corporativa Corporate Banking & Securities como detidos para venda em 2011. Todos os ativos deverão ser vendidos no prazo de um ano. A classificação do investimento numa associada originou uma perda por imparidade de 2 milhões de euros, reconhecida em Outros resultados no quarto trimestre de 2011. Nenhuma das outras classificações resultou em perdas por imparidade. O Grupo classificou igualmente vários grupos para alienação da Divisão Corporativa Asset & Wealth Management como detidos para venda. Os ativos relacionados deverão ser vendidos no prazo de um ano e incluem sobretudo ativos fixos tangíveis. A classificação não originou perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2011, não foram reconhecidos diretamente em Outro rendimento integral acumulado quaisquer ganhos ou perdas líquidos não realizados (31 de dezembro de 2010: perdas líquidas não realizadas de 11 milhões de euros) relativos a ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda. Estes ganhos líquidos não realizados permanecem em capital até os ativos serem vendidos e, nessa data, os ganhos serão reclassificados de capital para resultados.

Alienações em 2011

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Corporate Investments	A sede do Grupo em Frankfurt am Main	A classificação de 592 milhões de euros em ativos fixos tangíveis como detidos para venda no 1.º trimestre de 2011 resultou numa perda por imparidade inicial de 34 milhões de euros e uma perda por imparidade adicional de 13 milhões de euros no 2.º trimestre de 2011. Com a liquidação final no quarto trimestre de 2011, após ajustamentos por ativos retidos, vendemos ativos no valor de 528 milhões de euros originando uma imparidade de 37 milhões de euros, ou seja, uma reversão de 10 milhões de euros, em comparação com o total de imparidades no primeiro semestre de 2011.	Quarto trimestre de 2011
Corporate Banking & Securities	Um investimento numa associada, uma subsidiária que incluía fundamentalmente um ativo imobiliário de propriedade de investimento alemão e vários grupos para alienação	Nenhum	Em 2011
Asset & Wealth Management	Uma subsidiária e vários ativos (anteriormente adquiridos no âmbito da aquisição do Grupo Sal. Oppenheim)	Nenhum	Em 2011
Private & Business Clients	Uma atividade empresarial não estratégica	A classificação como grupo para alienação com <i>goodwill</i> de 5 milhões de euros resultou numa perda por imparidade de 3 milhões de euros, reconhecida no 2.º trimestre de 2011.	Segundo trimestre de 2011
Private & Business Clients	A subsidiária indiana do Postbank, Deutsche Postbank Home Finance Ltd.	Nenhum	Primeiro trimestre de 2011

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Alterações de classificação em 2011

BHF BANK

À data de 31 de dezembro de 2010, o Grupo classificou o seu investimento no BHF-BANK AG ("BHF-BANK"), como um grupo para alienação dentro da Divisão de Grupo Corporate Investments, em virtude das negociações de venda exclusivas realizadas com o Grupo LGT ("LGT") do Liechtenstein.

Em 18 de abril de 2011, o Deutsche Bank e o LGT anunciaram que as negociações sobre a venda do BHF-BANK estavam encerradas. As partes decidiram não avançar com a transação, na sequência de conversações entre ambas as partes e com as autoridades de supervisão competentes. Nessa conformidade, a partir da data do anúncio todos os ativos e passivos do grupo para alienação BHF-BANK deixaram de estar classificados como detidos para venda. A alteração de classificação não teve qualquer efeito significativo na valorização.

Em 7 de julho de 2011, o Grupo anunciou que tinha iniciado negociações para a venda do BHF-BANK com a RHJ International, através da subsidiária integralmente detida pelo Grupo, Kleinwort Benson. A conclusão da venda estaria dependente, entre outros, de aprovações das autoridades competentes. Atendendo à incerteza criada por aprovações substanciais pendentes, o Grupo não considera adequada a classificação de detidos para venda e não reclassificará os grupos para alienação como detidos para venda até essas aprovações serem dadas.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de Dezembro de 2010

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro ¹	Informações adicionais
Corporate Investments	BHF-BANK	Classificação como detido para venda originou uma perda por imparidade de 62 milhões de euros antes de impostos, reconhecida no quarto trimestre de 2010. Reconhecimento desta imparidade também implicou na liberação de 16 milhões de euros em passivos por impostos diferidos em 2010	Alterações de classificação em 2011
Corporate Banking & Securities	Um investimento numa associada numa	A classificação inicial do investimento associada como detido para venda em 30 de setembro de 2010 resultou numa perda por imparidade de 72 milhões de euros registada em resultados de investimentos pelo método de equivalência patrimonial no terceiro trimestre de 2010. No quarto trimestre de 2010, uma imparidade adicional de 40 milhões de euros foi incluída em Outros resultados.	Alienações em 2011
Corporate Banking & Securities	Uma subsidiária que incluía um ativo imobiliário de propriedade de investimento alemão	Nenhum	Alienações em 2011
Asset & Wealth Management	Uma subsidiária e vários investimentos de <i>private equity</i> que foram anteriormente adquiridos no âmbito da aquisição do Grupo Sal. Oppenheim	O <i>goodwill</i> relativo à subsidiária classificada como detida para venda era de 7 milhões em 31 de dezembro de 2010.	Alienações em 2011
Private & Business Clients	A subsidiária indiana do Postbank, Deutsche Postbank Home Finance Ltd.	Nenhum	Alienações em 2011

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Alienações em 2010

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Corporate Banking & Securities	Um grupo para alienação	Foi registada uma perda por imparidade de 2 milhões de euros em 2010.	Segundo trimestre de 2010
Asset & Wealth Management	BHF Asset Servicing GmbH	Foi registada uma perda por imparidade de 4 milhões de euros em 2010.	Terceiro trimestre de 2010
Asset & Wealth Management	Vários ativos anteriormente adquiridos no âmbito da aquisição do Grupo Sal. Oppenheim	Nenhum	Quarto trimestre de 2010

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Alterações de classificação em 2010

Divisão	Alterações de classificação	Impacto financeiro ¹	Data e motivo para as alterações de classificação
Corporate Banking & Securities	Vários grupos para alienação, investimentos em associadas e um crédito	Nenhum	Terceiro trimestre de 2010, visto que a data da alienação já não era previsível devido a uma mudança das condições de mercado

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

26 – Outros ativos e outros passivos

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Outros ativos:		
Valores a receber relativos a corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	63.772	46.132
Valores a receber de corretagem <i>prime</i>	9.652	11.324
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3.479	4.834
Valores a receber de operações "regular way" não liquidadas	45.907	41.133
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	122.810	103.423
Juros acumulados a receber	3.598	3.941
Ativos detidos para venda	2.366	13.468
Outros	26.020	28.397
Total de outros ativos	154.794	149.229

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Outros passivos:		
Valores a pagar relativos a corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	58.419	42.596
Valores a pagar de corretagem <i>prime</i>	32.255	27.772
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.823	3.137
Valores a pagar de operações "regular way" não liquidadas	46.236	42.641
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	139.733	116.146
Juros acumulados a pagar	3.665	3.956
Passivos detidos para venda	1.669	12.598
Outros	42.749	49.127
Total de outros passivos	187.816	181.827

A Nota 25 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" contém mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda.

27 – Depósitos

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Depósitos.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à ordem não remunerados	99.047	89.068
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	163.618	120.154
Depósitos a prazo	202.979	183.861
Depósitos de poupança	136.087	140.901
Total de depósitos remunerados	502.684	444.916
Total de depósitos	601.730	533.984

28 – Provisões

O quadro seguinte apresenta os movimentos por classe de provisão.

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito	Operacional/ Litígios	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	19	758	322	1.099
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	842	44	306	1.192
Novas provisões	18	318	207	543
Montantes utilizados	(9)	(511)	(132)	(652)
Montantes não utilizados revertidos	-	(130)	(102)	(232)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(4)	44	19	59
Outros	-	(7)	(17) ²	(24)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	866	516	603	1.985
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	-	0	10	10
Novas provisões	166	860	312	1.338
Montantes utilizados	(124)	(370)	(172)	(666)
Montantes não utilizados revertidos	(5)	(197)	(116)	(318)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	16	5	2	23
Outros	-	7	18 ²	25
Saldo em 31 de dezembro de 2011	919	822	655	2.396

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19 "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

² Inclui principalmente reclassificações (para)/de passivos detidos para venda.

Classes de provisões

As provisões para *home savings* decorrem da atividade de *home savings* (poupanças e créditos habitação) do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em *home savings*, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção, assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção, há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade de o cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bônus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para *home savings* diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bônus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bônus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bônus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

As provisões **Operacional/Contencioso** decorrem do risco operacional, que corresponde às probabilidades de falha ou incumprimento (incluindo a componente legal) em relação a colaboradores, documentação e especificações contratuais, tecnologia, avarias em infraestruturas e catástrofes, influências externas e relações com clientes. Não inclui risco de negócio ou de reputação. As questões ligadas ao risco operacional podem resultar em interpelações de clientes, contrapartes e entidades reguladoras ou em ações judiciais.

As **Outras** provisões incluem vários itens específicos decorrentes de circunstâncias diferentes, nomeadamente uma obrigação contingente relacionada com determinadas áreas de atividade adquiridas ao Grupo Sal. Oppenheim (ver Nota 04 "Aquisições e alienações"), comissões de vendas diferidas, a provisão para a taxa bancária do Reino Unido e uma provisão ao abrigo da cooperação na área de cartões de crédito entre o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank (ver Nota 38 "Transações com partes relacionadas").

As Outras provisões incluem também montantes para pedidos de recompra de hipotecas. Entre 2005 e 2008, no âmbito da atividade de créditos hipotecários para habitação do Deutsche Bank nos Estados Unidos, o Deutsche Bank vendeu cerca de 84 mil milhões de dólares em títulos "private label" e 71 mil milhões de dólares em títulos de crédito através de vendas "whole loan", nomeadamente a entidades patrocinadas pelo governo norte-americano como a Federal Home Loan Mortgage Corporation e a Federal National Mortgage Association. O Deutsche Bank tem recebido pedidos de recompra de créditos ou pedidos de indemnização a compradores, outros investidores ou seguradores financeiros relativamente a perdas alegadamente causadas por violação material de declarações e garantias. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais. Sempre que o Deutsche Bank considera que não existe essa base válida para o pedido de recompra, o Deutsche Bank rejeita o pedido e deixa de o considerar como pendente para efeitos de acompanhamento.

Em 31 de dezembro de 2011, o Deutsche Bank tinha cerca de 638 milhões de dólares em pedidos de recompra de créditos hipotecários pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos). Em face destes pedidos pendentes, o Deutsche Bank estabeleceu provisões que, não sendo materiais, o Deutsche Bank entende que são adequadas. Existem outros pedidos de recompra de créditos potenciais que, a julgar pela experiência passada, o Deutsche Bank antecipa que serão efetuados, mas para os quais o Deutsche Bank não pode estimar com fiabilidade o momento ou o volume. O Deutsche Bank também não sabe se a taxa de sucesso passada na refutação desses pedidos será um bom indicador de êxito futuro. Os pedidos de recompra de créditos hipotecários que são reclamados através de processos judiciais contra o Deutsche Bank, seja após rejeição pelo Deutsche Bank ou de outra forma, são classificados em Operacional/Contencioso.

Em 31 de dezembro de 2011, o Deutsche Bank tinha efetuado recompras ou de outro modo regularizado reclamações sobre créditos com um saldo de capital original de cerca de 2.400 milhões de dólares. No âmbito daquelas recompras e regularizações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 39.500 milhões de dólares em créditos vendidos pelo Deutsche Bank conforme atrás descrito.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes podem decorrer de obrigações presentes ou de possíveis obrigações emergentes de acontecimentos passados. O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos e que possa ser estimada com fiabilidade. No caso de passivos contingentes significativos para os quais uma perda futura é mais do que uma possibilidade remota, o Grupo estima a perda possível sempre que considerar que é possível efetuar uma estimativa.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de contencioso significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos contenciosos, de arbitragem e regulamentares na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos, que decorrem do exercício normal da atividade. Os passivos contingentes significativos do Grupo que são mais do que uma possibilidade remota dizem respeito às matérias legais e regulamentares descritas a seguir, algumas das quais são constituídas por várias reclamações. Relativamente a algumas destas matérias, também foram constituídas provisões que, no agregado, formam uma parte significativa da provisão Operacional/Contencioso. A provisão, se existir, ou a perda estimada a respeito de cada uma delas, onde essa estimativa possa ser efetuada, não foi divulgada para matérias individuais, porque o Grupo concluiu que essa divulgação poderia comprometer gravemente o desfecho desses processos.

Para determinar quais das matérias têm a possibilidade mais do que remota de resultar em perdas e, depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem carácter limitativo, a natureza da reclamação e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, a experiência do Grupo e a experiência de outros em casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, indemnizações disponíveis e pareceres e opiniões de advogados. Existem outras matérias divulgadas para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais não é possível fazer essa estimativa. Nas matérias em que é possível fazer uma estimativa, o Grupo estima que, em 31 de dezembro de 2011, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota era de 2.200 milhões de euros acima das provisões para essas matérias.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas e a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa pode ser feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da Administração ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Litígio Kirch. Em maio de 2002, o Dr. Leo Kirch a título pessoal e como cessionário de duas entidades do antigo Grupo Kirch (PrintBeteiligungs GmbH e a sociedade *holding* do grupo TaurusHolding GmbH & Co. KG) intentou uma ação judicial contra o Dr. Rolf-E. Breuer e o Deutsche Bank AG, alegando que uma declaração feita pelo Dr. Breuer (à data, o porta-voz do Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank AG) sobre o Grupo Kirch, numa entrevista ao canal televisivo Bloomberg, no dia 4 de fevereiro de 2002, tinha violado a lei e resultado em danos financeiros.

Em 24 de janeiro de 2006, o Supremo Tribunal Federal alemão julgou procedente a ação para uma sentença declaratória apenas em relação às reclamações submetidas pela PrintBeteiligungs GmbH. Essa ação e sentença não exigiam prova de perdas causadas pela declaração feita durante a entrevista. A PrintBeteiligungs GmbH é a única empresa do Grupo Kirch que foi mutuária do Deutsche Bank AG. As reclamações do Dr. Kirch a título pessoal e em nome da TaurusHolding GmbH & Co. KG foram indeferidas. Em maio de 2007, Dr. Kirch apresentou uma ação para o pagamento de cerca de 1.300 milhões de euros mais juros como cessionário da PrintBeteiligungs GmbH contra o Deutsche Bank AG e o Dr. Breuer. Em 22 de fevereiro de 2011, o Tribunal Distrital de Munique considerou todo o processo improcedente. O Dr. Kirch apresentou recurso contra esta decisão. Nestes processos, o Dr. Kirch teve de provar que aquela declaração tinha causado danos financeiros à PrintBeteiligungs GmbH e o montante dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2005, a KGL Pool GmbH intentou uma ação judicial contra o Deutsche Bank AG e o Dr. Breuer. Este processo assenta em alegadas reclamações por várias subsidiárias do antigo Grupo Kirch. A KGL Pool GmbH pretende uma sentença declaratória no sentido de que o Deutsche Bank AG e o Dr. Breuer são conjunta e solidariamente responsáveis por perdas e danos resultantes da declaração na entrevista e do comportamento do Deutsche Bank AG relativamente a várias subsidiárias do Grupo Kirch. Em dezembro de 2007, a KGL Pool GmbH reforçou o seu processo judicial com um pedido de pagamento de cerca de 2 mil milhões de euros mais juros como indemnização por supostas perdas e danos que duas subsidiárias do antigo Grupo Kirch alegadamente sofreram em resultado da declaração do Dr. Breuer. Em 31 de março de 2009, o Tribunal Distrital de Munique declarou todo o processo improcedente. O queixoso recorreu da decisão. O tribunal de recurso começou a estudar as provas e recomendou que as partes ponderassem chegar a acordo em relação a todos os processos judiciais pendentes entre o Deutsche Bank e o Dr. Kirch e partes relacionadas. O Deutsche Bank defende que as reclamações não têm qualquer fundamento, e nem a causalidade da declaração na entrevista e eventuais danos nem a extensão dos danos reivindicados foram suficientemente fundamentadas.

O Dr. Kirch faleceu em julho de 2011. A morte do Dr. Kirch não tem qualquer impacto no processo. Em 1 de março de 2012, após uma análise cuidadosa, o Deutsche Bank não aceitou a proposta de acordo extrajudicial.

Matérias relacionadas com créditos hipotecários e títulos garantidos por créditos hipotecários (ABS). O Deutsche Bank AG e algumas empresas que lhe estão associadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS), títulos garantidos por obrigações de dívida (CDO), papel comercial garantido por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos processos civis em várias qualidades, como emitente ou tomador firme de ofertas de RMBS. Estes casos incluem processos de suposta ação coletiva, ações intentadas por compradores individuais de títulos, e ações intentadas por companhias de seguros que garantiram pagamentos de capital e de juros de tranches específicas das ofertas de títulos. Embora as alegações variem consoante o processo, estes casos alegam, de um modo geral, que os prospectos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação.

O Deutsche Bank e vários colaboradores antigos ou atuais foram constituídos réus numa putativa ação coletiva que teve início em 27 de junho de 2008 relativa a duas ofertas de RMBS emitidos pelo Deutsche Bank. Na sequência da mediação, as partes informaram o tribunal de que tinham chegado a um acordo preliminar para encerrar o caso. Em resposta, o tribunal deu o caso por encerrado sem prejuízo de o reabrir para efeitos dos procedimentos de conclusão do acordo da ação coletiva. O acordo de pagamento não foi finalizado e não há garantias de que o venha a ser. Se for, o acordo de pagamento será sujeito a determinados termos e condições, incluindo a aprovação do tribunal.

O Deutsche Bank é réu em putativas ações coletivas respeitantes à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, de tomador firme de RMBS emitidos por várias entidades terceiras e respetivas associadas, nomeadamente Countrywide Financial Corporation, IndyMac MBS, Inc., Novastar Mortgage Corporation e Residential Accredit Loans, Inc. Estes casos encontram-se em diferentes etapas processuais da fase de instrução. O acordo numa putativa ação coletiva intentada em nome de compradores de RMBS emitidos por associadas da Wells Fargo Asset Securities Corporation recebeu a aprovação final do tribunal em 14 de novembro de 2011.

O Deutsche Bank é réu em vários processos judiciais que não constituem ações coletivas intentados por alegados compradores de, e contrapartes envolvidas em transações relacionadas com, RMBS, e respectivas associadas, designadamente Allstate Insurance Company, Assured Guaranty Municipal Corp., Cambridge Place Investments Management Inc., Federal Deposit Insurance Corporation (na qualidade de conservador do Franklin Bank S.S.B.), Federal Home Loan Bank of Boston, Federal Home Loan Bank of San Francisco, Federal Home Loan Bank of Seattle, Federal Housing Finance Agency (na qualidade de conservador das entidades Fannie Mae e Freddie Mac), Mass Mutual Life Insurance Company, Moneygram Payment Systems, Inc., Phoenix Light SF Limited, Stichting Pensioenfonds ABP, The Charles Schwab Corporation, The Union Central Life Insurance Company, The Western and Southern Life Insurance Co., West Virginia Investment Management Board e Sealink Funding Limited. Estes processos civis encontram-se em diferentes etapas processuais da fase de instrução.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

O Deutsche Bank chegou a acordo com o National Credit Union Administration (NCUA), conservador de cinco cooperativas crédito falidas, para resolver potenciais relamações relativas aos RMBS comprados por essas cinco cooperativas de crédito. Nos termos do acordo, que foi anunciado pelo NCUA em 14 de novembro de 2011, o Deutsche Bank pagou 145 milhões de dólares.

Em 6 de fevereiro de 2012, o Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque emitiu uma ordem de indeferimento de ações apresentadas pelo Dexia SA/NV e Teachers Insurance and Annuity Association of America, e respectivas associadas. O tribunal indeferiu algumas das ações com extinção do processo, mas concedeu aos queixosos permissão para voltar a intentar outras ações.

Várias outras entidades ameaçaram apresentar queixa contra o Deutsche Bank no que diz respeito a diversas ofertas de RMBS e outros produtos conexos e o Deutsche Bank chegou a acordo com algumas destas entidades para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação apresentada no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque por onze entidades de finalidade especial associadas ao IKB Deutsche Industriebank AG, no que diz respeito a seis CDO garantidos por RMBS que o Deutsche Bank montou e vendeu aos queixosos em 2006 e 2007. Os queixosos alegam que o Deutsche Bank informou incorretamente ou foi de outro modo incapaz de divulgar que estes CDO eram afetados por certas imparidades e conflitos de interesses, nomeadamente imparidades no colateral subjacente e o alegado envolvimento de certas contrapartes a descoberto no processo pelo qual o colateral foi selecionado. Os queixosos reivindicaram várias causas de pedir ao abrigo da lei do Estado de Nova Iorque, incluindo, entre outras, fraude, falsas declarações por negligência, ato revogatório, transmissão fraudulenta e enriquecimento sem causa. Este litígio foi resolvido, tendo sido depositado o acordo de anulação junto do Tribunal.

Em 3 de maio de 2011, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (USDOJ) intentou uma ação civil contra o Deutsche Bank AG e MortgageIT, Inc. no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque. O USDOJ apresentou uma queixa com alterações em 22 de agosto de 2011. A queixa alterada, que sustenta reclamações ao abrigo da lei False Claims Act dos EUA e do direito comum (*common law*), alega que o Deutsche Bank AG, DB Structured Products, Inc., MortgageIT, Inc. e Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) submeteram falsas certificações à Federal Housing Administration (FHA) do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano relativamente à conformidade da MortgageIT, Inc. com os requisitos da FHA de controlo de qualidade e de qualificação de créditos individuais para seguros da FHA. Conforme se explica na queixa corrigida, a FHA pagou 368 milhões de dólares em pedidos de indemnização de seguros relativamente a hipotecas que foram alegadamente objeto de falsas certificações.

A queixa alterada pretende a recuperação do triplo das perdas e danos e uma indenização por futuras perdas em créditos segurados pela FHA e, conforme estabelecido nos registros, o governo pretende mais de 1.000 milhões de dólares em perdas e danos. Em 23 de setembro de 2011, os réus apresentaram um pedido de indeferimento da queixa alterada. Na sequência de uma audiência em 21 de dezembro de 2011, o Tribunal concedeu ao USDOJ permissão para apresentar uma segunda queixa alterada.

Litígios sobre *Auction Rate Securities*. O Deutsche Bank AG e o DBSI foram constituídos réus em 21 ações judiciais que sustentam várias reclamações ao abrigo da lei estadual e de leis federais de valores mobiliários, decorrentes da venda de títulos preferenciais com taxas definidas em leilão e títulos a taxas definidas em leilão (em conjunto "ARS", *auction rate securities*). Dessas 21 ações, sete estão pendentes e catorze foram resolvidas e anuladas com extinção do processo. O Deutsche Bank AG e o DBSI foram objeto de uma putativa ação coletiva, intentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, que sustenta várias reclamações ao abrigo das leis federais de valores mobiliários, em nome de todas as pessoas ou entidades que compraram e ainda detêm ARS colocados para venda pelo Deutsche Bank AG e DBSI entre 17 de março de 2003 e 13 de fevereiro de 2008. Em dezembro de 2010, o tribunal considerou improcedente a putativa ação coletiva com extinção do processo. Depois de inicialmente ter apresentado uma notificação de recurso, o queixoso retirou voluntariamente e anulou o recurso em dezembro de 2011. O Deutsche Bank AG foi igualmente constituído réu, juntamente com dez outras instituições financeiras, em duas putativas ações coletivas apresentadas no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, sustentando violações das leis *antitrust*. As putativas ações coletivas alegam que os réus conspiraram para suportar artificialmente e depois, em fevereiro de 2008, restringir o mercado de ARS. Em ou por volta de 26 de janeiro de 2010, o tribunal considerou improcedentes as duas putativas ações coletivas. Os queixosos interpuseram recursos das anulações.

Litígios sobre títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts*. O Deutsche Bank AG e algumas empresas a ele associadas e respetivos responsáveis foram objeto de uma putativa ação coletiva consolidada, intentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, que sustenta reclamações ao abrigo das leis federais de valores mobiliários em nome de pessoas que compraram certos títulos preferenciais emitidos por *trusts*, emitidos pelo Deutsche Bank e empresas a ele associadas entre outubro de 2006 e maio de 2008. As reclamações são sustentadas ao abrigo das Secções 11, 12(a)(2) e 15 da Lei de valores mobiliários de 1933, no sentido de que as declarações de registo e os prospetos desses títulos continham distorções e omissões essenciais. Uma queixa alterada em ação coletiva consolidada foi apresentada em 25 de janeiro de 2010. Em 19 de agosto de 2011, o tribunal aceitou em parte e rejeitou em parte o pedido de anulação dos réus. Os réus solicitaram a revisão da parte da decisão que rejeita o pedido de anulação. Em 20 de setembro de 2011, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que já não inclui reclamações baseadas na emissão de títulos de outubro de 2006.

Questões relativas a taxas interbancárias. O Deutsche Bank AG recebeu várias citações e pedidos de informação de entidades reguladoras e governamentais dos Estados Unidos e do estrangeiro, incluindo o Departamento de Justiça dos EUA, a Commodity Futures Trading Commission e a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos, e a Comissão Europeia, relativamente à fixação de taxas interbancárias em diversas moedas. Estes inquéritos dizem respeito a vários períodos entre 2005 e 2011. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações. Adicionalmente, várias ações civis, incluindo putativas ações coletivas, foram intentadas em tribunais federais dos Estados Unidos contra o Deutsche Bank AG, uma empresa sua associada e muitos outros bancos, em nome de partes que alegam ter transacionado instrumentos financeiros baseados na LIBOR e terem os réus manipulado, por diversos meios, a taxa LIBOR em dólares e os preços dos derivados baseados na LIBOR em dólares em diversos mercados. Os pedidos de indemnização por perdas e danos foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da Lei Commodity Exchange Act e das leis *antitrust*. As ações civis foram consolidadas para efeitos de instrução do processo no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque. As ações encontram-se nas primeiras fases processuais.

29 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito *standby* e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos, não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. O Grupo tem estes instrumentos em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir um colateral para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, é estabelecida uma provisão e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis do Grupo e os passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta colaterais ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas vão expirar sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou podem ser recuperadas com os proveitos do colateral providenciado.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Compromissos de crédito irrevogáveis	127.995	123.881
Passivos contingentes	73.653	68.055
Total	201.648	191.936

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias da Export Credit Agency (“ECA”) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram organismos ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias da ECA concedidas para financiamento a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo são comparáveis devido ao facto de a maior parte das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) de modo a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países, existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pela ECA. O Grupo utiliza esses programas de uma forma seletiva.

Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como colateral, para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos.

A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha ou pela Commodity Credit Corporation em nome dos Estados Unidos.

30 –

Outros empréstimos a curto prazo

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Outros empréstimos a curto prazo.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	30.807	31.322
Outros	34.549	33.668
Total de outros empréstimos a curto prazo	65.356	64.990

31 – Dívida a longo prazo e títulos preferenciais emitidos por *trusts*

Dívida a longo prazo

O quadro seguinte apresenta a dívida a longo prazo do Grupo por ordem crescente de maturidade contratual.

em milhões de euros	Vencida em 2012	Vencida em 2013	Vencida em 2014	Vencida em 2015	Vencida em 2016	Vencida após 2016	Total 31.12. 2011	Total 31.12. 2010
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14.576	11.373	10.961	12.021	9.900	46.075	104.906	105.711
Taxa variável	11.424	10.530	5.176	3.202	3.150	13.253	46.735	51.596
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	428	1.519	576	987	702	2.569	6.781	7.213
Taxa variável	3.889	501	250	55		299	4.994	5.140
Total de dívida a longo prazo	30.317	23.923	16.963	16.265	13.752	62.196	163.416	169.660

O Grupo não tinha quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações relativamente às suas obrigações em 2011 e 2010.

Títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts*

O quadro seguinte resume os títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts*, com taxa fixa ou variável, do Grupo, que são instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	11.402	11.218
Taxa variável	942	1.032
Total de títulos de dívida preferenciais emitidos por <i>trusts</i>	12.344	12.250

Notas adicionais

32 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. Ao abrigo da lei alemã, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Quantidade de ações	Emitidas e integralmente pagas.	Ações em Tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de Janeiro de 2010	620.859.015	(683.695)	620.175.320
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	–	–	–
Aumento de capital	308.640.625	–	308.640.625
Ações compradas para tesouraria	–	(325.966.381)	(325.966.381)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	–	316.212.796	316.212.796
Ações ordinárias, 31 de Dezembro de 2010	929.499.640	(10.437.280)	919.062.360
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	–	–	–
Aumento de capital	–	–	–
Ações compradas para tesouraria	–	(381.738.342)	(381.738.342)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	–	367.286.623	367.286.623
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2011	929.499.640	(24.888.999)	904.610.641

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

As ações compradas para tesouraria são ações detidas pelo Grupo por um dado período de tempo, assim como quaisquer ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Em 31 de dezembro de 2011, as ações detidas em tesouraria totalizavam 24.888.999 ações. Estas ações em tesouraria serão utilizadas em futuros pagamentos de remuneração baseada em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração Executivo está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em dinheiro e, em algumas circunstâncias, contrapartidas não monetárias. Em 31 de dezembro de 2011, o Deutsche Bank AG autorizou mas não emitiu capital no valor de 1.152.000.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2016. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
€ 230.400.000	Numerário	Podem ser excluídos nos termos da secção 186 (3) frase da lei de sociedades anónimas (<i>Stock Corporation Act</i>)	30 de abril de 2016
€ 230.400.000	Numerário ou não monetária	Podem ser excluídos se o aumento de capital tiver contrapartida não monetária com intenção de adquirir empresa ou participação em empresa	30 de abril de 2016
€ 691.200.000	Numerário	Podem não ser excluídos	30 de abril de 2016

Capital condicional

O Conselho de Administração Executivo está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas que estão ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com *warrants* podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
Capital contingente	
€ 230.400.000	30 de abril de 2015
€ 230.400.000	30 de abril de 2016

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

	2011 (propostos)	2010	2009
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros) ¹	697	697	466
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,75	0,75	0,75

¹ Os dividendos em numerário para 2011 baseiam-se no número de ações emitidas à data de 31 de dezembro de 2011.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 – Planos de remuneração com base em ações

Planos de remuneração com base em ações utilizados para atribuir novos prémios em 2011

Em 2011, o Grupo atribuiu a remuneração baseada em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Todos os prémios representam um direito contingente a receber ações ordinárias Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. A aquisição de direitos é abreviada se o termo da relação de trabalho do beneficiário se dever a morte ou incapacidade.

Os prémios de 2011 foram concedidos em conformidade com o regulamento alemão de remuneração para as instituições financeiras denominado Instituts-Vergütungsverordnung (InstitutsVergV). Todos os colaboradores receberam 50 % dos prémios diferidos em ações. No caso dos colaboradores regidos pelo regulamento InstitutsVergV, após aquisição dos direitos aplica-se ainda um outro período de detenção das ações antes de os colaboradores estarem habilitados a vender as ações.

Nos países em que restrições legais ou de outra natureza impedem a entrega de ações, foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios (tal como em anos anteriores desde 2007).

Em 2010, o Grupo introduziu um novo plano de ações para os colaboradores denominado Global Share Purchase Plan (GSPP). Em 31 de dezembro de 2011, entidades de 36 países tinham aderido ao novo plano.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Plano		Calendário de aquisição de direitos	Disposições reforma antecipada	Elegibilidade
DB Equity Plan	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/Nova contratação	Especificação individual ²		Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
	Prémio anual - Upfront	Aquisição de direitos imediatamente na atribuição ³	Não	Colaboradores regulados
Global Share Purchase Plan (GSPP)	Plano abrangente de ações para colaboradores	100%: 12 meses	Não	Plano para colaboradores, em países selecionados, dando até 10 ações por colaborador

¹ Para os colaboradores regulados, a entrega de ações ocorre após mais um período de retenção de seis meses.

² Período de serviço médio ponderado relevante: 23 meses

³ Para os colaboradores regulados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Planos de remuneração com base em ações utilizados para atribuir prêmios antes de 2011

Antes de 2011, o Grupo atribuiu a remuneração baseada em ações ao abrigo de vários outros planos. O quadro seguinte resume as principais características destes planos.

Plano		Calendário de aquisição de direitos	Disposições reforma antecipada	Elegibilidade	Última atribuição em
Restricted Equity Units (REU) Plan	Prémio anual	80%: 48 meses ¹ 20%: 54 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual	2006
DB Share Scheme	Prémio Off Cycle	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave	2006
Global Share Plan – Alemanha	-	100%: 12 meses	Não	Plano para todos os colaboradores, dando até 10 ações por colaborador	2008
<u>Global Partnership Plan Equity Units</u>	Prémio anual	80%: 24 meses ² 20%: 42 meses	Não	Membros do Conselho de Administração Executivo	2008
DB Equity Plan	Prémio anual	50%: 24 meses 25%: 36 meses 25%: 48 meses	Não	Colaboradores selecionados como retenção anual	2009 (neste calendário de aquisição de direitos)
	Retenção/Nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave	
DB Equity Plan	Prémio anual	Aquisição de direitos gradual em 9 tranches iguais entre 12 meses e 45 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual	2010 (neste calendário de aquisição de direitos)
		ou aquisição de direitos apenas no fim, após 45 meses			
	Retenção/Nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave	

¹ Com entrega ao fim de mais 6 meses.

² Com entrega ao fim de mais 18 meses.

Todos os Planos representam um direito contingente a receber ações ordinárias Deutsche Bank após um período de tempo específico. Os beneficiários do prémio não têm o direito de receber dividendos antes da liquidação do prémio.

Um prémio, ou parte dele, pode caducar se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. Contudo, as disposições de reforma antecipada do REU Plan ou do DB Equity Plan permitem a continuação do período de aquisição de direitos após o termo voluntário do vínculo laboral desde que sejam satisfeitas certas condições de idade e antiguidade. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em determinados casos, como despedimento ou reforma. A aquisição de direitos é abreviada se o termo da relação de trabalho se dever a morte ou incapacidade.

Nos países em que restrições legais ou de outra natureza impedem a entrega de ações, foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan na atribuição de prêmios a partir de 2007.

Atividade em planos de ações

O quadro seguinte resume a atividade registada em planos que envolvem prêmios de ações, ou seja, aqueles planos que atribuem um direito contingente a receber ações ordinárias Deutsche Bank após um período de tempo específico. Também inclui os prêmios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

em milhares de unidades (exceto dados por ação)	Unidades do Global Partnership Plan Equity	DB Share Scheme/REU/DB Equity Plan	Global Share Plan/Global Share Purchase Plan	Total	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	242	50.114	-	50.356	€ 49,61
Concedidas	.	43.942	151	44.093	€ 43,46
Emitidas	(92)	(20.668)	.	(20.760)	€ 69,75
Caducadas	.	(4.774)	.	(4.774)	€ 39,19
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	150	68.614	151	68.915	€ 40,31
Concedidas	5	27.804	213	28.022	€ 40,54
Emitidas	(155)	(23.838)	(157)	(24.150)	€ 49,12
Caducadas	.	(3.092)	.	(3.092)	€ 37,86
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	69.488	207	69.695	€ 37,37

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 28,3 milhões de ações para participantes do plano, em fevereiro de 2012, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prêmios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores.

Além disso, em fevereiro 2012 o Grupo concedeu prêmios de cerca de 36 milhões de unidades, com um justo valor médio de 31,79 euros por unidade, ao abrigo do DB Equity Plan com condições de plano modificadas para 2012. Cerca de 1,1 milhões de unidades destas atribuições pertenciam à variante de numerário do DB Equity Plan.

Custos com remuneração

Os custos de remuneração com prêmios liquidados através de instrumentos de capital são mensurados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações.

O custo de remuneração dos prêmios baseados em ações pagos em dinheiro é remensurado ao justo valor à data de cada balanço, e as obrigações relacionadas são incluídas em Outros passivos até serem pagas. Para os prêmios atribuídos através da versão em numerário do DB Equity Plan, a remensuração baseia-se no preço de mercado corrente das ações ordinárias do Deutsche Bank.

A Nota 01 "Principais políticas contabilísticas" contém uma descrição dos princípios contabilísticos subjacentes.

O Grupo reconheceu os custos com a remuneração relativos aos planos de remuneração com base em ações significativos, como se segue:

em milhões de euros	2011	2010	2009
DB Global Partnership Plan	1	1	4
DB Global Share Plan/DB Global Share Purchase Plan	6	3	6
DB Share Scheme/Restricted Equity Units Plan/DB Equity Plan	1.283	1.173	637
Total	1.289	1.177	647

Dos custos com remuneração reconhecidos em 2011, 2010 e 2009, foram atribuídos a variantes do plano liquidadas em dinheiro cerca de 28 milhões de euros, 24 milhões de euros e 22 milhões de euros, respetivamente.

As transações de pagamentos baseados em ações que originarão pagamentos em dinheiro criaram um passivo de cerca de 35 milhões de euros, 33 milhões de euros e 26 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, os custos com remuneração não reconhecidos relativos a remuneração baseada em ações sem direitos adquiridos eram cerca de 600 milhões de euros, 1.000 milhões de euros e 400 milhões de euros, respetivamente.

34 – Benefícios dos empregados

Remuneração diferida

O Grupo atribuiu prémios em dinheiro a alguns colaboradores selecionados, com liquidação diferida. Cada prémio é composto por três tranches, equivalendo cada uma a um terço do volume atribuído. As três tranches têm direitos adquiridos no prazo de um, dois e três anos, respetivamente, após a data da atribuição. Assim que uma tranche tem os direitos adquiridos, é paga, líquida das partes dos prémios caducadas antes da aquisição dos direitos. De um modo geral, cada tranche é amortizada ao longo do seu período de aquisição de direitos. Em regra, os prémios apenas são pagos ao colaborador se existir uma relação de trabalho não terminada entre o colaborador e o Deutsche Bank à data de aquisição dos direitos. Os prémios estão sujeitos a regras de caducidade adicionais, por exemplo, se os colaboradores estiverem em situação de infração de políticas internas ou da lei.

Os prémios atribuídos a alguns colaboradores selecionados, a nível de direção sénior, em fevereiro de 2010, estão igualmente sujeitos a regras de caducidade indexada ao desempenho baseadas em normas regulamentares que exigem que partes dos prémios não sejam pagas se os valores de desempenho definidos não forem atingidos. A partir de 2011, algumas regras de caducidade são aplicáveis apenas a membros de direção seniores e outros colaboradores especificamente identificados de acordo com os requisitos regulamentares do Regulamento alemão de remuneração para as instituições financeiras (InstitutsVergV).

O volume de prêmios atribuídos nos termos e condições do DB Restricted Incentive Plan foi cerca de 1.000 milhões de euros em fevereiro de 2011 e 500 milhões de euros em fevereiro de 2010.

Em fevereiro de 2012, foram atribuídos novos prêmios num total aproximado de 1.100 milhões de euros nos termos e condições do DB Restricted Incentive Plan.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu prêmios em ações, que se encontram descritos na Nota 33 "Planos de remuneração com base em ações".

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. Os planos de benefícios definidos do Grupo estão classificados em planos de benefícios de reforma, tais como planos de pensões e planos de saúde pós-emprego.

A maior parte dos compromissos com planos de benefícios definidos do Grupo diz respeito a beneficiários dos planos de benefícios de reforma na Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Nesses planos, o valor dos benefícios acumulados pelo participante baseia-se, em primeiro lugar, na remuneração e tempo de serviço do colaborador. O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações com planos de benefícios de reforma.

O Grupo mantém igualmente diversos programas de despesas de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes programas pagam percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis, depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo procede à acumulação dos montantes para estas obrigações ao longo do tempo de serviço do colaborador e paga os benefícios, a partir dos ativos do Grupo, quando os benefícios vencem. Assim que um reformado se qualifica para o sistema Medicare, o reformado deixa de ser elegível nos termos do programa de despesas de saúde do Grupo e o Grupo paga uma contribuição para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) pelo reformado.

O Comitê de Risco de Pensões do Grupo supervisiona os riscos relacionados com os planos de benefícios pós-emprego do Grupo em todo o mundo. Neste contexto, desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão de risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos ("DBO" - *defined benefit obligation*) através dos ativos dos planos, num intervalo de 90 % a 100 % da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. No entanto, o Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, por exemplo sempre que não seja fiscalmente eficiente. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – Impacto no balanço

O quadro seguinte apresenta as conciliações de saldos iniciais e finais da DBO e do justo valor dos ativos dos planos de benefícios definidos do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a demonstração do estado dos fundos constituídos assim como a sua conciliação com os montantes reconhecidos nos balanços à data de 31 de dezembro de cada ano.

em milhões de euros	Planos de benefícios de reforma		Planos de saúde pós-emprego	
	2011	2010	2011	2010
Alteração na obrigação com benefícios definidos:				
Saldo, início do ano	12.071	9.416	154	136
Custos com serviços correntes	248	243	3	3
Custos com juros	600	527	7	9
Contribuições por participantes do plano	19	14	.	.
Perda (ganho) atuarial	458	81	18	3
Alterações das taxas de câmbio	136	231	5	10
Benefícios pagos	(563)	(465)	(8)	(7)
Custos com serviços passados (crédito)	21	(77)	(15)	.
Aquisições ¹	.	2.129	.	.
Alienações	(17)	.	.	.
Liquidações/reduções:	(1)	(30)	.	.
Outros ²	2	2	.	.
Saldo, fim do ano	12.974	12.071	164	154
dos quais: sem fundos constituídos	1.162	1.124	164	154
dos quais: com fundos constituídos	11.812	10.947	.	.
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:				
Saldo, início do ano	11.076	9.352	.	-
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	531	490	.	.
Ganho (perda) atuarial	1.165	224	.	.
Alterações das taxas de câmbio	152	210	.	.
Contribuições pelo empregador	117	388	.	.
Contribuições por participantes do plano	19	14	.	.
Benefícios pagos ³	(464)	(423)	.	.
Aquisições ¹	.	846	.	.
Alienações	(12)	.	.	.
Liquidações	9	(17)	.	.
Outros ²	1	(8)	-	-
Saldo, fim do ano	12.594	11.076	.	-
Estado dos fundos constituídos, fim do ano	(380)	(995)	(164)	(154)
Custos com serviços passados (crédito) não reconhecidos
Valor máximo dos ativos	.	(3)	.	.
Reclassificação como "detidos para venda" ⁴	.	5	.	.
Outros ativos (passivos) reconhecidos	(380)	(993)	(164)	(154)
dos quais: outros ativos	1.336	609	.	.
dos quais: outros passivos	(1.716)	(1.602)	(164)	(154)

¹ Postbank, Sal. Oppenheim e BHF-BANK

² Inclui saldo inicial da aplicação pela primeira vez de planos mais pequenos.

³ Apenas para planos com fundos constituídos.

⁴ BHF BANK

Metodologia e pressupostos atuariais

A data de mensuração para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada.

Segue-se a apresentação dos pressupostos atuariais aplicados para determinar a DBO e os encargos. São indicados sob a forma de médias ponderadas.

	2011	2010	2009
Pressupostos utilizados para planos de benefícios de reforma			
para determinar obrigações com benefícios definidos, fim do ano			
Taxa de desconto	4,8 %	5,1 %	5,4 %
Taxa de inflação dos preços	2,5 %	2,5 %	2,7 %
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	3,4 %	3,3 %	3,4 %
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	2,5 %	2,4 %	2,4 %
para determinar encargos, fim do ano			
Taxa de desconto	5,1 %	5,4 %	5,6 %
Taxa de inflação dos preços	2,5 %	2,7 %	2,1 %
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	3,3 %	3,4 %	3,0 %
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	2,4 %	2,4 %	1,8 %
Taxa de retorno esperada sobre os ativos dos planos	4,9 %	5,0 %	4,5 %
Pressupostos utilizados para planos de saúde pós-emprego			
para determinar obrigações com benefícios definidos, fim do ano			
Taxa de desconto	4,5 %	5,3 %	5,9 %
para determinar encargos, fim do ano			
Taxa de desconto	5,3 %	5,9 %	6,1 %
Esperança de vida presumida aos 65 anos			
homem com 65 anos à data de mensuração	19,4	19,4	19,4
homem com 45 anos à data de mensuração	21,6	21,6	21,5
mulher com 65 anos à data de mensuração	22,9	22,8	22,8
mulher com 45 anos à data de mensuração	25,0	24,9	24,8

1 A taxa de retorno esperada sobre os ativos para determinação de encargos 2012 é de 4,5 %.

No caso dos planos mais significativos do Grupo, o pressuposto da taxa de desconto à data de cada mensuração é definido com base numa curva de rendimentos de obrigações de empresas de elevada qualidade, refletindo o momento efetivo e o montante dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. É utilizado um pressuposto coerente em toda a zona do euro, com base no pressuposto aplicável na Alemanha. Quanto aos outros planos, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações governamentais e de empresas de alta qualidade, conforme apropriado, à data de cada mensuração, com uma duração compatível com as obrigações do plano.

Os pressupostos de inflação de preços da zona do euro e do Reino Unido são definidos por referência as medidas de inflação implícitas do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de mensuração. Em outros países, é normalmente baseado em previsões a longo prazo do Consensus Economics Inc.

Os pressupostos de aumento do nível de remuneração futura são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante, refletindo uma abordagem de "construção por blocos" a partir do pressuposto de inflação de preços e refletindo as políticas e estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado.

Os pressupostos de aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante, refletindo uma abordagem de "construção por blocos" a partir do pressuposto de inflação de preços e refletindo requisitos legais e específicos de cada plano a nível local.

A taxa de retorno esperada sobre os ativos é desenvolvida separadamente para cada plano com fundos constituídos, utilizando a abordagem de "construção por blocos", reconhecendo a alocação de ativos alvo de cada plano à data de mensuração e o retorno presumido dos ativos de cada categoria de ativos. O princípio geral é utilizar uma taxa sem risco como parâmetro de referência (*benchmark*), com ajustamentos ao efeito de duração e fatores relevantes específicos para cada categoria principal dos ativos dos planos, sempre que adequado. Por exemplo, a taxa de retorno esperada em ações e imobiliário é calculada adicionando o respetivo prémio de risco à taxa sem juros.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na mensuração das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos têm sido definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras de longevidade.

Para determinar encargos com planos de saúde pós-emprego, presumiu-se uma taxa média ponderada anual de aumento de 9 % no custo per capita de benefícios de saúde cobertos para 2012.

Presume-se que a taxa vai diminuir gradualmente para 5,1 % até ao fim de 2020 e manter-se nesse nível a partir dessa data.

Investimentos em fundos de pensões

O principal objetivo de investimento do Grupo é imunizar globalmente o Grupo contra grandes flutuações no estado dos fundos constituídos dos seus planos de benefícios de reforma, com um nível limitado de risco assumido através de inconsistências (*mismatches*) de duração e diversificação de classes de ativos para reduzir os custos do Grupo com a prestação de benefícios de longo prazo aos empregados. O objetivo é maximizar rendibilidades dentro do nível global de tolerância ao risco do Grupo.

Segue-se a apresentação da alocação de ativos média ponderada dos planos de benefícios de reforma com fundos constituídos do Grupo, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, e a alocação alvo por categoria de ativos.

Categorias de ativos:	Alocação alvo	Percentagem de ativos dos planos	
		31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de capital	10 %	7 %	9 %
Instrumentos de dívida (incluindo tesouraria e derivados)	85 %	87 %	88 %
Investimentos alternativos (incluindo imobiliário)	5 %	6 %	3 %
Total das categorias de ativos	100 %	100 %	100 %

O retorno real dos ativos dos planos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foi 1.696 milhões de euros e 714 milhões de euros, respetivamente.

Os ativos dos planos em 31 de dezembro de 2011 incluem transações de derivados com entidades do Grupo, com um valor de mercado positivo de 473 milhões de euros. Adicionalmente, existem 248 milhões de euros em títulos emitidos pelo Grupo incluídos nos ativos dos planos.

Impacto nos fluxos de caixa

O Grupo prevê contribuir com cerca de 125 milhões de euros para os seus planos de benefícios de reforma em 2012. Não se prevê que os ativos dos planos sejam devolvidos ao Grupo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O quadro seguinte reflete os benefícios que se prevê pagar através dos planos em cada um dos próximos cinco anos e, no agregado, para os cinco anos seguintes. Os montantes incluem benefícios atribuíveis a serviços passados e futuros estimados dos colaboradores e incluem as somas pagas pelos fundos de pensões do Grupo relativamente aos planos com fundos constituídos e pelo Grupo relativamente aos planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Planos de benefícios de reforma	Planos de saúde pós-emprego
2012	555	10
2013	557	11
2014	566	11
2015	586	11
2016	611	12
2017 – 2021	3.556	62

Impacto no capital

O Grupo aplica uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio dos acionistas e apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral e na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

O quadro seguinte apresenta os montantes cumulativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2011 desde a adoção das IFRS em 1 de janeiro de 2006, assim como os montantes reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente, antes da provisão para impostos diferidos. Os impostos diferidos são divulgados num quadro separado relativo a impostos sobre o rendimento reconhecidos em capital, na Nota 35 "Impostos sobre o rendimento".

em milhões de euros	Montante reconhecido no rendimento integral (ganho/perda)		
	31.12. 2011 ¹	2011	2010
Planos de benefícios de reforma			
Valor máximo dos ativos	856	707	143
Total dos planos de benefícios de reforma	856	709	147
Planos de saúde pós-emprego			
Ganho (perda) atuarial	15	(18)	(3)
Total dos planos de saúde pós-emprego	15	(18)	(3)
Montante total reconhecido	871	691	144

¹ Acumulado desde aplicação inicial das IFRS e incluindo o impacto de alterações nas taxas de câmbio

Impacto da experiência em passivos e ativos

O quadro seguinte apresenta os montantes para a data corrente e quatro datas anteriores de mensuração da DBO, o justo valor dos ativos dos planos e o estado dos fundos constituídos, assim como os ajustamentos de experiência na obrigação e nos ativos dos planos para os períodos anuais até à data de mensuração.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Planos de benefícios de reforma					
Obrigação com benefícios definidos	12.974	12.071	9.416	8.189	8.518
dos quais: ajustamentos de experiência (perda (ganho))	25	(83)	(72)	24	(68)
Justo valor dos ativos dos planos	12.594	11.076	9.352	8.755	9.331
dos quais: ajustamentos de experiência (ganho (perda))	1.165	224	92	(221)	(266)
Estado dos fundos constituídos	(380)	(995)	(64)	566	813
Planos de saúde pós-emprego					
Obrigação com benefícios definidos	164	154	136	119	116
dos quais: ajustamentos de experiência (perda (ganho))	8	1	.	(5)	(17)
Estado dos fundos constituídos	(164)	(154)	(136)	(119)	(116)

Impacto nos encargos

Os encargos com remunerações e benefícios do Grupo incluem os seguintes custos com planos de benefícios definidos e outros benefícios para alguns colaboradores selecionados, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Encargos com planos de benefícios de reforma:			
Custos com serviços correntes	248	243	186
Custos com juros	600	527	457
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(531)	(490)	(403)
Custos com serviços passados (crédito) reconhecidos imediatamente	21	(77)	18
Liquidações/reduções:	(9)	(14)	1
Total dos planos de benefícios de reforma	329	189	259
Encargos com planos de saúde pós-emprego:			
Custos com serviços correntes	3	3	3
Custos com juros	7	9	7
Custos com serviços passados (crédito) reconhecidos imediatamente	(15)	.	.
Total dos planos de saúde pós-emprego	(5)	12	10
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	324	201	269
Total dos encargos com planos de contribuição definida	351	239	203
Total dos encargos com benefícios pós-emprego	675	440	472
Divulgação de outros benefícios para colaboradores selecionados			
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança	226	171	162
Encargos com planos de retenção de numerário	936	662	688
Encargos com pagamentos por cessação de funções	503	588	629

Os encargos esperados para 2012 totalizam 300 milhões de euros para planos de benefícios de reforma e 11 milhões de euros para planos de saúde pós-emprego.

O aumento dos encargos com benefícios pós-emprego de 2010 para 2011 deve-se, sobretudo, ao impacto em termos anuais da consolidação do Postbank e à alteração da indexação das pensões complementares de reforma, do Índice de Preços do Retalho (*Retail Price Index - RPI*) para o Índice de Preços no Consumidor, em virtude um anúncio do governo do Reino Unido, o que implicou um crédito por serviços passados de 104 milhões de euros, reconhecidos em encargos de 2010.

O período de serviço remanescente médio ponderado dos participantes ativos dos planos à data de mensuração é dez anos para os planos de benefícios de reforma e seis anos para os planos de saúde pós-emprego.

Sensibilidade a pressupostos-chave

O quadro seguinte apresenta a sensibilidade a pressupostos-chave da obrigação com benefícios definidos à data de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente, e o agregado dos elementos principais de encargos (custo com serviços, custo com juros, retorno esperado dos ativos dos planos) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente. Os valores refletem o efeito do ajustamento de cada pressuposto separadamente.

Aumento/(diminuição) em milhões de euros	Obrigação com benefícios definidos em		Encargos em	
	31.12.2011	31.12.2010	2012	2011
Sensibilidade de planos de benefícios de reforma:				
Taxa de desconto (diminuição de 50 pontos-base)	960	935	5	5
Taxa de inflação dos preços (aumento de 50 pontos-base)	555	545	40	35
Taxa de aumento efetivo em níveis futuros de remuneração (aumento de 50 pontos-base)	105	105	10	10
Longevidade (melhoria de 10%) ¹	255	245	15	15
Taxa de retorno esperada (diminuição de 50 pontos-base)	.	.	65	55
Sensibilidade de planos de saúde pós-emprego:				
Taxa de custo dos cuidados de saúde (aumento de 100)	17	19	2	2
Taxa de custo dos cuidados de saúde (diminuição de 100)	(15)	(17)	(1)	(2)

¹ Melhoria de 10 % na longevidade significa que a probabilidade de morte em cada idade diminui 10%. A sensibilidade tem, de um modo geral, o efeito de aumentar a longevidade esperada aos 65 anos em cerca de 1 ano.

35 – Impostos sobre o rendimento

Segue-se a apresentação dos componentes da rubrica Gastos com impostos sobre o rendimento (benefício) para 2011, 2010 e 2009.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Gastos com impostos correntes (benefício):			
Gastos com impostos (benefício) para o ano corrente:	1.683	1.339	970
Ajustamentos de anos anteriores	(232)	(9)	(430)
Total de gastos com impostos correntes (benefício)	1.451	1.330	540
Gastos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais	(143)	700	570
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	110	7	3
Ajustamentos de anos anteriores	(354)	(392)	(869)
Total de gastos com impostos diferidos (benefício)	(387)	315	(296)
Total de gastos com impostos sobre o rendimento (benefício)	1.064	1.645	244

Os gastos com impostos sobre o rendimento (benefício) incluem impostos dos detentores de apólices atribuíveis aos rendimentos dos detentores de apólices, totalizando um benefício de imposto sobre o rendimento de 28 milhões de euros em 2011, um encargo com imposto sobre o rendimento de 37 milhões em 2010 e um benefício de imposto sobre o rendimento de 1 milhão de euros em 2009.

Os gastos totais com impostos correntes incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, o que reduz os gastos com impostos correntes em 35 milhões de euros em 2011. Estes efeitos reduziram os gastos com impostos correntes em 6 milhões de euros e em 0,2 milhões de euros em 2010 e 2009, respetivamente.

O benefício total de impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e gastos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou o benefício de impostos diferidos em 262 milhões de euros em 2011. Estes efeitos aumentaram os gastos com impostos diferidos em 173 milhões de euros em 2010 e aumentaram o benefício de impostos diferidos em 537 milhões de euros em 2009.

O quadro seguinte é uma análise da diferença entre o montante resultante da aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã aos resultados antes de impostos e os gastos reais com impostos sobre o rendimento do Grupo.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Gastos esperados com impostos à taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) de 30,8 % (30,7 % em 2010 e 2009)	1.657	1.219	1.595
Diferenças cambiais	(28)	63	(63)
Ganhos fiscalmente isentos em títulos e outros rendimentos	(467)	(556)	(763)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(39)	(87)	(29)
Custos não dedutíveis	297	335	624
Encargo relacionado com Deutsche Postbank AG sem benefício fiscal	.	668	.
Alterações de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos diferidos	(297)	167	(537)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	110	7	3
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	90	48	(95)
Efeito dos impostos dos detentores de apólices	(28)	37	(1)
Outros	(231)	(256)	(490)
Gastos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	1.064	1.645	244

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte de autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2011, a rubrica "Outros" do quadro anterior inclui, sobretudo, o efeito não recorrente de regularização destas inspeções, enquanto em 2010 reflete, principalmente, a melhoria das posições de impostos sobre o rendimento nos EUA, incluindo uma nova base para submeter a declaração federal de imposto sobre o rendimento em 2010.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular ativos e passivos por impostos diferidos foi de 30,8 % nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 30,7% em 2010 e 2009, respetivamente.

Segue-se a apresentação dos impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional).

em milhões de euros	2011	2010	2009
Ganhos/perdas atuariais relativos a planos de benefícios definidos	(50)	(29)	113
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período	173	(59)	(195)
Ganhos (perdas) líquidos reclassificados em resultados	(11)	(47)	(214)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período	92	30	90
(Ganhos) perdas líquidos reclassificados em resultados	(1)	(1)	(2)
Outros movimentos em capital:			
Ganhos (perdas) líquidos não-realizados durante o período	(129)	320	54
(Ganhos) perdas líquidos reclassificados em resultados	1	(3)	13
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em Outro rendimento integral ¹	75	211	(141)
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em Capital	46	30	(35)

¹A partir de 2011, os ganhos/perdas atuariais relativos a planos de benefícios definidos são apresentados como parte de Outro rendimento integral. Os valores de períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

Segue-se a apresentação dos principais componentes dos ativos e passivos por impostos sobre o rendimento diferidos, brutos, do Grupo.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010 ¹
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	2.375	2.637
Créditos fiscais não utilizados	185	189
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	10.686	8.627
Ativos fixos tangíveis	806	780
Outros ativos	2.560	2.152
Valorização de títulos	1.209	1.117
Provisão para perdas de crédito	525	594
Outras provisões	1.178	1.314
Outros passivos	775	1.919
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	20.299	19.329
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	9.370	8.070
Ativos fixos tangíveis	49	62
Outros ativos	1.103	2.470
Valorização de títulos	790	758
Provisão para perdas de crédito	348	124
Outras provisões	414	897
Outros passivos	1.277	914
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	13.351	13.295

¹ Com base em procedimentos de mapeamento atualizados em 2011 os valores de períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

Após a compensação, os ativos e os passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço como se segue.

em milhões de euros	31.12.2011	31.12.2010
Apresentados como ativos por impostos diferidos	8.737	8.341
Apresentados como passivos por impostos diferidos	1.789	2.307
Ativos por impostos diferidos, líquidos	6.948	6.034

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos gastos/(benefício) com impostos diferidos. Isso deve-se a (1) impostos diferidos que são contabilizados diretamente em capital, (2) efeitos de alterações das taxas de câmbio em ativos e passivos por impostos denominados em moedas diferentes do euro, (3) aquisição e alienação de entidades no âmbito de atividades correntes e (4) reclassificação de ativos e passivos por impostos diferidos que são apresentados na face do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos para os itens seguintes:

em milhões de euros	31.12.2011 ¹	31.12.2010 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	(296)	(676)
Não a expirar	(3.342)	(4.206)
A expirar no período subsequente	(45)	(6)
A expirar após período subsequente	(2.143)	(1.801)
Perdas fiscais não utilizadas	(5.530)	(6.013)
A expirar no período subsequente	.	.
A expirar após período subsequente	(101)	(67)
Créditos fiscais não utilizados	(101)	(67)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais para efeitos de imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos naqueles itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis suficientes, capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 1.500 milhões de euros e 3.300 milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos, em entidades que tinham sofrido prejuízos no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da Administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores de ativos por impostos diferidos a serem reconhecidos, a Administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, sucursais e associadas e a interesses em empreendimentos comuns, no valor de 135 milhões de euros e 106 milhões de euros, respetivamente, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

36 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem *swaps*, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados tanto para fins de negociação como para fins de gestão de risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão de risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo a riscos.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 01 "Principais políticas contabilísticas", todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente do facto de serem detidos para fins de negociação ou de não negociação.

Derivados detidos para fins de negociação

Vendas e Negociação

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos correntes ou esperados. A negociação inclui atividades de criação de mercado (*market-making*), posicionamento e arbitragem. A criação de mercado envolve a cotação de preços oferecidos para comprar (*bid*) ou preços pedidos para vender (*offer*), para outros participantes do mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes. O posicionamento significa gerir posições de risco na expectativa de beneficiar com movimentos favoráveis nos preços, taxas ou índices. A arbitragem implica identificar e lucrar com diferenciais de preço entre mercados e produtos.

Gestão de risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição aos riscos de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para isso, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições do mercado ou a alterações das características e composição dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura se os derivados preencherem os critérios específicos descritos na Nota 01 "Principais políticas contabilísticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando, em primeiro lugar, *swaps* e opções sobre taxas de juro, por forma a proteger-se de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa, causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

O quadro seguinte apresenta o valor dos derivativos detidos como cobertura de justo valor.

em milhões de euros	Ativos 2011	Passivos 2011	Ativos 2010	Passivos 2010
Derivados detidos como cobertura de justo valor	7.485	2.741	8.447	5.823

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram reconhecidos ganhos de 2.200 milhões de euros e de 700 milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados nos itens cobertos, que eram atribuíveis ao risco coberto, equivaleram a perdas de 1.500 milhões de euros e a 600 milhões de euros, respetivamente.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa, utilizando *swaps* de taxa de juro e contratos a prazo cambiais, por forma a proteger-se da exposição à variabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio.

O quadro seguinte apresenta o valor dos derivativos detidos como cobertura de fluxos de caixa.

em milhões de euros	Ativos 2011	Passivos 2011	Ativos 2010	Passivos 2010
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	0	436	1	268

Segue-se um calendário que indica os períodos em que se prevê que os fluxos de caixa cobertos ocorram e afetem a demonstração de resultados.

em milhões de euros	Em 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de Dezembro de 2011				
Entrada de fluxos de caixa de ativos	46	83	75	302
Saída de fluxos de caixa de passivos	(4)	(4)	.	.
Fluxos de caixa líquidos em 2011	42	79	75	302
Em 31 de Dezembro de 2010				
Entrada de fluxos de caixa de ativos	47	84	56	254
Saída de fluxos de caixa de passivos	(27)	(50)	(39)	(63)
Fluxos de caixa líquidos em 2010	20	34	17	191

Destes fluxos de caixa futuros esperados, a maioria ocorrerá no âmbito do maior programa de cobertura de fluxos de caixa do Grupo - Maher Terminals LLC. A cobertura de fluxos de caixa relativa a The Abbey Life Assurance Company Limited terminou em 2011.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram reportados em Capital saldos de (455) milhões de euros e de (321) milhões de euros, respetivamente, no que respeita a programas de cobertura de fluxos de caixa. Destes, (26) milhões de euros e (44) milhões de euros, respetivamente, diziam respeito a programas encerrados. Estes montantes serão reportados na demonstração de resultados, conforme apropriado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram reconhecidas perdas de 92 milhões de euros e de 44 milhões de euros, respetivamente, em Outro rendimento integral, no que respeita a cobertura eficaz de fluxos de caixa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, ganhos de 42 milhões de euros e de 60 milhões de euros, respetivamente, foram retirados de capital e incluídos na demonstração de resultados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram reconhecidos ganhos ou perdas, devido à ineficácia da cobertura e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram reconhecidos 3 milhões de euros em perdas.

À data de 31 de dezembro de 2011, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2027.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e *swaps* cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe, às taxas *spot* de fim do período.

O quadro seguinte apresenta o valor dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos.

em milhões de euros	Ativos 2011	Passivos 2011	Ativos 2010	Passivos 2010
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	76	1.610	81	528

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram reconhecidas perdas de 218 milhões de euros e de 197 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento "forward points" dos instrumentos de cobertura.

37 – Capital regulamentar

Gestão de capital

O departamento Treasury (Tesouraria) do Grupo gere o capital a nível do Grupo e localmente em cada região, com exceção do Postbank que gere o seu capital a nível de grupo e localmente. A afetação de recursos financeiros, em geral, e de capital, em particular, favorece as carteiras de negócio com o impacto positivo mais elevado na rentabilidade do Grupo e no valor para os acionistas. Consequentemente, a Tesouraria redistribui periodicamente o capital pelas carteiras de negócio.

A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Grupo, que é desenvolvida pelo Comité de Capital e Risco e aprovada pelo Conselho de Administração Executivo, incluindo a emissão e recompra de ações. O Grupo está empenhado em manter uma capitalização sólida. A procura e a oferta de capital, em geral, são constantemente vigiadas e ajustadas, se necessário, de modo a satisfazer a necessidade de capital nas suas várias perspetivas. Estas incluem o capital contabilístico (*book equity*) baseado nas normas de contabilidade IFRS, o capital regulamentar e o capital económico.

A afetação de capital, a determinação do plano de financiamento do Grupo e outras questões de recursos são da competência do Comitê de Capital e Risco.

Os planos de capital regionais que abrangem as necessidades de capital das sucursais e subsidiárias do Grupo são preparados semestralmente e apresentados ao Comitê de Investimento do Grupo. A maior parte das subsidiárias do Grupo está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Os Comitês de ativos e passivos locais gerem essas necessidades, sob a orientação das equipas regionais da Tesouraria. Além disso, salvaguardam o cumprimento de requisitos, tais como restrições sobre dividendos que é permitido transferir para o Deutsche Bank AG ou restrições sobre a capacidade de as subsidiárias concederem créditos ou adiantamentos à empresa-mãe. Ao desenvolver, implementar e testar o capital e a liquidez do Grupo, o Grupo tem em conta esses requisitos legais e regulamentares.

As moedas estratégicas do Grupo são o euro, o dólar americano e a libra esterlina. A Tesouraria gere a sensibilidade dos rácios de capital do Grupo a flutuações nas moedas estratégicas. O capital investido em subsidiárias e sucursais estrangeiras do Grupo em moedas não estratégicas é, em grande medida, coberto contra flutuações cambiais, exceto no caso do *yuan* chinês que o Grupo não está neste momento a cobrir. A Tesouraria determina que moedas devem ser cobertas, desenvolve as estratégias de cobertura adequadas e, por último, executa essas coberturas.

A Tesouraria está representada no comité de investimento do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que estabelece as diretrizes de investimento. Esta representação permite assegurar o alinhamento dos ativos das pensões com os passivos das pensões, protegendo assim a base de capital do Banco.

A Tesouraria monitoriza constantemente o mercado no que respeita a operações de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade anticíclica para criar capital Core Tier 1 através da recompra de emissões Deutsche Bank abaixo do par.

O rácio de capital Core Tier 1 equivalia a 9,5 % no fim do exercício de 2011. Já se encontra acima do nível de 9 % proposto pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e aprovado pelo Conselho Europeu para o exercício transversal de capital (EU Wide Capital Exercise), antes do prazo final fixado em 30 de junho de 2012. Também cobre a diferença de 388 milhões de euros em relação à exposição soberana do Espaço Económico Europeu que foi determinada em 30 de setembro de 2011, unicamente para efeitos do exercício transversal (EU-Wide Capital Exercise). O Grupo envidará todos os esforços para respeitar o limiar dos 9 % em 30 de junho de 2012.

No primeiro trimestre de 2011, o Grupo alterou a metodologia utilizada para afetar o capital ativo médio aos segmentos de negócio e a Consolidação e Ajustamentos proporcionalmente aos respetivos requisitos regulamentares. Segundo a nova metodologia, o capital económico como base de afetação é substituído pelos ativos ponderados pelo risco e alguns itens de dedução de capital regulamentar. Todos os restantes itens do quadro de afetação de capital mantêm-se inalterados. O montante total afetado continua a ser determinado com base no valor que for mais elevado entre a exposição geral ao risco económico e o requisito de capital regulamentar. Em 2011, o Grupo obtém o requisito interno de capital regulamentar assumindo um rácio Tier 1 de 10 %. Se o capital ativo médio do Grupo exceder o valor que for mais elevado entre a exposição geral ao risco económico e o requisito de capital regulamentar, o excedente é atribuído à Consolidação e Ajustamentos.

Durante o período que medeia a Assembleia Geral Anual de 2010 (27 de maio de 2010) e a Assembleia Geral Anual de 2011 (26 de maio de 2011), foram compradas 28,5 milhões de ações, das quais 500 mil foram compradas através de opções de venda vendidas que foram executadas pela contraparte na data de vencimento. Mais, 22 milhões de ações compradas foram utilizadas para fins de remuneração baseada em ações e 6,5 milhões de ações foram utilizadas para aumentar a posição de Tesouraria do Grupo para futuros pagamentos baseados em ações. Foram compradas 9,8 milhões de ações entre 1 de janeiro de 2011 e 26 de maio de 2011, nenhuma das quais por via de opções de venda vendidas. Além disso, no primeiro trimestre de 2011 foram compradas 10 milhões de opções de compra com liquidação física para cobrir prémios de remuneração baseada em ações já existentes. Estas opções de compra têm uma maturidade residual superior a 18 meses e foram compradas ao abrigo da supramencionada autorização da Assembleia Geral Anual para recomprar ações utilizando derivados. No segundo trimestre de 2011, o Grupo reestruturou 15,3 milhões de opções de compra existentes de modo a permitir a liquidação física de acordo com a autorização atrás referida.

Estas opções de compra têm uma maturidade residual inferior a 18 meses. À data da Assembleia Geral Anual de 2011, o número de ações detidas em Tesouraria provenientes das recompras totalizava 7,6 milhões.

A Assembleia Geral Anual de 2011 autorizou o Conselho de Administração Executivo do Grupo a recomprar até 92,9 milhões de ações antes do fim de novembro de 2015.

Dessas, 46,5 milhões de ações podem ser recompradas utilizando derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia Geral Anual de 2010. Durante o período que medeia a Assembleia Geral Anual de 2011 e 31 de dezembro de 2011, foram compradas 27,4 milhões de ações, das quais 10,9 milhões de ações foram utilizadas para fins de remuneração baseada em ações e 16,5 milhões de ações foram utilizadas para aumentar a posição de Tesouraria do Grupo para futuros pagamentos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2011, o número de ações detidas em Tesouraria provenientes de recompras totalizava 24,1 milhões.

Para tirar partido do baixo preço das ações Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2011, a Tesouraria fechou os 10 milhões de opções de compra com liquidação física compradas no primeiro trimestre de 2011 e abriu 10 milhões de novas opções de compra com liquidação física com preços de exercício significativamente mais baixos. Estas opções de compra foram compradas ao abrigo da autorização concedida pela Assembleia Geral Anual de 2011. Dos 10 milhões de opções de compra, 6 milhões têm uma maturidade residual superior a 18 meses. Além destes 10 milhões de opções de compra, o Grupo reestruturou opções de compra adicionais para reforçar a cobertura da obrigação do Grupo de entregar ações no âmbito da remuneração baseada em ações.

O total do capital Tier 1 híbrido em circulação (substancialmente, todos os títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts* não cumulativos) à data de 31 de dezembro de 2011 ascendia a 12.700 milhões de euros, face aos 12.600 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Este aumento deveu-se sobretudo aos efeitos cambiais da valorização do dólar americano no capital Tier 1 híbrido denominado em dólares. Em 2011, o Grupo não captou nem resgatou capital Tier 1 híbrido.

Em 2011, o Grupo não emitiu capital Tier 2 inferior (obrigações subordinadas qualificadas). Os direitos de participação nos lucros totalizavam 1.200 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, o mesmo valor de 31 de dezembro de 2010. O total do capital Tier 2 inferior em 31 de dezembro de 2011 ascendia a 9.400 milhões de euros, face aos 10.700 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Os títulos de dívida preferenciais cumulativos totalizavam 300 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, o mesmo valor de 31 de dezembro de 2010.

Gestão de capital no Postbank

O Postbank gere o seu capital através de uma monitorização contínua da oferta e da procura de capital. A gestão de capital visa a adequação do capital económico e do capital regulamentar, em consonância com o conceito de capacidade de suportar riscos. De um modo geral, a afetação de capital requer um retorno apropriado sobre a procura de capital regulamentar. A afetação de capital é aprovada pelo Conselho de Administração Executivo do Postbank com base num plano plurianual.

A procura de capital regulamentar e capital económico é permanentemente vigiada para se poder ajustar o capital disponível, se necessário. As previsões da procura de capital são determinadas regularmente e aplicadas com base no plano de desenvolvimento do volume de negócio e resultados, assim como nas alterações esperadas dos parâmetros de risco. Os rácios de capital são geridos em conformidade com as diretrizes estatutárias aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Postbank, mediante o controlo do volume de transações novas e existentes, a emissão de instrumentos de capital Tier 1 e Tier 2 ou a execução de transações no mercado de capitais para atenuação do risco.

Adequação de capital

Desde 2008, o Deutsche Bank calcula e publica os rácios de capital consolidados para o grupo de instituições do Deutsche Bank nos termos da Lei bancária e do Regulamento de solvabilidade ("Solvabilitätsverordnung"), que transpuseram o quadro de capital revisto do Comité de Basileia de 2004 ("Basileia II") para o direito alemão. A partir de 31 de dezembro de 2011, o cálculo dos rácios de capital do Grupo integram os requisitos de capital para a carteira de negociação e posições de titularização alterados na sequência da Diretiva de Requisitos de Capital 3, também designada por "Basileia 2.5", conforme transposta para a Lei bancária alemã e para o Regulamento de solvabilidade.

O quadro de Basileia 2.5 introduziu as medidas de risco baseadas em modelos, o "valor-em-risco" em situação de esforço (*stressed value-at-risk*), os requisitos de capital para riscos adicionais (*incremental risk charge*) e o risco total (*comprehensive risk*) no âmbito do risco de mercado, para os bancos aplicarem através de uma abordagem de modelos internos:

- *Stressed Value-at-Risk*: calcula a medida do valor-em-risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão significativa do mercado.
- *Incremental Risk Charge* ("IRC"): capta os riscos de incumprimento e de migração adicionais aos riscos já captados em "valor em risco" para as posições sensíveis a crédito na carteira de negociação.
- *Comprehensive Risk Measure* ("CRM"): capta riscos adicionais para a carteira de negociação de correlação de crédito, calculados através de um modelo interno sujeito a requisitos mínimos qualitativos assim como requisitos de teste de esforço (*stress testing*). O CRM tem de ser calculado semanalmente e é determinado como o valor mais alto entre o CRM semanal mais recente produzido pelo modelo, o CRM médio de doze semanas e o valor produzido pelo método padrão de risco de mercado para a carteira de correlação de crédito, o denominado CRM Floor (valor mínimo).
- *Market Risk Standardized Approach* ("MRSA"): Método Padrão, calcula o capital regulamentar para titularizações e derivados de crédito do tipo "n-ésimo incumprimento"

Além disso, as normas Basileia 2.5 requerem, como parte dos requisitos de capital para cobertura dos riscos de mercado, o cálculo do risco de mercado específico de posições de titularização na carteira de negociação, que não são elegíveis para a medida de risco total, com base no método padrão de risco de mercado.

O Basileia 2.5 requer igualmente a identificação de posições de retitularização na carteira de negociação e na carteira bancária que recebem uma maior ponderação pelo risco e resultam em requisitos de capital mais elevados para cobertura de riscos de crédito e riscos de mercado, respetivamente.

O grupo de sociedades consolidadas para efeitos de regulação bancária ("grupo de instituições") inclui todas as subsidiárias conforme definidas na Lei bancária alemã, que são classificadas como bancos, instituições de serviços financeiros, sociedades gestoras de investimento, empresas financeiras, instituições de pagamento ou empresas de serviços complementares. Não inclui empresas de seguros nem empresas que não pertencem ao setor financeiro.

No entanto, no que respeita a conglomerados financeiros, as empresas de seguros são incluídas no cálculo de adequação de capital adicional (ou "margem de solvabilidade"). Desde outubro de 2007, o Grupo é um conglomerado financeiro. A margem de solvabilidade do Grupo, enquanto conglomerado financeiro, mantém-se dominada pelas atividades bancárias.

O capital regulamentar total de um banco, também designado por "fundos próprios", divide-se em três níveis (*tiers*): capital Tier 1, Tier 2 e Tier 3, e a soma do capital Tier 1 e Tier 2 é igualmente designada por "Capital Regulamentar Bancário".

- o capital Tier 1 consiste fundamentalmente em ações ordinárias, capital realizado adicional, lucros não distribuídos e certos componentes de capital híbrido, como títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts*, também designados por capital Tier 1 adicional. As ações ordinárias em tesouraria, o *goodwill* e outros ativos intangíveis são deduzidos do capital Tier 1. Outros ajustamentos regulamentares implicam a exclusão do capital de entidades que não pertencem ao grupo de instituições e a reversão dos efeitos de capital ao abrigo da opção do justo valor sobre passivos financeiros devido ao risco de crédito próprio. O capital Tier 1 sem componentes de capital híbrido é designado por capital Core Tier 1.
- O capital Tier 2 consiste fundamentalmente em títulos de dívida preferenciais emitidos por *trusts* cumulativos, alguns direitos de participação nos lucros e dívida subordinada, assim como 45 % dos ganhos não realizados em determinados títulos cotados.
- Alguns elementos têm de ser deduzidos do capital Tier 1 e Tier 2. São, em primeiro lugar, investimentos dedutíveis em entidades bancárias, financeiras e seguradoras não consolidadas em que o Grupo detém mais de 10 % do capital (no caso de entidades seguradoras, 20 % do capital ou dos direitos de voto, salvo se incluídas no cálculo da margem de solvabilidade do conglomerado financeiro), o montante pelo qual a perda esperada em exposições a governos centrais, instituições e empresas e exposições a retalho, conforme medidas pelo modelo baseado no método de notações internas (*internal ratings based approach* – "IRBA"), excede os ajustamentos de valor e as provisões para essas exposições, as perdas esperadas em certas exposições a ações, posições de titularização não incluídas nos ativos ponderados pelo risco, e o valor dos títulos entregues a uma contraparte, mais qualquer custo de substituição na medida em que o pagamento exigido pela contraparte não seja efetuado no prazo de cinco dias úteis após a entrega, desde que a transação tenha sido afetada à carteira bancária do banco. A partir de 31 de dezembro de 2011, a dedução para posições de titularização calculadas de acordo com Basileia II é substituída por um cálculo de acordo com Basileia 2.5.
- O capital Tier 3 consiste principalmente em determinada dívida subordinada a curto prazo.

O montante de dívida subordinada que pode ser incluída no capital Tier 2 tem como limite 50 % do capital Tier 1. O capital Tier 2 total tem como limite 100% do capital Tier 1.

Os rácios de capital Core Tier 1 e Tier 1 são as medidas principais de adequação de capital para bancos com atividade internacional. Os rácios estabelecem a comparação entre o capital regulamentar Core Tier 1 e Tier 1 do banco e os seus riscos de crédito, riscos de mercado e riscos operacionais nos termos de Basileia 2.5 (que o Grupo designa coletivamente por "ativos ponderados pelo risco" ou "RWA", *risk-weighted assets*). No cálculo dos ativos ponderados pelo risco, o Grupo utiliza os modelos internos aprovados pela BaFin para os três tipos de risco. Mais de 90 % da exposição do Grupo relativa a riscos de crédito extrapatrimoniais ou de ativos (excluindo o Postbank) é medida através de modelos de notações internas segundo a chamada abordagem IRBA avançada. Em 31 de dezembro de 2010, a vasta maioria da componente de risco de mercado do Grupo era um múltiplo do seu número de "valor em risco", que foi calculado para fins regulamentares com base em modelos internos do Grupo. A partir de 31 de dezembro de 2011, a componente de risco de mercado inclui um múltiplo do "valor em risco" em situação de esforço e do "valor em risco", assim como os riscos adicionais e a medida de risco total sobre a carteira de negociação de correlação do Grupo. Todos são calculados com base nos modelos internos do Grupo aprovados pela BaFin.

A componente de risco de mercado também inclui agora as titularizações da carteira de negociação fora da carteira de negociação de correlação, medidas pelo método padrão de acordo com Basileia 2.5. Há outros métodos padrão de cálculo que são utilizados para as restantes posições de risco de mercado, em especial para o risco de mercado da negociação do Deutsche Postbank. Para os cálculos de risco operacional, o Grupo utiliza o denominado método de medição avançado (*Advanced Measurement Approach* – "AMA") nos termos da Lei bancária alemã.

Os dois quadros seguintes apresentam um resumo dos ativos ponderados pelo risco do Grupo e do capital regulamentar excluindo rubricas transitórias nos termos da secção 64h (3) da Lei bancária alemã.

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31.12.2011 Basileia 2.5	31.12.2010 Basileia II
Risco de crédito	262,460	285,218
Risco de mercado	68,091	23,660
Risco operacional	50,695	37,326
Total de ativos ponderados pelo risco	381,246	346,204
Capital Core Tier 1	36,313	29,972
Capital Tier 1 adicional	12,734	12,593
Capital Tier 1	49,047	42,565
Capital Tier 2	6,179	6,123
Capital Tier 3	.	.
Capital regulamentar total	55,226	48,688
Rácio de capital Core Tier 1	9.5 %	8.7 %
Rácio de capital Tier 1	12.9 %	12.3 %
Rácio de capital total	14.5 %	14.1 %

O rácio de capital total do Grupo era de 14,5 % em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 14,1 % em 31 de dezembro de 2010, ambos significativamente acima do nível mínimo exigido de 8 %.

O capital Core Tier 1 do Grupo ascendia a 36.300 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e 30.000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, com um rácio de capital Core Tier 1 de 9,5 % e de 8,7 %, respetivamente

O capital Tier 1 do Grupo era de 49.000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 42.600 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, enquanto o rácio de capital Tier 1 era de 12,9 % e de 12,3 %, respetivamente.

O capital Tier 2 do Grupo era de 6.200 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 6.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, o equivalente a 13 % e 14 % do capital Tier 1, respetivamente.

A Lei bancária alemã e as normas do Regulamento de solvabilidade exigem que o Grupo faça a cobertura do seu risco de mercado, à data de 31 de dezembro de 2011, pelo montante de 5.447 milhões de euros de capital regulamentar total (Tier 1 + 2 + 3), em comparação com os 1.893 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2010, refletindo este aumento as alterações aos requisitos de capital para as posições da carteira de negociação de acordo com Basileia 2.5. O Grupo satisfaz este requisito integralmente com capital Tier 1 e Tier 2 que não era necessário para a cobertura mínima do risco operacional e de crédito.

O quadro seguinte apresenta as componentes do capital Core Tier 1, Tier 1 e Tier 2 do grupo de sociedades consolidadas para efeitos regulamentares, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, excluindo rubricas transitórias nos termos da secção 64h (3) da Lei bancária alemã.

em milhões de euros	31.12.2011 Basileia 2.5	31.12.2010 Basileia II
Capital Tier 1:		
Capital Core Tier 1		
Ações ordinárias	2.380	2.380
Capital realizado adicional	23.695	23.515
Lucros não distribuídos, ações ordinárias em tesouraria, conversão cambial, interesses que não controlam	29.400	24.797
Itens a serem integralmente deduzidos do capital Tier 1 nos termos da Secção 10 (2a) KWG (entre outros, <i>goodwill</i> e ativos intangíveis)	(14.459)	(14.489)
Itens a serem parcialmente deduzidos do capital Tier 1 nos termos da Secção 10 (6) e (6a) KWG		
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	(1.332)	(954)
Excedente de perdas esperadas sobre provisões para riscos	(2.863)	(4.850)
Excedente de perdas esperadas sobre provisões para riscos	(508)	(427)
Itens a serem parcialmente deduzidos do capital Tier 1 nos termos da Secção 10 (6) e (6a) KWG	(4.703)	(6.231)
Capital Core Tier 1	36.313	29.972
Capital Tier 1 adicional		
Títulos de dívida preferenciais emitidos por <i>trusts</i> , não cumulativos ¹	12.734	12.593
Capital Tier 1 adicional	12.734	12.593
Capital Tier 1 total nos termos da Secção 10 (2a) KWG	49.047	42.565
Capital Tier 2:		
Ganhos não realizados em títulos cotados (45 % elegíveis)	70	224
Direitos de participação nos lucros	1.150	1.151
Títulos de dívida preferenciais, cumulativos	294	299
Obrigações subordinadas qualificadas	9.368	10.680
Itens a serem parcialmente deduzidos do capital Tier 2 nos termos da Secção 10 (6) e (6a) KWG	(4.703)	(6.231)
Capital Tier 2 total nos termos da Secção 10 (2b) KWG	6.179	6.123

¹ Incluídos 20 milhões de euros em participações silenciosas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O quadro seguinte faz a conciliação entre o capital próprio dos acionistas de acordo com as IFRS e o capital Tier 1 nos termos de Basileia 2.5 e de Basileia II, respetivamente, excluindo rubricas transitórias nos termos da secção 64h (3) da Lei bancária alemã.

em milhões de euros	31.12.2011 Basileia 2.5	31.12.2010 Basileia II
Total do capital próprio atribuível aos acionistas	53.390	48.819
Reversão de (ganhos) perdas líquidos não reconhecidos na demonstração de resultados excluindo conversão cambial	847	298
Menos futuros dividendos acumulados	(697)	(697)
Capital contabilístico ativo	53.540	48.420
<i>Goodwill</i> e ativos intangíveis	(15.802)	(15.594)
Interesse que não controla	1.270	1.549
Outros (consolidação e ajustamentos regulamentares)	2.008	1.828
Títulos de dívida preferenciais emitidos por <i>trusts</i> , não cumulativos ¹	12.734	12.593
Itens a serem parcialmente deduzidos do capital Tier 1	(4.703)	(6.231)
Capital Tier 1	49.047	42.565

¹ Incluídos 20 milhões de euros em participações silenciosas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O quadro de Basileia 2.5 requer, da mesma maneira que Basileia II, a dedução de *goodwill* do capital Tier 1. No entanto, durante um período transitório, é permitida a inclusão parcial de determinadas componentes do *goodwill* no capital Tier 1 nos termos da secção 64h (3) da Lei bancária alemã. Embora essas componentes não estejam incluídas nos rácios de capital regulamentar e de adequação de capital atrás apresentados, o Grupo faz uso desta regra de transição no relatório de adequação de capital às autoridades reguladoras alemãs.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica transitória ascendia a 319 milhões de euros, em comparação com 390 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. No relatório do Grupo às autoridades reguladoras alemãs, o capital Tier 1, o capital regulamentar total e o total de ativos ponderados pelo risco apresentados *supra* foram acrescidos deste montante. Do mesmo modo, os rácios Tier 1 e de capital total do Grupo reportados às autoridades reguladoras alemãs, incluindo esta rubrica, foram de 12,9 % e 14,6 %, respetivamente, em comparação com os valores de 12,4 % e 14,2 %, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em ordens de suspensão ou redução de pagamentos de dividendos ou da distribuição de outros lucros sobre o capital regulamentar, e intervenções discricionárias da BaFin que, se realizadas, podem ter um efeito material direto na atividade do Grupo. O Grupo cumpriu os requisitos de adequação de capital regulamentar em 2011.

38 – Transações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo são:

- pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família do pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo do pessoal-chave da gestão ou dos membros íntimos das suas famílias,
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

O Grupo tem várias relações de negócio com partes relacionadas. As transações com essas partes são realizadas no âmbito do exercício normal da atividade e substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e colateral, dos que prevalecem, à data, em transações comparáveis com outras partes. Estas transações não envolveram mais do que o risco normal de cobrabilidade nem apresentaram outras características desfavoráveis.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Supervisão constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

O quadro seguinte apresenta os custos de remuneração do pessoal-chave da gestão.

em milhões de euros	2011	2010	2009
Benefícios de curto prazo dos empregados	14	23	22
Benefícios pós-emprego	3	3	3
Outros benefícios de longo prazo	6	3	.
Benefícios por cessação de emprego	.	2	.
Pagamento baseado em ações	5	11 ¹	7
Total	28	42	32

¹ Montante do ano anterior ajustado a encargos de 5 milhões de euros com prémios de ações (Equity Upfront Awards) atribuídos aos membros do Conselho de Administração Executivo no exercício de 2010

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros de conselho no Conselho de Supervisão. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendeu a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 e 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2009.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2011, contam-se créditos e compromissos de 11 milhões de euros e depósitos de 9 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, como serviços de pagamentos e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e respetivos membros íntimos da família.

Durante 2010 e até ao primeiro trimestre de 2011, um membro do pessoal-chave da gestão recebeu pagamentos de uma empresa do Grupo. À data o acordo contratual terminou e a empresa pagadora não foi incluída no grupo de sociedades consolidadas.

Transações com subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de transações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como transações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns também se qualificam como transações com partes relacionadas. Nos termos da versão revista da IAS 24 "Divulgações de partes relacionadas" ("IAS 24 R"), a definição de parte relacionada foi emendada, em parte, para clarificar que uma associada inclui subsidiárias da associada e um empreendimento comum inclui subsidiárias do empreendimento comum. A IAS 24 R foi aplicada retrospectivamente a 2010.

Créditos

em milhões de euros

	2011	2010 ¹
Créditos pendentes, início do ano	4.329	1.002
Créditos emitidos durante o ano	1.211 ²	3.585 ³
Reembolso de créditos durante o ano	307	148
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(13)	(126)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(62)	16
Créditos pendentes, fim do ano ⁴	5.158	4.329
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Dedução para perdas de crédito	53	32
Provisão para perdas de crédito	22	26
Garantias e compromissos	262	255

¹ Os números do ano anterior foram ajustados em resultado da adoção da IAS 24 R.

² O aumento em créditos emitidos durante 2011 deve-se principalmente à reestruturação de uma transação de crédito.

³ O aumento em créditos emitidos durante 2010 deve-se principalmente à reestruturação de uma transação de crédito. O rendimento de juros relacionados obtido ascendeu a 230 milhões de euros durante 2011 e a 24 milhões de euros durante 2010 desde a reestruturação do quarto trimestre de 2010.

⁴ O montante de créditos vencidos é nulo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Para os créditos atrás referidos o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 963 milhões de euros e de 299 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros

	2011	2010 ¹
Depósitos pendentes, início do ano	220	369
Depósitos recebidos durante o ano	258	162
Depósitos reembolsados durante o ano	190	220
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(41)	(93)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	2
Depósitos pendentes, fim do ano ²	247	220

¹ Os números do ano anterior foram ajustados em resultado da adoção da IAS 24 R.

² Os depósitos não são garantidos.

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascenderam a 221 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e 149 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascenderam a 19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e 15 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Outras transações com partes relacionadas também contemplaram as seguintes:

Xchanging etb GmbH: O Grupo detém uma participação de 49 % na Xchanging etb GmbH e contabiliza-a pelo método de equivalência patrimonial. A Xchanging etb GmbH é a sociedade *holding* do Xchanging Transaction Bank GmbH ("XTB"). Dois dos cinco diretores executivos da Xchanging etb GmbH e dois membros do conselho de supervisão do XTB são colaboradores do Grupo. Os acordos entre o Grupo e a Xchanging incluem dois contratos de *outsourcing* com o XTB. O primeiro contrato diz respeito à prestação de serviços de liquidação de títulos com uma maturidade contratual até maio de 2016. O segundo contrato diz respeito a uma relação de serviço entre o XTB e o Sal. Oppenheim com uma maturidade contratual até dezembro de 2014. Os acordos de *outsourcing* visam reduzir custos sem comprometer a qualidade do serviço. Em 2011 e 2010, o Grupo recebeu serviços do XTB num volume de 104 milhões de euros e de 113 milhões de euros, respectivamente. Em 2011 e 2010, o Grupo prestou serviços (por ex. serviços de TI e relacionados com imobiliário) ao XTB num volume de 20 milhões de euros, em cada ano.

Hua Xia Bank: O Grupo detém uma participação de 19,99 % no Hua Xia Bank e contabiliza esta associada pelo método de equivalência patrimonial desde 11 de fevereiro de 2011. A Nota 17 "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial" contém mais informações. Em 2006, o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank estabeleceram em conjunto uma cooperação comercial no segmento de cartões de crédito como um dos principais pilares da sua parceria estratégica. A cooperação visa o estabelecimento na China de uma empresa de cartões de crédito orientada para o futuro, conjugando a experiência internacional do Grupo na área dos cartões de crédito e o conhecimento local do Hua Xia Bank. Em 2011 foi reconhecida uma provisão de 50 milhões de euros para a cooperação. Esta provisão capta a obrigação estimada do Grupo com a cooperação, em 31 de dezembro de 2011, no caso de o contrato não ser prorrogado além da data de cessação de maio de 2013.

Transações com planos de pensões

Nos termos das IFRS, alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados como partes relacionadas. O Grupo mantém relações de negócio com determinados planos de pensões nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, nomeadamente serviços de gestão de investimento. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank. Segue-se um resumo de transações com planos de pensões considerados partes relacionadas.

em milhões de euros	2011	2010
Títulos Deutsche Bank detidos em ativos dos planos:		
Ações de capital	4	.
Obrigações	.	16
Outros títulos	244	83
Total	248	99
Imóveis ocupados por/outros ativos utilizados por Deutsche Bank	0	.
Derivados: valor de mercado pelo qual o Deutsche Bank (ou subsidiária) é contraparte	473	(2)
Derivados: valor nocional pelo qual o Deutsche Bank (ou subsidiária) é contraparte	14.244	14.966
Comissões pagas pelo Fundo a gestor(es) de ativos do Deutsche Bank	24	24

39 – Informação sobre subsidiárias

O Deutsche Bank AG é a sociedade *holding* direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

Subsidiárias significativas

O quadro seguinte apresenta as subsidiárias significativas que o Deutsche Bank AG detém, direta ou indiretamente, à data de 31 de dezembro de 2011.

Subsidiária	Local de constituição
Taunus Corporation ¹	Delaware, Estados Unidos
Deutsche Bank Trust Company Americas ²	Nova Iorque, Estados Unidos
Deutsche Bank Securities Inc. ³	Delaware, Estados Unidos
Deutsche Bank Luxembourg S.A. ⁴	Luxemburgo
Deutsche Bank Privatund Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main, Alemanha
DB Finanz-Holding GmbH ⁵	Frankfurt am Main, Alemanha
DB Valoren S.à.r.l. ⁷	Luxemburgo
DB Equity S.à.r.l. ⁸	Luxemburgo
Deutsche Postbank AG ⁹	Bona, Alemanha

¹ Esta empresa é a sociedade *holding* da maior parte das subsidiárias do Grupo nos Estados Unidos. Com efeitos em 1 de fevereiro de 2012, a Taunus Corporation deixou de ser a sociedade *holding* do Deutsche Bank Trust Company Americas, e o Deutsche Bank Trust Corp. passou a ser a sociedade *holding* global norte-americana através da qual o Deutsche Bank Trust Company Americas é detido.

² O Deutsche Bank Trust Company Americas é um banco autorizado do Estado de Nova Iorque que efetua a originação de empréstimos e outras formas de crédito, aceita depósitos, organiza operações de financiamento e presta muitos outros serviços financeiros e de banca comercial.

³ O Deutsche Bank Securities Inc. é uma sociedade de corretagem registada na SEC (comissão do mercado de valores mobiliários) norte-americana, é membro da Bolsa de Valores de Nova Iorque e é regulada pela Financial Industry Regulatory Authority. É igualmente regulada pelas autoridades de valores mobiliários estaduais nos Estados em que opera.

⁴ A atividade principal desta empresa engloba atividades de tesouraria e de mercados, em particular como grande fornecedor de liquidez em euros ao Grupo Deutsche Bank.

Entre outras atividades contam-se a área de créditos internacionais, em que o banco age como escritório credor para a Europa continental e como polo de risco para o grupo de gestão da exposição de crédito, e a área de *private banking*.

⁵ A empresa presta serviços bancários a clientes particulares, clientes com elevado património e pequenas empresas.

⁶ A empresa detém a participação maioritária no Deutsche Postbank AG.

⁷ Esta empresa é uma sociedade *holding* dos subgrupos Deutsche Bank na Austrália, Nova Zelândia e Singapura. Também é a sociedade *holding* do DB Equity S.à.r.l.

⁸ A empresa detém uma parte da participação no Deutsche Postbank AG.

⁹ As atividades desta empresa e das suas subsidiárias englobam banca de retalho, a área dirigida a clientes empresariais, atividades do mercado de capitais assim como poupanças e créditos habitação (*home savings loans*).

O Grupo detém 100 % do capital e direitos de voto nestas subsidiárias, exceto no Deutsche Postbank AG, no qual o Grupo detém ações representativas de 53,14 % do capital e direitos de voto à data de 31 de dezembro de 2011 e, tendo em conta determinados instrumentos financeiros detidos pelo Grupo, um interesse acionista total de 80,56 %. O exercício dos instrumentos financeiros supramencionados no primeiro trimestre de 2012 resultou num aumento da participação direta no Postbank (mais informações na Nota 04 "Aquisições e alienações"). Estas subsidiárias preparam demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2011 e são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os países de operação principais são os países de constituição.

As subsidiárias podem ter restrições sobre a sua capacidade de transferir fundos, incluindo o pagamento de dividendos e o reembolso de créditos, para o Deutsche Bank AG. Razões para essas restrições incluem:

- Restrições dos bancos centrais relacionadas com leis locais de controlo cambial
- Requisitos de adequação de capital dos bancos centrais
- Direito das sociedades a nível local, por exemplo limitações à transferência de fundos para a empresa-mãe quando a respetiva entidade tem um prejuízo transitado não coberto por lucros não distribuídos ou outras componentes de capital

Subsidiárias em que o Grupo detém 50 % ou menos dos direitos de voto

O Grupo também consolida algumas subsidiárias não obstante deter 50 % ou menos dos direitos de voto. Estas subsidiárias são, na sua maioria, entidades de finalidade especial ("EPE"), patrocinadas pelo Grupo com vários propósitos.

No exercício normal da atividade, o Grupo estabelece relações com as EPE, principalmente através dos seguintes tipos de transações: titularizações de ativos, programas de papel comercial, reagrupamento (*repackaging*) e produtos de investimento, fundos de investimento, transações estruturadas, locação e fundos fechados. O envolvimento do Grupo consiste em transferir ativos para as entidades, celebrar contratos de derivados com as mesmas, fornecer melhoria da qualidade de crédito e facilidades de liquidez, prestar serviços administrativos e de gestão de investimentos, e deter participações ou outros interesses investidores nas entidades.

Entidades investidas em que o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto

O Grupo detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto das entidades investidas mas não possui controlo sobre essas entidades investidas quando

- outro investidor tem poder sobre mais de metade dos direitos de voto por força de um acordo com o Grupo, ou
- outro investidor tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade investida ao abrigo de estatutos ou de um acordo, ou
- outro investidor tem o poder de nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de administração ou órgão de gestão equivalente e a entidade investida é controlada por aquele conselho ou órgão, ou quando
- outro investidor tem o poder de expressar a maioria dos votos em assembleias do conselho de administração ou órgão de gestão equivalente, sendo o controlo da entidade investida exercido por aquele conselho ou órgão.

40 –

Contratos de seguro e de investimento

Responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento

em milhões de euros	31.12.2011			31.12.2010		
	Bruto	Resseguros	Líquido	Bruto	Resseguros	Líquido
Contratos de seguro	4.706	(163)	4.543	4.899	(158)	4.741
Contratos de investimento	7.426	.	7.426	7.898	.	7.898
Total	12.132	(163)	11.969	12.797	(158)	12.639

De um modo geral, os montantes relativos a contratos de resseguros são reportados pelos valores brutos a menos que tenham um impacto imaterial nas respetivas rubricas do balanço.

Valor escriturado

O quadro seguinte apresenta a análise da alteração das responsabilidades com contratos de seguro e de investimento.

em milhões de euros	2011		2010	
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos de seguro	Contratos de investimento
Saldo, início do ano	4.899	7.898	4.613	7.278
Novos negócios	231	150	257	153
Sinistros/resgates pagos	(490)	(562)	(463)	(609)
Outras alterações nos negócios existentes	(85)	(284)	331	843
Alterações das taxas de câmbio	151	224	161	233
Saldo, fim do ano	4.706	7.426	4.899	7.898

Os montantes em outras alterações nos negócios existentes referentes a contratos de investimento de (284) milhões de euros e de 843 milhões de euros devem-se, principalmente, a alterações do justo valor dos ativos subjacentes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades do Grupo com contratos de seguro ascendiam a 4.706 milhões de euros. Destes, 2.273 milhões de euros representam rendas vitalícias (*annuities*) tradicionais a pagamento, 1.974 milhões de euros contratos de seguro de vida universal e 459 milhões de euros em contratos de seguro de reforma *unit linked* (ligados a fundos de investimento) com taxas garantidas para a renda vitalícia. As taxas de renda vitalícia garantidas dão ao tomador do seguro a opção, na reforma, de aceitar uma renda vitalícia tradicional à taxa que foi fixada na constituição da apólice. O passivo de 459 milhões de euros por contratos de seguro de reforma *unit linked* com taxas de rendas vitalícias garantidas é constituído por uma responsabilidade com *unit linked* de 323 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 136 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias. Esta última é calculada utilizando o diferencial entre a taxa fixa e a taxa à melhor estimativa, o volume da responsabilidade com *unit linked* e um pressuposto da taxa de aceitação.

Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades do Grupo com contratos de seguro ascendiam a 4.899 milhões de euros. Destes, 2.113 milhões de euros representam rendas vitalícias tradicionais a pagamento, 2.311 milhões de euros contratos de seguro de vida universal e 475 milhões de euros em contratos de seguro de reforma *unit linked* (ligados a fundos de investimento) com taxas garantidas para a renda vitalícia (constituído por uma responsabilidade com *unit linked* de 370 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 105 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias).

Pressupostos-chave da atividade de seguros

Os passivos variam consoante os movimentos das taxas de juro, o que é especialmente aplicável ao custo dos benefícios garantidos a pagar no futuro, rendibilidades de investimento e custo dos benefícios de seguros de vida e rendas vitalícias sempre que a mortalidade futura seja incerta.

Os pressupostos são determinados em relação a todos os fatores essenciais que afetam os fluxos de caixa futuros, incluindo futuras taxas de juro, mortalidade e custos. Os pressupostos a que o montante da atividade de longo prazo é mais sensível são as taxas de juro utilizadas para descontar os fluxos de caixa e os pressupostos de mortalidade, em especial os que se aplicam às rendas vitalícias.

Os pressupostos são enunciados a seguir:

Taxas de juro

As taxas de juro são utilizadas para refletir a melhor estimativa de futuras rendibilidades de investimento tendo em conta a natureza e os termos dos ativos que servem para suportar os passivos. Na taxa de juro presumida são consideradas as margens adequadas para o risco de incumprimento.

Mortalidade

As taxas de mortalidade baseiam-se em tábuas publicadas, convenientemente ajustadas de modo a ter em conta variações da mortalidade da população subjacente desde a publicação da tábua, experiência da seguradora e alterações previstas da mortalidade futura. Se apropriado, é adicionada uma margem às taxas de mortalidade dos seguros de vida para incorporar futuros desvios adversos. As taxas de mortalidade do beneficiário da renda vitalícia são ajustadas de modo a ter em conta futuras melhorias da longevidade do pensionista. As melhorias da mortalidade do beneficiário da renda vitalícia baseiam-se numa percentagem da projeção de coorte médio sujeita a uma taxa mínima de melhoria de 1,25 % ao ano.

Custos

Em contratos *non-linked*, a provisão é feita explicitamente para custos futuros esperados por apólice.

Outros pressupostos

Em 31 de dezembro de 2011, presumiu-se que a taxa de aceitação das opções pela taxa garantida da renda vitalícia no segmento de pensões seria 66 % e, em 31 de dezembro de 2010, seria 64 %.

Pressupostos-chave com impacto no valor da empresa adquirida (VOBA)

O valor da empresa adquirida (VOBA – *value of business acquired*) decorrente da compra da Abbey Life Assurance Company Limited foi determinado através da capitalização do valor presente dos fluxos de caixa futuros do negócio sobre o passivo reportado à data da aquisição. Se forem necessários pressupostos de mortalidade futura, morbidade, persistência e custos, os mesmos são determinados na base da melhor estimativa tendo em conta a experiência da própria empresa. Os pressupostos económicos gerais foram definidos considerando os indicadores económicos à data de aquisição.

A taxa de amortização do VOBA é determinada tendo em conta o perfil da empresa adquirida e a diminuição esperada do seu valor futuro. No fim de cada período contabilístico, o VOBA remanescente é testado por referência ao lucro líquido futuro esperado da empresa que estava em vigor à data de aquisição.

Se o lucro líquido for insuficiente, o VOBA será reduzido até ao seu valor suportável.

Alterações de pressupostos-chave

Com a aquisição da Abbey Life Assurance Company Limited em outubro de 2007, os passivos por contratos de seguro foram recalculados de uma base regulamentar para uma base de melhor estimativa em linha com as provisões da IFRS 4. Os pressupostos não económicos determinados naquela data não se alteraram, mas os pressupostos económicos foram revistos de acordo com as alterações dos indicadores-chave económicos. Em contratos de rendas vitalícias, o passivo foi valorizado utilizando a base fixa (*locked-in*) que foi determinada à data de aquisição.

Análise de sensibilidade (somente em contratos de seguro)

O quadro seguinte apresenta a sensibilidade do lucro antes de impostos e do capital do Grupo a alterações em alguns pressupostos-chave utilizados nos cálculos do passivo por contratos de seguros. Para cada teste de sensibilidade, é apresentado o impacto de uma alteração razoavelmente possível num único fator mantendo-se os restantes pressupostos inalterados.

em milhões de euros	Impacto no lucro antes de impostos		Impacto no capital	
	2011	2010	2011	2010
Variável:				
Mortalidade (agravamento de 10%) ¹	(12)	(12)	(9)	(9)
Custos de renovação (aumento de 10 %)	(3)	(2)	(2)	(1)
Taxa de juro (aumento de 1 %)	17	14	(116)	(112)

¹ O impacto da mortalidade assume um decréscimo de 10 % na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia e um aumento de 10 % da mortalidade noutras áreas.

Em determinados contratos de seguro, a base de valorização subjacente contém uma Provisão para desvios adversos ("PDA"). Nestes contratos, um agravamento da experiência futura esperada não altera o nível de reservas detidas até todas as PDA terem sido esgotadas, enquanto uma melhoria da experiência não resulta num aumento destas reservas. Por conseguinte, na análise de sensibilidade, se a alteração da variável representar um agravamento da experiência, o impacto apresentado representa o excesso do passivo à melhor estimativa sobre as PDA detidas à data do balanço. Consequentemente, os números divulgados neste quadro não devem ser utilizados para deduzir o impacto de um nível diferente de alteração e não se deve presumir que o impacto seria o mesmo se a alteração ocorresse num momento diferente.

41 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Os quadros seguintes apresentam uma análise de cada rubrica de ativo e de passivo por montantes recuperados ou liquidados até ou após um ano, à data de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2011.

em milhões de euros	Montantes recuperados/liquidados		Total 31.12.2011
	até 1 ano	após 1 ano	
Caixa e disponibilidades em bancos	15.928	·	15.928
Depósitos remunerados em bancos	160.834	1.166	162.000
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	25.297	476	25.773
Títulos obtidos por empréstimo	31.310	27	31.337
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.252.616	28.183	1.280.799
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.511	37.770	45.281
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	·	3.759	3.759
Créditos	133.236	279.278	412.514
Ativos fixos tangíveis	·	5.509	5.509
Goodwill e outros ativos intangíveis	·	15.802	15.802
Outros ativos	144.102	10.692	154.794
Ativos por impostos correntes	1.646	224	1.870
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.772.480	382.886	2.155.366
Ativos por impostos diferidos	·	·	8.737
Total do ativo			2.164.103

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2011.

em milhões de euros	Montantes recuperados/liquidados		Total 31.12.2011
	até 1 ano	após 1 ano	
Depósitos	568.628	33.102	601.730
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	35.292	19	35.311
Títulos cedidos por empréstimo	7.638	451	8.089
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.010.015	18.432	1.028.447
Outros empréstimos a curto prazo	65.356	·	65.356
Outros passivos	179.294	8.522	187.816
Provisões	2.621	·	2.621
Passivos por impostos correntes	1.381	1.143	2.524
Dívida a longo prazo	30.317	133.099	163.416
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	2.600	9.744	12.344
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.903.142	204.512	2.107.654
Passivos por impostos diferidos	·	·	1.789
Total do passivo			2.109.443

Rubricas do ativo em 31 de Dezembro de 2010.

em milhões de euros	Montantes recuperados/liquidados		Total 31.12.2010
	até 1 ano	após 1 ano	
Caixa e disponibilidades em bancos	17.157	·	17.157
Depósitos remunerados em bancos	91.471	906	92.377
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	19.923	442	20.365
Títulos obtidos por empréstimo	28.916	·	28.916
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.069.579	31.418	1.100.997
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.859	46.407	54.266
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	·	2.608	2.608
Créditos	128.157	279.572	407.729
Ativos fixos tangíveis	·	5.802	5.802
Goodwill e outros ativos intangíveis	·	15.594	15.594
Outros ativos	137.751	11.478	149.229
Ativos por impostos correntes	2.048	201	2.249
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.502.861	394.428	1.897.289
Ativos por impostos diferidos	·	·	8.341
Total do ativo			1.905.630

Rubricas do passivo em 31 de Dezembro de 2010.

em milhões de euros	Montantes recuperados/liquidados		Total 31.12.2010
	até 1 ano	após 1 ano	
Depósitos ¹	494.719	39.265	533.984
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	26.314	1.608	27.922
Títulos cedidos por empréstimo	3.078	198	3.276
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ²	833.666	20.440	854.106
Outros empréstimos a curto prazo	64.990	·	64.990
Outros passivos	169.192	12.635	181.827
Provisões	2.204	·	2.204
Passivos por impostos correntes	960	1.776	2.736
Dívida a longo prazo	28.870	140.790	169.660
Títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	1.334	10.916	12.250
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.625.327	227.628	1.852.955
Passivos por impostos diferidos	·	·	2.307
Total do passivo			1.855.262

¹ A divisão por maturidades em depósitos de poupança para construção incluídos nos depósitos remunerados foi ajustada para refletir a primeira maturidade contratual ou a primeira mobilização. Anteriormente, a divisão por maturidades baseava-se em maturidades esperadas.

² A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou numa redução retrospectiva de 24 milhões de euros no justo valor à data de aquisição dos ativos líquidos adquiridos. A Nota 04 "Aquisições e alienações" contém mais informações.

42 – Acontecimentos após a data do balanço

Em 27 de fevereiro de 2012, o Deutsche Bank converteu a obrigação obrigatoriamente convertível em ações (*Mandatory Exchangeable Bond* - MEB) em 60 milhões de ações Postbank (27,4 %) e, em 28 de fevereiro de 2012, o Deutsche Post AG exerceu a sua opção para vender 26,4 milhões de ações (12,1 %). Assim, o Deutsche Bank passou a deter mais 86,4 milhões de ações Postbank (39,5 %), o que perfaz uma participação total no Postbank de 204,9 milhões de ações (93,7 %). A liquidação da obrigação MEB e da opção de venda não tem qualquer impacto no capital regulamentar ou na posição de liquidez do Deutsche Bank. A Nota 04 "Aquisições e alienações" contém mais informações.

Em 28 de fevereiro de 2012, o Deutsche Bank anunciou estar em negociações exclusivas com a Guggenheim Partners sobre a venda das suas unidades de gestão de ativos (*Asset Management*), que estão a ser alvo da revisão estratégica anteriormente anunciada. Essas unidades incluem a DWS Americas, a empresa de fundos de investimento da região Américas; a DB Advisors, a unidade de gestão de ativos institucionais global; a Deutsche Insurance Asset Management, a empresa de gestão de ativos de seguros global; e a RREEF, a empresa de gestão de ativos alternativos global. Estas negociações ainda não terminaram e não é possível avaliar com fiabilidade os efeitos financeiros de uma potencial venda.

43 – Informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com a Secção 315a do código comercial alemão

Conforme exigido na Secção 315a do código comercial alemão ("HGB"), as demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com as IFRS têm de fazer as divulgações adicionais apresentadas a seguir.

Custos.

em milhões de euros

	2011	2010
Custos com pessoal:		
Salários e vencimentos	11.071	10.786
Encargos de segurança social	2.064	1.885
dos quais: relacionados com pensões	675	440
Total	13.135	12.671

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos ao serviço em 2011 foi 101.836 (2010: 82.434), dos quais 44.865 (2010: 34.529) eram mulheres. Os colaboradores em tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. O número médio de colaboradores a trabalhar fora da Alemanha foi 53.153 (2010: 51.268).

Remuneração do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Supervisão

A remuneração total do Conselho de Administração foi 27.323.672 euros e 33.230.174 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente, dos quais 17.894.081 euros e 23.022.336 euros em componentes variáveis.

Os antigos membros do Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 17.096.252 euros e 18.083.535 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente.

O Deutsche Bank remunera os membros do Conselho de Supervisão após o fim de cada exercício. Em janeiro de 2012, o Deutsche Bank pagou a cada membro do Conselho de Supervisão a parte fixa da sua remuneração e os honorários de reunião pelos serviços prestados em 2011. Além disso, o Grupo pagará, de um modo geral, a cada membro do Conselho de Supervisão uma remuneração ligada ao desempenho a longo prazo do Deutsche Bank, assim como um prémio baseado em dividendos, conforme definido nos Estatutos do Deutsche Bank pelos serviços prestados em 2011. Presumindo que a Assembleia Geral Anual de maio de 2012 aprova a proposta de distribuição de um dividendo de 0,75 euros por ação, o Conselho de Supervisão receberá uma remuneração total de 2.608.600 euros (2010: 2.453.000 euros).

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração Executivo e respetivos dependentes sobreviventes totalizaram 166.822.899 euros e 167.660.106 euros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente.

Os créditos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos para membros do Conselho de Administração Executivo totalizaram 5.383.155 euros e 7.321.343 euros, e para membros do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank AG totalizaram 5.224.755 euros e 2.633.122 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respetivamente. Os membros do Conselho de Supervisão reembolsaram créditos no valor de 1.790.340 euros em 2011.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a Declaração de Conformidade de acordo com a secção 161 da Lei de sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração foi publicada no sítio do Deutsche Bank na Internet em (http://www.deutschebank.de/ir/en/content/declaration_of_conformity.htm).

Principais honorários e serviços contabilísticos

O quadro seguinte discrimina os honorários cobrados pelo auditor do Grupo nos exercícios de 2011 e 2010.

Categoria de honorários em milhões de euros	2011	2010
Honorários por serviços de auditoria	54	53
dos quais à KPMG AG	25	26
Honorários por serviços relacionados com auditoria	12	9
dos quais à KPMG AG	8	6
Honorários por serviços de consultoria fiscal	7	7
dos quais à KPMG AG	3	3
Todos os outros honorários	3	2
dos quais à KPMG AG	3	1
Total de honorários	76	71

44 – Participações acionistas

Subsidiárias – 357

Entidades de Finalidade Especial – 378

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial – 392

Outras empresas, em que a participação é igual ou superior a 20% – 396

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto – 398

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos da Secção 313 (2) do código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

- 1 Controlada por via de um sócio gerente.
- 2 Controlada por via de representação no conselho de administração.
- 3 Controlada, por se deter potenciais direitos de voto presentemente suscetíveis de serem exercidos, que podem fazer aumentar a participação do Grupo para mais de 50 %.
- 4 Fundo especial.
- 5 Controlada.
- 6 A empresa fez uso da isenção proporcionada pela Secção 264b do HGB.
- 7 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 8 Compõe-se de 772 *Trusts* individuais (variando apenas em número de série/duração) que adquirem um título de dívida municipal e emitem *short puttable exempt adjusted receipts* (SPEAR) e *long inverse floating exempt receipts* (LIFER), os quais, por sua vez, são vendidos a investidores.
- 9 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 10 Não controlada.
- 11 Classificada como Entidade de Finalidade Especial, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as IFRS.
- 12 Classificada como Entidade de Finalidade Especial, não consolidada de acordo com as IFRS.
- 13 Não existe influência significativa.
- 14 Não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque classificada ao justo valor.
- 15 Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque classificada como títulos disponíveis para venda.
- 16 Ações detidas como garantia.
- 17 Não existe controlo nem influência significativa, porque terceiros detêm potenciais direitos de voto presentemente suscetíveis de serem exercidos, que podem fazer diminuir a participação do Grupo Deutsche Bank para menos de 20 %.

N.º	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		
2	Abbey Life Assurance Company Limited	Londres		100,0
3	Abbey Life Trust Securities Limited	Londres		100,0
4	Abbey Life Trustee Services Limited	Londres		100,0
5	ABFS I Incorporated	Baltimore		100,0
6	ABS Leasing Services Company	Chicago		100,0
7	ABS MB Limited	Baltimore		100,0
8	Absolute Energy S.r.l.	Roma		100,0
9	AC VII Privatkunden GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
10	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		100,0
11	ADARA Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
12	ADD ONE GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
13	Advent Chestnut VI GmbH & Co. KG	Munique	1	0,1
14	Affordable Housing I LLC	Wilmington		100,0
15	Agripower Buddosò Società Agricola a Responsabilità Limitata	Pesaro	2, 3	9,0
16	AheadCom Beteiligungs-GmbH	Frankfurt		100,0
17	Airport Club für International Executives GmbH	Frankfurt		84,0
18	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		100,0
19	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		100,0
20	Alex. Brown Management Services, Inc.	Baltimore		100,0
21	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim		100,0
22	Allsar Inc.	Wilmington		100,0
23	AMADEUS II 'D' GmbH & Co. KG	Munique		100,0
24	America/Asia Private Equity Portfolio (PE-US/ASIA) GmbH & Co. KG	Munique	1	0,2
25	Americas Trust Servicios de Consultoria, S.A.	Madrid		100,0
26	Antelope Pension Trustee Services Limited	Londres		100,0
27	AO DB Securities (Kazakhstan)	Almaty		100,0
28	AP Far East Limited	Hong Kong		100,0
29	Apex Fleet Inc.	Wilmington		100,0
30	APOLLON Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
31	Aqueduct Capital S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
32	Arche Investments Limited	Londres		100,0
33	Argent Incorporated	Baltimore		100,0
34	ATHOS Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
35	Autumn Leasing Limited	Londres		100,0
36	Avatar Finance	George Town		100,0
37	AXOS Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
38	B.T. Vordertaunus (Luxembourg), S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
39	B.T.I. Investments	Londres		100,0
40	B.V. Matura Handelmaatschappij	Amsterdam		100,0
41	BAG	Frankfurt	4	100,0
42	Baincor Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
43	Bainpro Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
44	Bainsec Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
45	BAL Servicing Corporation	Wilmington		100,0
46	Bank Sal. Oppenheim jr. & Cie. (Schweiz) AG	Zurique		100,0
47	Bankers International Corporation	Nova Iorque		100,0
48	Bankers International Corporation (Brasil) Ltda.	São Paulo		100,0
49	Bankers Trust Caribe Capital Markets, Inc.	Hato Rey		100,0
50	Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
51	Bankers Trust International Limited	Londres		100,0
52	Bankers Trust Investments Limited	Londres		100,0
53	Bankers Trust Nominees Limited	Londres		100,0
54	Barkly Investments Ltd.	St. Helier		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
55	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati City		100,0
56	Beachwood Properties Corp.	Wilmington	5	0,0
57	Bebek Varlik Yönetim A.S.	Istanbul		100,0
58	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0
59	Betriebs-Center für Banken Processing GmbH	Frankfurt		100,0
60	Bfl-Beteiligungsgesellschaft für Industriewerte mbH	Frankfurt		100,0
61	BHF Club Deal GmbH	Frankfurt		100,0
62	BHF Grundbesitz-Verwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
63	BHF Grundbesitz-Verwaltungsgesellschaft mbH & Co. am Kaiserlei OHG	Frankfurt		100,0
64	BHF Immobilien-GmbH	Frankfurt		100,0
65	BHF Lux Immo S.A.	Luxemburgo		100,0
66	BHF PEP I Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
67	BHF PEP II Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
68	BHF PEP III Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
69	BHF Private Equity Management GmbH	Frankfurt		100,0
70	BHF Private Equity Portfolio GmbH & Co. Beteiligungs KG Nr. 1	Munique	1	0,4
71	BHF Private Equity Portfolio GmbH & Co. Beteiligungs KG Nr. 2	Munique	1	0,3
72	BHF Private Equity Portfolio GmbH & Co. Beteiligungs KG Nr. 3	Munique	1	0,4
73	BHF Private Equity Treuhand- und Beratungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
74	BHF Trust Management Gesellschaft für Vermögensverwaltung mbH	Frankfurt		100,0
75	BHF Zurich Family Office AG	Zurique		100,0
76	BHF-BANK (Schweiz) AG	Zurique		100,0
77	BHF-BANK Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
78	BHF-BANK International S.A.	Luxemburgo		100,0
79	BHF-Betriebservice GmbH	Frankfurt		100,0
80	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel		100,0
81	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH & Co. Immobilienverwaltungs KG	Hamel		100,0
82	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel		100,0
83	BHW Direktservice GmbH	Hamel		100,0
84	BHW Eurofinance B.V.	Arnhem		100,0
85	BHW Financial S.r.l.	Verona		100,0
86	BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hamel		100,0
87	BHW Holding Aktiengesellschaft	Berlin		100,0
88	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		100,0
89	BHW Kreditservice GmbH	Hamel		100,0
90	BHW-Immobilien GmbH	Hamel		100,0
91	Billboard Partners L.P.	George Town		99,9
92	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
93	Bleeker Investments Limited	Wilmington		100,0
94	Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0
95	Blue Ridge CLO Holding Company LLC	Wilmington		100,0
96	Bluewater Creek Management Co.	Wilmington		100,0
97	BNA Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
98	Bonsai Investment AG	Frauenfeld		100,0
99	Borfield S.A.	Montevideo		100,0
100	BRIMCO, S. de R.L. de C.V.	Mexico City		100,0
101	Britannia Limited	Londres		100,0
102	Broome Investments Limited	Wilmington		100,0
103	BS 2 Y.K.	Tóquio		100,0
104	BT American Securities (Luxemburgo), S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
105	BT Commercial Corporation	Wilmington		100,0
106	BT CTAG Nominees Limited	Londres		100,0
107	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0
108	BT International (Nigeria) Limited	Lagos		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
109	BT Maulbronn GmbH	Eschborn		100,0
110	BT Milford (Cayman) Limited	George Town		100,0
111	BT Muritz GmbH	Eschborn		100,0
112	BT Nominees (Singapura) Pte Ltd	Singapura		100,0
113	BT Opera Trading S.A.	Paris		100,0
114	BT Pension Fund Trustees Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
115	BT Sable, L.L.C.	Wilmington		100,0
116	BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
117	BT/ABKB Partnership Management	Los Angeles		99,9
118	BTAS Cayman GP	George Town		100,0
119	BTD Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
120	BTFIC - Portugal, Gestao e Investimentos (Sociedade Unipessoal) S.A.	Funchal		100,0
121	BTVR Investments No. 1 Limited	St. Helier		100,0
122	Business Support One Y.K.	Tóquio		100,0
123	Buxtal Pty Limited	Sydney		100,0
124	C. J. Lawrence Inc.	Wilmington		100,0
125	CAM DREI Initiator GmbH & Co. KG	Colónia	1	14,5
126	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
127	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
128	CAM Private Equity Consulting & Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
129	CAM Private Equity Evergreen GmbH & Co. KG UBG	Colónia	1	0,0
130	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
131	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
132	CAM Secondary Select I Betheiligungs GmbH	Colónia		100,0
133	CAM Secondary Select I GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
134	CAM SEL I Initiator GmbH & Co. KG	Colónia	1	15,3
135	CAM SEL II Initiator GmbH & Co. KG	Colónia	1	15,3
136	CAM Select I Betheiligungs GmbH	Colónia		100,0
137	CAM Select I GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
138	CAM Select II Betheiligungs GmbH	Colónia		100,0
139	CAM Select II GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
140	3160343 Canada Inc.	Toronto		100,0
141	3613950 Canada, Inc.	Toronto		100,0
142	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	5	0,0
143	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0
144	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0
145	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6
146	Capital Solutions Exchange Inc.	Wilmington		100,0
147	Cardales UK Limited	Liverpool		100,0
148	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		100,0
149	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		100,0
150	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		100,0
151	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0
152	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0
153	Career Blazers New York, Inc.	Albany		100,0
154	Career Blazers of Ontario, Inc.	Londres, Ontario		100,0
155	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		100,0
156	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0
157	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		100,0
158	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	5	0,0
159	CarVal Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	São Paulo		100,0
160	Cashforce International Credit Support B.V.	Roterdão		100,0
161	Castlewood Expansion Partners, L.P.	Wilmington		87,5
162	Castor LLC	Wilmington	5	0,0

No.	Nome da empresa	Domicilio da empresa	Nota	em%
163	Cathay Advisory (Beijing) Company Ltd	Pequim		100,0
164	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		100,0
165	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		67,6
166	CBI NY Training, Inc.	Albany		100,0
167	Cedar Investment Co.	Wilmington		100,0
168	CELENA Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
169	Centennial River 1 Inc.	Denver		100,0
170	Centennial River 2 Inc.	Austin		100,0
171	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		100,0
172	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		100,0
173	Centennial River Corporation	Wilmington		100,0
174	Channel Nominees Limited	Londres		100,0
175	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		100,0
176	China Recovery Fund LLC	Wilmington		85,0
177	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	5	0,0
178	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
179	City Leasing (Avonside) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
180	City Leasing (Clydeside) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
181	City Leasing (Donside) Limited	Londres		100,0
182	City Leasing (Fleetside) Limited	Londres		100,0
183	City Leasing (Medwayside) Limited	Londres		100,0
184	City Leasing (Severnside) Limited	Londres		100,0
185	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0
186	City Leasing (Wearside) Limited	Londres		100,0
187	City Leasing and Partners	Londres		100,0
188	City Leasing and Partners Limited	Londres		100,0
189	City Leasing Limited	Londres		100,0
190	Civic Investments Limited	St. Helier		100,0
191	Clark GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
192	CNS Cayman Holdings One Ltd.	George Town		100,0
193	Consumo Finance S.p.A.	Milão		100,0
194	Coronus L.P.	St. Helier		100,0
195	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona		100,0
196	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH	Munique		100,0
197	Custom Leasing Limited	Londres		100,0
198	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
199	D & S Capital Y.K.	Tóquio		100,0
200	D B Rail Holdings (UK) No. 1 Limited	Londres		100,0
201	D F Japan Godo Kaisha	Tóquio		100,0
202	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0
203	Dahlbusch Projektentwicklungsgesellschaft Leipzig/Lindenau mbH i.L.	Frankfurt		100,0
204	DAHOC (UK) Limited	Londres		100,0
205	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
206	DB (Gibraltar) Holdings Limited	Gibraltar		100,0
207	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
208	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
209	DB (Pacific) Limited	Wilmington		100,0
210	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		100,0
211	DB (Tip Top) Limited Partnership	Toronto		99,9
212	DB Advisors Risk Managed Alpha (RMA) Investment Trust	Salem		100,0
213	DB Advisors US Large Cap Core Investment Trust	Salem		100,0
214	DB Advisors US Large Cap Value Investment Trust	Salem		100,0
215	DB Advisors US Small Cap Growth Investment Trust	Salem		100,0
216	DB Alex. Brown Exchange Fund I, L.P.	Baltimore	5	4,1

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
217	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0
218	DB Alps Corporation	Wilmington		100,0
219	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		100,0
220	DB Americas Asset Management Corp.	Wilmington		100,0
221	DB Americas Funding Corp.	Wilmington		100,0
222	DB Americas Infrastructure Holdings, L.L.C.	Wilmington		100,0
223	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0
224	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		100,0
225	DB Bluebell Investments (Cayman) Partnership	George Town		100,0
226	DB Broker GmbH	Frankfurt		100,0
227	DB Canada GIPF - I Corp.	Calgary		100,0
228	DB Capital Management, Inc.	Wilmington		100,0
229	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		100,0
230	DB Capital Markets Asset Management Holding GmbH	Frankfurt		100,0
231	DB Capital Partners (Asia), L.P.	George Town		99,7
232	DB Capital Partners (Europe) 2000 - A Founder Partner LP	Wilmington		80,0
233	DB Capital Partners (Europe) 2000 - B Founder Partner LP	Wilmington		80,0
234	DB Capital Partners Asia GP, Limited	George Town		100,0
235	DB Capital Partners Europe 2002 Founder Partner LP	Wilmington		80,0
236	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		100,0
237	DB Capital Partners Latin America, G.P. Limited	George Town		100,0
238	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0
239	DB Capital Partners, Latin America, LP	George Town		80,2
240	DB Capital, Inc.	Wilmington		100,0
241	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0
242	DB Chambers LLC	Wilmington		100,0
243	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0
244	DB Commodities Canada Ltd.	Toronto		100,0
245	DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0
246	DB Concerto (LP) Limited	George Town		100,0
247	DB Concerto Limited	George Town		100,0
248	DB Consortium S. Cons. a r.l. in liquidazione	Milão		100,0
249	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		100,0
250	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
251	DB Crest Limited	St. Helier		100,0
252	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	Wilmington		100,0
253	DB Delaware Holdings (UK) Limited	Londres		100,0
254	DB Depositor Inc.	Wilmington		100,0
255	DB Elara LLC	Wilmington		100,0
256	DB Energy Commodities Limited	Londres		100,0
257	DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0
258	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		100,0
259	DB Enfield Infrastructure Investments Limited	St. Helier		100,0
260	DB Enterprise GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
261	DB Enterprise GmbH & Co. Zweite Beteiligungs KG	Luetzen-Gostau	6	100,0
262	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0
263	DB Equity Limited	Londres		100,0
264	DB Equity S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
265	DB ESC Corporation	Wilmington		100,0
266	DB Export-Leasing GmbH	Frankfurt		100,0
267	DB Fillmore Lender Corp.	Wilmington		100,0
268	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0
269	DB Finance Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
270	DB Finance International GmbH	Eschborn		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
271	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt		100,0
272	DB Funding Corporation # 1	Wilmington		100,0
273	DB Funding Corporation # 3	Wilmington		100,0
274	DB Funding LLC #4	Wilmington		100,0
275	DB Funding LLC #5	Wilmington		100,0
276	DB Funding LLC #6	Wilmington		100,0
277	DB Funding, L.P.	Baltimore		100,0
278	DB Galil Finance, Inc.	Wilmington		100,0
279	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town		100,0
280	DB Global Alternative Agribusiness Master Portfolio Ltd.	George Town		100,0
281	DB Global Infrastructure Fund	Luxemburgo	5	0,1
282	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Limited	George Town		100,0
283	DB Global Processing Services, Inc.	Wilmington		100,0
284	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0
285	DB Green Holdings Corp.	Wilmington		100,0
286	DB Green, Inc.	Nova Iorque		100,0
287	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0
288	DB Hawks Nest, Inc.	Wilmington		100,0
289	DB HedgeWorks, LLC	Wilmington		100,0
290	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0
291	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		100,0
292	db home lending holdings llc	Wilmington		100,0
293	db home lending llc	Lake Forest		100,0
294	DB Horizon, Inc.	Wilmington		100,0
295	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0
296	DB Hypernova LLC	Wilmington		100,0
297	DB iCON Investments Limited	Londres		100,0
298	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		71,4
299	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0
300	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen-Gostau	6	100,0
301	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
302	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited	Londres		100,0
303	DB Infrastructure Holdings (UK) No.2 Limited	Londres		100,0
304	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited	Londres		100,0
305	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0
306	DB International Investments Limited	Londres		100,0
307	DB International Trust (Singapura) Limited	Singapura		100,0
308	DB Invest Fundo de Investimento Multimercado	São Paulo		100,0
309	DB Investment Management, Inc.	Wilmington		100,0
310	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0
311	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0
312	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0
313	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0
314	DB Investments (GB) Limited	Londres		100,0
315	DB Io LP	Wilmington		100,0
316	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0
317	DB Jasmine (Cayman) Limited	George Town		100,0
318	DB Kredit Service GmbH	Berlim		100,0
319	DB Leasing Services GmbH	Frankfurt		100,0
320	DB Lexington Investments Inc.	Wilmington		100,0
321	DB Liberty, Inc.	Wilmington		100,0
322	DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		100,0
323	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0
324	DB Maia LLC	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
325	DB Management Partners, L.P.	Wilmington		100,0
326	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0
327	DB Managers, LLC	West Trenton		100,0
328	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais	Rio de Janeiro		100,0
329	DB Mezzanine Fund Managing Member, LLC	Nova Iorque		100,0
330	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		100,0
331	DB Mortgage Services, LLC	Wilmington		100,0
332	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		100,0
333	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		100,0
334	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		100,0
335	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0
336	DB Nominees (Singapura) Pte Ltd	Singapura		100,0
337	DB Operaciones y Servicios Interactivos, A.I.E.	Barcelona		99,9
338	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0
339	DB Overseas Holdings Limited	Londres		100,0
340	DB Paris Investissements	Paris		100,0
341	DB Partnership Management II, LLC	Wilmington		100,0
342	DB Partnership Management Ltd.	Wilmington		100,0
343	DB PEP V	Luxemburgo	5	0,2
344	DB PEP V Europe Parallel GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
345	DB PEP V GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
346	DB Perry Investments Limited	Wilmington		100,0
347	DB Platinum Advisors	Luxemburgo		100,0
348	DB Portfolio Southwest, Inc.	Houston		100,0
349	DB Print GmbH	Frankfurt		100,0
350	DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0
351	DB Private Equity GmbH	Colónia		100,0
352	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
353	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0
354	DB PWM Collective Management Limited	Liverpool		100,0
355	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		100,0
356	DB PWM Private Markets I SCA-SICAR	Luxemburgo		100,0
357	DB Rail Trading (UK) Limited	Londres		100,0
358	DB RE Global Real Estate Management 1A, Ltd.	George Town		100,0
359	DB RE Global Real Estate Management 1B, Ltd.	George Town		100,0
360	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0
361	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		100,0
362	DB Realty Resources, Inc.	Nova Iorque	5	0,0
363	DB Renewable Holdings B.V.	Amesterdão		100,0
364	DB Risk Center GmbH	Berlim		100,0
365	DB Rivington Investments Limited	George Town		100,0
366	DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town		100,0
367	DB Road (UK) Limited	George Town		100,0
368	DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		100,0
369	DB Saturn Investments Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
370	DB Second Funding Corp.	Wilmington		100,0
371	DB Secondary Opportunities SICAV-SIF	Luxemburgo		100,0
372	DB Securities S.A.	Warsaw		100,0
373	DB Securities Services NJ Inc.	Nova Iorque		100,0
374	DB Sedanka Limited	George Town		100,0
375	DB Service Centre Limited	Dublin		100,0
376	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0
377	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0
378	DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
379	DB Servicios México, S.A. de C.V.	Mexico City		100,0
380	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0
381	DB Sirius (Cayman) Limited	George Town		100,0
382	DB Sterling Finance Limited (in member's voluntary liquidation)	George Town		100,0
383	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati City		100,0
384	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0
385	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0
386	DB Trips Investments Limited	George Town	5	0,0
387	DB Trust Company Limited Japan	Tóquio		100,0
388	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0
389	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0
390	DB Tweed Limited	George Town		100,0
391	DB U.K. Nominees Limited	Londres		100,0
392	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0
393	DB UK (Saturn) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
394	DB UK Australia Finance Limited	George Town		100,0
395	DB UK Australia Holdings Limited	Londres		100,0
396	DB UK Bank Limited	Londres		100,0
397	DB UK Holdings Limited	Londres		100,0
398	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0
399	DB Valiant (Cayman) Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0
400	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
401	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
402	DB Vanquish (UK) Limited	Londres		100,0
403	DB Vantage (UK) Limited	Londres		100,0
404	DB Vantage No.2 (UK) Limited	Londres		100,0
405	DB Vantage No.3 (UK) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
406	DB Venture Partners (Europe) 2000 Founder Partner LP	Wilmington		80,0
407	DB Venture Partners (Europe) 2001 Founder Partner LP	Wilmington		80,0
408	DB Venture Partners General Partner Limited	Londres		100,0
409	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0
410	DB Warren Investments Limited	George Town		100,0
411	DB Wilton Holdings, LLC	Wilmington	5	0,0
412	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		100,0
413	DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0
414	DBAH Funding Corp.	Wilmington		100,0
415	DBAS Cayman Holdings 1 Limited	George Town		100,0
416	DBAS Cayman Holdings 2 Limited	George Town		100,0
417	DBC Continuance Inc.	Toronto		100,0
418	DBCCA Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0
419	DBCIBZ1	George Town		100,0
420	DBCIBZ2	George Town		100,0
421	DBD Pilgrim America Corp.	Wilmington		100,0
422	DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0
423	DBG Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
424	DBIGB Finance (No. 2) Limited	Londres		100,0
425	DBNY Brazil Invest Co.	Wilmington		100,0
426	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0
427	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		100,0
428	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0
429	DBRMS4	George Town		100,0
430	DBRMSGP1	George Town		100,0
431	DBRMSGP2	George Town		100,0
432	DBS Technology Ventures, L.L.C.	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
433	DBUKH Finance Limited	Londres		100,0
434	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0
435	DBUSBZ2, LLC	Wilmington		100,0
436	DBUSH Funding Corp.	Wilmington		100,0
437	DBUSH Markets, Inc.	Wilmington		100,0
438	DBVR Investments No. 3 Ltd.	Wilmington		100,0
439	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0
440	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0
441	De Meng Innovative (Pequim) Consulting Company Limited	Pequim		100,0
442	DeAM Infrastructure Limited	Londres		100,0
443	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn		100,0
444	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Duesseldorf		100,0
445	Deer River, L.P.	Wilmington		100,0
446	DEGRU Erste Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
447	DeKon Service GmbH	Eschborn		100,0
448	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Mexico City		100,0
449	DEMOS Participações- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
450	DEUFRAN Participações GmbH	Frankfurt		100,0
451	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0
452	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0
453	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0
454	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0
455	Deutsche Aeolia Power Production S.A.	Athens		80,0
456	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0
457	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		100,0
458	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0
459	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		100,0
460	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0
461	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		100,0
462	Deutsche Asset Management (Australia) Limited	Sydney		100,0
463	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0
464	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0
465	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		100,0
466	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seoul		100,0
467	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0
468	Deutsche Asset Management Canada Limited	Toronto		100,0
469	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		100,0
470	Deutsche Asset Management International GmbH	Frankfurt		100,0
471	Deutsche Asset Management Investmentgesellschaft mbH vormals DEGEF Deutsche Gesellschaft für Fondsverwaltung mbH	Frankfurt		100,0
472	Deutsche Asset Management Schweiz	Zurique		100,0
473	Deutsche Auskunftei Service GmbH	Hamburg		100,0
474	Deutsche Australia Limited	Sydney		100,0
475	Deutsche Aviation Leasing Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
476	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0
477	DEUTSCHE BANK (CHILE) S.A.	Santiago		100,0
478	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0
479	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0
480	Deutsche Bank (Malta) Ltd	St. Julians		100,0
481	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0
482	Deutsche Bank (Perú) S.A.	Lima		100,0
483	Deutsche Bank (Suisse) SA	Geneva		100,0
484	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0
485	DEUTSCHE BANK A.S.	Istanbul		100,0
486	Deutsche Bank Americas Finance LLC	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
487	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0
488	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
489	Deutsche Bank Berkshire Mortgage, Inc.	Wilmington		100,0
490	Deutsche Bank Capital Markets S.r.l.	Milão		100,0
491	Deutsche Bank Corretora de Valores S.A.	São Paulo		100,0
492	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		100,0
493	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		100,0
494	Deutsche Bank Financial LLC	Wilmington		100,0
495	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
496	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		100,0
497	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		100,0
498	Deutsche Bank Insurance Agency of Massachusetts Incorporated	Boston		100,0
499	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0
500	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		100,0
501	Deutsche Bank International Trust Co. (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
502	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	St. Peter Port		100,0
503	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	St. Peter Port		100,0
504	Deutsche Bank Luxemburgo S.A.	Luxemburgo		100,0
505	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0
506	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Mexico City		100,0
507	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0
508	Deutsche Bank Nederland N.V.	Amesterdão		100,0
509	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
510	Deutsche Bank PBC Spółka Akcyjna	Warsaw		100,0
511	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Warsaw		100,0
512	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
513	Deutsche Bank Real Estate (Japan) Y.K.	Tóquio		100,0
514	Deutsche Bank Realty Advisors, Inc.	Nova Iorque		100,0
515	Deutsche Bank S.A.	Buenos Aires		100,0
516	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0
517	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0
518	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0
519	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
520	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,8
521	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0
522	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0
523	Deutsche Bank Trust Company New Jersey Ltd.	Jersey City		100,0
524	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0
525	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0
526	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	St. Peter Port		100,0
527	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		100,0
528	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8
529	Deutsche Berri	Paris		100,0
530	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0
531	Deutsche Capital Financing (Singapura) Pte Ltd	Singapura		100,0
532	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0
533	Deutsche Capital Markets Algeria SPA	Algiers		100,0
534	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0
535	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0
536	Deutsche Capital Singapura Limited	Singapura		100,0
537	Deutsche Card Services GmbH	Frankfurt		100,0
538	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0
539	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0
540	Deutsche Climate Change Fixed Income QP Trust	Salem		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
541	Deutsche Clubholding GmbH	Frankfurt		95,0
542	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Shanghai		100,0
543	Deutsche Courcelles	Paris		100,0
544	Deutsche Custody Global B.V.	Amesterdão		100,0
545	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		100,0
546	Deutsche Custody Nederland B.V.	Amesterdão		100,0
547	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0
548	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		99,9
549	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0
550	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		60,0
551	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		100,0
552	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		100,0
553	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		100,0
554	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		100,0
555	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		100,0
556	Deutsche Finance No. 1 Limited	Londres		100,0
557	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited	Londres		100,0
558	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		100,0
559	Deutsche Finance No. 3 (UK) Limited	Londres		100,0
560	Deutsche Finance No. 4 (UK) Limited	Londres		100,0
561	Deutsche Finance No. 6 (UK) Limited	Londres		100,0
562	Deutsche Financial Services Puerto Rico Corporation	San Juan		100,0
563	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0
564	Deutsche Friedland	Paris		100,0
565	Deutsche Futures Singapura Pte Ltd	Singapura		100,0
566	Deutsche Global Markets Limited	Tel Aviv		100,0
567	Deutsche Group Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
568	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0
569	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
570	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mbH & Co Löwenstein Palais	Eschborn		100,0
571	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		99,8
572	Deutsche Haussmann, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
573	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		100,0
574	Deutsche Holdings (Chile) S.A.	Santiago		100,0
575	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	St. Julians		100,0
576	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
577	Deutsche Holdings Limited	Londres		100,0
578	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		100,0
579	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		100,0
580	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0
581	Deutsche Hume Investments Pty Limited	Sydney		100,0
582	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Duesseldorf		100,0
583	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0
584	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		100,0
585	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0
586	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0
587	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0
588	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		100,0
589	Deutsche International Holdings (UK) Limited	Londres		100,0
590	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão		100,0
591	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0
592	Deutsche Inversiones Dos S.A.	Santiago		100,0
593	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		100,0
594	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
595	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		100,0
596	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		100,0
597	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0
598	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0
599	Deutsche IT License GmbH	Eschborn		100,0
600	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0
601	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0
602	Deutsche Long Duration Government/Credit QP Trust	Salem		100,0
603	Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		100,0
604	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0
605	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres		100,0
606	Deutsche Morgan Grenfell Nominees Pte Ltd	Singapura		100,0
607	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0
608	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0
609	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		100,0
610	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0
611	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0
612	Deutsche Postbank AG	Bona		53,1
613	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuttrange		100,0
614	Deutsche Postbank Financial Services GmbH	Frankfurt		100,0
615	Deutsche Postbank International S.A.	Schuttrange		100,0
616	Deutsche Postbank Vermögens-Management S.A.	Schuttrange		100,0
617	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0
618	Deutsche Representaciones y Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0
619	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		75,0
620	Deutsche Securities (Perú) S.A.	Lima		100,0
621	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		95,7
622	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		95,7
623	Deutsche Securities Algeria SPA	Algiers		100,0
624	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0
625	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0
626	Deutsche Securities Corredores de Bolsa Ltda.	Santiago		100,0
627	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0
628	Deutsche Securities Israel Ltd.	Tel Aviv		100,0
629	Deutsche Securities Korea Co.	Seoul		100,0
630	Deutsche Securities Limited	Hong Kong		100,0
631	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		100,0
632	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0
633	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		100,0
634	Deutsche Securities Nominees Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0
635	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		100,0
636	Deutsche Securities Sociedad de Bolsa S.A.	Buenos Aires		100,0
637	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		100,0
638	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Mexico City		100,0
639	Deutsche Securitisation Australia Pty Ltd	Sydney		100,0
640	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		100,0
641	Deutsche Transaction France	Paris		100,0
642	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		100,0
643	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0
644	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0
645	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0
646	Deutsche Ultra Core Fixed Income QP Trust	Salem		100,0
647	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0
648	DFC Residual Corp.	Reno		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
649	DI 2 Y.K.	Tóquio		100,0
650	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
651	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH & Co. Vermietungs KG	Frankfurt		100,0
652	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
653	DI Investments Corporation Y.K.	Tóquio		100,0
654	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
655	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Duesseldorf		100,0
656	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
657	DIV Holding GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
658	DMG Technology Management, L.L.C.	Wilmington		100,0
659	DMJV	Nova Iorque	5	0,0
660	DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
661	DPB Regent's Park Estates (GP) Holding Limited	Londres		100,0
662	DPB Regent's Park Estates (LP) Holding Limited	Londres		100,0
663	DPBI Immobilien KGaA	Schuttrange		100,0
664	Drolla GmbH	Frankfurt		100,0
665	DRT Limited International SRL	Bucareste		100,0
666	DSL Holding Aktiengesellschaft i.A.	Bona		100,0
667	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		100,0
668	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		100,0
669	DTS Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
670	DVCG Deutsche Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds II KG i.L.	Munique	1	69,2
671	DWS Finanz-Service GmbH	Frankfurt		100,0
672	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt		100,0
673	DWS Investment GmbH	Frankfurt		100,0
674	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		100,0
675	DWS Investments (Spain), S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0
676	DWS Investments Distributors, Inc.	Wilmington		100,0
677	DWS Investments Service Company	Wilmington		100,0
678	DWS Schweiz GmbH	Zurique		100,0
679	DWS Trust Company	Salem		100,0
680	DWS Vermögensverwaltungs GmbH in Liqu.	Viena		100,0
681	easyhyp GmbH	Hameln		100,0
682	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG	Hamburg		65,2
683	Ecnarf	Paris		100,0
684	ECT Holdings Corp.	Wilmington		100,0
685	EDORA Funding GmbH	Frankfurt		100,0
686	Elba Finance GmbH	Eschborn		100,0
687	ELBI Funding GmbH	Frankfurt		100,0
688	ELDO ACHTE Vermögensverwaltungs GmbH	Eschborn		100,0
689	ELDO ERSTE Vermögensverwaltungs GmbH	Eschborn		100,0
690	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0
691	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0
692	Enterprise Fleet Management Exchange, Inc.	Wilmington		100,0
693	ERATO Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
694	Erda Funding GmbH	Eschborn		100,0
695	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	5	0,0
696	EUROKNIGHTS IV GmbH & Co. Beteiligungs KG	Munique	1	0,0
697	European Asian Bank (Hong Kong) Nominees Limited	Hong Kong		100,0
698	European Private Equity Portfolio S.A., SICAR	Luxemburgo	5	1,1
699	Evergreen Amesterdão Holdings B.V.	Amesterdão		100,0
700	Evergreen International Holdings B.V.	Amesterdão		100,0
701	Evergreen International Investments B.V.	Amesterdão		100,0
702	Evergreen International Leasing B.V.	Amesterdão		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
703	Exinor SA	Malmedy		100,0
704	Exporterra GmbH	Frankfurt		100,0
705	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH	Munique		100,0
706	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
707	Farezco I, S. de R.L. de C.V.	Zapopan		100,0
708	Farezco II, S. de R.L. de C.V.	Zapopan		100,0
709	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Mexico City		100,0
710	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		100,0
711	Filaine, Inc.	Wilmington	5	0,0
712	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		100,0
713	Firstee Investments LLC	Wilmington		100,0
714	Fixed Income Plus	Luxemburgo		100,0
715	FJC Property Corp.	Wilmington		100,0
716	Fondo de Inversión Privado NPL Fund Two	Santiago	4	70,0
717	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt		100,0
718	Frankfurt Family Office GmbH	Frankfurt		100,0
719	Frankfurt Finanz-Software GmbH	Frankfurt		100,0
720	FRANKFURT-TRUST Invest Luxemburg AG	Luxemburgo		100,0
721	FRANKFURT-TRUST Investment-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
722	Frankfurter Beteiligungs-Treuhand Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
723	Frankfurter Vermögens-Treuhand Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
724	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
725	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados - Precatório Federal 4870-1	Rio de Janeiro		100,0
726	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados - Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro		100,0
727	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados - Precatórios Federais DB II	Rio de Janeiro		100,0
728	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro		100,0
729	Funds Nominees Limited	Londres		100,0
730	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,0
731	G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0
732	GACC Funding Corporation	Wilmington		100,0
733	GAFCo Funding Corp.	Wilmington		100,0
734	GAVDOS GmbH	Wuppertal		100,0
735	GbR Goethestraße	Colónia		94,0
736	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		100,0
737	German American Capital Corporation	Baltimore		100,0
738	German European VCPII GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
739	Glacier Mountain, L.P.	Wilmington		100,0
740	Global Alliance Finance Company, L.L.C.	Wilmington		100,0
741	Global Commercial Real Estate Special Opportunities Limited	St. Helier		100,0
742	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro		100,0
743	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro		100,0
744	Greene Investments Limited	George Town		100,0
745	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	5	0,0
746	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9
747	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		100,0
748	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		59,7
749	Gulara Pty Ltd	Sydney		100,0
750	GUO Mao International Hotels B.V.	Amsterdão		100,0
751	Gut Kaden Golf und Land Club GmbH	Alveslohe		100,0
752	Hac Investments Ltd.	Wilmington		100,0
753	HAC Investments Portugal - Servicos de Consultadoria e Gestao Ltda.	Lisboa		100,0
754	HAH Limited	Londres		100,0
755	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		95,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
756	HCA Exchange, Inc.	Wilmington		100,0
757	Herengracht Financial Services B.V.	Amesterdão		100,0
758	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington		100,0
759	Hessische Immobilien-Verwaltungs-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Eschborn		100,0
760	Home Closer LLC	Nova Iorque		100,0
761	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
762	Hudson GmbH	Eschborn		100,0
763	Hypotheken-Verwaltungs-Gesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
764	IB Associate, LLC	Nova Iorque		100,0
765	IC Chicago Associates LLC	Wilmington	5	0,0
766	IFN Finance B.V.	Roterdão		100,0
767	IFN Finance N.V.	Antwerp		100,0
768	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
769	IMM Associate, LLC	Nova Iorque		100,0
770	Imodan Limited	Port Louis		100,0
771	Industrie-Beteiligungs-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
772	International Operator Limited	Londres		100,0
773	IOS Finance EFC, S.A.	Barcelona		100,0
774	Iphigenie Verwaltungs GmbH	Bona		100,0
775	Ironland Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
776	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
777	ITAPEVA II Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		100,0
778	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
779	IVAF II Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
780	Ivy Kroner Unit Trust I	George Town	4	0,0
781	Izumo Capital YK	Tóquio		100,0
782	JADE Residential Property AG	Eschborn		100,0
783	JR Nominees (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
784	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0
785	KARPATOS Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
786	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		100,0
787	KHP Knüppe, Huntebrinker & Co. GmbH	Osnabrueck		100,0
788	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0
789	Kingfisher Nominees Limited	Auckland		100,0
790	KITHOS Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
791	Klößner Industriebeteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
792	Konsul Inkasso GmbH	Essen		100,0
793	Kradavim UK Lease Holdings Limited	Londres		100,0
794	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0
795	Lammermuir Leasing Limited	Londres		100,0
796	Latin America Recovery Fund LLC	Wilmington		100,0
797	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0
798	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0
799	LGB Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
800	Liberty Investments Limited	George Town		100,0
801	Licorne Gestion	Paris		100,0
802	Liegenschaft Hainstraße GbR	Frankfurt	5	0,0
803	Londres Industrial Leasing Limited	Londres		100,0
804	Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		100,0
805	Longard Holdings Limited	Larnaca		100,0
806	Luxemburgo Family Office S.A.	Luxemburgo		100,0
807	LWC Nominees Limited	Auckland		100,0
808	MAC Investments Ltd.	George Town		100,0
809	MacDougal Investments Limited	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
810	Mallard Place, Inc.	Wilmington		100,0
811	Marine Investments YK	Tóquio		100,0
812	Matura Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
813	Maxblue Americas Holdings, S.A.	Madrid		100,0
814	Mayfair Center, Inc.	Wilmington		100,0
815	Media Entertainment Filmmanagement GmbH	Pullach		100,0
816	MEF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
817	Mercer Investments Limited	Wilmington		100,0
818	Metis Properties Limited	Londres		100,0
819	Mezzanine Capital Europe (MC-EU) GmbH & Co. KG	Munique	1	0.1
820	Mezzanine Capital Europe II (MC-EU II) GmbH & Co. KG	Munique	1	0.5
821	Mezzanine Capital USA (MC-US) GmbH & Co. KG	Munique	1	0.1
822	Mezzanine Capital USA II (MC-US II) GmbH & Co. KG	Munique	1	0.1
823	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		100,0
824	Miami MEI, LLC	Dover	5	0,0
825	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
826	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0
827	MMDB Noonmark L.L.C.	Wilmington		100,0
828	"modernes Frankfurt" private Gesellschaft für Stadtentwicklung mbH i.L.	Frankfurt		100,0
829	Morgan Grenfell & Co. Limited	Londres		100,0
830	Morgan Grenfell (Local Authority Finance) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
831	Morgan Grenfell Development Capital Holdings Limited	Londres		100,0
832	Morgan Grenfell Private Equity Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
833	Morgan Nominees Limited	Londres		100,0
834	Mortgage Trading (UK) Limited	Londres		100,0
835	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0
836	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0
837	Mountain Recovery Fund I Y.K.	Tóquio		100,0
838	MRF2 Y.K.	Tóquio		100,0
839	MXB U.S.A., Inc.	Wilmington		100,0
840	Nachhaltig OP	Luxemburgo		100,0
841	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0
842	NCKR, LLC	Wilmington		100,0
843	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		100,0
844	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		100,0
845	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		100,0
846	Nevada Property 1 LLC	Wilmington		100,0
847	Nevada Restaurant Venture 1 LLC	Wilmington		100,0
848	Nevada Retail Venture 1 LLC	Wilmington		100,0
849	New Hatsushima Godo Kaisha	Tóquio	5	50,0
850	New Prestitempo S.p.A.	Milão		100,0
851	Newhall LLC	Wilmington		100,0
852	Newport Harbor Corporation, Delaware	Wilmington		100,0
853	NewportX Inc.	Wilmington		100,0
854	NIDDA Grundstücks- und Beteiligungs-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
855	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
856	norisbank GmbH	Berlim		100,0
857	North American Income Fund PLC	Dublin		67.1
858	Northern Pines Funding, LLC	Dover		100,0
859	Oakwood Properties Corp.	Wilmington		100,0
860	Office Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
861	OOO "Deutsche Bank"	Moscow		100,0
862	OP-INVEST CHF Management S.A.	Luxemburgo		100,0
863	OPB KRITI GmbH	Koenigstein		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
864	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		100,0
865	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0
866	OPB-Decima GmbH	Colónia		100,0
867	OPB-Holding GmbH	Colónia		100,0
868	OPB-Mosel GmbH	Colónia		100,0
869	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0
870	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0
871	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0
872	OPB-Quinta GmbH	Colónia		100,0
873	OPB-Rhein GmbH	Colónia		100,0
874	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0
875	OPB-Structuring GmbH	Colónia		100,0
876	Oppenheim Asset Management GmbH	Viena		100,0
877	Oppenheim Asset Management Services S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
878	Oppenheim Beteiligungs-AG	Colónia		100,0
879	OPPENHEIM Beteiligungs-Treuhand GmbH	Colónia		100,0
880	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0
881	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		100,0
882	OPPENHEIM Flottenfonds IV GmbH & Co. KG	Colónia	1	0,0
883	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		83,3
884	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia		100,0
885	OPPENHEIM Immobilien Dachfonds III GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
886	Oppenheim International Finance	Dublin		100,0
887	OPPENHEIM Internet Fonds Manager GmbH i.L.	Colónia		100,0
888	Oppenheim Kapitalanlagegesellschaft mbH	Colónia		100,0
889	OPPENHEIM Mezzanine GmbH & Co. KG	Frankfurt	1	3,1
890	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0
891	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
892	Oppenheim VAM Kapitalanlagegesellschaft mbH	Colónia		100,0
893	Oppenheim Vermögenstreuhand GmbH	Colónia		100,0
894	OPS Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
895	OTM Capital GK	Tóquio		100,0
896	OVT Trust 1 GmbH	Colónia		100,0
897	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
898	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
899	Pan Australian Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
900	Paribus Köln I GmbH	Colónia		100,0
901	PB (USA) Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
902	PB (USA) Realty Corporation	Nova Iorque		94,7
903	PB Capital Corporation	Wilmington		100,0
904	PB Factoring GmbH	Bona		100,0
905	PB Finance (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0
906	PB Firmenkunden AG	Bona		100,0
907	PB Hollywood I Hollywood Station, LLC	Dover	5	0,0
908	PB Hollywood II Lofts, LLC	Dover	5	0,0
909	PB Kreditservice GmbH	Hameln		100,0
910	PB Sechste Beteiligungen GmbH	Bona		100,0
911	PB Service GmbH	Bona		100,0
912	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Frankfurt		99,5
913	PBC Carnegie, LLC	Wilmington	5	0,0
914	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Frankfurt		100,0
915	PE-US/ASIA Beteiligungsgesellschaft mbH	Munique		100,0
916	PEIF II (Manager) Limited	St. Helier		100,0
917	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
918	Pembol Nominees Limited	Londres		100,0
919	Percy Limited	Gibraltar		100,0
920	PHARMA/wHEALTH Management Company S.A.	Luxemburgo		99,9
921	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		95,0
922	Phoebus Investments LP	Wilmington		100,0
923	Phoebus Leasing Limited	George Town		100,0
924	Pilgrim Financial Services LLP	Wilmington		100,0
925	PLAKIAS Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
926	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0
927	Plinius Verwaltungs AG	Zurique		100,0
928	PMG Collins, LLC	Tallahassee		100,0
929	Pollus L.P.	St. Helier		100,0
930	Polydeuce LLC	Wilmington		100,0
931	POND VENTURES II GmbH & Co. KG	Munique		99,9
932	POSEIDON Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
933	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamelh		100,0
934	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		100,0
935	Postbank Direkt GmbH	Bona		100,0
936	Postbank Filial GmbH	Bona		100,0
937	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		100,0
938	Postbank Finanzberatung AG	Hamelh		100,0
939	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona		100,0
940	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		90,0
941	Postbank Leasing GmbH	Bona		100,0
942	Postbank P.O.S. Transact GmbH	Eschborn		100,0
943	Postbank Support GmbH	Colónia		100,0
944	Postbank Systems AG	Bona		100,0
945	Postbank Versicherungsvermittlung GmbH	Bona		100,0
946	PPCenter, Inc.	Wilmington		100,0
947	Primelux Insurance S.A.	Luxemburgo		100,0
948	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
949	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
950	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
951	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
952	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		51,0
953	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Roedermark		80,2
954	PT. Deutsche Securities Indonesia	Jacarta		99,0
955	Public joint-stock company "Deutsche Bank DBU"	Kiev		100,0
956	Pyramid Ventures, Inc.	Wilmington		100,0
957	Quantum 13 LLC	Wilmington	5	49,0
958	RBM Nominees Pty. Limited	Sydney		100,0
959	Reade, Inc.	Wilmington		100,0
960	Red Lodge, L.P.	Wilmington		100,0
961	registrar services GmbH	Eschborn		100,0
962	Regula Limited	Road Town		100,0
963	REIB Europe Investments Limited	Londres		100,0
964	REIB International Holdings Limited	Londres		100,0
965	RHODOS Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
966	Rimvalley Limited	Dublin		100,0
967	Ripple Creek, L.P.	Wilmington		100,0
968	RMS Investments (Cayman)	George Town		100,0
969	RoCal, L.L.C.	Wilmington		100,0
970	RoCalwest, Inc.	Wilmington		100,0
971	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
972	RoSmart LLC	Wilmington		100,0
973	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0
974	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0
975	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0
976	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0
977	RREEF Fondimmobiliari Società di Gestione del Risparmio S.p.A.	Milão		100,0
978	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0
979	RREEF Investment GmbH	Frankfurt		99,9
980	RREEF Management GmbH	Frankfurt		100,0
981	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0
982	RREEF North American Infrastructure Onshore Fund A, L.P.	Wilmington		99,9
983	RREEF Opportunities Management S.r.l.	Milão		100,0
984	RREEF REFlex Fund Ltd.	George Town		92,3
985	RREEF Shanghai Investment Consultancy Company	Shanghai		100,0
986	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt		100,0
987	RREEFSmart, L.L.C.	Wilmington		95,0
988	RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
989	Rüd Blass Vermögensverwaltung AG	Zurique		100,0
990	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamelh		100,0
991	Sagamore Limited	Londres		100,0
992	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
993	Sajima Godo Kaisha	Tóquio	5	0,0
994	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia		100,0
995	Sal. Oppenheim Asia Alternative Investments GmbH	Colónia		100,0
996	Sal. Oppenheim Boulevard Konrad Adenauer S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
997	Sal. Oppenheim Corporate Finance North America Holding LLC	Wilmington		100,0
998	Sal. Oppenheim Global Invest GmbH	Colónia		100,0
999	Sal. Oppenheim Healthcare Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
1000	Sal. Oppenheim Investments GmbH	Colónia		100,0
1001	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia		100,0
1002	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
1003	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia		100,0
1004	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxemburgo S.A.	Luxemburgo		100,0
1005	Sal. Oppenheim PEP Treuhand GmbH	Colónia		100,0
1006	Sal. Oppenheim Private Equity Partners S.A.	Luxemburgo		100,0
1007	Sal. Oppenheim Private Equity Partners US L.P.	Wilmington		100,0
1008	Sal. Oppenheim Private Equity Partners US LLC	Wilmington		100,0
1009	SALOMON OPPENHEIM GmbH i.L.	Colónia		100,0
1010	SAMOS Vermögensverwaltungs GmbH	Colónia		100,0
1011	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1012	Schiffsbetriebsgesellschaft Brunswik mit beschränkter Haftung	Hamburg		100,0
1013	SCLF Godo Kaisha	Tóquio	5	0,0
1014	Sechste DB Immobilienfonds Beta Dr. Rühl KG	Eschborn		100,0
1015	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG	Duesseldorf		94,7
1016	Serviced Office Investments Limited	St. Helier		100,0
1017	Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0
1018	Sherwood Properties Corp.	Wilmington		100,0
1019	Shopready Limited	Londres		100,0
1020	Silver Leaf 1 LLC	Wilmington		100,0
1021	SIMA Private Equity 1 Beteiligungs GmbH	Hamburg		100,0
1022	SIMA Private Equity 1 GmbH & Co. KG	Hamburg	1	0,0
1023	SOAR European Equity Fund Public Limited Company	Dublin		100,0
1024	SOP MultiAssetAllokation	Luxemburgo		100,0
1025	SSG Middle Market CLO LLC	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1026	STC Capital YK	Tóquio		100,0
1027	Stoneridge Apartments, Inc.	Wilmington	5	0,0
1028	Stores International Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0
1029	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0
1030	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington		100,0
1031	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
1032	TAF 2 Y.K.	Tóquio		100,0
1033	Tapeorder Limited	Londres		100,0
1034	Taunus Corporation	Wilmington		100,0
1035	Technology Ventures Five GmbH i.L.	Bona		100,0
1036	Telefon-Servicegesellschaft der Deutschen Bank mbH	Frankfurt		100,0
1037	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0
1038	Tempurrite Leasing Limited	Londres		100,0
1039	Tenedora de Valores S.A.	Santiago		100,0
1040	TeraGate Beteiligungs-GmbH	Frankfurt		100,0
1041	Tertia Büromaschinen Vermiet- und Leasing-Verwaltungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1042	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangkok		100,0
1043	The World Markets Company GmbH i.L.	Frankfurt		74,8
1044	THEMIS Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
1045	Tilney (Ireland) Limited	Dublin		100,0
1046	Tilney Acquisitions Limited (in member's voluntary liquidation)	Liverpool		100,0
1047	Tilney Asset Management International Limited	St. Peter Port		100,0
1048	Tilney Funding Limited (in member's voluntary liquidation)	Liverpool		100,0
1049	Tilney Group Limited	Liverpool		100,0
1050	Tilney Holdings Limited (in member's voluntary liquidation)	Liverpool		100,0
1051	Tilney Investment Management	Liverpool		100,0
1052	Tilney Management Limited (in member's voluntary liquidation)	Liverpool		100,0
1053	TILOS Vermögensverwaltungs GmbH	Colónia		100,0
1054	TIM (Londres) Limited	Liverpool		100,0
1055	TOKOS GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
1056	TQI Exchange, LLC	Wilmington		100,0
1057	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0
1058	Trevona Limited	Road Town		100,0
1059	Triplereason Limited	Londres		100,0
1060	Tsubasa Angel Fund Y.K.	Tóquio		100,0
1061	U.F.G.I.S. Advisors Limited	Larnaca		100,0
1062	U.F.G.I.S. Holdings (Cyprus) Limited	Larnaca		100,0
1063	UDS Capital Y.K.	Tóquio		100,0
1064	Unter Sachsenhausen Beteiligungs GmbH i.L.	Colónia		100,0
1065	Urbistar Settlement Services, LLC	Wilmington		100,0
1066	US Real Estate Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0
1067	Varick Investments Limited	Wilmington		100,0
1068	VB Glas-Großhandels-gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		100,0
1069	VCG Venture Capital Fonds III Verwaltungs GmbH	Munique		100,0
1070	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH	Munique		100,0
1071	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1072	VCM III Institutional Beteiligungsgesellschaft mbH	Munique		100,0
1073	VCM III Institutional Equity Partners GmbH & Co. KG	Munique	1	0,1
1074	VCM MIP 2001 GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1075	VCM MIP 2002 GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1076	VCM MIP II GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1077	VCM MIP III GmbH & Co. KG	Munique	1	8,0
1078	VCM MIP IV GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1079	VCM PEP I Beteiligungsgesellschaft mbH	Munique		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1080	VCM PEP II Beteiligungsverwaltung GmbH	Munique		100,0
1081	VCM Private Equity Portfolio GmbH & Co. Beteiligungs KG II	Munique	1	4,7
1082	VCM Private Equity Portfolio GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1083	VCM Private Equity Portfolio GmbH & Co. KG IV	Munique	1	2,1
1084	VCM REE Beteiligungstreuhand GmbH	Colónia		100,0
1085	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		100,0
1086	VCM VI Institutional Private Equity (B) GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1087	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
1088	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
1089	VCPII Beteiligungsverwaltungsgesellschaft mbH	Tutzing		100,0
1090	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlin		100,0
1091	VEXCO, LLC	Wilmington		100,0
1092	VI Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	5	0,0
1093	VÖB-ZVD Bank für Zahlungsverkehrsdienstleistungen GmbH	Bona		75,0
1094	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		100,0
1095	Welsh, Carson, Anderson & Stowe IX GmbH & Co. KG	Munique	1	0,0
1096	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1097	WERDA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1098	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
1099	Whispering Woods LLC	Wilmington		100,0
1100	Whistling Pines LLC	Wilmington		100,0
1101	Wilhelm von Finck Deutsche Family Office AG	Grasbrunn		100,0
1102	Wilmington Trust B6	Wilmington		100,0
1103	Wintercrest Inc.	Wilmington		100,0
1104	WMH (No. 15) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
1105	WMH (No. 16) Limited (in member's voluntary liquidation)	Londres		100,0
1106	Wohnimmobilien Portfolio Deutschland GmbH & Co. KG	Frankfurt		60,0
1107	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0
1108	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		100,0
1109	ZAO "Deutsche Securities"	Moscovo		100,0
1110	ZAO "UFG Invest"	Moscovo		100,0
1111	Zweite Industrie-Beteiligungs-Gesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1112	Zürich - Swiss Value AG	Zurique		50,1
1113	Zürich - Swiss Value Invest AG	Steinhausen		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1114	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1115	ABATIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1116	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1117	ACHAP Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1118	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1119	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1120	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1121	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1122	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1123	ACTIUM Leasobjekt GmbH & Co. Objekt Bietigheim OHG	Duesseldorf		
1124	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1125	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1126	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1127	AETAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1128	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1129	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1130	AKRUN Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1131	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1132	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1133	Almutkirk Limited	Dublin		
1134	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1135	Alternative LN TR 2007-HY9	Nova lorque		
1136	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1137	Andramad Limited	Dublin		
1138	Annapolis Funding Trust	Toronto		
1139	Apexel LLC	Wilmington		100,0
1140	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1141	Asian Hybrid Investments LLP	Singapura	5	0,0
1142	Aspen Funding Corp.	Charlotte		
1143	Asset Repackaging Trust B.V.	Amesterdão	7	
1144	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amesterdão	7	
1145	Asset Repackaging Trust Six B.V.	Amesterdão	7	
1146	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1147	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		
1148	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		
1149	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		
1150	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		
1151	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		0,0
1152	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	7	
1153	Avizandum Limited	Dublin		
1154	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1155	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	7	
1156	Axiom Shelter Island LLC	San Diego		100,0
1157	Azurix AGOSBA S.R.L.	Buenos Aires		100,0
1158	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		100,0
1159	Azurix Buenos Aires S.A. (en liquidacion)	Buenos Aires		100,0
1160	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		100,0
1161	Azurix Corp.	Wilmington		100,0
1162	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		100,0
1163	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1164	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1165	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1166	BARDA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1167	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1168	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Duesseldorf		33,2
1169	Blue Ridge CLO 2009-1	Wilmington		
1170	BNP Paribas Flexi III - Fortis Bond Taiwan	Luxemburgo		
1171	BNP Paribas Flexi III - RMB Corporate Bonds	Luxemburgo		
1172	Bolsena Holding GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
1173	Bozarche Limited	George Town		
1174	Bridge No.1 Pty Limited	Sydney		
1175	Canadian Asset Acquisition Trust 2	Toronto	7	
1176	Canal New Orleans Holdings LLC	Dover		
1177	Canal New Orleans Hotel LLC	Wilmington		
1178	Canal New Orleans Mezz LLC	Dover		
1179	Castlebay Asia Flexible Fund SICAV-FIS - Taiwan Bond Fund	Luxemburgo		
1180	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		
1181	Cathay Capital Company Limited	Port Louis		9,5
1182	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		
1183	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		
1184	Cepangie Limited	Dublin		
1185	Charitable Luxemburgo Four S.à r.l.	Luxemburgo		
1186	Charitable Luxemburgo Three S.à r.l.	Luxemburgo		
1187	Charitable Luxemburgo Two S.à r.l.	Luxemburgo		
1188	CIBI Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1189	CIG (Jersey) Limited	St. Helier		
1190	CLASS Limited	St. Helier	7	
1191	Comprehensive Trust - IBP	Osaka		
1192	Comprehensive Trust - Wakachiku Construction Co., Ltd.	Kita-Kyushu		
1193	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	7	
1194	Coriolanus Limited	Dublin	7	
1195	COUNTS Trust Series 2007 - 3	Newark	7	
1196	Cranfield Aircraft Leasing Limited	George Town		
1197	Crystal CLO, Ltd.	George Town		
1198	DAGOPA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1199	DAINA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1200	Dariconic Limited	Dublin		
1201	DARKU Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1202	DARUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1203	Dawn-BV II LLC	Wilmington		100,0
1204	Dawn-BV LLC	Wilmington		100,0
1205	Dawn-BV-Helios LLC	Wilmington		100,0
1206	Dawn-G II LLC	Wilmington		100,0
1207	Dawn-G LLC	Wilmington		100,0
1208	Dawn-G-Helios LLC	Wilmington		100,0
1209	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	5	0,0
1210	DB Aircraft Leasing Master Trust II	Wilmington	5	0,0
1211	DB Akela, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
1212	DB Alternative Strategies Limited	George Town		100,0
1213	DB Artemis Investments GP	Wilmington		100,0
1214	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		100,0
1215	DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0
1216	DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0
1217	DB Aster, LLC	Wilmington		100,0
1218	DB Bagheera, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
1219	DB Capital Investments, L.P.	Wilmington		100,0
1220	DB Clyde, LLC	Wilmington		100,0
1221	DB CRE Empire Hawkeye HoldCo LLC	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1222	DB Dawn, Inc.	Wilmington		100,0
1223	db ETC II plc	St. Helier	7	
1224	db ETC Index plc	St. Helier	7	
1225	db ETC plc	St. Helier	7	
1226	DB GIF GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
1227	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town		
1228	DB Global Masters Trust	George Town	7	
1229	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		
1230	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG	Frankfurt		0.2
1231	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		
1232	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0
1233	DB Jasmine Holdings Limited	Londres		100,0
1234	DB Platinum	Luxemburgo	7	4,0
1235	DB Platinum II	Luxemburgo	7	2,9
1236	DB Platinum IV	Luxemburgo	7	3,1
1237	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		100,0
1238	DB Sylvester Funding Limited	George Town		100,0
1239	DB Venture Partners (Europe) 2000 LP	St. Helier		20,0
1240	db x-trackers	Luxemburgo	7	3,3
1241	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
1242	db x-trackers Holdings (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
1243	db x-trackers II	Luxemburgo	7	7,8
1244	DB Xylophone Holdings Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0
1245	DBVP Europe GP (Jersey) Limited	St. Helier		20,0
1246	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		
1247	Deco 17 - Pan Europe 7 Limited	Dublin		
1248	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-2	Wilmington		
1249	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-3	Wilmington		
1250	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-OA5	Wilmington		
1251	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0
1252	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	5	0,0
1253	Deutsche Bank Capital Funding LLC I	Wilmington		100,0
1254	Deutsche Bank Capital Funding LLC IV	Wilmington		100,0
1255	Deutsche Bank Capital Funding LLC IX	Wilmington		100,0
1256	Deutsche Bank Capital Funding LLC V	Wilmington		100,0
1257	Deutsche Bank Capital Funding LLC VI	Wilmington		100,0
1258	Deutsche Bank Capital Funding LLC VII	Wilmington		100,0
1259	Deutsche Bank Capital Funding LLC VIII	Wilmington		100,0
1260	Deutsche Bank Capital Funding LLC X	Wilmington		100,0
1261	Deutsche Bank Capital Funding LLC XI	Wilmington		100,0
1262	Deutsche Bank Capital Funding Trust I	Newark	5	0,0
1263	Deutsche Bank Capital Funding Trust IV	Wilmington	5	0,0
1264	Deutsche Bank Capital Funding Trust IX	Wilmington	5	0,0
1265	Deutsche Bank Capital Funding Trust V	Wilmington	5	0,0
1266	Deutsche Bank Capital Funding Trust VI	Wilmington	5	0,0
1267	Deutsche Bank Capital Funding Trust VII	Wilmington	5	0,0
1268	Deutsche Bank Capital Funding Trust VIII	Wilmington	5	0,0
1269	Deutsche Bank Capital Funding Trust X	Wilmington	5	0,0
1270	Deutsche Bank Capital Funding Trust XI	Wilmington	5	0,0
1271	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		100,0
1272	Deutsche Bank Capital LLC II	Wilmington		100,0
1273	Deutsche Bank Capital LLC III	Wilmington		100,0
1274	Deutsche Bank Capital LLC IV	Wilmington		100,0
1275	Deutsche Bank Capital LLC V	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1276	Deutsche Bank Capital Trust I	Newark	5	0,0
1277	Deutsche Bank Capital Trust II	Newark	5	0,0
1278	Deutsche Bank Capital Trust III	Newark	5	0,0
1279	Deutsche Bank Capital Trust IV	Newark	5	0,0
1280	Deutsche Bank Capital Trust V	Newark	5	0,0
1281	Deutsche Bank Contingent Capital LLC I	Wilmington		100,0
1282	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		100,0
1283	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		100,0
1284	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		100,0
1285	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		100,0
1286	Deutsche Bank Contingent Capital Trust I	Wilmington	5	0,0
1287	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	5	0,0
1288	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	5	0,0
1289	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	5	0,0
1290	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	5	0,0
1291	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trusts (DB Series)	Wilmington	8	
1292	Deutsche Beta Finance GmbH	Frankfurt		100,0
1293	Deutsche Colombia S.A.	Bogotá		100,0
1294	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Duesseldorf		100,0
1295	Deutsche GUO Mao Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		100,0
1296	Deutsche Impact Investment (GP) Limited	Edimburgo		100,0
1297	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS1	Nova Iorque		
1298	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS3	Nova Iorque		
1299	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS4	Nova Iorque		
1300	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS5	Nova Iorque		
1301	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS6	Nova Iorque		
1302	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS7	Nova Iorque		
1303	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2007-RS8	Nova Iorque		
1304	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2008-RS1	Nova Iorque		
1305	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2009-RS4	Santa Ana		
1306	Deutsche OBU Pty Limited	Sydney		100,0
1307	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0
1308	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0
1309	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0
1310	Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		100,0
1311	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington		100,0
1312	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington		100,0
1313	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington		100,0
1314	Deutsche Postbank Funding Trust IV	Wilmington		100,0
1315	DIL Beteiligungs-Stiftung	Duesseldorf		
1316	DIL Europa-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		100,0
1317	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1318	DJ Williston Swaps LLC	Wilmington		100,0
1319	DONARUM Holding GmbH	Duesseldorf		50,0
1320	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1321	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1322	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1323	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1324	Dusk II, LLC	Wilmington		100,0
1325	Dusk LLC	Wilmington		100,0
1326	DWS Bond Flexible	Luxemburgo		
1327	DWS Concept	Luxemburgo	7	
1328	DWS Institutional Money plus	Luxemburgo		
1329	DWS Institutional USD Money plus	Luxemburgo		

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1330	Dyna Holding GmbH	Eschborn		100,0
1331	Earls Eight Limited	George Town	7	
1332	EARLS Trading Limited	George Town		
1333	1221 East Denny Owner, LLC	Wilmington		
1334	EBEMUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		
1335	Edomizaka Tokutei Mokuteki Kaisha	Tóquio		
1336	EGOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		
1337	EINATUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		10,0
1338	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1339	Eirles Three Limited	Dublin	7	
1340	Eirles Two Limited	Dublin	7	
1341	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0
1342	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1343	Elmo Funding GmbH	Eschborn		100,0
1344	Elmo Leasing Achte GmbH	Eschborn		100,0
1345	Elmo Leasing Dreiundzwanzigste GmbH	Eschborn		100,0
1346	Elmo Leasing Dreizehnte GmbH	Eschborn		100,0
1347	Elmo Leasing Dritte GmbH	Eschborn		100,0
1348	Elmo Leasing Elfte GmbH	Eschborn		100,0
1349	Elmo Leasing Neunte GmbH	Eschborn		100,0
1350	Elmo Leasing Sechste GmbH	Eschborn		100,0
1351	Elmo Leasing Siebte GmbH	Eschborn		100,0
1352	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn		100,0
1353	Elmo Leasing Zwölfte GmbH	Eschborn		100,0
1354	Emerging Markets Capital Protected Investments Ltd	George Town	7	
1355	Emeris	George Town		
1356	EOP Manager, LLC	Wilmington		100,0
1357	Equinox Credit Funding Public Limited Company	Dublin	7	
1358	Equipment Management Services LLC	Wilmington		100,0
1359	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		100,0
1360	Escoyla Limited	Dublin		
1361	ETFS Industrial Metal Securities Limited	St. Helier	7	
1362	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano		
1363	Fandaro Limited	Dublin		
1364	Farsala Investment SRL	Bucaresta		
1365	Film Asset Securitization Trust 2009-1	Nova Iorque		
1366	Finaqua Limited	Londres		
1367	Fixed Income Flexible	Luxemburgo		100,0
1368	Fortis Flexi IV - Bond Medium Term RMB	Luxemburgo		
1369	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1370	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1371	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1372	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1373	G.O. III Luxemburgo Oxford S.à r.l.	Luxemburgo		
1374	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0
1375	GC Re	Hamilton	7	
1376	GEM ERI Limited	George Town		
1377	Gemini Securitization Corp., LLC	Boston		
1378	GEWE-Falkenberg Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1379	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		
1380	Global Opportunities Co-Investment, LLC	Wilmington		
1381	GMS Global Investment Strategy II Fund	Frankfurt		
1382	Gottex ABI II Fund Limited	George Town		
1383	GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1384	H21 Absolute Return Portfolios SPC - Class ARP-A00-10150	George Town		
1385	Hamildak Limited	Dublin		
1386	Harbour Finance Limited	Dublin		
1387	Herodotus Limited	George Town	5	
1388	HESTA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Frankfurt KG	Duesseldorf		
1389	Hotel Majestic LLC	Wilmington		100,0
1390	HSBC Funding (Deutschland) GmbH	Bad Soden am Taunus		14,4
1391	Immobilien-Vermietungsgesellschaft von Quistorp GmbH & Co. Objekt Altlandsberg KG	Duesseldorf		
1392	Infigate GmbH i.K.	Essen		48,0
1393	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		
1394	Investors Cash Trust	Boston	7	
1395	IQ-Markets SA	Luxemburgo		
1396	IRADO Holding Limited	George Town		100,0
1397	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		
1398	Ixon Public Limited Company	Dublin	7	
1399	JWB Leasing Limited Partnership	Londres		100,0
1400	Kasteel Roos	Ghent		100,0
1401	Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0
1402	Kelvivo Limited	Dublin		
1403	Kingfisher (Ontario) LP	Toronto		100,0
1404	Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		100,0
1405	Kingfisher Holdings I (Nova Scotia) ULC	Halifax		100,0
1406	Kingfisher Holdings II (Nova Scotia) ULC	Halifax		100,0
1407	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		100,0
1408	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1409	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG	Duesseldorf		0,0
1410	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG	Duesseldorf		0,0
1411	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town		
1412	Labuan (Cranfield) Aircraft Leasing Limited	Labuan		
1413	Lambourn Spółka z ograniczona odpowiedzialnoscia	Warsaw		100,0
1414	LARS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Hagen KG	Duesseldorf		
1415	LECTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Weimar KG	Duesseldorf		
1416	Legacy BCC Receivables, LLC	Wilmington		100,0
1417	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano		
1418	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		70,0
1419	Leonardo Charitable 1 LLC	Wilmington		9,9
1420	Linker Finance plc	Dublin	7	
1421	Luscina Limited	Dublin		
1422	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo		49,7
1423	Maher 1210 Corbin LLC	Wilmington		100,0
1424	Maher Chassis Management LLC	Wilmington		100,0
1425	Maher Terminals Holding Corp.	Toronto		100,0
1426	Maher Terminals LLC	Wilmington		100,0
1427	Maher Terminals Logistics Systems LLC	Wilmington		100,0
1428	Maher Terminals USA, LLC	Wilmington		100,0
1429	MAN Investments SAC Limited	Hamilton		
1430	Manta Acquisition LLC	Wilmington		100,0
1431	Manta Group LLC	Wilmington		100,0
1432	Maritime Indemnity Insurance Co	Hamilton		100,0
1433	Market Access III - CYD Market Neutral Plus Index Fund	Luxemburgo		
1434	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		100,0
1435	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		100,0
1436	Master Aggregation Trust	Wilmington		
1437	Maxima Alpha Bomaral Limited	St. Helier		

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1438	Mazuma Capital Funds Limited	Hamilton	7	
1439	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		43,0
1440	Mekabo B.V.	Amesterdão		
1441	Merlin I	George Town		
1442	Merlin II	George Town		
1443	Merlin XI	George Town		
1444	Micro-E Finance S.r.l.	Roma		
1445	Mikrofinanz Beteiligungsgesellschaft ZWEI GmbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1446	MIRABILIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berching KG	Duesseldorf	7	
1447	MMCapS Funding XVIII Ltd. - Resecuritization Trust 2010-RS1	Wilmington		
1448	Montage Funding LLC	Dover		
1449	Monterey Funding LLC	Wilmington		
1450	Moon Leasing Limited	Londres		100,0
1451	MortgageIT Capital Trust I	Newark	5	3,0
1452	MortgageIT Capital Trust III	Wilmington	5	3,0
1453	MortgageIT Trust 2004-1	Nova Iorque		
1454	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
1455	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1456	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1457	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0
1458	NeoAnemos S.r.l.	Milão		
1459	Netron Investment SRL	Bucareste		
1460	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1461	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1462	Newport Funding Corp.	Charlotte		
1463	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1464	Nineco Leasing Limited	Londres		100,0
1465	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1466	North Las Vegas Property LLC	Wilmington		100,0
1467	Norvadano Limited	Dublin		
1468	Novelties Distribution LLC	Wilmington		100,0
1469	Odin Mortgages Limited	Londres		
1470	Okanagan Funding Trust	Toronto		
1471	Oona Solutions, Fonds Commun de Placement	Luxemburgo	7	
1472	OPAL	Luxemburgo	7	
1473	Operadora de Buenos Aires S.R.L.	Buenos Aires		100,0
1474	OPPENHEIM Portfolio Advisors VI GmbH & Co. KG	Colônia		100,0
1475	Optima Emerging Markets Fund Limited	Hamilton		
1476	Opus One Private Real Estate Fund	Seoul		
1477	Oran Limited	George Town		
1478	Ornegin Investment SRL	Bucareste		
1479	Owner Trust MSN 199	Salt Lake City		
1480	Owner Trust MSN 23336	Salt Lake City		
1481	Owner Trust MSN 23337	Salt Lake City		
1482	Owner Trust MSN 23338	Salt Lake City		
1483	Owner Trust MSN 23344	Salt Lake City		
1484	Owner Trust MSN 23887	Salt Lake City		
1485	Owner Trust MSN 240	Salt Lake City		
1486	Owner Trust MSN 241	Salt Lake City		
1487	Owner Trust MSN 24452	Salt Lake City		
1488	Owner Trust MSN 24453	Salt Lake City		
1489	Owner Trust MSN 24788	Salt Lake City		
1490	Owner Trust MSN 25120	Salt Lake City		
1491	Owner Trust MSN 25259	Salt Lake City		

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1492	Owner Trust MSN 25884	Salt Lake City		
1493	Owner Trust MSN 264	Salt Lake City		
1494	Owner Trust MSN 27833	Salt Lake City		
1495	Owner Trust MSN 87	Salt Lake City		
1496	Owner Trust MSN 88	Salt Lake City		
1497	Oystermouth Holding Limited	Nicosia		
1498	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1499	PADOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1500	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1501	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1502	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	7	
1503	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1504	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Seniorenresidenzen KG	Duesseldorf		
1505	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	7	
1506	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1507	PANTIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1508	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1509	PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0
1510	PARTS Student Loan Trust 2007-CT1	Wilmington		100,0
1511	PARTS Student Loan Trust 2007-CT2	Wilmington		100,0
1512	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1513	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1514	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Briloner KG	Duesseldorf		
1515	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1516	PEIF II S.C.A.	Luxemburgo		99,9
1517	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1518	PENTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1519	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1520	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1521	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1522	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1523	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1524	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1525	Pertwee Leasing Limited Partnership	Londres		100,0
1526	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0
1527	Perus 1 S.à r.l.	Luxemburgo		
1528	Perus 2 S.à r.l.	Luxemburgo		
1529	Perus Investments S.à r.l.	Luxemburgo		
1530	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1531	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1532	Picture Financial Funding (No.2) Limited	Newport		
1533	Picture Financial Jersey (No.2) Limited	St. Helier		
1534	Picture Home Loans (No.2) Limited	Londres		
1535	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1536	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		100,0
1537	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1538	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1539	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1540	Prince Rupert Luxemburgo S.à r.l.	Senningerberg		100,0
1541	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1542	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Duesseldorf		50,0
1543	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1544	PROVIDE Domicile 2009-1 GmbH	Frankfurt		
1545	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1546	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1547	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1548	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Burscheid KG	Duesseldorf		
1549	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1550	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	5	
1551	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1552	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1553	R/H Hawthorne Plaza Associates, LLC	Wilmington		
1554	Reference Capital Investments Limited	Londres		100,0
1555	Regal Limited	George Town	7	
1556	REO Properties Corporation	Wilmington		100,0
1557	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		
1558	Rhein - Main Securitisation Limited	St. Helier		
1559	Rhein-Main No. 12 Limited	St. Helier		
1560	Rhein-Main No. 14 Limited	St. Helier		
1561	Rhein-Main No. 5 Mortgage Purchase Limited	St. Helier		
1562	Rheingold No.1 Limited	St. Helier		
1563	Rheingold No.10 Limited	St. Helier		
1564	Rheingold No.14 (Jersey) Limited	St. Helier		
1565	Rheingold No.9 Limited	St. Helier		
1566	Rheingold Securitisation Limited	St. Helier		
1567	RHOEN 2008-1 GmbH	Frankfurt		
1568	Riverside Funding LLC	Dover		
1569	RM Ayr Delaware LLC	Dover		
1570	RM Ayr Limited	Dublin		
1571	RM Chestnut Delaware LLC	Dover		
1572	RM Chestnut Limited	Dublin		
1573	RM Delaware Multi-Asset LLC	Wilmington		
1574	RM Delaware Triple-A LLC	Dover		
1575	RM Fife Delaware LLC	Dover		
1576	RM Fife Limited	Dublin		
1577	RM Multi-Asset Limited	Dublin		
1578	RM Sussex Delaware LLC	Dover		
1579	RM Sussex Limited	Dublin		
1580	RM Triple-A Limited	Dublin		
1581	Route 28 Titling Trust	Wilmington		
1582	RREEF G.O. III Luxemburgo One S.à r.l.	Luxemburgo		
1583	RREEF G.O. III Malta Limited	Valletta		
1584	RREEF Global Opportunities Fund III, LLC	Wilmington		
1585	RREEF GO III Mauritius One Limited	Port Louis		
1586	RREEF GO III Mauritius Two Limited	Port Louis		
1587	RREEF North American Infrastructure Fund A, L.P.	Wilmington		99.9
1588	RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		99.9
1589	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1590	SABRE Securitisation Limited	Sydney		
1591	SAITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		60,0
1592	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1593	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1594	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Brandenburg KG	Duesseldorf		
1595	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Duesseldorf		58.5
1596	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Schwarzhede KG	Duesseldorf		
1597	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1598	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nürnberg KG	Duesseldorf		
1599	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1600	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Hafen KG	Duesseldorf		
1601	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1602	Saratoga Funding Corp., LLC	Wilmington		
1603	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1604	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1605	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1606	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Datteln KG	Duesseldorf		
1607	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Eisenach KG	Duesseldorf	7	
1608	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Iserlohn KG i.L.	Duesseldorf		
1609	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Osnabrück KG	Duesseldorf		
1610	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Siekmann KG	Duesseldorf		
1611	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1612	Schiffsbetriebsgesellschaft FINNA mbH	Hamburg		100,0
1613	Schiffsbetriebsgesellschaft GRIMA mbH	Hamburg		100,0
1614	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1615	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1616	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG	Duesseldorf		95,0
1617	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1618	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1619	SECHSUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1620	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1621	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1622	Sedona Capital Funding Corp., LLC	Charlotte		
1623	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1624	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1625	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1626	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1627	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG	Duesseldorf		100,0
1628	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1629	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Frankfurt KG	Duesseldorf		
1630	Sharps CDO II Ltd.	George Town		
1631	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1632	SIEBENUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		
1633	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1634	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1635	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1636	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1637	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Bona KG	Duesseldorf		
1638	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1639	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Rostock und Leipzig KG	Duesseldorf		
1640	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH Objekt Eduard Dyckerhoff OHG	Duesseldorf		
1641	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1642	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1643	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Markdorf KG	Duesseldorf		
1644	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Tübingen KG	Duesseldorf		
1645	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Uhingen KG	Duesseldorf		
1646	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1647	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0
1648	SIRES-STAR Limited	George Town	7	
1649	Sixco Leasing Limited	Londres		100,0
1650	SMART SME CLO 2006-1 Ltd	George Town		
1651	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1652	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1653	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1654	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1655	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1656	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heidelberg KG i.L.	Duesseldorf		
1657	Sonata Securities S.A.	Luxemburgo	7	
1658	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1659	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Hutschenreuther KG	Duesseldorf		
1660	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lüdenscheid KG	Duesseldorf		
1661	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Mainz KG	Duesseldorf		
1662	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1663	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekte Prima KG	Duesseldorf	7	
1664	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekte Sekunda KG	Duesseldorf	7	
1665	SPAN No.5 Pty Limited	Sydney		
1666	SPESSART 2009-1 GmbH	Frankfurt		
1667	SPhinX Limited	George Town		50,2
1668	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1669	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1670	Spring Asset Funding LLC	Wilmington		
1671	Spring Asset Funding Ltd	George Town		
1672	SPV Optimal SUS Ltd.	Nassau		
1673	SS Aggregation Trust	Wilmington		
1674	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1675	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1676	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0
1677	Stewart-Denny Holdings, LLC	Wilmington		
1678	Stichting Perus Investments	Amsterdão		
1679	Strategic Global Opportunities Ltd. - Class A Main USD	Nassau		
1680	STTN, Inc.	Wilmington		100,0
1681	STUPA Heizwerk Frankfurt (Oder) Nord Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0
1682	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1683	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1684	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1685	Sunflower Fund	Luxemburgo		
1686	Sunrise Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1687	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1688	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Speyer KG	Duesseldorf		
1689	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1690	Survey Solutions B.V.	Amsterdão		
1691	Survey Trust	Wilmington		
1692	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1693	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1694	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Cottbus KG	Duesseldorf		
1695	Swabia 1 Limited	Dublin		
1696	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		100,0
1697	Sylvester (2001) Limited	George Town		100,0
1698	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1699	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1700	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Hameln KG	Duesseldorf		
1701	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordsternpark KG	Duesseldorf		
1702	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Osnabrück KG	Duesseldorf		
1703	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Ulm KG	Duesseldorf		
1704	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Wendelstein KG i.L	Duesseldorf		
1705	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1706	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0
1707	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1708	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1709	TARES Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1710	Taunus 2008-1 GmbH	Frankfurt		
1711	Taunus 2009-1 GmbH	Frankfurt		
1712	TEBA Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		100,0
1713	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1714	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1715	TERGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1716	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1717	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Bernbach KG	Duesseldorf	5	0,0
1718	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1719	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Duesseldorf		100,0
1720	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Duesseldorf		100,0
1721	Thaumat Holdings Limited	Nicosia		
1722	The Admiral Charitable Trust	St. Peter Port		
1723	The CAP Accumulation Trust	Wilmington		
1724	The CIG Trust	St. Helier		
1725	The GIII Accumulation Trust	Wilmington		
1726	The Glanmore Property Euro Fund Limited	St. Peter Port		
1727	The GPR Accumulation Trust	Wilmington		
1728	The Life Accumulation Trust	Wilmington		
1729	The Life Accumulation Trust II	Wilmington		
1730	The Life Accumulation Trust III	Wilmington		
1731	The Life Accumulation Trust IV	Wilmington		
1732	The Life Accumulation Trust IX	Wilmington		
1733	The Life Accumulation Trust V	Wilmington		
1734	The Life Accumulation Trust VIII	Wilmington		
1735	The Life Accumulation Trust X	Wilmington		
1736	The Life Accumulation Trust XI	Wilmington		
1737	The Life Accumulation Trust XII	Wilmington		
1738	The PEB Accumulation Trust	Wilmington		
1739	The SLA Accumulation Trust	Wilmington		
1740	THRENI Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1741	Tilney Group Limited Employee Incentive Trust	St. Peter Port		
1742	Tintin II SPC	George Town		
1743	Tintin III SPC	George Town		
1744	Tokutei Mokuteki Kaisha CREP Investment V	Tóquio	5	
1745	TONGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1746	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1747	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1748	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0
1749	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1750	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1751	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		100,0
1752	TRS 1 LLC	Wilmington		100,0
1753	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0
1754	TRS Babson I LLC	Wilmington		100,0
1755	TRS Bluebay LLC	Wilmington		100,0
1756	TRS Bruin LLC	Wilmington		100,0
1757	TRS Callisto LLC	Wilmington		100,0
1758	TRS Camulos LLC	Wilmington		100,0
1759	TRS Cypress LLC	Wilmington		100,0
1760	TRS DB OH CC Fund Financing LLC	Wilmington		100,0
1761	TRS Eclipse LLC	Wilmington		100,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1762	TRS Elara LLC	Wilmington		100,0
1763	TRS Elgin LLC	Wilmington		100,0
1764	TRS Elm LLC	Wilmington		100,0
1765	TRS Feingold O'Keeffe LLC	Wilmington		100,0
1766	TRS Fore LLC	Wilmington		100,0
1767	TRS Ganymede LLC	Wilmington		100,0
1768	TRS GSC Credit Strategies LLC	Wilmington		100,0
1769	TRS Haka LLC	Wilmington		100,0
1770	TRS HY FNDS LLC	Wilmington		100,0
1771	TRS Io LLC	Wilmington		100,0
1772	TRS Landsbanki Islands LLC	Wilmington		100,0
1773	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0
1774	TRS Metis LLC	Wilmington		100,0
1775	TRS Plainfield LLC	Wilmington		100,0
1776	TRS Poplar LLC	Wilmington		100,0
1777	TRS Quogue LLC	Wilmington		100,0
1778	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0
1779	TRS SeaCliff LLC	Wilmington		100,0
1780	TRS Stag LLC	Wilmington		100,0
1781	TRS Stark LLC	Wilmington		100,0
1782	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0
1783	TRS Sycamore LLC	Wilmington		100,0
1784	TRS Thebe LLC	Wilmington		100,0
1785	TRS Tupelo LLC	Wilmington		100,0
1786	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0
1787	TRS Watermill LLC	Wilmington		100,0
1788	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1789	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1790	TXH Trust	Wilmington		
1791	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1792	Varapradha Real Estates Private Limited	Hyderabad		
1793	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1794	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1795	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1796	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1797	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1798	Village Hospitality LLC	Wilmington		100,0
1799	Volga Investments Limited	Dublin		
1800	Warwick Lane Investments B.V.	Londres		25,0
1801	Wheatfield GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
1802	Winchester House Master Trust	Hamilton	7	
1803	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Duesseldorf		50,0
1804	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Duesseldorf		50,0
1805	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1806	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1807	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1808	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1809	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1810	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1811	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1812	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1813	Zamalik Limited	Dublin		
1814	ZANTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1815	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1816	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Leben II KG	Duesseldorf		93,3
1817	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1818	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0
1819	ZEDORA 3 GmbH & Co. KG	Muniqu		
1820	ZEDORA 36 GmbH & Co. KG	Muniqu		
1821	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1822	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1823	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG	Duesseldorf		93,1
1824	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1825	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1826	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1827	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1828	ZIBE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1829	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1830	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1831	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1832	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1833	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1834	ZITRAL Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf		50,0
1835	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0
1836	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1837	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1838	Zugspitze 2008-1 GmbH	Frankfurt		
1839	Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0
1840	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1841	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1842	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1843	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1844	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1845	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1846	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1847	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		8.7
1848	Actavis Equity S.à r.l.	Munsbach	9	0.0
1849	Admiral Private Equity SL	Madrid		45.0
1850	Afinia Capital Group Limited	Hamilton		40.0
1851	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		28.8
1852	Argantis GmbH	Colónia		50.0
1853	Argantis Private Equity GmbH & Co. KG	Colónia		25.1
1854	Argantis Private Equity Gründer GmbH & Co. KG	Colónia		36.5
1855	Arvoreda Investments Limited	George Town		47.1
1856	Asia Retail Group Limited	Douglas		9.4
1857	Atriax Holdings Limited (in member's voluntary liquidation)	Southend-on-Sea		25.0
1858	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49.8
1859	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30.0
1860	BATS Global Markets, Inc.	Wilmington		6.7
1861	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Duesseldorf		49.0
1862	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	10	51.0
1863	BHS tabletop AG	Selb		28.9
1864	Bocaina L.P.	George Town	10	53.3
1865	BrisConnections Holding Trust	Kedron		35.6
1866	BrisConnections Investment Trust	Kedron		35.6
1867	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50.0
1868	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50.0
1869	Caherciveen Partners, LLC	Chicago		20.0
1870	Challenger Infrastructure Fund	Sydney		12.0
1871	Coalition Development Limited	Londres		9.7
1872	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30.0
1873	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		49.9
1874	Danube Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25.0
1875	DB Alpha Discovery Fund Limited	George Town	9	0.0
1876	DB Development Holdings Limited	Larnaca		49.0
1877	DB Funding (Gibraltar) Limited	Gibraltar	10	100.0
1878	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34.6
1879	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		25.9
1880	DBG Osteuropa-Holding GmbH i.L.	Frankfurt		50.0
1881	DD Konut Finansman A.S.	Istanbul		49.0
1882	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		16.2
1883	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		50.0
1884	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		50.0
1885	Deutsche Private Equity Fund	Sydney		8.0
1886	Deutsche Regis Partners Inc	Makati City		49.0
1887	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50.0
1888	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25.1
1889	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Duesseldorf		50.0
1890	DMG & Partners Securities Pte Ltd	Singapura		49.0
1891	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlin		21.1
1892	DPG Deutsche Performancemessungs-Gesellschaft für Wertpapierportfolios mbH	Frankfurt		20.0
1893	Duxton Asset Management Pte. Ltd.	Singapura		19.9
1894	DWS Global Agricultural Land & Opportunities Fund Limited	George Town		1.1
1895	Edmonton Holding Limited	George Town	9	0.0
1896	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25.0
1897	EOL2 Holding B.V.	Amsterdão		45.0
1898	eolec	Issy-les-Moulineaux		33.3
1899	equiNotes Management GmbH	Duesseldorf		50.0
1900	Erica Società a Responsabilità Limitata	Milão		40.0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1901	EVROENERGIAKI S.A.	Alexandroupolis		40,0
1902	Financiere Scaprim	Paris		35,0
1903	Fondo Immobiliare Chiuso Piramide Globale	Milão	4	42,5
1904	FREUNDE DER EINTRACHT FRANKFURT Aktiengesellschaft	Frankfurt		30,8
1905	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		40,7
1906	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6
1907	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		15,7
1908	Gemeng International Energy Group Company Limited	Taiyuan		9,0
1909	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		50,0
1910	Gesellschaft bürgerlichen Rechts Industrie- und Handelskammer/Rheinisch-Westfälische Börse	Duesseldorf		10,0
1911	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7
1912	GIPF-I Holding Corp.	Calgary		2,0
1913	giropay GmbH	Frankfurt		33,3
1914	Gordian Knot Limited	Londres		32,4
1915	Graphite Resources Holdings Limited	Newcastle upon Tyne	10	70,0
1916	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Newcastle upon Tyne		45,0
1917	Great Future International Limited	Road Town		43,0
1918	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		44,9
1919	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		33,2
1920	Grundstücksverwaltungsgesellschaft Tankstelle Troisdorf Spich GbR	Troisdorf		33,0
1921	Gulf Home Finance	Riade		40,0
1922	Hanoi Building Commercial Joint Stock Bank	Hanoi		10,0
1923	Harvest Fund Management Company Limited	Xangai		30,0
1924	Hua Xia Bank Company Limited	Pequim		19,9
1925	Huamao Property Holdings Ltd.	George Town	9	0,0
1926	Hydro S.r.l.	Roma		45,0
1927	I.B.T. Lighting S.p.A.	Milão		34,0
1928	iCON Infrastructure Management Limited	St. Peter Port	10	99,9
1929	iFast India Investments Pte. Ltd.	Singapura		49,0
1930	IG BCE Mitglieder-Service GmbH	Hanover		50,0
1931	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Duesseldorf		50,0
1932	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt Am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0
1933	Inn Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1934	Interessengemeinschaft Frankfurter Kreditinstitute GmbH	Frankfurt		23,3
1935	Isar Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1936	ISWAP Limited	Londres		16,4
1937	Japan Value Added Fund One Limited	Tóquio	9	0,0
1938	Jaya Holdings Limited	Singapura		20,6
1939	K & N Kenanga Holdings Bhd	Kuala Lumpur		16,6
1940	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		27,0
1941	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0
1942	KölnArena Beteiligungsgesellschaft mbH	Colônia		20,8
1943	Lion Indian Real Estate Fund L.P.	George Town	9	0,0
1944	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		17,4
1945	Londres Dry Bulk Limited	Londres		49,0
1946	Main Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1947	Marblegate Special Opportunities Master Fund, L.P.	George Town		39,6
1948	Markit Group Holdings Limited	Londres		6,4
1949	MidOcean (Europe) 2000-A LP	St. Helier		19,9
1950	MidOcean (Europe) 2000-B LP	St. Helier		19,9
1951	MidOcean (Europe) 2002 LP	St. Helier		15,9
1952	MidOcean (Europe) 2003 LP	St. Helier		20,0
1953	MidOcean Partners, LP	Nova Iorque		20,0
1954	Millennium Marine Rail, L.L.C.	Elizabeth		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
1955	Miller Brothers Retail Limited (in member's voluntary liquidation)	Doncaster		40,0
1956	Mittelstand Co-Investment Portfolio GmbH & Co. KG	Frankfurt		0,7
1957	Nexus LLC	Wilmington		11,9
1958	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	10	96,7
1959	Novacare	Laval-sur-Vologne		23,7
1960	Oder Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1961	Omnium Leasing Company	Londres		7,1
1962	OP Cash Euro Plus	Luxemburgo	4	25,1
1963	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Holding GmbH & Co. KG	Colónia		0,4
1964	Otto Lilienthal Fünfte GmbH & Co. KG	Muníque		19,6
1965	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2
1966	Pago e Transaction Services GmbH	Colónia		50,0
1967	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia		37,7
1968	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
1969	Pilgrim America High Income Investments Ltd.	George Town		14,9
1970	Plenary Group (Canada) Limited	Vancouver		20,0
1971	Plenary Group Unit Trust	Melbourne		20,9
1972	Private Capital Portfolio L.P.	Londres		38,2
1973	Private Partners AG	Zurique		30,0
1974	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jakarta		40,0
1975	PX Holdings Limited	Stockton on Tees		49,0
1976	QPL Lux, S.à r.l.	Luxemburgo		6,0
1977	QW Holdings, LLC	Wilmington		12,2
1978	Rama Cylinders Private Limited	Mumbai		26,8
1979	Regent's Park Estates (GP) Limited	Douglas		50,0
1980	Regent's Park Estates Limited Partnership	Douglas		50,0
1981	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		20,0
1982	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1983	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1984	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1985	Residential Real Estate Partners III, LLC	Wilmington		10,0
1986	Rhine Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1987	Roc Capital Group, LLC	Wilmington		8,5
1988	Roc Capital Management, L.P.	Wilmington		8,5
1989	Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7
1990	Rosen Consulting Group, LLC	Wilmington		40,0
1991	RPWire LLC	Wilmington		33,3
1992	S/D Partnership	Joanesburgo	9	0,0
1993	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	9	0,0
1994	Satrix Managers (Pty) Ltd	Joanesburgo		50,0
1995	Schiffahrtsgesellschaft MS "Simon Braren" GmbH & Co KG	Kollmar		25,5
1996	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		6,4
1997	Spin Holdco Inc.	Wilmington		35,0
1998	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5
1999	Starpool Finanz GmbH	Berlim		50,0
2000	Station Holdco LLC	Wilmington		25,0
2001	SunAmerica Affordable Housing Partners 47	Los Angeles		10,3
2002	Teesside Gas Processing Plant Limited	Londres		31,3
2003	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		45,0
2004	The Glanmore Property Fund Limited	St. Peter Port		5,3
2005	The Portal Alliance LLC	Wilmington		10,0
2006	The Topiary Fund II Public Limited Company	Dublin		3,7
2007	The Topiary Select Equity Trust	George Town	10	59,1
2008	THG Beteiligungsverwaltung GmbH	Hamburgo		50,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
2009	TLDB Partners Limited	Tóquio		50,0
2010	Trave Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
2011	Triton Gesellschaft für Beteiligungen mbH	Frankfurt		33,1
2012	Turquoise Global Holdings Limited	Londres		7,1
2013	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III KG	Munique		37,0
2014	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III Management KG	Munique		26,7
2015	VCM / BHF Initiatoren GmbH & Co. Beteiligungs KG	Munique		48,8
2016	VCM Shott Private Equity Advisors, LLC	Wilmington		50,0
2017	VCM VII European Mid-Market Buyout GmbH & Co. KG	Colónia		28,8
2018	Verwaltung ABL Immobilienbeteiligungsgesellschaft mbH	Hamburgo		50,0
2019	Volbroker.com Limited	Londres		23,8
2020	WERSE Schifffahrts GmbH & Co. KG MS "DYCKBURG"	Muenster		41,5
2021	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
2022	WestLB Venture Capital Management GmbH & Co. KG	Munique		50,0
2023	Wilson HTM Investment Group Ltd	Brisbane		19,5
2024	WohnBauEntwicklungsgesellschaft München-Haidhausen mbH & Co. KG i.L.	Eschborn		33,3
2025	WohnBauEntwicklungsgesellschaft München-Haidhausen Verwaltungs-mbH i.L.	Eschborn		33,3
2026	Xchanging etb GmbH	Frankfurt		49,0
2027	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		25,0
2028	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3
2029	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf		50,0
2030	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0
2031	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG	Schoenefeld		20,4

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
2032	AFFIRMATUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Duesseldorf	11	50,0
2033	Alpha DB Lindsell Limited S.C.S.	Luxemburgo	12	100,0
2034	Belzen Pty. Limited	Sydney	12	100,0
2035	Benefit Trust GmbH	Luetzen-Gostau	12	100,0
2036	Beta DB Lindsell Limited S.C.S.	Luxemburgo	12	100,0
2037	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Duesseldorf	11	32,0
2038	Blue Ridge Trust	Wilmington	11	26,7
2039	CANDOR Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Duesseldorf	13	34,4
2040	Crest Nicholson Holdings Limited	Chertsey	14	20,3
2041	DB (Barbados) SRL	Christ Church	12	100,0
2042	DB (Gibraltar) Holdings No. 2 Limited	Gibraltar	12	100,0
2043	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	12	100,0
2044	DB Lindsell Limited	Gibraltar	12	100,0
2045	DB Petri LLC	Wilmington	12	100,0
2046	DBR Investments Co. Limited	George Town	12	100,0
2047	3-DD Digital Media AG i.L.	MunIQUE	15	27,1
2048	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l.	Luxemburgo	11	49,0
2049	Deutz-Mülheim Grundstücks-gesellschaft mbH	Duesseldorf	11	40,2
2050	Dogan Gazetecilik A.S.	Istanbul	16	22,0
2051	EQR-Woodland Park A Limited Partnership	Wilmington	12	100,0
2052	EQR-Woodland Park A, LLC	Wilmington	12	100,0
2053	EQR-Woodland Park B Limited Partnership	Wilmington	12	100,0
2054	EQR-Woodland Park B, LLC	Wilmington	12	100,0
2055	EQR-Woodland Park C Limited Partnership	Wilmington	12	100,0
2056	EQR-Woodland Park C, LLC	Wilmington	12	100,0
2057	European Private Equity Portfolio (PE-EU) GmbH & Co. KG	MunIQUE	15	20,4
2058	FRM Levered Diversified Fund LP	Wilmington	14	49,2
2059	Global Salamina, S.L.	Madrid	13	30,0
2060	Goldman Sachs Multi-Strategy Portfolio XI, LLC	Wilmington	10	100,0
2061	Gottex ABI Master Fund Limited	George Town	11	35,3
2062	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH	Duesseldorf	12	100,0
2063	HealthCap 1999 GbR	Berlin	15	41,5
2064	HQ Limited Partnership	Tóquio	11	37,5
2065	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlin	11	20,5
2066	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Duesseldorf	17	21,6
2067	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Duesseldorf	17	21,6
2068	JG Japan Grundbesitzverwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn	12	100,0
2069	Key Capital Private Limited	Dublin	17	50,0
2070	LEA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Esslingen OHG	Duesseldorf	11	48,4
2071	Lindsell Finance Limited	Valletta	12	100,0
2072	Lion Global Infrastructure Fund Limited	St. Peter Port	11	50,0
2073	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	15	99,7
2074	Manuseamento de Cargas - Manicargas, S.A.	Matosinhos	13	38,3
2075	Memax Pty. Limited	Sydney	12	100,0
2076	Merit Capital Advance, LLC	Wilmington	15	20,0
2077	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf	11	40,0
2078	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG	Gruenwald	11	29,6
2079	Midsel Limited	Londres	12	100,0
2080	Mount Hope Community Center Fund, LLC	Wilmington	15	50,0
2081	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington	11	49,9
2082	Nortfol Pty. Limited	Sydney	12	100,0
2083	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG	Colónia	11	27,7
2084	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington	12	100,0
2085	Safron AMD Partners, LP	George Town	15	22,0

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
2086	Safron NetOne Partners, L.P.	George Town	15	21.7
2087	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	11	33.2
2088	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Duesseldorf	12	71.1
2089	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Duesseldorf	12	100,0
2090	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	11	30.5
2091	STC Financing Ippan Shadan Hojin	Tóquio	11	50,0
2092	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Promohypermarkt Gelsenkirchen KG	Duesseldorf	11	48.7
2093	Sundial Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	12	100,0
2094	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Duesseldorf	11	50,0
2095	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Duesseldorf	11	25,0
2096	Triton Fund III G L.P.	St. Helier	10	62.5
2097	Willem S.A.	Luxemburgo	12	95,0
2098	Zenwix Pty. Limited	Sydney	12	100,0

Notas adicionais

44 – Participações accionistas

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

No.	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota	em%
2099	Abode Mortgage Holdings Corporation	Vancouver		8.5
2100	Abraaj Capital Holdings Limited	George Town		8.8
2101	Accunia A/S	Copenhague		9.9
2102	BBB Bürgschaftsbank zu Berlim-Brandenburg GmbH	Berlim		5.6
2103	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		8.5
2104	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8.4
2105	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6.3
2106	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8.2
2107	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5.7
2108	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8.7
2109	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburgo GmbH	Hamburgo		8.7
2110	ConCardis Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		16.8
2111	EFG Eurobank Properties S.A.	Atenas		5.8
2112	EURO Kartensysteme Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		16.8
2113	Focus Minerals Ltd	Perth		5.5
2114	Hayes Lemmerz International, Inc.	Wilmington		10.1
2115	HumanOptics AG	Erlangen		11.2
2116	HYPOPORT AG	Berlim		9.7
2117	Ingenious Media Active Capital Limited	St. Peter Port		13.9
2118	IVG Institutional Funds GmbH	Frankfurt		6.0
2119	KRON AS	Bryne		9.8
2120	Liquiditäts-Konsortialbank Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		8.5
2121	NexPak Corporation	Wilmington		6.5
2122	NÜRNBERGER Beteiligungs-Aktiengesellschaft	Nuremberga		6.6
2123	OTCDeriv Limited	Londres		7.1
2124	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.l.	Frankfurt		19.5
2125	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9.0
2126	Private Export Funding Corporation	Wilmington		7.5
2127	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		6.2
2128	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbruecken		11.8
2129	SearchMedia Holdings Limited	George Town		9.8
2130	Società per il Mercato dei Titoli di Stato - Borsa Obbligazionaria Europea S.p.A.	Roma		5.0
2131	The Clearing House Association L.L.C.	Wilmington		9.1
2132	United Information Technology Co. Ltd	George Town		12.2
2133	3W Power S.A.	Luxemburgo		9.2
2134	Yieldbroker Pty Limited	Sydney		16.7
2135	Yukon-Nevada Gold Corp.	Vancouver		12.2

03 -

Confirmações

Relatório e Parecer do Fiscal Único – 400

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração – 402

Relatório do Conselho de Supervisão – 403

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Para: Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft e das suas filiais, as quais compreendem a demonstração de resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, o balanço consolidado, a demonstração das alterações consolidadas no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela UE, com os requisitos adicionais da legislação alemã nos termos do § [Artigo] 315a Abs. [parágrafo] 1 HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão] e as IFRS, para que apresentem de forma verdadeira e apropriada os capitais próprios, a posição financeira e os resultados das operações do grupo, em conformidade com estes requisitos. O Conselho de Administração da empresa é responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes, devido a fraudes ou erros.

Responsabilidade do Fiscal Único

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião com base no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com o § 317 HGB e normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para o exame das demonstrações financeiras do Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas da Alemanha] (IDW) assim como de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Da mesma forma, também temos de cumprir os requisitos deontológicos e planear e executar o exame com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Um exame implica a realização de procedimentos com vista a obter provas acerca dos montantes e informações que constam das demonstrações financeiras consolidadas. A seleção dos procedimentos de exame depende do juízo profissional do auditor. Inclui a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraudes ou erros. Para avaliar esses riscos, o revisor averigua se o sistema de controlo interno é adequado para a entidade preparar demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição da entidade. O objetivo é planear e realizar procedimentos de exame adequados às circunstâncias, mas não visa expressar uma opinião acerca da eficácia do sistema de controlo interno do grupo. Um exame também implica apreciar se as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação são adequadas, bem como avaliar, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em conformidade com o § 322 Abs.3 Satz 1 HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Em nossa opinião, com base nos resultados do exame, as referidas demonstrações financeiras consolidadas cumprem em todos os aspectos materialmente relevantes as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela UE, os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do § 315a Abs. 1 HGB e as IFRS, e apresentam de forma verdadeira e apropriada os capitais próprios e a posição financeira do Grupo a 31 de dezembro de 2011, assim como os resultados das operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com estes requisitos.

Relatório sobre o Relatório de Gestão do Grupo

Examinámos o relatório de gestão do grupo Deutsche Bank Aktiengesellschaft para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft a preparação do relatório de gestão do grupo em conformidade com os requisitos aplicáveis do direito comercial alemão nos termos do § [Artigo] 315a Abs. [parágrafo] 1 HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão]. Nós temos de realizar o nosso exame em conformidade com o § 317 Abs. 2 HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para o exame do relatório de gestão do grupo do Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas da Alemanha] (IDW). Da mesma forma, também temos de planear e executar o exame com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as informações que constam do relatório de gestão do grupo são coerentes com as demonstrações financeiras consolidadas e os resultados do exame, bem como se o relatório de gestão do grupo apresenta uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta apropriadamente as oportunidades e os riscos para o futuro.

Em conformidade com o § 322 Abs. 3 Satz 1 HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre o relatório de gestão do grupo.

Em nossa opinião, com base nos resultados do nosso exame às demonstrações financeiras consolidadas e ao relatório de gestão do grupo, o relatório de gestão do grupo é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e, em termos globais, apresenta uma visão adequada da posição do grupo e apresenta apropriadamente as oportunidades e os riscos para o futuro.

Frankfurt am Main, 8 de março de 2012

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Dielehner
Wirtschaftsprüfer

Bose
Wirtschaftsprüfer

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 6 de março de 2012

[assinatura]
Josef Ackermann

[assinatura]
Hugo Bänziger

[assinatura]
Jürgen Fitschen

[assinatura]
Anshuman Jain

[assinatura]
Stefan Krause

[assinatura]
Hermann-Josef Lamberti

[assinatura]
Rainer Neske

Relatório do Conselho de Supervisão

O contexto económico em 2011 foi influenciado pela crise da dívida soberana na área do euro. As tensões daí decorrentes nos mercados financeiros conduziram a uma evidente desaceleração da economia mundial durante a segunda metade do ano. No nosso mercado doméstico, a Alemanha, a atividade económica foi robusta, muito embora a economia alemã tenha perdido algum dinamismo devido ao abrandamento económico no final do ano.

Em 2011, o Deutsche Bank continuou centrado na execução da sua estratégia. Alargámos as nossas divisões de negócio Clientes Privados e Empresariais, Gestão de Património e Transações Globais através da integração em curso do Sal. Oppenheim e Postbank, assim como de partes do negócio de banca comercial do banco ABN AMRO, nos Países-Baixos. Consequentemente, consolidámos firmemente a nossa segunda fonte de receitas juntamente com a banca de investimento. O reajustamento do nosso negócio de banca de investimento conduziu a uma clara melhoria do perfil de risco do Deutsche Bank.

O reforço da posição de capital do Deutsche Bank continua a ser uma prioridade fundamental para o Conselho de Administração e o Conselho de Supervisão. Num contexto económico difícil, o Deutsche Bank aumentou o seu rácio de capital core Tier 1 para 9,5 % e aumentou as suas reservas de liquidez. Para a proposta de afetação de resultados deste ano, tivemos em conta os requisitos de capital mais elevados devido a disposições regulamentares, designadamente, aquelas decorrentes de Basileia 2.5 e Basileia 3, assim como dos regulamentos da Autoridade Bancária Europeia. Além disso, a integração em curso das aquisições do Deutsche Bank continuou a colocar enormes desafios. Gostaríamos de agradecer ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do banco pelo seu extraordinário empenho.

Tal como em anos anteriores, deparámo-nos com inúmeras alterações legais e regulamentares em 2011. No ano transato, debatemos amplamente o desenvolvimento económico-financeiro do banco, o seu ambiente operacional, sistema de gestão do risco, sistema de planeamento e controlo interno. Travámos um debate profundo com o Conselho de Administração sobre a estratégia do banco e a sua execução. O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e outros temas fundamentais relativos à administração e ao planeamento corporativo, ao desenvolvimento financeiro e aos rendimentos do banco, o risco, a liquidez e a gestão de capital do banco, juntamente com processos judiciais, transações e eventos com uma substancial relevância para o banco. Prestámos aconselhamento ao Conselho de Administração e supervisionámos a sua gestão empresarial. Participámos em decisões de suma importância. O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Supervisão reuniram-se diversas vezes para discutir importantes tópicos e futuras decisões. Entre as reuniões, o Conselho de Administração manteve-nos informados, por escrito, acerca dos eventos importantes. Sempre que necessário, entre as reuniões, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Reuniões do Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão reuniu por seis vezes em 2011.

Na primeira reunião do ano, realizada a 2 de fevereiro de 2011, analisámos a evolução da atividade no quarto trimestre de 2010 e o exercício de 2010, comparando os números projetados e os números reais. A proposta de afetação de resultados para 2010, assim como o planeamento corporativo para o período 2011-2013 foram aprovados. O Sr. Neske apresentou um relatório de progresso sobre a integração do Deutsche Postbank AG. Com base na proposta do Comité do Presidente, aprovámos as alterações aos Termos de Referência para o Conselho de Administração, incluindo o Plano de Gestão. Autorizámos que os nomes do Dr. Börsig e Dr. Eick constassem do Relatório Anual, como especialistas financeiros em conformidade com a legislação alemã e norte-americana, e confirmámos a continuidade da independência de todos os membros

do Conselho Fiscal. Além disso, aprovámos o alinhamento dos contratos de prestação de serviços dos membros do Conselho de Administração com os novos requisitos regulamentares, discutimos a base de cálculo da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para 2010 e, posteriormente, determinámos a remuneração do Conselho de Administração – com a participação de um consultor jurídico independente e externo e um consultor em matéria de remunerações – tendo em conta as recomendações do Comité do Presidente.

Na reunião das demonstrações financeiras de 11 de março de 2011, com base nas recomendações do Conselho Fiscal e após consultar o fiscal único, aprovámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício de 2010. Além disso, também debatemos o Relatório em matéria de Conformidade e Combate ao Branqueamento de Capitais, juntamente com o Relatório sobre Remunerações, de acordo com o Regulamento de Remunerações nas Instituições Financeiras (InstitutsVergV) relativo ao exercício de 2010. Aprovámos a venda do imóvel Taunusanlage 12 em Frankfurt am Main a um fundo imobiliário DWS fechado, assim como a locação simultânea do banco. Foram nos apresentadas as alterações à composição dos Conselhos Consultivos Regionais e dos Conselhos Consultivos na Alemanha. Aprovámos ainda as propostas de deliberação para a ordem de trabalhos da Assembleia-Geral de 2011.

Na reunião anterior ao dia da Assembleia-Geral, discutimos os procedimentos da Assembleia-Geral e as contrapropostas anunciadas, assim como o estado dos processos legais relativos às Assembleias-Gerais de 2004 a 2010. As deliberações foram aprovadas, conforme necessário.

Numa reunião extraordinária realizada a 25 de julho de 2011, prorrogámos a nomeação do Sr. Fitschen, Sr. Jain e Sr. Neske para o Conselho de Administração e decidimos nomear o Sr. Fitschen e o Sr. Jain Copresidentes do Conselho de Administração, com efeito a partir do final da Assembleia-Geral ordinária de 2012. Acordámos com o Dr. Ackermann que deixaria de desempenhar essas funções na mesma data. O Dr. Börsig informou o Conselho de Supervisão que deixaria de ser membro e Presidente do Conselho de Supervisão com efeito a partir do final da Assembleia-Geral ordinária de 2012.

Na reunião de 26 de julho de 2011, analisámos a evolução da atividade do banco durante o primeiro semestre de 2011, bem como o seu perfil de risco. Examinámos ainda o reajustamento da Divisão Corporate & Investment Bank (CIB). O Dr. Ackermann apresentou os resultados dos testes de stress realizados pela Autoridade Bancária Europeia (ABE). Também nos foi apresentado o ponto da situação acerca da integração do Postbank, dos processos judiciais importantes e da gestão do capital e liquidez do banco. Com base na proposta do Comité do Presidente, aprovámos o pagamento de um prémio de pensão ao Sr. Cohrs e elegemos o Dr. Siegert como membro do Conselho Fiscal e a Sra. Labarge como membro do Comité de Risco, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2011. Além disso, examinámos a lista de ações que necessitavam da aprovação do Conselho de Supervisão, nos termos da Secção 13 dos Estatutos.

Na última reunião do ano, a 25 de outubro de 2011, o Conselho de Administração apresentou-nos a evolução da atividade no terceiro trimestre do ano e o ponto da situação relativamente à infraestrutura de TI do banco. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos minuciosamente o desenvolvimento estratégico em curso do banco, bem como os objetivos correspondentes e as medidas previstas, a reestruturação das filiais europeias do banco e o Relatório dos Recursos Humanos.

As Comissões Especializadas do Conselho de Supervisão

O Comitê do Presidente reuniu cinco vezes durante o período em apreço. Entre as reuniões, o Presidente do Comitê do Presidente falou regularmente com os membros do Comitê acerca dos temas mais importantes. Em especial o Comitê analisou os novos requisitos estatutários e regulamentares em matéria de remuneração do Conselho de Administração e a necessidade daí decorrente de ajustar os contratos de prestação de serviços dos membros do Conselho de Administração, juntamente com os preparativos para determinar a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2010. O Comitê também tratou da nomeação dos membros para as comissões especializadas do Conselho de Supervisão e da prorrogação dos mandatos do Sr. Fitschen, Sr. Jain e Sr. Neske enquanto membros do Conselho de Administração. O Comitê debruçou-se atentamente sobre a sucessão do Dr. Ackermann e desenvolveu uma proposta para o Conselho de Supervisão. Além disso, também foram debatidas as alterações necessárias aos Termos de Referência e ao Plano de Gestão para o Conselho de Administração, para além do Relatório de Remunerações. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Supervisão. O Comitê do Presidente aprovou as atividades acessórias e cargos de direção dos membros do Conselho de Administração noutras empresas, organizações e instituições.

Nas seis reuniões realizadas, o Comitê do Risco abordou sobretudo os riscos de crédito, liquidez, refinanciamento, país, mercados e operacionais, assim como os riscos em termos jurídicos e de reputação. Mais especificamente, o Comitê debateu a posição de risco do banco e as provisões para as perdas de crédito, os seus fundos de capital, os sistemas de gestão do risco e o impacto no perfil de risco do banco decorrente da aquisição do Postbank no ano transato. Além disso, prestou-se uma atenção especial à evolução económica de uma forma geral, à crise da dívida soberana na Europa e às mudanças políticas em vários países no Médio Oriente e no Norte de África, assim como às respetivas consequências para o banco e a sua posição de risco. Para além de se discutir o desenvolvimento dos riscos materiais em termos jurídicos nas diferentes divisões e regiões, refletiu-se sobre como reduzir os riscos de fraude e as consequências para o banco e a sua posição de risco decorrentes das alterações nas regras regulamentares. O Comitê centrou-se ainda no desenvolvimento das posições de financiamento e liquidez do banco, na sua capacidade de absorção do risco, nos testes de stress da Autoridade Bancária Europeia e nos seus novos requisitos de fundos próprios aplicados a todo o setor. Além disso, as carteiras industriais globais foram apresentadas de acordo com um plano específico e objeto de uma reflexão aprofundada. Foram discutidas ao pormenor as situações de exposição do banco sujeitas a aprovação obrigatória ao abrigo da legislação alemã e dos Estatutos. Sempre que necessário, o Comitê de Risco concedeu a sua aprovação.

O Conselho Fiscal reuniu seis vezes em 2011. Estiveram presentes representantes do fiscal único do banco em todas as reuniões. Os temas tratados foram o exame das Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes a 2010, os Relatórios Intercalares, os Formulários 20F e 6K para a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC). O Comitê tratou igualmente da proposta para a eleição do fiscal único para o exercício de 2011, emitiu o mandato de auditoria, fixou a remuneração do fiscal único e verificou a independência do mesmo em conformidade com os requisitos do Código de Governo das Sociedades Alemão e as regras do U.S. Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). O Comitê não especificou áreas prioritárias de auditoria, visto que a Autoridade Federal de Supervisão Financeira (BaFin) exerceu o seu direito, ao abrigo da Secção 30 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito, e especificou um extenso conjunto de áreas prioritárias de auditoria. O Conselho Fiscal acredita que, à semelhança dos anos anteriores, o fiscal único não tem conflitos de interesse. O Comitê assegurou-se da eficácia do sistema de controlos internos, gestão do risco e auditoria interna e monitorizou o relato financeiro, o processo contabilístico e o exame das Demonstrações Financeiras Anuais. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações e emitida recomendações para aprovação do Conselho de Supervisão. O Conselho Fiscal recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade (incluindo o fiscal único) para a prestação de serviços que não de auditoria, sobre o trabalho de auditoria interna, sobre matérias relativas à conformidade, sobre riscos em termos jurídicos e de reputação, bem como sobre investigações especiais e constatações importantes das autoridades reguladoras. O plano de Auditoria

Interna foi aprovado. O Conselho Fiscal não recebeu nenhuma queixa relativa a assuntos em matéria de contabilidade, controlos de contabilidade interna e auditoria. Além disso, o Conselho Fiscal tratou, de modo regular, das constatações da auditoria emitidas pelo fiscal único para as Demonstrações Financeiras Anuais e Consolidadas referentes a 2010, das medidas para resolver os problemas identificados na auditoria, dos requisitos relacionados com as tarefas de monitorização nos termos da Secção 107 (3) da Lei Alemã relativa às Sociedades por Ações, das medidas para preparar o exame das Demonstrações Financeiras Anuais e das áreas prioritárias de auditoria especificadas pela Autoridade Federal de Supervisão Financeira em conformidade com a secção 30 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito.

A Comissão de Nomeações reuniu duas vezes em 2011 e tratou de temas relacionados com a sucessão dos membros do Conselho de Supervisão.

Em 2011, não foi necessário realizar nenhuma reunião da Comissão de Mediação, constituída em conformidade com as disposições da Lei Alemã de Codeterminação (MitbestG).

O Comité do Presidente prestou contas regularmente ao Conselho de Supervisão acerca das atividades realizadas pelas comissões especializadas.

Em 2011, todos os membros do Conselho de Supervisão participaram nas reuniões do Conselho de Supervisão e nas reuniões das respetivas comissões especializadas, salvo algumas exceções. Em média, a participação foi superior a 95%.

Governo da Sociedade

Nas suas reuniões de 25 de maio de 2011, o Conselho de Supervisão e o Comité do Presidente analisaram as sugestões e as recomendações do Código de Governo das Sociedades Alemão e, em ambos os casos, observaram que a Comissão Governamental não introduziu nenhuma alteração ao Código de Governo das Sociedades Alemão, na sua reunião plenária de 4 de maio de 2011.

Além disso, o Comité do Presidente e o Conselho de Supervisão trataram o tema das remunerações do Conselho de Administração, em várias reuniões. Com vista a analisar a estrutura do sistema de remunerações do Conselho de Administração e a adequação da remuneração variável para o exercício de 2011, o Conselho de Supervisão decidiu contratar um consultor independente especialista em remunerações, bem como um consultor jurídico externo para averiguar o cumprimento dos requisitos estatutários e regulamentares.

Na reunião de 1 de fevereiro de 2012, decidimos que o Conselho de Supervisão possui, na nossa opinião, um número adequado de membros independentes. Decidimos ainda que todos os membros do Conselho Fiscal são independentes, de acordo com a definição das regras da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) emitidas com vista à aplicação da Secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA de 2002. Ficou estabelecido que o Dr. Börsig, o Dr. Eick e o Dr. Siegert, que é membro do Conselho Fiscal desde 1 de agosto de 2011, são especialistas financeiros do Conselho Fiscal em conformidade com os regulamentos da Securities and Exchange Commission, bem como com as Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei Alemã relativa às Sociedades por Ações (Aktiengesetz).

A Declaração de Conformidade nos termos da Secção 161 da Lei Alemã relativa às Sociedades por Ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Supervisão e Conselho de Administração a 27 de outubro de 2010, foi reemitida na reunião do Conselho de Supervisão de 25 de outubro de 2011. O Deutsche Bank cumpre com as recomendações do Código de Governo das Sociedades Alemão (versão de 26 de maio de 2010), salvo uma exceção. Esta foi incluída na Declaração como medida cautelar devido a uma sentença não firme do Tribunal Superior Regional (OLG) de Frankfurt am Main de 5 de julho de 2011, relativa à comunicação de

conflitos de interesse no relatório apresentado pelo Conselho de Supervisão à Assembleia-Geral. O texto da Declaração de Conformidade emitido a 25 de outubro de 2011, juntamente com uma exaustiva apresentação do governo da sociedade do banco está disponível na página 411 do Relatório Financeiro de 2011 e no nosso sítio Web em http://www.deutsche-bank.de/ir/en/content/corporate_governance.htm. As versões em vigor dos termos de referência para o Conselho de Supervisão e as suas comissões especializadas, bem como para o Conselho de Administração, são publicadas no sítio Web.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Supervisão concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas, sob a sua própria responsabilidade. O Deutsche Bank prestou-lhes o apoio necessário neste contexto. Os novos membros do Conselho de Supervisão em 2011, Sra. Garrett-Cox e Sra. Voigt, receberam orientação especificamente adequada aos seus níveis de conhecimentos, bem como documentação pormenorizada. Além disso, alguns membros do Conselho de Supervisão participaram em cursos externos de formação. Todos os membros do Conselho de Supervisão foram informados da base jurídica do trabalho do Conselho de Supervisão, durante um seminário realizado por um advogado/consultor externo em fevereiro de 2011. Os membros do Conselho Fiscal debateram os novos regulamentos em matéria de relato contabilístico e financeiro com quadros do Departamento Financeiro e o fiscal único. Também analisaram, com um advogado/consultor externo os requisitos de monitorização do Conselho de Supervisão nos termos da Secção 107 (3), frase 2, da Lei Alemã relativa às Sociedades por Ações. Mais, os membros do Conselho de Supervisão foram informados dos novos desenvolvimentos em matéria de governo da sociedade. Em abril de 2012, será realizado um seminário interno, conduzido por um professor universitário subordinado aos seguintes temas: demonstrações financeiras anuais e análise das contas anuais, gestão de risco e funções assim como deveres dos membros dos conselhos de supervisão.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Em consonância com o acordo anunciado a 21 de dezembro de 2010, entre o Deutsche Bank e o Departamento de Justiça dos EUA em matéria de não instauração de processos penais relativos a operações fiscais para clientes, o banco encomendou um relatório jurídico para avaliar a possibilidade de ações de regresso contra antigos membros do Conselho de Administração. Este parecer técnico foi debatido nas reuniões do Comité do Presidente e do Conselho de Supervisão de 25 de maio de 2011 e concluiu que não existiam ações contra antigos ou atuais membros do Conselho de Administração. Como o caso ocorreu durante o seu mandato enquanto membro do Conselho de Administração, o Dr. Börsig não participou e não votou sobre as eventuais ações de regresso.

Até ao final de 2010, Sra. Ruck foi membro do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Ela não participou na deliberação do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank AG, necessária nos termos da Secção 32 da Lei Alemã de Codeterminação (MitbestG), relativa à ratificação dos atos de gestão do Conselho de Administração e Conselho de Supervisão do Deutsche Bank Privat- und Geschäfts- kunden AG referentes ao exercício de 2010.

Litígios

Tal como em anos anteriores, recebemos regularmente informações sobre importantes processos judiciais e debatemos novas linhas de ação para o futuro, entre as quais, ações de rescisão e obtenção das informações arquivadas relativas às Assembleias-Gerais de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, bem como aos processos judiciais do Dr. Kirch/do seu sucessor legal e da KGL Pool GmbH contra o Deutsche Bank e o Dr. Breuer.

Além disso, foram apresentados relatórios relativos a importantes processos judiciais ao Conselho de Supervisão, com regularidade, e aos Conselho Fiscal e Risco, ao pormenor.

Demonstrações Financeiras Anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou as Contas, as Demonstrações Financeiras Anuais e o Relatório de Gestão de 2011, assim como as Demonstrações Financeiras Consolidadas com as respetivas Notas e o Relatório de Gestão de 2011. A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi eleita pela Assembleia-Geral para ser o fiscal único das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas. Depois do Tribunal Regional de Frankfurt am Main, na primeira instância, ter considerado nula esta nomeação com base num pedido de revogação, o Tribunal Distrital de Frankfurt am Main nomeou, por via de uma ordem judicial, a pedido do banco e em consulta com o Conselho Fiscal, a KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft como o fiscal único das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas. Ambas as auditorias terminaram com a emissão de um parecer sem reservas. O Conselho Fiscal examinou os documentos relativos às Demonstrações Financeiras Anuais e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, juntamente com o relatório do fiscal único, tendo procedido a uma análise pormenorizada do mesmo com o fiscal único. O Presidente do Conselho Fiscal informou-nos desta matéria na reunião de hoje do Conselho de Supervisão. Com base na recomendação do Conselho Fiscal e após a apreciação dos relatórios do fiscal único, os documentos das Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, concordámos com os resultados das auditorias após um debate exaustivo e decidimos que, com base nos resultados das nossas apreciações, não havia motivo para levantar nenhuma objeção.

Hoje, aprovámos as Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração. Ficam, assim, estabelecidas as Demonstrações Financeiras Anuais. Concordamos com a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração.

Questões relacionadas com o pessoal

Em 2011, não houve nenhuma mudança de pessoal nos membros do Conselho de Administração.

Com a conclusão da Assembleia-Geral de 26 de maio de 2011, o mandato de Sir Peter Job como membro do Conselho de Supervisão chegou ao fim. A Assembleia-Geral de 26 de maio de 2011 elegeu a Sra. Katherine Garrett-Cox para o substituir.

O Sr. Peter Kazmierczak renunciou ao seu mandato como membro do Conselho de Supervisão com efeitos a partir de 25 de outubro de 2011. A Sra. Renate Voigt foi nomeada como sua sucessora, por ordem judicial, a 30 de novembro de 2011, para a duração remanescente do mandato.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros que abandonaram o Conselho de Supervisão no último ano, pela sua dedicação e apoio construtivo à empresa e ao Conselho de Administração ao longo dos anos.

Na reunião de hoje, 16 de março, o Conselho de Supervisão nomeou o Dr. Stephan Leithner, Sr. Stuart Wilson Lewis e Sr. Henry Ritchotte membros do Conselho de Administração, para um mandato de três anos com início a 1 de junho de 2012. O Dr. Leithner trabalha no Deutsche Bank desde 2000 e, desde 2010, que é corresponsável pela área de Investment Banking Coverage & Advisory. O Sr. Lewis ingressou no Deutsche Bank em 1996 e, desde 2010, que é Diretor-Adjunto de Riscos. O Sr. Ritchotte está no Deutsche Bank desde 1995 e é Diretor de Operações da Divisão Corporate & Investment Bank desde 2010. O Dr. Bänziger e o Sr. Lamberti irão sair do Conselho de Administração e do Deutsche Bank com efeitos a partir de 31 de maio de 2012. O Dr. Ackermann sairá do Conselho de Administração do banco, ao qual preside desde 2002, a partir do final da Assembleia-Geral de 31 de maio de 2012.

Frankfurt am Main, 16 de março de 2012

O Conselho de Supervisão

[assinatura]

Dr. Clemens Börsig
Presidente

04 -

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

Conselho de Administração e Conselho de Supervisão – 411

Relato e Transparência – 421

Operações com partes relacionadas – 422

Auditoria e Controlo – 422

Cumprimento do Código de Governo das Sociedades Alemão – 424

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas como a 17 de fevereiro de 2012.

Conselho de Administração e Conselho de Supervisão

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela administração da empresa. Os seus membros são solidariamente responsáveis pela administração da empresa. Os deveres, as responsabilidades e os procedimentos do Conselho de Administração e as comissões especializadas por este criadas estão enunciados nos Termos de Referência, cuja versão atualizada está disponível no nosso sítio Web (www.deutsche-bank.com/corporate-governance).

Os parágrafos abaixo apresentam informações acerca dos atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem a sua idade, o ano de nomeação bem como o ano de fim de mandato, o seu cargo atual, a sua área de responsabilidade e as suas principais atividades profissionais fora da empresa. De uma forma geral, os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se a não assumir cargos de presidência de conselhos de supervisão de empresas que não pertencem ao nosso grupo.

Dr. Josef Ackermann

Idade: 64

Data da primeira designação: 1996

Data de termo do mandato: 2013

O Dr. Josef Ackermann ingressou no Deutsche Bank como membro do Conselho de Administração em 1996, responsável pela divisão de banca de investimento. A 22 de maio de 2002, o Dr. Ackermann foi nomeado porta-voz do Conselho de Administração. A 1 de fevereiro de 2006, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração. O Dr. Ackermann acordou com o Conselho de Supervisão que irá desempenhar estas funções até ao final da Assembleia-Geral Anual de 2012.

Depois de estudar Economia e Ciências Sociais na Universidade de St. Gallen, trabalhou no Instituto de Economia da Universidade como investigador assistente e tirou um doutoramento em Economia. O Dr. Ackermann iniciou a sua carreira profissional em 1977, na Schweizerische Kreditanstalt (SKA), empresa na qual desempenhou várias funções no Banca de Negócios, Mercados Cambiais/Monetários e Tesouro, Banca de Investimento e Serviços Multinacionais. Trabalhou em Londres e Nova Iorque, bem como noutros locais na Suíça. Entre 1993 e 1996, foi Presidente do Conselho Executivo da SKA, já depois de ter sido nomeado membro do Conselho Executivo em 1990.

O Dr. Ackermann é membro do Conselho de Supervisão da Siemens AG (segundo Vice-Presidente), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Belenos Clean Power Holding Ltd., administrador não executivo do Conselho de Administração da Royal Dutch Shell Plc e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Zurich Financial Services Ltd.

Dr. Hugo Bänziger

Idade: 56

Data da primeira designação: 2006

Data de termo do mandato: 2014

O Dr. Hugo Bänziger tornou-se membro do Conselho de Administração a 4 de maio de 2006. É o nosso Diretor de Risco. Entrou no Deutsche Bank, em Londres, em 1996, para as funções de Diretor de Mercados de Crédito Globais. Em 2000, foi nomeado Diretor de Crédito.

A carreira do Dr. Bänziger na banca começou em 1983, na Comissão Bancária Federal Suíça, em Berna, De 1985 a 1996, trabalhou na Schweizerische Kreditanstalt (a atual Credit Suisse), em Zurique e Londres, primeiro na Banca Comercial e, posteriormente, como Diretor de Relações na Corporate Finance. Em 1990 foi nomeado Diretor de Crédito a nível mundial, para os produtos financeiros da Credit Suisse.

Estudou História Moderna, Direito Constitucional e Economia na Universidade de Berna, tendo concluído o seu doutoramento com uma tese sobre a história bancária.

O Dr. Bänziger é membro dos Conselhos de Supervisão da EUREX Clearing AG, EUREX Frankfurt AG e EUREX Zürich AG.

Jürgen Fitschen

Idade: 63

Data da primeira designação: 2009

Data de termo do mandato: 2015

Jürgen Fitschen tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 1 de abril de 2009. Desde 1987 que Jürgen Fitschen trabalha no Deutsche Bank. Já foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e início de 2002, para além de ser membro da Comissão Executiva do Grupo desde 2002 e Diretor da Administração Regional desde 2005. Na qualidade de membro do Conselho de Administração, é responsável pela Administração Regional. A 25 de julho de 2011, o Conselho de Supervisão nomeou o Sr. Fitschen juntamente com o Sr. Jain, Copresidentes do Conselho de Administração, a partir do final da Assembleia-Geral Anual a 31 de maio de 2012.

O Sr. Fitschen estudou Economia e Gestão de Empresas na Universidade de Hamburgo, tendo concluído um mestrado em Gestão de Empresas em 1975.

Entre 1975 e 1987, desempenhou vários cargos no Citibank em Hamburgo e Frankfurt am Main. Em 1983, foi nomeado membro da Comissão Executiva na Alemanha do Citibank.

Fitschen é membro do Conselho de Administração da Kühne + Nagel International AG, membro do Conselho de Supervisão da METRO AG e membro do Conselho de Supervisão da Schott AG.

Anshuman Jain

Idade: 49

Data da primeira designação: 2009

Data de termo do mandato: 2017

Anshuman Jain tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 1 de abril de 2009. Jain ingressou no Deutsche Bank em 1995 e tornou-se Diretor da Unidade de Mercados Globais em 2001 e membro da Comissão Executiva do Grupo em 2002. Na qualidade de membro do Conselho de Administração, é responsável pela Divisão de Corporate & Investment Bank do Grupo. A 25 de julho de 2011, o Conselho de Supervisão nomeou o Sr. Jain juntamente com o Sr. Fitschen, Copresidentes do Conselho de Administração, a partir do final da Assembleia-Geral Anual a 31 de maio de 2012.

Jain concluiu uma licenciatura em Economia no Shri Ram College (Universidade de Deli), em 1983. Depois, estudou Gestão de Empresas na Universidade de Massachusetts, onde obteve um MBA em Finanças em 1985.

Após concluir os seus estudos universitários, Jain trabalhou até 1988 na Kidder Peabody, Nova Iorque, no setor de Estudos de Derivados. Entre 1988 e 1995, criou e geriu o grupo de fundos de cobertura para a Merrill Lynch em Nova Iorque.

Jain não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Stefan Krause

Idade: 49

Data da primeira designação: 2008

Data de termo do mandato: 2013

Stefan Krause tornou-se membro do Conselho de Administração a 1 de abril de 2008. É o nosso Diretor Financeiro.

Anteriormente, Krause trabalhou 20 anos na indústria automóvel, desempenhando vários altos cargos com uma ênfase nas Finanças e Serviços Financeiros. Começou em 1987 no Departamento de Controlling da BMW, em Munique, depois passou para os EUA em 1993, constituindo e acabando por dirigir a Divisão de Serviços Financeiros da BMW nas Américas. Em 2001, regressou a Munique para se tornar Diretor Comercial da Europa Ocidental (excluindo a Alemanha). Foi nomeado membro do Conselho de Administração do Grupo BMW em maio de 2002, exercendo o cargo de Diretor Financeiro até setembro de 2007 e, depois, o cargo de Diretor Comercial e de Marketing.

Krause estudou em Würzburg, tendo concluído o seu mestrado em Gestão de Empresas em 1986.

Krause não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Hermann-Josef Lamberti

Idade: 56

Data da primeira designação: 1999

Data de termo do mandato: 2014

Hermann-Josef Lamberti tornou-se membro do Conselho de Administração em 1999. É o nosso Diretor de Operações. Ingressou no Deutsche Bank em 1998, como Vice-Presidente Executivo, sediado em Frankfurt.

Lamberti iniciou a sua carreira profissional em 1982 na Touche Ross, em Toronto. Posteriormente, entrou no Chemical Bank, em Frankfurt. De 1985 a 1998 trabalhou na IBM, inicialmente na Alemanha nas áreas de Controlling, Desenvolvimento de Aplicações Internas e Bancos Comerciais/Companhias de Seguros. Em 1993, foi nomeado Diretor-Geral da Divisão de Software Pessoal para a Europa, Médio Oriente e África na IBM Europe, em Paris. Em 1995, mudou-se para a IBM nos EUA, onde desempenhou o cargo de Vice-Presidente da área de Marketing e Gestão da Marca. Regressou à Alemanha em 1997, para assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração da IBM Germany, em Estugarda.

Lamberti estudou Gestão de Empresas nas Universidades de Colónia e Dublin, tendo concluído o seu mestrado em Gestão de Empresas em 1982.

Lamberti é membro dos Conselhos de Supervisão da BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G., BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V., BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG, Deutsche Börse AG. É ainda membro do Conselho de Administração da European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V. e do Conselho de Supervisão da Carl Zeiss AG.

Rainer Neske

Idade: 47

Data da primeira designação: 2009

Data de termo do mandato: 2017

Rainer Neske tornou-se membro do Conselho de Administração a 1 de abril de 2009. Ingressou no Deutsche Bank em 1990 e, em 2000, foi nomeado membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Desde 2003 que é membro da Comissão Executiva do Grupo. De 2003 a 2011, foi porta-voz do Conselho de Administração Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. No nosso Conselho de Administração, é responsável pela Divisão de Private & Business Clients Corporate.

Neske estudou Informática e Gestão de Empresas na Universidade de Karlsruhe. Terminou o seu mestrado em Tecnologias da Informação em 1990.

Neske não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Comissão Executiva do Grupo

A Comissão Executiva do Grupo foi constituída em 2002. Inclui os membros do Conselho de Administração e os representantes seniores das divisões de negócios nas divisões do nosso grupo que lidam com clientes e das administrações das nossas regiões nomeadas pelo Conselho de Administração. Josef Ackermann, Presidente do Conselho de Administração, também é Presidente da Comissão Executiva do Grupo.

A Comissão Executiva do Grupo funciona como uma ferramenta para coordenar as nossas atividades e regiões através das seguintes tarefas e responsabilidades:

- Fornecer informações constantes ao Conselho de Administração acerca de desenvolvimentos comerciais e operações específicas;
 - Analisar regularmente os nossos segmentos de negócio;
 - Dar pareceres em matéria de decisões estratégicas ao Conselho de Administração;
 - Preparar as decisões que serão tomadas pelo Conselho de Administração.

Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões que assumem uma importância fundamental para o banco. O Conselho de Administração informa com regularidade o Conselho de Supervisão acerca das políticas comerciais previstas e outros temas fundamentais relacionados com o ativo, passivo, situação financeira, lucros, assim como qualquer situação de risco, gestão de risco e controlo de risco. No mínimo, uma vez por ano, o Conselho de Supervisão recebe um relatório em matéria de planeamento corporativo. Mediante proposta do Comité do Presidente, o Conselho de Supervisão estabelece a remuneração dos membros do Conselho de Administração, incluindo os principais elementos do contrato, e procede regularmente à revisão da remuneração. A coordenação dos trabalhos no Conselho de Supervisão cabe ao seu Presidente. Este mantém contacto regular com o Conselho de Administração, sobretudo com o Presidente do Conselho de Administração, e consulta-o em matéria de estratégia, desenvolvimento de negócios e gestão dos riscos. O Presidente do Conselho de Supervisão é informado imediatamente pelo Presidente do Conselho de Administração de importantes eventos com um impacto significativo para a posição, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Supervisão para que possam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos Estatutos. O Conselho de Supervisão reúne, se necessário, sem o Conselho de Administração. Para dar cumprimento às suas funções, o Conselho de Supervisão pode, ao seu critério, recorrer aos serviços de auditores, conselheiros jurídicos e outros consultores internos e externos.

Os deveres, procedimentos e comissões especializadas do Conselho de Supervisão estão especificados nos Termos de Referência. A atual versão dos Termos de Referência está disponível no sítio Web do Deutsche Bank Internet (www.deutsche-bank.com/corporate-governance).

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Supervisão. Os membros que representam os acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 29 de maio de 2008, salvo o Dr. Siegert – que foi eleito na Assembleia-Geral Anual de 2007 até ao final da Assembleia-Geral de 2012 – e a Sra. Garrett-Cox, que foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 2011 até ao final da Assembleia-Geral de 2016. Os membros eleitos pelos trabalhadores na Alemanha foram eleitos a 8 de maio de 2008. As informações incluem a idade dos membros, o ano em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, o ano de fim do seu mandato, a sua principal atividade e posições em conselhos de supervisão de outras empresas, outras funções de administração não executiva e outros cargos.

Membro	Principal atividade	Cargos em Conselhos de Supervisão e outros órgãos de administração
Wolfgang Böhr* Idade: 49 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Dusseldorf do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Dr. Clemens Börsig Idade: 63 Nomeado pelo tribunal: 2006 Data de termo do mandato: 2013	Presidente do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Linde AG; Bayer AG; Daimler AG; Emerson Electric Company
Dr. Karl-Gerhard Eick Idade: 58 Nomeado pelo tribunal: 2004 Data de termo do mandato: 2013	Consultor, KGE Asset Management Consulting Ltd., London	CORPUS SIREO Holding GmbH & Co. KG (Presidente)
Katherine Garrett-Cox Idade: 44 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2016	Diretor-Executivo da of Alliance Trust Plc, Dundee	Alliance Trust Savings Ltd. (Administrador Não Executivo); Alliance Trust Asset Management Ltd. (Diretor-Executivo)
Alfred Herling* Idade: 59 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada Wuppertal/Sauerland do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gerd Herzberg* Idade: 61 Nomeado pelo tribunal: 2006 Data de termo do mandato: 2013	Vice-Presidente da ver.di Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft, Berlin (até outubro de 2011)	Franz Haniel & Cie GmbH (Vice-Presidente); BGAG – Beteiligungsgesellschaft der Gewerkschaften AG; Vattenfall Europe AG (Vice-Presidente)
Prof. Dr. Henning Kagermann Idade: 64 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2013	Presidente da ACATECH – Academia Alemã de Ciências e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft; Nokia Corporation; Deutsche Post AG; Wipro Technologies; BMW Bayerische Motoren Werke AG
Martina Klee* Idade: 49 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores GTO Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank; Membro das Comissões de Trabalhadores Geral e do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão Europeia de Trabalhadores	Sterbekasse für die Angestellten der Deutschen Bank VVa.G.
Suzanne Labarge Idade: 65 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2013		Coca-Cola Enterprises Inc.; XL Group Plc (desde outubro de 2011)
Maurice Lévy Idade: 69 Ano de eleição: 2006 Data de termo do mandato: 2012	Presidente e Diretor-Executivo do Publicis Groupe S.A., Paris	Publicis Conseil S.A. (Presidente); Medias et Régies Europe S.A.; MMS USA Holdings, Inc.; Zenith Optimedia Group Ltd. (U.K.); Publicis Groupe U.S. Investments LLC; MMS USA Investments, Inc.; MMS USA LLC Investments, Inc.
Henriette Mark* Idade: 54 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e Bavária do Sul do Deutsche Bank; Membro das Comissões de Trabalhadores Geral e do Grupo do Deutsche Bank; Presidente da Comissão Europeia de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação

Membro	Principal atividade	Cargos em Conselhos de Supervisão e outros órgãos de administração
Gabriele Platscher* Idade: 54 Ano de eleição: 2003 Fim do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (Deputy Chairperson); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (Vice-Presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (Vice-Presidente)
Karin Ruck* Idade: 46 Ano de eleição: 2003 Fim do mandato: 2013	Vice-Presidente do Conselho de Supervisão of Deutsche Bank AG; Consultor Comercial Sênior na Região Frankfurt/Hesse-East; Membro da Comissão de Trabalhadores Combinada de Frankfurt do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.; BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.; BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG
Dr. Theo Siegert Idade: 64 Nomeado pelo tribunal: 2006 Fim do mandato: 2012	Sócio-Gerente da Haen Carstanjen & Söhne, Dusseldorf	E.ON AG; Merck KGaA; E. Merck OHG (Membro da Comissão de Acionistas); DKSH Holding Ltd. (Membro do Conselho de Administração); Henkel AG & Co. KGaA
Dr. Johannes Teysen Idade: 52 Ano de eleição: 2008 Fim do mandato: 2013	Presidente do Conselho de Administração of E.ON AG, Dusseldorf	E.ON Energie AG; E.ON Ruhrgas AG; Salzgitter AG
Marlehn Thieme* Idade: 54 Ano de eleição: 2008 Fim do mandato: 2013	Diretor de Infraestruturas/Gestão Regional Cidadania Empresarial do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Tilman Todenhöfer Idade: 68 Nomeado pelo tribunal: 2001 Fim do mandato: 2013	Sócio-Gerente da Robert Bosch Industrietreuhand KG, Estugarda	Robert Bosch GmbH; Robert Bosch Internationale Beteiligungen AG (Presidente do Conselho de Administração); HOCHTIEF AG (até maio de 2011)
Stefan Viertel* Idade: 47 Ano de eleição: 2008 Fim do mandato: 2013	Diretor Comercial Sênior da CIB/GTB Cash Management Financial Institutions, Diretor do CMFI Áustria e Hungria do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Renate Voigt* Idade: 57 Nomeado pelo tribunal: 2011 Fim do mandato: 2013	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Estugarda/Esslingen/Heilbronn do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Werner Wenning Idade: 65 Ano de eleição: 2008 Fim do mandato: 2013	Presidente do Conselho de Supervisão da E.ON AG, Dusseldorf (desde maio de 2011)	E.ON AG; Henkel AG & Co. KGaA (Membro da Comissão de Acionistas); HDI VVa.G.; Talanx AG; Freudenberg & Co. KG (Membro da Comissão de Acionistas) (desde junho de 2011)

* Eleito pelos trabalhadores na Alemanha; Renate Voigt nomeada representante dos trabalhadores pelo tribunal.

Sir Peter Job foi representante dos acionistas no Conselho de Supervisão até à Assembleia-Geral Anual de 26 de maio de 2011, após essa data foi substituído por Katherine Garrett-Cox. Peter Kazmierczak foi representante dos trabalhadores no Conselho de Supervisão até 25 de outubro de 2011. Após a sua saída do banco, foi substituído por Renate Voigt, nomeada pelo tribunal a 30 de novembro de 2011, para o período remanescente do mandato.

O Dr. Clemens Börsig foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG até 3 de maio de 2006. Declarou que, enquanto membro do Conselho de Supervisão e das suas comissões especializadas, irá abster-se de votar e de participar nas discussões sobre todas as matérias relacionadas com o cargo que ocupou no Conselho de Administração, passíveis de originar um conflito de interesses. Na reunião do Conselho de Supervisão de 25 de julho de 2011, o Dr. Börsig anunciou que irá abandonar o Conselho de Supervisão a partir do final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012.

Em conformidade com a Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito, os membros do Conselho de Supervisão têm de ser de confiança e possuir os conhecimentos necessários para exercerem a sua função de controlo e avaliarem e supervisionarem as atividades realizadas pela empresa. Tendo em conta estes requisitos em conformidade com a Secção 5.4.1 do Código de Governo das Sociedades Alemão, de outubro de 2010, o Conselho de Supervisão fixou os seguintes objetivos relativamente à sua composição, que também foram especificados na Secção 4 dos Termos de Referência do Conselho de Supervisão (consultar: http://www.deutsche-bank.de/ir/en/content/terms_of_references.htm).

O Conselho de Supervisão do Deutsche Bank AG tem de ser composto de forma a que os seus membros enquanto grupo possuam os conhecimentos, as competências e a experiência necessárias ao bom desempenho das funções que lhes competem. Em especial, os membros do Conselho de Supervisão devem ter disponibilidade suficiente para exercerem os seus mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Supervisão deve assegurar que o Conselho de Supervisão está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Supervisão enquanto um grupo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais tendo em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

Além disso, o Conselho de Supervisão tem de contar com um número adequado de membros independentes e não pode ter mais do que dois antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Os membros do Conselho de Supervisão não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Devem evitar-se todos os conflitos de interesse importantes e não apenas os de cariz temporário. Qualquer membro do Conselho de Supervisão que seja membro de um conselho de administração de uma empresa cotada na bolsa não pode exercer mais do que três mandatos em conselhos de supervisão fora do grupo de empresas controladas por sociedade dependentes dessa sociedade de capitais nem mandatos em organismos de supervisão de sociedades com requisitos similares.

Normalmente, a idade limite dos membros do Conselho de Supervisão é 70 anos. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Supervisão por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da terceira Assembleia-Geral Ordinária que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Supervisão ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Supervisão.

O Conselho de Supervisão respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Supervisão. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Supervisão possui um número adequado de membros com experiência internacional. Atualmente, cinco membros do Conselho de Supervisão desenvolvem as suas carreiras profissionais e têm a sua vida privada fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Supervisão possuem vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou já terem sido membros de Conselhos de Administração ou CEO de empresas com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Supervisão acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Supervisão zela para que haja uma representatividade adequada de mulheres. Em 2008, aquando do processo de seleção das últimas eleições do Conselho de Supervisão, já foi prestada uma atenção especial a esta matéria. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subseqüentes para vagas no Conselho de Supervisão, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Deste modo e mediante proposta do Conselho de Supervisão, a Assembleia-Geral elegeu Garrett-Cox para o Conselho de

Supervisão na Assembleia-Geral de 26 de maio de 2011. Desde as eleições de 2003 para o Conselho de Supervisão, que este órgão é constituído por 25% a 35% de mulheres. Após a nomeação de Renate Voigt para o Conselho de Supervisão, pelo tribunal, a 30 de novembro de 2011, o Conselho de Supervisão conta atualmente com oito mulheres entre os seus membros, o que corresponde a 40% do total de membros. Vamos envidar esforços para manter este número e, quando apropriado, aumentar o número de mulheres entre os representantes dos acionistas. De referir que o Conselho de Supervisão apenas pode influenciar a composição do Conselho de Supervisão através das listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral (consultar a página 163 do Relatório Financeiro de 2011 a fim de obter informações acerca das iniciativas do Banco em matéria de diversidade).

Nos termos da Secção 5.4.2 do Código de Governo das Sociedades Alemão, o Conselho de Supervisão decidiu que possui o que considera ser um número adequado de membros independentes.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Supervisão criou cinco comissões especializadas permanentes. O Relatório do Conselho de Supervisão fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato (ver Relatório do Conselho de Supervisão nas páginas 403 a 409 do Relatório Financeiro de 2011).

Comité do Presidente: O Comité do Presidente é responsável por todos os assuntos relativos ao Conselho de Administração e ao Conselho de Supervisão. O Comité do Presidente prepara as decisões para o Conselho de Supervisão acerca da nomeação ou destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo-prazo. Além disso, apresenta uma proposta ao Conselho de Supervisão relativa à remuneração dos membros do Conselho de Administração. É ainda responsável por celebrar, alterar e rescindir os contratos de prestação de serviços e outros acordos tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Supervisão para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Além disso, aprova as atividades acessórias, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche, nos termos da Secção 112 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito; aprova ainda determinados contratos com membros do Conselho de Supervisão nos termos da Secção 114 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito. Prepara igualmente as decisões do Conselho de Supervisão em matéria de governo da sociedade. O Comité do Presidente reuniu cinco vezes em 2011.

O Comité do Presidente é presentemente composto por: Dr. Clemens Börsig (Presidente), Alfred Herling, Karin Ruck e Tilman Todenhöfer.

Comissão de Nomeações: A Comissão de Nomeações prepara as propostas do Conselho de Supervisão para a eleição ou nomeação de novos representantes dos acionistas no Conselho de Supervisão. Neste contexto, guia-se pelos critérios especificados pelo Conselho de Supervisão para a sua composição. A Comissão de Nomeações reuniu duas vezes em 2011.

Atualmente, a Comissão de Nomeações é composto por: Dr. Clemens Börsig (Presidente), Tilman Todenhöfer e Werner Wenning.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é sobretudo responsável pela monitorização da contabilidade financeira, incluindo o processo contabilístico e a eficácia do sistema de controlos internos, matérias de gestão do risco e, em especial, a eficácia do sistema de gestão do risco, assim como a eficácia do sistema de auditoria interna, conformidade e a auditoria das demonstrações financeiras anuais. Este órgão examina a documentação relacionada com as demonstrações financeiras anuais e consolidadas e discute os relatórios de auditoria com o fiscal único. Prepara as decisões do Conselho de Supervisão relativas às demonstrações financeiras anuais e debate importantes alterações aos métodos contabilísticos e de auditoria. O Conselho Fiscal também analisa as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o fiscal único, antes destes serem

publicados. Além disso, o Conselho Fiscal emite o mandato de auditoria ao fiscal único nomeado pela Assembleia-Geral. Define a remuneração paga ao fiscal único e supervisiona a independência, as qualificações e a eficiência do mesmo. O Presidente do Conselho Fiscal, assim como o Presidente do Conselho de Supervisão, têm direito a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Conselho Fiscal é responsável por receber comunicações acerca de cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade sobre a adequação e eficácia dos princípios, métodos e procedimentos em conformidade com o § 33 (1), frase 2, N.º 5, da Lei Alemã relativa às Transações de Títulos (WpHG) (Relatório de Conformidade). O Relatório de Conformidade é publicado uma vez por ano, no mínimo. O Diretor do Departamento de Auditoria Interna comunica regularmente ao Conselho Fiscal as atividades de que desenvolve. O Conselho Fiscal é informado acerca de auditorias especiais, queixas significativas e outras medidas excepcionais por parte das autoridades reguladoras do setor bancário. Tem a responsabilidade funcional de receber e tratar de queixas relativas a processos contabilísticos, controlos contabilísticos internos e questões de auditoria. Ao seu critério, o Conselho Fiscal autoriza que o fiscal único seja contratado para serviços que não de auditoria. O Conselho Fiscal reuniu seis vezes em 2011.

O Conselho Fiscal é presentemente composto por: Dr. Karl-Gerhard Eick (Presidente), Dr. Clemens Börsig, Henriette Mark, Karin Ruck, Dr. Theo Siegert (desde 1 de agosto de 2011) e Marlehn Thieme.

Comité de Risco: O Comité de Risco trata de empréstimos que exigem uma deliberação do Conselho de Supervisão nos termos dos nossos Estatutos. Ao seu critério, concede autorização para a aquisição de participações noutras empresas que totalizam entre 2 a 3% dos requisitos de fundos próprios, caso seja provável que a participação não permaneça na nossa posse, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. Além disso, nessas mesmas reuniões, o Conselho de Administração também fornece informações acerca de vários assuntos, por exemplo, estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos – que exigem a aprovação do Conselho de Supervisão nos termos dos nossos Estatutos – questões relativas a recursos de capital e temas que assumem uma importância especial devido aos riscos subjacentes. O Comité de Risco reuniu seis vezes em 2011.

O Comité de Risco é presentemente composto por: Dr. Clemens Börsig (Presidente), Professor Dr. Henning Kagermann e Suzanne Labarge (desde 1 de agosto de 2011). Suzanne Labarge foi membro suplente até 31 de julho de 2011. O Dr. Theo Siegert é membro suplente do Comité de Risco. É convidado para todas as reuniões, nas quais participa regularmente.

Para além destas quatro comissões, existe ainda a **Comissão de Mediação**, obrigatória ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Supervisão relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, quando o Conselho de Supervisão não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. A Comissão de Mediação só se reúne, em caso de necessidade. Em 2011, não teve lugar nenhuma reunião.

A Comissão de Mediação é presentemente composta por: Dr. Clemens Börsig (Presidente), Wolfgang Böhr, Karin Ruck e Tilman Todenhöfer.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, Comité de Risco, Conselho Fiscal e Comissão de Nomeações constam de Termos de Referência independentes, cuja versão atual está disponível no nosso sítio Web juntamente com os Termos de Referência do nosso Conselho de Supervisão (consultar http://www.deutsche-bank.de/ir/en/content/terms_of_references.htm).

Remunerações

Para uma análise detalhada das remunerações do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão em 2011, consulte o Relatório de Remunerações pormenorizado nas páginas 140 a 156 do Relatório de Gestão, publicado em conformidade com as disposições da Lei Alemã relativa à Divulgação das Remunerações do Conselho de Administração.

Planos de Ações

Para obter informações sobre os nossos planos de oferta de ações a colaboradores, consulte a Nota 33 “Planos de Remuneração com base em Ações” em anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para observar a Participação dos membros do Conselho de Administração, consulte o nosso Relatório de Remunerações pormenorizado incluído no Relatório de Gestão.

Conselho de Supervisão. Os atuais membros do nosso Conselho de Supervisão detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Supervisão	Número de ações	Número de prémios de ações
Wolfgang Böhr	545	–
Dr. Clemens Börsig ¹	137.919	–
Dr. Karl-Gerhard Eick	–	–
Katherine Garrett-Cox	–	–
Alfred Herling	1.042	10
Gerd Herzberg	–	–
Prof. Dr. Henning Kagermann	–	–
Martina Klee	874	–
Suzanne Labarge	–	–
Maurice Lévy	–	–
Henriette Mark	584	10
Gabriele Platscher	864	6
Karin Ruck	165	–
Dr. Theo Siegert	–	–
Dr. Johannes Teyssen	–	–
Marlehn Thieme	236	10
Tilman Todenhöfer	1.741	–
Stefan Viertel	95	10
Renate Voigt	213	10
Werner Wenning	–	–
Total	144.278	56

¹ Não inclui 270 ações do Deutsche Bank detidas por uma parceria familiar, uma sociedade de herdeiros, na qual o Dr. Clemens Börsig possui uma participação de 25 %; não inclui igualmente 16.018 ações do Deutsche Bank, pertença de uma fundação de utilidade pública com uma capacidade jurídica independente, a “Gerhild und Clemens Börsig Jugend- und Sozialstiftung”.

Os membros do Conselho de Supervisão detinham 144.278 ações, totalizando menos de 0,02 % do nosso capital social, a 17 de fevereiro de 2012.

Como indicado na coluna “Número de prêmios de ações” da tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank possuem prêmios correspondentes concedidos ao abrigo do Plano Global de Aquisição de Ações, que lhes deverão ser entregues a 1 de novembro de 2012.

Operações com partes relacionadas

Para informações sobre operações com partes relacionadas, consultar a Nota 38 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e Controlo

Especialistas Financeiros do Conselho Fiscal

O Conselho de Supervisão determinou que o Dr. Clemens Börsig, o Dr. Karl-Gerhard Eick e o Dr. Theo Siegert, que são membros do Conselho Fiscal, são “especialistas financeiros do Conselho Fiscal” de acordo com a definição prevista nos regulamentos da Securities and Exchange Commission emitidos nos termos da Secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Os especialistas financeiros do Conselho Fiscal supracitados são “independentes” de nós, tal como definido na Regra 10A-3 nos termos do U.S. Securities Exchange Act de 1934 e na Secção 100 (5) da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). Segundo as Secções 107 (4), 100 (5) da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito são devidamente versados nas áreas de contabilidade e auditoria.

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial do Deutsche Bank descreve os valores e as normas éticas de conduta que todos os nossos colaboradores devem respeitar. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código de Conduta Empresarial inclui um compromisso voluntário do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão. Reflete os nossos valores fundamentais e a nossa promessa para com os nossos acionistas. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que serve de orientação com vista ao cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com a Secção da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, também adotámos um Código de Ética que institui obrigações especiais para os nossos Gestores Financeiros Seniores. Atualmente, no Deutsche Bank, estas pessoas são o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Financeiro, o Diretor de Contabilidade do Grupo assim como os membros do Comité Financeiro do Grupo. Em 2011, não foram apresentadas queixas ao Responsável pelo Governo Societário relativamente ao Código de Ética para os Gestores Financeiros Seniores.

A versão em vigor do Código de Conduta Empresarial e do Código de Ética do Deutsche Bank está disponível em <http://www.deutsche-bank.de/ir/de/content/ethikkodizes>.

Honorários e Serviços do Revisor Oficial de Contas

Em conformidade com a legislação alemão, o nosso revisor oficial de contas é nomeado na Assembleia-Geral Ordinária com base numa recomendação do Conselho de Supervisão. O Conselho Fiscal do Conselho de Supervisão é responsável pela preparação dessa recomendação. Após a nomeação do revisor oficial de contas, o Conselho Fiscal adjudica o contrato e, ao seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do revisor oficial de contas. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso revisor oficial de contas para os exercícios de 2010 e 2011.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de Auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo ROC associados com requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios; (2) Honorários Relacionados com a Auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou exame das nossas demonstrações financeiras e não são registados como Honorários de Auditoria; (3) Honorários Fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal e consultoria e planeamento em matéria fiscal; e (4) Outros Honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são Honorários de Auditoria, Honorários Relacionados com a Auditoria nem Honorários Fiscais. Estes valores incluem despesas e não incluem Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Categoria de Honorários em milhões de €	2011	2010
Honorários de Auditoria	54	53
Honorários Relacionados com Auditoria	12	9
Honorários Fiscais	7	7
Outros Honorários	3	2
Total de Honorários	76	71

Os nossos Honorários Relacionados com a Auditoria incluem honorários para consultoria em matéria contabilística, serviços de due diligence relativos a aquisições e vendas (reais ou potenciais), serviços de certificação legal de contas e outros serviços processuais acordados. Os nossos Honorários Fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais. Os Outros Honorários dizem respeito a serviços de consultoria relativos a projetos.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente, exigem que todos os serviços contratados ao nosso revisor oficial de contas sejam previamente aprovados pelo Conselho Fiscal ou cumpram com as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Conselho Fiscal adotou as políticas e os procedimentos seguintes que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do revisor oficial de contas para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de Audit Engagement Team criada e supervisionada pelo Comité Financeiro do Grupo, que é composta pelo Diretor Financeiro e pelos elementos seniores do Departamento de Finanças e Departamento Fiscal. Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do revisor oficial de contas, o pedido tem de ser rejeitado. O Conselho Fiscal aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Caso o pedido de contratação de serviços seja relativo a estes serviços previamente aprovados, pode ser aprovado pelo Comité Financeiro do Grupo, que, posteriormente, tem de comunicar essa aprovação ao Conselho Fiscal. Caso o pedido de contratação de serviços não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, o Comité Financeiro do Grupo tem de submetê-lo à apreciação do Conselho Fiscal. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os

períodos que medeiam as suas reuniões, o Conselho Fiscal delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros “independentes”, de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Estes membros têm de comunicar eventuais aprovações ao Conselho Fiscal, na sua próxima reunião.

Da mesma forma, as leis e os regulamentos dos Estados Unidos preveem a dispensa da obrigação de aprovação prévia no caso de contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais do que cinco por cento do valor total das remunerações pagas ao nosso revisor oficial de contas, caso essas contratações não tenham sido por nós reconhecidas no momento da contratação e tenham sido dadas a conhecer imediatamente ao nosso Conselho Fiscal ou a um membro designado do mesmo e aprovadas antes da realização da auditoria. Em 2010 e 2011, a percentagem do valor total das remunerações que pagámos ao nosso revisor oficial de contas relativas a serviços que não de auditoria em cada categoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5 %.

Cumprimento do Código de Governo das Sociedades Alemão

[Declaração nos termos do § 161 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito \(AktG\) \(Declaração de Conformidade de 2011\)](#)

A 25 de outubro de 2011, o Conselho de Administração e o Conselho de Supervisão emitiram uma nova Declaração de Conformidade nos termos do § 161 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). O Deutsche Bank AG agiu em de acordo com as recomendações do “Código de Governo das Sociedades Alemão da Comissão Governamental”, tendo declarado o seguinte:

“A última Declaração de Conformidade foi emitida a 27 de outubro de 2010. Desde então, o Deutsche Bank AG tem cumprido com as recomendações do “Código de Governo das Sociedades Alemão da Comissão Governamental” na versão datada de 26 de maio de 2010, publicada no Jornal Oficial Eletrónico (Elektronischer Bundesanzeiger) a 2 de julho de 2010, e irá cumprir com as mesmas no futuro, apesar de ter apresentado uma exceção, como medida cautelar, relativa ao N.º 5.5.3, frase 1, que concerne a comunicação de conflitos de interesse no relatório do Conselho de Supervisão para a Assembleia-Geral.

Futuramente, iremos continuar a prestar informações acerca de qualquer conflito de interesse que tenha ocorrido, juntamente com o respetivo tratamento, seguindo o mesmo âmbito já utilizado no relatório do Conselho de Supervisão para a Assembleia-Geral. De acordo com a nossa opinião, uma apresentação mais pormenorizada constituiria uma violação do requisito de confidencialidade ao abrigo do direito comercial nos termos do §§ 93, 116 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). Consideramos que os requisitos do N.º 5.5.3, frase 1, do Código de Governo das Sociedades Alemão são limitados por este requisito ao da Lei Alemã relativa às Sociedades por Ações e, em harmonia com o Tribunal Superior Regional (OLG) de Frankfurt am Main, não entendemos que existam motivos para alargar o âmbito das informações prestadas. Numa sentença não firme, o Tribunal declarou a nulidade da ratificação dos atos de gestão do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão pela Assembleia-Geral de 2009 porque, entre outras razões, não tinha declarado na Declaração de Conformidade de 29 de outubro de 2008, que os conflitos de interesse e o respetivo tratamento não tinham sido divulgados em conformidade com os requisitos do N.º 5.5.3, frase 1, do Código de Governo das Sociedades Alemão. Dado que a nossa abordagem, segundo a deliberação anteriormente referida, não cumpre com a recomendação do N.º 5.5.3, frase 1, do Código de Governo das Sociedades Alemão, mas tencionamos manter a prática que consideramos ser a correta, declaramos esta exceção como medida cautelar.”

A Declaração de Conformidade de 2011 e todas as suas versões anteriores da estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank em http://www.deutsche-bank.de/ir/en/content/declaration_of_conformity.htm, juntamente com uma cópia do Código de Governo das Sociedades Alemão.

O N.º 5.4.3 do Código de Governo das Sociedades Alemão recomenda que os pedidos de judicial nomeação judicial de membros do Conselho de Supervisão sejam limitados no tempo até à próxima Assembleia-Geral. A Comissão Governamental do Código de Governo das Sociedades Alemão confirmou por escrito que esta recomendação aplica-se apenas aos representantes dos acionistas eleitos pela Assembleia-Geral. Apenas as nomeações destes representantes é que podem ser confirmadas por meio de uma eleição na Assembleia-Geral e só eles é que podem ser substituídos por outro membro eleito pela Assembleia-Geral. Como tal, este ponto não se aplica aos representantes dos trabalhadores nomeados para o Conselho de Supervisão. Subsequentemente, a 30 de novembro de 2011, o Tribunal de Registo nomeou a Sra. Renate Voigt representante dos trabalhadores até ao final do mandato do Conselho de Supervisão.

Declaração sobre as Sugestões do Código de Governo das Sociedades Alemão

O Deutsche Bank respeita, de forma voluntária, as sugestões do Código na sua versão datada de 26 de maio de 2010, com as seguintes exceções:

- Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral, até ao início da votação. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código N.º 2.3.3). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral, o que significa que, após esta hora, aqueles que não participam na Assembleia-Geral já não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião.
- A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código N.º 2.3.4) abrange a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e a apresentação do relatório do Conselho de Administração. Como tal, os acionistas são livres de discutir com a Administração sem a interferência de uma transmissão para um público alargado.

05 -

Informações Adicionais

Conselho de Administração – 427

Conselho de Supervisão – 428

Conselhos Consultivos – 430

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos – 435 Declaração de Aval – 436

Glossário – 437

Impressum – Publicações – 445

Conselho de Administração

Dr. Josef Ackermann
Presidente

Dr. Hugo Bänziger

Jürgen Fitschen

Anshuman Jain

Stefan Krause

Hermann-Josef Lamberti

Rainer Neske

Conselho de Supervisão

Dr. Clemens Börsig
Presidente,
Frankfurt am Main

Karin Ruck*
Vice-Presidente
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Wolfgang Böhr*
Deutsche Bank AG,
Dusseldorf

Dr. Karl-Gerhard Eick
KGE Asset Management Consulting Ltd.,
Londres

Katherine Garrett-Cox
Desde 26 de Maio de 2011,
Diretora-Geral (CEO) da Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Alfred Herling*
Deutsche Bank AG,
Wuppertal

Gerd Herzberg*
Vice-Presidente de ver.di
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft
até 31 de outubro 2011,
Hamburgo

Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011,
Londres

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente de acatech – Academia Alemã de
Ciência e Engenharia,
Königs Wusterhausen

Peter Kazmierczak*
até 25 de outubro de 2011,
Deutsche Bank AG,
Herne

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,
Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
Toronto

Maurice Lévy
Presidente do Conselho de Administração e
da Comissão Executiva do Publicis Groupe
S.A.,
Paris

Henriette Mark*
Deutsche Bank AG,
Munique

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und
Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Dr. Theo Siegert
Sócio Gerente da de Haen
Carstanjen & Söhne,
Dusseldorf

Dr. Johannes Teysen
Presidente do Conselho de Administração de
E.ON AG,
Oberding

Marlehn Thieme*
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Tilman Todenhöfer
Sócio Gerente de Robert Bosch
Industrietreuhand KG,
Madrid

Stefan Viertel*
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Renate Voigt*
Desde 30 de novembro de 2011,
Deutsche Bank AG,
Estugarda

Werner Wenning
Presidente do Conselho de Supervisão de
E.ON AG, desde 5 de Maio de 2011,
Leverkusen

* Eleitos pelos colaboradores da Alemanha,
com exceção de Renate Voigt, que foi
nomeada representante dos colaboradores
pelo tribunal.

Comités

Comité do Presidente

Dr. Clemens Börsig
- Presidente

Alfred Herling*

Karin Ruck*

Tilman Todenhöfer

Comité de Mediação

Dr. Clemens Börsig
- Presidente

Wolfgang Böhr*

Karin Ruck*

Tilman Todenhöfer

Conselho Fiscal

Dr. Karl-Gerhard Eick
- Presidente

Dr. Clemens Börsig

Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011

Henriette Mark*

Karin Ruck*

Dr. Theo Siegert
desde 1 de agosto de 2011

Marlehn Thieme*

Comité de Risco

Dr. Clemens Börsig
- Presidente

Sir Peter Job
até 26 de maio de 2011

Prof. Dr. Henning Kagermann

Suzanne Labarge
desde 1 de agosto de 2011
(membro suplente até 31 de julho de 2011)

Dr. Theo Siegert
- membro suplente

Comité de Nomeações

Dr. Clemens Börsig
- Presidente

Tilman Todenhöfer

Werner Wenning

* Eleitos pelos colaboradores da Alemanha.

Conselhos Consultivos

Conselho Consultivo da Europa

**Professor Doutor
Wolfgang Reitzle**
– Presidente
Presidente do Conselho de Administração da
Linde AG, Munique

**Professor Doutor
Roland Berger**
Fundador da Roland Berger Strategy
Consultants GmbH, Munique

Dr. Kurt Bock
Presidente do Conselho de Administração da
BASF SE desde 6 de maio de 2011,
Ludwigshafen

Lord John Browne of Madingley
Diretor-Geral e Sócio-Gerente (Europa) da
Riverstone Holdings LLC;
Antigo Diretor-Executivo da BP, Londres

Michael Cohrs
Antigo Membro do Conselho de Administração
do Deutsche Bank AG,
Londres

Dr. Karl-Ludwig Kley
Presidente do Conselho Executivo e Sócio
Comanditado da Merck KGaA, Darmstadt

Peter Löscher
Presidente do Conselho de Administração da
Siemens Aktiengesellschaft, Munich

Francis Mer
Antigo Ministro Francês da Economia,
Finanças e Indústria,
Bourg-la-Reine

Alexey A. Mordashov
Presidente do Conselho de Administração da
Severstal;
Diretor-Geral da Severstal-Group,
Cherepovets

Dr. h.c. August Oetker
Sócio Comanditado da
Dr. August Oetker KG,
Bielefeld

Eckhard Pfeiffer
até 17 de março de 2011
Antigo Presidente e Diretor-Executivo da
Compaq Computer Corporation, Kitzbühel

Dr. Bernd Pischetsrieder
Urfahrn

Antonio Puri Purini
Antigo Embaixador de Itália na República da
Alemanha,
Roma

Dr. rer. pol. Michael Rogowski Antigo
Presidente do Conselho de Supervisão da J.
M. Voith AG, Heidenheim

Maria-Elisabeth Schaeffler
Sócia do Grupo Schaeffler e Vice-Presidente
do Conselho de Supervisão da Schaeffler AG,
Herzogenaurach

Jürgen R. Thumann
Presidente do Comitê de Acionistas da
Heitkamp & Thumann KG,
Dusseldorf

Dr. Dieter Zetsche
Presidente do Conselho de Administração da
Daimler AG e Diretor da Mercedes-Benz Cars,
Estugarda

Conselho Consultivo das Américas

Norman Augustine

Antigo Presidente e Diretor-Executivo da Lockheed Martin

John E. Bryson

até 20 de outubro de 2011
Secretário do Comércio dos EUA;
antigo Presidente e Diretor-Executivo da Edison International

Michael D. Capellas

Presidente e Diretor-Executivo da Virtual Computing Environment (VCE);
antigo Presidente e Diretor-Executivo da First Data Corp.

Doutor James Ireland Cash, Jr.

Professor Emérito e Reitor Associado da, Harvard Business School

Anthony W. Deering

Presidente da Exeter Capital LLC;
antigo Presidente e Diretor-Executivo da The Rouse Co.

Archie W. Dunham

Antigo Presidente da ConocoPhillips

Benjamin H. Griswold

Presidente da Brown Advisory;
antigo Presidente Sênior do Deutsche Bank Alex. Brown

Meritíssimo Chuck Hagel

Professor Emérito da Georgetown University e University of Nebraska em Omaha;
Antigo Senador dos EUA, (R-NE)

William R. Howell

Antigo Presidente e Diretor-Executivo da J. C. Penney, Inc.

Robert L. Johnson, Membro Emérito

Fundador e Presidente da The RLJ Cos.; Fundador e antigo Presidente da Black Entertainment Television (BET)

Edward A. Kangas

Antigo Presidente e Diretor-Executivo da Deloitte

Ellen R. Marram

Presidente do The Barnegat Group LLC;
antigo Presidente e Diretor-Executivo da Tropicana and Nabisco Biscuit Cos.

Meritíssimo Lynn M. Martin

Antigo Secretário do Trabalho dos EUA

Robert P. May

até 2 de abril de 2011
Antigo Diretor-Executivo da Calpine Corp.;
antigo Presidente e Diretor-Executivo da HealthSouth Corp.

George J. Mitchell

desde 8 de agosto de 2011
Antigo Enviado Especial para a Paz no Médio Oriente; antigo Presidente da Walt Disney;
antigo Senador dos EUA, (D-ME)

Meritíssimo John W. Snow

Presidente da Cerberus Capital Management LP;
antigo Secretário do Tesouro dos EUA

Conselho Consultivo da América Latina

Fernando Henrique Cardoso
Antigo Presidente da República Federal do Brasil

Armando Garza Sada
Presidente, Alfa

Enrique Iglesias
Secretário-Geral Ibero-Americano;
antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uruguai

Pedro Pablo Kuczynski
Sócio e Consultor Sênior do The Rohatyn Group;
Antigo Primeiro-Ministro do Peru

Meritíssimo Lynn M. Martin
Antigo Secretário do Trabalho dos EUA

Luis Alejandro Pagani
Presidente do Arcor Group

Horst Paulmann
Fundador e Presidente da Cencosud S.A.

Jesús Reyes-Heroles
Antigo Presidente e Diretor-Executivo da Petroleos Mexicanos (Pemex);
antigo Embaixador do México nos Estados Unidos da América

Miguel Urrutia Montoya
Professor na Universidad de los Andes;
Antigo Governador do Banco Central da Colômbia

Conselho Consultivo da Ásia-Pacífico

Robert E. Fallon

Professor-Adjunto de Finanças e Economia na
Columbia Business School, International

Toru Hashimoto

até 3 de junho de 2011

Presidente do Banco Japonês de
Desenvolvimento; Antigo Presidente e Diretor-
Executivo do The Fuji Bank Ltd.; Antigo
Presidente da Deutsche Securities Inc., Japão

Nobuyuki Idei

Fundador e Diretor-Executivo da Quantum
Leaps Corporation; Presidente do Conselho
Consultivo da Sony Corporation, Japão

Gang-Yon Lee

Presidente da Korea Gas Corporation, Coreia
do Sul

Dr. David K.P. Li

Presidente e Diretor-Executivo do The Bank of
East Asia,
Hong Kong

Dr. Li Qingyuan

Diretor-General, Gabinete do Comitê de
Estratégia e Desenvolvimento da China
Securities Regulatory Commission, China

Subramanian Ramadorai

Vice Presidente da Tata Consultancy Services
Limited, Índia

Dr. Tony Tan Keng Yam

até 1 de setembro de 2011

Presidente da República de Singapura; Vice-
Presidente e Diretor Executivo da The
Government of Singapore Investment Corp.
Pte. Ltd., Singapura

Sofjan Wanandi

Presidente do Santini Group; Presidente da
Associação de Entidades Patronais da
Indonésia (APINDO),
Indonésia

Professor Zhang Yunling

Professor de Economia Internacional e
Membro da Academia Chinesa de Ciências
Sociais, China

Conselho Consultivo para as Alterações Climáticas

Lord John Browne of Madingley
Diretor-Geral e Sócio-Gerente (Europa) da
Riverstone Holdings LLC;
Antigo Diretor-Executivo da BP

John Coomber
Diretor-Executivo da Pension Corporation;
Presidente da ClimateWise; Presidente do The
Climate Group (Reino Unido)

Fabio Feldmann
Diretor-Executivo da Fabio Feldmann
Consultores; Antigo Secretário-Executivo do
Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

Dr. Jamshed J. Irani
desde 3 de maio de 2011
Antigo Diretor da Tata Sons Ltd.

Amory B. Lovins
Presidente e Cientista Chefe da Rocky
Mountain Institute

Lord Oxburgh
Membro do Conselho Consultivo da Climate
Change Capital; antigo Presidente da Shell

Professor Hans Joachim Schellnhuber
Diretor e Fundador do Potsdam Institute for
Climate Impact Research (PIK)

Professor Robert Socolow
Codiretor, The Carbon Mitigation Initiative;
Professor na Princeton University

Professor Doutor. Dr. h.c. mult. Klaus Töpfer
Antigo Ministro Federal do Ambiente,
Conservação Natural e Segurança Nuclear,
bem como Planeamento Regional, Construção
e Desenvolvimento Urbano; Antigo Diretor
Executivo do Programa das Nações Unidas
para o Ambiente

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Balço em milhões de €	31 Dez 2011	31 Dez 2010	31 Dez 2009	31 Dez 2008	31 Dez 2007
Ativo total	2.164.103	1.905.630	1.500.664	2.202.423	1.925.003
Empréstimos	412.514	407.729	258.105	269.281	198.892
Passivo total ¹	2.109.443	1.855.262	1.462.695	2.170.509	1.885.688
Capital social total ¹	53.390	48.819	36.647	30.703	37.893
Interesses minoritários	1.270	1.549	1.322	1.211	1.422
Capital Tier 1 ²	49.047	42.565	34.406	31.094	28.320
Total de fundos próprios regulamentares ²	55.226	48.688	37.929	37.396	38.049
Demonstração de resultados em milhões de €	2011	2010	2009	2008	2007
Resultado líquido de juros	17.445	15.583	12.459	12.453	8.849
Provisões para perdas de crédito	1.839	1.274	2.630	1.076	612
Comissões	11.544	10.669	8911	9.741	12.282
Resultados líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas	3.058	3.354	7.109	(9992)	7.175
Outros ganhos (perdas) minoritários	1.181	(1.039)	(527)	1.411	2.523
Total de rendimentos minoritários	15.783	12.984	15.493	1.160	21.980
Remunerações e benefícios	13.135	12.671	11.310	9.606	13.122
Despesas gerais e administrativas	12.657	10.133	8402	8.339	8.038
Benefícios e indenizações dos titulares de seguros	207	485	542	(252)	193
Imparidade de ativos intangíveis	-	29	(134)	585	128
Atividades de reestruturação	-	-	-	-	(13)
Total de despesas minoritárias	25.999	23.318	20.120	18.278	21.468
Resultado antes de impostos	5.390	3.975	5.202	(5.741)	8.749
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	1.064	1.645	244	(1.845)	2.239
Resultados líquidos	4.326	2.330	4.958	(3.896)	6.510
Resultado líquido atribuível a interesses minoritários	194	20	(15)	(61)	36
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	4.132	2.310	4.973	(3.835)	6.474
Principais indicadores	2011	2010	2009	2008	2007
Resultados por ação básicos ³	€ 4,45	€ 3,07	€ 7,21	(€ 6,87)	€ 12,29
Resultados por ação diluídos ³	€ 4,30	€ 2,92	€ 6,94	(€ 6,87)	€ 11,80
Dividendos pagos por ação no período	€ 0,75	€ 0,75	€ 0,50	€ 4,50	€ 4,00
Resultado sobre o capital ativo médio (após impostos)	8,2 %	5,5 %	14,6 %	(11,1) %	17,9 %
Resultado antes de impostos sobre o capital ativo médio	10,2 %	9,5 %	15,3 %	(16,5) %	24,1 %
Rácios custos/benefícios	78,2 %	81,6 %	72,0 %	134,3 %	69,6 %
Rácio de capital Core Tier 1 ²	9,5 %	8,7 %	8,7 %	7,0 %	6,9 %
Rácio de capital Tier 1 ²	12,9 %	12,3 %	12,6 %	10,1 %	8,6 %
Total de rácio de capital ²	14,5 %	14,1 %	13,9 %	12,2 %	11,6 %
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) ⁴	100.996	102.062	77.053	80.456	78.291

¹ A aquisição inicial do ABN AMRO, finalizada a 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retrospectivo de resultados transitados no valor de € (24) milhões a 31 de dezembro de 2010.

² Os números apresentados para 2011 baseiam-se nos requisitos de fundos próprios alterados para a carteira de negociação e posições de securitização nos termos da Diretiva relativa a Requisitos de Fundos Próprios 3, também conhecida como "Basileia 2.5", implementada na Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito e no Regulamento de Solvência Alemão ("Solvabilitätsverordnung"). Os números apresentados para os exercícios de 2010, 2009 e 2008 cumprem com o quadro revisto de fundos próprios apresentado pelo Comitê de Basileia em 2004 ("Basileia 2") transposto para a legislação alemã através da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito e o Regulamento de Solvência Alemão. Os números apresentados para o exercício de 2007 baseiam-se no quadro de Basileia 1. Os rácios de capital relacionam o respetivo capital para ativos ponderados pelo risco para risco de crédito, mercado e operacional. Estão excluídos os itens transitórios nos termos da Secção 64-H (3) da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito.

³ O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de 6 de outubro de 2010, a fim de refletir o efeito do elemento de bônus dos direitos de subscrição associados ao aumento de capital.

⁴ O Deutsche Postbank harmonizou a sua definição ETI com o Deutsche Bank, o que reduziu em 260 o número do Grupo a 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não são reexpressos).

Declaração de Aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes empresas estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank Società per Azioni, Milão
Deutsche Asset Management International GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Bank (Suisse) S.A., Genebra
Deutsche Asset Management Investmentgesellschaft mbH vormals DEGEF Deutsche Gesellschaft für Fondsverwaltung mbH, Frankfurt am Main	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
Deutsche Australia Limited, Sidney	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	DWS Investment GmbH, Frankfurt am Main
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	DWS Investment S.A., Luxemburgo IFN Finance B.V., Roterdão
Deutsche Bank S.A., Buenos Aires	Sociedade anónima pública “Deutsche Bank DBU”, Kiev
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	

Glossário

A

Abordagem padronizada ao risco de mercado

A abordagem padronizada ao risco de mercado aplica-se a derivados de crédito do tipo “n-ésimo incumprimento” e securitizações na carteira de negociação. Apenas a carteira de negociação de correlação não tem de empregar obrigatoriamente a abordagem padronizada. No seu caso pode ser usado um modelo interno – a medida do risco global – mediante aprovação da autoridade de supervisão.

Acordo de recompra

Um acordo para recomprar títulos vendidos (acordo de recompra genuíno no qual o ativo continua a ser propriedade do vendedor). Do ponto de vista do comprador, a transação é uma recompra inversa.

Acordos de Compensação

Acordos bilaterais entre o Grupo e as suas contrapartes relativamente às operações incluídas que garantem que, se for dado início a um processo de solvência ou falência, uma parte apenas deve à outra uma quantia única líquida para a compensação de todos os créditos e compromissos.

Ativos ponderados em função do risco (RWA)

Os ativos ponderados em função do risco são posições que acarretam risco de crédito, mercado e/ou operacional, ponderados de acordo com requisitos regulamentares. Os RWA são requisitos de fundos próprios regulamentares multiplicados por 12,5 ou, por outras palavras, requisitos de fundos próprios iguais a 8 % dos RWA.

Ativos/Investimentos alternativos

Investimentos diretos em capital privado, capital de risco, capital intercalar, imobiliário e investimentos em fundos de aquisições com endividamento (LBO), fundos de capital de risco e fundos de cobertura.

Alternativa A (Alt-A)

Termo utilizado para categorizar as hipotecas norte-americanas que representam empréstimos com uma maior expectativa de risco do que o prime mas ainda assim inferiores ao subprime. A fim de determinar a Alt-A, aplicam-se normas da indústria, entre as quais, a pontuação FICO e os rácios entre o valor do empréstimo e da garantia.

Aquisição

Compra (parcial ou total) de uma empresa ou atividades empresariais específicas.

Aquisição em etapas

Numa aquisição em etapas, o adquirente obtém o controlo da entidade adquirida na qual possuía uma participação imediatamente antes da data de aquisição (operação também conhecida como concentração de atividades por fases). Nestas operações, o adquirente avalia novamente a sua participação anteriormente detida a um justo valor e reconhece os ganhos e perdas, caso se aplique, na demonstração de resultados.

Associada

Uma entidade sob a qual o Grupo tem uma influência significativa, mas não uma participação de controlo sobre as decisões em matéria de operações e gestão financeira da mesma. A entidade não é uma filial nem um empreendimento conjunto.

Avaliação pelo valor de mercado

Avaliação aos preços atuais de mercado. Por exemplo, aplica-se a atividades comerciais.

B

Backtesting

Um procedimento utilizado para verificar a validade das previsões dos cálculos de valor em risco, que implica a comparação dos hipotéticos lucros e perdas diários sob o pressuposto de compra e manutenção de títulos com as estimativas do modelo de valor em risco.

Banca de investimento

Termo genérico para negócios orientados para os mercados de capitais. Inclui sobretudo a emissão e negociação de títulos e respetivos derivados, gestão de taxas de juro e cambiais, corporate finance, M&A, financiamentos estruturados e capitais privados.

Banca privada

Negócio com clientes orientados para o investimento e com elevado património líquido.

Basileia 2

Recomendações para normas internacionais em matéria de adequação de fundos próprios adotadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, amplamente referidas como o Acordo de Basileia 2, que harmoniza de forma mais aprofundada os requisitos de fundos próprios com os riscos subjacentes.

Basileia 2.5

Originalmente datadas de julho de 2009, são um conjunto de propostas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia com vista à reforma do Acordo de Basileia no advento da crise financeira. Os requisitos mínimos de fundos próprios

englobam, principalmente, a introdução de novas medidas para risco de mercado para além de valor em risco: valor em risco em situação de tensão, montante incremental de risco, a medida do risco global para a carteira de correlação de negociação composta por posições de securitização específicas e a aplicação da abordagem padronizada ao risco de mercado às securitizações da carteira de negociação e derivados de crédito do tipo “n-ésimo de incumprimento”. Outros requisitos dizem respeito às normas em matéria de governo, gestão de risco e compensações, bem como requisitos de informação que se centram nas securitizações. A nível da União Europeia, Basileia 2.5 tem sido implementado através das Diretivas Requisitos de Fundos Próprios 2 e 3.

Basileia 3

Revisão das normas internacionais de adequação de fundos próprios adotadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, aprovadas pela cimeira do G-20 em novembro de 2010. Esta revisão visa reforçar as regras em matéria de capital e liquidez com vista a promover um setor bancário mais resistente. Durante o período de transição até 2019, as normas revistas não só aumentam os requisitos mínimos de fundos próprios para os bancos como também introduzem um amortecedor adicional de conservação de fundos próprios e um amortecedor de fundos próprios contracíclico específico do banco. Além disso, Basileia 3 irá introduzir pela primeira vez um quadro de liquidez harmonizado a nível internacional com rácios rigorosos a curto e longo-prazo. As novas regras serão transpostas para a legislação alemã através do Regulamento de Solvência Alemão.

C

Capital ativo médio

O Grupo calcula o capital ativo a fim de facilitar as comparações com os

seus concorrentes. O capital ativo é usado em vários rácios. Contudo, o capital ativo não está previsto nas IFRS. Assim, os rácios do Grupo com base no capital ativo médio não devem ser comparados com rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças ao nível dos cálculos. Os itens para os quais o Grupo ajusta o capital ativo médio são a média dos outros resultados integrais acumulados, excluindo a conversão de moeda estrangeira (líquida de impostos aplicáveis), bem como os dividendos médios, para os quais é elaborada uma proposta trimestralmente e que são pagos após aprovação da Assembleia-Geral Anual no ano seguinte.

Capital Core Tier 1

O grupo define o capital Core Tier 1 como o capital Tier 1 sem instrumentos de capital híbridos. É composto por capital social e reservas ajustadas de acordo com os regulamentos.

Capital económico

Um número que apresenta com um elevado grau de certeza o montante de capitais próprios que o Grupo precisa a um determinado momento para absorver as perdas imprevistas decorrentes das atuais exposições.

Capital intercalar

Forma de financiamento flexível e mista que inclui capitais próprios e alheios. No presente documento significa instrumento financeiro subordinado de longo-prazo usado para financiar o crescimento, ao mesmo tempo que reforça a base de capitais próprios do mutuário.

Capital privado

Investimentos em participações em empresas não cotadas na bolsa. Por exemplo, capital de risco e fundos de aquisições.

Carteira

Em geral, parte ou a totalidade de uma ou de todas as categorias de ativos (por exemplo, títulos,

empréstimos, investimentos em participações ou imobiliário). As carteiras são constituídas sobretudo para diversificar o risco. No presente documento significa combinação de transações similares, em especial, em títulos e/ou derivados, tendo em atenção o risco do preço.

Carteira de negociação de correlação

A carteira de correlação de negociação engloba as securitizações e as coberturas correspondentes que cumprem com rigorosos critérios de elegibilidade relativamente à carteira securitizada e à liquidez na carteira de negociação. A carteira de negociação de correlação pode estar isenta da aplicação da abordagem padronizada ao risco de mercado. Ao invés, os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação de correlação baseiam-se na medida do risco global.

Carteira de negociação regulamentar e carteira bancária

A carteira de negociação regulamentar é definida na Secção 1-A da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito. É composta por instrumentos financeiros e produtos de base detidos para negociação ou para cobrirem o risco de mercado de outras posições na carteira de negociação; operações de recompra, empréstimo e similares, que estão relacionadas com posições na carteira de negociação; operações nas quais o nome da contraparte só será conhecido posteriormente; e contas a receber diretamente relacionadas com posições na carteira de negociação. Os instrumentos financeiros e produtos de base afetos à carteira de negociação têm de ser negociáveis ou passíveis de ser cobertos. A carteira bancária regulamentar inclui todas as posições que não estão afetadas a nenhuma carteira de negociação.

Cenários de risco

Cenários que representam eventos

importantes, por exemplo, grandes movimentos de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Clearing

O processo de transmissão, conciliação e, em muitos casos, confirmação de ordens de pagamento.

Concentração de atividades

Uma operação na qual um adquirente obtém o controlo de uma empresa. Tal inclui a aquisição de títulos de uma empresa ou os seus ativos líquidos, assim como a expansão da atual participação accionista (aquisição em etapas). Frequentemente, uma concentração de atividades implica o reconhecimento do goodwill.

Contabilidade de cobertura

Relato financeiro dos acordos num relacionamento de cobertura que está sujeito a determinadas condições. Os relacionamentos entre os acordos baseiam-se em termos opostos que originam riscos financeiros que podem ser compensados, parcial ou totalmente, devido aos termos destes acordos. Um acordo é normalmente referido como transação subjacente – o contrato que origina o risco – enquanto o outro é referido como contrato de cobertura, o que mitiga o risco.

Corretagem prime

Conjunto de produtos incluindo clearing e liquidação, custódia, relato e financiamento de posições para investidores institucionais.

Corretor/Corretagem

Os corretores aceitam ordens de compra e venda de títulos de bancos e investidores privados e executam-nas em nome dos seus clientes. Normalmente, os corretores recebem uma comissão por esta atividade.

Custódia

Custódia e gestão de títulos, assim como serviços adicionais de títulos.

D

Definições de metas

As definições de metas relativas a rendimentos excluem determinadas mais-valias relevantes (por exemplo, mais-valias resultantes da venda de holdings industriais, negócios ou instalações) e determinados encargos relevantes (por exemplo, encargos resultantes de reestruturações, imparidades de ativos intangíveis ou litígios) se estes não forem indicativos do desempenho futuro das principais atividades do Deutsche Bank.

Derivados

Instrumentos financeiros cujo valor varia bastante consoante o preço, as flutuações do preço e as expectativas de preço de um instrumento subjacente (por exemplo, ação, obrigação, moeda estrangeira ou índice). Os derivados incluem swaps, opções e futuros.

Derivados de crédito

Instrumentos financeiros que transferem o risco de crédito associado a empréstimos, obrigações ou outros ativos ponderados pelo risco ou posições de risco de mercado para partes que fornecem proteção. Tal não altera nem restabelece a relação de crédito subjacente dos tomadores de risco iniciais (as partes que vendem os riscos de crédito).

Derivados de crédito do tipo “n-ésimo de incumprimento”

Derivados financeiros cujos pagamentos estão associados ao número (N) de incumprimentos num conjunto de títulos ou entidades de referência. Assim que for atingido o número especificado de incumprimentos, o contrato termina e são liquidadas as potenciais responsabilidades ao abrigo do contrato.

Derivados OTC

Instrumentos financeiros não padronizados (derivados) que não são negociados numa bolsa de valores, mas diretamente entre os participantes no mercado (mercado de balcão).

Dívida de rendimento elevado

Títulos de rendimento fixo cujo emitente tem uma baixa notação de crédito. Oferecem um maior retorno do que os títulos da categoria de investimentos, mas também implicam maiores riscos.

E

EMEA

Abreviatura da zona económica que engloba a Europa, o Médio Oriente e África.

Empreendimento conjunto

Uma entidade conjuntamente controlada existe quando o Grupo tem um acordo contratual com uma ou mais partes com vista à realização de atividades através de entidades que estão sujeitas a um controlo conjunto.

Exposição

O montante que o banco pode perder caso incorra em perdas devido aos riscos assumidos, por exemplo, em caso de incumprimento de um mutuário ou de uma contraparte.

Exposição ao incumprimento (EAD)

O valor previsto de exposição ao crédito de uma contraparte aquando de um incumprimento.

Exposição ao risco soberano

Risco de crédito soberano e sub-soberano. Contempla governos centrais, regionais (incluindo estados federais, regiões autónomas, etc.) e locais, bem como determinadas entidades detidas por governos centrais, regionais ou locais.

F

Filial

As filiais do Grupo são as entidades que o Grupo controla.

Financiamento alavancado

Financiamento de um investimento que, tradicionalmente, inclui um montante bastante elevado de dívida externa (endividamento) na compra do dinheiro.

Fundo de cobertura

Um fundo cujos investidores são, normalmente, instituições e indivíduos abastados. Os fundos de cobertura fazem parte dos investimentos alternativos. Estão sujeitos a regras menos rigorosas e, como tal, podem utilizar as estratégias que os fundos mutualistas não estão autorizados a empregar, por exemplo, estratégias que implicam venda a descoberto, alavancagem e derivativos. Os fundos de cobertura podem proporcionar elevados lucros mas também apresentam o risco de se perder o capital investido. Por conseguinte, os seus retornos não estão correlacionados com os retornos sobre os investimentos tradicionais.

Fundos próprios regulamentares

Fundos próprios dos bancos reconhecidos para efeitos regulamentares segundo o Acordo de Basileia de Adequação de Fundos Próprios de 2004 e respetivas alterações de 2009. Segundo Basileia 2.5, os fundos próprios consistem em:

- Capital Tier 1: principalmente fundos próprios de base, reservas e determinados títulos preferenciais
- Capital Tier 2: principalmente fundos próprios complementares, ações preferenciais cumulativas, dívida subordinada de longo-prazo e ganhos não realizados em títulos de cotadas

- Capital Tier 3: principalmente dívida subordinada de curto-prazo e excesso de capital Tier 2.

O capital Tier 2 está limitado a 100 % do capital Tier 1 e o montante da dívida subordinada de longo-prazo que pode ser reconhecida como capital Tier 2 está limitado a 50 % do capital Tier 1.

Futuros

Contratos forward padronizados no que diz respeito à quantidade, qualidade e data de entrega, na qual um instrumento negociado em dinheiro, capital, metal precioso ou mercados cambiais, é entregue ou recebido a um preço acordado numa determinada data futura. Muitas vezes, para estes contratos (por exemplo, futuros com base em índices de ações) é estipulada a liquidação em numerário para cumprir a obrigação (em vez da entrega e receção de títulos).

G

Gestão de caixa

Refere-se à gestão dos ativos líquidos em dólares norte-americanos, euros e outras divisas de modo a que as empresas e as instituições financeiras otimizem as transações financeiras.

Goodwill

Um ativo que representa os futuros benefícios económicos de ativos adquiridos numa concentração de atividades que não são identificáveis individualmente. O goodwill é reconhecido como o excesso positivo entre o justo valor da retribuição transferida pelo comprador e o ativo e passivo identificáveis no negócio adquirido.

Goodwill negativo

Reconhecido numa concentração de atividades como um ganho na demonstração de resultados pelo excesso de interesse da adquirente no justo valor líquido do ativo e passivo identificáveis da parte adquirida na retribuição transferida pelo interesse adquirido.

I

ICAAP

O ICAAP (Processo de avaliação da adequação do capital interno) exige que os bancos identifiquem e avaliem os riscos, mantenham fundos próprios suficientes para fazer face a esses riscos e apliquem técnicas de gestão de risco adequadas a fim de garantir continuamente a adequação de fundos próprios, ou seja, a oferta de capital interno tem de ser superior à procura de capital interno. A adequação do capital interno é definido sob a abordagem “empresa em atividade”.

IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro)/anteriormente IAS (Normas Internacionais de Contabilidade)

Regras de relato financeiro do International Accounting Standards Board concebidas com vista a garantir demonstrações e informações financeiras transparentes e comparáveis a nível mundial. O principal objetivo é apresentar informações que são úteis para a tomada de decisões económicas, sobretudo para os investidores.

Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos para impostos futuros decorrentes de diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos ativos e passivos atuais nas demonstrações financeiras e as suas respetivas bases fiscais, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados.

Informação por segmentos

Informações sobre os ativos, resultados e outros aspetos de uma empresa, apresentada por atividade (divisão) e área geográfica (região).

Instrumentos de dívida titularizados

Um tipo específico de pagamentos a receber titularizados sob a forma de títulos negociáveis. Estes títulos são criados pelo reajustamento de determinados ativos financeiros (securitização).

Interesse minoritário

Representa o capital de uma filial não imputável, direta ou indiretamente, a uma empresa-mãe.

J

Justo valor

Valor pelo qual os ativos ou passivos seriam trocados entre partes conhecedoras, independentes e dispostas a isso, e não numa venda forçada ou numa venda no âmbito de uma liquidação.

L

Lei Sarbanes-Oxley (SOx)

Lei dos mercados de capitais norte-americanos promulgada em 2002 com vista a reforçar o governo das sociedades e a restaurar a confiança dos investidores, no seguimento de uma série de grandes escândalos empresariais. Esta lei estabelece novas normas ao mesmo tempo que aperfeiçoa outras, desde mais responsabilidades para o conselho de administração até sanções penais para todas as empresas cotadas numa bolsa de valores dos EUA.

M

Medida do risco global

Medida das perdas potenciais para derivados de crédito do tipo “n-ésimo de incumprimento” e securitizações na carteira de negociação de correlação que têm 99,9% de probabilidade de não serem ultrapassadas durante a manutenção de uma carteira por um ano. A

medida do risco global está em vigor desde 31 de dezembro de 2011 e pode ser usada mediante aprovação da autoridade de supervisão. Baseia-se num modelo interno e tem de capturar todos os riscos de preço. Os requisitos de fundos próprios decorrentes da medida do risco global estão fixados a 8 % dos requisitos de fundos próprios que resultariam da abordagem padronizada ao risco de mercado para a carteira respetiva.

Mercados emergentes

Países e mercados financeiros com economias de rápido crescimento que estão prestes a tornarem-se países desenvolvidos.

Método da unidade de crédito projetada

O método atuarial, prescrito pela IAS 19, utilizado para determinar o valor presente atuarial das obrigações de benefícios definidas de uma entidade e o custo de serviço relacionado. Este método tem em consideração benefícios acrescidos para serviço dos empregados até à data de relato e permite taxas esperadas de aumento de salários e pensões.

Método de equivalência patrimonial

Método de contabilização para investimentos em empresas sobre as quais se pode exercer uma influência significativa. A parte proporcional dos resultados líquidos da empresa (ganhos ou perdas) aumenta ou diminui a quantia escriturada do investimento que afeta os resultados líquidos. As distribuições reduzem a quantia escriturada do investimento sem afetarem os resultados líquidos.

Montante incremental por risco

A métrica dos prejuízos potenciais decorrentes do risco de migração e incumprimento que não estão totalmente refletidos no valor em risco e que têm 99,9% de probabilidade de não serem ultrapassados no período de um ano. Introduzido a 31 de dezembro de 2011, o montante incremental por

risco aplica-se a posições não securitizadas sujeitas a riscos específicos relativos a taxas de juro na carteira de negociação.

N

Nível de confiança

No âmbito do valor em risco e capital económico, a probabilidade das perdas efetivas não ultrapassarem as perdas potenciais estimadas pelo valor em risco ou capital económico.

Notação

O resultado de uma avaliação objetiva acerca da futura situação económica – designadamente a probabilidade de incumprimento – das contrapartes com base nas características atuais e em pressupostos. A metodologia para atribuição de uma notação depende fortemente do tipo de cliente e dos dados disponíveis. É aplicado um vasto conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito, tais como sistemas especializados e abordagens econométricas.

O

Obrigação segura

Termo para título de dívida segurado ou garantido por terceiros.

Obrigações com garantia real (CDO)

Instrumentos de dívida titularizados com base numa carteira de ativos que pode incluir obrigações, empréstimos ou derivados.

Opção

Direito de compra (opção de compra) ou venda (opção de venda) de um ativo subjacente específico (por exemplo, título ou moeda estrangeira) a uma contraparte (vendedor da opção) a um preço pré-determinado na ou antes de uma data futura específica.

OPI (Oferta Pública Inicial)

Nome dado à primeira oferta pública de subscrição realizada por uma empresa.

P

Perda dado o incumprimento

A dimensão provável de uma perda em caso de incumprimento de uma contraparte. Expressa em percentagem, a sua estimativa representa a parte da exposição que não é passível de ser recuperada em caso de incumprimento e, como tal, capta a gravidade de uma perda.

Perda previsível

Determinação das perdas previstas durante o período de um ano decorrentes da exposição ao risco de crédito e risco operacional, com base no histórico de perdas.

Pontuação FICO

FICO é o acrónimo de Fair Isaac Corporation, os criadores da pontuação FICO. Usando modelos matemáticos, a pontuação FICO tem em consideração vários fatores em cada uma das cinco áreas seguintes para determinar o risco de crédito: historial de pagamentos, atual nível de endividamento, tipos de crédito usados, duração do histórico de crédito e novos créditos. A pontuação FICO varia entre 300 e 850. Em geral, uma pontuação FICO acima de 650 indica que uma pessoa possui um historial de crédito muito bom. Uma pontuação abaixo de 620 significa que a pessoa terá, na maior parte das vezes, dificuldades em obter financiamento a uma taxa favorável.

Prime

Termo utilizado para categorizar as hipotecas norte-americanas que representam empréstimos de elevada qualidade.

Probabilidade de incumprimento

A probabilidade de incumprimento de uma contraparte é avaliada ao longo dos próximos doze meses e expressa em percentagem. A probabilidade de incumprimento é o principal indicador de fiabilidade creditícia de uma contraparte. As probabilidades numéricas de

incumprimento são mapeadas numa escala de 0 a 26 que é semelhante às escalas de notação amplamente usadas pelas agências internacionais de notação.

Q

Quantia recuperável

A quantia recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o valor mais elevado do seu justo valor, menos os custos de venda e o seu valor de usado.

R

Rácio custos-benefícios

Um rácio que expressa a rentabilidade de uma empresa, que compara as despesas operacionais com as receitas operacionais.

Rácio de alavancagem

O rácio do total de ativos sobre os fundos próprios.

Rácio de fundos próprios regulamentar

Número fundamental para os bancos expresso como uma percentagem do rácio de fundos próprios regulamentar face à posição de risco regulamentar geral, que engloba os riscos de crédito, mercado e operacionais segundo Basileia 2.5. O rácio de fundos próprios mínimo é 8 %.

Rácio de não remuneração

O total de despesas excluindo despesas de juros menos compensações e benefícios, como uma percentagem das receitas líquidas totais, que é definido como o resultado líquido de juros antes de provisões para perdas de crédito, mais rendimentos excluindo receitas de juros.

Rácio de remuneração

As compensações e os benefícios como uma percentagem do total líquido de receitas, que é definido como resultados líquidos de juros antes de provisões para perdas de crédito mais resultados de atividades de

que não se baseiam nos juros.

Rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação

Relação entre o montante do empréstimo e o valor do imóvel.

Regulamento de Solvência Alemão

Regulamento alemão que rege a adequação de fundos próprios de instituições, grupos de instituições e grupos financeiros que adotou para a legislação alemã o quadro revisto de fundos próprios do Comité de Basileia de 2004 e respetivas alterações de 2009, amplamente referido como Basileia 2.5.

Rentabilidade do capital próprio

Em geral, um rácio que apresenta a situação dos rendimentos de uma empresa, determinando os lucros (rendimento líquido) face ao capital usado. No presente documento significa resultado líquido como uma percentagem do nível médio do capital usado durante o ano.

Resultados por ação

Valor fundamental determinado de acordo com as IFRS e que expressa o resultado líquido de uma empresa atribuível aos seus acionistas relativamente ao número médio de ações ordinárias em circulação. Além dos resultados básicos por ação, também têm de ser comunicados os resultados por ação diluídos, caso a conversão assumida e o exercício das opções sobre ações em circulação, os prémios de ação deferidos e não exercidos, a dívida convertível e determinados contratos de futuros possam aumentar o número de ações.

Retorno sobre o capital ativo médio antes do pagamento de impostos

Resultado antes de impostos atribuível aos acionistas do Deutsche Bank, definido como resultado antes de impostos menos as participações minoritárias, como uma percentagem da capital ativo médio.

Risco comercial

Risco decorrente de potenciais alterações no clima empresarial, tais como ambiente de mercado, comportamento do cliente e progresso tecnológico, que podem afetar os lucros do Grupo, caso o Grupo não se consiga ajustar rapidamente a estas alterações.

Risco de crédito

O risco que decorre do facto dos clientes não conseguirem cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento. O risco de crédito inclui o risco de incumprimento, o risco do país e o risco de liquidação.

Risco de liquidez

O risco decorrente da potencial incapacidade do Grupo conseguir cumprir todas as suas obrigações de pagamento ou de apenas conseguir cumprir estas obrigações a um custo excessivo.

Risco de mercado

O risco que decorre da incerteza relativa a alterações preocupantes nas cotações e taxas de mercado (incluindo taxas de juro, cotações das ações, taxas de câmbio e preços de produtos de base), as correlações entre estes e os respetivos níveis de volatilidade.

Risco de reputação

Risco da confiança do público no Grupo ser negativamente afetada pela publicidade relativa a uma transação, contraparte ou prática comercial envolvendo um cliente.

Risco do país

O risco do Grupo sofrer uma perda, num determinado país, devido à deterioração das condições económicas, instabilidade política e social, nacionalização e expropriação de ativos, não reconhecimento da dívida externa por parte do governo, controlos cambiais e desvalorização da moeda.

Risco operacional

Potencial de eventuais prejuízos associados a colaboradores, especificações e documentação contratual, tecnologia, falhas em infraestruturas e catástrofes, influências externas e relações com os clientes. Esta definição abarca o risco jurídico e regulamentar, mas exclui o risco comercial e de reputação.

S

Securitização

Criação de títulos negociáveis a partir de empréstimos, depósitos (i.e. fluxos de caixa futuros) e direitos de propriedade no sentido mais lato. Dois exemplos de direitos securitizados são os títulos de dívida titularizados e os títulos com garantia hipotecária (MBS). Os direitos são muitas vezes evidenciados através das denominadas EOE (entidades com um objetivo específico), empresas cuja única finalidade é emitir estes títulos e cujos ativos são as participações na empresa.

Seguradoras monorramo

Seguradoras que fornecem seguros de crédito aos emitentes de dívida e outros atores do mercado.

Simulação Monte Carlo

Os métodos de Monte Carlo são usados para avaliar e analisar instrumentos, carteiras e investimentos (complexos), por meio da simulação de diversas fontes de incerteza que afetam o seu valor e, depois, determinar o seu valor médio nos vários resultados obtidos.

Spread de Crédito

Margem de lucro para títulos de dívida. O spread de crédito compensa o investidor pelo risco de crédito associado ao investimento quando comparado com o lucro de um crédito sobre um título de referência isento de risco. Quanto menor a notação da empresa que emite a dívida, maior o spread de crédito.

Subprime

Termo utilizado para categorizar as hipotecas norte-americanas que representam empréstimos com maior expectativa de risco. A fim de determinar o subprime, aplicam-se normas da indústria incluindo a pontuação FICO e os rácios entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação.

Swap de risco de incumprimento

Um derivado de crédito que cobre os riscos de crédito relacionados com empréstimos, obrigações ou outros títulos associados ao mutuário. Normalmente, a parte segura realiza um pagamento periódico de um cupão fixo durante um período de tempo específico e apenas recebe uma compensação caso ocorra um acontecimento de crédito, como definido à data do acordo, por exemplo, incumprimento do reembolso devido a insolvência do credor.

Swaps

De um modo geral: a troca de um fluxo de pagamento por outro. Swap de taxas de juro: troca dos fluxos de pagamento de juros na mesma divisa com termos e condições diferentes (por exemplo, fixos ou variáveis). Swap de divisas: troca de fluxos de pagamento de juros e capital em diferentes divisas.

T

Títulos à taxa de leilão

Instrumentos de dívida com uma maturidade nominal a longo-prazo (normalmente 20 a 30 anos) com uma taxa de juro variável. A taxa de juro é regularmente reposta através de um leilão.

Títulos com garantia hipotecária sobre imóveis comerciais (CMBS)

Títulos com garantia hipotecária (MBS), que são garantidas por hipotecas sobre imóveis comerciais.

Títulos Garantidos por Hipotecas (MBS)

Títulos de dívida titularizados, que são garantidos por hipotecas. As subcategorias são títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS) e títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS).

Títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS)

Título garantidos por hipotecas (MBS), que são garantidos por hipotecas residenciais.

Títulos preferenciais

Instrumentos de capital híbrido que se caracterizam por pagamentos de juros relacionados com lucros. Nos termos dos regulamentos de supervisão bancária, fazem parte do capital Tier 1, se não forem acumulados pagamentos de juros em caso de perdas (título preferenciais não cumulativos) e se os instrumentos não tiverem uma data de vencimento fixa ou se não puderem ser resgatados ao critério do titular. Caso contrário, são incluídos no capital Tier 2 (por exemplo, títulos preferenciais cumulativos).

V

Valor contabilístico por cada ação ordinária em circulação

O valor contabilístico por cada ação ordinária em circulação encontra-se dividindo os capitais próprios pelo número de ações ordinárias em circulação (ambos no final do período).

Valor de uso

O valor de uso é o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam oriundos de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

Valor em risco

Para uma determinada carteira, o valor em risco é uma estimativa dos potenciais prejuízos futuros (em termos de valor de mercado) que, em condições normais de mercado, não será ultrapassada num período de

tempo específico e com um nível de confiança

Valor em risco em situação de tensão

Indicador dos potenciais prejuízos devido a risco de mercado sob condições de mercado sob tensão que tem 99% de probabilidade de não ser ultrapassado durante a manutenção de uma carteira por um período de 10 dias. Os bancos têm de calcular o valor em risco em situação de tensão usando modelos internos para determinarem o risco de mercado. Esta métrica está em vigor desde 31 de dezembro de 2011. O indicador é calculado usando o modelo de valor em risco. Ao contrário do valor em risco que usa parâmetros com base nas atuais condições de mercado, o valor em risco em situação de tensão usa parâmetros que refletem um período contínuo de tensão para o banco ao longo de um ano, relativo a perdas significativas para o banco.

Valor para o acionista

Conceito de gestão que centra a tomada de decisões estratégicas e operacionais no crescimento constante do valor da empresa. O princípio orientador é que só o retorno acima do custo de capital acrescenta valor para os acionistas.

Impressum – Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main Germany
Telephone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores:
+49 69 9 10-3 80 80
db.ir@db.com

Publicações relacionadas com o nosso relato financeiro

Nota: o relatório anual do Grupo Deutsche Bank é composto por duas secções independentes: o Exame Anual de 2011 e o Relatório Financeiro de 2011.

- Exame Anual de 2011
(Alemão e Inglês)
- Relatório Financeiro de 2011
(Alemão e Inglês)
- Relatório Anual de 2011 no Formulário 20-F
(Inglês)
- Demonstrações Financeiras Anuais e Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2011
(Alemão e Inglês)
- Lista dos Membros dos Conselhos Consultivos
(Alemão)
- Responsabilidade Social – Relatório 2011
(Alemão e Inglês)

Como encomendar:

E-Mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.deutsche-bank.com/11

Fax
+49 18 05 0 70 808

Telefone
+49 18 05 802 200

Correio postal
arvato logistics services Bestellservice
Deutsche Bank Gottlieb-Daimler-Straße 1
D-33428 Harsewinkel Germany

Online

Exame Anual de 2011 e
Relatório Financeiro de 2011 na Internet:
www.deutsche-bank.com/11

Advertência relativamente às declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são afirmações que não constituem factos históricos; incluem afirmações sobre as nossas convicções e expectativas, bem como os pressupostos subjacentes. Estas declarações assentam em planos, estimativas e projeções que estão à disposição do Deutsche Bank. Como tal, as declarações relativas ao futuro baseiam-se apenas nos factos à data em que são feitas. Não assumimos nenhum compromisso para atualizar publicamente nenhuma destas declarações à luz de novas informações ou acontecimentos futuros.

Em virtude da sua natureza, as declarações relativas ao futuro implicam riscos e incertezas. Por conseguinte, existem diversos fatores importantes que podem fazer com que os resultados reais sejam significativamente diferentes dos que constam em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições nos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e noutras regiões que são a nossa principal fonte de receitas, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes nas transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos em matéria de gestão dos riscos, e outros riscos contidos nos nossos registos junto da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores são descritos ao pormenor no nosso Formulário 20-F SEC de 20 de março de 2012, na secção "Fatores de Risco". Podem ser disponibilizados exemplares deste documento mediante pedido. O documento também se encontra disponível no sítio Web www.deutsche-bank.com/ir

2012

26 de abril de 2012

Relatório intercalar a 31 de março de 2011

31 de maio de 2012

Assembleia-Geral Anual em Festhalle, Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

1 de julho de 2012

Pagamento de dividendos

31 de julho de 2012

Relatório intercalar a 30 de junho de 2012

30 de outubro de 2012

Relatório intercalar a 20 de setembro de 2012

2013

31 de janeiro de, 2013

Resultados preliminares para o exercício de 2012

21 de março de 2013

Relatório Anual de 2012 e Formulário 20-F

30 de abril de 2013

Relatório intercalar a 31 de março de 2013

23 de maio de 2013

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

24 de maio de 2013

Pagamento de dividendos

30 de julho de 2013

Relatório intercalar a 30 de junho de 2013

29 de outubro de 2013

Relatório intercalar a 30 de setembro de 2013